

OS MARIANOS
NOS ANOS 1787-1864

STUDIA MARIANORUM • 2

REDAÇÃO:

Jair Batista de Souza, MIC

Leandro Aparecido da Silva, MIC

Andrzej Pakuła, MIC

1. A ESPIRITUALIDADE RELIGIOSA SEGUNDO ESTANISLAU PAP-CZYŃSKI E A PRIMITIVA TRADIÇÃO DA CONGREGAÇÃO DOS PADRES MARIANOS

Jan Kosmowski MIC

OS MARIANOS NOS ANOS 1787-1864

Tradução:
Mariano Kawka

Cúria Geral
da Congregação dos Padres Marianos
Casa Editorial dos Marianos
Varsóvia – Roma 2015

Título do original:
Marianie w latach 1787-1864
Varsóvia – Lublin 2004

© Copyright Cúria Geral
da Congregação dos Padres Marianos, 2015

Revisão
João Bacal MIC

ISBN 978-83-7502-???-?

Impressão e encadernação:
www.foto-druk.pl

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS	7
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	19
A situação político-social e confessional na Polônia	19
A concepção da congregação e a sua realização	25
Os conventos e os seus fundadores	32
Base econômica	41
 I. A CONGREGAÇÃO DOS PADRES MARIANOS NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX	 51
A Igreja e o Estado em novas condições após as partilhas da Polônia	51
Criação e desenvolvimento da província russa dos padres marianos	56
Os conventos na zona de ocupação austríaca	65
Criação e situação da província prussiana	70
Os marianos no Ducado de Varsóvia	79
 II FORMAÇÃO RELIGIOSA E INTELECTUAL	 88
Noviciado	88
Estudos filosófico-teológicos	99
Estudos superiores	108
 III ADMINISTRAÇÃO DA CONGREGAÇÃO	 116
Superiores gerais da congregação	116
Capítulos gerais	132

Visitações dos superiores gerais.	138
Superiores locais	141
Visitações das autoridades diocesanas	149
 IV TRABALHO APOSTÓLICO.	 153
Trabalho apostólico nas igrejas marianas	153
Ajuda aos párocos	164
Capelanias senhoriais.	173
Missões populares e retiros	181
Irmandades.	189
Atividade caritativa (abrigos)	200
Escolas	205
 V O PAPEL DA CONGREGAÇÃO NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL.	 215
Participação no Levante de Novembro	215
Divulgação clandestina da literatura patriótica	220
Outros meios de resistência	227
Participação no Levante de Janeiro	232
Execução do decreto sobre a cassação dos conventos.	239
 CONCLUSÃO	 249
 BIBLIOGRAFIA.	 253

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS

- ABMK: Archiwa, Biblioteki i Muzea Kościelne, I-LV, Lublin, 1959-1987.
- ABUV: Arquivo da antiga Biblioteca da Universidade de Vilnius, hoje chamada V. Kapsukas.
- ACPR: Arquivo da igreja polonesa de S. Estanislau em Roma (Via Botteghe Oscure, 15).
- ACPRus.: Acta Capituli Provincialis Congregationis Marianae... in Imperio Rossiano existentes, 1797-1844.
- ADL: Arquivo da Cúria Episcopal em Lublin.
- ADŁ: Arquivo Diocesano em Łomża.
- ADPŁ: Arquivo Diocesano em Płock.
- ADS: Arquivo Diocesano em Siedlce.
- AGAD: Arquivo Central de Documentos Antigos, Varsóvia, Rua Długa, 2.
- AGM: Arquivo Geral dos Padres Marianos, Roma, Via Corsica, 1.
- Akta Kons.: Documentos do consistório geral da diocese de Augustów contendo tabelas estatísticas do clero em sete decanatos lituanos. Sejny, 18/1/1814.
- Alb.Mort.Mar.: Album Mortuorum Cenventu Mariampolensis, 1700-1934.
- Alb.Mort.Skórc.: Album Mortuorum... Patrum et Fratrum Marianorum... ab anno 1700 usque ad annum 1864.
- Arch.Nunz.Vars.: Arquivo da Nunciatura de Varsóvia.
- Arch.Nunz.Vienna : Arquivo da Nunciatura de Viena.
- Arch.Sk.: Akta Archiwum Skarbowego (Documentos do Arquivo Fiscal), red. J. Bukowicz, Varsóvia, 1965.
- ASV: Arquivo Secreto Vaticano.
- AZakG.: Arquivo da casa geral dos marianos em Gozlin.
- AZakP.: Arquivo da casa religiosa dos marianos em Puszcza Mariańska.
- AZakS.: Arquivo da casa religiosa dos marianos em Skórzec.
- Congr. VV. et RR.: Congregazione dei Vescovi e Regolari (Congregação dos Bispos e Regulares).

- Conv.Rasn.: Coleção de documentos relacionados com a fundação do convento em Raśna (uma cópia encontra-se em AGM).
- Denuncia: Coleção de documentos (25 folhas) contendo acusações das autoridades russas contra os marianos (encontra-se em AGM).
- Doc.Conv.Mir.: Documenta Conventus Mirosłaviensis, 1759-1799.
- Doc.Viln. I-II: Documenta Vilniensia (dois volumes).
- EL.: Enciclopedia Lituanica, I-VI, Boston, Mass., 1970-1978.
- El.Alph.: Elenchus Alphabeticus Marianorum ab initio Congregationis usque ad renovationem. Romae, 1961.
- Elenco dei religiosi... dell'anno... : Documentos gerais contendo relações estatísticas dos religiosos da diocese de Podlasie nos anos 1836-1867.
- Enc.Catt.: *Enciclopedia Cattolica*, I-XII, Città del Vaticano, 1949-1954.
- Enc.Katol.: *Encyklopedia Katolicka*, I-IV, Lublin, 1973-1983.
- Enc.Kośc.: *Podręczna Encyklopedia Kościelna*, ed. Chełmicki, I-XLIV, Warszawa, 1904-1916.
- Enc.Nowod.: *Encyklopedia Kościelna* (Enciclopédia Eclesiástica), ed. Nowodworski, I-XXXIII, Warszawa I-XXXI; Płock XXXII; Włocławek XXXIII, 1873-1933.
- GAIO: Gossudarstvienniy Arkiv Irkutskoy Oblasti, Irkutsk.
- Inwentarz, Goźlin 1850: Inventários 1850-1859. Inventário do convento em Goźlin.
- Inwentarz, Mirosław 1811: Inventário da igreja, do convento e do patrimônio dos Padres Marianos em Mirosław elaborado no dia 5 de agosto de 1811.
- Kubicki: *Bojownicy kapłani za sprawę Kościoła i Ojczyzny w latach 1861-1915* (Sacerdotes combatentes pela causa da Igreja e da Pátria nos anos 1861-1915).
- Liet.Enc.: *Lietuviu Enciklopedija*, I-XXXVI, Boston, 1953-1969.
- n., nn.: número, números
- Marianie: Bukowicz, J.; Gorski, T. (red). *Marianie 1673-1973*, Roma, 1975.
- Positio, Papczyński: Posnanien. Beatificationis et canonizationis Servi Dei Stanisłai a Jesu Maria Papczyński, fundatoris Clericorum Regularium Immac. Conc. B.M.V. (+1701). Positio super introductione causae et super virtutibus ex officio concinnata, Romae 1977.
- Positio, Wszyński: Miranden. seu Brigantien. beatificationis et canonisationis Servi Dei Casimiri a S. Joseph Wszyński, sacerdoti professi Cler. Reg. Marianorum Immac. Conc. B.M.V (+1755). Positio super introductione causae et super virtutibus ex officio concinnata, Romae 1986.

- Prot. Gosl.: Protocollon Ordinis B.M. Virginis Immaculatae Conceptionis 1731-47. Chamado de Goźlin, por ser procedente do convento desse local.
- Prot.Rasn.: Protocolum Conventus Rasnensis Patrum Marianorum inchoatum ab introductione celebrata anno 1749 die 8 Junij sub Praesidentia R.ndi P. Isidori Thaut.
- Prot.Skórc.: Protocolus Conventus Skórcensis.
- Prot.Wet.: Protocollum... Adm. R.ndi Patris Cajetani Wetycki, Praepositi Generalis Congregationis Marianae Immac. B.V. Mariae.
- PSB: *Polski Słownik Biograficzny* (Dicionário Biográfico Polonês) I-VII, Kraków, 1935-1958; VIII-XV, Wrocław-Kraków-Warszawa, 1959-1970; XVI-XXX, Wrocław-Warszawa-Kraków-Gdańsk, 1971-1987.
- Sł.Geog.: *Słownik geograficzny Królestwa polskiego i innych krajów słowiańskich*, red. F. Sulimierski, B. Chlebowski, W. Walewski, J. Krzywicki, I-XIV. Warszawa, 1880-1895.
- Stary Konstantynów: (Jan Marek Giżycki). *Spis ważniejszych miejscowości w powiecie starokonstantynowskim na Wołyniu*. Stary Konstantynów, 1910.
- Sydry, Odpisy: O título se relaciona com os três volumes datilografados intitulados: *Odpisy dokumentów związanych z...*, historią *Zgromadzenia XX. Marianów*, red. S. Sydry. Raśna, 1933.
- Visit.Gen.Goźlin, 1834: Visitatio generalis Ecclesiae Parochialis ac Monasterji Gozlinensis Marianorum per Illustr. Excell. et Rev. Dominum Adalbertum Skarszewski episcopum Lublinensem, Die 16. Sept. 1810, 146/III, 10.
- Visit.Goźlin, 1834: Visitatio generalis Ecclesiae gozlinensis per Rev.. Prael. Theodorum Majewski, A.D. 1834, 146/IV.
- Visit.Igłówka, 1837: Visitatio Ecclesiae Filialis Igloviensis, die 6 VI 1837.
- Visit.Skórzec, 1835: Visitatio Ecclesiae Parochialis Skurcensis per Illustr. Rev. Theodorum Majewski Praelatum Cathedralum Podlachiensem, Mensis Maji 1835.
- Vol.Legum: Prawa, konstytucya y przywileje Królestwa Polskiego y Wielkiego Księstwa Litewskiego y wszystkich Prowincji należących... uchwalone, I-VII Warszawa 1733-1782, wyd. II Petersburg 1859-1860, IX Petersburg 1889, X Poznań 1952.

PREFÁCIO¹

A história da vida religiosa no século XIX não tem sido ainda suficientemente elaborada. Igualmente a ordem dos marianos não possui até hoje uma exposição completa e sistemática da sua história, não apenas de todo o período da sua existência (1673-2003), mas sobretudo da história menos conhecida do século XIX. À história dos marianos do século XIX têm sido dedicados somente alguns artigos, algumas menções e referências nas dissertações gerais da história da Igreja na Polônia, que encerram muitas vezes informações imprecisas, e até errôneas.

A falta de dissertações tem sido provocada por diversas causas. A razão mais importante é a cassação das ordens religiosas, dos conventos, dos seus bens e, com isso, também dos arquivos em 1864, na zona de ocupação russa. Enquanto outras ordens religiosas possuíam conventos em outros países, ou pelo menos em outras zonas de ocupação da antiga República da Polônia, os marianos possuíam conventos somente na zona de ocupação russa, que foram fechados, os arquivos saqueados e removidos, e os religiosos, enviados ao único convento que se preservou em Mariampol, na Lituânia, além daqueles que foram aprisionados ou exilados à Sibéria. Os marianos, isolados, com a sua atividade restrita à única paróquia em Mariampol, permaneceram ali até 1909, quando, já reduzidos a apenas um religioso, foram clandestinamente reformados e renovados pelo professor da Academia de São Petersburgo Pe. Jorge Matulewicz, mais tarde bispo de Vilnius e hoje beato. Nas circunstâncias acima, a principal tarefa da ordem em extinção não eram os estudos históricos, mas a luta pela existência, pela sobrevivência e pela salvação da ordem. No início do século XX, deu início às pesquisas sobre a história dos marianos um zeloso devoto do Pe. Papczyński, José Pietrzak, que, com base numa documentação muito fragmentária, publicou dois opúsculos relacionados com o século XIX: *Padres insurretos 1863*, em 1913, e *Pe. Cristóvão Szwernicki OIC*, em 1928. Esses opúsculos não representam nenhum valor científico, visto que misturam a verdade e a lenda, apresentam

¹ Atenção: Todas as obras e os documentos analisados nesta introdução encontram-se na bibliografia.

fatos inventados e glorificam as figuras de muitos marianos do passado, pelo que perdem qualquer valor de fidedignidade.

Nos anos 30 do século passado os marianos, já reanimados espiritualmente e quanto aos recursos humanos, empreenderam estudos e pesquisas sobre a história da sua ordem, no entanto sem um resultado eficaz. Na Lituânia, realizou uma investigação nos arquivos e uma pesquisa sobre o passado dos marianos o historiador profissional Pe. Jonas Totoraitis, que então tinha acesso às fontes do único arquivo preservado e não confiscado pelos russos em Mariampol (e que foi destruído em 1944, quando as autoridades comunistas soviéticas entraram na Lituânia). Em seus trabalhos, Totoraitis baseou-se em duas amplas coleções de arquivos: o *Protocollum Conventus Mariampolensis 1783-1862* e o *Protocollum R. P. Andreae Katyll, 1770-1832*. Os seus estudos resultaram em dois opúsculos: *Mariampoles kunigu...* (O convento dos marianos de Mariampol), publicado em 1924, e *Marijampoles marijonu vienuolynas* (Os marianos na região de Suwałki), publicado em 1938. Esses trabalhos se relacionam em grande parte com os conventos situados no território lituano – Mariampol, Mirosław, Iglówka –, que então faziam parte integrante do Reino da Polônia. Encontram-se neles muitos fatos e acontecimentos relacionados com outros conventos marianos no século XIX. Totoraitis pode ser criticado pela falta de um rigoroso aparato científico, por certa interpretação tendenciosa pró-lituana e desfavorável à Polônia, mas hoje esses trabalhos representam um grande valor, por serem os primeiros baseados na base das fontes, que após a ocupação da Lituânia pela União Soviética passaram a ser inacessíveis. Em 1936 Totoraitis publicou a obra *Marijonu vienuolija nuo 1864* (A Ordem dos marianos nos anos 1864-1909), na qual, além de uma breve história dos marianos antes da cassação, analisa a história dos marianos após 1864 e as insistentes tentativas de salvar a ordem.

Nesse mesmo período, realizou pesquisas científicas na Polônia o historiador Pe. Stefan Sydry. É mérito seu a transcrição ou o resumo de muitos documentos que se encontravam no Arquivo do Tesouro de Varsóvia, que se queimou juntamente com as coleções durante a guerra, em 1944. Infelizmente, a maior parte desses documentos diz respeito aos séculos XVII-XVIII. Sydry realizou também uma pesquisa nos arquivos de Portugal e da Hungria. Como resultado das suas pesquisas, surgiram duas obras sérias. A biografia do fundador da ordem dos marianos *Ojciec St. Papczyński i jego dzieło* (O Padre Estanislau Papczyński e sua obra), 1937, e *Organizacja zakonu marianów w XVIII wieku* (A organização da ordem dos marianos no século XVIII), 1965. Ambos os trabalhos encerram numerosas referências à história dos marianos no século XIX. Após a Segunda Guerra Mundial, em 1953, os marianos reativaram os dois processos de beatificação interrompidos durante as partilhas, o do Pe. Papczyński e o do Pe. Wyszynski, que deram um novo impulso a aprofundadas pesquisas nos arquivos,

concentradas no entanto nos séculos XVI-XVIII, porque foi nessa época que viveram os dois candidatos aos altares. Serviu de estímulo para estudos históricos sobre a história dos marianos o iminente jubileu dos 300 anos da existência dos marianos (1673-1973). Nessa ocasião o Pe. Jozas Vaisnora escreveu o artigo *Zakon marianów w XIX wieku* (A ordem dos marianos no século XIX). Trata-se do primeiro artigo que trata diretamente da história mariana do século XIX, ainda que contando apenas cinco páginas. Esse era um artigo genérico, constituindo um informativo popular sobre a ordem dos marianos. Por ocasião do jubileu dos marianos foi publicado o trabalho coletivo intitulado *Marianie 1673-1973* (Os Marianos 1673-1973), na qual o historiador da Universidade Católica de Lublin Piotr Gach inseriu um artigo – contando 24 páginas – intitulado *Zakon marianów w XIX wieku* (A ordem dos marianos no século XIX). Esse artigo apresenta a gênese, o desenvolvimento e as consequências da “cassação” dos marianos em 1864, aborda a questão do funcionamento do noviciado, da casa de estudos, bem como o envolvimento dos marianos nos Levantes de Novembro (1830/31) e de Janeiro (1863). Em razão da escassez da base de fontes, o artigo é muito impreciso e superficial. Apesar das muitas e insistentes pesquisas nos arquivos da Polônia, da Lituânia, em São Petersburgo, em Moscou, Vitebsk e Minsk (na Bielorrússia), o material histórico relacionado com o século XIX mostrou ser muito escasso e não foi possível encontrar os documentos dos arquivos marianos que no passado existiram em todo convento mariano.

Os documentos guardados nos conventos de Puszcza Mariańska e Góra Kalwaria foram confiscados pelo governo russo, uma parte deles foi mais tarde transferida ao Arquivo do Tesouro de Varsóvia, e ali se queimaram em 1944.

Os documentos dos arquivos em Skórzec w Goźlin, após uma seleção feita pelas autoridades russas, foram entregues à biblioteca do seminário diocesano em Lublin. Hoje restaram deles apenas fragmentos simbólicos. Após 1864 os arquivos dos conventos de Mirosław, Mariampol e Iglówka foram reunidos no convento de Mariampol, e depois de 1944 não há vestígios deles. Em 1864 o arquivo mariano de Raśna foi transferido a Vilnius, e até hoje, na biblioteca universitária, preservaram-se cerca de 40 volumes de documentos diversos. Eles são acessíveis apenas parcialmente e com grandes restrições.

Segundo a sua proveniência, as fontes utilizadas no presente trabalho podem ser divididas nas seguintes categorias:

- I. marianas
- II. da Igreja universal
 - a. diocesanas
 - b. da Santa Sé – ASV
- III. estatais.

A mais importante fonte de proveniência mariana é o *Protocollus Conventus Skórcensis* (na realidade *Corabieviensis*). Esse protocolo contém os documentos dos capítulos gerais e das visitas, as cartas circulares e correspondência diversa dos anos 1779-1823. Infelizmente, somente alguns documentos se relacionam com o século XIX. Para um melhor conhecimento dos dados biográficos, da gênese das novas fundações, do desenvolvimento da legislação mariana, utilizamo-nos de duas coleções provenientes do século XVIII: *Protocollum Conventus Rasnensis 1749-1776* e *Protocollum Patris... C. Wetycki 1750-1778*.

Fontes valiosas de proveniência mariana são os dois chamados álbuns dos falecidos, que se preservaram: *Album mortuorum conventus mariampolensis 1700-1934* e *Album mortuorum conventus skórcensis 1700-1864*, nos quais, imediatamente após a morte do religioso, era registrada uma síntese da sua biografia e atividade. Essas notícias são fragmentárias e nelas faltam até datas, e em ambos os álbuns faltam os sobrenomes e os dados de cerca de 50 marianos. A mais importante coleção de fontes para a história dos marianos do século XIX é constituída por dois volumes de documentos, os *Documenta Vilniensia vol. I-II*, provenientes do convento de Raśna. Encontram-se neles centenas de documentos, não ordenados, coletados aleatoriamente, com paginação incompleta. A maioria deles se refere ao convento de Raśna. Nesse mesmo arquivo se encontra uma valiosa coleção de documentos, contando 17 folhas, isto é, os *Acta Capituli Provincialis Congregationis Mariana... in Imperio Rossiano existentis, 1797-1844*. Essas fontes não são amplas, mas até hoje essa é a única coleção de documentos que nos transmite alguns dados sobre a efêmera província russa dos marianos.

As fontes de proveniência eclesiástica, diocesana, encontram-se no arquivo da diocese de Łomża (antigamente Sejny), na área da qual se encontravam os conventos de: Mariampol, Mirosław e Iglówka, bem como no arquivo da diocese de Podlasie em Siedlce, onde estavam situados os conventos de: Goźlin e Skórzec. Nesses arquivos estão preservados os protocolos das visitas episcopais e decanais, as disposições dos consistórios, as estatísticas religiosas, os documentos legais e os decretos das ereções das paróquias religiosas. Tanto o arquivo de Łomża como o de Siedlce não estão ainda inteiramente catalogados e ordenados, e – em razão das numerosas translocações – alguns documentos trazem 2-3 rubricas.

No arquivo vaticano “ASV” encontram-se diversos privilégios, indulgências concedidas aos marianos, pedidos, secularizações de religiosos e confirmações de eleições dos superiores gerais. Também nesse caso os documentos são poucos, porquanto, desde o momento das partilhas da Polônia, o contato das ordens religiosas com a Santa Sé era dificultado, e em muitos casos até impossível e proibido.

Os documentos elaborados pelas repartições e instituições estatais nos são conhecidos apenas das cópias realizadas antes de 1939 pelo Pe. Sydry, outros se queimaram ou se perderam durante a guerra. Nas presentes pesquisas científicas, uma séria dificuldade dizia respeito à quase total falta de fontes marianas relacionadas com os anos 1823-1862. Não se preservaram os decretos dos capítulos, as cartas circulares dos superiores gerais ou qualquer correspondência. Tem constituído uma séria dificuldade as divergências entre as fontes de proveniência religiosa, diocesana e estatal. Essas divergências se justificam pela situação política que se instalou nas áreas da antiga República da Polônia. As ordens religiosas tentavam “deixar de lado” diversos decretos da autoridade estatal, p. ex. relacionados com a idade dos candidatos à vida religiosa, o montante dos rendimentos, as missas solenes pela família imperial, os envolvimento nas ações patriótico-nacionais. Os relatórios e as visitas diocesanas concentravam-se sobretudo em questões relacionadas com todo o tipo de atividade pastoral, nem sempre dando atenção às atividades exercidas no interior do convento. Por exemplo, nos relatórios e nas estatísticas diocesanas não são mencionados os marianos que exerciam as funções de mestres do noviciado ou professores de estudos filosófico-teológicos.

Outra dificuldade relaciona-se com a fidedignidade dos documentos hoje destruídos ou perdidos, e preservados somente em cópias ou resumos. A fim de verificar a fidedignidade dos materiais arquivais reunidos e criar, na medida do possível, uma obra completa da história dos marianos do século XIX, foi analisado por uma ampla pesquisa todo o material acessível, não somente o das fontes, mas todo o tipo de memórias, publicações, notas biográficas, livros paroquiais, nos quais – a partir das assinaturas – foram definidos os nomes dos párocos, superiores, confessores, capelães. Tudo que de qualquer forma demonstrasse a atividade dos marianos, ainda que essas menções se apresentassem como simplesmente simbólicas. Além dos arquivos mencionados na bibliografia, foram examinados os arquivos paroquiais nas paróquias diocesanas às quais no século XIX pertenciam as igrejas marianas que ainda então não eram paróquias, isto é, Niwiska, Góra Kalwaria, Mszczonów, Warszawice, e os arquivos nacionais em Łomża, Lublin, Radom e Siedlce.

Em razão da falta de fontes marianas relacionadas com os anos 1823-1862, a fim de corrigir os erros repetidos em diversos artigos e estabelecer certos fatos relacionados com o noviciado, os estudos, os superiores, as capelanias, as irmandades, foram elaborados com detalhada análise os dados biográficos (ainda que por vezes imprecisos) de cerca de 150 marianos que viveram no século XIX. Baseamo-nos nesse caso nos dados dos álbuns dos falecidos, nas escassas notas biográficas, espalhadas na documentação do século XIX, nas estatísticas e nos protocolos diocesanos, nas menções existentes nas pouco numerosas fon-

tes marianas, nas publicações e nas memórias. Graças a esse penoso trabalho, tornou-se possível a elaboração de tabelas que ilustram as tarefas e as funções de marianos particulares, o seu número aproximado nas diversas datas, nos conventos, no noviciado, bem como a sua origem social, assim como a influência da origem na posição e nos cargos exercidos na vida religiosa.

Cronologicamente, o presente trabalho encerra-se nos anos 1787-1864. A primeira data se relaciona à aprovação pontificia e à publicação das reformadas constituições marianas, que foram o coroamento de muitos anos de empenhos pela independência diante da ordem dos franciscanos-observantes. Essa reforma abria um vasto campo para novas tarefas pastorais. A segunda data, que encerra o período das pesquisas, refere-se à publicação pelo governo imperial russo, em 1864, do decreto sobre a reforma dos conventos, que na realidade foi um decreto que condenava a vida religiosa no império russo à extinção. Em razão da falta de uma elaboração completa de toda a história dos marianos, isto é, desde o início da sua existência (1673), e diante das profundas mudanças territoriais e políticas a que foi submetido o território da República da Polônia nos anos 1772-1815, tornou-se necessário muitas vezes transpor os limites cronológicos e apresentar muitos esclarecimentos no extenso capítulo introdutório.

O âmbito geográfico do presente trabalho diz respeito ao território da antiga República da Polônia, em cuja área se encontravam os conventos marianos. A Polónia desapareceu do mapa da Europa após a terceira partilha em 1795, dividida entre a Rússia, a Áustria e a Prússia. Da mesma forma, em 1795 também os conventos marianos encontraram-se nessas três zonas de ocupação, com pequena possibilidade de contatos mútuos. A partir de 1815, após ter sido instituído no Congresso de Viena o Reino da Polónia, todos os conventos marianos já se encontraram na zona de ocupação russa.

Na realidade, além dos conventos na zona de ocupação russa, existia ainda um convento em Roma, fechado em 1798 pelas autoridades napoleônicas (além de três conventos em Portugal, com os quais no século XIX a administração geral já não tinha nenhum contato; os marianos portugueses criaram um ramo independente dos marianos, e em 1834 foram cassados pelo governo português).

O objetivo do presente trabalho é a apresentação da história da ordem dos marianos no período da ocupação da Polónia pelas três potências estrangeiras. Após a incorporação da Polónia, essas potências buscavam a total integração cultural, política, e parcialmente até religiosa, das áreas conquistadas ao seu próprio território, o que não era possível sem o enfraquecimento do espírito católico dos poloneses, lituanos e bielorrussos, e sem o enfraquecimento da sua consciência e identidade nacional. Durante esse difícil e doloroso período das

partilhas, que durou quase 130 anos, a Igreja católica demonstrou o seu apoio e a sua solidariedade com o espírito independentista da Polônia, bem como promoveu a defesa da nacionalidade polonesa e lituana, a defesa da Igreja, da cultura e da tradição cristã, havia séculos ligadas com o Ocidente cristão, e tão distintas da cultura e da tradição propostas e impostas pelo governo russo. Neste trabalho pretende-se demonstrar como a ordem opôs resistência aos mais variados obstáculos e dificuldades, como reagiu e se defendeu diante da injusta e anticatólica legislação russa, como lutou pela sua existência e persistência, que esforços empreendeu para não somente sair da profunda crise espiritual dos anos 1795-1820, mas para se fortalecer e crescer numérica e espiritualmente, o que já se torna bastante visível após o Levante de Novembro [de 1830]. No trabalho, tentamos mostrar o funcionamento das estruturas internas da ordem: a formação da juventude mariana, os esforços empreendidos com o objetivo de fazer renascer a vida religiosa, de despertar e de preservar o patriotismo tanto entre os membros da ordem como entre os fiéis leigos. Esses fatos, e principalmente a falta de qualquer elaboração da história da ordem instituída em 1673, oficialmente “extinta” em 1909 e clandestinamente renovada no mesmo ano, serviram de inspiração para a abordagem do tema: *Os Marianos nos anos 1787-1864*.

Gostaria de expressar a minha especial gratidão à Pontifícia Universidade “Gregorianum”, na qual pude aprofundar os meus conhecimentos históricos, graças aos quais se tornou possível o surgimento do presente trabalho². Dirijo o meu sincero agradecimento aos professores do Departamento da História da Igreja. Encaminho os meus especiais agradecimentos ao Revmo. Pe. Prof. Pierre Bleta, que aceitou o papel de orientador do presente trabalho, dedicando muito do seu precioso tempo para o esclarecimento e a solução de numerosos problemas que surgiram no decorrer da redação do trabalho. Desejo expressar igualmente o meu cordial agradecimento ao padre decano do Departamento de História do “Gregorianum”, professor Paolo Rabikauskas, mestre na área da diplomacia e da paleografia, pelas suas valiosas sugestões e observações críticas.

Roma 1988

Desde a redação do presente trabalho já se passaram quinze anos. Para os séculos da História, isso não é muito, mas quanta coisa aconteceu nesse período! Ruiu o Muro de Berlim, dissolveu-se a União Soviética, caiu o comunismo

² *I padri mariani nell'antica Res Publica di Polonia "Rzeczpospolita" dal 1787 al 1864*, Roma 1988.

na Polônia. Os arquivos inacessíveis ou escondidos na sua maioria se abriram aos pesquisadores. Foi encontrado o arquivo do convento de Mariampol, que, contrariando as suposições de que foi murado no convento pelos marianos ou enterrado diante da entrada dos comunistas, estava simplesmente escondido em caixas nos porões do arquivo nacional em Vilnius. Com dificuldade, mas tornam-se acessíveis as coleções arquivais das enormes coleções do arquivo de São Petersburgo, onde foram encontradas as ricas coleções do arquivo da diocese de Mohylew, situada na área da antiga Rússia imperial. Tornaram-se acessíveis os arquivos de Irkutsk, Tchita e Tobolsk na Sibéria, contendo numerosas fontes relacionadas com a sorte de algumas dezenas de exilados marianos naquela região. O autor do presente trabalho teve a possibilidade de realizar uma pesquisa no rico arquivo de Irkutsk. As fontes descobertas fornecem amplas possibilidades para os pesquisadores da história dos marianos. Elas não mudarão os contornos gerais do presente trabalho, as reflexões, as sínteses e as análises realizadas pelo autor, mas permitirão esclarecer muitas dúvidas e imprecisões. Pelo aprofundamento dos fatos, poderá ser apresentada uma imagem mais completa da história da ordem dos marianos.

Góra Kalwaria – Marianki 2003

INTRODUÇÃO

A situação político-social e confessional na Polônia

A República da Polônia, ou seja, o Estado polono-lituano, compunha-se de duas nações – a polonesa e a lituana. Na realidade, esse nome abrangia o Estado polono-lituano-ucraniano, onde residiam igualmente diversas minorias étnicas (judeus, alemães, ucranianos, tártaros, bielorrussos)¹. Na História da Polônia do século XVIII podem distinguir-se dois períodos: o primeiro é o período saxão (1697-1763), que se caracterizou por uma crise de governo e por uma anarquia, em consequência do que ocorreu a dissolução do Estado; o segundo, por sua vez, envolve o governo de Estanislau Augusto (1764-1795), reconhecido como um tempo de reformas e de pleno desenvolvimento do Iluminismo, mas esse foi também o período das partilhas.

Os magnatas do partido político denominado Família estavam preparando nos anos 1762/63 um projeto de reforma constitucional². Era contrário a esse projeto tanto o partido dos magnatas poderosos chamados “Republicanos”, como também o partido saxão, a chamada Camarilha dos Mniszech³.

¹ A partir da União de Lublin, em 1569, o Estado chamado República Una e Indivisível, definido nos documentos como Polónia. Por exemplo, nos documentos pontifícios: I. A. Caligari. *Nuntii Apostolici in Polonia. Epistolae et Acta 1578-1581*; Pastor, *Storia dei papi*, IX, 672-688; com relação à história social, cf. L. Leger, La Pologne: Henri de Valois, Bathory, Les Vasa 1572-1648. In: *Les Guerres de Religion 1559-1658 (Histoire générale du IV^e siècle à nos jours – vol. 5)*, Paris, 1922. No presente trabalho, a palavra “Polónia” nas citações e nos títulos é utilizada no sentido acima.

² “Família” – partido dos duques e magnatas ligados por laços de sangue. Entre os mais importantes promotores da política da “Família” estavam o duque Augusto Alexandre Czartoryski e seu irmão Miguel Czartoryski. Além disso, pertenciam ao agrupamento: Estanislau Lubomirski, Miguel Ogiński, André Zamoyski, André Estanislau Zaluski, Estanislau Poniatowski (rei desde 1764), todos os mais eminentes magnatas da República da Polónia que gozavam de um amplo apoio da nobreza; cf. J. Michalski, *Família*, in: Enc.Pow., t. 3, Varsóvia, 1964, 578-579; W. Konopczyński, *Czartoryski Aleksander August (1697-1782)*, PSB, t. IV, 272-275. Esse duque foi o criador da enorme fortuna da família Czartoryski, bem como a principal figura da Família. A respeito das lutas entre os agrupamentos dos magnatas durante a Dieta pode-se ler em: H. Olszewski, *Sejm Rzeczypospolitej epoki oligarchii 1652-1763*, Poznań, 1966.

³ Jorge Mniszech foi ministro saxão (junto ao rei Augusto III); ele distribuía prebendas e bens do Estado entre diversos magnatas que eram seus clientes. Dessa forma “montou um partido incolor da corte, um agrupamento político. Uniam-se a ele massivamente republicanos, desertores da Família e muitos outros...”. M. Czaplińska, *Mniszech Jerzy August*, PSB, t. 21, 470-474; O Halecki, in: *Storia della Polonia*, Roma, 1966, 227, escreve a respeito de Mniszech: “(...) tendo deixado o país em que reinava (trata-se do rei Augusto III), por graça dos seus favoritos, entre os quais granjearam ingloria fama o saxão Bruhl e seu genro, o polonês Mniszech. O indigno governo deles se consolidou em razão da apatia do rei, que

Nessa situação, a Família decidiu dirigir-se à Rússia com um pedido de ajuda armada, para retirar a Polônia da anarquia e da fraqueza, conduzindo à parcial realização da planejada reforma: da transformação econômica, da parcial restrição do uso do *liberum veto*, da elaboração de prescrições detalhadas que tinham por objetivo refrear a expansão econômica do clero⁴. Na realidade, a política da Família encontrava-se em decidida oposição com os objetivos da política russa e prussiana. Graças à força russa e à política da Família, durante a dieta eleitoral no dia 6 de setembro de 1764 foi eleito rei Estanislau Poniatowski, candidato do governo russo, que assumiu o nome dinástico de Estanislau Augusto II⁵. Os anos do seu governo foram um longo período de lentas reformas – desde a dieta convocatória (1764) até a Grande Dieta (1788-92), famosa pelos seus quatro anos de trabalho.

Em entendimento com a Rússia, numerosos magnatas, a nobreza e alguns dentre os bispos católicos – entre os quais Caetano Sołtyk e Gabriel Podoski (primaz da Polônia desde 1767) –, que se opunham à política reformista do rei e da Família, estabeleceram em Radom, no dia 23 de junho de 1767, uma conferência geral, dirigindo-se a Catarina II e solicitando a devolução da forma até então existente de governo, sob a proteção russa⁶.

Em outubro de 1767 a Dieta foi forçada a convocar uma delegação de deputados que, sob a direção de Repnin e do primaz Podoski, um russófilo, elaboraram diversos projetos e resoluções, aprovados a seguir por uma sessão da Dieta plena. Essa delegação conseguiu com bastante eficiência refrear o programa das reformas de Estanislau Augusto pela elaboração de diversas normas institucionais.

Os dissidentes alcançaram a plena liberdade de religião e a possibilidade de se utilizarem dos direitos públicos em igualdade de condições com os católicos. Como escreve o historiador polonês Bieńkowski, “na época não gozavam de tão amplos direitos os partidários de outras religiões em nenhum dos países da Europa”⁷. A sua fiadora era a imperatriz Catarina II. Foram igualmente aprova-

foi o mais fraco entre todos os soberanos poloneses; e toda a nação parecia estar envolvida pela mesma apatia”.

⁴ Halecki, *Storia della Polonia*, red. Aleksander Gieysztor, ed. it. com red. de O. Dallery, Milão, 1983 (citada como: Gieysztor, *Storia...*), 232.

⁵ Ibidem, 234.

⁶ L. Bieńkowski, L'Illuminismo e la castrofe delle sparazioni (1750-1795), in: *Storia del cristianismo in Polonia*, red. Jerzy Kłoczowski, Bolonia, 1980, 258-259.

⁷ Ibidem, 253; *Volumina Legum. Prawa, konstytucje y przywileje Królestwa Polskiego y Wielkiego Księstwa Litewskiego y wszystkich Prowincyi należących... uchwalone*, vol. VII, São Petersburgo, 1860, 256-276. Contém as resoluções tomadas pela Dieta e garantidas pela imperatriz.

dos os chamados direitos cardinais da República, que fortaleceram os princípios do antigo sistema político⁸.

Em continuidade, no dia 29 de fevereiro de 1768 foi criada em Bar uma confederação militar, a qual proclamou que “deseja lutar em defesa da fê e da liberdade”⁹. Os confederados de Bar se caracterizavam por uma sincera religiosidade católica e mariana, bem como por um profundo patriotismo; juntaram-se a eles também os bispos, os sacerdotes e os religiosos. A luta frenética dos confederados estendeu-se por quatro anos, até a primeira partilha, para a qual serviu de pretexto. Em 1773 a Dieta foi forçada a ratificar os tratados da partilha e, após longas conversações conduzidas com o núncio Garampi e uma eficaz resistência, a aceitar igualmente o decreto da cassação da ordem dos jesuítas¹⁰.

Graças à discreta aproximação entre o rei Estanislau e a Rússia, tornou-se possível a realização de importantes reformas e a instituição da Comissão da Educação Nacional. Os bens da ordem cassada foram destinados ao fundo nacional da educação¹¹. Uma outra importante iniciativa foi a instituição do Conselho Permanente, convocado em 1775, a fim de prevenir a anarquia existente. Graças a um tal governo, apesar da resistência dos partidários da antiga ordem, no decorrer de doze anos foi possível realizar grandes reformas, que finalmente foram aprovadas pelos votos da maioria dos deputados da Grande Dieta (1788-1792), por força da famosa Constituição de 3 de maio de 1791¹². Essa reforma, realizada pela Dieta Quadrienal, devia retirar a República da crise; esse, no entanto, não era o desejo da Rússia nem da Prússia.

⁸ J. Bardach – B. Leśnodorski – M. Pietzak, *Historia państwa i prawa polskiego*. Warszawa, 1985⁴, 210-271; Vol. Legum, VII, 276-282; Gieysztor, *Storia...*, 235-236.

⁹ S. Herbst, *Żołnierze niepodległości*, in: *Polska w epoce Oświecenia*; Gieysztor, *Storia...*, 236-239. Um panorama pleno e aprofundado da situação da Confederação de Bar é apresentado por Konopczyński, *Konfederacja Barska*, vol. I-II, Warszawa, 1936.

¹⁰ Pastor, *Storia dei papi*, vol. XVI/2, 300-302. As sessões da Dieta eram supervisionadas por 4.000 soldados russos.

¹¹ Bieńkowski, *L'Illuminismo...*, 260; A. Jobert, *Magnats polonais et physiocrates français (1767-1775)*, Dijon, 1941, 61. Merece atenção igualmente a monografia dedicada à Comissão da Educação, do mesmo autor: *La Commission d'éducation nationale en Pologne (1773-1794)*, Paris, 1941.

¹² Gieysztor, *Storia...*, 276-281. A Dieta “quadrienal” foi confederada (as resoluções eram então aprovadas por maioria de votos). A Dieta invalidou as garantias dos Estados que participaram da partilha, concedendo à Polônia a autêntica independência, dissolvendo o Conselho Permanente e aprovando o aumento do efetivo militar para 100.000 homens. Além disso, foi aperfeiçoada a administração central e financeira. Foram atribuídas significativas concessões em prol da burguesia e dos camponeses. Por sua vez a Constituição de 3 de maio trouxe mudanças institucionais mais importantes. A Polônia devia tornar-se uma monarquia parlamentar. O supremo poder executivo devia caber ao soberano hereditário, que devia exercê-lo com a ajuda da Guarda das Leis e de comissões dos duques; o poder legislativo era exercido pela Dieta, na qual já não vigorava o *liberum veto*, enquanto que o poder judiciário foi atribuído a tribunais independentes (cf. Bardach et al., *Historia państwa i prawa...*, 276-290, que contém uma boa análise das resoluções expedidas pela Dieta Quadrienal). Uma obra mais ampla dentro da ampla literatura dedicada à Dieta é o trabalho de Leśnodorski: *Dzielo Sejmu Czteroletniego*, Wrocław, 1951.

Em 1771 os católicos do rito latino¹³ constituíam apenas 50% da população da República, a Igreja católica contava com 11.000 representantes do clero secular, 14.500 do religioso e 3.200 religiosas¹⁴. A Igreja católica do rito oriental (oito dioceses) contava cerca de 9.000 paróquias e cerca de 4,5 milhões de fiéis. A tabela apresentada abaixo mostra claramente que a população da República não era uniforme quanto ao aspecto confessional.

Profissão religiosa	Total
católicos romanos	5,5 milhões
católicos do rito oriental	4,5 milhões
ortodoxos	600.000
judeus	900.000
maometanos	50.000
calvinistas	8.000
outros	100.000 ¹⁵

No século XVIII crescia a aversão aos representantes de outras religiões e chegou-se à consolidação de um estereótipo: o polonês passou a ser identificado com a religião católica¹⁶. A nobreza identificava-se com o catolicismo¹⁷. Um autor francês descreveu a nobreza polonesa daqueles tempos da seguinte forma: “O nobre polonês manifestava o mais profundo desprezo a tudo que de perto ou de longe dizia respeito à burguesia e aos camponeses. Eis que esse nobre tinha a sua fé, à qual geralmente era apegado de alma e corpo – era um católico do rito latino. Era a religião da nobreza, a tal ponto que o nobre não conhecia outras

¹³ S. Litak, *Struktura i funkcje parafii w Polsce*, in: *Kościół w Polsce*, red. J. Kłoczowski, vol. II, Wiek XVI-XVIII, Kraków, 1970, 301; T. Korzon, *Wewnętrzne dzieje Polski za Stanisława Augusta*, vol. I, Kraków-Warszawa, 1897, 245.

¹⁴ W. Müller, *Zakony w diecezjach i województwach*, in: *Zakony męskie w Polsce w 1772 r.*, red. L. Bieńkowski, J. Kłoczowski e Z. Sułkowski (*Materiały do atlasu historycznego chrześcijaństwa w Polsce*, I), Lublin, 1972, Tab. 24. O autor fornece igualmente o número dos religiosos que se encontravam então na Silésia e na Prússia (provavelmente se trata de poloneses). Nesse caso a tabela fornece o número de 15.900 religiosos. Bieńkowski, *L'Illuminismo...*, 288-289, informa a respeito do número de irmãs religiosas na Polónia “propriamente dita” e na Lituânia. Convém lembrar que esses dados são fornecidos apenas como aproximados.

¹⁵ Os dados estatísticos provêm do trabalho de Korzon, *Wewnętrzne...*, I, 174-216 – ortodoxos; 218 – judeus; 240-241 – católicos do rito oriental; 216-217 – matometanos. Por sua vez em Bieńkowski, *L'Illuminismo...*, 291 – católicos do rito oriental; 298 – ortodoxos; 302 – calvinistas; 305 – judeus; 310 – maometanos. Nos mencionados dois autores ocorrem pequenas diferenças em relação ao número dos diversos grupos confessionais.

¹⁶ Pobóg-Malinowski, *Najnowsza historia polityczna Polski, 1864-1945*, Paris, 1953, vol. I, 8. O autor cita a opinião de Muravyev, segundo o qual “o maior inimigo da nação russa é o espírito polonês e o catolicismo, porquanto ‘polonês’ e ‘católico’ são sinônimos; por isso o governo deveria empenhar-se sobretudo por enfraquecer o catolicismo”.

¹⁷ Gieysztor, *Storia...*, 216.

e não lhes demonstrava respeito. O rito grego era na sua convicção apenas um amontoado grosseiro de superstições, boas para os camponeses da Ucrânia ou para os comerciantes de Vilnius ou de Lvov, mas indigno de atrair a atenção de uma pessoa da sua estatura”¹⁸.

A Igreja católica do rito ocidental apresentava-se como a Igreja nacional, e a Igreja do rito oriental era considerada como “campestre”, em oposição à Igreja “senhorial” romano-católica.

A Igreja católica do rito latino contava na Polônia dezessete dioceses. Todo primaz da Polônia era uma personalidade “primordial”. No período do *interregnum* exercia a função de *interrex*¹⁹.

No século XVIII intensificavam-se os conflitos econômicos entre a Igreja e a nobreza, que, ameaçada de empobrecimento, buscava sobrecarregar os bens eclesiásticos com uma parte das obrigações em prol do Estado; e, para se livrar da obrigação de benefícios em prol da Igreja, procurava restringir os rendimentos do clero, principalmente a transmissão a eles das propriedades rurais²⁰. Em relação com isso, foram proibidos sobretudo os donativos em prol dos conventos em forma de propriedades rurais herdadas e a fundação de novas casas sem a autorização da Dieta²¹. Um nobre que quisesse ingressar na vida religiosa tinha a obrigação de vender antes os seus bens a um comprador leigo²². A esse respeito ocorriam diversos abusos. Por isso a Dieta de 1764 aprovou de forma clara e categórica que “sem a autorização da República, proíbe-se a instituição de novas fundações e de novos legados ‘sob pena de invalidade’”²³. Isso significava que antes da fundação de uma igreja ou convento era exigido o consentimento do poder legislativo. Na prática, muitas vezes se procedia ao contrário. No acerto de contas final muitos conventos, juntamente com os seus bens e legados, não conseguiam a aprovação da Dieta, o que levava – após a morte dos fundadores – a longos processos judiciais. A fim de aliviar a nobreza dos títulos das cotas pagas em prol da Igreja, a Dieta de 1775 baixou de 7% para 3,5% a tributação das somas locadas nos diversos bens da nobreza²⁴. Dessa forma ia crescendo um

¹⁸ A. Guepin, *Un chapitre de l'union des Eglises*, I, Paris, 1897, 305.

¹⁹ B. Kumor, Ustrój Kościoła w Polsce stanisławowskiej, in: *Historia Kościoła...*, II/I, 97-98.

²⁰ Vol. Legum, vol. III, 854. Uma resolução da Dieta de 1635 proibia que fossem doados à Igreja bens rurais. Isso foi confirmado pela Dieta em 1669; cf. Vol. Legum, vol. V, 16. Fala a esse respeito J. Mazurkiewicz, *Ustawy amortyzacyjne w dawnej Polsce*, Lwów, 1933, 18-21. Considerando que em Lublin, em 1761, de 113 prédios, 42 pertenciam à Igreja, e 38 eram obrigados a pagar juros em seu favor, não é difícil compreender a inquietação da nobreza; cf. J. Kłoczowski, *Zakony męskie w Polsce w XVI-XVIII wieku*, in: *Kościół w Polsce...*, 623-627.

²¹ Vol. Legum, vol. IV, 488 “Warunek”.

²² J. Wysocki, *Dzieje Kościoła w Rzeczypospolitej w okresie stanisławowskim*, in: *Historia Kościoła w Polsce*, vol. II/1, Poznań.

²³ Vol. Legum, vol. V, p. 16.

²⁴ Wysocki, *Dzieje...*, 90.

específico anticlericalismo da nobreza, que aliás demonstrava o seu apego à fé e à prática de obras de caridade.

Na segunda metade do século XVIII, na República da Polônia surgiram nítidas tendências e posturas iluministas. Os precursores e iniciadores do Iluminismo devem ser buscados entre o clero. Levando em conta o número das pessoas religiosas, constatamos que elas constituem quase dois terços entre os militantes iluministas²⁵; os católicos leigos queriam ver na Igreja uma instituição que se preocupasse sobretudo com a educação moral; para alguns deles, o padre devia ser não apenas um mestre dos princípios da fé e da moralidade, mas também de outras disciplinas, p. ex. do âmbito da economia e da medicina. Por isso os católicos “iluminados” se caracterizavam por uma aversão às ordens contemplativas, e eles apoiavam aquelas que “eram úteis”, como os jesuítas, os escolápios, os missionários e os teatinos.

O ataque mais violento contra as ordens religiosas ocorreu após o ano 1760, quando foram elaborados os projetos que previam a parcial liquidação tanto das ordens religiosas como dos conventos, bem como a limitação do número dos religiosos²⁶. Os animadores dessas reformas na Polônia eram: o primaz Gabriel Podoski (1719-1777) e os bispos Inácio Massalski (1729-1794) e André Młodziejewski (1717-1780), que exercia a função de Grão-Chanceler da Coroa²⁷. Também o rei Estanislau considerava as congregações religiosas como inúteis e prejudiciais à sociedade²⁸. Uma opinião semelhante era expressa por boa parte dos magnatas. Os bispos, por sua vez, exigiam a submissão dos religiosos à autoridade deles.

Os religiosos na Polônia, apoiados pelo núncio, gozavam de uma posição suficientemente forte sobretudo entre a nobreza e o povo; as forças de oposição não tinham condições de levar adiante o programa de reforma acima apresentado²⁹.

²⁵ W. Czapliński, *Zarys dziejów Polski do roku 1864*, Kraków, 1985, 344; Gieysztor, *Storia...*, 223.

²⁶ P. Cazin, *Le prince-évêque de Varinie Ignace Krasicki 1737-1801*, Paris, 1940; Jobert, *La Comission d'éducation...*, 60; Wysocki, *Dzieje...*, 73-80.

²⁷ Uma opinião excessivamente exagerada e triste a respeito desse personagem é apresentada por Pastor, *Storia dei papi*, vol. XV/w, 292-293.

²⁸ J. Śrutwa, *Oświecenie w Polsce i jego wpływ na życie kościelne*, II; 1; W. Chotkowski, *Księcia prymasa Poniatowskiego spustoszenie kościelne w Krakowie*, Kraków, 1918. O primaz Poniatowski, um grande reformador da época do Iluminismo, desejava também realizar reformas no seio da Igreja, por exemplo, reprimir o desenvolvimento de ordens religiosas reconhecidas como pouco úteis.

²⁹ Kłoczowski, *Dzieje polskiego chrześcijaństwa*, vol. I, Paris, 1987, 233.

A concepção da congregação e a sua realização

A congregação dos padres marianos (*Ordo Immaculae Conceptionis B. V. Mariae Clericorum Regularium Marianorum*, OIC – Congregação Polonesa dos Clérigos Regulares Marianos da Imaculada Conceição da Beatíssima Virgem Maria), fundada pelo Pe. Estanislau de Jesus Maria Papczyński, era a primeira congregação religiosa de origem polonesa³⁰. Ao fundar essa congregação, Papczyński uniu-se a um grupo de eremitas em Puszcza Korabiewska. Ele queria que a nova comunidade propagasse o culto da Imaculada Conceição da Beata Virgem Maria e apoiasse os párocos no seu trabalho pastoral, especialmente em meio ao povo “simples”³¹.

Essa concepção sofreu uma mudança quando a Puszcza veio inesperadamente (no dia 24 de outubro de 1673) o bispo S. Święcicki, que estava visitando a diocese. Ele ordenou aos moradores de Puszcza Korabiewska, que por ele foram chamados de eremitas marianos, a observância do decreto de visitação por ele expedido. Nesse dia os marianos obtiveram a primeira aprova  o eclesiástica. O bispo Święcicki conferiu ao mesmo tempo a essa comunidade o regulamento *ad devotionem et poenitentiam ad recollectiones pertinentes*³², estabelecendo com isso a sua orienta  o eremítico-penitencial de clausura estrita, que não era muito do agrado do Pe. Papczyński, porquanto restringia a sua dimensão apostólica.

Em 1679 a congrega  o foi formalmente instit  ida de acordo com o direito canônico pelo bispo S. Wierzbowski, que num documento apropriado introduziu como objetivo principal a intercessão pelas almas do purgatório, “para de todas as formas, e principalmente pelos sacrifícios da santa Missa, pela recita  o diária de todo o rosário e por diversas mortifica  es devolver o descanso eterno aos que sofrem os tormentos do purgatório, especialmente àqueles que pereceram em consequência das contínuas guerras, das frequentes pestes e outras calamidades, e que estão privadas de qualquer ajuda dos fiéis”³³.

³⁰ J. Majkowski, Papczynski Stanislas de Jesus Marie, in: *Dictionnaire de Spiritualit  *, XII, Paris, 1984, 165-166; G. Navikevicius, *Stanislao di Ges   Maria Papczyński (1631-1701)*, *Scolopio e fondatore della Congregazione dei PP. Mariani*, Roma, 1960; J. Kałkowski-C. Krzyżanowski, *Papczyński Stanislaw di Ges   Maria*, DIP, VI, 1171-1176. Para uma apresenta  o mais ampla e mais exaustiva dos escritos de Papczyński, cf. *Positio super Introductione Causae et super Virtutibus*, Roma, 1977. Entre as disserta  es mais antigas a respeito do Pe. Papczyński, até hoje goza de reconhecimento o trabalho de S. Sydry, *Czcigodny Sl. B. O. Stanislaw od J. M. Papczyński i jego dzieło*, Warszawa, 1937.

³¹ Navikevicius, *Papczyński...*, 156-160; W. Nieciecki, *Gł  wne cechy duchowo  ci Zgromadzenia Ksi  ży Marianów w   wietle Konstytucji mariańskich w 1930 r.*, Roma, 1965, 16-17.

³² Navikevicius, *Papczyński...*, App., 25-27, *Positio*, Papczyński, 341-345, cont  m o texto completo dos “Documentos de visita  o” publicado em forma crítica.

³³ “In eum vel maxime finem instituere, ut omnibus modis et signanter per Missarum sacrificia, recitationem Officii Defunctorum et integri Rosarii quotidianam, aliasque mortificationes animas piacu-

Com o objetivo de alcançar a aprovação pontifícia, o Pe. Papczyński enviou a Roma o mariano J. Kozłowski, que escolheu para regra a chamada Regra das dez virtudes da Santíssima Virgem Maria, segundo a qual a ordem das religiosas da Anunciação professava os votos solenes e que era observada nas congregações religiosas dependentes dos franciscanos³⁴.

Após a aceitação da regra, querendo obter diversos privilégios e apoio, os padres marianos enviaram um pedido solicitando a sua afiliação à ordem dos franciscanos reformados. Através de uma carta do dia 21 de setembro de 1699, o Frei Mateus de S. Estêvão, superior geral, expressou a concordância com a afiliação da congregação dos padres marianos à ordem franciscana, a observância da Regra das Dez Virtudes da Santíssima Virgem Maria, a utilização por eles do hábito branco, cingido pelo cordão (franciscano) e, finalmente, que eles dirigissem um pedido à Santa Sé para a obtenção da aprovação no âmbito da mencionada Regra, e que se empenhassem pelos privilégios dos religiosos regulares:

“A vós todos e a cada um em particular, tanto presbíteros como clérigos e irmãos conversos, membros do mencionado Instituto, e aqueles que serão aceitos, aceitamos com amor como Coirmãos da nossa comunidade Seráfica, para que graças a isso possais livremente gozar de todos os privilégios gerais e particulares, das graças, das indulgências, da remissão das culpas, das dispensas e dos indultos acima mencionados”³⁵.

No dia 24 de novembro de 1699³⁶ a congregação obteve a aprovação da Santa Sé expressa no breve *Exponi nobis nuper* e foi elevada à categoria de ordem, em razão do que os seus membros eram obrigados a professar os votos solenes.

Chama a atenção o fato de que desde o início da formação da ordem foram-lhe atribuídas duas direções, nem sempre bem vistas ou mesmo aceitas no século seguinte, a saber: a imposição da orientação eremítico-penitencial – em

laribus cruciatibus adictas in requiem asserat Misericordia Dei annuente sempiterna, praesertim eorum qui per bella continua, pestilentiam frequentem variasque calamitates extincti sunt, quive omni sane auxilio fidelium sunt destituti”. Navikevicius, *Papczyński...*, App., 34-38. Essa fundação se deve ao bispo “de Poznań” S. Wierzbowski.

³⁴ A Regra das Dez Virtudes da SVM foi redigida pelo franciscano beato Nicola Gilberto (1460-1532), de acordo com as orientações de Joana de Valois e era observada pelas Irmãs da Anunciação. Cf. P. Othon, *Le Bienheureux Gabriel Maria, O.F.M., et l'Ordre de Annonciade* (Bourges, 1923), 348. Adotaram-na também institutos masculinos que pertenciam à jurisdição dos franciscanos. Essa regra foi aprovada no dia 12/02/1502 por Alexandre VI; cf. *Bibliotheca Sanctorum*, V, col. 1343.

³⁵ “Vos omnes, et singulos tam Presbyteros, quam Clericos et Conversos praefati Instituti Secutores, eosque qui de caetero admissi fuerint, in Nostri Seraphici caetus Consodales permanentes suscipimus... vi cuius libere uti et potiri possitis omnibus et singulis Privilegiis, gratiis et Indulgentiis, peccatorum remissionibus, Exemptionibus, et Indultis Apostolicis superius enumeratis”. Navikevicius, *Papczyński...*, App. 60-51.

³⁶ Confraria da Imaculada Conceição (Lisboa, 1758), 12-14. Esse documento não se encontra no *Bullarium Romanum*; cf. Navikevicius, *Papczyński...*, 207; a versão latina se encontra em *Regula Ordinis B. V. Mariae*, Varsaviae, 1723, 40-44.

oposição à vontade do fundador – e a afiliação da ordem aos franciscanos reformados. Este último fato, apesar de inicialmente ter trazido à ordem ainda frágil certas vantagens, foi reconhecido mais tarde pelos próprios marianos como um obstáculo³⁷.

Quando se orientou quanto ao real caráter da congregação, tal como o havia visto o Pe. Papczyński, o bispo S. Wierzbowski dispensou-a da orientação eremítica:

“Decidimos e estabelecemos que as outras casas não são obrigadas àquilo que no ato da visitação foi decidido pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo H. Świącicki, nosso Comissário para a Casa de Retiros no Eremitério de Korabie, no que diz respeito ao rigor da alimentação, do silêncio e da convivência com pessoas de fora”³⁸.

Apesar da publicação do decreto acima, a dependência da rigorosa ordem dos frades franciscanos reformados deixou a marca eremítico-pastoral na congregação dos padres marianos, refreando a sua atividade pastoral.

Aquele caráter eremítico-penitencial manifestava-se na severa disciplina, por exemplo na obrigação de beijar o chão, na surra pública de algum dos membros, na repetida participação da santa Missa conventual no decorrer do dia, bem como no cântico do Pequeno Ofício da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria, na recitação do breviário, do rosário, das completas e de outras orações. Não sobrava muito tempo para as tarefas pastorais. Além dessas tarefas impostas, até meados do século XVIII obrigava nos conventos a estrita clausura, além do que, por quaisquer abusos eram aplicados numerosos castigos. No entanto é preciso lembrar que o mencionado documento fornecia as bases legais para o futuro trabalho pastoral.

Verificou-se que após a eliminação das obrigações acima a prática da atividade pastoral podia ser muito mais fácil, e por isso tanto o bispo Wierzbowski como o Pe. Papczyński davam ênfase à necessidade do trabalho pastoral. Pela primeira vez, esse tema foi claramente abordado numa carta à Santa Sé:

³⁷ O procurador-geral Spourny escrevia em 1780 que os frades reformados, considerando os marianos como a sua Ordem Terceira, não estavam interessados no seu desenvolvimento, e até refreavam a fundação de novos conventos. Como visitantes da congregação que presidiam aos capítulos gerais, não demonstravam nenhum interesse pelas novas iniciativas que a congregação dos padres marianos manifestava na segunda metade do século XVIII, mas buscavam restringir o papel dos capítulos, de maneira que eles multiplicassem os mesmos decretos “banais”. Não queriam admitir que os marianos se libertassem da jurisdição deles. Com a ajuda de certos subterfúgios, introduziam o caos na congregação, querendo que “nominalmente fossem Regulares, in fondo, pero, Monachos fossero statí” (Prot. Wet., *Lettera di Spourny al Sup. Gen. R. Nowicki 1780*); cf. Sydry, *Organizacja...*, 14, 40.

³⁸ “Ea tamen, quae in actu visitationis ab Illustr. et Rev. H. Świącicki... Commissario nostro pro Domo Recollectionis in Eremo Corabieviensi sita praescripta sunt circa rigorem in victu, silentio et conversatione cum hominibus externis, alias Domus non obligare indicamus et statuimus”. Navikevicius, *Papczyński...*, 36.

“(…) com esse objetivo isso foi instituído ou com esse objetivo esse instituto existe (...), para que [os religiosos] ajudem aos falecidos privados de ajuda com orações e santas Missas diárias, e para que apoiem os párocos no trabalho pastoral, principalmente ensinando ao povo as verdades elementares da fé”³⁹.

Assim, pois, os padres marianos foram convocados ao trabalho pastoral “em todo o Reino, especialmente naquelas partes suas onde a messe é grande e os operários são poucos, as igrejas são distantes umas das outras e há uma grande quantidade de povo simples”⁴⁰.

No título da congregação foram encerrados igualmente os seus objetivos específicos. O *Horologium Marianum* define-os da seguinte forma: *Ordo Immaculatae Conceptionis B.V.M. Congregationis Polonae in cura animarum fidelium et Coadiutorum Parochorum*⁴¹.

O novo direcionamento da ordem – provocado pelo afastamento do caráter eremítico e pela passagem ao caráter ativo apostólico – foi difícil e foi se realizando aos poucos. O sucesso mais importante nessa evolução foi, no entanto, a aprovação das Constituições em 1723 pelo papa Inocêncio XIII. As adequadas regras foram impressas e divulgadas naquele mesmo ano. O seu capítulo VI era dedicado ao trabalho apostólico – como tarefa especial dos marianos:

“Visto que no Reino da Polônia encontra-se uma multidão de povo simples, que desconhece os mistérios da fé, os frades marianos se empenharão, sempre que surgir uma ocasião, por instruir essas pessoas simples, não somente nas igrejas próprias, mas também nas paroquiais, nas aldeias e nos hospitais”⁴².

Nos anos 1725-1750 a ordem dos marianos foi impregnada de uma forte corrente de renovação espiritual, aludindo à fidelidade ao espírito do fundador, com uma ênfase especial na imitação das Dez Virtudes da Santíssima Virgem Maria. Em circunstâncias tão favoráveis iniciava-se o desenvolvimento da ordem, tanto no que dizia respeito ao número dos membros como também no alcance da atuação, o que vinha acompanhado pela fundação de novas casas – na Lituânia, na Ucrânia e até em Portugal. Uma figura eminente, que se distinguiu e foi dominante naquele período, foi o Pe. Casimiro Wyszyński, que exerceu diversas funções, inclusive por duas vezes foi superior geral (nos anos 1737-1741 e 1747-

³⁹ Ibidem, 56-57.

⁴⁰ Positio, Papczyński, 522-525. Requerimento dirigido à Santa Sé pelo bispo Wierzbowski, administrador da diocese de Poznań, 20/3/1699.

⁴¹ Ibidem, 544-546; Breve *Exponi nobis nuper* de Inocêncio XII, de 24/11/1699; *Horologium Marianum*, Varsaviae, 1732.

⁴² “Cum in regno Poloniae multitudo maxima sit hominum rudium mysteria fidei ignorantium, et pauci inveniuntur sacerdotes pro ipsorum instructione; quapropter patres mariani studebunt nedum in propriis ecclesiis, verum etiam in parochialibus, villis, hospitibusque, quoties occasio contingere potest, homines rudes instruere”. *Marianie*, Enc.Kość., vol. XIII, 539.

1750)⁴³. Ele introduziu na ordem um novo espírito. O exemplo da sua vida, a sua atividade pastoral e reformista em meio aos marianos, as suas disposições, que em período posterior se tornaram parte da legislação mariana, contribuíram para a renovação espiritual e para o rápido desenvolvimento da ordem na segunda metade do século XVIII.

As diretrizes do Pe. Wyszyński eram exatamente realizadas pelos seus sucessores. Apesar de a ordem dos padres marianos continuar a ter o caráter de uma congregação de regra severa da vida religiosa (flagelação geral três vezes por semana, numerosos jejuns no decorrer do ano, observância do silêncio em determinadas horas do dia, estrita clausura), foi capaz, no entanto, de intensificar a sua atividade pastoral, missionária e educativa nas escolas. Naquele período surgiu na congregação uma nova figura – o Pe. Raimundo Nowicki. Eleito superior geral em 1776, ele exerceu essa função por quatro mandatos – até o ano 1788⁴⁴. No período do seu governo a ordem atingiu o apogeu do seu desenvolvimento, a tal ponto que em 1781, em treze conventos, residiam cento e quarenta e sete marianos⁴⁵.

Na segunda metade do século XVIII muitas ordens não deixaram de ser atingidas por uma crise, cujas raízes devem ser buscadas sobretudo no anterior período saxão. Elas eram atacadas por alguns representantes do Iluminismo, que as acusavam de inutilidade. Da parte dos bispos, e também de alguns leigos, fluíam estímulos direcionados às ordens para que elas realizassem uma reforma de acordo com o espírito dos tempos e se envolvessem ativamente na obra da renovação cultural e moral da sociedade.

O problema da reforma tornou-se para a congregação dos marianos uma tarefa de importância primordial. Na sua realização envolveu-se um grupinho de padres, entre os quais se distinguiram pela maior atividade: Białowieski, Hondlewski, Niezabitowski, Spourny e principalmente Nowicki⁴⁶. Com o objetivo de facilitar os contatos com a Santa Sé, no dia 26 de outubro de 1776 o Pe. Cândido

⁴³ Encontra-se em curso atualmente o processo da sua beatificação. Cf. Positio, Wyszyński.

⁴⁴ T. Górski, *Nowicki Rajmund*, PSB, V. 23, 334-335. El.Alph., 39.

⁴⁵ ASV, Arch.Nunz.Vars., vol. 76, f.2r, *Il nunzio Giovanni Archetti alla Sacra Congregazione dei Vescovi e dei Regolari*, de 12/1/1781.

⁴⁶ Ficamos sabendo disso das 17 cartas do Pe. Spourny, procurador-geral em Roma, bem como das 7 cartas de J. Niezabitowski, um mariano residente em Roma. Preservaram-se somente estas dos anos 1777/8; não possuímos a continuação do registro. Podemos, no entanto, supor que havia mais dessas cartas, que encerram informações a respeito da reforma da congregação, propostas e orientações relacionadas com a independência dos frades reformados; cf. ABUV, Prot.Wet. A respeito da atividade dos padres Białowieski, Hondlewski e Nowicki na área da reforma da congregação falam os decretos capitulares expedidos nos anos 1776-1788. Cf. AGM, Prot.Skórc., ff. 1-59. Cf. também a carta do bispo de Vilnius: J. Kossakowski ad R. Nowicki, Superiore Generale dei PP. Mariani, de (s/data)/9/1782, in: Sydry, Odpisy..., 1.

Spourny foi nomeado procurador-geral em Roma⁴⁷. Graças a ele os marianos se estabeleceram na Cidade Eterna, tendo adquirido em 1779 dos cistercienses o convento e a igreja de S. Vito⁴⁸, onde foi instalada a Procuradoria-Geral da congregação.

A reforma da ordem dos marianos envolvia dois objetivos: a reforma das Constituições e a independência dos reformados. No dia 11 de setembro de 1779 o rei Estanislau Augusto dirigiu-se ao Santo Padre com o pedido de que fosse reconhecida a independência dos marianos da ordem dos franciscanos. O primeiro sinal visível dessa intervenção foi a convocação do capítulo geral, que se realizou em 1782, por iniciativa e sob a presidência do superior geral R. Nowicki⁴⁹.

O bispo J. K. Kossakowski encaminhou ao Capítulo uma carta com o seguinte conteúdo: “Envio o padre (...) juntamente com as minhas observações orais e por escrito, que estão de acordo com a opinião de todo o país: de que não são as nações e os Estados que existem para a Igreja, mas é a Igreja que existe para o proveito e ao serviço do país. Daí a conclusão de que, se a congregação não serve ao Estado e à sociedade, é inútil e é para ele um peso (...), e por isso me parece justo que aceiteis esse (...) compromisso espiritual e muito útil de promover o ensino nas escolas paroquiais existentes junto aos conventos; de enviar os religiosos para as missões populares, bem como de organizar retiros nos vossos próprios conventos”⁵⁰. Além disso, prometia que ofereceria aos marianos as três principais antigas sedes dos jesuítas em sua diocese⁵¹. O Capítulo, dando-se conta da importância dos assuntos abordados pelo bispo, ordenou a intensificação das ações e expressou a necessidade de um mais diligente engajamento nas escolas paroquiais e nas missões populares⁵². O Pe. Nowicki informou a respeito disso o bispo Kossakowski, pedindo: “Eu gostaria de ver a nossa ordem salva e útil ao país. Por isso aceitei a questão das missões populares e das escolas paroquiais como a nossa principal obrigação”⁵³.

⁴⁷ J. Vaisnora, *Mariani Romae, saeculis XVII-XVIII, Marianus* 1 (1962), 27; B. Jakimowicz, *Stabilizacja i rozwój zakonu w XVIII wieku. Marianie*, Roma, 1795, 45.

⁴⁸ ABUV, Prot.Wet. O presente registro contém o contrato assinado entre os marianos e o arcebispo Carlo Camuccio, que deu aos marianos cinco mil escudos, pelos quais puderam adquirir a igreja e o convento dos cistercienses. *Contrato tra i PP. Mariani e l'arcivescovo C. Camuccio*, de 29/4/1778. Cf. Jakimowicz, *Stabilizacja...*, 45.

⁴⁹ AGM, Prot.Skórc., ff. 25-27.

⁵⁰ AGM, Sydry, Odpisy, I, *Lettera del vescovo J. K. Kossakowski al Superiore generale R. Nowicki*, de (s/d)/9/1782.

⁵¹ Ibidem.

⁵² AGM, Prot.Skórc., ff. 25-26. Decreto 1782/5.

⁵³ AGM, Sydry, Odpisy, I, *List przełożonego generalnego R. Nowickiego do bpa. J. K. Kossakowskiego*, de 29/9/1782.

Em entendimento com a administração geral da congregação, os procuradores-gerais em Roma, os padres C. Spourny e N. Gołkowski, elaboraram o documento legal que permitia a separação dos reformados. No dia 10 de março de 1786 o papa Pio VI concordou com isso da seguinte forma:

“E visto que, como esse requerimento dizia na sua continuação, o mencionado Norberto, Procurador-Geral, insistentemente pediu que dividíssemos e separássemos a sua Ordem da Ordem dos Irmãos Menores chamados Observantes, à qual, como mencionado, estava agregada e unida (...): dividimos e separamos”⁵⁴.

Naquele tempo o Pe. Gołkowski estava revisando as Constituições de 1723, levando em conta nelas as resoluções dos capítulos gerais que se realizaram nos anos 1782 e 1785, bem como as observações da administração da ordem. No dia 27 de março de 1787 os marianos obtiveram a aprovação das Constituições adaptadas à nova situação legal⁵⁵. Essas normas, sem quaisquer mudanças, vigorariam até 1909, impondo à ordem – como compromisso especial – cinco tarefas: a propagação do culto da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria, as orações pelas almas que sofrem no purgatório, a ajuda aos párocos, a instrução nas escolas paroquiais e as missões populares.

Foi abordada de forma especialmente ampla a obrigação de realizar missões, especialmente entre os *homines rudes* (a população das aldeias). Além disso, as Constituições convocavam todo mariano a ensinar ao povo as verdades fundamentais da fé⁵⁶. Como resulta do acima exposto, a ordem dos padres marianos, totalmente moldada no ambiente nativo da República da Polônia, tipicamente aldeão, cem anos após a proclamação das suas Constituições e a elaboração do seu caráter específico, aos poucos se cristalizou como uma instituição cuja tarefa devia ser a elevação do nível da vida religiosa dos camponeses, o que era uma das mais urgentes necessidades do cristianismo na Polônia⁵⁷.

⁵⁴ “Cum autem, sicut eadem expositivo subjungebat, memoratus Norbertus Procurator Generalis apud nos insisterit, ut suum Ordinem ab Ordine Fratrum Minorum S. Francisci de Observantia nuncupatorum, cui, ut profertur, aggregatus et coniunctus erat; segregaremus, ac dismembraremus (...)”. O texto completo foi publicado juntamente com *Constitutiones Ordinis Immaculatae Conceptionis Beatae Virginis Mariae Clericorum Regularium Marianorum*, Romae, 1787. O original encontra-se em ASV. Secretaria Brevium, n. 4090, 1787 martii, II, 197-281.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ “(...) praecipue quoad erudiendam in Doctrina Christiana rudem plebem quilibet incumbat”. *Constitutiones Ordinis...*, I/1.

⁵⁷ J. Kłoczowski, Zakony męskie w Polsce w XVI-XVIII wieku, in: *Kościół w Polsce*, red. J. Kłoczowski. Vol. II, Kraków, 1969, 584.

Os conventos e os seus fundadores

Levando em conta o desenvolvimento numérico, territorial e nacional, pode-se perguntar se os padres marianos promoviam alguma forma de política institucional ou se, em razão do fato de que no palco da República da Polônia eles surgiram bastante tarde, aceitavam toda fundação que lhes era oferecida? Das pesquisas históricas resulta, por exemplo, que os capuchinhos, das setenta e nove fundações que lhes foram oferecidas nos anos 1681-1772, aceitaram apenas vinte e quatro⁵⁸.

Desenvolviam certa política consciente de desenvolvimento os missionários, os jesuítas, os escolápios. Pode-se até afirmar que eles tinham um estilo próprio de ação e de desenvolvimento. Os frades jesuítas, que faziam parte na Polônia das ordens mais prestigiosas, negaram a aceitação de um número significativo de fundações que lhes haviam sido propostas, mas, apesar disso, nos anos 1600-1772 estabeleceram vinte e quatro importantes fundações - com a ajuda de recursos próprios e em lugares escolhidos pela ordem⁵⁹. Convém lembrar que nos séculos XVII-XVIII, com as seiscentas e cinquenta fundações realizadas, um número quase equivalente delas foi rejeitada pelas ordens⁶⁰.

Evidentemente, também os padres marianos queriam realizar a sua própria política relacionada com a fundação de novos conventos, mas isso permanecia apenas na esfera das aspirações. Durante a vida do fundador da ordem, Pe. Papczyński, os marianos possuíam somente três conventos (em Puszcza Korabiewska, Góra Kalwaria e Gozlin). Eles receberam também outras três propostas de ereção de conventos marianos. Um dos lugares mencionados era Lewiczyn; quanto aos restantes, não são conhecidos os fundadores nem os lugares⁶¹.

Do ponto de vista cronológico, o quarto e último núcleo na Polônia “étnica” foi fundado na localidade de Skórzec, na Mazóvia. O seu fundador foi um padre diocesano, cura da paróquia de Suchożebry, o cônego de Kamieniec João Przygoda Przygodzki. Uma crônica encontrada, escrita por Przygodzki, apresenta-o como uma pessoa piedosa, que fundou várias capelas e que apoiava diversas obras de caridade. O documento da doação foi assinado no dia 14 de agosto de 1710; por ordem do bispo de Poznań Tarło, e após a proclamação desse fato nas igrejas próximas, o documento de ereção canônica foi redigido no dia 5 de

⁵⁸ Z. Obertyński, *Początki polskiej prowincji kapucynów*, Warszawa, 1798, 23. É preciso levar em conta que uma parte dessa fundação não foi aceita em razão da inquebrantável resistência dos bispos.

⁵⁹ Kłoczowski, *Zakony...*, 622.

⁶⁰ Ibidem, 623.

⁶¹ Positio, Papczyński, 532.

outubro daquele ano *in Memoriam Conversionem S. Pauli Apostoli*⁶². Nenhum documento esclarece por que Przygodzki escolheu justamente os marianos. Levando em conta que Skórzec se encontrava na diocese de Poznań, e Suchożebry na de Łuck, torna-se difícil explicar também por que razão Przygodzki, como um simples pároco, dispunha da fundação de Skórzec, localidade situada numa das maiores paróquias da diocese, Niwiska. Essa era uma parte da Mazóvia não muito povoada. Em meio às florestas iam surgindo novos povoados, situados longe das igrejas, privados de assistência religiosa. No documento de ereção Przygodzki esclarece que, observando a dificuldade do povo, que tinha de percorrer pelos menos 15 quilômetros para de Skórzec chegar à igreja mais próxima, ele fundou ali um convento, a fim de facilitar o desvelo pelas almas das localidades próximas. Em consequência, repousava sobre os marianos também a obrigação de prestar ajuda aos párocos daquela região⁶³.

Todos esses conventos foram construídos numa só diocese – na de Poznań – e até numa só parte da diocese – no arquidiaconato de Varsóvia, e na mesma província – na Mazóvia. Era justamente esse arquidiaconato que ocupava na Polônia o primeiro lugar quanto ao número de religiosos e de conventos. Religiosos de outras ordens já se encontravam em todos os lugares importantes da diocese⁶⁴. Por isso os quatro conventos marianos nessa província não eram contados entre os mais importantes, sendo considerados até como secundários. Skórzec acalentava, no entanto, a esperança de que com o tempo contaria com mais habitantes e de que o convento nessa região se tornaria um centro de vida religiosa. Realmente, para os marianos essa se tornou no futuro a mais importante casa religiosa.

Para a população, o surgimento de conventos e de comunidades religiosas tinha um grande significado, e não apenas no contexto da assistência pastoral. Esses núcleos desempenhavam igualmente um importante papel cultural e social: transformavam-se em centros que eram capazes de integrar os habitantes das localidades já existentes com os habitantes dos povoados que apenas iam surgindo⁶⁵.

As reformas realizadas no tempo em que a função de superior geral foi exercida pelo Pe. Wyszński conduziram ao renascimento da vida espiritual da ordem e à sua estabilização. Em razão do crescimento do número das vocações

⁶² AZakS., *Erectio Ecclesiae ac Conventus Skoricensis*, 5/10/1711. Cf. Arquivo da paróquia de Suchożebry, *Kronika ks. Jana Przygodzkiego pisana w latach 1690-1716*.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Müller, *Zakony...*, 75-79; cf. mapa n. II.

⁶⁵ Essas áreas encontravam-se então em processo de colonização. Surgiam novas povoações, novas propriedades rurais, no entanto faltavam igrejas. Por isso o convento cumpria um importante papel na integração dos habitantes provenientes de diversas regiões da Polônia.

religiosas, surgiu a necessidade de encontrar novas fundações para os marianos, para convenientemente os alojar em conventos; o Pe. Wyszyński desejava aumentar o âmbito da atividade apostólica. Exercendo o cargo de superior geral, ele conseguiu quatro novas fundações: Raśna (1749), Mariampol (1749), Berezdów (1750) e Ostrzykowce (1751)⁶⁶. Duas dentre elas encontravam-se na área do Grão-Ducado da Lituânia, e as duas restantes, nos limites orientais da Polônia, em terras na sua maioria habitadas por ucranianos, católicos do rito oriental e ortodoxos.

A realização dessas fundações não ocorreu de imediato. O Pe. Wyszyński recebeu apenas a proposta e a promessa da parte do fundador, que a seguir apresentou no capítulo geral, da mesma forma que ocorreu com a fundação em Mariampol. Fala disso o decreto do capítulo expedido no dia 28 de junho de 1749:

“O Reverendíssimo Superior (Wyszyński) apresentou ao Venerável Conselho o problema: se devia aceitar a fundação na Lituânia, a saber, em Staropol (em razão dos marianos chamada Mariampol), dos Ilustríssimos condes Butler. O Venerável Conselho não somente aceitou essa proposta, mas até obrigou o Reverendíssimo Superior a se empenhar pela difusão e propagação do culto da Virgem Imaculada, na medida do possível no mundo inteiro”⁶⁷.

Raśna foi a primeira fundação “no caminho do leste” que surgiu na diocese de Łuck. O seu fundador foi Jorge José Matuszewicz, um rico nobre relacionado com as famílias Sapieha e Radziwiłł⁶⁸. Matuszewicz conhecia pessoalmente o Pe. Wyszyński. Após um encontro com ele em 1735 em seus bens em Bębnowo, quando o indagou a respeito da regra dos marianos, prometeu que erigiria para eles um convento em Raśna⁶⁹. Essa fundação esteve ligada com muitas dificuldades, surgidas em razão sobretudo do bispo Francisco Kobieliski, que chegou ao ponto de lançar uma excomunhão contra o fundador Matuszewi-

⁶⁶ Positio, Wyszyński, 160-164.

⁶⁷ “Adm. R.ndus Praepositus (Wyszyński) proposuit Venerabile Assessorium: an foundationem in Lituania nempe in Staropol (chamada depois, em razão dos marianos, de Mariampol)... apud Ill.mos Comites Butleros debeat suscipere; quod propositum Venerabile Assessorium non solum acceptavit sed omnino obligavit ut per totum orbem quantum potest A.R. Pater Praepositus Cultum Immaculatae V.M. procuretur et satagat promovere”. Ibidem, 207.

⁶⁸ Prot.Skórc. 1749/2: “Admodus Reverendus Pater Praepositus quia ad affectationem Fundadori Georgii Matuszewicz Kapitanei Steklicensis et Illustrissimi Episcopi Luceorigensis propter urgentia multa negotia, quae non patiebant moram acceptavit foundationem Conventus Rasnensis, an placeat Venerabili Assessorio, cui responsum est cum gratiarum actione. Functiones vero et ceremoniae perfectae sunt ad mensam huius introductionis.” Cf. também Z. Zielińska, *Matuszewicz, Józef*, PSB, vol. XX, 220-221; (J. M. Giżycki), *Spis ważniejszych miejscowości w powiecie starokonstantynowskim*, Stary Konstantynów, 1910, 650-651; Raśna, in: *Śl.Geog.*, vol. IX, 529.

⁶⁹ M. Matuszewicz, *Diariusz mego życia*, I-II, Warszawa, 1986. O autor do *Diário* era o filho de J. Matuszewicz, proprietário de Raśna e fundador do convento dos frades marianos nessa localidade. No *Diário*, diversas vezes ele faz referência à situação da congregação; cf. vol. I, 188, 197, 198, 199.

cz. O bispo preferia ver em Raśna a fundação de um hospital para os neófitos⁷⁰. A oposição do bispo tinha fundamento, porquanto na região de Raśna a maior parte da população era constituída por católicos do rito oriental e por uma pequena porcentagem de ortodoxos. À distância de 4 quilômetros estava situada a cidade Wysokie Litewskie, com duas igrejas e um grande convento dos bernardinos. A legislação da Polônia permitia a fundação de um convento na distância mínima de 8 quilômetros de um outro convento⁷¹.

Mariampol, uma fundação situada no Grão-Ducado da Lituânia, surgiu graças à generosidade da condessa Francisca Butler⁷². O Pe. Wyszzyński travou conhecimento com a família dos duques Czartoryski; a esposa do duque Miguel, Eleonora, era uma alemã de origem checa⁷³. Na residência deles conheceu a família – também de origem alemã – dos Butler, que eram amigos dos Czartoryski. Na congregação dos marianos havia então cerca de vinte checos, culturalmente mais próximos dos alemães do que dos poloneses. Atendendo a um desejo de Helena Czartoryski, foi enviado à sua residência o Pe. Benedito Hoennig, que ali devia exercer as funções de capelão. Um outro checo, o Pe. Adalberto Strach, foi por sua vez enviado em abril de 1750 a Staropol, mais tarde denominada Mariampol⁷⁴. Staropol estava subordinada à jurisdição da paróquia de Preny, distante 40 quilômetros, na qual, da mesma forma que em outras localidades, havia falta de assistência pastoral; apenas três vezes por ano vinham prestar assistência, da distante Kaunas, os frades franciscanos⁷⁵. Em 1754 veio a Staropol o Pe. Jacinto Wasilewski, e naquele mesmo ano foi ali aberto um noviciado. Por ordem da condessa Butler, foram edificadas uma igreja de madeira e o convento. Os marianos foram solenemente instalados em sua nova sede no dia 13 de setembro de 1758, na vigília da solenidade da Santa Cruz, e foi essa a invocação que obteve a igreja⁷⁶. Staropol, ou Mariampol, foi fundada em terras que o rei entregou em arrendamento à família Butler. Com o tempo, o convento em Mariampol tornou-se o principal centro mariano na Lituânia – onde havia o noviciado e os estudos religiosos –, bem

⁷⁰ Ibidem; J. Kałowski, *Działalność zakonodawcza księdza Stefana Turczynowicza. Studium prawno-historyczne*, Warszawa, 1982, 83.

⁷¹ Bieńkowski, *L'Illuminismo...*, 275: “Assim, pois, a Dieta de 1764, proibindo a fundação de novos conventos, visto que eles se haviam multiplicado demasiadamente, autorizava que eles fossem fundados com a condição de que não houvesse nenhum num raio de cerca de 7,5 km da mais próxima igreja paroquial”.

⁷² Totoraitis, *Marianie...*, 4-6; Id., *Mariampolski klasztor...*, 3, 9-11; Sydry, *Papczyński...*, 276; *Mariampole*, EL, III, 472-474.

⁷³ Konopczyńska, *Czartoryski Michał*, PSB, IV, 288-294.

⁷⁴ Totoraitis, *Marianie...*, 4-5; *Maryampol*, St.Geog., VI, 145-147.

⁷⁵ Totoraitis, *Mariampolski...*, 9.

⁷⁶ Totoraitis, *Marianie...*, 5 – informa que os marianos foram solenemente recebidos no recém-construído convento no dia 13/09/1758.

como um lugar de significativa importância para a diocese, onde eram pregados retiros e de onde os marianos viajavam para ajudar aos párocos no seu trabalho pastoral.

Ostrzykowce-Samczyki – é uma doação da família Chojecki da Ucrânia, originária da Mazóvia⁷⁷. O fundador, F. Casimiro Chojecki, “tendo simpatizado com a ordem dos frades marianos, trouxe-os e edificou uma esbelta igreja e um convento”⁷⁸. Chojecki era uma pessoa piedosa e tinha uma grande devoção a Nossa Senhora. Visto que um dos seus três filhos sofria de uma doença incurável, e um dos irmãos, P. Chojecki, encontrava-se naquele tempo na comunidade dos marianos, pode-se supor que para a fundação tenham contribuído estas circunstâncias: o culto mariano do fundador e o desvelo pelo filho doente, que por recomendação do pai ingressou na congregação dos marianos, onde permaneceu como clérigo até a morte⁷⁹.

Existia ainda uma motivação cultural, que é explicada pela colonização daquele lugar. Essa área era descrita da seguinte forma: “Somente a desolação e a ruína reinam nessa grande propriedade de Chojecki”⁸⁰. A população local, por sua vez, era na sua maioria de nacionalidade ucraniana, professando a religião ortodoxa ou católica do rito oriental. Nessas circunstâncias, o solar senhorial e o convento com a igreja católica eram os únicos centros do polonismo e os embriões da polonização. A residência em Ostrzykowce perdurou até o ano de 1789⁸¹.

Berezdów – era um núcleo fundado graças ao duque João Caetano Jabłonowski⁸². Após redigir uma “declaração” em favor do Pe. Wyszyński, Jabłonowski construiu em 1755 em Berezdów uma igreja, e nos anos 1756-1760, um convento. Os primeiros marianos foram para lá encaminhados já no dia 28 de junho

⁷⁷ *Stary Konstantynów...*, 638-641; Teodorowicz, *Opis powiatu Starokonstantynowskiego*, 378; J. Nieć, *Chojecki Fr. Kazimierz*, PSB, VII, 392-393.

⁷⁸ E. Rulikowski, *Policzyńce*, in: *Sl. Geog.*, VIII, 591-594. Policzyńce era uma propriedade da família Chojecki. O autor do artigo fornece uma boa caracterização de Chojecki, que era uma pessoa muito piedosa, devoto de Nossa Senhora.

⁷⁹ *Ibidem*; Rulikowski, *Policzyńce...*, 594; *El. Alph.*, 5.

⁸⁰ *Ibidem*, 593-594; Giżycki, *Stary Konstantynów...*, 636. A situação dessas terras é descrita por Rulikowski, em *Ukraina opisana powiatami pod względem historycznym, obyczajowym i statystycznym...*, Warszawa, 1842.

⁸¹ Giżycki, *Stary Konstantynów...*, 641. No entanto, também após o fechamento do convento o capital segurado nos bens Samczyki e Ostrzykowce continuou pertencendo aos frades marianos, que dele ganhavam juros.

⁸² Positio, Wyszyński, 163: “O Frei Isidoro Taudt (...) afirma que o Servo de Deus (C. Wyszyński) (...) “Beresdoviensi monasterio obtinuerat ante discessum suum (Romam 1751) declarationes a benevole Fundatore, quod ex post in brevi effectuum erat”. Em 1750 Jabłonowski casou-se com Ana Sapieha, que era relacionada com os marianos, e por isso é muito provável que essa circunstância tenha contribuído para a fundação dos frades marianos em Berezdów; cf. J. Berger Mayerowa, *Jablonowska z Sapiechów Anna*, PSB, X, 210-212.

de 1755⁸³. E os padres marianos foram solenemente introduzidos em Berezdów pelas autoridades diocesanas no dia 20 de maio de 1760⁸⁴.

Mirowsław – é uma fundação surgida graças a Teresa e Antônio Ważyński, pertencente à rica nobreza lituana. A sua fundação foi decidida (...) *ob distantiam Loci, et difficilem per Fluvium, Niemen dictum, ad proprias Ecclesias aditum* (...) ⁸⁵ e em razão dos pedidos da nobreza e dos paroquianos que residiam naquela região. Em 1760 o bispo Miguel Zienkiewicz, no decanato de Olita, realizou uma nova divisão em paróquias, em razão do que à paróquia de Mirowsław, situada nos bens pertencentes à família Ważyński, foram acrescidas cerca de trinta localidades, juntamente com todos os povoados que aos poucos iam surgindo naquele território⁸⁶. No lugar da igreja antiga, Ważyński ordenou que fosse construída uma nova. Em 1762 o bispo Zienkiewicz permitiu-lhe também a fundação de um novo convento para os marianos⁸⁷. O documento da ereção canônica foi assinado no dia 10 de setembro de 1763, e ainda naquele mesmo ano foram para lá encaminhados os primeiros marianos, enquanto que a sua introdução solene, pelo bispo de Vilnius Inácio Massalski⁸⁸, realizou-se no dia 1 de fevereiro de 1769.

Janów – a igreja nessa cidade, que era o centro da propriedade da família Kossakowski, existia desde 1750 e era destinada às necessidades do solar, visto que a cidade era habitada principalmente por judeus e não católicos⁸⁹. A fundação foi oferecida aos marianos em 1775 pelo bispo José Kossakowski, membro da Comissão da Educação Nacional, que queria utilizar-se dos marianos nos seus planos relacionados com a educação da população residente no norte da Lituânia e da Letônia⁹⁰. “Eu trouxe – escrevia ele – os padres marianos para a preservação do culto divino e para o ensino nas escolas”⁹¹. Esse bispo permitiu também que em Janów fosse construída uma igreja protestante.

⁸³ AGM, Prot.Wet., f. 76r. O capítulo reunido em Gozlin no dia 28/6/1755 decretou: “Praesidens Berezdoviae, Pr. Benno Bujalski, Coadiutores M.R.P. Gregorius Olszewski et V.Pr. Joachimus Staniewski”.

⁸⁴ J. Wołyniak, Zniesione kościoły i klasztory rzymsko-katolickie przez rząd rosyjski w wieku XIX-tym, in: *Nova Polonia Sacra*, Kraków, 1928, 117; Sydry, *Papczyński...*, 276; Giżycki, *Nowy Konstantynów...*, 647-649.

⁸⁵ AGM, Conventus Mirowslaviensis, Actus dismembrationis Paroch. Mirosł., 8 januarji 1760.

⁸⁶ Ibidem; também: Approbatio Eppli, Exdivisionis Parochiae Mirosł. 31 januarji 1760.

⁸⁷ Ibidem, Consensus Episcopalis ad erectionem Fundi, 15/03/1761.

⁸⁸ Ibidem, Actus ipse, Introductionis, 01/02/1769.

⁸⁹ Janów, in: St.Geog., III, 422; A. Zahorski, *Kossakowski, Józef Kazimierz*, PSB, XIV, 268-272; Totoraitis, *Marianie...*, 7; Sydry, *Papczyński...*, 278; ASV, Arch.Nunz.Vars., vol. 76, f.2r. Nuncjusz warszawski do Congr. Dei e RR., 12/1/1781.

⁹⁰ *Pamiętniki Józefa Kossakowskiego biskupa inflanckiego*, Warszawa, 1891, 89; Wysocki, *Dzieje Kościoła*, 62-63.

⁹¹ *Pamiętniki Kossakowskiego...*, 89.

O rápido desenvolvimento que ocorreu no período em que exerceu a função de superior geral o Pe. R. Nowicki (1766-1788) – para o qual contribuíam a sua marcante personalidade e as reformas realizadas dentro da ordem – induziu os padres marianos a buscar novas fundações e novos lugares para o trabalho pastoral. O Pe. Nowicki estabeleceu alguns marianos em três novos lugares: em Wołpa e Iglówka no Grão-Ducado da Lituânia, bem como em Seroczyn, na Mazóvia. Além disso, em 1779 os marianos adquiriram o convento e a igreja em Roma.

Wołpa pertencia à família dos duques Sapieha. A função de pároco na rica paróquia foi confiada a José Kossakowski. Tendo-se tornado bispo na Letônia, ele desenvolveu a atividade política e não podia ocupar-se com a paróquia. Nenhum documento informa quando ele a confiou aos marianos, preservando para si o título de pároco; provavelmente isso ocorreu em 1784 ou 1785⁹².

Iglówka – da mesma forma que Wołpa – encontrava-se na diocese de Vilnius, perto de Mariampol. O núcleo dos marianos foi fundado em bens reais em 1781, como filial do convento de Mariampol⁹³, na área da paróquia de Preny, na qual já estava situado o convento de Mariampol. A construção foi iniciada pelo conde M. Butler e concluída pelo duque Casimiro Sapieha em 1782⁹⁴. No dia 17 de setembro de 1783 o bispo Inácio Massalski erigiu em Iglówka a paróquia filial subordinada às autoridades de Mariampol, que também foi promovida a paróquia em 1783 e com ela pessoalmente unida⁹⁵. A paróquia de Iglówka era muito extensa. Basta considerar que em 1837 pertenciam a ela sessenta e uma aldeias⁹⁶. Em relação ao convento, inicialmente foi previsto para 2-3 pessoas e legalmente chamado “residência”; somente em 1850 tornou-se um convento independente de Mariampol⁹⁷.

⁹² *Wołpa*, in: *Sl.Geog.*, XIII, 913; Jakimowicz, *Stabilizacja marianów...*, 46; Totoraitis, *Mariampolski...*, 3, informa que o bispo Kossakowski fundou um convento para os frades marianos em 1787. No entanto, já em 1782 Kossakowski propôs que lhes fossem doadas de imediato as três mais importantes residências; cf. AGM, Sydry, Odpisy..., I, Kossakowski do generała marianów O. R. Nowickiego (s/d)/9/1782. Em 1785 o capítulo geral fornece informações a respeito dos padres marianos, que já desenvolviam a atividade pastoral; cf. AGM, Prot.Skórc., f.50. Il decreto 1785/30; Giżycki, *Stary Konstantynów...*, 647.

⁹³ ADL, Akta Kons., 317, Iglówka A. D. 1798; ibidem, Visit. Iglówka, A.D. 1837; *Iglówka*, *Sl.Geog.*, III, 244; Totoraitis, *Zakon...*, 36; Id., *Marianie...*, 8; *Igliauka*, *Liet.Enc.*, VIII, 378.

⁹⁴ O território onde se encontravam Mariampol e Iglówka era propriedade do rei. Butler, fundador dos marianos em Mariampol e em Iglówka, era somente o seu prefeito. Em 1783 tornou-se prefeito dessas áreas o duque Casimiro Sapieha, que concluiu a construção em Iglówka. Cf. ADL, Visitatio, Iglówka 1837: “... post facta eius quo ad omnia interna ornamenta eiusdem ecclesiae a Celssissimo Casimiro Sapieha, eiusdem Capitaneatus Prenensis Possessores finita in anno 1783”.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ ADL, Visit. Iglówka, 1837: “Pagi 61 proprietario regio possidet ea iure Emphyteutico Principessa Anna Sapieha” (Jabłonowska).

⁹⁷ Totoraitis, *Zakon...*, 36; Id., *Mariampolski...*, 4.

Graças à família Cieszkowski de Liw, por volta de 1775 os marianos obtiveram a “declaração” relacionada com a fundação em Sieroczyn, situada perto de Skórzec. Já naquele mesmo ano veio ali um dos marianos, o Pe. Valentim Czubernatowicz. Escreveu a respeito dessa fundação o núncio G. Archetti à Congregação dos Bispos e Religiosos⁹⁸; e o relatório redigido em 1781 pelo superior geral Nowicki e endereçado ao núncio apostólico em Varsóvia informa: *Undicesima..., Residentia Serocinensis, Initium foundationis sumpsit ab Illustrissimo Dno Cieczkowski, Castelano terrae Livensis*⁹⁹. Mas, a partir de 1792, faltam menções a ela e não figura na relação dos marianos¹⁰⁰.

Como demonstram as pesquisas, o mecenato em prol das ordens religiosas no século XVIII era exercido sobretudo por magnatas, bem como pela nobreza abastada. Nos séculos XVII-XVIII, de seiscentos e cinquenta novos conventos, duzentos foram fundados por magnatas, e cerca de duzentos e cinquenta pela nobreza abastada¹⁰¹. Isso diz respeito sobretudo ao território lituano-russo. Na Lituânia, as fundações dos magnatas e da nobreza abastada chegavam a 80% de todos os novos conventos¹⁰². O desenvolvimento numérico nessa área estava relacionado com a polonização da nobreza local, com as influências da nobreza da Polônia étnica, e ainda com a colonização polonesa da população russa, ucraniana e parcialmente também lituana¹⁰³. Chama também a atenção o fato de que a expansão territorial da ordem dos marianos realizava-se do oeste para o leste, a começar pela Mazóvia, por Podlasie, pela Lituânia e Ucrânia, até Irkutsk na Sibéria, onde em 1856 exercia a assistência pastoral um sacerdote mariano¹⁰⁴.

⁹⁸ ASV, Arch.Nunz.Vars., vol. 76, f.2r/3v: Nuncjusz Archetti G. na Congr. VV. E RR. 12/1/1781.

⁹⁹ ASV, Arch.Nunz.Vars., vol. 76, ff. 129-130. R. Nowicki, superior geral dos frades marianos, ao núncio em Varsóvia G. Archetti.

¹⁰⁰ ABUV, Doc.Viln., II, *Elenco dei PP. Mariani e dei conventi nel 1792*. Da relação não resulta que existisse também a residência em Sieroczyn. Deve-se supor que as partilhas da Polónia e a ocupação dessa zona pelos austríacos impossibilitaram a realização dessa fundação.

¹⁰¹ Kłoczowski, *Zakony męskie...*, 629.

¹⁰² Ibidem, 634.

¹⁰³ A. Martel, *La langue polonaise dans les pays ruthenes Ukraine et Russie Blanche 1569-1667*, Lille, 1938. Essa obra um tanto ultrapassada merece, apesar de tudo, a atenção, porquanto nos fornece um amplo material a respeito da cultura e da língua dominante no ambiente eclesiástico e esclarece como se apresentava a polonização da nobreza local. Na opinião de Martel, a nobreza exigia espontaneamente a língua polonesa, procurando introduzi-la nas escolas. Cf. K. Tyszkowski, *Polska polityka kościelna*, in: *Polska a Inflanty*, Gdynia, 1939, 89-90; A. Chruszczewski, *Zakony w XVII-XVIII wieku. Znak*, 137 (1965) 8, 1595.

¹⁰⁴ ADL, *Tajne Towarzystwa*, 520, ff. 116-117, Szvernicky. A Comissão Governamental informou em 1856 o bispo da diocese de Augustów que o Pe. K. Szvernicky, deportado à Sibéria, havia obtido permissão para exercer o cargo de pároco em Irkutsk; Jemielity, *Diecezja augustowska...*, 187; El.Alph., 55; Cz. Gil, *Raffaele Kalinowski dall'esilio siberiano alla gloria degli altari*, Roma, 1938, 41; *Svirnickas Kristupas*, Liet.Enc., XXX, 249-250; Z Irkucka. *Przegląd Katolicki* 10 (1870), 153-154; W. Masiarz, *Zarys dziejów kościoła i parafii rzymsko-katolickiej w Irkucku (1812-1937)*. *Zesłaniec* 1996/1, 20-30; GAIO, Fond 297 (há ali mais de 200 pastas contendo informações sobre o trabalho pastoral de Szvernicky na Sibéria).

Os promotores das fundações dos doze conventos marianos existentes na Polônia no final do século XVIII foram os seguintes:

fundação própria	1 convento	Puszcza Mariańska
fundação de bispos	3 conventos	Góra Kalwaria, Janów, Wołpa
fundação de padres diocesanos	1 convento	Skórzec
fundação de duques	2 conventos	Berezdów, Iglówka
fundação de magnatas e da nobreza	5 conventos	Goźlin, Raśna, Mariampol, Mirosław, Ostrzykowce

Relação entre a situação geográfica e a classe social do fundador:

Polônia (Coroa)	Puszcza Mariańska, fundação própria Góra Kalwaria, fundação pobre do bispo S. Wierzbowski Goźlin, nobre medianamente abastado J. Lasocki Skórzec, padre diocesano
Lituânia	Mariampol, condessa Butler Raśna, castelão prefeito Jorge Matuszewicz (a), relacionado com o duque Sapieha Mirosław, família Ważyński Iglówka, conde Butler, duque Sapieha (b) Janów, magnata, bispo J. Caetano Kossakowski Wołpa, magnata, bispo J. Caetano Kossakowski
Ucrânia	Berezdów, duque J. Caetano Jabłonowski Ostrzykowce-Samczyki, nobre abastado K. Chojecki e duque Janusz Sanguszko ¹⁰⁵

Observando-se o desenvolvimento numérico dos marianos e as fundações de novas casas, percebemos que esse desenvolvimento não se realizou de forma contínua, mas em determinados períodos. Dentre os trinta superiores gerais que exerceram essa função nos anos 1673-1785 – portanto no período em que foram fundadas todas as casas religiosas – somente seis contribuíram para a abertura de novos núcleos religiosos:

¹⁰⁵ O fundador de Raśna, o abastado nobre Jorge Matuszewicz, era cliente de Casimiro Sapieha; era bem conhecido entre as mais eminentes famílias da Polônia: dos Sapieha, Czartoryski, Branicki, Mniszech. Essa situação fornecia conhecidos aos marianos, entre os quais podemos citar: a família dos Sapieha, dos Czartoryski e do duque J. Caetano Jabłonowski. Como disso resulta, os fundadores na Polônia étnica pertenciam no máximo à classe média; na Lituânia e na Ucrânia, no entanto, eles se originavam da nobreza ou eram magnatas e duques que a ela pertenciam.

Ano	Novos conventos	Superiores gerais
1673-1701	3 conventos	E. Papczyński
1710	1 convento	J. Kozłowski
1747-1754	5 conventos	C. Wyszynski
1763	1 convento	H. Wasilewski
1775	1 convento	H. Ignatowski
1776-1785	3 conventos + 1 residência – Seroczyn	R. Nowicki

Apresenta-se a pergunta se o papel principal nesse desenvolvimento foi desempenhado pela diligência e pela personalidade dos superiores gerais ou pela situação político-religiosa reinante na Polônia, que os influenciava, estimulando-os a esse tipo de ação. Pesquisas ultimamente realizadas na Polônia demonstram que no citado período podem distinguir-se duas fases de intenso desenvolvimento das ordens religiosas: a primeira – durante o reinado de João III Sobieski (1674-1696); a segunda – durante o reinado de Augusto III Saxão (1733-1763); essas fases se separam por um período de estagnação, crise e até declínio¹⁰⁶.

É nesse contexto que deveria ser vista a crise de Rostkowski¹⁰⁷ nos anos 1716-1725, bem como a expansão da congregação dos marianos nos anos 1740-1780. A situação favorável na Polônia, bem como o zelo que assinalava a atuação de pessoas como Wyszynski, Wasilewski, Nowicki proporcionou aos marianos novas casas e contribuiu para o desenvolvimento da ordem.

Base econômica

A aversão da nobreza diante dos religiosos manifestava-se sobretudo em relação às ordens monásticas e clericais, que baseavam a sua existência em propriedades rurais. Essa foi também a situação, pelo menos até o ano 1778, da ordem dos padres marianos, porquanto ela não se podia sustentar – como ocorria, por exemplo, no caso das ordens mendicantes – com os donativos dos fiéis nem com o trabalho pastoral.

Alguns conventos, como Berezdów, Ostrzykowce, Puszcza, estavam situados numa região despovoada, ao passo que as regiões de Raśna e Janów eram na maioria habitadas por não católicos. O convento em Góra Kalwaria mostrou ser pequeno e pobre em comparação com os seis outros conventos ali existen-

¹⁰⁶ Kłoczowski, *Zakony męskie...*, 595-598.

¹⁰⁷ Cf. cap. I/2.

tes. Unicamente os conventos lituanos – em Mariampol, Mirosław e Iglówka, além de Skórzec, situado no território da Polônia étnica e que envolvia um amplo trabalho pastoral – graças aos *iura stolae*, tinham condições de ganhar pelo menos para uma modesta existência¹⁰⁸. A base do sustento dos marianos era constituída pela propriedade rural, explorada com base no trabalho dos camponeses, na sua maioria servos¹⁰⁹. A mais sólida base econômica da comunidade era a propriedade rural que lhes era entregue em arrendamento perpétuo ou como propriedade permanente da ordem, como lemos no documento de doação do duque Janusz Sanguszko: “Para o fundo da igreja e do convento dos Padres Marianos em Ostrzykowce prometo um terreno onde podem ser construídos a igreja e o convento, uma área rural para exploração, pastagens, açude (...) que doo por tempos perpétuos”¹¹⁰.

Os fundadores consideravam obrigação sua fornecer ao convento as coisas indispensáveis e assegurar-lhe diversos privilégios. Essa tarefa cabia sobretudo aos responsáveis locais, chamados “patronos das igrejas”. Isso resulta claramente do documento de fundação de J. Matuszewicz em Raśna, o qual, para garantir à igreja a estabilidade, obsequiou-a com abundantes benefícios e obrigou os seus descendentes a empenhos semelhantes no futuro.

O seu donativo foi detalhadamente descrito no documento de fundação: “Aos Reverendos em Cristo Frades Marianos, a oito pessoas dessa Ordem, atuais sacerdotes, para que junto a essa igreja, glorificando a Deus, sempre possam morar adequadamente no convento (...) e para que nele por tempos perpétuos perdurar possam todas as celebrações e orações pelas almas dos falecidos que não possuem nenhum socorro, e para que a glória divina jamais cesse (...). A esses Reverendos Marianos, para oito (no mínimo) pessoas sacerdotes, faço a minha fundação, dou e ofereço segundo a mais estrita norma da lei e por tempos perpé-

¹⁰⁸ Mariampol, Mirosław e Iglówka eram paróquias muito grandes; cf. cap. I/3 e, como lemos em *Inwentarz..., Mirosław del 1811* – estavam “em tempos melhores” (trata-se do ano 1811, isto é, dos tempos das guerras napoleônicas).

¹⁰⁹ Todos os conventos dos frades marianos, com a exceção de Wolpa, podiam se utilizar dos camponeses servos; no entanto, em razão de fugas e doações de liberdade, o número deles não era constante. Eles podiam ser vendidos juntamente com as propriedades. Em 1822 as autoridades russas estabeleceram o preço por cada camponês servo (levava-se em consideração somente o sexo masculino – as almas); na governadoria de Grodno, o preço de um súdito era de 350 rublos. Num documento de 1788 relacionado com a propriedade em Puszcza Mariańska, encontramos este registro: “João Pisarek, súdito adquirido pelos frades marianos juntamente com a esposa e três filhos” (ABUV, Doc.Viln., I.1788). Para se ter uma ideia a respeito da questão dos súditos, vale a pena lembrar que em 1830, em Raśna, serviam cerca de 70 súditos; em Skórzec, mais de 30 (sem contar as mulheres e as crianças); em Berezdów, cerca de 10; em Puszcza Mariańska, em 1788, cerca de 50 camponeses servos prestavam serviços nas propriedades rurais e no convento (ABUV, Doc.Viln., I-II; AGM, R II;1: *Causa de bonis olim pertinentibus ad Domum Rasnensem. A.D. 1842*; Wołyniak, *Zniesiony kościoły...*, 117).

¹¹⁰ Giżycki, *Stary Konstantynów...*, 638. Concordância do duque M. Sanguszko para a fundação, de 5/1/1752.

tuos. Trata-se do terreno no qual se encontra a herdade com todas as edificações, o terreno onde se encontra a igreja e o convento, com os jardins. A essa fundação adiciono os meus bens hereditários, a terra juntamente com os camponeses servos e toda a propriedade [herdade] de Tokary. Essa propriedade, com todas as edificações da herdade, juntamente com os camponeses, as florestas, as matas, vegetações, hortas e jardins, pomares, prados, rios, riachos e açudes, moinhos d'água, tabernas (...), juntamente com os meus súditos e suas esposas e filhos, juntamente com os cavalos, o gado e tudo que possuem (...) e com todos os meus súditos pertencentes aos meus bens, independentemente de onde se encontrem, com o direito de trazê-los à força para a herdade [caso eles fujam]. Tudo isso, aos Reverendos Frades Marianos *cum omni iure meo dono, regalo* e por tempos perpétuos registro”¹¹¹.

Além dos bens móveis e do dinheiro, Matuszewicz ofereceu ao convento em Raśna as herdades, que tinham uma área de cerca de 300 hectares. Quanto ao aspecto econômico, Raśna, em comparação com os outros conventos dos marianos, constituía uma doação bem equipada, com uma boa base legal. O documento de fundação de Matuszewicz foi assinado igualmente pelas mais eminentes personalidades do Grão-Ducado da Lituânia: por M. Czartoryski, Chanceler do Grão-Ducado, pelo duque M. Sapieha, pelo estaroste geral, pelo voivoda de Podlasie e por outros¹¹².

Todos os conventos e residências dos frades marianos possuíam grandes propriedades rurais, apenas o convento em Mirosław dispunha somente de dois hectares e era obrigado a arrendar dezessete hectares de terra pertencente ao Estado. Essa pequena fazenda era muito bem administrada, de maneira que era possível cobrir todas as despesas do convento¹¹³. No início do século XIX, no entanto, o convento foi obrigado a desistir do arrendamento, encontrando-se inesperadamente numa situação econômica difícil.

No século XIX as maiores e as mais ricas fazendas pertenciam ao convento em Skórzec, mas elas não provinham de uma única fundação. Os marianos as deviam a cerca de dez benfeitores, originários da nobreza mazoviana, bem como a aquisições próprias¹¹⁴. Graças ao fundador principal, J. Przygodzki, bem como a outros doadores, bem como à aquisição feita no início do século XIX, os frades marianos dispunham em Skórzec de propriedades que no seu conjunto contavam mais de 500 hectares¹¹⁵.

¹¹¹ Doc. Viln., Fundatio, Raśna, de 10/4/1749.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ ADL, Akta Kons. 317, Mirosław; ibidem, Inwentarz... Mirosław, 1811.

¹¹⁴ AZakS, Inwentarz gruntów, lasów i łąk..., w 1803.

¹¹⁵ Ibidem.

O convento em Berezdów foi generosamente equipado; por vontade de Ana Sapielha Jabłonowska, os marianos receberam uma propriedade contando 110 hectares, juntamente com todas as edificações necessárias, e também com os súditos e com os bens moventes¹¹⁶.

O convento em Mariampol recebeu apenas cerca de 30 hectares de terra; obteve no entanto a permissão de fundar a sua propriedade particular, da qual devia cobrar impostos. Por sua vez a terra oferecida à ordem, dividida em cinco povoações, não proporcionava grandes rendas¹¹⁷.

Não se sabe muita coisa a respeito das doações de Janów e Wołpy, e propriamente nenhum documento informa se os marianos receberam ou não algum tipo de herdades ou terras. Levando em conta as doações em forma de bens rurais, pode-se constatar que os conventos em Góra Kalwaria e Gozlin receberam propriedades relativamente modestas.

Por algum tempo, esteve muito bem equipado o convento em Puszcza Mariańska. Graças a uma doação do rei João III Sobieski¹¹⁸, foram instituídas duas grandes propriedades, além do que eram propriedade do convento três aldeias – chamadas “aldeias do convento” – juntamente com os súditos, três estalagens e uma destilaria. Por volta de 1795 todos esses bens foram sequestrados em favor do prefeito de Mszczonów, Siemianowski¹¹⁹.

Uma outra fonte muito significativa eram os legados registrados em diversos bens: os “meios depositados” eram a principal fonte de renda para muitos conventos e paróquias. Eles provinham de uma doação direta em favor da ordem – de uma determinada importância de capitais garantidos com bens rurais, dos quais a ordem recebia juros, com a obrigação de celebrar Missas na intenção dos benfeitores.

O convento de Skórzec dispunha em 1812 da importância de 41.566 zlóti poloneses recebidos de treze benfeitores e garantidos em diversos bens e lugares; dessa importância devia receber 1.823 zlóti de juros anualmente. Deve-se

¹¹⁶ ABUV, Doc.Viln.; Wołyniak, *Zniesione kościoły...*, 117.

¹¹⁷ Totoraitis, *Marianie...*, 5-6; Id., *Mariampolski...*, 11-14. Totoraitis escreve que “dentre os conventos marianos, o mais rico era o convento em Mariampol” (*Mariampolski...*, 14). Dos documentos apresentados resulta que isso não era verdade; passavam por muito mais ricos os conventos em Raśna, Skórzec e Puszcza. Somente que, em razão das grandes dimensões (extensão) da paróquia de Mariampol, os “iura stolae” (pagamentos pelos serviços pastorais) eram ali mais elevados que nos outros conventos.

¹¹⁸ Navikevicius, *Papczyński...*, App., 38. Proteção do rei João III Sobieski – die 2 Iunii 1679. Por força desse documento, o rei doou aos padres marianos um grande terreno: “Eremitorio Corabieviensi limites intra vias Viskicenssem de Wolka Zatorska ab Oriente, Bolemoviensem ac Zator ab Aguilone, Skierniewicenssem a meridie, Biernicenssem, quagitur ad prata ab Occidente determinamus, et omnia intra hos contenta dictis clericis mortuorum suffragatoribus in perpetuum possessionem elargimus”.

¹¹⁹ ABUV, Doc.Viln., I. Inventário do convento em Puszcza, A.D. 1788. De acordo com essa descrição, ao convento em Puszcza pertenciam as localidades: Wólka Zatorska, Biernik, Lisowola, bem como duas herdades: em Puszcza e em Biernik. Arch.Sk., 1-3, n. 5.

levar em conta que se tratava de somas registradas em juízo; além disso, havia somas doadas ao convento diretamente¹²⁰. Em 1788, o convento de Berezdów, de uma importância locada em bens recebia 2.600 zlotis de juros; além disso, cabia-lhe a importância de 16.000 zlotis, que então era objeto de uma disputa no tribunal¹²¹. Em Mirosław, já em 1772 o convento depositou em três herdades a importância de 50.000 zlotis, haurindo dela um lucro de 3.500 zlotis¹²². Isso não era pouco, principalmente se levarmos em conta que no final do século XVIII uma fazenda de tamanho médio dava um lucro de 1.000 zlotis¹²³. O convento em Mariampol recebeu da fundadora F. Butler o capital de 20.000 zlotis, com juros de 7%, que deixaram de ser pagos no século XIX. No final os marianos perderam o processo instaurado contra os herdeiros dos Butler; a causa dessa derrota foi a falta da ratificação dessa fundação pela Dieta¹²⁴. Tinham uma situação econômica mais estável as igrejas patronais, como por exemplo em Iglówka e Gozlin. Nesse último caso, o fundador J. Lasocki e os seus sucessores sentiam-se obrigados a ajudar o convento economicamente.

Para termos uma visão melhor dessa questão, observemos os donativos de uma mesma família, por exemplo, pelo espaço de um século, para o convento em Gozlin:

Ano	Importância	Patrono
1699	9.000 zlotis	João Lasocki
1699	4.000 zlotis	Cecília Lasocki
1708	1.000 zlotis	B. Ostrowski
1719	4.000 zlotis	Constante Lasocki
1725	3.000 zlotis	Isidoro Grzybowski
1741	1.000 zlotis	Francisco Magnuszewski
1770	10.000 zlotis	José Lasocki ¹²⁵

A importância de 10.000 zlotis foi oferecida ao convento em 1770, com a destinação para a reconstrução do próprio convento e da igreja, que foram destruídos em consequência de um incêndio em 1679. No entanto é preciso chamar a atenção para o fato de que só foram mencionadas as importâncias registradas;

¹²⁰ Arch.Sk., 67, n. 147.

¹²¹ ABUV, Doc.Viln., I, f. 96.

¹²² ADŁ, Inwentarz... w Mirosławiu, 1811.

¹²³ J. Topolski, Zagadnienia gospodarki w Polsce, in: *Polska w epoce Odrodzenia*, Warszawa, 1970, 81.

¹²⁴ Arch.Sk., 36, n. 72.

¹²⁵ ADS 146/III, Visit. Gen., 1810, Góra.

o convento recebia, além disso, diversos donativos diretamente dos patronos, que não eram apresentados nos livros judiciais. Além dos patronos, proporcionavam frequente ajuda à ordem dos padres marianos as famílias Cieczkowski de Podlasie e Butler da Lituânia, bem como a família dos Czartoryski. Em agradecimento, essa ordem admitia as mencionadas famílias à participação nos seus méritos espirituais, ligando-as consigo mais ainda. Os capítulos com frequência conclamavam os marianos a fervorosas orações na intenção dos benfeitores¹²⁶.

Da documentação preservada resulta que os marianos não eram absolutamente uma ordem tão pobre como tem sido sustentado e escrito na historiografia mariana: “A miséria e a pobreza residiam sempre nas casas dos frades marianos”¹²⁷. No entanto isso às vezes levava a tirar a conclusão de que a miséria refreava o desenvolvimento da ordem e a educação dos clérigos, impossibilitava a promoção de processos de beatificação e de que as condições de vida mais que modestas no convento com certeza não atraíam à congregação novos candidatos¹²⁸.

¹²⁶ AGM, Prot.Skórc. Nos protocolos dos capítulos há muitos decretos. Apresentamos alguns a título de exemplos. Prof.Skórc., 1775/1: “Ad maiorem commendationem Congregationis nostrae Marianae in Serenissima Republica Polona promerendam eiusdemque protectionem consequendam, tum benefactorum nostrorum expressius captandam benevolentiam, Venerabile Assessorium Celsissimum Principem Czartoryski Supremum Cancellarium Magno Ducatu Lithuaniae, cum Celsissima Consorte Principessa ad participationem omnium Ordinis nostri meritorum, ac suffragiorum spiritualium, et in vita et post sera fata percipiendorum reverenti animo admittendam decrevit. Interim vero pro recenter praestato beneficio, omnibus ordinis nostri Sacerdotibus, piae in Sacrificiis Missarum memoriae dictos Celsissimos Principes commendat”; Cap. 1785/18: “Ad obligationem Illustrissimi Excelentissimi Krasiński Castrametatoris Regni Equitis Aquilae Albae et S. Stanislai, quatenus P. Leo Szczepkowski suus cappellanus gaudeat titulo Reverendi Patris, Venerabile Assessorium hoc titulo eum venerari, ac revereri iudicavit dignum. Eadem sessio matutina punctum 19”; Cap. 1788/16: “Iudicavit Venerabile Assessorium Illustrissimam Dominam Palatinam Braclaviensem ad merita Sacri Ordinis adscribendam fore uti fundatricem et Sacri Ordinis benefactricem singularissimam et Conventus Berezdoviensis Cognomine Jabłonowska”; Cap. 1791/27: “Approbatur et acceptatur submissio facta Illustrissimo Christoforo Cieczkowski Castelano Livensi Equiti Aquilae Albae et S. Stanislai, benefactoris singulari Conventus Skórcensis totique Ordini Eius ad merita religiosa susceptio per praesentes intimatur”; Cap. 1791/28: “Venerabile Assessorium, memor benefactorum domus Cieszkowianae et domus Butlerianae, Illustrissimum Dominum Cieczkowski Capitaneum Kleszczelensem et Nuntium ad Comitata Generalia Terrae Livensis; Illustrissimum Dominam Mariannam de Markowscy Butlerin Capitaneam Prenensem; necnon Perillustrem Dominum Alexandrum Bogusz Regentem Terrae Bielcensis of eius benefici in Conventui Skórcensi praestita ad merita Ordinis suscipit, quam gratiam suscipiendi et susceptionis per instrumenta extradendi aliis bene vivis benefactoribus Reverendissimi Patri Vicario Generali assessorium committit”.

¹²⁷ Sydry, *Organizacja...*, 31, 49, 53, 115; H. Gapski, Mecenat nad marianami w Polsce przedrozbiorowej, in: *Marianie 1673-1973*, Roma, 64, 68. Em 1776, o capítulo geral determinou que o “pecúlio” anual de nenhum mariano devia ultrapassar os 200 zlotis; e, no caso dos padres doentes ou mais endividados – 300 zlotis. Como daí resulta, alguns marianos tinham um “pecúlio” mais elevado. Naquele tempo a renda anual dos operários que trabalhavam nas propriedades dos frades marianos chegava a 40 zlotis (no máximo 50); cf. ABUV, Doc.Viln., I, Puszcza M. Levando-se em conta que em 1776 a congregação dos padres marianos contava cerca de 130 religiosos, verifica-se que a congregação devia dar-lhes mais de 30.000 zlotis. (ABUV, Prot.Rasn. Decreto 1776/3).

¹²⁸ Sydry, *Organizacja...*, 43, 45.

O relatório financeiro elaborado em 1809 no Ducado de Varsóvia demonstra a renda de cento e seis conventos existentes então dentro das suas fronteiras. Resulta daí que na área da renda Skórzec encontrava-se no 40º lugar, enquanto que cada um dos sessenta e seis conventos restantes possuía uma renda inferior àquela apresentada por Skórzec¹²⁹.

Das despesas feitas pela ordem resulta que os frades marianos possuíam dinheiro. Por exemplo, nos anos 1780-1782 pagaram 16.000 zlóti para saldar uma dívida que ficou após a compra do convento e da igreja em Roma¹³⁰. Somente o núcleo de Skórzec, após erguer nos anos 1794-1806 a igreja do convento e as edificações da fazenda, conseguiu ainda em 1806 adquirir uma propriedade rural pela importância restante de 36.000 zlóti¹³¹. Os marianos tornaram-se os proprietários exclusivos da mencionada aldeia.

Uma outra fonte de renda eram as tabernas, para cuja abertura os fundadores muitas vezes davam autorização aos conventos, concedendo-lhes por vezes o *ius propinandi* (direito da propinação). Assim, em Gozlin funcionava uma taberna com o direito de propinação – *ius propinandi est in fundo Conventus*, como descreve o documento de doação¹³². O convento em Skórzec possuía três estalagens, que davam um lucro de cerca de 2.000 zlóti¹³³. Pelo menos três tabernas pertenciam ao convento em Raśna, que tinha além disso o *ius propinandi* e o privilégio de vender nelas bebidas alcoólicas de produção própria. Igualmente o convento em Puszcza Mariańska, considerado como o berço da ordem, onde se levava uma vida religiosa mais rigorosa, possuía três tabernas¹³⁴. Os conventos em Mariampol, Mirosław, Iglówka e Ostrzykowce, de acordo com os documentos de fundação, não possuíam tabernas. As estalagens proporcionavam uma renda significativa, ainda que a sua fonte não parecesse ser muito boa; especialmente quando o superior, ao exercer a função de taberneiro, não demonstrava vontade de prestar contas à comunidade religiosa¹³⁵. As tabernas constituíam motivo de disputas entre o convento e o fundador ou o proprietário nobre da redondeza. O caixa da comunidade e os diversos conventos obtinham significativas rendas

¹²⁹ Dylągowa, *Duchowieństwo Księstwa...*, 42-45. Naturalmente, seria preciso analisar o tamanho dos diversos conventos, as despesas e as rendas da comunidade. Observemos, no entanto, que, levando-se em conta as circunstâncias acima, a posição econômica de Skórzec era boa.

¹³⁰ AGM, Prot.Wet. Carta do procurador-geral C. Spourny ao superior geral R. Nowicki, Roma, 15/10/1777.

¹³¹ AZakS. *Summaryusz dowodów Rakowieckiego*. Esse documento demonstra que no dia 06/03/1806 os marianos adquiriram os bens rurais de Paulo Siennicki, pagando por eles 36.000 zlóti.

¹³² ADS 146/III, Visit.Gen.Gozlin, 1810.

¹³³ ADS, Religiosos marianos. O superior de Skórzec ao Consistório em Siedlce, 17/3/1854 (Demonstração de receitas).

¹³⁴ ABUV, Doc.Viln., Puszcza Mariańska.

¹³⁵ Arch.Sk., 54, n. 140. Queixa contra o superior em Gozlin, 24/8/1835.

das capelanias¹³⁶. Na congregação dos marianos 10-20 padres – dependendo das circunstâncias – exerciam a função de capelães nos solares dos nobres ou dos magnatas¹³⁷.

Alguns conventos, privados de generosos donativos, mantinham-se graças aos pagamentos pelos serviços pastorais (*iura stolae*), proporcionados pelos sacerdotes em suas próprias paróquias. Ao que parece, o único convento que possuía o direito de cobrar dízimos era Mariampol. No entanto as somas daí decorrentes não eram elevadas¹³⁸.

Além dos privilégios e dos bens recebidos, cada convento assumia diversos tipos de obrigações em prol dos fundadores. As mais importantes e as mais penosas eram as obrigações dos religiosos da incessante lembrança e oração na intenção do fundador e da sua família, tanto durante a vida como após a morte. Em relação com isso, surgiam as mais diversas complicações de natureza moral e econômica. Quando os juros deixavam de entrar ou a propriedade era confiscada pelo governo, os marianos não interrompiam a celebração das Missas perpétuas. Os conventos pediam durante as visitas episcopais a redução do número dessas Missas; apesar de todas essas reduções, havia conventos obrigados a celebrar muitas delas. E estas, para uma congregação tão pequena, constituíam um obstáculo na atividade pastoral – não somente porque muitas vezes a aceitação de encomendas de Missas dos próprios paroquianos era humanamente impossível, mas também pela razão de que o benfeitor definia detalhadamente o tipo de Missa e a forma da sua celebração.

O conteúdo do contrato assinado entre o fundador K. Chojewski e os frades marianos em relação ao convento em Ostrzyków determina que “os marianos têm a obrigação de celebrar uma santa Missa por semana na intenção dos fundadores vivos e falecidos de toda a família, duas Missas solenes durante o ano, e de preservar a perpétua memória em cada santa Missa, tanto pelos vivos como pelos falecidos. E no convento deverão permanecer pelo menos três religiosos”¹³⁹.

Mais detalhada ainda era a disposição da benfeitora de Mariampol, condessa Butler, que obrigava os marianos à celebração de cinco Missas durante a semana pela fundadora e pela sua família; nos domingos e nas festas principais, com cânticos em honra da Santíssima Trindade (que também eram detalhadamente definidos), e nas demais festas a fundadora recomenda o cântico da celebra-

¹³⁶ As capelanias proporcionavam rendas bastante significativas, especialmente quando elas se encontravam nos solares dos magnatas ou duques. Falaremos a esse respeito no capítulo VI do presente trabalho.

¹³⁷ ADŁ, *Dochody beneficjów*, 1828.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Giżycki, *Stary Konstantynów...*, 650.

ção do Pequeno Ofício da Imaculada Conceição¹⁴⁰. O fundador do convento em Skórzec, J. Przygodzki, obrigava os marianos a celebrar duas Missas por semana; a recitar todo o rosário nos domingos e nas festas restantes, e todos os dias a oração do Ângelus¹⁴¹.

Desejos mais detalhados apresentou aos marianos o fundador do convento em Raśna:

“Por isso eu, tendo instituído esse fundo e a doação perpétua aos Reverendos em Deus Frades Marianos, peço-lhes sob pecado de consciência e os obrigo, e a todo Superior que permanecer nesse convento (...) que na recém-ereta igreja, em cada domingo, seja cantada uma Missa pelos fundadores vivos e falecidos, e em cada quarta-feira seja cantada uma Missa pelas almas que não contam com nenhuma ajuda. Em cada sábado o Pequeno Ofício da Imaculada Conceição da S.V.M., que estes Padres que residem no convento, junto à caixa de música [sic!] tocando no coro eles mesmos cantem, e após a celebração do Pequeno Ofício [celebrem] a santa Missa cantada pelos fundadores vivos e falecidos. Segundo o fundo hospitalar, que em cada terça-feira seja cantada com os pobres a ladainha do Santíssimo Nome de Jesus, e em cada sábado a ladainha da Virgem Santíssima. Igualmente peço a todo Superior que permanecer neste convento que queira recomendar a todos os sacerdotes neste convento a nós fundadores vivos e falecidos, em todas as santas Missas *in memento*”¹⁴².

Como resulta dos textos acima citados, não somente os bispos e os superiores, mas igualmente os fundadores e os benfeitores estabeleciam e organizavam a ordem da liturgia e das celebrações paralitúrgicas; estabeleciam os dias da celebração das diversas Missas, que escolhiam de acordo com o seu próprio ponto de vista, por vezes indicando os cânticos que deviam ser entoados e definindo o tipo de Missa. Com isso deixavam pouco espaço para a atividade litúrgica própria dos religiosos de determinado convento. Convém lembrar que as mencionadas exigências provinham de um único fundador, enquanto que havia ainda muitos outros benfeitores em relação aos quais a ordem dos marianos tinha numerosas obrigações.

Essas circunstâncias permitem compreender por que o convento de Skórzec tinha a obrigação de celebrar 1.118 Missas por ano, sendo que no século XIX por três vezes ocorreu ali uma redução nesse número. É evidente que a obrigação de celebrar tal número de Missas na igreja paroquial constituía um encargo

¹⁴⁰ Totoraitis, *Marianie...*, 5.

¹⁴¹ AGM, Prot.Skórc., f. 6.

¹⁴² AGM, Fundatio-Raśna, A.D. 749.

que restringia a atividade dos religiosos tanto fora do convento como na própria paróquia¹⁴³.

O crescimento dos religiosos marianos e o desenvolvimento econômico da ordem graças à ajuda dos magnatas e da nobreza trouxeram como resultado a abertura de novos núcleos, que com frequência demonstravam ser demasiadamente pequenos. Muitos deles estavam espalhados pelo extenso território da Polônia, com frequência entregues à própria sorte e à graça dos fundadores e dos benfeitores. Ao que parece, o convento em Ostrzykowce-Samczyki era mais independente do fundador que do superior geral, cuja residência se encontrava a mil quilômetros, e o seu poder executivo era frágil. O fundador estabelecia o horário das Missas, definia a ordem das orações, fornecendo aos marianos tudo que lhes era necessário, doando a igreja, o convento, os meios de vida.

Uma situação semelhante reinava também em Janów, Berezdów e Wolpa. Esses conventos baseavam a sua existência no generoso documento da doação, e por essa razão estavam estreitamente ligados com a casa do fundador e com o próprio fundador e a sua família. É interessante o relacionamento entre a dependência do convento do fundador e o papel cumprido por determinado convento. Os mencionados conventos na realidade tinham de servir sobretudo à família do senhor-proprietário. No entanto, no início do século XIX todos esses conventos foram fechados.

¹⁴³ Apesar de o convento em Skórzec ser grande e contar muitos religiosos (pelo menos dez), muitas vezes eles permaneciam ocupados nas paróquias, seja ajudando aos párocos, seja organizando missões populares, ou ainda exercendo a função de capelães, com frequência acontecia que ficavam presentes no convento apenas três padres. O desejo do fundador era que em cada sábado fosse recitado o Ofício em honra da SVM e celebrada uma santa Missa solene por todos os padres no convento. Também outros benfeitores tinham as suas próprias exigências.

Capítulo I

A CONGREGAÇÃO DOS PADRES MARIANOS NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX

A Igreja e o Estado em novas condições após as partilhas da Polônia

Imprimiram uma forte marca na História da Polônia do século XIX as partilhas realizadas no final do século XVIII (1772, 1793, 1795) pelas três potências: Rússia, Prússia e Áustria, em consequência do que o país deixou de existir como um Estado autônomo. O acordo assinado entre a Rússia e a Áustria no dia 3 de janeiro de 1795 definia unilateralmente a divisão das terras da Polônia, estabelecendo as suas fronteiras entre as duas potências ocupantes¹. A convenção definitiva – chamada a seguir de “Convenção de São Petersburgo” – a respeito da partilha definitiva da Polônia foi ratificada no dia 26 de janeiro de 1797. Essa convenção afirmava que havia sido realizada uma divisão total, completa e irrevogável; um artigo secreto, por sua vez, dizia que “o nome do Reino da Polônia, atualmente e uma vez por todas, fica anulado”².

De acordo com a “Convenção de São Petersburgo”, a Rússia, a Prússia e a Áustria procuravam evitar qualquer formulação que lembrasse a antiga República da Polónia³. O governo russo definia as terras a ele submetidas como “governadorias russas ocidentais”; passaram a fazer parte do império russo 460.000 km² do território da Polónia, com cerca de seis milhões de habitantes⁴. Os austríacos se apossaram de 130.000 km², habitados por cerca de cinco milhões de habitantes; e essas terras foram chamadas “Reino da Galícia e da Lodomeria”, ou

¹ M. Kukiel, *Dzieje Polski porozbiorowe, 1795-1921*, Paris³, 1983, 41-42. Como já mencionamos na introdução, o termo “República”, que com frequência ocorre no texto, significa o Estado polono-lituano, composto da Polónia e do Grão-Ducado da Lituânia.

² J. Bardach – B. Leśnodorski – M. Pietrzak, *Historia państwa i prawa polskiego*, Warszawa⁴, 1985, 309-310; Kukiel, *Dzieje...*, 42.

³ Cf. nota n. 2.

⁴ L. Bieńkowski, L'Illuminismo e la catastrofe delle spartizioni 1750-1795, in: *Storia del Cristianismo in Polonia*, Bolonia, 1980, 310.

“Galícia Oriental”. Por sua vez as terras polonesas anexadas ao império austríaco em 1795 foram chamados de “Galícia Ocidental”⁵. Sob a ocupação prussiana permaneceram cerca de 150.000 km², com três milhões de habitantes; essa parte das terras foi chamada “Prússia Neo-Oriental” e dividida em duas províncias: “Nova Prússia Oriental” e “Nova Prússia Meridional”⁶.

Divisão do território e da população da Polônia entre as três potências						
país	território km ²	população milhões	católicos milhões	ortodoxos milhões	prote- stantes milhares	outros milhões
Rússia	460.000	6,9	2,1	2,8	10	1,6
Prússia	150.000	3	2,5	2 mil	350	200 mil
Áustria	130.000	4,8	2,8	—	57	2

A repentina e decidida mudança da situação política que em 1795 atingiu a Polônia repercutiu também no ambiente eclesiástico. A Polónia como Estado, quanto ao aspecto legal e político, deixou de existir, ao passo que a posição da Igreja católica ficaria dependente do governo dos Estados ocupantes. A Igreja perdeu a sua situação privilegiada no Estado; os bispos perderam a dignidade senatorial, que os elevava à graduação de cidadãos de primeira classe; o clero, por sua vez, perdeu os seus privilégios dentro do Estado. Os governos russo, prussiano e austríaco proibiram às Igrejas locais o contato direto com Roma. Os bispos só podiam entender-se com a Santa Sé por intermédio do poder estatal⁷.

⁵ A Áustria, ao se apoderar desses territórios, justificava-se com o argumento de que eles constituíam uma herança da Hungria. Realmente, até 1387 uma parte da Galícia pertenceu à Hungria, no entanto, a partir de então, como ducado, passou a ser propriedade da Polónia. O problema na realidade consiste em que os austríacos chamaram “Galícia” a área que se estendia até Varsóvia, o que não tem nenhuma fundamentação, nem histórica nem geográfica. Eles justificavam a ocupação como uma coerente anexação desse território à Áustria. Cf. *Jurium Hungariae in Russiam minorem et Podoliam, boemiquein Oswiecensem et Zatoriensem ducatus praevia explicatio*, Viena, 1773; *Galicja i Kraków pod panowaniem austriackim*, Paris, 1853, 17-20.

⁶ A Prússia, na justificativa da anexação, apelava à herança da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, que existiu e lutou em defesa dessas terras. Cf. *Exposé des droits de S.M. le roi de Prussie sur le duché de Pomeranie et sur plusieurs autres districts du royaume de Pologne*, Berlin, 1772; Bardach, Leśnodorski, op. cit., 298. Das áreas anexadas em 1793 a Prússia criou a província *Sudpreussen* (Prússia Meridional), e das áreas incorporadas em 1795 – a *Ostpreussen* (Prússia Oriental), da qual passaram a fazer parte terras da Polónia propriamente dita e do Grão-Ducado da Lituânia. Cf. a esse respeito: A. G. Holsche, *Geographie und Statistik von West-Sud- und Neu-Ostpreussen, I-II*, Berlin, 1804.

⁷ H. Dylagowa, Dalla caduta dello Stato polacco all’Insurrezione di Novembre (1795-1831), in: *Storia del Cristianismo...*, 313; J. P. Ravens, *Staat und katholische Kirche in Preussens polnischen Teilungsgebieten (1772-1807)*, Wiesbaden, 1963, 125-136; trata-se de um dos trabalhos mais importantes a respeito da Igreja na zona de ocupação prussiana.

Apesar de os tratados de paz garantirem “aos católicos romanos *utriusque ritus (...)*” a plena liberdade e o total respeito ao *status quo* da Igreja, na realidade o governo russo transgrediu esses direitos imediatamente⁸. E, sobretudo, os governos de ocupação contribuíram indiretamente para a destruição da estrutura organizacional e administrativa da Igreja nos territórios pertencentes à Polônia.

Um dos principais problemas da administração eclesiástica eram as mudanças na estrutura territorial e organizacional das dioceses, das províncias religiosas e das paróquias. Após a partilha da Polônia, em consequência de mudanças territoriais de algumas dioceses, as províncias religiosas foram divididas entre dois, e por vezes três Estados ocupantes, visto que “a razão de estado de cada um desses três Estados não permitia a prática da jurisdição pela autoridade eclesiástica se a sua sede se encontrasse no território dependente de um outro Estado ocupante”⁹. Em razão disso, na Polónia desmembrada no período das partilhas, não se preservou a estrutura hierárquica normal da Igreja. Esse foi um dos principais motivos que determinaram a necessidade de uma reorganização. Um outro motivo, de natureza não pastoral, era o propósito – de acordo com a “Convenção de São Petersburgo” – de apagar os vestígios da existência da Polónia. Os governos criavam novas dioceses e metrópoles em pequenas localidades, introduzindo novos nomes, que não tinham nenhuma relação com a tradição histórica da antiga Polónia, p. ex. as dioceses em Wigry ou Mohylew¹⁰. As diferenças entre a situação de antes das partilhas e após elas que surgiram no seio da Igreja eram tão significativas que a Santa Sé reconheceu a liquidação da Polónia – denominada “baluarte da cristandade” – como um claro atentado contra as suas influências¹¹.

Visto que a maior parte do território da Polónia e todo o Grão-Ducado da Lituânia encontraram-se na zona de ocupação russa e todos os conventos dos frades marianos, a partir de 1812, encontraram-se no âmbito da ação da política

⁸ Pelo tratado de 18/09/1772 a imperatriz Catarina II garantia o *status quo* da Igreja polonesa; cf. Theiner, *Monumenta Poloniae et Lithuaniae...*, IV, 453, 632. Segundo F. Martens, o tratado seguinte foi assinado em Grodno, na Lituânia, no dia 13/7/1793. *Recueil des traités et conventions conclus par la Russie avec les puissances étrangères*, Petersbourg, 1898, V, 166.

⁹ O representante da Rússia junto à Santa Sé, aludindo à “Convenção de São Petersburgo”, de 23/01/1797, escrevia: “Les rapports intimes...”, Jemielity, *Diecezja seineńska...*, 9, n. 1.

¹⁰ Por exemplo, a sede da metrópole eclesiástica para a Igreja católica na Rússia foi fundada em Mohylew, uma pequena cidadezinha, que contava apenas 2.345 católicos; Kumor; *Ustrój...*, 17. Da mesma forma, em 1796 foi criada a diocese de Wigry, com sede em Wigry, uma pequena localidade que não possuía tradição histórica. Kumor, *Granice metropolii i diecezji polskich 968-1939*, Lublin, 1969-1971, 18. Por um decreto do dia 06-17/09/1795, Catarina II aboliu inteiramente as estruturas diocesanas, liquidando 5 antigas dioceses na Polónia.

¹¹ Z. Zieliński, *Papieżstwo i papieże dwóch ostatnich wieków*, Warszawa, 1983, 58-64. A República da Polónia, que fazia fronteira com a Rússia ortodoxa e a Turquia – duas potências não católicas – era também chamada de “baluarte”, como o primeiro bastião do cristianismo no Oriente.

rusa, acreditamos que será justo apresentar inicialmente a situação da Igreja católica na Rússia.

A situação legal da Igreja católica na Rússia sempre foi complicada. Por força de um decreto do dia 17 de setembro de 1776, a imperatriz Catarina subordinou os assuntos da Igreja católica ao *Justizkolegium*, um órgão criado para os protestantes¹². O czar Paulo I, mais favorável aos católicos, instituiu no dia 26 de fevereiro de 1797 o Departamento para Assuntos da Igreja Católica; por sua vez o czar Alexandre I, mais rigoroso, ordenou por um decreto do dia 13/25 de novembro de 1801 a dissolução do “Departamento”, e em lugar dele instituiu o “Colégio Eclesiástico Católico-Romano”.

Esse Colégio obteve as competências para exercer o poder sobre os bispos e os consistórios; tornou-se seu presidente o metropolita de Mohylew. Nos assuntos legais esse órgão devia adaptar-se às normas do direito canônico, com a obrigação de levar em conta também o direito do Estado¹³. E dispunha de amplos direitos; no entanto, como uma instituição estatal, jamais foi reconhecido pela Santa Sé, e em 1867 foi até solenemente condenado pelo papa Pio IX¹⁴. Apesar disso, preservou as suas amplas competências judiciais até 1918¹⁵.

Falando-se da Igreja católica na Rússia, é preciso lembrar uma excepcional, sábia, ainda que muito controversa figura – a de Estanislau Sierstrzeńcewicz. Por força de um decreto de 12 de maio de 1774, ele foi nomeado bispo pela imperatriz Catarina, e em 1783 arcebispo de Mohylew, na metrópole por ela criada naquele mesmo ano; mais tarde foi também o primaz católico da Rússia. Obedecendo à disposição imperial, ele se dirigiu ao papa Clemente XIV com o pedido de que fosse confirmada a função a ele atribuída¹⁶. Sob a pressão do

¹² A. Boudou, *La Sainte Siègle et la Russie, leur relations diplomatiques au XIX^e siècle*, I, Paris, 1922, 5-7; 21; 24; Loret, *Kościół...*, 4.

¹³ S. Szantyr, *Zbiór wiadomości o Kościele i religii katolickiej w Cesarstwie Rosyjskim a szczególnie w prowincjach od Polski przyłączonych*, Poznań, 1843, 159-165.

¹⁴ A. Boudou, *Le S. Siègle...*, 24.

¹⁵ Kumor, Ustrój Kościoła katolickiego w zaborze rosyjskim (1772-1815), in: *Historia Kościoła w Polsce*, II/1, Poznań-Warszawa, 1971, 211-212.

¹⁶ Pio VI recusava a atribuição da autoridade a Sierstrzeńcewicz fora da diocese de Mohylew; no entanto, num momento de fraqueza ele cedeu. Cf. P. Pierling, *La Russie et le Saint-Siège. Études diplomatiques*, Paris, 1921, vol. V, 80-90; L. Lescoeur, *L'Église catholique en Pologne sous le gouvernement russe, 1772-1875*, Paris, 1876, I, 83. Sierstrzeńcewicz, além de ser reconhecido por outros, ele mesmo se proclamou o único metropolita da Rússia para todo o império e *legatus natus*: “Ego, Stanislaus Sierstrzeńcewicz (...) Metropolitanus Romanae Catholicae Ecclesiae in Rossia, Legatus Sedis Apostolicae, Archiepiscopus Mohiloviensis, Praefectus Collegii Justitiae Partitionis Catholicae...”; *Nonciatures de Russie*, op. cit., V, n. 22, 49. O Núncio Litta esclarece a situação numa carta a Consalvi da seguinte forma: “No entanto é muito importante a correção, nesta ocasião, (...) do título que se atribui o arcebispo de Mohylew, a saber, de legado da Santa Sé. Nesta oportunidade será apropriada a familiarização com a verdadeira eloquência da carta que ele endereçou a Pio VI, o propósito do qual era (...) estimular o arcebispo a que ele utilizasse as suas influências sobre a imperatriz, a fim de pôr termo às terríveis perseguições (...)”. Ibidem, n. 23, 50-51. A respeito de Sierstrzeńcewicz, que foi realmente uma figura importante, cf. M. God-

governo russo, o papa Pio VI atribuiu-lhe (no dia 15 de agosto de 1778) direitos especiais, que faziam dele um “papa russo”¹⁷. A seguir, por força dos decretos da *Propaganda Fide* (Congregação da Propagação da Fé) de 15 de abril de 1783 *Quum Reverendissimus* e *Sanctissimus Dominus noster*, foram subordinadas a Sierstrzeńcewicz todas as congregações religiosas na Rússia, juntamente com uma ampla jurisdição em assuntos eclesiásticos¹⁸.

O predomínio numérico dos católicos nas “terras anexadas” colocava os três países ocupantes diante de um problema real e de difícil solução. Nas terras anexadas à Prússia, e mais ainda ao império russo, o catolicismo continuava sempre ligado ao polonismo; frequentemente o adjetivo “católico” funcionava como sinônimo de “polonês” e vice-versa. Esse relacionamento do sentimento de religiosidade com o ideal nacional era favorável ao Estado polonês, equilibrando o processo da desnacionalização dos poloneses encaminhado pelos governos russo, prussiano e austríaco¹⁹. A propaganda eclesiástica procurava cultivar e manter as definições: polono-católico, russo-ortodoxo, prussiano-protestante²⁰. A Igreja católica cumpria, aliás, o papel de uma escola de patriotismo, na qual era desenvolvida e sustentada a consciência nacional²¹.

No entanto as terras anexadas desde o início deviam ser envolvidas pelo processo da assimilação estatal – isto é, pelo processo da germanização na Prússia e na Áustria e da russificação no império russo²². Em razão disso surgiu um conflito entre os propósitos da Igreja e as aspirações dos governos estatais.

lewski, *De cardinalato Stanislaw Bohusz Sierstrzeńcewicz (1784-1817)*, Petropoli, 1909; A. A. Brumanis, *Aux origines de la hiérarchie latine en Russie. Mgr. Stanislaw Sierstrzeńcewicz-Bohusz premier archevêque métropolitain de Mohilev (1731-1826)*, Louvain, 1968. Na historiografia polonesa Sierstrzeńcewicz é atualmente melhor avaliado. Cf. Kumor, Obertyński, *Historia...*, 183-191; J. Wasilewski, *Arcybiskupi i administratorowie archidiecezji mohylewskiej*, Pińsk, 1930.

¹⁷ O nuncio Arezzo escreve a Consalvi: “Não pude conciliar o sono à noite. Não tinha condições de compreender por que o chanceler (do governo russo) inesperadamente (...) e de forma tão categórica (...) cobriu-me de tão numerosos pedidos, que deviam contribuir para a instituição do arcebispo (Sierstrzeńcewicz) como papa da Rússia”. *Nonciatures de Russie*, V, III, n. 309, 423; cf. S. Szantyr, *Zbiór wiadomości o Kościele i religii katolickiej w Cesarstwie Rosyjskim*, Poznań, 1843, 237.

¹⁸ *Nonciatures de Russie...*, III, 425-427; Theiner, *Die neuesten Zustände...* II, cita os documentos de 1783: “commisit ad (...) Reverendissimo Patri Stanislawo Sierstrzeńcewicz Episcopo in Alba Russia facultatem exercendi Ordinariam (...)” (citação latina). P. Pierling, *La Russie et le Saint-Siège. Études diplomatiques*, V, Paris, 1912, 23-39.

¹⁹ B. Cywiński, *Rodowody niepokornych*, Paris, 1985³, 202-230.

²⁰ Dylągowa, *Dalla caduta...*, 315.

²¹ J. Tazbir, *Kultura szlachecka w Polsce*, Warszawa, 1978, 96, 98-99; Kumor, Obertyński, *Historia...*, 73.

²² Bardach, Leśnodorski, *Historia...*, 298-299; 309-310; Kukiel, *Dzieje...*, 52-54, 56. O governo prussiano trouxe nove mil funcionários alemães buscando a germanização, convocou numerosos colonizadores alemães, etc.

Criação e desenvolvimento da província russa dos padres marianos

Após a partilha da Polônia, encontraram-se no império russo 320 conventos masculinos, com 3.200 religiosos, e 40 conventos femininos, que contavam 620 irmãs religiosas²³. O âmbito dos direitos dos metropolitas de Mohylew, no que diz respeito aos religiosos, era muito amplo; como já mencionamos, no período em análise a função de metropolitano era exercida por S. Siestrzeńcewicz, uma pessoa que contava com a confiança da imperatriz Catarina. Por força de privilégios pontifícios, das competências do metropolitano faziam parte: a visitação de todos os conventos na Rússia; o exercício da jurisdição episcopal dentro deles; a reforma de congregações religiosas; a introdução de emendas nas constituições religiosas; a nomeação dos superiores das congregações religiosas²⁴.

Da mesma forma que todas as demais ordens religiosas, obrigava os marianos o decreto de Catarina II de 12 de fevereiro de 1769, que impunha a obtenção da aprovação do governo russo para todos os documentos “exteriores”, bem como proibia quaisquer contatos dos religiosos com os seus superiores residentes fora do território da Rússia, subordinando-os com isso à autoridade eclesiástico-estatal.

Em 1795, nas províncias polono-lituanas anexadas ao império russo encontravam-se os conventos dos marianos em Raśna, Berezdów, Wołpa e Janów; continuavam também existindo os rendimentos e uma parte do patrimônio do convento em Ostrzykowce-Samczyki, que foi fechado em 1779²⁵. Raśna, Janów e Wołpa pertenciam à diocese de Vilnius no Grão-Ducado da Lituânia; por sua vez Berezdów e Ostrzykowce – à diocese de Łuck na Volínia, um território situado no extremo oriental do então Reino da Polónia (na Ucrânia).

A política do isolamento das congregações religiosas, que lhes proibia toda forma de contatos com o exterior, levou ao surgimento de novas estruturas administrativo-eclesiásticas, isto é, novas províncias religiosas e abertura de noviciados, contribuindo também para certa forma de independência das congregações do poder diocesano. Os padres marianos, que tinham as suas casas no território da Rússia, isolados dos conventos na Prússia ou na Áustria, foram forçados a organizar a sua própria estrutura administrativa. Antes da convocação do primeiro capítulo da província russa, os marianos ainda se consultaram oficialmente com

²³ Bieńkowski, *L'Illuminismo...*, 310-311.

²⁴ Pastor, op. cit., XVI/3, 132; Theiner, op. cit., II, n. 70, 224-226; n. 71, 227-229; n. 73, 229-231; J. Bogomolov, *Akty i dokumenty otnojasjiesja k ustrojstvu i upravlenju rimsko-katoliceskoj tserkvi w Rossii, I, 1762-1825*, Pietrógrado, 1915, 39-43; *Nonciatures de Russie*, I, 458-459; cf. *Historia Kościoła Rzymskokatolickiego w Imperium Rosyjskim (XVIII-XX w.) w dokumentach Rosyjskiego Państwowego Archiwum Historycznego*, Sankt Petersburg – Warszawa, 1999, 15-21.

²⁵ ABUV, F4-A4545, Acta CPRus., ff. 3, 4, 5.

o superior geral T. Białowieski, que residia no convento em Skórzec, isto é, na zona de ocupação austríaca. Este designou como seu delegado para o capítulo o Pe. P. Grochalewicz, residente em Raśna, indicando ao mesmo tempo o convento em Raśna como o lugar onde o capítulo poderia ser realizado²⁶.

De acordo com as imposições da imperatriz Catarina relacionadas com a subordinação dos religiosos aos bispos, foi nomeado presidente do capítulo o Pe. Adão Płokocki, auxiliar do bispo de Vilnius. No dia 15 de setembro de 1797, os superiores das casas religiosas, bem como os conselheiros gerais que naquele tempo residiam na área do império russo elegeram para provincial o Pe. A. Grochalewicz²⁷. Esse dia deve ser reconhecido como a data do surgimento da província russa, porquanto não foi expedido nenhum decreto relacionado com a sua criação. O capítulo, do qual participaram dez padres delegados, dedicou-se sobretudo às questões administrativas da província, à escolha de pessoas experientes para o desempenho de diversas funções religiosas, bem como à vida religiosa nos conventos.

A situação econômica dos marianos na Rússia era mais favorável em comparação com aqueles que permaneciam na Prússia. Após a terceira partilha, o decreto de Catarina II de 1772 foi renovado. Esse decreto determinava que “o clero secular ou religioso, se não quiser fazer o juramento de fidelidade, pode sair para fora das fronteiras do país, e as propriedades desses emigrantes devem ser imediatamente confiscadas em prol do governo”²⁸. Os marianos, no entanto, preservaram todos os bens e propriedades rurais, recebendo também os rendimentos do convento cassado em Samczyki. Pode-se supor que os religiosos, ou pelo menos os superiores, fizeram o juramento de fidelidade à imperatriz.

Falando da situação econômica da província, é preciso lembrar que as suas rendas, tanto em 1797 como em 1793 (quando os conventos se encontravam no território da Polônia independente), eram mais ou menos iguais; no entanto o número dos religiosos em 1797 diminuiu pela metade.

Uma parte dos rendimentos provinha também das capelanias, no entanto, em razão da falta de sacerdotes nos próprios conventos, a congregação desistiu delas, de maneira que – como lemos no relatório de 1804 – “não existe mais nenhuma das capelanias”²⁹.

A imperatriz Catarina II faleceu no dia 6 de novembro de 1796, e depois dela o trono foi assumido pelo czar Paulo I, que se distinguia por uma maior piedade

²⁶ ABUV, ACPRus., f. *Thadeusz Białowieski, Praepositus Generalis Patribus in magno Imperio Rossiano...*, Carta de 15/07/1797.

²⁷ ABUV, ACPRus., f. 3.

²⁸ J. Wysocki, *Kościół katolicki w zaborze rosyjskim w latach 1772-1815*, AA.VV., red. B. Kumor e Z. Obertyński, II/1, Poznań-Warszawa, 1971, 206-207.

²⁹ ABUV, Doc.Viln. F. 4-A.194, V. 1, Domus Rasnensis.

e era mais favorável à Igreja católica. Mas, apesar de tal opinião, durante o seu reinado foram expedidos decretos direcionados contra os religiosos. Por um decreto do dia 28 de abril de 1798 o czar Paulo I mantinha em vigor os decretos precedentes, afirmando que “todas as ordens e congregações (...), sem nenhuma exceção, ficam subordinadas ao arcebispo de Mohylew e aos bispos (...), cada uma de acordo com a diocese, com o que os provinciais e os superiores das casas ficam subordinados aos bispos”³⁰. A partir desse momento foi confirmada a dependência dos conventos marianos da autoridade diocesana, que decide a respeito dos capítulos provinciais e intervém nos assuntos internos dos conventos. Por sua vez o decreto de 3 de novembro de 1798 proibia a convocação de capítulos provinciais e reuniões de religiosos, além do que a divisão de todas as funções nas casas religiosas cabia à competência dos bispos³¹.

Graças ao Pe. Gruber, provincial dos frades jesuítas na Rússia, que tinha uma significativa influência sobre o czar Paulo I, no dia 11 de dezembro de 1800 foi publicado um decreto que reconhecia às ordens religiosas certa independência; devolvia a liberdade de ação aos superiores, bem como reconhecia a autonomia dos conventos diante da autoridade dos bispos.

A morte de Paulo I interrompeu o período um tanto favorável para a Igreja católica. Em 1801, subiu ao trono Alexandre I, introduzindo novamente normas rigorosas; proibiu, por exemplo, aos religiosos quaisquer contatos com o exterior e atribuiu aos bispos o direito da visitação de todos os conventos³².

As autoridades russas não somente procuravam envolver com o seu controle a atividade e as receitas dos religiosos, mas ainda definiam a forma de governo das ordens religiosas. O decreto correspondente determinava que “toda ordem deve ter o seu provincial, consultor e secretário”³³. Nos anos 1797-1803 as mencionadas funções eram atribuídas na comunidade mariana da seguinte forma: o provincial era o Pe. Pedro Grochalewicz, o consultor – o Pe. Pio Wyrowski e o secretário – o Pe. Paulino Pierzchański.

Na província prussiana a eleição realizava-se a cada três anos, e o eleito tinha de obter a confirmação do governo. Na província russa, no entanto, os marianos

³⁰ “Todas as congregações religiosas e monásticas de ambos os sexos, independentemente da regra, devem estar subordinadas ao arcebispo e aos bispos nas respectivas províncias, de maneira que os provinciais e outros superiores devem estar exclusivamente a eles subordinados; deles também vai depender o emprego dos religiosos em prol da Igreja e das pessoas, bem como a organização geral dos conventos, de maneira que corresponda às normas da Igreja”. Cf. Règlement n. 95, 10 de 28/4/1798, in: *Nonciatures de Russie...*, II, 207-210.

³¹ Wysocki, *Kościół katolicki...*, 193.

³² *Svod zakonov Rossijskoj Imperii*, Pietroburgo, 1857, nn. 78-88, 20-21. Esse trabalho contém diversos documentos expedidos pelo governo russo e relacionados com a situação legal da Igreja.

³³ *Ibidem*, n. 81, 20.

obtiveram a permissão para realizar as eleições a cada seis anos, e os eleitos deviam ser aprovados pelo bispo³⁴.

Transcorridos seis anos, no dia 22 de setembro de 1803, no capítulo provincial em Berezdów foi eleito provincial o Pe. Adão Matulewicz, o qual desempenhou essa função até a sua morte, que ocorreu no dia 8 de abril de 1814³⁵. Ele não perdeu a sua função – que preservou, no entanto, mais como um título do que um cargo de fato – não somente em razão dos seus excepcionais traços de personalidade, mas porque após 1803 já não se realizou nenhuma eleição de provinciais na ordem mariana.

Nas administrações dos diversos conventos, a partir de 1803, não se registram quaisquer mudanças, de maneira que os superiores dos conventos nomeados naquele ano exercem a sua função de forma vitalícia.

Superiores dos conventos na província russa				
Ano	Conventos			
	Raśna	Berezdów	Wołpa	Janów
1797	H. Tytz	E. Reubau	P. Grochalewicz	A. Matulewicz
1801	H. Tytz	W. Morawek	P. Grochalewicz	–
1803	P. Grochalewicz	A. Matulewicz	H. Tytz	–
1814	P. Grochalewicz	A. Matulewicz	H. Tytz	–

Os três padres mencionados, Grochalewicz, Matulewicz e Tytz, administraram a província e as casas religiosas nos anos 1795-1814. Isso parece ser um indício de marasmo, bem como de frágil situação espiritual. Na província russa o número dos marianos não passava de vinte religiosos; enquanto em 1782 permaneciam nos conventos quarenta e dois religiosos, em 1793 o seu número caiu para trinta, e em 1797 já residiam nessas casas somente catorze religiosos³⁶.

A situação que ocorreu após a vinda do exército e do governo russo era difícil, e o destino futuro dos religiosos incerto, o que se tornou motivo de numerosas fugas. Obrigados a informar os representantes do consistório diocesano duas vezes por ano a respeito de quaisquer mudanças nos recursos humanos dos

³⁴ Cf. Carta, de 13/05/1800, de Frederico Guilherme ao superior da província Floriano Balcewicz da província prussiana, AGM, Prot.Skórc, f. 104, notícia relacionada com a província russa. ABUV, F-4, A45454, ACPRus., f. 2: “Electo a Vobis Vicario Provinciali per speciale instrumentum, omnes gratias qua nobis competunt, abunde conferemus (...) nec non Electum ad Sexcentium confirmabimus...”

³⁵ El.Alph., 34.

³⁶ Obtivemos os dados analisando sobretudo ACPRus., Doc.Viln. e El.Alph.; em relação a 1782, cf. ASV, Arch.Nunz.Vars., n. 76, f. 2r-A de 12/01/1781; ABUV, op. cit., *Tabella Generalis 1793*.

conventos, os marianos informavam que “dois seminaristas – professores que se recrutavam dentre a juventude da nobreza – viajaram em 1793 para o exterior sem autorização”³⁷.

Após a “Convenção de São Petersburgo”, quando devia ser esperado um endurecimento da política russa em relação às ordens religiosas, três seminaristas marianos abandonaram em 1797 o convento em Raśna. O superior P. Grochalewicz, pronunciando-se a respeito desse tema, dizia: “Eles viajaram para o exterior sem permissão”³⁸. Para a província, isso era um golpe significativo, visto que justamente nesse período havia falta de sacerdotes. No momento da criação da província, não havia nela nenhum seminarista ou noviço.

Além dos seminaristas, abandonavam a ordem também os padres. Em 1798 os padres Cornélio Popielarski e Jacinto Lenhart, do convento de Raśna, mudaram-se para a província incorporada à Prússia e, apesar de numerosas admoestações, não voltaram à província russa. Permaneceram na Prússia e após a secularização trabalharam em paróquias como padres diocesanos³⁹. O Pe. Hipólito Jankowski voltou à vida civil.

Em razão da dramática situação nos recursos humanos, o capítulo provincial decidiu já em 1797 abrir no convento de Raśna um noviciado; em razão disso, os conventos em Berezdów e Wolpa eram obrigados a contribuir para esse objetivo com a importância de 100 florins poloneses anualmente⁴⁰; no entanto o primeiro candidato foi aceito no noviciado somente em 1800, enquanto que da província prussiana chegou o recém-ordenado sacerdote Inácio Zalewski, com o propósito de concluir os estudos teológicos⁴¹. Ele foi o primeiro estudante desde 1795.

³⁷ De uma relação elaborada pelo superior de Raśna resulta que Norberto Nyc e Justino Skrzyński, seminaristas-professores da juventude da nobreza, em 1793 viajaram para o exterior sem autorização e sem aviso. ABUV, Doc.Viln., V. 1, *O. Grochalewicz do Konsystorza Wileńskiego*, Raśna, 1811 (s/d).

³⁸ Eram eles: José Grodzicki (26 anos); Pedro Szumowski (25 anos); Carlos Filipkowski (28 anos), estudantes do último ano de teologia. ABUV, Doc.Viln., V. 1. Deve-se supor que já eram sacerdotes, apesar de estarem ainda concluindo os estudos teológicos. Os marianos frequentemente ordenavam os seminaristas durante os seus estudos, principalmente quando eles atingiam a idade madura. Mais tarde Carlos Filipkowski esteve no Ducado de Varsóvia como sacerdote mariano (cf. El.Alph. 12), ao passo que Pedro Szumowski, tendo viajado em 1797 ao território anexado à Áustria, a partir de 1798 exerceu as funções de vigário paroquial e pregador no convento de Skórzec. AZakS. *Liber baptizatorum ab an. 1798*.

³⁹ ABUV, ACPRus, ff. 3-5, 9-10. Durante o capítulo provincial de 1793 permaneciam ainda na congregação; eles são mencionados como pregadores: “Pro Concionatore electus est MVP. Hypolytus Jankowski in Conventu Rasnensi, pro Berezdoviensi MVP. Cornelius Popielarski...”, f. 5. Como data do afastamento deles da ordem, podemos aceitar o ano 1798, porquanto já em 1800 o superior em Raśna afirmava que “afastaram-se já há algum tempo...”. Ibidem, ff. 10-11, ABUV.

⁴⁰ ABUV, ACPRus, f. 5, Acta Capituli Provincialis anno 1797 (...) celebrati: “Quoniam Institutio Novitiatus (...) pluribus indicat conventos vero Rasnensis in quo tale Tyrrocinium iam pridem institutum sit, sublevamine habet opus, decusum est, ut quotannis Conventus Berezdoviensis 100 flor. pol., residentia vero Volpensis alios 100 flor. quovis anno contribuit”.

⁴¹ Ibidem, f. 11: Inácio Zalewski em 1799 encontrava-se no convento de Miroslaw (Totoraitis, *Marianie...*, 28); em 1800 veio a Raśna com o objetivo de completar os estudos teológicos (ABUV, ACPRus.

Em 1797 o capítulo da província decidiu fechar o convento em Janów. Uma das razões dessa decisão era a falta de padres e a necessidade de uma adequada divisão das funções no convento em Raśna – onde havia o noviciado, os estudos teológicos, uma escola paroquial e um hospital – e em Berezdów, onde funcionava uma escola e uma paróquia. Uma outra causa, de natureza política e moral, estava relacionada com a pessoa do fundador do convento em Janów, o bispo Kossakowski. Em razão de ter conduzido uma política prejudicial à Polônia, no dia 9 de maio de 1794 esse bispo foi enforcado em Varsóvia no dia 9 de maio de 1794, durante o levante de Kościuszk⁴². Esse fato lançou certa sombra sobre os marianos, porquanto esse bispo lhes havia oferecido dois conventos – em Janów e em Wołpa.

Em Janów o trabalho pastoral tinha um alcance muito limitado, porque os católicos eram a minoria, uma vez que 70% dos habitantes era constituída por adeptos do judaísmo, e cerca de 20% eram ortodoxos, entre os quais o trabalho pastoral era severamente proibido. A pedido do bispo de Vilnius, ao qual a diocese apresentou a questão da insuficiência de sacerdotes, os marianos decidiram prolongar a sua permanência em Janów⁴³. Entretanto em 1800 esse convento foi definitivamente fechado.

A administração da província e os diversos capítulos envidavam todos os esforços para não permitir o afrouxamento da disciplina religiosa nos conventos. Um decreto de Alexandre I do dia 9 de dezembro de 1801 dava a todo religioso o direito de recorrer ao bispo contra o superior; por outro lado as autoridades diocesanas, não tendo muita certeza da legalidade das competências a elas atribuídas pelo tzar, cumpriam a sua obrigação com pouco zelo⁴⁴.

Em 1801 a província contava somente com três conventos, separados por uma boa distância, o que dificultava não somente a sua cooperação, mas também o controle da parte do provincial. Por isso naquele ano o capítulo provincial ins-

f. 11), e em 1803 se encontrava em Goźlin (El.Alph., 62). Considerando que todos os três governos de ocupação proibiam as viagens “para o exterior”, o caso do Pe. Zalewski parece muito estranho, porquanto os conventos acima mencionados encontravam-se em três zonas de ocupação: Raśna na Rússia, Mirosław na Prússia e Goźlin na Áustria.

⁴² A. Zahorski, *Kossakowski Józef, Kazimierz, 1738-1794*, PSB, XIV, 268-272.

⁴³ ABUV, ACPRus. f. 5: “Caeterum J. Umus, Loci Ordinarius Vilmensis omnia fortis cupit et desiderato ut Patres Mariani revertantur ad Conventum Janowiensem, itaque facta est electio in Presidentem ejusmodi loci, et electus est Pater Adamus Matulewicz, quia habuit omnia vota favorabilia. Pro concionatore (...) pro Conventu Janowiensi eligetur suo tempore ad placitum Admodum R. P. Vicarii”.

⁴⁴ A execução da jurisdição sobre os religiosos dependia da postura dos diversos bispos e do consistório diocesano; p. ex. o consistório da diocese de Wigry procurou exercer o seu poder no convento de Mariampol suspendendo das suas funções o Pe. Gawień e castigando o convento com um interdito pela razão de que o mencionado padre era mais obediente ao superior geral do que ao consistório (AGM, Acusação). No entanto o convento em Raśna gozava de uma autonomia maior; o bispo de Vilnius enviava a ele os seus delegados para o capítulo, no entanto eles exerciam o poder de forma discreta (ABUV, ACPRus. ff. 1, 3, 15, 16). Igualmente durante a visitaçāo do convento o delegado do bispo não dava ao superior de Raśna ordens, mas fornecia orientaçōes.

tituiu o cargo de comissário da província, entre cujas obrigações estava a visitação dos conventos, a eliminação de abusos e a execução das tarefas confiadas aos religiosos. Para esse cargo foi convocado o Pe. Adão Matulewicz, anteriormente superior do convento em Janów, que havia sido fechado⁴⁵.

A crise na província russa manifestava-se não apenas nas desistências e fugas dos religiosos, mas também – em casos particulares – no desrespeito às normas da vida religiosa e à sua disciplina. Nessa situação a tarefa do comissário era difícil e extremamente delicada. Por exemplo, o capítulo provincial de 1801, tendo recebido a notícia de que no convento de Berezdów eram negligenciadas as práticas da vida religiosa, inclusive a oração e a vida comum, de que o superior não fazia nada para melhorar a situação e, mais ainda, opunha-se à visitação canônica do comissário, promulgou um decreto obrigando a administração da província a resolver esse problema⁴⁶. Para o encerramento do capítulo provincial em 1801 o conselho provincial elaborou um regulamento da vida religiosa para esse convento, para cuja observância os religiosos eram obrigados sob o rigor dos castigos previstos pela ordem. Com o receio de que o regulamento podia não ser observado e de que a situação não mudaria, o conselho decidiu que por dois anos o comissário fixaria residência no convento em Berezdów, exercendo ao mesmo tempo as funções de pároco⁴⁷.

Berezdów era a única paróquia dos padres marianos na província russa, e em Raśna eles desenvolviam a atividade pastoral na própria igreja da reitoria, ajudando aos párocos das paróquias vizinhas. A situação em Wołpa era mais complicada. Oficialmente, o pároco ali era o bispo Kossakowski (como já mencionamos, enforcado em 1794). Como senador da Polônia, o bispo não se ocupava com a paróquia; na prática, a assistência pastoral nela era exercida pelos padres marianos; juntamente com o seu superior, eles eram subordinados ao pároco, que a partir da morte do bispo em 1794 era o bispo diocesano. Nessa situação multiplicavam-se os problemas, não apenas de natureza econômica, mas também administrativa, relacionados com a subordinação à autoridade religiosa ou diocesana.

Em 1797 o capítulo provincial determinou que “o Reverendíssimo Padre Provincial aceite temporariamente a obrigação [de exercer a função de reitor], para o maior bem da missão e dos assuntos tanto da Ordem como do lugar”⁴⁸.

⁴⁵ ABUV, ACPRus., f. 9.

⁴⁶ Ibidem, f. 9.

⁴⁷ Ibidem, ff. 9-11. O âmbito da autoridade do superior da casa era limitado pelos decretos do Estado e pela autoridade diocesana; o bispo, por sua vez, possuía direitos mais amplos. Sobretudo numa comunidade como a de Berezdów, onde todos os religiosos-sacerdotes estavam envolvidos no trabalho pastoral, e nessa área estavam subordinados ao pároco. Nesse caso é compreensível a nomeação de Adão Matulewicz, pároco de Berezdów, para a função de comissário-visitador.

⁴⁸ “Pro Rectoratu tandem Volpensi inito Consilio, decisum est ut pro interim eiusmodi onus subire digneretur Admodum Rev. Pater Provincialis pro maiori emolumento locorum et negotiorum tunc Ordinis tum et loci”. Ibidem, f. 9.

O fato de que em Wołpa residia o provincial P. Grochalewicz não contribuiu para a eliminação das dificuldades – tanto internas como externas – em que se encontrava a casa religiosa. Em 1801 o capítulo tomou a decisão de fechar o convento, justificando-se com o fato de que a província necessitava de padres na casa em Raśna, onde havia sido aberto um noviciado e um curso filosófico-teológico. Em razão disso, os padres marianos apresentaram ao bispo de Vilnius o pedido de serem dispensados do núcleo em Wołpa⁴⁹. Não conhecemos a resposta do bispo. Parece, no entanto, que ele não expressou a concordância com que os marianos o abandonassem, apresentando-lhes as mesmas dificuldades de quando eles estavam deixando o convento em Janów.

Em 1801 havia em Wołpa quatro marianos; em 1803 o Pe. Grochalewicz foi transferido a Raśna; em 1805 faleceu o Pe. Bindakiewicz, e no ano seguinte o Pe. Reubau. Em Wołpa ficou apenas um religioso, H. Tytz; naquele mesmo tempo veio de Raśna o recém-ordenado sacerdote M. Filipowicz; no dia 4 de novembro de 1814 faleceu o Pe. Tytz, o último superior do convento⁵⁰. O Pe. Filipowicz, que permaneceu em Wołpa, tornou-se mais tarde padre diocesano. A província não tinha nenhuma condição de manter esse convento.

Levando em conta a morte de cinco padres, a secularização de três e a fuga de nove seminaristas, o número dos marianos, ainda que modesto, demonstrava uma tendência crescente; nos anos 1797-1808 a situação nos diversos conventos apresentava-se da seguinte forma:

Ano	Conventos							
	Raśna				Berezdów	Wołpa	Janów	total
	total	sacerd.	sem.	nov.				
1797	7	7	-	-	4	3	2	16
1801	7	5	1	1	5	4	-	16
1803	8	5	3	-	5	3	-	16
1804	6	5	1	-	5	3	-	14
1805	8	4	-	4	5	2	-	15
1806	11	4	2	5	5	2	-	18
1807	9	3	6	-	5	2	-	16
1808	7	3	3	1	5	2	-	14 ⁵¹

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ El.Alph.

⁵¹ Esses dados foram elaborados com base dos seguintes documentos: ABUV, ACPRus. e sobretudo Doc.Viln., que apresentam uma estatística exata dos conventos em Raśna e em Wołpa dos anos 1804-

Na relação não foram levados em conta os religiosos que se afastaram no mencionado período. Como se percebe, essa pequena província envidava todos os esforços para eliminar o marasmo dos religiosos, bem como para criar estruturas organizacionais que favorecessem o seu desenvolvimento numérico.

Uma das iniciativas tomadas nessa direção foi a criação, em 1801, da função de comissário. Em 1797 foi decidida a instituição de um caixa comum da província; naquele mesmo ano foi estabelecida a importância da cota anual que devia ser destinada para as despesas representativas do provincial. Os conventos foram taxados com o objetivo de assegurar uma importância adequada para as necessidades do noviciado em Raśna. A função de mestre do noviciado foi confiada pelo capítulo ao Pe. Félix Hadrawa⁵², que a exerceu até 1816⁵³. Em 1804 foram aceitos no noviciado quatro candidatos.

Apesar de em 1803 o czar Alexandre I ter instituído em Vilnius o Seminário Geral de Vilnius, no qual podiam estudar também os marianos, o conselho provincial da congregação decidiu que os estudantes seriam educados no convento próprio. Em 1803 o capítulo designou dois religiosos para professores no mencionado curso filosófico-teológico em Raśna⁵⁴; naquele mesmo ano iniciaram ali os estudos teológicos três estudantes marianos.

Após um período de incerteza, de caos, de fugas de alguns religiosos da província russa, em 1803 inicia-se certa estabilização, que se manifesta num relativo crescimento numérico dos marianos no noviciado e nos estudos, bem como na organização da vida religiosa, que foi introduzida por três capítulos provinciais e pelo conselho da província. Convém aqui mencionar que o provincial dispunha de uma autoridade muito limitada pelos diversos decretos imperiais, que favoreciam as autoridades diocesanas. Em 1805, como o primeiro na província russa, foi ordenado sacerdote o seminarista Miguel Filipowicz. Em 1806 em três casas religiosas – em Berezdów, Raśna e Wołpa – encontravam-se dezoito marianos,

1822; servimo-nos deles também para detalhar os dados relacionados a Berezdów (El.Alph.). Algumas fontes impressas apresentam dados diferentes, Nonciatures de Russie, III, Tabula Generalis... religioso-rum Ordinum et numerum personarum. Entre as páginas 248-249, apresenta em 1803 dois conventos: Raśna (que é analisada juntamente com a residência em Wołpa) e o convento em Berezdów (contando ao todo 13 religiosos marianos). No entanto eles eram então 16; cf. ABUV, ACPRus. ff. 18-19. Da mesma forma o bispo Cieciszowski, num relatório de 1807, informa a Santa Sé que em Berezdów *havia 4 religiosos*. Cf. P. Rabikauskas, *Relationes status diocesum in Magno Ducatu Lituaniae, II, Roma, 1798, 282-283*. Em Berezdów, no entanto, residiam permanentemente cinco religiosos, pelo menos nos anos 1801-1822; apenas um deles era irmão leigo. Com frequência os bispos colocavam nos relatórios estatísticos somente aqueles que trabalhavam na pastoral; às vezes não eram contados os educadores do noviciado e os professores dos cursos.

⁵² ABUV, ACPRus., f. 6.

⁵³ Após a morte do Pe. Grochalewicz (1816) o Pe. Félix Hadrawa tornou-se superior em Raśna, e a função de educador dos noviços foi confiada naquele mesmo ano ao Pe. Pio Wyrowski. ABUV, Doc. Viln., I f. 245.

⁵⁴ ABUV, ACPRus., f. 15.

entre eles dez padres, um irmão religioso, cinco noviços e dois clérigos professores⁵⁵.

Em 1806 o exército de Napoleão entrou nas terras polonesas e lituanas anexadas à Áustria e à Prússia. Em consequência das negociações de Napoleão com o czar Alexandre I foi criado o Ducado de Varsóvia; muitos poloneses fugiam clandestinamente das áreas incorporadas ao império russo com o propósito de participar das lutas pela independência da Polônia.

O noviciado em Raśna foi fechado em razão da falta de candidatos em 1807; dentre os seis clérigos professores que permaneciam em Raśna, três fugiram para o Ducado de Varsóvia⁵⁶. Naquele mesmo ano faleceu em Raśna, com a idade de 41 anos, o Pe. Paulino Pierzchański, teólogo, professor de retórica, de filosofia e de teologia. O número dos marianos ia diminuindo; em 1810 havia apenas doze religiosos⁵⁷.

Apesar das dificuldades, da falta de professores e de padres e da ameaça iminente da guerra russo-francesa, o noviciado e os estudos, organizados na província graças aos esforços dos padres Hadrawa e Grochalewicz, não somente suportaram esse difícil período, mas até começaram a desenvolver-se.

Os conventos na zona de ocupação austríaca

Nas províncias que foram incorporadas à Áustria, encontraram-se 170 conventos masculinos com 1.700 religiosos e 40 conventos femininos contando 620 irmãs⁵⁸. Apenas dois desses conventos pertenciam aos marianos: Goźlin e Skórzec. Na paróquia de Seroczyn a casa religiosa se encontrava em estágio de organização, mas passou à administração da diocese.

A situação dos marianos era favorável, visto que os seus conventos estavam situados na orla setentrional do império austríaco. Goźlin se situava perto de Varsóvia, junto à fronteira austro-prussiana; Skórzec, por sua vez, encontrava-se perto de Siedlce, por onde passava a fronteira austro-russa. A situação geográfica não deixava de ser significativa; sabia-se que a política josefina não era demasiadamente rigorosa; embora o governo austríaco tivesse chamado essas terras de Galícia Ocidental, na realidade elas eram genuinamente polonesas,

⁵⁵ ABUV, Doc.Viln., I (estatística do ano 1806); ABUV, ACPRus., ff. 18-19.

⁵⁶ ABUV, Doc.Viln., I, f. 188, eram eles: Chrzanowski, Kowalewski, Łukaszewicz. A respeito da fuga de voluntários poloneses da Rússia para o exército polonês escreve Kukiel, *Dzieje...*, 106.

⁵⁷ ABUV, Doc.Viln., I, ff. 196-197.

⁵⁸ Bieńkowski, *L'Illuminismo...*, 311.

e por isso a introdução do josefismo não ocorria ali com tanta facilidade como na Galícia Oriental⁵⁹.

Os conventos de Skórzec e de Gozlin pertenciam à diocese de Poznań. De acordo com a “Convenção de São Petersburgo”, o governo austríaco procedeu a uma reorganização administrativo-eclesiástica das áreas anexadas, com o objetivo de romper quaisquer laços delas com as autoridades eclesiásticas externas. Numa primeira fase o governo ordenou que os bispos das províncias incorporadas exercessem o poder unicamente nessas áreas, proibindo ao mesmo tempo aos bispos “estranhos” – isto é, de Poznań, Płock e Łuck – que desenvolvessem nelas qualquer jurisdição. No dia 3 de maio de 1801, sob a pressão da autoridade austríaca, o bispo de Poznań Inácio Raczyński renunciou oficialmente em favor do bispo de Cracóvia José Olechowski⁶⁰ aos direitos de exercer o poder na área da Galícia Ocidental.

Em 1805 o papa Pio V criou uma nova diocese – a de Lublin; em razão disso os conventos marianos nessa diocese encontraram-se finalmente sob o poder legal da Igreja⁶¹.

O número insuficiente de religiosos, da mesma forma que a subordinação (nos anos 1800-1805) da Galícia Ocidental aos bispos de Cracóvia e à metrópole de Lvov – essas dioceses foram incorporadas à Áustria já em 1772, e conseguiu penetrar nelas o espírito do josefismo – contribuiu para a criação das paróquias em Skórzec e Gozlin.

Já em 1782 o imperador José II expediu certas diretrizes relacionadas com o estabelecimento dos limites das paróquias, que eram de natureza geográfica – porquanto levavam em consideração a significativa distância de uma aldeia da igreja, considerando, por exemplo, as montanhas e os rios que dividiam as paróquias –, de natureza demográfica – uma paróquia não devia contar mais do que 900 fiéis – e pastoral⁶². Em razão dessas disposições, o convento de Skórzec, que se encontrava na área da maior paróquia na diocese de Poznań, Niwiski, que contava mais de cinquenta aldeias, a partir de 20 de junho de 1798 assumiu as obrigações paroquiais por força de um decreto do bispo de Kiev, Remígio

⁵⁹ A Galícia Oriental abrangia os territórios da República da Polônia anexados ainda na primeira partilha. Na maioria eles eram habitados por ucranianos, poloneses, judeus; a partir de 1772 a política josefina fez ali visíveis progressos. Essa província passou a pertencer aos poloneses somente a partir do século XIV. No entanto a chamada Galícia Ocidental desde o início da existência do Estado polonês constituía o próprio cerne da Polónia; com a exceção dos judeus, não havia nela minorias nacionais, e o catolicismo era ali forte e dominante.

⁶⁰ Kumor, *Ustrój...*, 162-163.

⁶¹ A diocese de Lublin foi instituída por força da bula de Pio VII *Quemadmodum Romanorum Pontificum*, de 23/09/1805. Cf. Enc. Nowod., V. XII, 347-348; Kumor, *Granice...*, 305-307. Essa diocese surgiu da união de cinco partes de territórios tomados de outras dioceses (Chełm, Cracóvia, Płock, Łuck, Poznań).

⁶² Kumor, Obertyński, *Historia...*, 285.

Zambrzycki. Na composição da recém-criada paróquia de Skórzec entraram dezenove aldeias⁶³.

Após assumir a jurisdição dessa parte da diocese de Poznań, no dia 11 de dezembro de 1801 o bispo de Cracóvia criou a paróquia em Gozlin, assim fundamentando essa decisão: “Algumas aldeias das paróquias em Warszewice e Wilga estão muito distantes das suas igrejas e algumas vezes têm a elas um acesso perigoso em razão das enchentes do Vístula. Por isso (o bispo de Cracóvia) fundamentou-nos que existe a urgente necessidade de que essas aldeias, após a prévia separação das suas paróquias, sejam legalmente ligadas à igreja dos Reverendos Frades Marianos em Gozlin, como próxima delas, e de que a igreja em Gozlin seja instituída como paroquial para elas”⁶⁴.

Contrariamente aos marianos que se encontraram na área da Rússia e da Prússia, os conventos situados no território da Áustria não instituíram uma estrutura provincial. É preciso ter em mente que em Skórzec residiam o superior geral da ordem T. Białowieski, o secretário-geral J. Niezabitowski e outros padres que gozavam de grande prestígio na ordem⁶⁵. Skórzec era um centro de formação de religiosos, e por isso ali era dada uma atenção especial à escolha do pessoal; existia ali igualmente um curso de teologia para os seminaristas e um noviciado. Nos anos 1795-1806 permaneciam no convento cerca de catorze padres, dentre os quais quatro ou cinco trabalhavam em diversas paróquias como capelães⁶⁶;

⁶³ ASD 146/IV Visit. Skórzec, 1835: “Ecclesia Parochialis in Villa Skórzec (...) consecrata Anno Domini 1802 Dominica tertia post pentecostem per (...) Ill.mum Franciscum Remigium Zambzycki-episc. Vigore decreti gubernalis de die 20 Julii 1798, habet 19 Villarum”. Remígio Zambrzycki era bispo de Kiev. Pelo decreto do dia 08/08/1798 *De apostolica potestatis plenitudine*, o nuncio L. Litta uniu a diocese de Kiev com a diocese de Łuck. Nos primeiros anos a jurisdição dessa nova diocese envolvia também uma parte de Podlasie, com o convento dos marianos em Skórzec. Em 1805 essa parte de Podlasie foi incorporada à nova diocese de Lublin (ABMK, v. 20, 296-297).

⁶⁴ “(...) Quod quaedam Villae Parochiarum Warszawice et Wilga valde remotum et ob inundationes Vistulae quandoque periculosum ad suas Ecclesias habeant aditum fecit nobis exponi ac esse urgentem necessitatem ut iste Villae praevia earum a suis Parochiis avulsione, Ecclesiae RR.PP. Marianorum in Gozlin uti illis vicinae Jure Parochiali applicantur ac ut Ecclesia Gozlinensis in Parochialem earum erigatur”. ASD, *Visitatio generalis...*, 1810 em Gozlin.

⁶⁵ AGM, Prot.Skórc., f. 100. Naquele período, além do padre geral, residiam em Skórzec: João Dziewuski, pessoa de grande cultura, mais tarde capelão no solar da duquesa Czartoryski (El.Alph., 12); Faustino Gans, assistente geral da congregação, pessoa de muito zelo e piedade (ibidem, 13); Silvestre Lechniewicz, na época procurador-geral em Roma (AZakS, *Liber Capitulum ab anno 1789*) e o já mencionado Pe. João Niezabitowski, doutor em teologia e pintor (I. Galicka – H, Sygietyńska, *Niezabitowski Jan*, PSB, X, 99).

⁶⁶ AGM, Arch.Sk., n. 147; igualmente o relatório de 1818 informa que 4 ou 5 padres trabalhavam permanentemente na capelania em diversas paróquias. Por sua vez ASD, *Visitatio generalis...*, 1835 informa que “nesse convento residiam sempre pelos menos 12 padres”. Não possuímos dados estatísticos exatos relacionados com esse período, mas graças à análise das assinaturas e das tarefas dos padres registrados no *Liber baptizorum*, *Liber capitulum* e *Liber mortuorum*, verificamos o número dos padres que nos anos 1795-1806 trabalharam em Skórzec. Convém lembrar que não era possível mudar-se de Skórzec a um outro convento, com a exceção do convento em Gozlin, onde nos mencionados anos já se encontravam esses mesmos sacerdotes, e ninguém havia vindo de Skórzec.

por sua vez no convento em Goźlin havia quatro religiosos-sacerdotes. Durante o tempo todo (1795-1806) exerceu as funções de superior e de pároco em Goźlin o Pe. Teodoro Nowicki⁶⁷.

Apesar do rigor das normas josefinas, no decorrer dos catorze anos de ocupação austríaca os conventos marianos não sofreram quaisquer prejuízos econômicos nem se depararam com dificuldades na administração das paróquias. Mesmo depois do incêndio em Skórzec em 1789, nos anos 1793-1806 a igreja e o convento foram reconstruídos. Nesse dispendioso empreendimento os marianos contaram com a ajuda do castelão de Liw, Cristóvão Cieszkowski, amigo e benfeitor da congregação, cuja família tinha participação “nos méritos espirituais da ordem”⁶⁸.

Graças à ajuda da família Cieszkowski, bem como de outros benfeitores, tornou-se possível não somente a construção da igreja de alvenaria, mas também de um espaçoso convento, no qual “encontram-se as celas para os religiosos, a residência para o padre geral, as celas para os noviços, o curso de teologia, alojamentos para hóspedes e o cemitério da igreja, cercada por um muro, e acima do portão principal eleva-se o campanário de alvenaria”⁶⁹. Os trabalhos de construção eram supervisionados pelo superior, Pe. José Cieniewski, auxiliado pelo seu irmão de sangue, Francisco Cieniewski, que era irmão religioso na congregação dos marianos; durante todo o tempo da construção ele promoveu coletas em benefício do convento⁷⁰.

Em 1805 foi concluída em Skórzec a construção do conjunto das edificações da casa⁷¹. Para se ter uma ideia dos esforços e da grandeza do empreendimento, é preciso ter em conta que todos os trabalhos foram realizados num período em que na Galícia Ocidental reinou uma crise econômica e política. Graças à ajuda financeira da família Cieszkowski, os padres marianos procederam ao ordenamento das questões patrimoniais. A sua propriedade rural era considerável, mas espalhada: envolvia bens em seis aldeias distantes entre si. Por isso o ordenamento consistiu na venda das áreas distantes e na compra de outras, mais próxi-

⁶⁷ ASD 146/III, Visit.Gen. Goźlin, 1810.

⁶⁸ AGM, Prot.Skórc., Akta kapituly generalnej 1791, § 27: “Approbatur et acceptatur submissio facta J.mo Chistophoro Cieszkowski, Castelano Livensi Equiti Aquilae Albae Benefactoris Singularissimi Conventus Skórcensis totiusque Ordinis Eius ad merita religiosa Susceptio per presentes intimatur”, f. 75.

⁶⁹ Arch.SK., 66-69, n. 147.

⁷⁰ ABUV, Doc.Viln., II, f. 351; El.Alph., 6: “Cieniewski Joseph decursu praesidentiae Conventus Skórcensis munificentiae Ducis Christophori Cieszkowski, Castellani Livensis, ecclesiam ex muro solido aedificavit”.

⁷¹ AZakS, *Akta i dokumenty*, f. 116; ibidem, Summaryusz dowodów Rakowieckiego. Para melhor compreender o valor que representava um złóti, lembremos que na segunda metade do século XVIII 1 libra equivalia a 1,5 złóti (Rostworowski, 78).

mas do convento. No dia 23 de agosto de 1799 foi adquirida a quinta Borekta, situada nas proximidades do convento; no dia 30 de junho de 1801 foram adquiridas do nobre Paulo Dąbrowski as terras em Ług, Skórzec e Kobyla Wólka; por sua vez no dia 6 de março de 1806 o convento adquiriu de Paulo Siennicki – por 36.000 zlóti poloneses – todos os demais bens em Skórzec. Dessa forma – além dos bens em diversas aldeias – os marianos se tornaram os proprietários exclusivos de toda a Skórzec. No que diz respeito à questão econômica, possui um significado especial o testamento redigido em 1802 por Cristóvão Cieszkowski. Enfatizando nele que queria ser sepultado na igreja de Skórzec, ele destinou aos marianos pelo menos 30.000 zlóti poloneses⁷².

A mais importante tarefa dos marianos era a administração das paróquias próprias e a ajuda aos outros párocos. Um dos serviços pastorais característicos era a assistência às irmandades que atuavam em Skórzec e Goźlin. O imperador José II, reconhecendo-as como supérfluas, extinguiu-as inteiramente por um decreto do dia 22 de maio de 1783⁷³.

Quando as congregações religiosas foram obrigadas a elaborar uma relação dos bens e dos rendimentos das irmandades, os frades marianos informaram o governo austríaco que a irmandade em Skórzec não possuía nenhuma renda, enquanto a irmandade em Goźlin dispunha de 1.000 florins poloneses, com a obrigação de “celebrar uma Missa cantada todas as semanas”⁷⁴.

No entanto, ao que parece, tanto em Goźlin como em Skórzec houve o esforço de se desviar da disposição relacionada com a extinção das irmandades. A atividade delas apenas diminuiu, mas não foram dissolvidas. Nos anos 1797-1805 os marianos em Skórzec e Goźlin deixaram de admitir nas irmandades novos membros, como o faziam normalmente todos os anos. Somente em 1805, quando a política josefina sofreu um enfraquecimento, e as derrotas na frente francesa começaram a ser sentidas, as irmandades retomaram a sua atividade; num só ano, na Irmandade da Santíssima Virgem Maria em Goźlin foram admitidas quarenta e nove pessoas⁷⁵.

O insucesso da terceira coalizão antinapoleônica influenciou a mudança da situação política nos territórios incorporados à Áustria. O Ducado de Varsóvia, criado em 1807, não envolvia ainda então as terras da Galícia Ocidental; somente quando em 1809 o exército polonês venceu os austríacos, essas terras puderam entrar na composição do Ducado de Varsóvia. Com isso também os conventos

⁷² AZakS, Testament K. Cieszkowskiego z 22.XI.1802 w Suchey: No sepult... (texto polonês). No final, somando-se tudo, podemos dizer que os marianos receberam pelo menos 30.000 zlóti.

⁷³ Pastor, XVI/3, 363: *La seconda grave ordinanza...* (ibidem, 363, nota 3).

⁷⁴ AZakG., *Księga rejestrowa bractwa NMP w Goźlinie*.

⁷⁵ *Księga rejestrowa bractwa NMP w Goźlinie (1775-1811)*, cf. registro referente a 1805.

em Skórzec e em Goźlin encontraram-se no seu território, juntando-se aos conventos da província prussiana⁷⁶.

Criação e situação da província prussiana

Nas províncias incorporadas à Prússia encontraram-se cinco núcleos nos quais trabalhavam os marianos. Na recém-surgida diocese de Wigry, na Lituânia, encontravam-se três conventos marianos: Mariampol, Mirosław e Iglówka. O de Iglówka, estando apenas o estágio de formação, estava subordinado à paróquia em Mariampol⁷⁷. À diocese de Varsóvia, instituída em 1798, pertenciam dois conventos marianos – um em Góra Kalwaria, o outro em Puszcza Korabiewska⁷⁸. Enquanto que em Mariampol, Mirosław e Iglówka existiam igrejas paroquiais servidas pelos marianos, em Puszcza Korabiewska e Góra Kalwaria funcionavam unicamente igrejas reitorais. Sob o aspecto administrativo os conventos em Mariampol, Mirosław e Iglówka encontraram-se na nova província instituída pelo governo prussiano, que era denominada Prússia Neo-Oriental (*Neu-Ostpreussen*); por sua vez os conventos em Puszcza Korabiewska e Góra Kalwaria pertenciam à chamada Nova Prússia Meridional⁷⁹.

A religião dominante no reino prussiano era o protestantismo, razão pela qual o catolicismo praticado nos territórios poloneses e lituanos anexados à Prússia perdeu os privilégios de religião do Estado de que gozava antes das partilhas da Polónia. O governo prussiano voltava uma atenção especial ao clero religioso, considerando-o como um elemento perigoso, que constituía um obstáculo na integração das terras havia pouco incorporadas ao reino prussiano. Em Berlim, evidentemente, logo se percebeu o papel que desempenhavam – tanto em relação

⁷⁶ Em 1807 o Ducado de Varsóvia abrangia somente a parte anexada à Prússia durante as duas últimas partilhas (1793, 1795). A ele pertenciam todos os conventos da província prussiana. Em 1809 o Ducado repeliu um ataque da Áustria e anexou a chamada Galícia Ocidental. Em razão disso, desde 1809 os conventos em Goźlin, Góra Kalwaria, Mariampol, Mirosław, Puszcza Korabiewska, Skórzec e a residência em Iglówka tinham a possibilidade de contatos com o superior geral e com todo o conselho geral.

⁷⁷ AGM, Prot.Skórc., f. 99; Totoraitis, *Marianie...* escreve que “em 1781, do convento mariano formou-se um novo convento em Iglówka”. Op. cit., 8. Essa informação é verdadeira apenas em parte, porquanto em 1781 só foi começada a construção da igreja e da casa onde devia residir o pároco com o seu vigário. No entanto já em 1783 residiam ali três religiosos: dois padres e um irmão religioso. Cf. ADL, *Akta konsystorza 1797, Iglówka*. A respeito do surgimento da paróquia filial em Iglówka em 1783 fala o documento: *Visitatio, Iglówka. Akt fundacji*. Parece ser imprecisa a afirmação de Jabłońska-Deptuła quando escreve que nos anos vinte do século XIX os marianos instituíram essa paróquia filial. Cf. *Przystosowanie i opór*, 133.

⁷⁸ AGM, Prot.Skórc., f. 99.

⁷⁹ Stasiewski, Preussen, LFTK VIII, c. 731: “... bei der 2. und 3. Teilung Polens Posen, Danzig, Thorn, Sudpolen mit Warschau, Neuost-Preussen in Basitz nahm”.

ao aspecto confessional, romano-católico, como em relação ao aspecto nacional – os 230 conventos masculinos com três mil religiosos e os 50 conventos femininos contando setecentas e trinta irmãs, que se encontravam naquelas províncias. Existiam também grupos de religiosos lituanos, concentrados na parte setentrional da Prússia Neo-Oriental⁸⁰.

Os religiosos que ensinavam em escolas, pregavam missões populares ou exerciam o ministério pastoral em meio às numerosas irmandades desempenhavam um papel significativo na preservação da consciência nacional entre os poloneses. As ordens religiosas eram um baluarte do espírito nacional polonês, opondo-se à germanização promovida pelo governo prussiano. A restrição do papel e da atividade das ordens religiosas realizava-se aos poucos, mas no momento adequado havia o propósito de extingui-las. Primeiramente se planejava realizar o confisco dos bens materiais do clero religioso e diocesano. Logo após as partilhas, foram expedidos alguns decretos restritivos diante das comunidades religiosas⁸¹. Uma das disposições obrigava os superiores a fazer um juramento de fidelidade ao rei. O religioso tinha de jurar que oficialmente e “privadamente, no confissãoário, vai inculcar nos paroquianos a fidelidade ao rei e à sua casa, dando ele mesmo o exemplo a esse respeito”. E, se não cumprisse essa promessa, não alcançaria o perdão nesta vida nem na futura⁸². A solenidade do juramento, da qual participavam representantes de todas as classes sociais na Prússia Oriental, realizou-se no dia 6 de julho de 1796 em Gumbin. Em nome dos religiosos marianos, fez o juramento o Pe. Vítor Wołagiewicz, desde 1779 superior da casa religiosa em Mariampol⁸³.

A atividade administrativo-legal da ordem era dificultada por uma lei de 1794, que proibia viajar para o exterior sem a permissão das autoridades. Proibia também a religiosos de outros países viajar à Prússia⁸⁴. Em razão dessa lei, o superior geral da ordem, residente numa província subordinada à Áustria, não podia visitar os conventos na zona de ocupação prussiana nem convocar delegados da Prússia para o capítulo geral, não podia também enviar à Prússia os seus representantes, visto que a obtenção da licença do governo prussiano para tais

⁸⁰ Bieńkowski, *L'Illuminismo...*, 312. Na diocese de Wigry, especialmente na parte setentrional, residia um grande número de lituanos. Em 1860 eles eram 213.000, quando a diocese contava um total de 625.000 almas. Cf. Jemielity, *Diecezja augustowska czyli sejneńska...*

⁸¹ E. Piszcz, *Polityka kasacyjna władz pruskich wobec klasztorów diecezji chełmińskiej. Studia Peplińskie*, 1971, 94-99; O autor analisa os mais importantes decretos expedidos pelo governo prussiano contra os religiosos, 94-99; Berth, Altaner, *Preussen und die katholische Kirche von 1740 bis 1861*, Paderborn, 1926, 12, 13, 14.

⁸² Kumor, Obertyński, *Historia...*, II;1, 143.

⁸³ AGM, Prot.Skórc., ff. 111-112; Totoraitis, *Marianie...*, 28.

⁸⁴ Lehman, *Preussen*, VIII, 49-51, 52-53, 59-61; J. Wąsicki, *Ziemie polskie pod zaborem pruskim. Prusy Południowe 1793-1806*, Wrocław, 1957, 85.

viagens era impossível. O mencionado decreto não parecia ser demasiadamente restritivo, no entanto impossibilitava aos marianos da Prússia o contato com as autoridades gerais da ordem.

Todas as medidas empreendidas tinham por objetivo o isolamento dos conventos e o rompimento dos laços entre os religiosos. O governo prussiano dava-se conta de que era impossível a eliminação dos conventos com a ajuda de apenas um decreto, por isso se empenhava pela “gradual restrição do seu número, buscando afinal a sua extinção”⁸⁵.

As autoridades estatais na Prússia Oriental, bem como na Prússia Meridional, continuavam a exigir a obediência ao decreto de 1777, de acordo com o qual as congregações religiosas que tinham no território pelo menos dois conventos deviam escolher para eles um vigário-geral⁸⁶. Um outro decreto estabelecia que os religiosos que exerciam a função de superior deviam demonstrar a sua origem das províncias prussianas⁸⁷. Essa condição automaticamente limitava o número dos candidatos a diversos cargos e funções. Nessa situação – por um lado a significativa intromissão das autoridades prussianas nos assuntos internos da ordem e, por outro, o isolamento do superior geral –, os marianos foram forçados a criar para si novas estruturas administrativas; procederam então à criação de províncias com os seus próprios superiores. No entanto a província prussiana, existente nos anos 1797-1809, deve ser entendida mais no sentido territorial do que legal, como resulta dos primeiros documentos. Em um deles, por exemplo, lemos: “Mateus Zielonka (...) Praepositus Vicarius ac in partibus Prussiae Visitator Generalis (...)”⁸⁸.

A instituição da província como uma unidade permanente da ordem ocorreu em 1797. A primeira carta oficial do visitador geral na Prússia preservou-se apenas em parte e não se pode estabelecer exatamente a data em que começou a ser utilizada a mencionada definição “província prussiana”⁸⁹. Como primeiro superior da província foi nomeado o Pe. M. Zielonka, em razão de ter exercido desde 1793 a função de vigário-geral da ordem. Ele residia em Puszcza Korabiewska,

⁸⁵ Kumor, Obertyński, *Historia...*, II/1, 156.

⁸⁶ Piszczyński, *Polityka...*, 99; J. Wąsicki, *Ziemie polskie pod zaborem pruskim. Prusy Nowowschodnie (Neuostpreussen) 1795-1806*, Poznań, 1963, 85, 86, 211.

⁸⁷ Wąsicki, *Prusy Południowe*, 85, 211.

⁸⁸ AGM, Prot.Skórc., f. 93, List ojca M. Zielonki z 1797 (?) (s.n.t.).

⁸⁹ Gach, in: *Zakon marianów...*, 75, afirma que foi em decorrência do capítulo que se realizou em Mariampol nos dias 15-18/10/1799. Encontramos uma afirmação semelhante em Totoraitis, *Marianie...*, 25. É pouco convincente o fato de que uma comunidade que contava mais de 50 religiosos, dispersos por 5 casas, pudesse existir por quatro anos sem uma organização provincial. Como data do início da organização da província, podemos aceitar o início de 1797. Confirma isso também a carta do padre vigário-geral Zielonka de 1798, na qual se fala da província: “Patres et fratres notum esse vobis quod in hac *provincia* pro singulari Patrono et Protectore (...) Joannem Nepomucenum”. AGM, Prot.Skórc., f. 94.

localidade muito distante dos três conventos lituanos (Mariampol, Mirosław e Iglówka), que constituíam o núcleo da província. O número dos marianos na província prussiana apresentava-se da seguinte forma:

Ano	Góra Kalwaria	Iglówka	Mariampol	Mirosław	Puszcza
1797	8a	3a	15a	15a	10b
1799	8c	3c	15c	14c	11c
1802	-	2d	13d	11d	-
1807	3f	2f	10e	9e	3f ⁹⁰

O maior número dos marianos que residiam na província prussiana aparece na data de 1799; a província contava então cinquenta e um religiosos, entre os quais havia quarenta e três padres, quatro seminaristas e quatro irmãos religiosos. A partir daquele ano, o número dos marianos começou a decrescer.

A política antirreligiosa das autoridades prussianas provocou a dependência econômica dos religiosos do governo e a limitação do seu número. Em 1798 o governo proibiu às ordens religiosas a aceitação de novos candidatos; desde então, na província não houve mais noviços.

A província tinha a esperança de que no futuro poderia novamente abrir o noviciado; por isso, durante o capítulo em 1799 foi decidida a instituição de um caixa comum, que no momento adequado devia servir a esse fim⁹¹. Já em 1802, no noviciado e no curso filosófico-teológico da província prussiana faltavam candidatos, que não conseguiam obter a autorização das autoridades para ingressar na ordem dos marianos.

⁹⁰ a) Extraímos as datas de Totoraitis, *Marianie...*, 27-28. Os dados estatísticos da diocese, que mencionam uma outra cifra, afirmam que em Mariampol havia 9 religiosos (1797); no entanto, como muitas vezes costumava acontecer, esse relatório leva em consideração os sacerdotes, o que resulta da frase: “há 9 padres religiosos que exercem a função de vigários na paróquia de Mariampol” (ADL, Akta Kons. 1797);

b) Definimos o número dos marianos em Puszcza com base nos dados estatísticos de 1793, analisando o destino de cada um dos 14 religiosos que residiam em Puszcza; em 1797 encontramos 10; ABV, Doc.Viln., II Tabella Generalis, Conventus Corabiensis; Arch.Sk., f. 3 fornece o número dos religiosos que residiam em Puszcza em 1818/9.

c) Totoraitis, *Klasztor mariampolski...*, 6;

d) *Ibidem*, 14;

e) ADL, *Listy zakonników za lata 1807-1810; Totoraitis, Marianie...*, 30;

f) Na nossa opinião, o número dos marianos em Góra e em Puszcza, extraído dos registros diocesanos, não é exato. Não se pode definir com absoluta certeza, entretanto da análise dos documentos resulta que as autoridades diocesanas forneciam somente o número dos religiosos-sacerdotes.

⁹¹ AGM, Prot.Skórc., ff. 103-104, Decreta Capituli Provincialis celebrati in Conventu Mariampolensi anno 1799, 15-17 Octobri.

O governo prussiano favorecia os religiosos rebelados ou secularizados, aqueles que criavam dificuldades para as suas comunidades. Em relação às pessoas inseguras quanto à sua vocação, as autoridades as confirmavam nessas dúvidas, afirmando que para os religiosos que abandonassem os conventos e se juntassem às fileiras do clero secular o governo prussiano resolveria junto ao papa a dispensa dos votos religiosos⁹². Nessa situação, os superiores das províncias marianas, privados de poder executivo e limitados em sua atividade por diversos tipos de decretos do governo, dirigiam-se aos religiosos, apelando aos seus corações e às suas consciências.

O Pe. Mateus Zielonka, superior da província, numa carta oficial de 1798, convoca todos os marianos à unidade e à obediência, enfatizando que a sua função – que lhe havia sido confiada de forma legal – não era uma usurpação, visto que a sua escolha para o cargo de vigário-geral no capítulo geral em 1793 havia sido confirmada pelo superior geral, que estava realizando uma visitação na Prússia. Apesar da divisão da Polônia e da ordem, todo religioso que fazia os votos tinha a obrigação de preservar a fidelidade aos compromissos com isso assumidos. Escreve ele:

“E chegou o tempo, nunca suficientemente deplorado, em que foi destruída a veste da unidade normal, em que as nossas comunidades foram separadas e um só Estado dividido entre três potências. Nós também, em consequência do destino inesperado, fomos divididos em províncias. Não é absolutamente um segredo para vós, Padres e Irmãos reverendíssimos, a disposição do soberano Rei, de que os superiores das ordens religiosas que permanecem fora do seu reino não se utilizem da sua autoridade. Igualmente claro é aquilo que prescrevem as nossas Constituições no capítulo 10 ao Vigário-Geral durante a ausência do Superior Geral. Baseando-me nesse fundamento, procurei primeiramente obter a aprovação do Excelso Governo, a seguir, munido pelo Reverendíssimo Padre Geral, nosso Reverendíssimo Superior, de faculdades especiais, que prometo, ainda que a contragosto, revelar, assumo pessoalmente o exercício do meu Vicariato. No entanto, antes de começar a exercer a minha jurisdição, dirijo-me a vós com as palavras dos apóstolos: Irmãos, procurai pelas vossas boas ações manifestar a vossa vocação e escolha, como unidos por um laço de fraternal amor”⁹³.

⁹² Totoraitis, *Klasztor mariampolski...*, 14: A falta de padres na diocese de Wigry obrigava não apenas os bispos, mas também os párocos a buscar vigários entre os padres religiosos. Em 1820, dos 114 sacerdotes que permaneciam nos decanatos lituanos, 76 eram ex-religiosos. A secularização deles era regulada pelo bispo, que recebia da Santa Sé os apropriados decretos. Jemielity, *Diecezja augustowska*, 135.

⁹³ “Est venit Tempus, Tempus nonquam satis deplorandum Veste, confussa Unitatis Ordinariae, disjunctis inter se Communitatibus nostris, atque uno Dominis in tres jam Potentias diviso. Nos quoque nunquam sperato evento in Provincias divisi sumus. Minime latet vos Patres et Fratres Dignissimi, Edictum Regis Potentissimi ne Superiores Ordinum extra Regnum comorantes suo officio fungantur. Satis etiam luculenter (...) patet, quae Vicario Generali Constitutiones Nostrae Cap. 10, in absentia Praeposi-

Apesar de todos os empenhos, a crise da vida religiosa se intensificava, ao que foi dedicada uma longa carta, escrita pelo padre provincial no dia 20 de fevereiro de 1798. Em significativas e vigorosas palavras, ele lembra aos marianos que o objetivo da vocação deles era a santificação de si mesmos, bem como a oração pelos outros e o zelo no trabalho apostólico, tendo em vista a insuficiência de sacerdotes: “Não negligenciem a observância dos votos fundamentais, da Regra e das Constituições. Não se contentem com o zelo medíocre na piedade, na mortificação, na humildade e na retidão dos costumes. Porquanto é corrupção dos costumes a grande liberdade e independência na prática do mal”⁹⁴.

Com o propósito de resolver diversos problemas, e com o objetivo de realizar a eleição do novo provincial, os frades marianos da província prussiana, tendo chegado a um acordo quanto a essa questão, realizaram nos dias 15-17 de outubro de 1799 o capítulo provincial⁹⁵. Foi eleito o novo provincial, que se tornou o Pe. Floriano Balcewicz; além disso, os delegados procederam à escolha dos quatro conselheiros e dos superiores das casas religiosas. Participaram dos debates delegados de todos os conventos: quatro da Prússia Meridional e sete da Prússia Neo-Oriental; para a presidência do capítulo foi escolhido o Pe. M. Zielonka, vigário-geral da ordem.

O capítulo demonstrou um grande desvelo pela estabilização da situação econômica da província, especialmente dos seus diversos membros em particu-

ti Generalis prescribere. Inixius his fundamentis, primum Supremi Regimini approbationem consequi curavi, dein speciali facultate Reverendissimi Patris Generalis Superioris Nostri colendissimi munitus quam vobis publicandum profiteor licet invitus, proprius ad exercitium Vicariatus sui accede. Priusquam ergo exordiar incia Jurisdictionis meae, alloquor Vos Verbis Apostolorum. Fratres satagite ut per bona opera certam Vestram Vocationem et Electionem faciatis ut vinculo amoris fraternis coniuncti (...)”. AGM, Prot.Skórc., f. 93 (Carta... de 20/02/1798).

⁹⁴ “Ab observantia mandatorum Dei, votorum essentialium Regulum et Constitutionum se subtrahant. Modicus non sit fervor in pietate, Modestia religiosa, humilitate, morumque honestate. Morum si quidem corruptela est magna malorum libertas et licentia excessiva. Fortis sit occupatio Nostra, inque-renda tot malis medela (...)”.

⁹⁵ Ibidem, ff. 102-103; Decreta Capituli Provincialis in Conventu mariampolensi Anno 1799, Mense Octobri diebus 15, 16 et 17 lata. Na opinião de J. Totoraitis, participaram do capítulo somente os marianos dos conventos em Mariampol, Mirosław e Iglówka. Escreve ele (*Marianie...*, 25) que dos conventos poloneses: Korabiew e Góra, ninguém compareceu. Essa mesma opinião foi expressa por diversos autores. Cf. Gach, *Zakon marianów...*, 74; repete a mesma coisa J. Vaisnora em *Zakon marianów w XIX wieku. Summarius. Sprawozdania Towarzystwa Naukowego KUL*, 2 (1973), 100: “Foi convocado o capítulo mariano para Mariampol, tendo deliberado nos dias 15-18/10/1799. Participaram do capítulo somente representantes dos conventos em Mariampol, Mirosław e Iglówka”. Dos documentos resulta claramente que participaram do capítulo também 4 padres dos conventos em Góra e Korabiew, como p. ex. M. Zielonka, que – na opinião de Totoraitis (*Klasztor marianów...*, 14) – nos anos 1796-99 residiu em Puszcza Korabiewska. A relação dos padres capitulares menciona, entre os 11 participantes, 4 padres marianos que vieram da Prússia Meridional: Mateus Zielonka; Bernardo Wojciechowski – superior de Góra; Clemente Reddig – superior do convento em Puszcza; Inácio Mekelberg, “Pater Ordinis”, daquele mesmo convento. Cf. AGM, Conventus Mirosłaviensis, Cathalogus Patres Capit.

lar⁹⁶. A situação que reinava na província incorporada à Prússia era comparada pelo capítulo à situação descrita pelo profeta Isaías (33:8-9): “As estradas estão desertas, não há transeuntes nos caminhos. Rompeu-se a aliança, as testemunhas são desprezadas, a pessoa humana não é tida em nenhuma conta. A terra, coberta de luto, fenece”⁹⁷. Essa citação foi retirada do “Livro da confiança em Deus” e convocava os marianos à confiança.

Apesar das dificuldades objetivas, o capítulo não se furtava a conclamar os religiosos ao cumprimento das suas obrigações: “Não negligenciem a observância dos votos fundamentais, da Regra e das Constituições. Não se contentem com o zelo medíocre na piedade, na mortificação, na humildade e na retidão dos costumes. Porquanto é corrupção dos costumes a grande liberdade e independência na prática do mal”⁹⁸.

Escolhido para superior da província, o Pe. F. Balcewicz foi confirmado pelas autoridades prussianas por três anos; como sua sede, ele escolheu o convento de Mirosław, e o texto da aprovação prussiana tinha o seguinte teor:

“Frederico Guilherme por Graça Divina Rei da Prússia, etc. [envia] a sua afável saudação (...). Reverendo Fiel – informamos pela presente carta que a Vossa eleição, como Provincial eleito da Ordem dos Padres Marianos por três anos, isto é, de 15 de outubro de 1799 até o ano 1802, é por nós aprovada. E Vós para essa dignidade, pela presente carta, nessa confiança sois confirmado.

Que Vós cumprireis estritamente as vossas obrigações, que Vós aos Vossos Coirmãos Religiosos dareis o louvável exemplo e, finalmente, que Vós ao atual Governo e Pais permanecereis permanentemente fiéis e submissos. Bondosamente Vos somos favoráveis em Białystok.

No dia 13 de maio de 1800, Sua Majestade Real da Prússia Neo-Oriental, Câmara de Guerra e Economia”⁹⁹.

⁹⁶ Ibidem. O capítulo não somente aprovou a instituição de um caixa comum para as necessidades do superior da província e da própria província, mas também se preocupou com as necessidades dos religiosos em particular. Cada religioso obteve a possibilidade de celebrar três Missas na semana para si e de receber do superior 40 florins poloneses para as despesas pessoais. Cf. Decretos 1799: “1^{mo} determinavit Venerabile Definitorium, ut pro variis indigentis A.R.P. Nostri Ministri Provincialis, quolibet anno conferantur ex Conventu Mariampolensi flor. pol. 200, Mirosłaviensi 150, ex Conventu Corabieviensi flor. pol. 150, et ex Gorensi 80 flor. pol. 3^{to} Obviando inquietudini religiosorum nostrorum ob penuriam temporum, quibus omnia necessaria vestimenta carius comparantur, idem Venerabile Definitorium statuit ac determinavit, ut omnes hujus nostrae Provinciae Sacerdotes tres Missas qualibet Septimana ad propriam intentionem persolvant, reliquas vero ad intentionem Superiorum Localium celebrant. Iam vero A.A.R.R. PP. Provinciae, tum M.M.R.R.P.P. definitores eiusdem, necnon M. R. P. Secretarius Provinciae 4 Missas ad suam intentionem quavis hebdomada possunt dicere, et ad conventum tres”.

⁹⁷ Ibidem, f. 103.

⁹⁸ Cf. nota 94.

⁹⁹ Ibidem, ff. 104-105: Frederico Guilherme por Graça Divina... (cit. pol.)

No dia 18 de outubro de 1802 realizou-se o capítulo provincial em Miroslaw, dessa vez sob a direção do delegado estatal Schumacher. O capítulo escolheu para provincial o Pe. Wítor Wołagiewicz, que até então exercia a função de superior da casa em Mariampol¹⁰⁰. Em razão da presença do delegado do governo, o capítulo não analisou muitas questões, dedicando-se principalmente à escolha para todas as funções da província, a respeito do que informou o novo provincial.

No dia 5 de outubro de 1805 realizou-se o último capítulo provincial, que novamente confirmou o Pe. Wołagiewicz no cargo de superior da província¹⁰¹.

Antes da convocação de cada capítulo, o provincial tinha a obrigação de enviar um pedido e obter a autorização do governo prussiano por intermédio da Câmara Econômico-Militar em Białystok. Na realidade, os capítulos não cumpriam um papel relevante. O sentimento da transitoriedade, a dependência das ordens religiosas dos bispos e do governo, a presença do delegado do governo, bem como a limitação da autoridade do superior da província eram os motivos pelos quais aos capítulos provinciais não era atribuído um significado relevante.

A situação da congregação dos padres marianos sofreu uma deterioração em consequência das dificuldades econômicas. Frederico Guilherme II teve a ideia de se apoderar dos bens eclesiásticos; como os bens da Igreja católica representavam um valor significativo, ele tinha a esperança de que dessa forma fortaleceria o tesouro do Estado¹⁰². A declaração a respeito do sequestro foi dada ao conhecimento público no dia 28 de julho de 1796; em virtude dele, os bens dos bispados, dos capítulos, das paróquias e dos conventos deviam ser transferidos ao tesouro do Estado. Essa decisão foi fundamentada pelo fato de que uma boa parte dos bens da Igreja era mal administrada, porque os religiosos não tinham a possibilidade nem o tempo para se ocupar corretamente com esses bens; eles eram chamados a tarefas pastorais, não à administração de bens¹⁰³. Como indenização pelos bens tomados, o governo oferecia um salário mensal, que constituía somente um quarto dos rendimentos obtidos daqueles bens.

Para não levar a um agravamento do conflito com o clero, o governo decidiu deixar aos conventos as propriedades menores – em Mariampol, Miroslaw, Góra Kalwaria e Puszcza Korabiewska. No entanto os bens doados aos marianos pelo

¹⁰⁰ Ibidem, ff. 111-112. Totoraitis, *Marianie...*, 26.

¹⁰¹ Totoraitis, *Marianie...*, 25; AGM, Prot.Skórc., ff. 114-115.

¹⁰² Wąsicki, *Prusy Nowowschodnie...*, 53. Após a segunda partilha (1793) o governo prussiano, preservando a prudência, impôs sobre os bens eclesiásticos um imposto de 50% sobre os rendimentos (existia ainda então o Estado polonês); no entanto, a partir de 1796 teve início a liquidação dos bens pertencentes à Igreja. Cf. Altaner, *Preussen...*, 13.

¹⁰³ Ibidem, Kabinetbefehl vom 2. Febr. 1772; Es hat... (cit. al.)

duque Sapieha em Iglówka foram confiscados; a título de indenização, o pároco passou a receber apenas um salário anual de 136 táleres¹⁰⁴.

As propriedades do clero eram taxadas com um imposto de renda de 50%, o que para os marianos era muito penoso, porque, por exemplo, o convento em Mirosław, mantido com os donativos dos fiéis e os juros das importâncias depositadas em diversos bens, preservou somente a horta; o sequestro dos bens em 1803 provocou naturalmente a perda dos rendimentos. A pobreza dos fiéis refletia-se na situação financeira da paróquia. O fato de que o mencionado convento encontrou-se em estado de miséria foi confirmado por uma comissão eclesiástica e governamental. Em Mirosław, como constatou a comissão, “o convento com os seis religiosos é obrigado a viver em grande pobreza!” – por isso foi dispensado dos impostos¹⁰⁵.

A dependência econômica do clero do governo prussiano, o rigoroso controle das receitas, o imposto cobrado dos *iura stolae* e a dependência dos ganhos mensais da paróquia e da função exercida também contribuíram para a subordinação da Igreja ao governo prussiano. Essa dependência se refletia, sobretudo, no funcionamento dos seminários, dos capítulos diocesanos, dos noviciados e das escolas paroquiais¹⁰⁶.

Os frades marianos dirigiam escolas paroquiais – em Mariampol, Mirosław e Iglówka. Em 1799 o capítulo provincial deliberou a taxação de todos os conventos com o objetivo de instituir um caixa comum. “O venerável definitório determinou uma coleta anual de dinheiro – dos conventos em Mariampol – 3 zlóti, em Mirosław – 2 zlóti, em Korabiewo – 2 zlóti, em Góra – 2 zlóti”¹⁰⁷.

O governo prussiano, aliás da mesma forma que outros governos da época do Iluminismo, tratava melhor as ordens religiosas que se ocupavam com o trabalho pastoral e o ensino do que as congregações de natureza contemplativa. Os marianos, especialmente a partir da reforma realizada nos anos 1782-1786, decididamente faziam parte das congregações de vida ativa, e por isso nos anos 1795-1806 não sofreram perdas materiais que significassem uma ameaça para a existência de qualquer um dos conventos, e até a construção do grande conven-

¹⁰⁴ ADL, Visitatio, Iglówka, f. 8: “Eu, Alexandre Duque Sapieha (...), tendo-me convencido de que sob o governo prussiano (...) para o sacerdote junto à igreja chamada Iglówka (...), os 136 táleres e 56 centavos prussianos eram destinados pelos Comissários para o pagamento dos juros anuais sobre as herdades, prometemos e comprometemo-nos a pagar essa importância”. Kwiecziski, 29/12/1810. Alexandre Sapieha era o protetor da igreja em Iglówka.

¹⁰⁵ ADL, Inwentarz..., Mirosław, 9-12.

¹⁰⁶ Totoraitis, *Marianie...*, 9-12.

¹⁰⁷ “Venerabile Definitorium pro instituenda et conservanda cassa communi collationem quovis Anno faciendi videlicet ex conventu Mariampolensi aur. 3, Mirosłaviensi aur. 2, Corabieviensi aur. 2, Gorense commendat 1”; AGM, Prot.Skórc., f. 103. (aur. = “aureus”, valia 18 zlóti poloneses).

to em Mariampol, iniciada em 1791, foi concluída dentro do prazo previsto¹⁰⁸. No entanto a província decaiu espiritualmente, ocorreu um relaxamento da disciplina religiosa e diminuiu o número dos religiosos marianos¹⁰⁹.

É interessante a maneira como eram transmitidas as notícias entre as províncias. Os documentos em geral silenciam a esse respeito. Visto que a correspondência na Prússia era frequentemente controlada, os marianos procuravam não deixar vestígios dela. Da análise dos documentos resulta, no entanto, que eles se empenharam por salvar a unidade da ordem, trocando informações e orientações entre si. Em 1803 o Pe. Benedito Sawicki viajou de Mariampol a Raśna, para ali exercer a função de prefeito dos seminaristas¹¹⁰. E quando o governo prussiano fechou o curso de teologia em Mariampol, o seu estudante Inácio Zalewski foi imediatamente ordenado, e a seguir ilegalmente enviado a Raśna (na Rússia), para ali concluir os estudos¹¹¹.

Na batalha que se travou em Iena e Auerstaedt no dia 14 de outubro de 1806, o governo prussiano sofreu uma derrota; na noite de 18 para 19 de dezembro Napoleão ingressou em Varsóvia; o governo prussiano, que até então havia conseguido consolidar-se no território polonês e lituano incorporado à Prússia, inesperadamente caiu. Dessa forma os marianos foram forçados a adaptar-se ao novo *status vivendi* e à nova realidade que resultava da situação política.

Os marianos no Ducado de Varsóvia

Após a derrota dos exércitos russos em Friedlandem – no dia 8 de fevereiro de 1807 – Napoleão iniciou conversações com o czar da Rússia Alexandre I em Tilza, e no dia 7 de julho de 1807 foi assinada a paz. Em meio a outras condições, encontrou-se igualmente a cláusula relacionada com a criação do Ducado de Varsóvia (no documento correspondente, não apareceu, contudo, a palavra “Polônia”). O governo no Ducado foi confiado a Frederico Augusto, originário da dinastia dos saxões, aliada de Napoleão.

O Ducado abrangia o território da Prússia Meridional e uma parte da Prússia Neo-Oriental e contava 104.000 km², onde viviam 2,6 milhões de habitantes¹¹². No dia 22 de julho de 1807 Napoleão proclamou a constituição para o Ducado de Varsóvia, chamada Código de Napoleão. Essa constituição introduzia um sis-

¹⁰⁸ Totoraitis, *Marianie...*, 20-21; ADL, Akta Kons. Mariampol.

¹⁰⁹ AGM, Prot.Skórc., Carta de M. Zielonka de 20/02/1798; Id. Carta de F. Balcewicz, superior da província, de 29/3/1811, ff. 116-120.

¹¹⁰ ABUV, ACPRus., f. 19.

¹¹¹ Ibidem, f. 11.

¹¹² Kukiel, *Dzieje...*, 113; M. Handelsman, *Napoleon et la Pologne 1806-1807*, Paris, 1909.

tema monárquico com o poder centralizado, além do que proclamava a liberdade de religião, a liberdade pessoal e a igualdade perante a lei. A religião romano-católica foi oficialmente proclamada “religião do Estado”¹¹³.

A política do governo em relação à Igreja dependia das relações que ocorriam entre esse governo e o sistema político-eclesiástico de Napoleão e era condicionada pela herança política do passado, isto é, pesavam sobre ela os estatutos hostis à Igreja impostos nos anos da ocupação prussiana (1773-1806), que foram no seu todo mantidos pelas autoridades civis do Ducado de Varsóvia. Por outro lado, as autoridades eclesiásticas desejavam a restituição dos privilégios de que a Igreja gozava antes das partilhas da Polônia, bem como a volta aos tempos em que ela era também uma potência política e econômica.

Atacado pela Áustria em 1809, o Ducado de Varsóvia não somente repeliu o invasor, mas o exército polonês, sob o comando do príncipe José Poniatowski, foi capaz de ocupar a Galícia, com as duas cidades principais – Lvov e Cracóvia¹¹⁴. No dia 14 de outubro de 1809 foi assinado em Viena o tratado de paz, por força do qual o Ducado recebeu as terras da chamada Galícia Ocidental, isto é, as terras polonesas incorporadas à Áustria em 1795. Naquele tempo, o território do Ducado estendia-se por 157.000 km² e contava 4,3 milhões de habitantes. A paz assinada em Tilza trouxe aos religiosos alguma liberdade, e o acontecimento de 1809, ou seja, a anexação da Galícia ao Ducado, proporcionou aos marianos uma situação favorável.

O renascimento da Polônia infundia neles a esperança de que o trágico episódio das partilhas estava se aproximando do fim. De fato, pela primeira vez em quinze anos os conventos na Prússia (Mariampol, Mirosław, Góra Kalwaria, Puszcza Korabiewska e a residência em Iglówka) podiam manter contato com os conventos na Galícia – em Gozlin e em Skórzec – onde residia o superior geral Pe. T. Białowieski. O superior da província prussiana, Pe. W. Wołagiewicz, ao anunciar essa alegre notícia, escrevia:

“Em consequência das grandes e críticas tempestades que nesse tempo surgiram na Pátria, a nossa Ordem permaneceu por quinze anos dividida em várias partes, e cada uma delas permanecia com as províncias do Reino sob o poder de um rei diferente. Cada uma delas, deixada à sua sorte, esforçou-se por preservar a sua existência. Graças ao estado de coisas atualmente modificado, em consequência de uma milagrosa disposição da Providência, ao nosso Ducado de Varsóvia foi devolvida a parte da Galícia retirada do reino austríaco. Os dois conventos que ali se encontravam, o de Skórzec e o de Gozlin, como se vê, tiveram o des-

¹¹³ Bardach, Leśnodorski, *Historia państwa i prawa polskiego*, Warszawa, 1985⁴, 314-325.

¹¹⁴ Halecki, *Storia...*, 263; Kukiel, *Dzieje...*, 126; cf. também E. Kipa, *Austria a sprawa polska 1809*, Warszawa, 1952.

tino de encontrar-se sob o poder de um só rei e governo. Ali o Reverendíssimo Superior Geral da nossa Ordem tinha a sua residência. Após a injustiça recuperamos a esperança de que em breve estaremos todos reunidos num só espírito e submissos ao Superior principal”¹¹⁵.

Em 1810 o superior geral se dedica aos preparativos do capítulo geral cuja convocação fora impossível em 1796. No dia 3 de setembro de 1810, tendo obtido a autorização do Ministério do Interior, anunciou a sua convocação para o dia 29 de setembro de 1811 no convento em Skórzec¹¹⁶. O principal objetivo da convocação do capítulo era a eleição do novo superior geral. Escolhido para esse cargo em 1793, por um período de seis anos, o Pe. T. Białowieski – em razão das incessantes mudanças políticas que impossibilitavam a convocação do capítulo – exerceu a sua função igualmente em 1811, de maneira que ocupou esse cargo por três mandatos (18 anos)¹¹⁷. Na carta convocatória ele pedia a todos os marianos que fossem eliminados os abusos, que infelizmente ocorriam em diversos conventos, e que eles se preparassem para a visita canônica dos conventos, que tencionava realizar antes do início dos debates do mencionado capítulo.

Aproveitando a ocasião de poder manter contato epistolar com os conventos marianos, nesses difíceis tempos de crise de espiritualidade da ordem, bem como de uma crise econômica e política no país, o Pe. Białowieski demonstrou um grande desvelo pela preservação da integridade da congregação, pela santificação dos religiosos e pelas necessidades econômicas, especialmente dos irmãos religiosos, que eram às vezes negligenciados¹¹⁸. Havia também cartas que continham expressões fortes, por exemplo: *Surge, invoca Deum tuum*, que prenunciavam a calamidade que ameaçava a ordem ou que convocavam os religiosos a não cometerem ações indignas¹¹⁹.

Apreciando os valores da personalidade, e sobretudo os valores espirituais e intelectuais do Pe. Białowieski, o capítulo geral, que se realizou em 1811,

¹¹⁵ “Cum tempore maximae exortae criticae Tempestatis Patriae Ordo noster diversas in partes disruptus remanserit a quindecim annis, una simul cum Provinciis Regni sub ditione variorum regum, ex quibus quaelibet suae sorti relictæ quærebat subsistentiam suam retinere (...). Mutato autem nunc temporis Rerumque statu mirabiliter Providentia divina desuper ita utique disponente. Ducatui nostro Varsaviensi pars Galiciae ex austriaco Regno adfuit desumpta. Ubi relictæ duo Conventus Skórcensis ac Gozlinensis hanc sortem obtinere patet, ut sub unius Regnis Nomine regimineque permaneret ac ubi Reverendissimus Generalis Ordinis Nostri mansionem habebat. Exindeque spes nobis effulsit ut omnes nos brevi unanimis unitos subiectosque principali Superiori fore”. AGM, Prot.Skórc., ff. 115-116.

¹¹⁶ Ibidem. Carta do superior geral T. Białowieski de 29/03/1811: “Dies Capitulis Generalis 29 Mensis Septembris a.c. in Conventu Nostro Skórcensi designat...”.

¹¹⁷ AGM, Prot.Skórc., ff. 116-119.

¹¹⁸ Ibidem, f. 118.

¹¹⁹ “nec ventorum sibilis...” (cit. lat.). AGM, Prot.Skórc., Carta de 3/2/1796. Resulta um caráter semelhante do conteúdo da carta de 29/03/1811, que recomenda aos religiosos que zelassem pela sua vocação, observassem os votos religiosos e agissem em prol da justiça diante dos religiosos mais pobres. AGM, Prot.Skórc., ff. 116-119; ff. 119-120, Carta de 11/11/1811. Skórzec.

elegeu-o pela quarta vez para o cargo de superior geral. De acordo com a tradição, logo após a eleição o eleito escreveu uma carta pastoral na qual lembrava aos religiosos para que eles haviam sido convocados:

“Porquanto, como o Senhor cuida do rebanho, os superiores procurem ter o solícito cuidado pela sua salvação e pela salvação dos seus subordinados, admoestar a cada um em relação às suas obrigações, recomendar firmemente a observância dos votos solenes, da humildade, da paciência, do amor, da modéstia, da sobriedade e de outras importantes virtudes como o mais elevado adorno da vida religiosa”¹²⁰.

Ele adverte os subalternos a eliminarem os abusos e a observarem a disciplina religiosa:

“Lembraí-vos, irmãos caríssimos, que renunciastes ao mundo e às suas concupiscências. Lembrai-vos de que pelas solenes promessas de imitar a obediência de Cristo trazeis as Suas mortificações em vosso corpo e imitais pobreza d’Ele, que por vós se tornou pobre”¹²¹.

Apesar da melhoria da situação no Ducado, o destino das congregações religiosas era incerto; o sentimento de insegurança era intensificado pela deportação de Pio VII à França; sobre as ordens religiosas pairou o espectro da cassação. Um decreto do ministro da justiça F. Lubieński de 5 de outubro de 1808 impunha o exame dos candidatos que buscavam a aceitação na vida religiosa: eles deviam prestar um exame diante de uma comissão que buscava dissuadi-los da decisão tomada¹²². A respeito da eficácia dessa comissão testemunha o fato de que na passagem dos anos 1807 para 1808 em dois noviciados marianos não havia nenhum noviço.

Sem levar em conta a forte oposição do episcopado e dos religiosos, as autoridades do Estado buscavam obstinadamente a eliminação das comunidades religiosas. Em 1809, inesperadamente espalhou-se o boato de que o governo estava fazendo os preparativos para o confisco dos bens pertencentes aos conventos e para o seu fechamento¹²³, em razão do que as repartições, tanto estatais como

¹²⁰ “Pascendo namque Dominus gregis praepositi suam, suarumque salutem promovere unum quemque officii sui admonere, votorum solemnum observantiam inculcare, humilitatem, patientiam charitatem, modestiam, sobrietatem, aliarumque virtutum prestantiam tanquam vitae Religiosae summum ornamentum solícite intendebant”. AGM, Prot.Skórc., f. 119. Carta de 11/10/1811. Skórzec.

¹²¹ “Mementote Confratres carissimi renuntiasse vos mundo et concupiscentiis eius. Mememtote solemniter promissis imitari Obedientiam Christi, circumferre mortificationem eius in corpore vestro, sequi paupertatem eius qui propter vos factus est Egenus”. Ibidem.

¹²² M. Kallas, *Organy administracji terytorialnej w Księstwie Warszawskim*, Toruń, 1975, 46-47.

¹²³ M. B. Raczyński Ignacy, *arcybiskup*, Enc.Kośc., VV. 28-29, 133-134; S. Cynar, *Ignacy Raczyński, ostatni prymas Polski porzeczowej i jego działalność duszpasterska w okresie Księstwa Warszawskiego*, Londres, 1954, 82-83.

eclesiásticas, elaboraram detalhadas relações dos bens móveis e imóveis pertencentes aos conventos.

No dia 16 de setembro de 1810 o bispo W. Skarczewski realizou a visitação do convento em Goźlin, durante a qual o secretário elaborou uma relação detalhada dos bens do convento e da igreja¹²⁴. O mesmo aconteceu no convento de Mirosław¹²⁵. Dos outros conventos o governo exigia que quatro vezes por ano eles fornecessem relações detalhadas de todos os bens e religiosos, bem como das pessoas que trabalhavam nas propriedades. As autoridades estavam, então, perfeitamente informadas quanto ao valor dos bens eclesiásticos.

A postura do governo provocou a forte reação do arcebispo Inácio Raczyński, que numa carta ao rei Frederico Augusto pediu a sua intervenção, para que o governo prussiano tratasse as congregações religiosas de forma mais benevolente, visto que o seu governo as tratava injustamente e com demasiado rigor¹²⁶. Essa situação provocava entre os religiosos um sentimento de incerteza, uma postura de expectativa, induzindo-os à venda de bibliotecas, dos móveis mais valiosos e até de fazendas. No dia 22 de janeiro de 1810 o ministro do interior expediu um manifesto informando que a notícia sobre a liquidação das ordens religiosas era falsa¹²⁷. Apesar disso, cedendo à pressão de alguns funcionários no ministério, o rei Augusto – que no fundo era um bom católico – expediu em 1811 uma ordem sobre o fechamento dos conventos que contavam menos de doze pessoas¹²⁸. Essa ordem foi reconhecida como uma ameaça para os conventos marianos, porquanto naquele período somente dois deles contavam com cerca de doze religiosos: em Skórzec e em Mariampol¹²⁹.

Após a campanha de Napoleão contra a Rússia (1812) e em consequência do caos político que ocorreu depois dela, o mencionado estatuto foi aplicado apenas em alguns casos; por exemplo, a congregação dos padres marianos não perdeu nenhuma casa no Ducado de Varsóvia. No entanto o número dos marianos no Ducado diminuía aos poucos, apresentando-se desta forma (não incluímos aqui os conventos que naquele tempo se encontravam na zona de ocupação russa)¹³⁰:

¹²⁴ ADS, Visit.Gen. Goźlin, 1810.

¹²⁵ ADŁ, *Inwentarz...*, Mirosław 1811.

¹²⁶ Kumor, Obertyński, *Historia...*, 326.

¹²⁷ W. Bartel – J. Koasim – W. Rostocki, *Ustawodawstwo Księstwa Warszawskiego, Akty normatywne władzy najwyższej*, III, Warszawa, 1967, 25-26.

¹²⁸ Ibidem, 92.

¹²⁹ ADŁ, *Listy zakonników 1808-1812*.

¹³⁰ Os dados referentes aos conventos em Mariampol, Mirosław e a residência em Iglówka foram extraídos de: ADŁ, *Listy zakonników 1808-1812*; Totoraitis, *Marianie...*, 27-30. O número dos religiosos em Góra K., em Puszcza Korabiewska, Goźlin e Skórzec em 1808/9 foi extraído de: *Biblioteka Czartoryskich w Krakowie*, msc. IV 5250, f. 169. Por sua vez para 1812 – de ADS, *Visitatio... an. 1810*, Goźlin. Também ADG, *Regesta Missarum 1811-1812*, fornece os nomes dos religiosos que residiam em Goźlin.

Convento	Número de religiosos		
	ano 1799	ano 1808/1809	ano 1812/1813
Mariampol + Iglówka	18	12 padres	13 padres, 1 sem., 1 irmão
Mirosław	14	6 padres, 2 sem., 1 irmão	6 padres, 2 sem., 1 irmão
Góra Kalwaria	8	3 padres	3 padres
Puszcza Korabiewska	11	3 padres	3 padres
Goźlin	4	3 padres	4 padres
Skórzec	16	14 padres, 5 nov., 1 irmão	15, com pelo menos 2 sem.
Total	71	50	47

Na província prussiana havia em 1799 cinquenta e um religiosos, e cerca de vinte nos conventos incorporados à Áustria, e já em 1812 em todos esses conventos havia um total de somente quarenta e sete religiosos. A diminuição do seu número se devia principalmente a três causas: a mortalidade natural (nos anos 1807-1815 faleceram vinte e um religiosos marianos), os afastamentos da ordem e o recrutamento muito pequeno¹³¹.

A maior parte do clero era forçada a viver na miséria. A comissão instituída em 1810 para examinar a situação econômica dos religiosos declarou que o clero com certeza pagava os mais pesados impostos e, à medida que aumentavam as necessidades do Ducado, intensifica-se a taxação dos bens eclesiásticos. O clero pagava impostos pelos legados registrados, pelos quais não recebia juros, visto que estes já haviam sido confiscados pelas autoridades prussianas ou austríacas¹³², pagava impostos pelas propriedades agrícolas parcialmente abandonadas e não cultivadas, visto que, após a promulgação do Código de Napoleão, os camponeses servos se negavam algumas vezes a cultivar a terra. Por sua vez o superior em Raśna, no relatório de 1811, demonstrava que da propriedade rural haviam emigrado para o exterior seis famílias dos chamados camponeses servos¹³³.

O convento em Mirosław, que já no tempo da ocupação prussiana havia perdido os juros do arrendamento da propriedade Dzieciółowo, nos tempos do Ducado perdeu igualmente a fazenda Owiszki, arrendada pelo governo “da antiga Polônia”; em consequência, “a pobreza e a miséria obrigaram o superior a di-

¹³¹ Jemielity, *Diecezja augustowska...*, 135-139: “(...) o bispo Karpowicz procurava suprir a falta de sacerdotes na pastoral com religiosos. Por duas vezes obteve da Santa Sé bulas de secularização”.

¹³² Ibidem, 333.

¹³³ ABUV, Doc.Viln., I, f. 221.

minuir nesse convento o número de sacerdotes para seis”¹³⁴. Na realidade esse registro não se apresenta como muito verídico; em 1812 havia ali apenas cinco padres, não em razão da miséria, mas em consequência de falecimentos; com efeito, no mencionado convento, nos anos 1799-1810, haviam falecido nove religiosos.

Igualmente o convento em Mariampol encontrou-se numa difícil situação econômica, principalmente após 1808, quando um incêndio destruiu a igreja de madeira e provocou consideráveis perdas no convento. Em 1810 os marianos perderam os juros da importância de 20.000 zlóti a título do arrendamento das fazendas da família Butler. Com grande esforço reconstruíram o convento, e no lugar da igreja queimada edificaram uma cobertura para que ali pudesse ser celebrada a liturgia¹³⁵.

Na diocese de Wigry, à qual pertenciam Mariampol, Mirosław e Iglówka, havia naquele tempo apenas seis conventos, pertencentes a três congregações religiosas. Nessa situação, o trabalho pastoral dos frades marianos era muito apreciado e tinha um grande significado, como escrevia o bispo de Wigry, J. C. Gołaszewski, num relatório enviado à Santa Sé: “Os frades marianos, que se desvelam pelas almas [dos falecidos], cumprem exemplarmente a obra a eles confiada”¹³⁶, em oposição ao trabalho apresentado pelos quatro conventos restantes, dos dominicanos e dos bernardinos, a respeito dos quais o bispo também expressou a sua opinião por escrito¹³⁷. A situação econômica dos conventos da Lituânia era difícil, apesar de as perdas dos bens e das rendas não serem grandes, porquanto os mencionados conventos baseavam a sua existência nos donativos dos fiéis.

Nas fazendas em Skórzec, por sua vez, trabalhavam os camponeses servos, que tinham a obrigação de prestar serviço gratuito por 334 dias no decorrer do ano em prol do convento¹³⁸. Em razão dos conflitos, sempre faltava mão de obra para o cultivo da terra. O pior, a esse respeito, foi o ano 1811/1812, o período da campanha francesa contra a Rússia.

A comissão do governo que em 1813 examinou a situação econômica de Skórzec constatou que “os soldados russos passaram por Skórzec treze vezes e ali se detiveram. A destruição da aldeia conventual por eles era tão terrível que

¹³⁴ ADŁ, *Inwentarz...*, Mirosław, an. 1811. Id., *Tabella statystyczna duchowieństwa w dekanatach litewskich, an. 1814*; Klasztor w Mirosławiu.

¹³⁵ Arch.Sk., 33, n. 62.

¹³⁶ *Relationes status dioecesium in Magno Ducatu Lutuaniae*, red. P. Rabikauskas, II (*Fontes Historiae Lituaniae*, 2), Roma, 1978, 467, Relação de 1812, redigida pelo bispo J. C. Gołaszewski.

¹³⁷ “Sed in his tribus conventionibus (domenicani) quique solum reperiuntur sacerdotes, ex quibus, excepto uno, omnes invalidi: sub immediatum meum regime, coactus fuerim hos conventos assumere. Opto in uno Conventu atque sub uno superiore regulares illos collocare ob exigentiam etiam moralem”.

¹³⁸ Arch.Sk., 66, n. 147.

permaneceu nela apenas um camponês¹³⁹. Essa mesma comissão informava, além disso, que “por treze dias permaneceu no convento o exército polonês. No dia 13 de maio de 1812 os soldados da Vestfália provocaram um prejuízo de 630 zlóti. Por alguns dias descansaram ali os soldados de Liechtenstein, levando coisas na importância de 1.483 zlóti. Por sua vez no dia 15 de outubro de 1812 os cossacos russos roubaram do convento móveis e outras coisas. Na continuação do relatório, a comissão constata que “no convento foi saqueado tudo que era útil ou comestível, roubado pelos soldados que passavam por Skórzec”¹⁴⁰.

Os conventos em Mariampol e Mirosław foram preservados dos saques, visto que em Mariampol se deteve o imperador Napoleão I¹⁴¹; no entanto esses conventos eram os mais pobres quanto à posse de propriedades rurais, porquanto naquele período não pertenciam ao Ducado os conventos da província russa. Em 1809, o convento em Raśna encontrou-se a uma distância de apenas alguns quilômetros da fronteira do Ducado. Em 1812 os exércitos franceses que marchavam em direção à Rússia transpuseram a fronteira, em consequência do que o convento podia contatar-se com as casas dos marianos no Ducado de Varsóvia.

Quanto na Rússia ocorreu certo apaziguamento em relação ao Ducado de Varsóvia, as ordens religiosas podiam desenvolver-se com um pouco mais de liberdade no início do século XIX. Igualmente em Raśna, em 1810, foram ordenados dois seminaristas marianos. Apesar da falta de uma equipe adequada para a formação da juventude, funcionava o noviciado e o curso filosófico-teológico¹⁴². Para esse desenvolvimento da situação contribuiu a postura do czar Alexandre I, que no período dos conflitos com Napoleão se esforçou por se utilizar da “questão polonesa”, apelando aos sentimentos dos poloneses e tratando-os com mais benevolência¹⁴³. O convento e os seus moradores sofreram prejuízos somente nos anos 1812/1813, quando – na opinião do superior – “os súditos

¹³⁹ AZakS, Consignação de todos os prejuízos causados por diversos exércitos ao convento em Skórzec. Skórzec, 19/12/1814.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ *Napoleon et la Lituanie en 1812*, par Bronius Dundlis, Paris, 1940, 251.

¹⁴² ABUV, Doc.Viln., I. Em 1810, em Raśna foram ordenados Filipe Mielniński e Joaquim Bartoszkiewicz. Em 1811 havia dois noviços: Caetano Bielawski e Antônio Markiewicz. Em 1813, por sua vez, havia três deles.

¹⁴³ Nos anos 1810-1812 tornou-se atual a “causa polonesa”. O duque Adão Czartoryski e o czar Alexandre I estavam examinando a possibilidade de preparar uma intervenção comum contra os exércitos franceses. Existiam também outros grupos de poloneses “filorussos” que conspiravam contra os franceses; perdurava, no entanto, a fascinação com Napoleão, e por isso esses políticos davam-se conta de que o povo não se uniria aos russos contra os franceses. Inúteis mostraram ser também alguns gestos da parte de Alexandre I. Kukiel, *Dzieje...*, 136-142; *Correspondance du Prince Joseph Poniatowski avec la France*, II, Poznań, 1923. Numa carta de 14/11/1809 Poniatowski informa a Napoleão que os russos estão procurando granjear a simpatia dos poloneses e que estão elaborando planos para a reconstrução da Polônia com base na potência russa; 161-164.

foram privados de tudo, não tendo sequer sementes para a semeadura”¹⁴⁴; “a fazenda em Tokary foi saqueada pelos soldados saxões, que levaram os cereais, o feno, a palha, a lenha, a cerveja. Impuseram também uma contribuição em dinheiro e em vestuário. Uma parte lhes foi dada, o restante eles roubaram”¹⁴⁵. Visto que Raśna permanecia no território considerado como russo, o superior falava dos roubos cometidos pelos soldados russos de forma velada.

Além do convento em Raśna, pertenciam ao império russo também o convento em Berezdów e a residência em Wołpa. Berezdów, situado fora da área das operações de guerra, não sofreu perdas econômicas, mas foi atingido por certa crise espiritual, que se iniciou em 1811. Com o passar dos anos, essa crise se acentuava cada vez mais nitidamente, de tal forma que em 1812 o bispo ameaçou com o fechamento do convento¹⁴⁶.

Em Wołpa, dois padres marianos encontraram-se sob a jurisdição do pároco local; eles não possuíam propriedades rurais nem quaisquer bens, porquanto tudo era propriedade desse pároco.

A instável situação econômica atingia não somente os marianos e o restante do clero, mas todos os cidadãos sofriam em razão da miséria provocada pela guerra. Em 1812 Napoleão perdeu a guerra contra a Rússia. Os soldados do exército francês que voltavam para o oeste e o exército russo saquearam o Ducado de Varsóvia. Nessa situação, encontrava-se ameaçada também a vida religiosa.

As partilhas da Polônia, o fechamento de muitos conventos, a cassação da ordem dos jesuítas, o racionalismo e o josefismo que se introduziram na “política” da Igreja diminuíram a autoridade da Igreja. O problema primordial era a devolução da liberdade à Polônia; a esse objetivo tentava-se subordinar igualmente os assuntos eclesiásticos. A introdução do decreto napoleônico sobre os votos civis aprofundou o processo da laicização da sociedade. Diante da onda do racionalismo, a Igreja demonstrava uma postura decidida, embora faltassem pessoas adequadamente preparadas sob o aspecto espiritual e intelectual. O Ducado de Varsóvia deixou de existir oficialmente no dia 3 de maio de 1815.

¹⁴⁴ ABUV, DocViln., II, ff. 221-223, Relatório do padre superior de 1813.

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ ABUV, ACPRus., ff. 20-21, Carta do bispo auxiliar de Vilnius Kłagiewicz ao superior de Raśna J. Niewiarowski de 20/10/1828; Id., ff. 21-22, Carta do secretário do bispo W. Jezierski ao superior de Raśna de 2/5/1832.

Capítulo II

FORMAÇÃO RELIGIOSA E INTELECTUAL

Noviciado

Desde o início da existência da ordem, a formação dos noviços era realizada em Puszcza Korabiewska, localidade considerada como o berço da ordem¹. Após a abertura, na Lituânia, da primeira casa religiosa em Mariampol no dia 5 de novembro de 1757, de acordo com o direito canônico, foi ali instituído um noviciado², que devia preparar os candidatos, especialmente os da Lituânia³. No convento havia um espaço destinado aos noviços, no qual os professores não podiam entrar sob pena de severos castigos⁴.

A situação legal do noviciado mudou após a aprovação das constituições dos padres marianos por Pio VI no dia 27 de março de 1787⁵. As novas constituições, atualizadas e adaptadas às necessidades da sociedade da época, reconheciam a independência da congregação dos marianos da ordem dos reformados⁶, em razão do que surgiu a necessidade de dirigir-se à Santa Sé pedindo uma nova aprovação dos noviciados, que anteriormente haviam obtido a aprovação dos comissários franciscanos. Relata isso o núncio papal na Polônia, Saluzzo, que escrevia à Congregação dos Bispos e Religiosos: “O Superior Geral da Ordem dos Marianos pediu que a Santa Sé aprovasse dois noviciados que estão abertos:

¹ ABUV, Doc. Viln., I, f. 84.

² *Miranden.(sis) seu Brigantien.(sis) Beatificationis et canonisationis Servi Dei Casimiri a S. Joseph Wyszyński... Positio super virtutibus ex officio concinnata, Romae*, 1986, 161-162, 180. Segundo J. Totoraitis, o noviciado em Mariampol foi inaugurado no dia 5/12/1754. *Marianie...*, 6. Essa informação é fidedigna, mas o noviciado aberto em Mariampol em 1754 não tinha a aprovação oficial. Os documentos citados na mencionada *Positio super virtutibus...* falam claramente: “O noviciado em Mariampol foi instituído [...] por força de um decreto do Pe. Clemente Panormitano, visitador e comissário do superior geral dos reformados, o dia 5/11/1757”, 180.

³ Totoraitis, *Marianie...*, 6.

⁴ AGM, Prot.Rasn., *Decreti del Capitolo 1753*, § 3, 1763, § 14.

⁵ Pius PP. VI, Breve *Injuncti nobis*, de 27/3/1787. Esse documento foi impresso juntamente com as Constituições, Roma, 1787. O texto original das Constituições, juntamente com o decreto de Pio VI, encontra-se em ASV, Secretaria Brevium, 4090, ff. 197-281.

⁶ Ibidem.

um no convento de Korabiew, no Reino da Polônia, e o outro no convento de Mariampol, no Grão-Ducado da Lituânia”⁷. Por essa razão o núncio papal delegou a esses conventos religiosos de confiança, os quais informaram “que não há dúvida de que nos mencionados conventos podem ser abertos noviciados, visto que para os noviços há nesses conventos uma parte destinada a eles com clausura, separada do restante da comunidade, há uma capela própria, uma sala para conferências espirituais, uma parte separada do jardim e lugar para recreação”⁸. Apesar da avaliação positiva dos conventos, os visitantes chamavam a atenção para a falta de uma pessoa preparada para o cargo de mestre de noviços no convento de Mariampol⁹. Por isso o procedimento relacionado com a aprovação dos noviciados ia se prolongando. Iniciado no dia 12 de janeiro de 1787, foi concluído com sucesso no dia 17 de agosto de 1792. Por força de um decreto da Congregação dos Bispos e Religiosos, os marianos obtiveram o consentimento para o funcionamento do noviciado tanto em Mariampol como em Puszcz Korabiewska, com a restrição de que no futuro deviam preparar adequadamente religiosos para o papel de educadores¹⁰.

No convento de Puszcz, a função de educador dos noviços foi confiada ao Pe. Clemente Raddig (de origem alemã), a respeito do qual os delegados do núncio expressaram uma opinião lisonjeira. Em Mariampol, por sua vez, o cargo de educador estava nas mãos do Pe. Raimundo Nowicki, que havia sido superior geral e que foi reconhecido como uma pessoa mais bem-preparada que os outros para o cumprimento dessa tarefa. O fato dessa nomeação despertou o espanto da Congregação dos Bispos e Religiosos, o que se pode concluir de uma carta encaminhada ao núncio Saluzzo, residente em Varsóvia, na qual lemos que o então mestre do noviciado em Mariampol era o antigo superior geral. A Congregação esclarecia que aquele que foi superior geral geralmente estava dispensado de tais obrigações; a não ser que na ordem não houvesse outras pessoas adequadas para essa função¹¹. Após responder a todas as restrições apresentadas pela Congregação e pelo núncio, o procurador-geral T. Białowieski esclareceu que o Pe. R. Nowicki, primeiramente mestre de noviços, depois professor de filosofia e teologia, a seguir secretário da ordem e finalmente superior geral por doze anos, havia voluntariamente aceitado a função de educador¹².

⁷ ASV, Congr. VV. e RR., Sezione Regolari, Mariani, Fundatio Novitiatus em Korabiew e em Mariampol, julho de 1792. O núncio em Varsóvia (M. Saluzzo) à Congr. VV. e RR. Carta de 13/8/1792, f. 2.

⁸ Ibidem, f. 3.

⁹ Ibidem, f. 4.

¹⁰ Ibidem, f. 1., Congr. VV. e RR. ao núncio em Varsóvia (s/d)/8/1792. A competência de instituição (de noviciados) está sujeita a condições. Ibidem, f. 6, Rescripta de die 27 Aprilis et 17 Augusti pro approbatione.

¹¹ Ibidem, f. 6, Congr. VV. e RR. do núncio, 13/8/1792.

¹² Ibidem, Białowieski à Congr. VV. e RR. Carta de 3/6/1792, ff. 17-18. Visto que essa carta é ante-

Naturalmente, enquanto a questão da aprovação dos noviciados estava em curso, a possibilidade de recrutamento de candidatos era limitada. Ainda em 1790 havia em Puszczza dois noviços, e quatro em Mariampol¹³; pelos dois anos seguintes, os noviciados não tinham aprovação e não funcionaram.

Em 1793 ocorreu a segunda partilha da Polônia, em 1794 eclodiu o levante de Kościuszek, e um ano depois aconteceu a terceira partilha. Esses acontecimentos, aliados à situação incerta e ao caos político, tiveram um reflexo negativo também no funcionamento dos noviciados marianos. Como resulta dos documentos, além dos anos 1791-1792, os noviciados não funcionaram também nos anos 1792-1795, em razão da guerra e das mudanças políticas.

Após a terceira partilha da Polônia, tanto Puszczza como Mariampol encontraram-se naquela parte da Polônia que havia sido incorporada à Prússia. As autoridades prussianas proibiram que a ordem aceitasse candidatos. Nessas circunstâncias, os marianos que se encontravam nas áreas incorporadas à Áustria e à Rússia – onde a situação das ordens religiosas apresentava-se numa situação um pouco mais favorável – empenhavam-se pela abertura de novos noviciados. Em 1796 o superior geral T. Białowieski, por intermédio do procurador-geral dos marianos S. Lechniewicz¹⁴, dirigiu-se à Santa Sé pedindo autorização para a abertura de dois noviciados, fundamentando o seu pedido da seguinte forma: “Os conventos onde existem noviciados canonicamente instituídos encontraram-se no Estado do rei da Prússia; daí resulta a questão da preservação dos sujeitos [instituições] necessários ao cumprimento das tarefas da fundação, da instituição, que são necessários em todos os lugares de acordo com o número de fundações e que não são proibidos pelo édito da imperatriz da Rússia. Por isso o requerente, em nome do superior, pede humildemente a Sua Santidade que permita bondosamente, por Sua autoridade apostólica, erigir e abrir dois noviciados: um no convento de Raśna de S. Ana, presentemente sob o domínio da imperatriz da Rússia, o outro no convento de Skórzec de S. José, no Estado do Imperador Romano”¹⁵.

rior à citada acima, resulta daí que a Congregação VV. e RR. dirigiu-se anteriormente ao núncio Saluzzo, expressando na correspondência as suas dúvidas quando ao exercício da função de educador dos noviços pelo Pe. R. Nowicki. Infelizmente, não nos foi possível encontrar essa carta.

¹³ Ibidem, ff. 12-16: *Relationes Visitatorum delegatorum a Nuntiatura in Domibus Korabiewiensi et Mariampolensi*. A visitação em Mariampol ocorreu no dia 8/4/1890, e em Korabiew no dia 26/5/1790.

¹⁴ Naquele ano o Pe. Lechniewicz encontrava-se ainda em Roma como “intermediário” entre a congregação dos padres marianos e a Santa Sé, graças ao que não sentia ainda excessivamente as dificuldades criadas pelas autoridades russas.

¹⁵ “*Conventus, in quibus Novitiatus canonice erecti existunt remanserit sub Dominio Regis Borussiae [...] hinc Orator nomine sui Superioris Generalis supplicat humillime B.ni Vae quatenus Sanctitas Vestra ob conservanda subiecta pro adimplendis Foundationibus oneribus requisita et, quae in unoquoque loco iuxta numerum foundationis edicto Imperatricis Russiae retineri non prohibentur, duos Novitiatus, unum in Conventu Rasnensi ad S. Annam, sub dominio ad praesens Imperatricis Russiae, et alium in*

Através de uma carta de 18 de setembro de 1796 a Santa Sé expressou o sentimento para a abertura dos noviciados em Skórzec e em Raśna¹⁶. Justamente naqueles tempos turbulentos os marianos estavam construindo em Skórzec um novo convento. Em razão da difícil situação reinante na Prússia, eles estavam preparando no convento de Skórzec um lugar para o futuro noviciado. A construção do convento foi concluída em 1797¹⁷. Já em 1793 foi nomeado o novo educador dos noviços na pessoa do Pe. Hilário Orłowski, que naquele mesmo ano foi transferido de Puszcz a Skórzec¹⁸. Ele se tornou o primeiro educador em Skórzec, e em Mariampol essa função era exercida pelo Pe. R. Nowicki¹⁹.

Apesar da presença do educador, nos anos 1795-1807 o noviciado em Mariampol permaneceu fechado, visto que as autoridades prussianas proibiam a aceitação de candidatos à vida religiosa. Igualmente nos tempos do Ducado de Varsóvia – pelo menos até 1813 – nenhum candidato conseguiu obter a permissão das autoridades para se tornar religioso²⁰.

Na zona de ocupação austríaca, no entanto, a situação se apresentava mais favorável. Pelo menos um candidato conseguiu obter a autorização do governo austríaco para ingressar no noviciado em Skórzec; em 1805 ele iniciou a sua iniciação à vida religiosa sob a direção do educador H. Orłowski²¹. A situação melhorou nos anos 1808-1809, quando a Áustria – envolvida na guerra com a França, e depois (1809) também com o Ducado de Varsóvia – já não tinha condições de controlar a situação da Igreja. Apesar da política hostil à Igreja que era promovida no Ducado de Varsóvia, o convento de Skórzec, que se encontrou na área tomada pela Áustria e por ela incorporada ao Ducado somente em 1809, nos anos 1808/1809 foi capaz de aceitar cinco candidatos ao noviciado, e nos anos

Conventu Skórcensi ad S. Josephum sub dominio Imperatoris Romanorum, existentibus erigi, ac aperiri Authoritate Apostolica permittere benignissime dignetur”. ASV, *Memoriali*, vol. 292, f. 68r.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Arch.Sk., 68, n. 147.

¹⁸ AGM, Prot.Skórc., f. 81.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Totoraitis, *Marianie...*, 34: “As autoridades prussianas proibiram aos candidatos o ingresso na vida religiosa, em razão do que na zona de ocupação prussiana, em Mariampol, não havia noviços nem seminaristas”. Dos documentos resulta, no entanto, que essa notícia não é inteiramente verdadeira, porquanto na realidade em Mariampol havia seminaristas. Esse mesmo Totoraitis escreve no mencionado livro em relação ao ano 1799: “em Mariampol – 2 seminaristas; em Mirosław – 2 seminaristas”; cf. também *Tabella dei religiosi* (Relação de religiosos) de Mariampol e Mirosław, envolvendo os anos 1807-1812, que fala dos seminaristas que após a conclusão do noviciado em Raśna viajaram a Mariampol. ADŁ, *Listy zakonników*, 139.

²¹ Era ele Estanislaw Pórzycki. Das fontes não resulta que além dele houvesse mais outros noviços. ASD, *Dane Statystyczne zakonników za rok 1836*, 1845. Esses documentos contêm informações a respeito do noviciado feito pelo Pe. Pórzycki em 1805/06.

1809/1810 – pelo menos três²². De tantos pelo menos falam os documentos, mas é muito provável que houvesse mais deles.

Após o Congresso de Viena (1815), o czar Alexandre I intrometia-se nos assuntos internos da Igreja católica no Reino da Polônia, subordinando-a à autoridade civil, isto é, à Comissão para Assuntos de Religiões e Instrução Pública²³. A política da Comissão relacionada com a religião não era favorável aos religiosos. No entanto, nos anos 1815-1830 as instituições eclesiásticas no Reino da Polônia iam recuperando aos poucos a sua liberdade de ação. Com o tempo, Alexandre I e as autoridades civis polonesas começaram a empenhar-se por manter um bom relacionamento com a Santa Sé²⁴.

Sob certos aspectos essa situação era favorável aos marianos, porquanto, desde a partilha da Polônia (1795), pela primeira vez todos os conventos se encontravam sob o mesmo poder civil. As sete casas religiosas encontravam-se na área do Reino da Polónia e duas no território anexado à Rússia, considerado como antiga área dessa nação²⁵. Nesse período, a situação real dos marianos no Reino era catastrófica: havia crescido a mortalidade dos religiosos, e não apareciam novos candidatos à vida religiosa. No período de 1793 a 1815 faleceram pelo menos sessenta e cinco religiosos²⁶ (mais de 50% do total). Em 1815, logo após a instituição do Reino da Polónia, foram abertos os noviciados em Mariampol e em Skórzec²⁷. Infelizmente, não dispomos da estatística dos candidatos

²² Biblioteka Czarotoryskich w Krakowie, *Wykaz wszelkich [...] sporządzony w 1809 [...]*, 5250/IV, ff. 61-67. Para estabelecer o número dos noviços em 1809/10 servimo-nos do *Elenchus Marianorum ab initio Congregationis...*: ADS, *Lista kondukt dekanatu garwolińskiego 1843*, apresentando breves biografias de Eustásio Chroński e João Dziwulski, informa que eles concluíram o noviciado em 1809/10.

²³ Ibidem. S. Olszawska-Skowrońska, *Le concordat de 1847 avec la Russie d'après les documents authentiques*, in: *Sacrum Poloniae Millennium VII-VIII*, Roma, 1962, 457: "A Igreja católica no Reino da Polónia era organizada de forma arbitrária por Alexandre I, por força de um documento de 6(18)/3/1817, que instituiu a Comissão das Religiões e da Instrução Pública".

²⁴ E. Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie i opór*, Warszawa, 1983, 14; Dylągowa, *Dalla caduta dello Stato polacco...*, 214-215. Sob a pressão de bispos e de numerosos católicos o czar depôs do cargo o ministro da Comissão Governamental para Assuntos de Confissões Religiosas, Eustásio Potocki, que era grão-mestre da maçonaria polonesa. Desejando manter um bom relacionamento com a Santa Sé, o czar se empenhava pelo consentimento para a mudança da estrutura administrativa das dioceses, concedendo asilo aos jesuítas.

²⁵ No Reino da Polónia eram: Góra, Gozlin, Iglówka, Mariampol, Mirosław, Puszcza Mariańska, Skórzec; e na Rússia: Berezdów e Raśna.

²⁶ Estabelecemos isso com base numa análise da relação dos falecidos, que se preservou até os nossos tempos: *Album Mortuorum Skórcensis* e *Mariampolensis*. Mencionados estavam apenas 65 falecidos; sabe-se, no entanto, que ambos os "álbuns" não eram completos e os falecidos eram dois a mais.

²⁷ Arch.Sk., 66-69, n. 147; Totoraitis, *Marianie...*, 34 informa que em Mariampol, em 1819, já havia 4 seminaristas e 2 subdiáconos; resulta daí que os dois últimos deviam ter ingressado na congregação por volta de 1815. De: *Album Mortuorum*, que fornece por vezes dados muito detalhados a respeito dos marianos falecidos, resulta que em 1815 ingressaram na congregação dos marianos J. Naruszewicz, A. Kołossowski e S. Wilczyński.

que naquele tempo faziam o noviciado; conhecemos somente os nomes daqueles que, após a conclusão dos estudos, foram ordenados padres²⁸.

Nos anos 1815-1864 já não faltavam noviços, mas havia problemas de recursos humanos; por exemplo em Skórzec, nos anos 1815-1820, um só sacerdote exercia a função de educador dos noviços e ao mesmo tempo professor de filosofia e teologia²⁹. Um outro problema era a crise de vocações³⁰.

As normas expedidas pela Comissão para Assuntos de Religiões e Educação Pública definiam os princípios e as formas da aceitação dos noviços e da sua admissão aos votos; essas normas tinham por objetivo a limitação do número dos candidatos à vida religiosa, proibindo a aceitação de rapazes com menos de 21 anos de idade e estabelecendo que no momento da profissão dos votos eles deviam ter concluídos 24 anos. O mesmo objetivo era visado pela norma segundo a qual uma condição para a admissão no seminário era ter concluídas pelo menos as quatro séries do ginásio³¹. No entanto é preciso registrar o fato de que os mencionados decretos raramente eram respeitados. Nos anos 1815-1816 foram aceitos no noviciado J. Naruszewicz e A. Kołossowski, que tinham apenas 16 anos de idade³². Dentre os seis noviços aceitos nos anos 1816/1817, dois tinham 18 anos, e os restantes tinham mais de 20 anos de idade³³.

Dois ou três anos após a publicação do mencionado decreto, a situação se normalizou, e eram poucos os candidatos que ingressavam no noviciado com uma idade inferior a 20 anos. Em 1822 o futuro superior geral Antônio Czerniewski iniciou o noviciado com a idade de 18 anos, e em 1829 João Łowicki com a idade de 19 anos. Após o Levante de Novembro (de 1830), a execução dos decretos tornou-se mais rigorosa, e os candidatos aceitos naquele período já tinham concluídos 21-25 anos; se alguém conseguia ingressar na vida religiosa abaixo dos 21 anos, era obrigado a esperar dois ou três anos antes de poder professar os votos religiosos. Aconteceu isso no caso de João Junowicz, que ingres-

²⁸ Os candidatos aceitos na congregação eram registrados no *Liber Novitiorum*, e aqueles que professavam os votos – no livro *Vota Novitiorum*; infelizmente ambos esses livros se perderam. Com o objetivo de estabelecer o número e os nomes dos noviços, utilizamo-nos das estatísticas estatais, diocesanas e sobretudo do *Album mortuorum*, que muitas vezes fornece a data do ingresso na congregação. No entanto convém lembrar que esses dados nem sempre são completos. A estatística diocesana dos noviços em Skórzec preservou-se somente até o ano 1836.

²⁹ Arch.Sk., 68, n. 147.

³⁰ Kłoczowski, *Zarys dziejów...*, 183.

³¹ Kumor; Obertyński, *Historia Kościoła...*, II/I, 421; Dylągowa, *Dalla caduta dello Stato polacco...*, 314; A. Stanowski, *Diocezje i parafie w XIX-XX w.*, in: *Księga Tysiąclecia katolicyzmu w Polsce*, I, Lublin, 1969, 126.

³² ADŁ, Akta dek. łódz.; Listy zakonników 1828, fasc. 174, f. 59; El.Alph., 37.

³³ Nicolau Rogowski nasceu em 1774, Valentim Wilczyński em 1796, Vítor Misiukiewicz em 1796; por sua vez José Oltuszewski tinha 18 anos, e Pedro Paulo Szumoski – 17. Cf. El.Alph., 46, 60; ASD, *Statystyka zakonna*, n. 18351846.

sou na vida religiosa em 1839, tendo 16 anos, e professou os votos em 1844³⁴; da mesma forma Vicente Ilgun, Simão Szałasiewicz e Bartolomeu Urban, tendo ingressado na vida religiosa com a idade de 18 aos – em 1858 – só puderam fazer os votos religiosos em 1861³⁵.

É evidente que muitos atrasos eram motivados também pela insuficiente preparação dos candidatos, tanto no aspecto religioso como intelectual. Os superiores prorrogavam o tempo de espera para lhes fornecer a possibilidade de uma melhor preparação. Casos desse tipo ocorriam a partir de 1840 e mais tarde, quando a ordem se fortaleceu espiritual e numericamente. Mencionaremos apenas alguns dos seus membros: Bartolomeu Starkowski, nascido em 1820, ingressou na vida religiosa em 1842, mas teve de esperar mais quatro anos para professar os votos³⁶; teve um transcurso semelhante a preparação dos seminaristas Vicente Kaczergis e Matias Daukszy, que esperaram pelos votos quatro anos, dedicando esse tempo ao estudo da teologia e ao aperfeiçoamento da formação³⁷.

Nos anos 1815-1830 Skórzec tornou-se o centro da formação da juventude mariana. Mariampol, por sua vez, cumpria um papel secundário, porquanto em 1809 um incêndio destruiu a igreja, danificando também o convento, e em 1823 um outro incêndio consumiu as edificações do convento e as casas adjacentes a ele³⁸. Apesar disso, por alguns anos – 1823/24, 1826/27, 1829/30 – no mencionado convento havia noviços, ainda que não mais de três ao mesmo tempo³⁹. Em Skórzec, por sua vez, houve o maior número de noviços – cinco – nos anos 1808/09 e 1822/23; nos anos 1823/24, 1836/37, 1845/46, 1854/55, 1857/58 e 1861/62 eles eram quatro. Com exceção dos anos 1851/51 e 1852/53, quando se apresentou ao noviciado apenas um candidato, nos anos seguintes eles eram ali dois ou no máximo três⁴⁰.

Nos anos 1833/34, após terem concluído estudos superiores de teologia na Academia de Varsóvia, voltaram a Mariampol quatro sacerdotes marianos;

³⁴ El.Alph., 31.

³⁵ Totoraitis, *Zakon marianów...*, 31; El.Alph., 19, 53, 57.

³⁶ El.Alph., 51.

³⁷ Totoraitis, *Zakon marianów...*, 31.

³⁸ Totoraitis, *Marianie...*, 21; Id., *Mariampolski klasztor...*, 11; ArchSk. 33, n. 62; 34, n. 71.

³⁹ Em 1815/16 eram eles: J. Naruszewicz e A. Kłossowski. El.Alph. ADŁ, Listy zakonników r. 1828, Mirosław, fasc. 174, f. 59. Em 1823 eram: João Stankiewicz, Estanislau Rudziewicz (ADŁ, Listy zakonników r. 1828, r. 1835, fasc. 174, f. 59; ADŁ, Akta dek. łódz., fasc. 174, f. 17, rok 1828). Em 1826/27 os noviços eram Onofre Szyrwid e João Dowgird. El.Alph., 53; em 1829/30: João Łokicki, Bartolomeu Waszniewicz, Gawień. El.Alph., 13, 53, 58.

⁴⁰ O número dos noviços no ano 1808/09 é fornecido por um documento preservado na Biblioteca Czartoryski em Cracóvia, *Wykaz klasztorów..., sporządzony w 1809*, 5250/IV, ff. 61-67. Para os anos 1822/23 e 1823/24 o número dos noviços foi estabelecido com base em estatísticas diocesanas posteriores, que fornecem a data do ingresso na congregação. A partir de 1835 preservaram-se as relações dos noviços em Skórzec. Cf. ASD, *Lista imienna duchowieństwa zakonnego (od 1835 do 1865)*.

a partir daquele ano, cada vez mais Mariampol começou a alcançar o posto de um segundo núcleo de formação e instrução teológica. No entanto o número dos noviços ali não passava de quatro, com exceção dos anos 1833/34, quando eles foram sete, e 1858/59, quando foram seis. Ambos os casos podem ser explicados pela falta de um educador em Skórzec. O Pe. Edmundo Radomyski, que anteriormente havia exercido a função de educador em Skórzec, foi eleito no capítulo geral de 1858 procurador-geral da ordem⁴¹, de maneira que naquele ano o noviciado não funcionou; no ano seguinte, o mencionado religioso assumiu novamente a função de educador em Skórzec, e assim, a partir de então, o noviciado não funcionou mais em Mariampol.

Visto que o convento em Mariampol não era grande, os capítulos gerais pretendiam instalar o noviciado em Iglówka, onde em 1854 foi edificado um convento de dois pavimentos⁴². No entanto esse projeto – por ser contrário à tradição e estar em desacordo com a lei, que previa a instalação do noviciado num convento maior, com um pessoal religioso exemplar e onde houvesse um ou dois membros do conselho geral – não foi realizado.

No capítulo geral de 1856 o superior geral A. Czerniewski, conjuntamente com o conselho, *pro novitiatu communi tam natione poloni, quam lituani Conventum Skórcensem designaverunt*⁴³. Tratava-se de uma decisão sensata, porquanto a existência de dois noviciados numa ordem que tinha um desenvolvimento tão modesto acarretava dificuldades relacionadas com o encontro de adequados educadores, bem como provocava diferenças na formação. O noviciado em Skórzec era o único que oferecia a possibilidade de moldar o espírito da unidade e da fraternidade entre religiosos provenientes de diversas nações – lituanos, bielorrussos e poloneses –, entre os quais na segunda metade do século XIX manifestavam-se conflitos mútuos⁴⁴.

No âmbito das suas funções, o educador dos noviços estava diretamente subordinado ao superior geral, e no mais estava subordinado ao superior local, limitando-se à observância das práticas do convento⁴⁵. Ele era escolhido pelos capítulos gerais e, ao exercer as obrigações de educador do noviciado, muitas vezes era obrigado a cumprir também outras funções. Por isso, no caso de alguns educadores torna-se difícil definir o ano em que eles começaram ou deixaram de cumprir o seu cargo, visto que os relatórios estatísticos restringiam-se a especi-

⁴¹ Ibidem. (Relação dos anos 1856/57/58).

⁴² Totoraitis, *Mariampolski klasztor...*, 19.

⁴³ Id., *Zakon marianów...*, 8.

⁴⁴ J. Ochmański, *Historia Litwy*, Warszawa, 1982², 203-205; 213-240; A. Palmieri, *Rinascita letteraria e clero in Lituania*, Firenze, 1920, 19-20: “O despertar da consciência nacional (lituano no século XIX) assumia por vezes uma direção antipolonesa”; K. Leskowiec, *Litwa a Polska*, London, 1941, 11.

⁴⁵ Sydry, *Organizacja marianów...*, 31.

ficar apenas a mais importante das funções exercidas. Assim, por exemplo, o Pe. E. Radomyski foi nos anos 1852-1858 o educador dos noviços em Skórzec, em 1856 tornou-se professor de teologia e conselheiro geral e em 1858 foi nomeado procurador-geral. Durante esse tempo ele exerceu também a função de educador, mas, apesar disso, as relações dos religiosos apresentam-no simplesmente como conselheiro geral e, a partir de 1858, como procurador⁴⁶.

Nos anos 1793-1864 exerceram a função de educadores dos noviços os seguintes religiosos: em Skórzec – Hilário Orłowski, Francisco Stankiewicz, José Ołtuszewski, Eduardo Pakietur, Aloísio Strejch, Edmundo Radomyski, Casimiro Pestynik; em Mariampol – Raimundo Nowicki, Timóteo Purwiński, Fabiano Hryniewicz, André Dauksza⁴⁷.

Importa acrescentar que, a começar pelos anos quarenta, nas estatísticas dos padres marianos aparece uma nova terminologia: “noviço-discípulo” e “noviço-estudante”⁴⁸. Eram chamados discípulos os noviços que, ao ingressarem na vida religiosa, possuíam uma educação mínima, e por isso eram obrigados a estudar no decorrer de um noviciado prolongado, ao passo que os “noviços-estudantes” estudavam a filosofia e a teologia sem professar os votos religiosos, o que faziam após alcançarem uma adequada idade e a maturidade espiritual⁴⁹.

A respeito da maturidade do noviço para a profissão religiosa pronunciavam-se através do voto todos os religiosos do convento onde se encontrava o candidato. O jovem que iniciava o noviciado tinha a obrigação de adquirir por conta própria o hábito religioso. Antes dos votos devia equipar-se de um outro hábito e de uma capa azul, que para os pobres era bastante cara⁵⁰. Deve-se supor que essa era uma das causas por que no século XIX os candidatos provinham na sua maioria de famílias da nobreza. Um exemplo típico disso é o convento em

⁴⁶ *Album mortuorum Skórcensis*: Wykaz... z roku 1858.

⁴⁷ Nos noviciados de Mariampol e de Skórzec, no século XIX, existiam os seguintes livros: *Liber Votorum* e *Album Marianorum in quo inscribuntur professiones religiosorum*, que registravam, além de informações relacionadas com os noviços, também o nome do seu educador. Infelizmente, ambos se perderam, e os decretos dos capítulos gerais raramente citam os nomes dos educadores. Daí por que se tornou impossível a definição exata do período em que os educadores exerceram a sua função. Com o objetivo de estabelecer os seus nomes, servimo-nos do *Album mortuorum Skórcensis*, ed. El.Alph., onde se fala das funções exercidas pelos diversos religiosos. Esses dados foram confrontados com *Lista imienna duchowieństwa zakonnego 1835-1855*, ASD, Statystyka. Alguns nomes dos educadores foram encontrados no *Liber mortuorum in Skórzec*. Por exemplo, na data de 1/1/1848 após ali a sua assinatura o Pe. Aloísio Strejch – Magister Novitiorum; da mesma forma, no dia 28/10/1852; resulta daí que ele era, naquele período, o educador dos noviços. No *Liber baptizorum in Skórzec*, em 1829 aparece diversas vezes: “Ego Edwardus Pakietur Magister Novitiorum... baptizavi”. A sua assinatura aparece nas datas: 17/5, 1/6, 6/9 e 10/9/1829.

⁴⁸ ADS, *Wykaz zakonników...*, z lat 1852-1861.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ AGM, Prot.Skórc., 11 decretos do capítulo de 1780, 14.

Raśna, onde, entre os dez religiosos que ali residiam em 1822, todos eram de origem nobre⁵¹.

Preservou-se a relação dos noviços de Skórzec dos anos 1836-1964, da qual resulta que os casos de afastamento do noviciado ocorriam raramente. Em vez disso, praticava-se preferencialmente a prorrogação do período do noviciado. Graças aos empenhos dos superiores gerais e dos capítulos gerais, após o Levante de Novembro [de 1830] ocorreu na ordem um processo de despertar religioso. Apesar dos diversos decretos, que absolutamente não favoreciam as ordens religiosas, a congregação dos padres marianos desenvolvia-se numericamente. Foi educada uma equipe de pessoas aptas ao cumprimento do papel de educadores e professores. Graças ao contínuo recrutamento, a média de idade dos religiosos em 1864 era bastante baixa – situava-se abaixo dos 40 anos⁵².

Em relação ao noviciado é preciso ter em conta que muitas questões permanecem não esclarecidas em razão do silêncio e da falsificação dos documentos. Ocorria, com efeito, que os superiores, aceitando na vida religiosa candidatos demasiadamente jovens em idade, mudavam a sua data de nascimento para dessa forma se esquivarem da lei. Assim, um candidato de 17 anos de idade aparece no *Liber Novitiorum* como tendo 21 anos. Quando se tornava sacerdote, no momento em que era transferido a um outro convento, registrava-se a data correta. Disso resultam as imprecisões e as dificuldades para estabelecer o verdadeiro número dos noviços e dos estudantes⁵³. Uma confusão adicional era provocada pelo ingresso de jovens na vida religiosa exclusivamente com o objetivo de esconder-se e de evitar dessa forma a incorporação no exército russo, no qual o serviço militar podia durar até 25 anos. Como informam as fontes das autoridades russas, esses jovens não pretendiam tornar-se sacerdotes, mas com o consentimento do

⁵¹ ABUV, Doc.Viln., II, f. 230.

⁵² Isso resulta de diversos documentos, sobretudo de El.Alph., de *L'elenco dei religiosi 1836-1864*, ADS, Statystyka, que fornecem o ano em que os religiosos ingressaram na congregação. Graças a uma detalhada análise dos processos judiciais instaurados contra os religiosos, das admoestações, dos documentos relacionados com a deportação dos marianos, dos relatórios dos consistórios diocesanos, foram estabelecidos os dados relacionados com mais de 90% dos religiosos marianos em 1864.

⁵³ P. ex., João Junowicz, nascido em 1823, tornou-se noviço em 1839, ou seja, com a idade de 16 anos. O superior de Skórzec, num relatório enviado às autoridades estatais, informava que o acima citado tinha 19 anos. ADS, Zakonnicy, Czerniewski A. *Przełożony Skórca do Konsystorza Diec. Podlaskiej*. Skórzec, 18/10/1839. Para se esquivar do decreto relacionado com a idade dos noviços, foi estabelecido o status de discípulo-noviço e estudante-noviço. Dessa forma procurava-se ligar o jovem candidato à vida religiosa com a comunidade, o qual depois esperava por vezes 5 anos para professar os votos religiosos. Esse problema permaneceu sem solução. O noviciado devia durar um ano. Nos anos 1840-1860 podiam ser encontrados diversos casos em que o jovem religioso mantinha o status de noviço até por 3-5 anos. Não se sabe quando ele professava os votos perpétuos; provavelmente após um ano de noviciado; no entanto, nas estatísticas oficiais, até atingir a idade adequada, aparecia como noviço ou às vezes, após um ano de noviciado – sem professar os votos – estudava a teologia; somente após atingir a idade adequada é que fazia os votos religiosos.

superior ingressavam na vida religiosa para algum tempo depois dela afastar-se. As autoridades do país foram capazes de descobrir dois casos desse tipo. Em razão disso, em 1835 os marianos em Mariampol foram acusados por estarem ocultando havia dois anos a João Draugielewicz, que ali se tinha refugiado para evitar o serviço militar⁵⁴.

Um caso semelhante aconteceu já doze anos antes em Raśna: Agostinho Katyll, “que, tendo conseguido sair de forma ilegal do Reino da Polônia, escondeu-se ali para não permitir ser recrutado ao exército”. Em razão disso o consistório de Vilnius foi obrigado a fornecer imediatamente os documentos do mencionado noviço ao governador da Comissão Governamental para Assuntos de Religiões, enquanto que o próprio Katyll teve que adaptar-se ao pronunciamento da mencionada comissão⁵⁵.

Após a queda do Levante de Novembro (1830-1831), muitos jovens ingressavam nas congregações religiosas para dessa forma se livrarem da deportação à Rússia. É difícil definir o número desse tipo de candidatos que passaram pela ordem, porquanto havia o empenho de apagar o passado deles. Sabe-se no entanto que, dentre os sete candidatos que vieram ao convento de Mariampol em 1833, três sem dúvida haviam lutado contra os russos, enquanto que dois – Szymański e Żolnierkowski – quando passaram os tempestuosos tempos das perseguições, afastaram-se da ordem⁵⁶. Todos esses subterfúgios deviam servir para salvar os jovens da deportação, proporcionando a possibilidade de ingressar na vida religiosa numa idade inferior àquela estabelecida pelas autoridades, o que oferecia dificuldades para se obter uma imagem plena do noviciado. Essas dificuldades se aprofundam em razão das divergências entre as fontes da ordem e as fontes diocesanas e estatais.

A província russa deixou de existir em 1815, visto que haviam restado ali apenas dois conventos – em Raśna e em Berezdów. O convento em Raśna já em 1797 era um núcleo de formação de candidatos. Dos documentos resulta que justamente no território da Rússia, apesar da política anticatólica daquele país então reinante, até 1820 é que havia as maiores possibilidades de preparar os candidatos para os estudos teológicos⁵⁷.

A expulsão dos jesuítas em 1820 foi um sinal da mudança da política russa em relação às ordens religiosas. Em 1823 foi publicado um decreto que proibia às congregações religiosas a aceitação de noviços⁵⁸. Apesar de esse decreto não

⁵⁴ AGM (sem rubrica), Denuncja, Mariampol, 1835.

⁵⁵ ABUV, Doc.Viln., II, f. 47. O Consistório de Vilnius ao superior em Raśna. Vilnius (s/d)/7/1822.

⁵⁶ ADŁ, Akta dek. łódz., Listy zakonników, Marianie, fasc. 174, f. 59.

⁵⁷ Kumor, Obertyński, *Historia...*, II/1, 469.

⁵⁸ Ibidem.

ter sido rigorosamente observado, a começar desse ano e pelos anos seguintes – até 1847 –, até a assinatura da concordata entre a Rússia e a Santa Sé, falta qualquer menção a respeito do funcionamento do noviciado em Raśna⁵⁹.

Nos anos 1801-1823 foram aceitos no noviciado pelo menos trinta e três candidatos; o certo é que dezessete deles receberam mais tarde a ordenação sacerdotal. Sabe-se, além disso, que outros seis noviços de Raśna, após a conclusão do noviciado, conseguiram passar de forma ilegal a outras casas dos padres marianos – em Mariampol, Mirosław e Skórzec⁶⁰.

As restrições em relação às congregações religiosas, iniciadas na Rússia nos anos vinte, com o tempo tornaram-se cada vez mais severas. Em 1832 as ordens religiosas foram submetidas à jurisdição dos bispos, e um decreto daquele mesmo ano privou-as dos seus provinciais⁶¹. A situação dos religiosos ficou pior ainda após um decreto do dia 17 de novembro de 1843, que proibia que fossem aceitos candidatos ao noviciado com menos de 24 anos de idade; além disso, esse decreto exigia que no momento de professar os votos o candidato tivesse pelo menos 30 anos completos⁶².

Após a assinatura da concordata, os padres marianos podiam oficialmente aceitar candidatos ao noviciado, apesar de que as dificuldades impostas pelas autoridades estatais com certeza não permitiam um livre desenvolvimento da ordem. No entanto – apesar desses obstáculos – nos anos 1847-1862 sete noviços conseguiram concluir o noviciado em Raśna. Os educadores que ali atuavam desde a abertura do noviciado foram:

Félix Hadrawa – 1797-1803

Emerik Reubau – 1803-1804

Félix Hadrawa – 1804-1815

Pio Wyrowski – 1816-1833

João Niewiarowski – 1844-1862⁶³

Estudos filosófico-teológicos

Desde o início a ordem dos padres marianos empenhou-se por organizar seus próprios estudos filosófico-teológicos, que até o final do século XVIII estive-

⁵⁹ Nem de Al.Alph. nem dos dois volumes dos documentos relacionados com o convento em Raśna (ABUV, Doc.Viln. I-II) resulta que no período analisado houvesse em Raśna algum noviço.

⁶⁰ Isso resulta dos documentos acima citados, e também de ADŁ, *Listy zakonników*, fasc. 139 (Tabela dos religiosos de Mariampol e Mirosław nos anos 1808-1812).

⁶¹ Olszawska-Skowrońska, *Le concordat de 1847...*, 512-513, 516.

⁶² Ibidem, 516.

⁶³ Com base nos documentos AUV, Doc.Viln. I-II; AUV, ACPRus.

ram instalados em diversos conventos. Como se verifica, no século XVIII cada convento era obrigado a abrigar esses estudos por um determinado período de tempo, o que era provocado pela situação política, pelos frequentes incêndios e pela situação econômica da ordem e dos conventos em particular⁶⁴. Citamos os nomes das localidades onde se encontravam conventos nos quais era apontado o número dos seminaristas que em 1773 neles residiam: Berezdów – 1, Góra – 1, Mariampol – 6, Mirosław – 1, Puszcza Korabiewska – 6, Raśna – 5. No entanto não havia estudantes em Goźlin e Skórzec, tradicionais centros de formação dos marianos. Isso se explica pelos incêndios que haviam destruído ambos os conventos, e cuja reconstrução se encontrava então em curso⁶⁵.

O relatório apresentado em 1780 pelo superior geral Raimundo Nowicki à Santa Sé menciona Góra, Raśna, Mariampol e Mirosław como lugares em que naquele ao havia cursos de filosofia e de teologia⁶⁶, porquanto não havia um convento suficientemente grande e adaptado para abrigar ao mesmo tempo todos os estudantes. Na realidade era mais fácil manter dois ou quatro estudantes em diversos conventos do que um grupo de vinte pessoas num único lugar. Durante a reforma da ordem, o capítulo geral, sob a presidência do superior geral R. Nowicki, decidiu em 1783 que todos os seminaristas deviam realizar os estudos teológicos no convento em Raśna⁶⁷. Apesar dessas disposições, o relatório dos anos 1792-1793 menciona seis localidades onde nos conventos era realizada a instrução dos seminaristas: Góra – 2, Wołpa – 2, Mariampol – 2, Puszcza – 4, Raśna – 4, Mirosław – 4⁶⁸.

Cinco dentre os vinte estudantes já eram sacerdotes. Por exemplo, na ordem dos escolápios naquele tempo 50% dos estudantes de teologia, ordenados padres, eram encaminhados aos estudos conjuntamente com os seminaristas⁶⁹. Isso era favorável à ordem sob o aspecto econômico, visto que um estudante do primeiro

⁶⁴ Totoraitis, *Marianie...*, 7-8, informa que “no século XVIII havia cursos de filosofia em Mariampol e Mirosław, e de teologia – em Raśna”. Nessa mesma obra (ibidem, 34) confirma que “os seminaristas estudavam filosofia e teologia em Mariampol e em Mirosław”. Esse mesmo autor não fala nada de cursos em Raśna. A sua opinião é confirmada por P. Gach (*Zakon marianów...*, 87), que escreve: “Os estudos filosóficos realizavam-se nos conventos de Skórzec e Mariampol, ao passo que a teologia era continuada em Raśna”. Dos documentos citados a seguir resulta claramente que esses estudos se realizavam em todos os conventos.

⁶⁵ ASV, Arch.Nunz.Vars., v. 120, ff. 30-32: “Synopsis domorum ac religiosorum Ordinis Patrum Marianorum sub Titulo Conc. B.V.M. Domini Nuntii Apostolici ex tabula generali descripta atque conscripta. A.D. 1773, die 19 Decembri”.

⁶⁶ Ibidem, v. 127, ff. 129-130: “Brevis informatio de origine et Statu PP. Marianorum Immac. Conc. B. V. Mariae”.

⁶⁷ Totoraitis, *Marianie...*, 20.

⁶⁸ ABUV, Doc.Viln., II, ff. 351-353.

⁶⁹ J. Śrutwa, Szkoła księży pijarów, in: *Dzieje Teologii Katolickiej w Polsce*, II, Lublin, 1975, 559.

ano de teologia, tendo já a ordenação sacerdotal, podia celebrar as numerosas Missas que os benfeitores encomendavam junto aos religiosos.

Os padres marianos davam-se conta do significado dos estudos próprios, procurando conferir-lhes um elevado nível científico, o que não era possível durante o tempo todo em que esses estudos eram realizados em seis ou sete conventos, visto que faltavam professores adequadamente preparados que pudessem eficientemente dar conta da formação teológica dos estudantes que lhes era confiada.

No final do século XVIII surgiu uma crise moral e intelectual do clero, que infelizmente atingiu também a ordem dos padres marianos⁷⁰. Por isso, durante os dois últimos capítulos da antiga República (1791, 1793), muitas reflexões e muitos decretos foram dedicados à organização dos estudos, bem como à busca de um método que permitisse a realização de uma formação eficaz dos estudantes, não somente científica, mas também espiritual⁷¹. Em relação com isso, buscava-se sensibilizar os marianos à formação da juventude, lembrando-lhes que no futuro a ordem colheria os frutos dos estudos bem realizados⁷².

O nível dos estudos teológicos na Polônia no final do século XVIII e no início do século XIX não era muito elevado. No final do século XVIII foi introduzida a obrigação de passar antes da ordenação sacerdotal por um período de dois anos de estudos no seminário. A situação dos marianos não se apresentava melhor. Apesar de a legislação dos marianos visar à prorrogação do período de estudos a 5-6 anos já no século XVIII, na realidade eles duravam 3-4 anos, e os professores não tinham uma adequada preparação⁷³.

Após a liquidação da República da Polônia (1795), a situação dos estudos marianos sofreu uma mudança. Nas áreas diretamente incorporadas à Rússia desempenhou um papel primordial o convento de Raśna; realizava-se ali uma formação apenas limitada dos noviços e a instrução dos estudantes; havia ali

⁷⁰ Isso se manifestava nos afastamentos, na passagem ao clero secular, num estilo de vida demasiadamente mundano e nas fugas dos religiosos para as capelanias.

⁷¹ AGM, Prot.Skórc., ff. 61-64, 86-89.

⁷² "Quum compertum sit, in quibusdam locis nostrorum conventuum studia religiosa praecipti quasi motu absque ullo emolumento finita fuisse, atque tractari, in aliquis locis vel ipsi Lectores, quam studiosi vel sua, vel Superiorum Localium distrahebantur audaciter voluntate cum dispendio magno rei litterariae, a qua totus pendet ordinis ecclesiastici ornatus. Hinc Venerabile Assessorium prodesse cupiens integritati universitatis designat M.R. Patres Regentes studiorum, quorum munus erit: salubritati doctrinae, praetoxo jam dudum Ordini, et ut omni die cuiuslibet hebdomadae stans horis praelectiones fiant attendere circulis quandoque una cum Lectoribus interesse spiritualibus conferentiis omni septimana solitis per Lectoresque fieri debere invigilare caeremoniarum exercitium omni vacantia, quae omni feria 3^{ta} et 5^{ta} assignatur necnon Gregoriani cantus usum instituere. Casus conscientiae ad mensam canonicam per questiones omni feria ad minus quinta ad resolvendum propositos, perpendere, studiosos a studiis distrahi non permittere". Ibidem, f. 61; Capítulo de 1791/2.

⁷³ Realmente, no século XVIII os estudos duravam 5-6 anos; somente nos últimos anos daquele século o período de estudos foi encurtado, em razão da falta de padres e do caos político.

apenas um professor, Pio Wyrowski; nos anos 1824-1848 o curso permaneceu fechado⁷⁴.

O convento em Mariampol, que desde 1795 se encontrou na zona de ocupação prussiana, em razão dos rigorosos decretos não podia aceitar candidatos ao noviciado. Apesar disso, funcionava ali um curso de teologia: dois seminaristas estudavam teologia em Mariampol, e dois na próxima Mirosław. Todos eles haviam concluído o noviciado nos tempos da Polônia livre⁷⁵.

A falta de padres em Mariampol e em Mirosław forçava os marianos a buscar alguma solução para essa situação. Eles conseguiram trazer da província russa dois professores, que em 1808 deram início ao curso em Mirosław⁷⁶. Em 1809 foi enviado clandestinamente, de Mariampol a Raśna, o candidato J. Matulewicz, para poder concluir o noviciado. No ano seguinte ele novamente se encontrava em Mariampol, onde continuou seus estudos. O superior de Raśna informou por sua vez ao consistório de Vilnius que não sabia onde naquele tempo se encontrava o mencionado religioso⁷⁷. Nas áreas polonesas incorporadas à Áustria, o decreto de José II sobre o fechamento do *studium domesticum* e as restrições do governo constituíam um obstáculo para a existência do noviciado e dos estudos. Mas, aproveitando a circunstância da derrota da Áustria em Austerlitz (2 de dezembro de 1805), em 1805 os superiores de Skórzec aceitaram no noviciado S. Pórzycki, que após um ano de frequência a ele e um ano de estudos recebeu a ordenação⁷⁸. A partir de 1810, em Skórzec já funcionava o curso filosófico-teológico, de maneira que nos anos 1809/1810 e 1810/1811 os padres marianos realizaram o recrutamento de candidatos ao noviciado⁷⁹.

Certa estabilização da Igreja ocorreu após 1815. A entrada de bispos no senado do Reino da Polônia deu-lhes a possibilidade de defesa dos direitos da Igreja, que se dava conta não somente do seu significado ideológico, mas também do fato de que a supremacia do poder estatal em relação a ela era um traço não apenas dos países não católicos⁸⁰.

⁷⁴ ABUV, Doc.Viln., II, f. 228; Pio Wyrowski, leitor (professor), nos anos 1816-25 lecionou em Raśna retórica, filosofia, teologia e homilética.

⁷⁵ Eram eles: em Mariampol – Eduardo Pakietur e Adão Rymowicz, ambos nascidos em 1775; e em Mirosław – Juliano Korycki e Inácio Zalewski, nascidos em 1777. Totoraitis, *Marianie...*, 27-28; ADŁ (tabela dos religiosos em Mariampol e Mirosław nos anos 1808-1812).

⁷⁶ ADŁ (tabela dos religiosos...). Eram eles Floriano Kowalewski e José Łukaszewicz. ABUV, Doc. Viln., I, f. 188.

⁷⁷ ABUV, Doc.Viln., I, f. 197.

⁷⁸ Em ADS, a Relação de religiosos... de 1837 fornece informações relacionadas com a pessoa do Pe. Pórzycki. El.Alph., 44.

⁷⁹ Biblioteka Czartoryski em Cracóvia, Relação de todos os conventos elaborada em 1809, 5250/IV, ff. 61-67; ADS, Lista konduktu dekanatu garwolińskiego 1837.

⁸⁰ Jabłonowska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 15-16.

A partir de 1815, os marianos passaram a dar ênfase à necessidade do desenvolvimento numérico da ordem⁸¹. Em 1817, no Reino da Polônia havia cerca de cinquenta marianos⁸², ao passo que nos dois conventos que se encontravam fora do território do Reino, nas áreas incorporadas à Rússia, naquele mesmo ano havia apenas oito sacerdotes⁸³. Uma clara dificuldade era a falta de religiosos adequadamente preparados para poderem cumprir bem a função de educadores do noviciado, e também de professores. Com o objetivo de unir e aproveitar melhor as escassas forças pedagógicas, o noviciado e os estudos foram instalados num único convento. Assim, pois, em Mariampol foi organizado o noviciado e o curso filosófico-teológico. Semelhante era a situação em Skórzec; nesse caso os educadores do noviciado exerciam ao mesmo tempo o papel de professores e vice-versa⁸⁴. Acontecia de os seminaristas estudarem também em Miroslaw. Tal situação perdurou até 1856, quando o capítulo decidiu que os seminaristas, tanto de nacionalidade polonesa como lituana, estudassem juntos no convento de Mariampol e que realizassem seus estudos sob a direção dos padres leitores⁸⁵.

A adoção do mencionado decreto teve de passar por um caminho complicado. Apesar de a maioria dos seminaristas, desde 1856, realizar os estudos em Mariampol, alguns deles permaneciam também em Skórzec. Infelizmente, não teve sucesso a tentativa da unificação dos estudos marianos, seja quanto à metodologia, seja quanto ao lugar (Mariampol). Nessa situação, em 1862 o capítulo decidiu transferir dois professores de Mariampol a Skórzec. Por isso, no ano da cassação das ordens religiosas (1864), em Skórzec encontravam-se três professores e um educador dos noviços, ao passo que em Mariampol havia um professor. Dessa situação resultaria que as autoridades marianas pretendiam fazer de Skórzec um centro de formação religiosa e científica. Realmente, o convento em Skórzec parecia ser o lugar para isso mais adequado, não somente em razão da situação econômica melhor que em Mariampol, mas também em razão da sua situação geográfica – Mariampol encontrava-se na orla do Reino da Polônia, ao passo que Skórzec situava-se mais no centro. Além disso, é preciso aqui levar

⁸¹ Isso foi estabelecido com base na análise de: *Album mortuorum Conv. Skórc. e Album mortuorum Conv. Mariamp.*

⁸² ADPŁ, msc. 34, *Korespondencja Kurii Biskupiej w sprawie zakonów 1793-1863*. Esse documento informa que no Reino da Polônia havia em 1817 44 marianos: Góra – 2, Gozlin – 4, Miroslaw – 7, Puszcza – 6, Skórzec – 12, Mariampol com Iglówka – 13. Na realidade eles eram pelos menos 47, porquanto o Arch.Sk., f. 82 fornece dados mais exatos, informando p. ex. os nomes dos marianos de Góra, onde na época havia 3 religiosos, enquanto que em Skórzec eles eram 14.

⁸³ ABUV, Doc.Viln., ff. 245, 255.

⁸⁴ Arch.Sk., f. 68, de onde resulta que nos anos 1815-20 a função de educador dos noviços e de professor era exercida em Skórzec pela mesma pessoa.

⁸⁵ “Ut clerici tam natione poloni, quam lituani, congregati in unum studio persolvant [...] in conventu vero mariampolensi sub directione patrum Lectorum studium applicare illos demandarunt”. Totoraitis, *Zakon marianów...*, 10.

em conta o aspecto qualitativo dos membros da comunidade de Skórzec, que, tanto no aspecto científico e moral como no aspecto da autoridade representada, ocupavam o primeiro lugar entre os demais conventos. É preciso também observar que em 1862 residiam em Skórzec o superior geral R. Wilczyński, o antigo superior geral S. Pórzycki, uma pessoa que gozava de grande estima na ordem, e ainda quatro religiosos que haviam obtido títulos acadêmicos na Academia de Varsóvia; no total, havia ali onze padres⁸⁶.

Os professores dos cursos marianos eram chamados “leitores”, e eles eram escolhidos nos capítulos gerais ou intermediários. Eram destinados ao exercício dessa função religiosos jovens que se distinguiam pelo talhe científico, e também pela vida exemplar, para que fortalecessem nos seminaristas as virtudes cristãs⁸⁷. Nos anos 1758-1780 a maioria dos leitores possuía formação universitária, e eles eram marianos de origem checa. Essa situação sofreu uma mudança já na passagem do século XVIII para o XIX. Havia leitores com menos preparo, que só haviam concluído os estudos nos conventos marianos, como informava à Santa Sé em 1792 o núncio apostólico Saluzzo⁸⁸. A idade dos leitores era muito diversificada: no século XIX o mais jovem, Pe. Carlos Matulewicz, quando começou a lecionar contava apenas 26 anos; o mais velho era o Pe. André Katyll, que com a idade de 57 anos exercia a função de professor de teologia em Mariampol⁸⁹.

A função de leitor não era aceita de muito bom grado, e por isso os capítulos gerais procuravam recompensar materialmente aqueles religiosos que a cumpriam com zelo ou que a exerciam por mais tempo. Além disso, o leitor que por seis anos lecionasse a filosofia e por quatro a teologia recebia a dignidade de *Lector Sacrae Theologiae*; esse título era um título vitalício⁹⁰. Alguns eram também recompensados pela sua diligência; em 1791 foram recompensados dois religiosos-leitores que, apesar de muitas outras obrigações, por um período de três anos ininterruptos haviam dirigido o curso de teologia⁹¹.

Os estudos dos marianos eram divididos em três graus: após a conclusão do noviciado o candidato iniciava os estudos filosóficos, a segunda etapa era dedicada ao estudo da teologia moral, e finalmente a terceira etapa envolvia a teologia dogmática. No que diz respeito à hierarquia dos professores, o menos importante era o leitor de filosofia, ao passo que o mais apreciado era o leitor

⁸⁶ Ibidem, 7-8.

⁸⁷ Sydry, *Organizacja...*, 38.

⁸⁸ ASV, Congr. VV. e RR., Sezione Regolari-Mariani. *Fundatio novitiatus in Korabiew et Mariampol*, julho 1792. Carta do núncio em Varsóvia, Saluzzo, de 13/8/1792 à Congr. VV. e RR.

⁸⁹ ADL (tabela dos religiosos nos anos 1808-12).

⁹⁰ Sydry, *Organizacja...*, 79.

⁹¹ AGM, Prot.Skórc., f. 74, capítulo 1791/18.

de teologia dogmática⁹². No entanto, nos tempos da crise (1795-1820) e da falta de sacerdotes todos esses estereótipos foram demolidos. Ocorria, com efeito, que o mesmo leitor era obrigado a lecionar simultaneamente a filosofia, a teologia moral e dogmática, como ocorreu nos anos 1815-20 em Skórzec. Acontecia também de leitores, como por exemplo F. Hadrawa, P. Wyrowski e A. Strejch, exercerem essa função por mais de 20 anos, sem receber qualquer recompensa.

Quando nas primeiras duas décadas do século XIX na Polônia os estudos duravam 2-3 anos, os capítulos gerais dos marianos se empenhavam – da mesma forma que o faziam já na segunda metade do século XVIII – por prorrogar esse período a cerca de seis anos, em razão do insuficiente preparo dos candidatos⁹³. Essa era, no entanto, uma piedosa aspiração dos marianos. De acordo com o regulamento de 6/18 de março de 1817, para ingressar na ordem e se tornar sacerdote o candidato devia ter concluídas pelo menos as quatro séries da escola pública, ou seja, o ginásio. Não se sabe muita coisa a respeito da instrução dos estudantes marianos. Por exemplo, em Raśna, entre os seis candidatos que ali permaneciam em 1822, apenas um havia concluído a quarta série, um a terceira, dois a segunda, e dois unicamente a escola paroquial (o que significava menos que a escola elementar). Nos documentos relacionados com os dois últimos, o leitor registrou: “Estudavam gramática, latim, geometria, geografia, história, matemática, e iam conhecendo a agricultura, a doutrina moral e um pouco de tudo que era possível”⁹⁴.

O baixo nível de instrução dos candidatos, o breve período de estudos, a falta de leitores bem preparados eram as causas que impossibilitavam um suficiente preparo dos seminaristas, para que eles pudessem enfrentar as correntes iluministas e os grupos de agnósticos. Tal situação era característica dos anos 1815-1830; naquele tempo, no Reino da Polônia, o ensino para o clero diocesano durava em geral três, raramente quatro anos. O bispo da diocese de Sejny, Czyżewski, achava que os seminaristas não podiam estudar no seminário por quatro anos, desperdiçando as dotações do Estado e o dinheiro dos benfeitores⁹⁵.

Enquanto isso na ordem dos padres marianos, principalmente em razão da atividade do superior geral T. Białowieski, procurava-se prorrogar o tempo de duração dos estudos pelo menos para quatro, e na medida do possível para cin-

⁹² Sydry, *Organizacja...*, 39.

⁹³ Em razão do fechamento das escolas dirigidas pelos jesuítas, a preparação dos candidatos com frequência era insuficiente; acontecia que o candidato ao sacerdócio iniciava os estudos pelo estudo do latim e da retórica. Era por isso que os marianos, na segunda metade do século XVIII, empenhavam-se pela prorrogação dos estudos a 6 anos, o que se tornou impossível no início do século XIX, apesar dos decretos do capítulo. Um exemplo típico era o Pe. Pórzycki, que ingressou na congregação (no noviciado) em 1805 e em 1807 foi ordenado.

⁹⁴ ABUV, Doc.Viln., II, f. 230.

⁹⁵ Jemielity, *Diecezja sejneńska...*, 93.

co anos. Dois seminaristas, J. Dziewulski e S. Choromański, após concluírem os estudos no ginásio, ingressaram na ordem em 1809 e foram ordenados após quatro anos de estudos filosófico-teológicos⁹⁶. Podem ser mencionados, a título de exemplos, outros que estudaram pelos menos quatro anos: R. Wilczyński (1822-1826), A. Czerniewski (1822-1827), A. Strejch (1830-1834), K. Szwer-nicki e J. Zieliński (1833-1838). Somente no período do Levante de Novembro [de 1830], por razões não muito claras, dois seminaristas foram ordenados após dois anos de estudos⁹⁷.

Aos poucos efetuava-se a reconstrução das estruturas internas e a integração da ordem, e ocorria também o crescimento numérico das vocações. Em 1830 a congregação já contava dez seminaristas⁹⁸, e dois deles estudavam fora dos conventos marianos, na Academia de Varsóvia, no Seminário dos Missionários da Santa Cruz⁹⁹. Os primeiros religiosos marianos iniciaram os estudos na Aca-demia de Varsóvia já em 1829.

Após o encerramento do Levante de Novembro, no Reino da Polônia ini-ciou-se um renascimento religioso que tinha a sua fonte na França e na Itália¹⁰⁰.

Por volta de 1850 foi prolongado para quatro anos o período de estudos nos seminários do Reino da Polônia. A congregação dos padres marianos, no entan-to, insistia que o tempo da sua duração fosse prolongado para cinco anos para todos os estudantes; foi introduzida uma severa seleção na aceitação dos can-didatos ao seminário, para que se encontrassem nele os mais zelosos e os mais adequados¹⁰¹.

Quanto ao método da instrução dos seminaristas – no século XVIII foi aceita a que vigorava entre os reformados, aos quais os marianos estiveram agregados até 1786. Nos períodos de crise, eles “tomavam emprestados” dos reformados os seus professores¹⁰². É preciso também chamar a atenção para a influência que exerceram sobre o ensino dos marianos os escolápios; foi junto a eles que obteve a sua formação religiosa o fundador dos marianos, Estanislau Papczyński. Igual-mente o destino do fundador esteve ligado com a atividade dos escolápios, com os quais ele permaneceu dezesseis anos.

⁹⁶ El.Alph., 6, 12.

⁹⁷ Todos os dados foram extraídos de *Album mortuorum Conv. Skórc*.

⁹⁸ Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 93.

⁹⁹ AMK, rubr. P.II, 3 – *Catalogus Seminaristarum Seminarii Interni Congregationis Missionis 1764-1864*.

¹⁰⁰ Górski, *Studia nad duchowością...*, 43, 48, 50.

¹⁰¹ P. ex., o tempo de duração dos estudos nos caso de alguns seminaristas foi: T. Wierzbicki 1847-52; W. Wójtowicz 1847-52; B. Pielasiński 1852-58; J. Kolesiński 1853-59; W. Sękowski 1858-64; ASD, Relação dos religiosos dos anos 1847-64. Com relação à seleção dos candidatos, cf. ASD, “Visitatio” de 1835 em Skórzec pelo bispo diocesano de Podlasie.

¹⁰² ABUV, Doc.Viln., I; ABUV, Prot.Rasn., Decretos do capítulo 1754/19.

Com relação ao ensino da filosofia e da teologia, os decretos dos capítulos recomendavam o escotismo (a doutrina de João Duns Escoto), bem como forneciam as diretrizes gerais para a organização dos estudos: *Deciditur ut Patres Lectores tam Theologiae, quam Philosophiae in scripto suas Lectiones tradant ad normam Joannis Duns Scoti Subtilis*¹⁰³.

No século XVIII eram utilizados os manuais franciscanos, e no século seguinte os marianos se utilizaram sobretudo dos manuais dos frades jesuítas. A teologia moral era ensinada segundo os manuais de Paul Laymann SJ e Antoine Gabriel SJ, e a dogmática – segundo as obras de Antoine Gabriel e Tournely Honorée¹⁰⁴. Os seminaristas seguiam os modelos dos mais famosos pregadores: Mateus Fabri e Pedro Skarga. A biblioteca de Raśna contava mais de dois mil livros, e a de Mirosław, cerca de quatrocentos livros¹⁰⁵. A descrição das bibliotecas em Raśna, Skórzec, Puszcza e Mirosław apresenta-nos o seu rico conteúdo. Com base numa análise das coleções dessas bibliotecas, constatamos que no século XIX o ensino dos padres marianos havia se aproximado do tomismo.

Os seminaristas marianos – da mesma forma que os escolápios – tinham a obrigação de organizar pelos menos duas vezes por ano uma disputa pública¹⁰⁶. O número dos seminaristas na ordem dos marianos não era grande: nos anos 1815-1864 oscilava entre dois e onze (no diversos anos). A tabela abaixo apresentada permite-nos a comparação do número dos sacerdotes e dos seminaristas em todas as congregações do reino da Polónia:

¹⁰³ ABUV, Prot.Rasn., Decreto do capítulo 1741/14 e 1747/14-15: 14^o: “Ad stabilienda studia renovatur Ordinatio, in Ordinatione anteriores Capituli prohibens Superioribus localibus, ne distrahent in studia studiosos missionibus extra ordinaries, et capellaneis, et nullum sine consensus PP. Lectorum extra mittant, alias talis Superior pro inimico Congregationis reputatur. Patres vero Lectores obligantur sabbativis ambo adesse, pro cuius assistentia invitabunt humiliter R.P. Praesidentem, aliosque Officiales et Patres Communitatis, qui tenentur per maiori exercitio adesse his actibus”; 15^o: “Studium morale theologicum erigendum et imposterum conservandum statuatur cuius lector serio incumbat in extrahendis materiis, nec distrahatur missionibus tempore studii. Tradet materias in scripto ex calamum ex auctore P. Beniamin Elbel, pro principali per R.P. Praesidentem loci procurando hoc ordine: 1^o anno tradat de Sacramentis in genere, et specie, atque censures itque non speculaltive, sed moraliter, et practice. 2^o anno de Decalogo. 3^o anno de actibus humanis, peccatis, de conscientia, de restitutione, indulgentiis atque de aliis statum moralem concernentibus. Ex traditis materiis circulos quotidie consuetos exacte absolvat. Dubia varia circa occurrentes materias proponet et resolvat”.

¹⁰⁴ Isso resulta do conteúdo das bibliotecas dos padres marianos detalhadamente descritos em 1818 e 1864. Na parte “manuais”, muitas vezes são fornecidos os títulos. Cf. ABUV, Doc.Viln., II; ADS, zakonnicy-kasaty 1864 (contém a descrição da biblioteca de Skórzec). Aliás as bibliotecas de Skórzec e Puszcza preservaram-se até hoje. A respeito dos manuais, ficamos sabendo igualmente, da descrição dos livros que ficaram após a morte dos leitores (professores), de quais eles se utilizavam. ABUV, Doc. Viln., II contém a descrição dos manuais utilizados pelos leitores Katyll e Ołtuszewski.

¹⁰⁵ ADŁ, Inwentarz Mirosław 1811.

¹⁰⁶ Sydry, *Organizacja...*, 39; cf. Śrutwa, *Szkoły pijarów...*, 559; igualmente os escolápios organizavam disputas públicas, utilizando-se dos manuais desses mesmos autores.

Ano	1817	1822	1824	1826	1861
Padres	1.096	776	794	819	1.025
Seminaristas	435	242	268	434	331 ¹⁰⁷

Ao falarmos dos marianos, devemos ter em mente o fato de que no Reino da Polônia também nas outras congregações (como entre os franciscanos e os dominicanos) o número dos seminaristas era pequeno, o que se relacionava com a política russa em relação aos religiosos.

Nos anos cinquenta os padres marianos dispunham de um grupo de religiosos bem preparados, oriundos da Academia de Varsóvia, que podiam exercer a função de educadores do noviciado e de professores. Em todos os conventos havia um número suficiente de religiosos; aliás a congregação demonstrava um nítido dinamismo no seu desenvolvimento. Surgiu uma jovem geração de religiosos – zelosos no trabalho pastoral e que decididamente se opunham às autoridades russas. Nos anos 1862/63, pela primeira vez o curso dos marianos atingiu o número de treze seminaristas, ainda que naquele mesmo três deles se afastassem para participar do Levante de Janeiro [de 1863]¹⁰⁸. Em 1864, em consequência de um decreto do czar Nicolau II, todos os seminaristas eram induzidos a abandonar a vida religiosa, oferecendo-se a alguns deles a possibilidade de transferência ao seminário diocesano.

Estudos superiores

Na ordem dos padres marianos não havia a prática de enviar estudantes – seminaristas ou já sacerdotes – para a universidade com o objetivo de aperfeiçoamento nos estudos. Graças à diligente atividade do superior geral Pe. Casimiro Wyszyński (Servo de Deus, cujo processo de beatificação atualmente está sendo encerrado), nos anos 1740-1760 surgiu na ordem um grupo de intelectuais cujos membros, de origem checa, antes do ingresso na ordem haviam concluído diversos tipos de estudos na Universidade de Praga.

Wyszyński (superior geral nos anos 1737-1741 e 1747-1750) por três vezes enviou a Praga Casimiro Polak, um checo, “pessoa prudente”, que conseguiu conquistar para a ordem vinte e dois candidatos. Os mais famosos e os mais cultos entre eles foram: João Cância Skraffer, formado em direito canônico; Isidoro

¹⁰⁷ Jabłońska-Deptuła, *Przetrwanie...*, 74; Gach, *Kasaty...*, 98.

¹⁰⁸ ASD, Relação dos religiosos em 1864; Totoraitis, *Marianie...*, 36-37.

Taudt e Benedito Hoennig, formados em teologia na mesma universidade; José Mraas, estudante de teologia moral, e Aleixo Fischer¹⁰⁹.

Naquele período granjearam fama também outros eruditos: André Katyll, Caetano Wetycki, Mateus Zielonka, João Niezabitowski e Cândido Spourny; os dois últimos possuíam o título de “doutor em santa Teologia”¹¹⁰. As *Dissertationes* de Zielonka, Niezabitowski e Spourny foram publicadas na Polônia¹¹¹. Gozavam do mais elevado respeito e autoridade Spourny e Taudt, a respeito do qual foi escrito: “o mais zeloso aficionado e o mais eloquente propagador da santa doutrina, eminente professor de filosofia e teologia”¹¹².

Quando nos anos 1760-80, sob a administração geral de Adriano Ignatowski e Raimundo Nowicki, teve início um visível desenvolvimento da congregação, tanto com relação ao número dos candidatos com em relação ao número de casas religiosas, a esses altamente cultos religiosos foi confiada a formação dos estudantes marianos; o Pe. Spourny, por exemplo, lecionou filosofia e teologia por vinte e dois anos¹¹³.

Após a primeira partilha da Polônia, nos anos oitenta [do século XVIII], essa situação começou a piorar em razão das dificuldades econômicas e da crise que aos poucos envolveu a congregação. Nos anos oitenta alguns dos mencionados professores já estavam avançados em idade (Taudt faleceu em 1791, Mraas em 1793, Niezabitowski em 1804; por sua vez Spourny, em 1793, passou da congregação às fileiras do clero diocesano).

Em 1776 ocorreu, ao que parecia, uma mudança favorável da situação, porquanto, graças à iniciativa do superior geral Pe. Nowicki, o Pe. Spourny foi enviado a Roma para ali organizar a Procuradoria-Geral e uma casa religiosa¹¹⁴. No dia 14 de julho de 1779 ele assumiu o convento e a igreja de S. Vito¹¹⁵. A partir de então os marianos tinham a possibilidade de estudar em Roma. Era nessa direção que se encaminhavam as ações do núncio apostólico em Varsóvia. Saluzzo, per-

¹⁰⁹ B. Jakimowicz, *Stabilizacja i rozwój zakonu w XVIII w.*, in: *Marianie 1673-1973*, VV. AA. Red. J. Bukowicz e T. Górski, Roma, 1975, 43-4; Totoraitis, *Marianie...*, 35.

¹¹⁰ AGM, Prot. Skórc., ff. 81-82. Carta de H. Ignatowski aos marianos de 2/10/1793.

¹¹¹ J. Niezabitowski, *Dissertationes scholastico-dogmaticae theologiae... publicae disputationi in ecclesia PP. Marianorum... eiusdem Ordinis et studi alumno*, Vilnae, 1776; cf. Estreicher, XXIII, 152; Spourny, *Cultus Pulcherrimae Virginis ante saecula a Deo praevisae advocatae Gilevanensis in Palatinatu Vilmensi Mariae*, Vilnae, 1755; cf. Estreicher, XXIX, 137; F. Zielonka, *Theoremata ex universa philosophia mariana publico tentamini... a V.P. Francisco Zielonka ejusdem Ordinis et Studi alumno propugnata*, Varsaviae, 1773.

¹¹² AGM, Wiadomości de singulis Marianorum (sporządzone przez A. Bołtucia); *Album mortuorum Conv. Mariamp.*, 53-54.

¹¹³ AGM, *Album mortuorum Conv. Skórc.*

¹¹⁴ AGM Kosciół San Vito w Rzymie: J. Vaisnora, *Notae historicae Mariani Romae saeculis XVII-XVIII. Marianus* (1962), 25-26; Jakimowicz, *Stabilizacja...*, 45.

¹¹⁵ Ibidem.

cebendo as dificuldades dos padres marianos, escreve à Congregação dos Bispos e dos Religiosos: “Faltam na congregação (dos marianos) pessoas adequadas, capazes de exercer a função de professores. Parece-me então oportuno sensibilizar o superior geral para que encontre os mais apropriados e os mais adequados meios a fim de educar na congregação pessoas que sejam capazes de aprender [...] as ciências adequadas ao seu estado, ao que com certeza melhor poderia servir o regular envio delas daqui ao convento de S. Vito, [para que] naquela Sé [...] possam contemplar e aprender a observância da regra religiosa, bem como adquirir a ciência”¹¹⁶. Em resposta às observações acima, o procurador-geral dos padres marianos, Pe. T. Białowieski, esclarecia em 1792: “Já antes desse tipo de boa proposta eu pretendia que dois membros da nossa ordem se aperfeiçoassem em ciências literárias, e especialmente matemáticas”¹¹⁷.

Realmente, em 1780 foi enviado a Roma o Pe. Félix Hadrawa; nessa cidade ele promoveu o trabalho educativo em meio à juventude e, além disso, por dois anos estudou na Universidade *La Sapienza*¹¹⁸. Naquele mesmo ano foi enviado a Roma, para se aprofundar nos estudos, o Pe. Juliano Koprowski, que na Polônia por cinco anos havia lecionado filosofia aos estudantes marianos; infelizmente, ele faleceu em Roma – antes de concluir os estudos – no dia 26 de setembro de 1781¹¹⁹. Por muito tempo permaneceu em Roma também o Pe. João Niezabitowski, pessoa de grande cultura e ciência, oriundo de uma rica família da nobreza. Após concluir na Polônia os estudos filosóficos e teológicos, obteve o título de doutor em teologia¹²⁰. Viajou a Roma em 1776, como companheiro do Pe. Spourny, e permaneceu ali por dezessete anos, aperfeiçoando-se na arte da pintura¹²¹.

A permanência no ambiente da Cidade Eterna e o contato com as estruturas da Igreja universal introduziam os marianos no próprio cerne da cultura latina, no centro da vida da Igreja. Voltando à Polônia, eles traziam consigo os valores espirituais e culturais, introduzindo-os no ambiente dos conventos aos quais eram enviados.

¹¹⁶ ASV, Congr. VV. et RR. Sez. Regulari-Mariani, julho 1792, ff. 3-4. O núncio em Varsóvia, F. Saluzzo, à Congr. VV. et RR. 13/8/1792 (trad. do autor).

¹¹⁷ “Iam pridem ante huius modi optimam propositionem animum habuisse, ut duo Subiecta Religionis nostrae Studiis Litterarum praesertim mathematicis perpolirentur”. Ibidem, ff. 11-19.

¹¹⁸ ABUV, Doc.Viln., II, ff. 38-39. “Relatio” z Rańej z roku 1822; *Album mortuorum Conv. Mariampol.*, 38; *Positio, Wyszyński...*, 456.

¹¹⁹ El.Alph., 26; J. Vaisnora, *Notae historicae Mariani Romae...*, 28; *Positio, Wyszyński...*, 457; AGM (koperta) Kościół San Vito.

¹²⁰ I. Galicka – H. Sygietyńska. *Niezabitowski Jan (1744-1804)*. PSB, X, 99; I. Vaisnora, *Notae historicae...*, 26-28; AGM, Prot. Skórc., f. 81. Carta de H. Ignatowski de 2/10/1793.

¹²¹ El.Alph., 38: “Niezabitowski Joannes, Assistens Ordinis, qui circiter 18 an. Romae Procuratoris Generalis socius fuit. Reversus in patriam insignia monumenta artis picturae reliquit”.

Se é verdade que a congregação enviava ao convento em Roma os religiosos mais instruídos e os mais capazes, também é verdadeiro o fato de que, após a volta à Polônia, eles eram destinados ao exercício das funções mais importantes. Por exemplo, o Pe. Białowieski tornou-se em 1793 superior geral, o Pe. Czubernatowicz exerceu esse cargo em 1835, o Pe. Niezabitowski tornou-se secretário-geral, e o Pe. Lechniewicz – assistente e procurador-geral em Roma.

O final do século XVIII foi na Polônia o período de lutas internas e externas. Para opor-se às reformas da Grande Dieta (1788-1792), no dia 27 de abril de 1792 foi formada a Confederação de Targowica, que, com a ajuda do exército russo, pretendia defender os direitos e os antigos privilégios da nobreza¹²².

As contínuas lutas do exército polonês com o russo, e também com o prussiano, no período da Confederação de Targowica, bem como das desavenças entre os propagadores das reformas e os defensores do *ancien régime* estenderam-se até 1795. Essa situação dificultava aos marianos as viagens para os estudos em Roma, apesar de eles terem ali a sua casa religiosa. O procurador-geral Pe. Białowieski escreve a esse respeito numa carta encaminhada ao núncio apostólico¹²³.

A casa em Roma funcionou apenas por dezenove anos, visto que em 1798 os marianos foram reconhecidos como religiosos estrangeiros e expulsos dali pelas autoridades francesas¹²⁴. Dentre todos os padres afastados de Roma, somente o Pe. Hadrawa atuou zelosamente na área da cultura. Encaminhado ao convento em Raśna, dedicou-se à formação dos noviços, exercendo também a função de professor de filosofia e teologia¹²⁵. Desde 1791, encontrava-se em Raśna também o Pe. Boaventura Cieszkowski; ele era oriundo de uma importante família da nobreza e recebeu uma esmerada instrução e educação antes ainda de ingressar na congregação. Após concluir os estudos, com especialização na área da teologia moral, lecionou por algum tempo no seminário mariano, mas, em razão da idade e da doença, a partir de 1795 não podia mais envolver-se na formação dos marianos¹²⁶.

A partilha da Polônia e os acontecimentos políticos relacionados com a Revolução Francesa fecharam todas as possibilidades de aperfeiçoamento científico

¹²² Tymowski, Holzer, *Historia Polski...*, 204-205; Halecki, *Storia della Polonia...*, 246-247.

¹²³ “Sed temporum penuria, maxime vero tributis moderna Regni Constitutionis impositis, gravati, expansiva ac sustentationi tempore studiorum impares sumus”. ASV, Congr. VV. et RR., Sez. Regulari-Mariani, julho 1792, ff. 18-19.

¹²⁴ AGM, Kościół San Vito; B. Jakimowicz, Ojciec Aleksy Fischer Komisarz Generalny w Portugalii, in: *Marianie...*, 59; Vaisnora, *Notae historicae Mariani Romae...*, 28.

¹²⁵ ABUV, Doc.Viln., I, ff. 186, 197, 221; ABUV, ACPRus, ff. 10-11; ABUV, Doc.Viln., II, f. 115.

¹²⁶ ABUV, ACPRus., ff. 11-12; ABUV, Doc.Viln., II, f. 115. O relatório de 1798 informa que “Boaventura Cieszkowski, 82 anos, concluiu os estudos na área da teologia moral; atualmente se encontra doente e enfraquecido pela idade e pela fraqueza”. El.Alph., 16.

no âmbito de estudos superiores em universidades¹²⁷. Ocorreu certa estabilização no Reino da Polônia após 1815, o que permitiu a abertura, em 1817, da Universidade Real em Varsóvia, na qual o czar Alexandre I – a partir de 1815 ao mesmo tempo rei da Polônia – aprovou a Faculdade de Teologia¹²⁸. Além das bolsas concedidas aos padres diocesanos, foram instituídas seis bolsas para estudantes oriundos de congregações religiosas¹²⁹.

Após o Levante de Novembro (1830/31), o czar Nicolau I fechou a universidade, substituindo-a com a Academia Romano-Católica em Varsóvia¹³⁰. Um outro centro de estudos de especialização era Vilnius, onde em 1803 foi instituído o Seminário Central, que em 1833 – após o levante – foi transformado em Academia Romano-Católica¹³¹.

Para manter os seminários, todas as congregações religiosas foram tributadas. Os padres marianos, por exemplo, eram obrigados a contribuir anualmente com 100 rublos. Os documentos preservados encerram admoestações dirigidas todos os anos aos marianos em razão dos atrasos no pagamento desses tributos¹³².

O seminário em Vilnius era subordinado ao Colégio Religioso em São Petersburgo e excluído da jurisdição episcopal. O nível de ensino era nele baixo¹³³, e o seminário não gozava também de boa fama no aspecto moral, mas os estudantes marianos da província russa não tinham outra escolha¹³⁴.

Para estudar na Universidade de Varsóvia, o candidato devia ter concluídas pelo menos as cinco séries do ginásio, ter passado por pelo menos um ano de estudos no seminário e ter a possibilidade de obter ajuda da parte da família ou da ordem, visto que a bolsa científica do governo não era suficiente¹³⁵. Os estudos não somente eram caros, mas também – em razão do espírito iluminista então reinante – traziam consigo certo risco de laicização, o que muitas vezes provocava a falta de interessados¹³⁶. Essa universidade era a única escola superior de teologia no Reino da Polônia.

¹²⁷ R. Cerber, *Studenci Uniwersytetu Warszawskiego 1808-1831*, Wrocław, 1977, XIV; cf. A. Pleszczyński, *Dzieje Akademii Duchownej Rzymsko-Katolickiej Warszawskiej*, Warszawa, 1907.

¹²⁸ Kumor, Obertyński, *Historia...*, II/1, 492; cf. também A. Petrani, *Szkolnictwo teologiczne w Polsce*, in: *Księga tysiąclecia katolicyzmu w Polsce*, II, 127-147; Popiel, *Pamiętniki...*, I, 28.

¹²⁹ Kumor, Obertyński, *Historia...*, II/1, 492.

¹³⁰ *Ibidem*, 493.

¹³¹ A. J. V. e S. Suz, *University of Vilnius*, EL., IV, 551-558.

¹³² ABUV, Doc.Viln., II contém cerca de 50 admoestações dirigidas aos marianos.

¹³³ Kumor, Obertyński, *Historia...*, 495.

¹³⁴ Isso resulta das três coleções fundamentais de documentos relacionados com os conventos, que permaneceram na Rússia: ABUV, ACPRus.; ABUV, Doc.Viln., I-II; ABUV, *Visitatio Conventus Rasnensis* 1818.

¹³⁵ Jemielity, *Diecezja seineńska...*, 131.

¹³⁶ A Comissão Governamental das Religiões e da Instrução Pública encaminhou aos consistórios diocesanos uma carta estimulando que fossem enviados à universidade alguns candidatos. Com relação

Nos anos 1817-1829, em razão do pequeno número de religiosos na congregação, os padres marianos não podiam permitir-se o envio deles à universidade. Somente no capítulo geral de 1829¹³⁷ foi tomada a decisão de enviar dois religiosos para estudos superiores. Na época o superior geral era o Pe. Czubernatowicz. Do convento de Skórzec foi enviado o jovem sacerdote Antônio Jastrzębski, e de Mariampol o Pe. João Stankiewicz. Ambos iniciaram o ano acadêmico na Faculdade de Teologia da Universidade de Varsóvia no dia 30 de dezembro de 1829¹³⁸. No ano seguinte o Conselho Geral decidiu encaminhar à mesma universidade Antônio Jurewicz, ordenado padre em 1828. Ele iniciou os estudos já em 1831¹³⁹.

O Levante de Novembro (1830-1831) complicou a situação da universidade. Incerto era também o destino do Reino da Polônia. Nessa situação alguns estudantes abandonavam a universidade, que mal havia conseguido fortalecer-se; em 1832 ela foi fechada e transformada em Academia de Varsóvia¹⁴⁰.

Dentre os três primeiros marianos que concluíram estudos superiores, o Pe. Stankiewicz trabalhou por um breve período de tempo na área educacional-científica, e a seguir passou ao trabalho pastoral – inicialmente em igrejas dos padres marianos, mais tarde como capelão em igrejas diocesanas¹⁴¹. O Pe. Jastrzębski dedicou-se inicialmente ao trabalho pastoral, envolvendo-se igualmente no movimento patriótico no Reino da Polônia que naquele tempo se desenvolvia. O Pe. Jurewicz, após a conclusão dos estudos, desde 1835 exerceu a função de professor em Mariampol; infelizmente ele faleceu no dia 19 de abril de 1841¹⁴².

O historiador mariano Pe. Totoraitis menciona que dois outros marianos concluíram naquele tempo os estudos em Varsóvia, o que resulta, na sua opinião, da crônica da casa em Mariampol, na qual, no relatório datado de 3 de janeiro de 1833, ocorre o registro: “No dia 3 de janeiro de 1833 os seminaristas marianos voltaram após a ordenação sacerdotal em Varsóvia. B. Waśniewicz e W. Gawień celebraram em Mariampol a sua Missa de primícias¹⁴³. Essa interpretação parece, no entanto, ser imprecisa. Como se sabe, o bispo da diocese de Sejny M. João

a essa carta, o bispo de Sejny, Manugiewicz, informou ao consistório: “Apesar de a diocese não ter um grande proveito dos sacerdotes que concluíram os estudos em Varsóvia, é melhor não se opor às recomendações das autoridades, porquanto isso poderia acarretar grandes dissabores”. Jemielity, *Diecezja sejneńska...*, 131-132.

¹³⁷ Totoraitis, *Marianie...*, 35.

¹³⁸ Gerber, *Studenci Uniwersytetu...*, 462, 470.

¹³⁹ Totoraitis, *Marianie...*, 35.

¹⁴⁰ Kumor, Obertyński, *Historia...*, II/1, 492.

¹⁴¹ El.Alph., 50; ASD, Wykaz zakonników... z 1837.

¹⁴² El.Alph., 34.

¹⁴³ Totoraitis, *Marianie...*, 36.

Manugiewicz residia em Varsóvia, e por isso acontecia que os seminaristas diocesanos tinham de viajar a Varsóvia com o objetivo de obter a ordenação sacerdotal¹⁴⁴. O mencionado trecho da crônica deveria ser entendido no sentido: os seminaristas marianos viajaram a Varsóvia, onde residia o bispo de Sejny, para receber a ordenação sacerdotal.

Após a derrota do Levante de Novembro teve início uma brutal russificação das áreas orientais da antiga Polônia e o processo de deportação à Rússia. Começou também a perseguição da Igreja. No Reino da Polônia eram adotados métodos um pouco menos severos. Nesse período de tensões e detenções, nenhum mariano foi enviado à Academia. Foi preciso esperar até o capítulo de 1850 para que novamente houvesse a decisão de enviar os marianos para os estudos de Mariampol a Varsóvia, a respeito do que falava um decreto. Casimiro Pestynik, seminarista, professo e diácono, foi escolhido e destinado para os estudos na Academia de Varsóvia à custa do convento de Mariampol¹⁴⁵. Visto que havia apenas seis bolsas de estudos para os estudantes que vinham de todas as congregações, Pestynik não conseguiu obter uma delas, e o convento de Mariampol teve de cobrir as despesas dos seus estudos.

Em 1856 a Rússia perdeu a guerra da Crimeia, o que, além da anistia, trouxe ao Reino da Polónia igualmente certa melhoria da situação política. O capítulo geral de 1856, sob a presidência do superior geral A. Czerniewski, avaliando o papel positivo de leitores e professores bem preparados, que fossem capazes de garantir aos estudantes marianos uma boa formação intelectual, determinou “que dois irmãos – os seminaristas Jorge Czesnas e Vicente Źemiński – que se encontravam então na Academia Religiosa de Varsóvia – permanecessem ali enquanto não concluíssem os estudos de teologia de quatro anos, à custa do convento de Mariampol e, caso isso não fosse suficiente, à custa de toda a ordem”¹⁴⁶.

Durante os debates do mesmo capítulo, foi anunciado um outro decreto, tratando da necessidade de educar na Academia todos os leitores, e que trazia o título: “Sobre os leitores bem educados na Academia Religiosa de Varsóvia à custa de toda a ordem”¹⁴⁷. De acordo com esse decreto, além dos estudantes Czesnas e Źemiński, que realizaram os seus estudos nos anos 1856-1860, em 1862 foram enviados à Academia Religiosa mais dois seminaristas: Vicente Sękowski e Si-

¹⁴⁴ Jemielity, *Diecezja sejneńska...*, 129-130.

¹⁴⁵ Totoraitis, *Zakon marianów...*, 8.

¹⁴⁶ “Ut fratres clerici Georgius Czesnas et Vincentius Źemiński pro tunc existentes in Academia Spirituali Varsaviensi ibi retineantur quoadusque cursum theologum per anno quattuor sumptu Conventus Mariampolensis, vel hoc deficiente, sumptu totius Ordinis absolvant”. Ibidem, 38; *Marianie...*, 36.

¹⁴⁷ Totoraitis, *Zakon marianów...*, 8.

mão Szałaszewicz. Apesar da eclosão do Levante de Janeiro em 1863, ambos concluíram os estudos com o título de *Cand. S. Theol.*¹⁴⁸

No desenvolvimento da ordem dos padres marianos desempenhou um papel significativo o dinâmico e extremamente difícil do mandato de superior geral do Pe. T. Białowieski (1793-1829), bem como do superior geral na pessoal do Pe. S. Pórzycki. Ocorreu a integração da congregação, foi instituído um caixa comum e desenvolveu-se o trabalho pastoral em diversas áreas. No decorrer de cinquenta anos, no Reino da Polônia os padres marianos passaram por uma evolução em relação aos estudos; eles se convenceram de que já não eram suficientes os estudos nas casas religiosas para dar conta das expectativas da sociedade.

O Levante de Janeiro (1863-1864) provocou uma severa perseguição dos poloneses e lituanos pelos russos. Em 1864 foi fechada a maioria dos conventos, e no dia 27 de julho de 1867, em desforra – de acordo com as palavras do czar Nicolau II – “pela negra ingratidão da tão rebelde e incorrigível nação polonesa”¹⁴⁹ – foi fechada a Academia Religiosa de Varsóvia.

¹⁴⁸ ADL, Akta Akademii 1854-1867; El.Alph., 48: „Sękowski Vincentius Alumnus Academiae Ecclesiasticae Varsaviensis ab anno 1862, ubi gradus Cand. S. Theologiae accepit”. Ibidem, 53: “Szałaszewicz Simon n. 1840 X 26, ingr. 1858, prof. 1861. Anno 1862 alumnus Academiae Ecclesiasticae Varsaviensis”.

¹⁴⁹ Kukiel, *Historia...*, 424.

Capítulo III

ADMINISTRAÇÃO DA CONGREGAÇÃO

Superiores gerais da congregação

No período da dependência dos padres marianos dos franciscanos reformados, o superior geral destes era chamado *praepositus totius Congregationis*, às vezes também *parochus Congregationis* ou *praepositus universalis*¹. Segundo a opinião do então procurador dos padres marianos, C. Spourny, essas definições resultavam da postura assumida pelos franciscanos reformados, que tratavam a congregação dos padres marianos como a sua “ordem terceira”². Além disso, é preciso acrescentar que na realidade os comissários e visitadores dos reformados tinham autoridade também sobre os capítulos gerais e sobre os superiores gerais dos marianos³.

A autoridade do superior geral dos marianos dependia não somente do desenvolvimento da congregação, mas também dos traços individuais de cada membro. O Pe. Bernardo Ostrowski, cujo tio era primaz da Polônia, utilizava o título *Praepositus ac Superior Generalis*⁴; no entanto o Pe. Jacinto Wasilewski desde 1765 assinalava os documentos como *Praepositus ac Visitor Generalis*⁵.

¹ ABUV, Prot.Rasn., Praecepta Salutaria de 1685. Foram assinados: “Stanislaus a Jesu Maria, indignus Praepositus”. Em outros decretos assinados pelos superiores gerais dos padres marianos havia o título: “Praepositus generalis”. Cf. ibid., Acta Capitularia de 1710 a 1765. Além dos membros do capítulo, todos esses documentos eram assinados por um dos padres reformados como: “Commissarius et Visitor generalis”. Por sua vez uma carta de 25/5/1765 foi assinada da seguinte forma: “Hyacinthus Wasilewski Ordinis PP. Marianorum... Praepositus ac Visitor Generalis”.

² AGM, Prot.Wet., C. Spourny ao superior geral R. Nowicki, Roma, 4/7/1778; ibidem, Spourny a Nowicki (s/d), Roma, 1789; ibidem, João Niezabitowski OIC aos Reverendos Padres Assessores, Roma, 14/7/1777. Segundo a opinião de ambos os marianos, os frades reformados refreavam o desenvolvimento da ordem dos marianos tratando-a como uma província própria, deles dependente.

³ O comissário franciscano, Frei Dionísio Sydry, numa carta circular de 1776, informava os religiosos dos conventos marianos a respeito da assunção do cargo de procurador: “ut singulos conventos ac personas ac regulares observantiae disciplinaeque restaurationem conservationemque spectantia iuxta regulae ac constitutionum praescriptum providere curarem ac simul in omnibus ad singulis capitularibus electionibus praesidentiam necnon votum consultivum, electivum atque decisivum habere”. AGM, Prof. Rasn., Carta de 29/6/1776.

⁴ Sydry, *Organizacja...*, 103.

⁵ ABUV, Prot.Rasn., Carta de 25/5/1765.

As reformas realizadas nos anos 80 do século XVIII tornaram os marianos independentes e fizeram com que a autoridade dos superiores gerais começasse a crescer. De acordo com as novas constituições de 1787: “O Superior Geral governará toda a Congregação com a ajuda do conselho e dos oficiais superiores, sempre dependendo diretamente com toda a Congregação da Santa Sé e dos seus legados; e todos os demais também lhe serão fielmente obedientes, bem como a outros superiores e seus colaboradores canonicamente eleitos, sem infringir a autoridade deles”⁶.

Eles obtiveram o direito de aceitar novas fundações e legados, de fundar missões cristãs em outros lugares, de admitir candidatos aos votos religiosos e à ordenação sacerdotal. Por sua vez o *Capitulum intermedium*, convocado a cada três anos, tinha por objetivo ajudar-lhes a resolver conjuntamente os mais importantes problemas da congregação naquele tempo, a respeito do que estabeleciam as constituições: “A cada triênio se realizará a congregação, ou seja, o capítulo intermediário para definir algum bem ou para evitar algum mal”⁷.

Os auxiliares do superior geral eram os conselheiros gerais, também chamados assistentes, *definitores* ou *discretos*. Na composição do conselho entravam igualmente os ex-superiores gerais e os padres da congregação⁸. O superior geral era escolhido nos capítulos gerais, e o seu mandato, a partir de 1787, durava em princípio seis anos, ao passo que antes de 1787 ele durava apenas três anos.

O primeiro superior geral eleito segundo as constituições renovados foi o Pe. Estanislau Mogień. Nos anos 1776-1788 ele exerceu o cargo de superior em Raśna⁹. Eleito superior geral no dia 14 de setembro de 1788, com a idade de 40 anos, iniciou o exercício da função em tempos extremamente difíceis para a pátria e para a congregação. Durante o seu governo um incêndio destruiu a igreja e o convento em Skórzec. O capítulo que se realizou durante o seu mandato (12-19 de setembro de 1788) deu atenção não somente à questão da disciplina religiosa, mas sobretudo às obrigações dos superiores em relação aos religiosos e em relação aos camponeses servos¹⁰. A sua única carta daqueles tempos fala

⁶ “Universam Reverendissimus Praepositus Generalis cum consilio Discretorum, et Majorum Officialium reget Congregationem, immediate ipse cum tota sua Congregatione subjacens semper Sanctae Sedi Apostolicae, et ejus respective legatis, caeteri autem omnes eidem, et aliis, canonice electis Superioribus, et Officialibus, sine confusione Regiminis, fideliter obedient”. *Constitutiones Marianorum...*, De Superioribus X/1.

⁷ “[...] quolibet Triennio habebit Congregationem, seu intermedium Capitulum pro aliquo bono statuendo, aut malo avertendo”. *Ibidem*, X/2.

⁸ *Ibidem*, X/1; AGM, Prot.Skórc., f. 92, carta do Pe. . Białowieski de 3/2/1796; AGM, Prot.Wet., carta de J. Niezabitowski... aos Padres Assessores, Roma, 14/7/1777.

⁹ El.Alph., 36; Totoraitis, *Marianie...*, 19.

¹⁰ AGM, Prot.Skórc., ff. 61-64.

do benefício da caridade e do amor fraterno mútuo¹¹. Infelizmente, ele faleceu repentinamente no dia 12 de março de 1789, seis meses após a eleição, e essa desgraça *omnes dolore affecit, nam zelo, prudentia, modestia praeditus fuit*¹².

Até o capítulo seguinte, que ocorreu em 1791, cumpriu as obrigações de superior geral o vigário-geral, Pe. José Mraas, de origem checa; ele era bem instruído e tinha longos anos de experiência no cumprimento de diversas funções na ordem. Apreciando os seus valores pessoais e intelectuais, os membros do capítulo, reunidos no dia 21 de setembro de 1791, escolheram-no para o cargo de superior geral¹³. No decorrer do curto período do seu mandato, o Pe. Mraas dedicou-se à formação da juventude mariana; por exemplo, em março de 1792 enviou um pedido à Santa Sé pedindo a dispensa dos seminaristas da participação no *coram commune*, fundamentando o pedido com o fato de que os seminaristas estavam muito sobrecarregados pelos estudos e pelo ensino da religião nas paróquias¹⁴. Em suas cartas, ele discorria longamente a respeito da devida instrução dos seminaristas e a adequada formação dos noviços, admoestando os superiores locais a tratar os seus subordinados de forma suave e a lhes proporcionar o amor fraterno¹⁵.

No final de 1792 o Pe. Mraas ficou doente e viajou para um período de tratamento com a família dos benfeitores dos marianos, do conde Butler, onde no dia 28 de fevereiro de 1793 faleceu¹⁶. Após a sua morte o poder passou às mãos do vigário-geral Pe. Adriano Ignatowski¹⁷.

O governo dos superiores gerais, que no final do século XVIII se caracterizava por um breve tempo de duração, contribuiu para o surgimento da injusta opinião do historiador mariano S. Sydry, em cuja opinião naquele tempo “assumiam a administração da congregação velhinhos que nesse cargo morriam, mal tendo-o assumido”¹⁸. A tabela abaixo apresentada mostra claramente que na maioria os superiores gerais eleitos estavam numa idade mediana; fornece igualmente o lugar da sua permanência no mencionado período. O capítulo de 1785 escolheu o convento de Raśna como lugar da residência de verão dos superiores gerais, e o convento em Mirosław como sua residência de inverno, com o que mui detalhadamente se ocupou o capítulo acima, publicando amplas disposições

¹¹ Ibidem, ff. 60-61, Carta de 20/7/1788.

¹² El.Alph., 36: *Album mortuorum Conv. Mariamp.*, 15.

¹³ AGM, Prot.Skórc., ff. 72-77. Decretos do capítulo.

¹⁴ Joseph Mraas, in: *A Cloud of Witnesses*, red. S. O'Connor, Stockbridge, 1984, 51-52.

¹⁵ AGM, Prot.Skórc., ff. 65-68, Carta de 28/5/1789; ibidem, ff. 69-71, Carta de 1/5/1791.

¹⁶ Ibidem, ff. 82-83. Carta do vigário-geral H. Ignatowski, na qual ele informa todos os marianos a respeito dos méritos, da vida e da morte do Pe. Mraas.

¹⁷ Ibidem, ff. 78-80. Carta de 1/6/1793; ibidem, ff. 882. Carta convocatória de 2/10/1793.

¹⁸ Sydry, *Organizacja...*, 18.

relacionadas com o lugar de residência do superior geral, com o seu sustento e a forma de dispor dos fundos. Segundo esse documento, os superiores gerais deviam residir em Raśna, onde na época se encontrava o maior e o mais importante convento; no entanto, em razão da falta de lenha (!) para combustível, para que no inverno fosse possível aquecer os aposentos do superior geral, todos os anos, de outubro a maio, ele devia permanecer no convento de Mirosław, onde havia lenha em abundância e nas proximidades do qual encontravam-se três casas religiosas: em Mariampol, Mirosław e Iglówka¹⁹. No entanto vale a pena lembrar que na escolha da residência eles se guiavam pelos sentimentos ou pelas necessidades de determinado convento²⁰.

SUPERIORES GERAIS			
Nome e sobrenome	Idade	Residência	Tempo de função
Estanislau Mogień	40	Rasna	14/9/1778 -12/3/1789+
José Mraas (vic.)	–	Jonava	12/3/1789 -21/8/1791
José Mraas	–	Jonava, Mariampol	21/8/1791 -28/2/1793+

¹⁹ AGM, Prot.Skórc., f. 48. Decreto do capítulo 1785/n. 28: “Tandem sermo etiam fuit de fixa mansione Reverendissimi Patris Generalis, ubi tandem fixum habere quaeat locum, ne conventos exinde conquerant, si diutius alicubi, pro necessitate demoretur, et taliter est data a Venerabili Assessorio resolutio, quatenus in tali conventu residentiam suam constituat, in quo necessitate consulat, ad expedienda Ordinis sui per litteras negotia, et in animadversione fuit Conventus Rasnensis, et sapientissime, attamen prae oculis habendo quanta oriatur in colligendis in brumali tempore lignis difficultas, satius consultum est, quatenus a Majo ad Octobrem usque Rasnae dimoretur, a Octobri vero usque ad mensem Aprilis Mirosclaviae sua negotia Ordinis sit expenditurus. Ut autem prae laudati aliquam habeant recompensationem ab illis conventibus, in quibus Reverendissimus Pater Generalis aut raro aut parum dimoretur, idcirco statutum est a Venerabile Assessorio, quatenus Conventus Mariampolensis tribuat Conventus Rasnensi ab anno in annum 400 florenos polonicales, ne autem reputet sibi pro aliquota gravamine, applicaturus est totidem missas pro Conventu Beresdoviense et Residentia Osticoviensi. Residentia vero Volpiensis tributura est 100 florenum poll. Quotannis Conventi Rasnensi in vim huius mansionis Reverendissimi Patris Generalis, quia tempore consistori in eo conventu moram trahet Residentia vero Janoviensis Conventui Mirosclaviensi datura est ab anno in annum centum florenos poll.: et ducenti floreni assignati sunt ex capellania A.V.P. Josephi Mraas S.T.L. Assistantis Ordinis pro hocce Conventu Mirasloviensi ab anno in annum. Tandem distributio facta est, quantum tributuri sunt in posterum conventus pro oneribus Reverendissimo Patri Generali, et decusum est, ut Conventus Corabieviensis tribuat # [=numero] 4, Gorenensis #1, Gozlinensis #1, Skurcensis #3, Rasnensis #3, Mariampolensis #6, Beresdoviensis nihil, Mirosclaviensis #5, Residentia Janoviensis #4, Osticoviensis nihil, Volpensis #1, summa summorum effecit aureorum n^o 27, ex his #7 P. Secretarius est adepturus”.

²⁰ Acontecia que permaneciam no convento em que antes da eleição exerciam alguma função. Assim, o Pe. S. Pórzycki, superior de Skórzec, continuou ali residindo como superior geral; A. Czerniewski, superior de Puszcza, também como superior geral residia naquele convento. El.Alph., 7; Arch.Sk., 31, n. 52.

Adriano Ignatowski (vic.)	59	Skórzec - Góra	28/2/1793 -29/9/1793
Tadeu Białowieski 1	44	Skórzec	29/10/1793 -30/9/1811
Tadeu Białowieski 2	—	Skórzec	29/9/1811 -10/6/1815 abd.
Vítor Wołągiewicz (vic.)	64	Mariampol	10/7/1815 -29/9/1817
Tadeu Białowieski 3	67	Skórzec	29/9/1817 -30/4/1823
Tadeu Białowieski 4	—	Skórzec	9/1823 -30/9/1829
Plácido Czubernatowicz	66	Skórzec	30/9/1829 -24/2/1835
Estanislau Pórzycki (vic.)	51	Skórzec	24/2/1835 -30/9/1835
Estanislau Pórzycki 1	52	Skórzec	30/9/1835 -9/1841
Estanislau Pórzycki 2	—	Skórzec	9/1841 -1844 abd.
Jorge Naruszewicz (vic.)	45	Igliauka	1844 -9/1847
Jorge Naruszewicz	48	Igliauka	9/1847 -21/9/1853
Antônio Czerniewski	49	Puszcza - Skórzec	21/9/1853 -9/1/1858+
Romão Wilczyński (vic.)	56	Skórzec	9/1/1858 -26/9/1859
Romão Wilczyński	57	Skórzec - Goźlin	26/9/1859 -9/2/1865 abd.

LEGENDA:

+ — os superiores gerais faleceram durante o exercício da função;

Nomes sublinhados — vigários-gerais que exerceram a função de superior geral *pro-tempore*;

1, 2, 3, 4 — a sequência em que exerceu a função;

abd. — abdicação ou renúncia²¹.

²¹ A relação dos superiores gerais foi impressa em: *Elenchus Congregationis Marianorum, A.D. 1986*, Series Superioris Generalis, Romae, 1986, 6-7. O mencionado “Elenchus” contém alguns erros, que mais tarde foram corrigidos. A respeito de T. Białowieski, o “Elenchus” recorda que ele foi superior

No dia 29 de outubro de 1793 foi eleito para o cargo de superior geral o Pe. Tadeu Białowieski²²; ele exerceu essa função por trinta e quatro anos, nos tempos mais tempestuosos e trágicos para a Polônia.

Em 1782 ele organizou o convento em Janów, do qual se tornou a seguir o primeiro superior²³; no dia 30 de janeiro de 1783 o superior geral R. Nowicki nomeou-o prefeito das missões populares para toda a Lituânia²⁴, e nos anos 1785-1792 permaneceu em Roma, exercendo a função de procurador-geral da congregação²⁵. Em reconhecimento dos seus méritos para a ordem, o capítulo de 1791 conferiu-lhe o título de Leitor de Santa Teologia²⁶. O capítulo geral que se realizou sob a sua presidência em 1793 foi dedicado sobretudo à disciplina religiosa na formação dos noviços e dos seminaristas marianos²⁷. Infelizmente, encontrando-se em 1795 na zona de ocupação austríaca, o Pe. Białowieski podia exercer a sua função somente nessa área restrita. No entanto ele procurava manter contato com os religiosos dispersos por intermédio de cartas, nas quais – analisando com solicitude o perigo da total queda da congregação – lembrava que todos os marianos deviam sentir-se responsáveis por toda a comunidade. Convocava os seus subordinados ao zelo, à fidelidade à vocação e à santidade²⁸.

Dando-se conta de que após o aniquilamento da Polônia a crise moral se aprofundava cada vez mais e de que a estrutura administrativa estava cada vez mais próxima da dissolução, de que não havia perspectivas para a convocação de um capítulo nem para a realização de uma visitação, tomou a decisão de dividir a congregação em províncias. Essa iniciativa – ainda que tomada de boa-fé – aliada à falta de controle sobre os conventos e das lutas que já duravam vinte anos, contribuiu para numerosos abusos. O Padre Białowieski envidava enormes

geral ininterruptamente de 1793 a 1829, eleito durante a única eleição em 1793. No entanto ele foi eleito superior geral por quatro vezes, nos anos: 1793, 1811 (em 1815 renunciou), 1817 e 1829. Com referência às informações biográficas de Białowieski, cf. o § 1 deste capítulo. Por sua vez o Pe. Pórzycki foi eleito superior geral duas vezes: em 1835 e em 1841 (renunciou em 1844). O superior geral A. Czerniewski não faleceu no dia 1/9/1858, mas no dia 9/1/1858; essa informação é confirmada por uma carta de 14/2/1858, enviada pelo bispo da diocese de Podlasie, na qual se fala da morte do superior A. Czerniewski. ADS, *komisja Rządowa Spraw Wewn. i Duchownych do J.E. Biskupa diec. Podl., 14 II 1858*.

²² AGM, Prot.Skórc., ff. 83-85. Carta de agradecimento a todos os padres marianos de 31/10/1793; El.Alph., 2.

²³ T. Górski, *Białowieski Tadeusz*, Enc.Katol., II, Lublin, c. 370; AGM, Prot.Skórc., f. 35.

²⁴ Ibidem, f. 25. Decreto do capítulo de 1782, § 5: “Statutum etiam est ut fiant Missiones, in suis ac alienis Ecclesiis [...] in quem finem destinatus est [...] M. D. Lithuaniae M.V.P. Thadeus Białowieski Residens Janoviensis”.

²⁵ AGM, Prof.Skórc., f. 48. Decreto do capítulo de 1785, § 22. Segundo esse documento, o Pe. Białowieski foi eleito procurador-geral em Roma e exerceu essa função até 1791, quando para o seu lugar foi eleito Silvestre Lachniewicz; ibidem, f. 74. Decreto do capítulo de 1791, § 19. ABUV, Doc.Viln., II, 351.

²⁶ Ibidem, f. 74. Decreto do capítulo de 1791, § 17.

²⁷ Ibidem, ff. 86-89.

²⁸ Cf. nota 12; ibidem, ff. 91-92, Carta de 3/2/1796.

esforços para manter a disciplina e a observância da regra religiosa. Procurou convocar um capítulo geral, mas alguns religiosos – padres capitulares – não demonstravam vontade de participar dele.

Białowieski contava com a presença de pelo menos alguns, para que afinal fosse possível realizar o capítulo²⁹; além disso, por ocasião da visitação dos conventos e por meio de correspondência procurava estimular os religiosos à renovação espiritual, bem como se empenhava pela volta da integridade da congregação. Não era uma tarefa fácil, especialmente se levarmos em conta que entre cento e cinquenta religiosos marianos que residiam na Polônia em 1792, nos anos 1794-1815 faleceram sessenta e cinco, entre os quais cinquenta e dois padres e treze irmãos³⁰. Pelo menos dez padres afastaram-se da congregação para o trabalho nas paróquias diocesanas, e alguns escolheram a vida leiga³¹.

O Padre Białowieski sentia-se responsável por assegurar aos conventos os indispensáveis recursos humanos; às paróquias – os párocos, às escolas paroquiais – os religiosos-professores, aos cursos – os leitores (professores) e aos dois noviciados – os educadores. Fora do alcance da sua ação permanecia o convento em Berezdów e a casa de formação para a juventude mariana em Raśna, na Rússia; no entanto, de todas as formas procurava lhes ajudar, enviando para lá, na medida do possível, adequados religiosos³².

Em 1844 o Pe. Białowieski escreveu uma carta dirigida a todos os marianos, na qual censurava claramente os sérios abusos cometidos pelos religiosos; sobretudo censurava-lhes o mundanismo, com o qual se relacionavam a inobservância da clausura e as visitas de mulheres nos conventos, que entravam até nas celas particulares dos religiosos³³. Essa severa e profundamente ponderada carta foi redigida com base em alguns documentos pontifícios; lembrando-os, o autor escrevia: “Já S. Pio V, na Constituição que se inicia pelas palavras *Decet Romanum Pontificem*, publicada em 1570, ordenou: ‘As mulheres que entram na clausura dos religiosos *ipso facto* estão sujeitas à excomunhão reservada ao papa’”³⁴. Na

²⁹ Ibidem, f. 117-120, Carta de 9/3/1811.

³⁰ Cf. cap. II/1, nota 26.

³¹ Padres transferidos à diocese: Emeryk Reubau, Hipólito Jankowski, Jacinto Lenhart. ABUV, ACPRus., ff. 8, 14; Mariano Francuzewicz. Cf. ASV, VV. et RR. Ser. Reg., v. 210, f. 66v; Justino Skrzyński. ASV, Reg. Regul., v. 211, f. 163; ASV, Reg. Regul. Vol. 206r fala do mariano Pedro Czarnocki, que foi secularizado em 1802, e de André Jorge Broniszewski; Cândido Spourmy foi secularizado em 1790; Arnoldo Fortunato – em 1786; Miguel Borkowski – em 1786; Diogi Tichi – em 1799; Agostinho Schneider – em 1796; cf. AGM, Mariani Italiani Romae; Severino Pachta – em 1794. ASV., ANVars., f. 46.

³² ABUV, ACPRus., f. 19. Em 1803 foi para lá enviado o Pe. Benedito Sawicki como prefeito dos estudantes.

³³ AGM, Prot.Skórc., ff. 127-129, Carta de 30/6/1814.

³⁴ Ibidem, f. 127.

opinião de Białowieski, nada podia justificar a introdução de pessoas estranhas, tanto mais mulheres, nas celas dos religiosos³⁵.

Os abusos na vida religiosa eram numerosos e por vezes escandalosos. O Padre Białowieski procurou pôr-lhes termo durante uma visitação pastoral extraordinária realizada em 1814³⁶. Quando percebeu que os seus esforços haviam produzido efeitos medíocres, no dia 10 de junho de 1815 renunciou ao cargo de superior geral; reconhece na carta de demissão:

“Eu, atingido pela velhice e enfraquecido por uma prolongada doença, sentindo que não posso mais dar conta das obrigações de superior geral, pelas razões acima apresentadas, bem como em razão de que apenas poucos me demonstram obediência e respeito, afasto-me e renuncio ao cargo de superior geral que exerci por 22 anos após eleições por quatro vezes repetidas”³⁷.

Depois do Pe. Białowieski, assumiu o cargo de superior geral o vigário-geral – Pe. Włótagiewicz³⁸.

Nos anos 1815-1817 a ordem se encontrou num estado de crise ainda maior. Nitidamente se fazia sentir a falta de professores, de educadores, de superiores adequados para esses tempos especiais. Em sete casas religiosas havia apenas quarenta e quatro marianos, incluindo os seminaristas e os noviços³⁹. Despertava o pânico e a inquietação entre os marianos a ameaça de extinção das congregações religiosas. Nessa dramática situação, o Pe. Białowieski reconheceu como sua obrigação assumir novamente o cargo de superior geral. Numa carta encaminhada aos coirmãos após a eleição, descreveu a situação da seguinte forma:

“Ficastes sabendo com certeza, estimados irmãos, que a nossa ordem se encontra num estado extremamente difícil, visto que não são muitos aqueles que possam governar os coirmãos, igualmente poucos são aqueles que se submetam a esse governo, faltam professores das ciências que possam iluminar as mentes da juventude religiosa, e falta também a juventude que possa tirar proveito dessa luz. Outros, no que diz respeito à idade e à vocação olham para trás, são poucos

³⁵ Ibidem, f. 128.

³⁶ O Pe. Białowieski escreveu em relação a isso 11 cartas aos marianos. Tantas pelos menos se preservaram: 9 – em: AGM, Prot. Skórc.; 1 – em: ACPRus.; 1 – em: Sydry, *Organizacja...*, 16. Além destas, preservaram-se cerca de vinte encaminhadas a diversas repartições da Santa Sé.

³⁷ “Ego senio confectus et diuturna infirmitate attritus, officio praepositurae generalis satisfacere haud posse praesentis, regimen quod viginti ferme et duobus annis repetita quater electione capitulari suscepi [...] ob rationes supra positas, necnon ob rationes, quod mihi perpauci praestant oboedientiam et reverentiam [...] regimen inquam et officium praepositurae generalis dimitto, resigno et abrenuntio”. AGM, Prot. Skórc., f. 130. Carta a respeito da abdicação, de 10/6/1815. Sydry informa que a abdicação ocorreu no dia 6/9/1815; *Organizacja...*, 16; no entanto essa data não é fidedigna em razão da dificuldade na interpretação do documento. Confirma isso também a carta escrita pelo Pe. Włótagiewicz no dia 15/7/1815, que informa a respeito da renúncia de Białowieski. Ibidem, f. 132.

³⁸ AGM, Prot. Skórc., f. 132. Carta de 15/7/1815.

³⁹ ADPL, Korespondencja Kurii biskupiej w sprawie zakonów 1797-1863. Spis zakonów... w 1817.

os que apreciam a sua vocação, alguns desejam as vaidades deste mundo, às quais renunciaram sob a inspiração da suprema graça”⁴⁰.

Claramente reconhece ele a impossibilidade de dar conta de todas as necessidades, estimulando à imediata eliminação de todos os abusos. A falta de sacerdotes, a desobediência, o mundanismo no comportamento de alguns coirmãos, eis os numerosos problemas que devia enfrentar e que gostaria de solucionar de imediato. As palavras por ele dirigidas aos religiosos eram assinaladas por uma nítida amargura: *certe neminem latet, quibus talis religio Christi impetitur, dum ministri eius restringuntur; ordo ecclesiasticus despicitur; electio sacri status impediatur; jura Ecclesiae violantur; sequaces Christi devidentur*⁴¹.

A respeito da profunda crise vivenciada pela congregação testemunham as negociações entabuladas com as autoridades civis e eclesiástica em Varsóvia nos anos 1821-1822, em consequência das quais os marianos de Góra empenhavam-se por trocar a sua igreja e o seu convento – apesar de nele ter vivido e ter sido sepultado o fundador da congregação – por qualquer igreja em Varsóvia, ou pelo menos por uma outra igreja na mesma Góra⁴².

Tendo-se conscientizado de que não seria possível mudar a mentalidade dos religiosos da “velha guarda”, o Pe. Białowieski apostou sobretudo na nova geração, enfatizando em razão disso a necessidade do recrutamento e de assegurar aos candidatos uma boa formação. Ele tinha a esperança de que dessa forma seria possível sair da crise⁴³. Procurava manter o contato com os conventos que se encontravam na zona de ocupação russa. Em 1823 enviou a Raśna dois padres – Valentim Wilczyński e João Dziewulski – com a ordem de que eles acertassem as questões econômicas daquele convento, de que realizassem uma visitação secreta e solucionassem os eventuais problemas locais⁴⁴. Ambos os sacerdotes, pessoas de ampla erudição, peritos na solução de problemas, inclusive em razão do conhecimento pessoal de alguns magnatas e funcionários, conseguiram solucionar positivamente os problemas do convento e seis meses depois voltaram à Polônia⁴⁵.

⁴⁰ “Nostis ecquidem Confratres dilectissimi Ordinem nostrum ad extrema reductum esse: pauci namque sunt, qui confratribus praesint, sed aequae pauci sunt, qui regimini subsint. Desunt Magistri scientiarum, qui juventuti religiosae lumen mentis accendant, desunt quoque juvenes, qui hoc lumine illustrentur. Alii vero aetate et vocatione aspiciunt retro, poenam aestimant vocationem suam, repetere cupiunt vanitates saeculi, quibus nutu supernae gratiae renuntiarentur”. Carta de 10/10/1817, apud Sydry, *Organizacja...*, 16.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Arch.Sk., 5-6, n. 8; 98, n. 131, Carta do superior de Góra, F. Dąbrowski, de 29/8/1821 ao presidente da Comissão Governamental das Religiões e da Instrução Pública.

⁴³ AGM, Prof.Skórc., ff. 133-134, Carta de 31/5/1823.

⁴⁴ ABUV, Doc.Viln., II. Atestado fornecido pelo superior geral aos padres W. Wilczyński e J. Dziewulski, 1823.

⁴⁵ Ibidem. Relatório do superior de Raśna de 1823.

Em 1827 o Pe. Białowieski obteve a autorização para viajar pessoalmente a Raśna, onde pela primeira vez desde 1793, tendo em mente o fortalecimento da unidade da congregação, ele pôde visitar o convento (permaneceu nele por algum tempo), que estava isolado das demais estruturas marianas⁴⁶.

Białowieski exerceu a função de superior geral até 30 de setembro de 1829. Ele quis passar os últimos dias da sua vida no menor e ao mesmo tempo no mais pobre dos conventos, em Góra Kalwaria, onde faleceu no dia 30 de abril de 1832⁴⁷. Naquele tempo a congregação contava pelo menos sessenta e cinco religiosos, dez seminaristas e quatro noviços⁴⁸, e era tão forte que pela primeira vez no século XIX tornou-se possível enviar (em 1829) três padres para estudos superiores em Varsóvia⁴⁹. Essa situação favorável era em grande medida um mérito dele. Na opinião de Sydry, no período da queda da ordem “deu [...] provas de coragem, perseverança e humildade e faleceu com fama de santidade, tendo sido sepultado em Góra”⁵⁰.

O capítulo geral que se reuniu em Skórzec no dia 30 de setembro de 1829 elegeu para superior geral da congregação o Pe. Plácido Czubernatowicz, que ingressou na congregação dos marianos em 1783, portanto no período das reformas inspiradas pelos padres Nowicki e Białowieski⁵¹.

Nos anos 1792-1798, o Pe. Czubernatowicz se encontrava em Roma, a seguir (1803-1824) no convento em Goźlin, onde desde 1819 exercia a função de superior local⁵², e nos anos 1811-1815 exerceu o cargo de secretário-geral⁵³. No tempo do seu governo como superior geral eclodiu o Levante de Novembro [de 1830], que refreou a atividade pastoral e administrativa relacionada com a sua função⁵⁴. Após a repressão do levante em 1831, o czar Nicolau I adotou todos os

⁴⁶ Ibidem, f. 79.

⁴⁷ El.Alph., p. 2; Sydry, *Białowieski Tadeusz*, PSB II, 19; T. Górski, *Białowieski Tadeusz*, Enc. Katol., II, c. 370.

⁴⁸ Os dados acima citados foram definidos com base na análise de: El.Elph.; *Album mortuorum Conv. Skórc.*; *Album mortuorum Conv. Mariamp.*, que fornecem o ano da profissão dos votos, da ordenação e da morte. A respeito do número dos seminaristas, cf. Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 462.

⁴⁹ Totoraitis, *Marianie...*, 35.

⁵⁰ Sydry, *Papczyński Stanisław...*, 274.

⁵¹ ABUV, Doc.Viln., f. 351 fornece informações a respeito da sua vinda a Roma. El.Alph., 8 fala: “Czubernatowicz fuit ultimus ex his, qui Romae habitabant”. Sabendo que o convento em Roma foi fechado em 1798, supomos que ele deixou a cidade justamente naquele ano.

⁵² Arch.Sk., 51, n. 130. Igualmente as assinaturas nos documentos encontrados no *Liber baptizatorum* e no *Liber mortuorum* da paróquia de Goźlin testemunham a presença do Pe. Plácido Czubernatowicz nessa localidade, permitindo definir o tempo da sua estada.

⁵³ AGM, Prot.Skórc., ff. 128-129, Carta de T. Białowieski de 30/6/1814.

⁵⁴ Dylągowa, *Dalla caduta dello Stato polacco all'Insurrezione di Novembre...*, 320-322, 332-335; entre os trabalhos em língua estrangeira dedicados a esse problema, vale a pena lembrar a obra de L. Lescœur, *L'Église catholique en Pologne sous le gouvernement russe depuis le premier partage jusqu'à nos jours (1772-1875)*, vol. I-II, Paris, 1876; e, entre os mais recentes, Jabłońska-Deptuła, *Ordres et Congrégations en Pologne au XIX et XX siècles*, in: *Le millenaire du catholicisme en Pologne*, Lublin,

meios para desorganizar e paralisar a Igreja católica, especialmente as congregações religiosas, que ele via como centros de patriotismo polonês.

Lembremos que o governo russo conseguiu fechar em 1832, somente na própria Rússia, mais de duzentos conventos, entre os quais se encontrava também o convento dos marianos em Berezdów⁵⁵.

Graças ao apoio do Pe. Czubernatowicz, tornou-se possível levar a cabo a construção do convento em Puszcza em 1834⁵⁶. Como superior geral, ele fixou residência na casa de formação em Skórzec, para poder supervisionar a formação da juventude mariana. Uma das testemunhas da sua vida escreveu a seu respeito que ele era: “desconhecedor de ardis, bondoso amante da paz, caro a todos, distinguindo-se muito pela retidão dos costumes, pelo apego ao bem da ordem, pelo zelo na observância da regra religiosa, pela assiduidade ao coro e pela mortificação do corpo”⁵⁷.

Após a derrota do Levante de Novembro [1830-1831] ele adoeceu, deprimido em razão do infeliz destino com que se defrontou o Reino da Polônia e pela incerteza quanto à continuidade da congregação. Faleceu no dia 24 de fevereiro de 1835, não tendo conseguido completar o seu mandato de superior geral⁵⁸. O seu posto foi assumido pelo vigário-geral Pe. Stanisław Pórzycki, que durante o governo do Pe. Czubernatowicz cuidava da solução da maioria das questões da congregação⁵⁹. Para o cargo de superior geral ele foi eleito pelo capítulo geral em setembro de 1835. Por ter obtido a formação religiosa após 1797, ele foi o primeiro superior da nova geração e um dos poucos que ingressaram na congregação naqueles tempos turbulentos que foram os anos 1795-1815.

Após a conclusão do noviciado, dedicou-se ao estudo da teologia e um ano depois foi ordenado⁶⁰. Desde então, dedicou-se à administração da ordem. Por sete anos foi pregador em Skórzec; nesse convento, por dezessete anos exerceu a função de superior local, até o momento em que lhe coube assumir o cargo de

1969, 136-145.

⁵⁵ Theiner, *Die neuesten Zustände...*, 361-364; Gach, *Kasata zakonów...*, mapa n. 8; *Les confiscations des biens des polonais sous Nicolas I*, Louis Lubliner, Bruxelles, 1861, 68.

⁵⁶ Arch.Sk., 13.

⁵⁷ “Nescius fraudis, quietus amator pacis, omnibus carus, morum probitate, regularis vitae observantia, alligantione ad bonum Ordinis, assiduitate chori, maceratione sui corporis eminens”. El.Alph., 8, n. 22.

⁵⁸ AGM, *Album mortuorum Conv. Skórc.*, f. 6; El.Alph., 8.

⁵⁹ Isso era motivado pela doença do Pe. Czubernatowicz. Cf. *Album mortuorum Conv. Skórc.*, bem como pelas especiais predisposições do Pe. Pórzycki para resolver os assuntos da congregação.

⁶⁰ El.Alph., 44: “Pórzycki Stanislaus, natus – 1783, ingressus – 1805, professus – 1806, ordinatus – 1807”. Realmente, surpreende o tempo de duração dos estudos de Pórzycki, especialmente quando se leva em conta a sua brilhante carreira. Deve-se supor que antes do ingresso na congregação ele havia concluído os estudos teológicos. A respeito da sua figura falam: Sydry, *Ojciec Papczyński...*, 275; Pietrzak, *Księża-powstańcy...*, 39-40, obras de pouco valor, excessivamente apologéticas; ASD, *Wykaz... zakonników z lat 1836, 1845, 1859*, que fornecem dados detalhados.

procurador-geral e vigário-geral⁶¹. Buscando o ordenamento dos assuntos internos da congregação, era extremamente ativo no âmbito do estabelecimento de contatos com a Santa Sé. Apesar das dificuldades da época e dos perigos a que estava exposto no caso de as autoridades russas descobrirem a sua atividade, por intermédio da nunciatura em Viena o Pe. Pórzycki enviou à Santa Sé um requerimento solicitando a concessão de um calendário próprio à congregação da Imaculada Conceição⁶², bem como *Indulgentiae* (indulgências) para as igrejas marianas⁶³. Ele interveio também na questão de dois frades marianos que, justificando-se com a grande miséria das suas famílias, sem a autorização da congregação transferiram-se à diocese de Varsóvia⁶⁴.

Apesar da sua intervenção, ambos os ex-marianos, S. Marcinkiewicz e H. Katyll, contando com o apoio do arcebispo de Varsóvia M. Choromański, permaneceram na diocese como padres seculares⁶⁵.

A diligente atividade do Pe. Pórzycki contribuiu para o desenvolvimento numérico da congregação. Em 1841, nos oito conventos que se encontravam sob o domínio russo, já havia oitenta e seis religiosos⁶⁶.

Entre o superior geral Pórzycki e as autoridades diocesanas surgiu um conflito em razão dos dízimos que o cura da paróquia de Niwiska procurava conseguir do convento em Skórzec. Até 1801 esse convento pertenceu à paróquia de Niwiska e com esse pretexto o pároco exigia dos padres marianos – nos anos quarenta – o pagamento de dízimos, ou pelo menos de uma boa compensação⁶⁷. O Padre Pórzycki opôs-se às exigências do mencionado pároco, reconhecendo-as como injustas, baseando-se no conteúdo da Constituição Apostólica *Con-sueverunt* de Gregório XIII, que proibia a injusta cobrança de dízimos sob pena

⁶¹ Isso resulta dos documentos paroquiais de Skórzec assinados nos anos 1807-1815 pelo Pe. Pórzycki – *Cooperator Ecclesiae et Concionator*. Em 1815 ele se tornou superior e pároco de Skórzec. Arch. Sk., f. 72; em 1829 tornou-se procurador e vigário-geral dos marianos junto à (na) Comissão Governamental, 20/11/1833.

⁶² ASV, ANVienna, vol. 282 P, f. 64r., 12/7/1843; *ibidem*, vol. 282 B, f. 93r.; ASV, Sancta Rituum Congregatio, Decreta an. 1843-1844, f. 363 – *Congregationis Marianae*; ASV, ANVienna, vol. 282 B, f. 93 r. (A.D. 1841) – *Calendario dei Mariani*.

⁶³ ASV, Rescripta S.C. Indulgentiarum et SS. Reliquiarum (s/d) 1841 – *Mariani*.

⁶⁴ “Absque ulla sua notitia obtinuerunt secularisationes Rescriptis S. Congr. VV. et RR. [...] alterum vero de dato 20 Julii, anni elapsi 1838, idque ope subreptitie adquisitarum attestationum Ordinarii Loci Varsaviensis. Quam ob causam Silverius (sacerdos OIC) postea clanculum sine situ Ordinarii loci ex Concistorio secularisationis venia recepta assumpsit vestem Cleri saecularis [...]”. ASV, Congr. VV. et RR., Sez. Reg. Julho de 1842, *Mariani* – *Recursus ad S. Sedem contra Ordinarium Varsaviensem*.

⁶⁵ ASV, Congr. VV. et RR., Rubrica – 1º Julii 1838 – *Mariani*; ASV, Congr. VV. et RR., Rubrica – 1/7/1842 – *Mariani*.

⁶⁶ ASV, ANVienna, vol. 281-I, f. 840. Informação a respeito da congregação dos marianos redigida pelo Pe. João Dziewulski OIC ao núncio apostólico em Viena, P. Leopardi, 1/5/1841.

⁶⁷ Arch.Sk., 71-72, Protocolo de S. Pórzycki a respeito dos dízimos, de 12-24/1/1846.

de excomunhão⁶⁸. Sustentava, além disso, que os impostos pagos pelos conventos em Mariampol e Skórzec eram pesados e injustos. A intercessão por esses conventos levou-o a um conflito com as autoridades estatais. Tendo-se exposto demasiadamente diante das autoridades diocesanas e civis, em 1844 decidiu renunciar ao cargo de superior geral⁶⁹.

No entanto, uma razão mais séria que provocou a hostilidade das autoridades estatais diante de Pórzycki foi a participação de alguns marianos no movimento patriótico que se desenvolveu no Reino da Polônia após a queda do Levante de Novembro. Apesar de o Pe. Pórzycki não estar nele diretamente envolvido, a sua enérgica atividade, a defesa da congregação e de religiosos individuais, o desvelo pelo desenvolvimento numérico e espiritual da congregação, as frequentes visitas aos conventos fizeram com que ele se tornasse uma pessoa não muito leal em relação ao poder russo e, com isso, uma pessoa malvista; em razão disso foi condenado à deportação à Rússia. O bispo de Siedlce foi informado a respeito disso pela Comissão Governamental de forma lacônica: “Em razão da atividade desenvolvida, o Padre Pórzycki foi deportado ao convento de Brusilow, na Ucrânia”⁷⁰. Tendo voltado após a anistia em 1856 e proibido de exercer qualquer função dentro da congregação, fixou residência em Skórzec, onde faleceu em 1863⁷¹.

Após a renúncia do Pe. Pórzycki, de 1844 até o capítulo seguinte em 1847, foi convocado para o cargo de superior geral o Pe. Jorge Naruszewicz, que na época era vigário-geral.

Tendo sido ordenado sacerdote em 1822⁷², em breve ele se tornou superior do convento em Puszcza; a seguir, como superior em Skórzec, colaborou com o Pe. Pórzycki; em 1836 foi eleito superior em Miroslaw⁷³. Em 1847, o capítulo geral elegeu-o superior geral. Dando-se conta das restrições impostas à sua autoridade em relação à autoridade exercida pela Comissão Governamental para Assuntos de Religiões, ele dedicou uma atenção especial ao ordenamento da situação material da congregação e à boa formação da juventude mariana.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ El.Alph., 44: “Pórzycki Stanislaus, resignatio generalatu an. 1844, in exsilio vixit anos 11”; Arch. Sk., 72; Gach, *Marianie w wieku XIX...*, 86; Sydry, *Papczyński...*, 275; Totoraitis, em *Zakon marianów...*, 9, escreve que após a renúncia o Pe. Pórzycki fixou residência no convento mariano; no entanto isso não é possível, porquanto se sabe que ainda em 1845/46 ele se encontrava em Skórzec. Cf. Arch.Sk., f. 72. Por sua vez no início de 1846 foi deportado à Rússia.

⁷⁰ ADS, VII, A 1, f. 43. A Comissão Governamental ao bispo da diocese de Podlasie, 13-25/5/1859.

⁷¹ Ibidem.

⁷² El.Alph., 37.

⁷³ ADS, Visit.Gen., 1835, Skórzec.

O Padre Naruszewicz era de origem lituana e por muito tempo atuou no território da Lituânia⁷⁴. Ele foi o primeiro superior geral que escolheu para sua residência Iglówka, na diocese de Sejny, onde durante o seu mandato foi construído um convento de dois pavimentos, que permaneceu como sua sede até 1865⁷⁵. Esse empreendimento relacionava-se com o propósito de instituir em Mariampol um núcleo pastoral, e em Iglówka uma casa para o noviciado⁷⁶. No entanto esse projeto não foi plenamente realizado em razão das dificuldades impostas pela citada Comissão Governamental.

No dia 21 de setembro de 1853⁷⁷, o capítulo geral que se realizou em Skórzec escolheu o novo superior geral na pessoa do Pe. Antônio Czerniewski, oriundo de uma família nobre de Latowicz, na Mazóvia.

Ele foi ordenado sacerdote em 1827⁷⁸ e começou a trabalhar em Skórzec. Nos anos 1846-1853 foi superior em Puszcz e ao mesmo tempo vigário-geral da congregação⁷⁹. Essa função preparou-o de certa forma para o trabalho nas estruturas administrativas da congregação. Após a eleição, continuou residindo no convento em Puszcz⁸⁰. Dava-se conta de que o *status* da exclusão dos religiosos havia sido quase que totalmente abolido em prol da autoridade dos bispos nas comunidades religiosas. Tinha consciência do pequeno significado dos capítulos gerais e da fraqueza do poder executivo do superior geral. Tudo isso resultava da política antirreligiosa russa. Diante de tal situação, e não podendo fazer muita coisa, o Pe. Czerniewski dava ênfase à necessidade de uma boa formação dos seminaristas marianos, a uma instrução melhor dos noviços e empenhava-se por uma reforma dos estudos, que tinha por objetivo levar a uma aprofundada formação da juventude. Procurava atingir esse objetivo por uma preparação especial dos professores e dos educadores dos noviços, pela sua seleção e pela unificação dos cursos, que naquele tempo se realizavam em três conventos⁸¹.

Em 1856, por razões de saúde, o Pe. Czerniewski mudou-se para o convento de Skórzec, onde a sua doença se intensificou dada vez mais. Faleceu no dia 9

⁷⁴ Arch.Sk., 49, n. 126.

⁷⁵ Totoraitis, em *Zakon marianów...*, 36, a respeito do convento em Iglówka escreve: “O convento foi construído em 1850”; por sua vez na obra *Klasztor mariampolski...*, 4, conta que “por volta de 1854 foi ali construído um convento de pedra de dois pavimentos”.

⁷⁶ ADL, Akta dziekana mariampolskiego, 1856-1857.

⁷⁷ *Elenchus Congregationis CC. RR. Marianorum*, 1977, Roma, 1977, 9; El.Alph., 7: “Anno 1853, die 23 Septembris in Capitulo Generali Skórcensi electus ad munus Praepositi Generalis...”.

⁷⁸ AGM, *Album mortuorum Conv. Skórc.*

⁷⁹ Arch.Sk., 49, n. 126.

⁸⁰ ADS, Spis... zakonników z 1857.

⁸¹ Totoraitis, *Zakon marianów...*, 8-9; Id., *Marianie...*, 35: “O capítulo de 1856 decidiu que todos os seminaristas poloneses e lituanos estudarão no futuro em Mariampol, e o noviciado será realizado conjuntamente em Skórzec”.

de janeiro de 1858⁸², com a idade de 54 anos, antes de completar o seu mandato. Até o tempo do próximo capítulo, em 1859, o seu cargo foi confiado ao Pe. Wilczyński.

O Pe. Wilczyński, nascido em 1802 numa família nobre, obteve uma boa educação no ginásio em Łuków; nos anos 1829-1843 exerceu a função de superior em Gozlin⁸³. Nos anos 1845-1853 ocupou o cargo de procurador-geral, e nos anos 1853-1858, de vigário-geral da congregação. No dia 26 de setembro de 1859 foi eleito superior geral. Ele conhecia perfeitamente os problemas relacionados com a administração da ordem e as dificuldades daí resultantes. Segundo a opinião das autoridades diocesanas, era uma pessoa “inteligente e muito zelosa quando se tratava dos assuntos da congregação”⁸⁴.

A atividade do Pe. Wilczyński esteve direcionada à solução de dois problemas. O primeiro dizia respeito à organização da vida comunitária nos conventos, paralisada pela falta de padres-religiosos, que na maioria eram transferidos pelos bispos ou pelos superiores locais a outras paróquias, onde havia falta de padres. Para nos conscientizarmos dessa difícil situação, recordemos, a título de exemplo, que o bispo de Podlasie Benjamim Szymański, apesar dos protestos do superior geral, em 1863 transferiu três dentre os cinco padres residentes no convento em Gozlin para paróquias diocesanas onde a falta de sacerdotes era ainda mais sentida⁸⁵. De modo geral, essa situação não se distinguia da dos outros conventos, no entanto os protestos dirigidos às autoridades diocesanas mostraram-se inúteis.

O outro problema estava relacionado com a educação da juventude mariana. Wilczyński procurava sobretudo pôr em prática as disposições do superior geral precedente, que se relacionavam com o envio de alguns religiosos à Academia Religiosa em Varsóvia, para que ali adquirissem a ciência e pudessem depois

⁸² ADS, a Comissão Governamental para Assuntos Interiores e Religiosos a S. Exa. o bispo diocesano de Podlasie, 14-26/2/1858. A Comissão acima citada informou o bispo da diocese de Podlasie a respeito da morte de Antônio Czerniewski, superior geral dos marianos, que ocorreu no dia 9/1/1858, e que para o seu lugar havia sido nomeado até o tempo do capítulo seguinte o vigário-geral A. Romão Wilczyński. A Comissão acrescentou que não tinha nada contra isso. *O Elenchus Congregationis CC. RR. Marianorum*, publicado quase todos os anos, a partir de 1834, fornece a informação errônea de que o Pe. Czerniewski faleceu no dia 1/9/1858. Essa notícia decorre de uma interpretação errônea: 9/1 foi trocado por 1/9. No entanto a mencionada carta de fevereiro de 1858 já fala claramente a respeito da morte do Pe. Czerniewski.

⁸³ ADS, Lista kondukt dekanatu garwolińskiego, Gozlin-Marianie, 1843. Esse documento, elaborado pelo decano de Garwolin, contém uma biografia bastante detalhada do Pe. Wilczyński, na época superior em Gozlin.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ ADS, Zakonnicy-Marianie 1863/64, Carta do superior geral R. Wilczyński ao bispo da diocese de Podlasie de 12/10/1864. Realmente, a falta de sacerdotes naquele período era muito sensível. Nessas condições os bispos se sentiam quase que forçados a transferir sacerdotes, inclusive dos conventos, a fim de assegurar o trabalho pastoral nas paróquias.

cumprir o papel de educadores e professores, e também com a instituição de um noviciado único e com a localização dos estudos numa única casa para todos os seminaristas marianos⁸⁶. Enquanto o seu antecessor desejava escolher como lugar de estudos a casa em Mariampol, o Pe. Wilczyński considerava como mais adequado a esse objetivo o convento em Skórzec, ao qual em 1862 haviam sido enviados três professores de teologia⁸⁷.

A partir de 1860, no Reino da Polônia realizavam-se manifestações patrióticas, que em 1861 provocaram sangrentas repressões⁸⁸. Em resposta a uma grande manifestação que no dia 10 de outubro de 1861 se realizou em Varsóvia e em Horodło, o czar Alexandre II ordenou ainda naquele mesmo mês o estado de sítio no Reino da Polónia; na governadoria de Vilnius ele já havia sido introduzido desde agosto de 1861⁸⁹.

O superior geral não tinha então a possibilidade de visitar as casas religiosas, porque só era possível viajar quando se dispunha de passaportes e passes, que naturalmente o Pe. Wilczyński não podia conseguir⁹⁰. No entanto deve-se supor que, mesmo que ele tivesse conseguido o passaporte, não poderia visitar todos os conventos em razão do número muito pequeno de religiosos que neles residiam, cujas funções muitas vezes tinham de ser cumpridas pelo próprio superior geral. Aliás ele mesmo escrevia numa carta enviada ao Bispo Szymański, aquele mesmo que transferia os religiosos às suas paróquias (exigindo por vezes um número deles ainda maior): “Daqueles doze sacerdotes a respeito dos quais Vossa Excelência me escreve, permanecem no convento apenas quatro, e todos são necessários na paróquia de Skórzec e ainda têm de lecionar na escolinha, dirigir o noviciado e o curso de teologia”⁹¹. Um daqueles quatro padres era o superior geral, que muitas vezes era obrigado a viajar a Gozlin a fim de auxiliar ou substituir o único mariano que ali se encontrava, o Pe. Wierzbicki⁹².

Sintetizando, podemos constatar que desde o tempo do Ducado de Varsóvia a autoridade dos superiores gerais ia aos poucos diminuindo, o que é compreensível se levarmos em consideração o fato de que a política russa visava à limitação da atividade dos religiosos e à abolição da sua isenção, ampliando

⁸⁶ Totoraitis, *Marianie...*, 42-43; Id., *Zakon marianów...*, 9-10.

⁸⁷ ADS, Spis... zakonników z 1862/63. Havia então quatro leitores (professores): Simão Mankielun, Casimiro Pestyniuk, Bernardo Pielasiński e Aloisio Strejch. Cf. Totoraitis, *Marianie...*, 35; Gach, *Zakon marianów...*, 88.

⁸⁸ Halecki, *Storia della Polonia...*, 282.

⁸⁹ Kukiel, *Dzieje Polski...*, 388.

⁹⁰ Gach, *Zakon marianów...*, 87.

⁹¹ ADS, Zakonnicy-Marianie 1863/64. Carta do superior geral R. Wilczyński ao bispo diocesano de Podlasie de 8/10/1864; ADS, S. VII, A-2, f. 58, o superior geral dos marianos ao bispo de Siedlce, 8/10/1864.

⁹² ADS, V. VII, A-1, f. 185, a Comissão Governamental ao bispo diocesano de Podlasie, 4/8/1865.

a autoridade dos bispos sobre as comunidades religiosas e subordinando os seus membros ao Estado. Uma exceção entre os superiores gerais foi o Pe. Pórzycki, que se opunha à usurpação das autoridades civis, empenhando-se pela preservação do “*status* de exclusão” da congregação em relação às autoridades diocesanas. Entretanto, em razão da sua atividade, que evidentemente não agradava às autoridades civis, ele foi castigado com a deportação à Rússia⁹³.

Capítulos gerais

O poder supremo na congregação dos padres marianos – tanto legislativo como executivo – era exercido pelos capítulos gerais⁹⁴.

Desde a época em que os marianos se tornaram independentes dos reformados, os capítulos deviam realizar-se a cada seis anos, enquanto que a cada três anos – nesse período – eram convocados os capítulos intermediários chamados congregações – *convocationes intermediales*⁹⁵.

As constituições da congregação obrigavam o superior geral a dirigir-se à Santa Sé ou à Nunciatura em Varsóvia pedindo o envio de um delegado eclesiástico que devia presidir o capítulo geral, especialmente durante a eleição de um novo superior geral⁹⁶. Essa prática era diligentemente observada pelos marianos. Apesar do risco com isso relacionado – em razão da proibição de manter contatos com a Santa Sé –, os marianos se empenhavam, por intermédio da Nunciatura em Viena, por conseguir algum funcionário eclesiástico na qualidade de delegado. Em 1837, em razão dos obstáculos que a Rússia criava para o contato dos religiosos com Roma, a Santa Sé dispensou os marianos da obrigação de empenhar-se pela presença de um delegado eclesiástico⁹⁷.

Dois meses antes das deliberações do capítulo, o superior geral tinha a obrigação de enviar uma carta convocatória, na qual informava a todos os religiosos onde e quando se realizaria o capítulo e convocava a todos que tinham o direito de dele participar:

⁹³ Cf. notas 70 e 71.

⁹⁴ Visto que os capítulos gerais se realizavam a cada seis anos, o poder supremo entre um capítulo e outro era exercido pelos superiores gerais.

⁹⁵ *Constitutiones Marianorum...* (s.p.) X/2: *Quapropter quolibet Triennio Congregationem, seu intermedium Capitulum pro aliquo bono statuendo, aut malo avertendo*”.

⁹⁶ *Ibidem*, IX/1.

⁹⁷ ASV, Congr. VV. et RR., Sez. Regolari, IX-XI 1823; *ibidem*, XII 1829; *ibidem*, 1835. Esses documentos contêm requerimentos dos marianos pedindo um delegado eclesiástico que pudesse presidir os capítulos marianos durante as eleições do superior geral; J. Vaisnora, *Zakon marianów w XIX wieku. Summarius* (KUL), 22(1973) 1, 102.

“Antes do término do sexênio do seu ofício, o Reverendíssimo Superior Geral – através de uma carta circular – convocou para o Capítulo Geral que devia realizar-se todos os Padres que tinham o direito ao voto, especialmente os antigos Superiores Gerais, e igualmente o Comissário, o Procurador-Geral, bem como os quatro conselheiros”⁹⁸.

Ao convocar o capítulo “intermediário” em 1796, o superior geral Tadeu Białowieski convidava para ele, de acordo com a legislação dos marianos:

“Convocamos os Reverendíssimos Padres da Ordem, o Reverendíssimo Padre Vigário-Geral, o Padre Procurador-Geral, bem como os Reverendíssimos Padres Conselheiros da Ordem”⁹⁹.

O seu convite para o primeiro capítulo, realizado em 1811 após a tríplice divisão da congregação (1795), tinha o seguinte teor:

“Para esse capítulo são convocados todos que devem vir por força dos nossos Estatutos, a saber: os Reverendos Padres eméritos da Ordem, os Reverendíssimos Padres Conselheiros e finalmente os Reverendos Padres Presidentes dos conventos, inclusive aqueles que estão substituindo os falecidos”¹⁰⁰.

Nessas mesmas cartas convocatórias o superior geral convocava todos os religiosos à oração, lembrando que no primeiro dia das deliberações do capítulo era preciso cantar o *Veni Creator* e que em cada convento devia ser celebrada uma santa Missa ao Espírito Santo. Além disso, as obrigações de natureza espiritual que deviam ser cumpridas no decorrer do capítulo eram diversas e dependiam dos diversos superiores gerais. O Padre Adriano Ignatowski, estimulando os padres marianos a se prepararem espiritualmente para os resultados favoráveis do capítulo, recomendava-lhes que praticassem – pela manhã e à noite de cada dia – devoções em honra da Santíssima Virgem Maria. Por sua vez o Pe. Białowieski estimulava:

“No terceiro dia após a festa do Pentecostes até o dia 27 de agosto inclusive, é preciso recitar após a Nona e as Vésperas o *Veni Creator* com a oração *Deus, qui corda fidelium*”¹⁰¹.

⁹⁸ “Reverendissimus Praepositus Generalis ante expirationem sexennii sui officii tempestive, secundum distantiam [...] locorum, per suas litteras Circulares pro celebrando Capitulo Generali omnes Patres Vocales, ac praesertim emeritos, nempe qui Praepositi Generalis munere iam functi fuerint, utpote Discreti perpetui, tum Commissarium, Procuratorem Generalem, nec non quattuor Assistentes”. AGM, Prot.Skórc., f. 92. Carta de 3/2/1796.

⁹⁹ “Admodum Reverendos Patres Ordinis, Admodum Reverendum Patrem Vicarium Generalem, Admodum Reverendum Patrem Procuratorem Generalem, nec non Multum Reverendos Patres Assistentes Ordinis, invitamus [...]”. Ibidem, ff. 117-120, Carta de 29/3/1811.

¹⁰⁰ “Ad hoc Capitulum Generalem invitantur omnes, quos virtute Statutorum nostrorum convenire oportet, nempe in vita Reverendi Patres Ordinis emeriti, Admodum Reverendi Patres Assistentes, denique invitantur Reverendi Patres Praesidentes Conventuum etiam illi, qui defunctorum locum tenentur”. Ibidem, f. 82, Carta de 2/10/1793.

¹⁰¹ “Quapropter a die 3-tia festi Pentecostes ad diem 27 augusti inclusive in singulis conventibus

As constituições definiam o tempo de duração do capítulo:

“O capítulo vai durar não mais (!) que oito dias, a não ser que o Delegado Apostólico, com a aprovação do presidente do Capítulo, julgue necessária a sua prorrogação”¹⁰².

Essa disposição foi observada enquanto foi possível; por exemplo os capítulos gerais de 1788 e 1793 observaram as normas acima e se prolongaram por oito dias”¹⁰³.

Dois-três dias antes do início do capítulo geral, o superior geral encontrava-se com o conselho geral com o objetivo de analisar diversos assuntos relacionados com a congregação que não deviam ser abordados num fórum público mais amplo. Logo depois disso iniciava-se o capítulo geral propriamente dito, do qual, além do conselho, participavam igualmente os superiores dos conventos e os delegados eleitos pelos conventos maiores.

O capítulo geral de 1793 foi o último na antiga República da Polônia. Os capítulos “intermediários” ou as “congregações” duravam geralmente de três a cinco dias, e os superiores dos conventos não participavam deles. No presente trabalho, esses capítulos não serão objeto da nossa atenção.

No século XIX nenhum capítulo durou oito dias – de acordo com o que previam as constituições. Eles duravam no máximo três-quatro dias; o capítulo de 1859 durou somente dois dias¹⁰⁴.

Nos anos 1797-1811 realizaram-se os capítulos provinciais, três vezes na província prussiana e três vezes na província russa, que duravam dois-três dias¹⁰⁵. Acrescentemos que, em razão da incerteza da situação política, eles tiveram um pequeno significado.

Com a criação do Ducado de Varsóvia encerra-se a divisão da congregação em províncias. Quando a seguir a situação política melhorou, o superior geral Pe. Białowieski convocou para o dia 29 de novembro de 1811 um capítulo geral¹⁰⁶ no convento de Skórzec – com o objetivo de ordenar os assuntos da congregação. Infelizmente, os decretos publicados por esse capítulo não se preservaram. No entanto, se quisermos conhecer a situação da congregação apresentada e analisa-

post Nonam, et Vesperas Horarum Canoniarum, dicitur Veni Creatur Spiritus cum oratione ‘Deus qui corda fidelium’”. Ibidem, f. 92, Carta de 3/2/1796.

¹⁰² “Capitulum durabit per octo dies, et non ultra(!), nisi iusta aliqua causa prorogandum visum fuerit Delegato Apostolico Praeside Capituli approbante”. *Constitutiones Marianorum...*, IX/1.

¹⁰³ AGM, Prot.Skórc., ff. 61-64, 86-89.

¹⁰⁴ ADS, Carta do superior geral R. Wilczyński ao bispo da diocese de Podlasie de 4/10/1859.

¹⁰⁵ ABUV, ACPRus., trata-se de uma coleção de documentos da província russa. AGM, Prot.Skórc., ff. 92-103, contém decretos relacionados com os capítulos da província prussiana.

¹⁰⁶ AGM, Prot.Skórc., ff. 116-119, Carta de Białowieski de 29/3/1811.

da durante os seus debates, podemos nos basear na carta que o Pe. Białowieski escreveu apenas cinco dias após o encerramento dos trabalhos desse capítulo¹⁰⁷.

O último capítulo que se realizou na antiga República da Polônia (1793) proclamou vinte e quatro decretos relacionados com a vida religiosa, a formação da juventude mariana, as práticas piedosas, os votos e a disciplina religiosa. Por sua vez a atividade dos capítulos convocados no século XIX estava sujeita a significativas restrições; eram cada vez menos numerosos os decretos proclamados, e menor também era o seu significado.

Desde 1811, se quisesse convocar um capítulo, o superior geral tinha a obrigação de informar a respeito disso o ministro das religiões¹⁰⁸ e, após a instituição do Reino da Polônia, era obrigado a informar a Comissão Governamental para Assuntos de Religião e Instrução Pública onde e quando ele devia realizar-se – com o objetivo de obter a autorização.

Após a queda do Levante de Novembro [de 1830], a política russa em relação aos religiosos tornou-se mais severa. Para convocar um capítulo, era preciso obter uma autorização não apenas para o lugar e tempo da sua duração, mas também para a participação nele¹⁰⁹. Aconteceu, por exemplo, que a comissão governamental, respondendo a uma pergunta do superior geral Pe. Wilczyński – que se empenhava pela aprovação do tempo, do lugar e dos participantes do próximo capítulo em 1859 – pronunciou-se positivamente quanto ao tempo e lugar, mas negou o direito de participar dele a alguns padres capitulares designados, por exemplo ao ex-superior geral Pe. Pórzycki, informando ao Pe Wilczyński que o acima mencionado religioso, como pessoa malvista pelo governo russo, “não pode exercer nenhuma cargo nem assumir nenhuma função mais importante na ordem”¹¹⁰.

A ingerência das autoridades estatais na vida interna da congregação diminuía evidentemente o significado dos capítulos, e na realidade ocorria uma sistemática limitação dos direitos da Igreja. A Comissão Governamental visava a tornar dependentes dela todos os funcionários eclesiásticos, a exercer o controle sobre as receitas e os assuntos externos dos conventos, a instaurar processos judiciais contra os conventos e a controlar o trabalho pastoral dos religiosos. Em razão disso, a atividade dos capítulos gerais restringia-se unicamente à escolha das pessoas para todos os cargos na congregação – naturalmente de acordo com os “desideratos” da Comissão Governamental, ao cuidado das questões relacio-

¹⁰⁷ Ibidem, ff. 119-120, Carta de T. Białowieski de 11/10/1811.

¹⁰⁸ Ibidem, f. 118.

¹⁰⁹ ADS, Zakonnicy, VII, A 1, a Comissão Governamental de Assuntos Interiores e Religiosos ao bispo da diocese de Podlasie, 13-25/5/1859.

¹¹⁰ Ibidem.

nadas com a formação da juventude mariana e ao desvelo pela preservação da disciplina e pela observância da regra religiosa¹¹¹.

Enquanto os capítulos gerais no século XVIII realizavam-se nos conventos de Raśna, Wołpa, Goźlin, Mirosław, Mariampol e Puszcza, no século XIX eles deliberavam apenas no convento de Skórzec. Graças à sua localização favorável – a pouca distância dos demais conventos –, aquele convento era o mais apropriado para a realização dos capítulos. Convém lembrar que o surgimento ali de uma grande propriedade rural (1805) dava a possibilidade de proporcionar hospedagem a cerca de vinte padres capitulares, de acomodar os cavalos num lugar adequado e de assegurar o pernoite aos cocheiros – porquanto naquele tempo todos os padres capitulares vinham ao lugar da reunião em carruagens. Em comparação com os outros, o convento em Skórzec era o mais abastado e o mais funcional¹¹².

Quase todos os capítulos realizavam-se em setembro. Iniciavam-se normalmente no dia 29 ou 30 desse mês, e por isso coincidiam com a solenidade de S. Miguel Arcanjo, patrono da congregação. Um outro motivo era o fato de que esse era o tempo do término dos trabalhos nos campos e a época do ano mais favorável para a realização de viagens. Os lugares e as datas dos capítulos no século XX aparecem na tabela abaixo.

Capítulos gerais			
Nº de ordem	Ano	Dia e mês	Lugar
1	1788	18-19/9	Raśna
2	1793	20-27/10	Raśna
Realizaram-se capítulos provinciais (1797-1805)			
3	1811	29/9-?	Skórzec
4	1817	29/0-?	Skórzec
5	1823	29/9-?	Skórzec
6	1829	30/9-?	Skórzec

¹¹¹ Isso resulta dos decretos dos capítulos, cf. AGM, Prot.Skórc., ff. 61-64, 86-88; ibidem, 133-134, Carta de T. Białowieski de 31/5/1823; Totoraitis, *Zakon Marianów...*, 8-9; *Marianie...*, 35; ADS, *Zakonicy*, VII, A1 (R. Wilczyński, superior geral dos marianos, ao bispo diocesano de Podlasie, 4/10/1859). A maioria dos decretos dos capítulos do século XIX não se preservou até os nossos tempos.

¹¹² O convento de Skórzec possuía uma grande herdade (fazenda) e tinha a possibilidade de alimentar, sem grande prejuízo, além dos membros do capítulo, também os cocheiros e os cavalos; por sua vez o convento de Mariampol, que não tinha uma propriedade agrícola e, além disso, estava situado nos confins do Reino da Polónia, não estava adaptado para a realização de capítulos; apesar de que Totoraitis, em *Marianie...*, 16, informa que no convento de Mariampol, o maior deles, frequentemente se realizavam capítulos, dos documentos resulta que no século XIX realizaram-se ali somente um capítulo geral e duas congregações.

7	1835	30/9-?	Skórzec
8	1841	9-?	Skórzec
9	1847	9-?	Mariampol
10	1853	21/9-?	Skórzec
11	1859	25/9-?	Skórzec ¹¹³

A falarmos dos capítulos gerais, devemos nos lembrar da política russa diante das congregações religiosas, que visava a colocar a Igreja numa posição de dependência do Estado, da mesma forma como havia feito com a Igreja ortodoxa.

A Igreja católica, especialmente após o Levante de Novembro [de 1830], manifestava uma nítida ambiguidade na sua atividade: por um lado procedia leal e oficialmente, o que se comprovava pelas solenes Missas celebradas em todas as igrejas na intenção do tzar não católico e por certo servilismo em relação à autoridade russa, mas também procedia ilegalmente, o que se expressava no apoio ao movimento patriótico, no desenvolvimento do trabalho pastoral, nas tentativas de demonstrar a superioridade da Igreja católica sobre a ortodoxa, na esquiva às leis russas que restringiam a atividade dos religiosos. Por exemplo, os dominicanos na Rússia, apesar da proibição de realizar a eleição do superior geral, escolhiam-no ilegalmente¹¹⁴.

É nessa perspectiva que deve ser analisado o significado dos capítulos gerais dos padres marianos. Na segunda metade do século XIX os seus decretos eram controlados pela Comissão Governamental para Assuntos de Religião, e por isso os encontros dos padres capitulares tornaram-se confidenciais. Para evitar atritos com a comissão governamental, as resoluções proclamadas pelos capítulos diziam respeito a poucos assuntos.

O superior geral Pe. Wilczyński, ao transmitir à comissão – de acordo com o exigido – o relatório do capítulo que se realizou em 1850, informou-a igualmente a respeito da eleição do superior geral, bem como da eleição para os cargos nos diversos conventos¹¹⁵. Acrescentemos que naquele tempo os capítulos tinham quase que o caráter de “simpósios” nos quais, além da realização do pro-

¹¹³ Os seguintes dados foram definidos com base nos documentos: Capítulo de 1788 – AGM, Prot. Skórc., ff. 61-64; de 1793 – ibidem, ff. 86-89; de 1811 – ibidem, f. 117; de 1817 – ADS, Relacja dziekana – 1818; de 1823 – Prot.Skórc., f. 127; de 1829 – Album mortuorum Skórcensis, na data de 30/11/1853, a respeito do falecido J. Stankiewicz, foi registrado: “foi eleito [...] no capítulo geral em Skórzec em 1829”; de 1855 – AGM, Denúncia: “a respeito do capítulo geral em setembro de 1835, que ocorreu em Skórzec”; de 1841 e de 1847 – *Totoraitis, Zakon marianów...*, 9; de 1853 – *Liber mortuorum Skórcensis, na data de 28/4/1855: “In Capitulo Generali celebratu in Conventu Skórcensis A.D. 1853”*; de 1859 – ADS, VII, A 1, 43 (*a Comissão Governamental ao bispo de Podlasie*).

¹¹⁴ Kłoczowski, *Studia nad historią dominikanów w Polsce 1222-1972*, I, Warszawa, 1975, 104.

¹¹⁵ ADS, VII, A 1, Carta do Pe. Wilczyński ao bispo da diocese de Podlasie, 4/10/1859.

grama oficial, nas discussões e nas conversas particulares era elaborado o programa do trabalho pastoral, da vida religiosa e da defesa da congregação diante da política russa.

Visitações dos superiores gerais

A legislação dos padres marianos proclamava que o superior geral devia todos os anos visitar – pessoalmente ou por intermédio dos seus vigários – todos os conventos e residências marianas¹¹⁶. Ao convocar o capítulo, na carta convocatória o superior geral, além de especificar os assuntos relacionados com o próprio capítulo, anunciava também a visitação canônica dos conventos¹¹⁷.

Visto que os capítulos – como mencionamos – realizavam-se quase sempre em setembro, as diversas casas eram visitadas no verão, e o tempo de duração das visitas dependia do zelo do superior geral, do seu estado de saúde, da situação política. Por exemplo, em razão da saúde frágil e da idade avançada, o visitador geral Pe. Mraas, apesar de ter a obrigação de visitar em 1791 onze casas religiosas espalhadas num raio de centenas de quilômetros, destinou a isso apenas dois meses¹¹⁸. Com o objetivo de racionalizar o transcurso das visitas, escrevia aos superiores locais:

“Para realizar a nossa visitação de forma mais fácil e para que cada assunto seja adequadamente analisado, os Reverendos Padres Superiores das casas queiram pagar a tempo, isto é, antes da nossa vinda, a remuneração aos religiosos e aos serviçais da casa as importâncias devidas e acertar todas as dívidas, caso elas tenham ocorrido; registrar o passivo separadamente, da mesma forma que inventário das coisas e a descrição exata do equipamento da igreja e a composição da biblioteca, e igualmente o número das santas Missas da fundação e perpétuas que devem ser celebradas nos diversos meses e anos”¹¹⁹.

¹¹⁶ *Constitutiones Marianorum...*, X/1: “Visitare Conventum aut Domus semel in Anno, vel quoties opus fuerit, sive per se, sive per sui Ordinis Commissarium, praesertim ante quodlibet Capitulum Generale, pro vigore Instituti, et observantiae Regulae, Statutorum, aliarumque Constitutionum et Ordinationum Capitularium in flore retinendo et eundem Reverendissimum Praepositum Generalem spectabit...”.

¹¹⁷ AGM, Prot.Skórc., ff. 90, 118-119, 133-134; ASV, Congr. VV. et RR. Sez. Regulari, setembro-novembro de 1823 – Marianos. Numa carta enviada no dia 1/10/1823 à Santa Sé, o superior geral Tadeu Białowieski informa que o capítulo geral, bem como a visitação canônica, já haviam sido anunciados com dois meses de antecedência.

¹¹⁸ AGM, Prot.Skórc., ff. 69-71.

¹¹⁹ “Ut autem visitatio nostra faciliori absolvatur methodo, ut i cuiuslibet negotii feliciorem cedat successum, dignebuntur Reverendi Patres locorum superiores tempestive, (idque) adventum nostrum salaria religiosos, domesticaeque familiae debita exolvere debitis omnibus, si quae irrepresserint satisfacere, passiva scorsive adnotare. Item inventaria rerum exactamque suppellectilis ecclesiasticae, et Librariae Compositonem. Item missarum Fundamentalium et perpetuarum singulis hebdomadis, mensibus vel

Em 1796 o Pe. Białowieski destinou a tal visitação cinco meses, o que foi de muito proveito para os conventos marianos. Ao anunciar a visita, chamava a atenção para a sua natureza, sobretudo espiritual, lembrando aos superiores locais e a todos os religiosos o significado da vocação deles:

“Primeiramente refleti, coirmãos, que a graça da vocação deve ser considerada como a maior prova da benevolência divina em relação a nós”¹²⁰.

A carta estimulava também os irmãos religiosos à renovação espiritual e à reconciliação mútua. Além de controlar o que estava prescrito nas constituições e nos decretos dos capítulos com referência às visitas, o Pe. Białowieski se empenhava por conferir-lhes um caráter de retiro.

Durante a visitação todos os religiosos deviam estar presentes no seu convento; cabia ao superior do convento cuidar disso; ele devia se lembrar de convidar também os religiosos das capelanias e das paróquias diocesanas. Escrevia a esse respeito o visitador geral Pe. Mraas numa carta dirigida aos marianos:

“Convocar todos os capelães para a nossa visitação canônica; porquanto, tendo chamado a atenção às circunstâncias da nossa vinda, não queremos que algum esteja ausente, a não ser que receba uma autorização especial que o dispensa de vir”¹²¹.

O objetivo fundamental das visitas canônicas era familiarizar-se com a situação geral da congregação, dos conventos e dos religiosos individualmente. Nos anos 1793-1830, os visitantes chamavam a atenção especial a uma autêntica reforma da vida religiosa, principalmente em razão do fato de que a congregação naquele tempo estava passando por uma crise. O visitante elaborava um relatório com base nas informações coletadas durante a visita. Esse relatório era levado em consideração nos capítulos, quando se travavam discussões a respeito de como melhorar a situação da congregação¹²².

O visitador geral gozava de direitos especiais, e por isso durante a sua visita ao convento havia a preocupação de pôr em prática os mais difíceis decretos dos capítulos, cuja execução pelo superior local mostrava-se por vezes simplesmente impossível, como por exemplo a obrigação de os religiosos entregarem o seu *peculium* (patrimônio) ao padre “depositário”. Muitas vezes o visitador tinha de intervir na questão do pagamento dos tributos ao caixa geral da congregação¹²³.

annis absolvendarum numerum”. Ibidem, f. 70.

¹²⁰ “Perpendite primum, Confratres [...] gratiam vocationis inter maxima documenta erga vos divinae propensionis referendam esse [...]”. AGM, Prot.Skórc., Carta de 3/2/1796.

¹²¹ “Capellanos omnes, pro visitatione canonica attentis nostri Adventus circumstantiis, convocare, nullum enim volumus habere absentem, nisi specialem obtinuerint non veniendi facultatem”. Ibidem, Carta de 1/5/1791, ff. 69-71.

¹²² Sydry, *Organizacja...*, 99.

¹²³ Ibidem, 98-99; AGM, Prot.Skórc., ff. 42-46.

Pertencia também a ele solucionar nos conventos as disputas que ocorriam entre os coirmãos; mas, dispondo de um frágil poder executivo, limitava-se geralmente a admoestações, como resulta dos documentos¹²⁴.

Nos anos 1796-1811, em consequência das partilhas da Polônia, não se realizou a visitação dos conventos. No Ducado de Varsóvia a visitação só foi anunciada no dia 29 de março de 1811, isto é, seis meses antes do capítulo geral que devia iniciar-se no dia 29 de setembro daquele ano¹²⁵. Como de costume, o superior geral T. Białowieski apontava aos religiosos os pontos básicos que deviam ser envolvidos pela visitação; além disso, chamava a atenção para a observância da clausura conventual, para a justiça e a caridade em relação aos seminaristas e aos irmãos leigos, para a honestidade nos assuntos econômicos¹²⁶.

É evidente que as admoestações acima, bastante rigorosas, tinham por objetivo a intenção educativa; tentava-se eliminar os abusos, incutir uma observância mais zelosa da regra religiosa e despertar nos assistidos o desvelo pastoral e o desejo de buscar a perfeição cristã. Por essas razões, cada convento tinha pelo menos cinco meses até o capítulo geral para poder realizar – na medida em que isso fosse possível – as tarefas apontadas na carta do superior geral.

Durante as visitas canônicas dos conventos, o superior geral, como a mais importante autoridade da congregação, celebrava as diversas cerimônias e regulava diversos assuntos dos conventos e dos religiosos individualmente com as autoridades estatais ou regionais. Por exemplo, durante a visitação realizada em 1839 em Mirosław, querendo contribuir para a melhoria da situação econômica do convento, o Pe. Pórzycki interveio em seu favor junto às autoridades civis – primeiramente em nível de governadoria e a seguir em Varsóvia – para que o convento pudesse arrendar uma herdade em Onizki¹²⁷.

O superior geral Pe. Naruszewicz, que visitou o convento em Mirosław em 1846, procurou obter a ajuda econômica tanto da parte dos benfeitores como do Estado, para poder concluir a construção da igreja que havia sido consumida por um incêndio em 1835¹²⁸. Naquele mesmo período, durante a visitação de outros conventos, providenciou a coleta de uma adequada importância em dinheiro suficiente para construir em Mirosław um novo convento, visto que o antigo estava

¹²⁴ ABUV, ACPRus., ff. 8-9. Diante dos sérios abusos da parte do superior de Berezdów, o comissário visitador da província russa apresentou-lhe de imediato uma admoestação pessoal e, após familiarizar-se com o relatório a respeito da situação local, o capítulo se esforçou por encontrar alguma solução através de admoestações. Cf. também: AGM, Prot.Skórc., Carta de Tadeu Białowieski de 29/3/1811, ff. 116-119; de 30/7/1814, ff. 127-129.

¹²⁵ Ibidem, Carta de T. Białowieski de 29/3/1811.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ ADL, Visitatio Ecclesiae Mirosłaviensis, A.D. 1838; Arch.Sk., 45, 47, 48.

¹²⁸ Arch.Sk., 48-49. A construção da igreja em Mirosław foi concluída em 1847; cf. também A. Kc. (Kucas), *Mirolavas*, Liet.Enc., XIX, 22; A. Kc. (Kucas), *Mirolavas*, EL, III, 546-547.

ameaçado de ruir¹²⁹. A última visitação canônica realizou-se em 1861, porquanto já no ano seguinte, em razão das manifestações patrióticas organizadas naquele tempo no Reino da Polônia, não foi possível obter a autorização para a visitação dos conventos.

No século XIX, especialmente a partir dos anos trinta, os religiosos estavam subordinados a três autoridades: à estatal, representada pela Comissão Governamental para Assuntos de Religião e Instrução Pública, à diocesana e à autoridade do superior geral. Em razão disso, a organização de cada convento dependia do relacionamento mútuo entre essas autoridades. É evidente que sentiam mais profundamente a ingerência das autoridades estatais e diocesanas nos assuntos internos da congregação os conventos em Mariampol e em Mirosław. Todos os conflitos refletiam-se de forma negativa sobre os marianos. Lembremos, a título de exemplo, que o Pe. Gawień, superior do convento em Mariampol, foi obrigado a salvar-se pela fuga diante da ingerência da autoridade diocesana e estatal, que colaboravam entre si¹³⁰.

Ocorriam casos em que o superior geral se sentia impotente diante de um religioso desobediente e difícil, principalmente quando ele contava com o apoio da autoridade diocesana, como ocorreu no caso do Pe. Dowgird em Mariampol e com o Pe. Wójtowicz em Goźlin¹³¹.

Superiores locais

De acordo com as Constituições de 1787, os candidatos ao cargo de superior local na congregação dos padres marianos deviam ser escolhidos nos capítulos gerais, no decorrer da sessão seguinte, logo após a eleição do superior geral e do seu conselho¹³². Segundo a tradição e a legislação dos marianos, os superiores dos conventos eram chamados presidentes¹³³, no entanto no século XIX geralmente se utilizava o título “superior local”.

No decorrer dos anos, a duração do mandato do superior local tem sofrido certas mudanças. Na primeira metade do século XVIII o superior local era escolhido por um ano e, transcorrido esse tempo, ele apresentava o documento de

¹²⁹ Arch.Sk., 49, n. 124.

¹³⁰ AGM, Denuncjacja. Cf. também a seção “Superiores locais”, onde se fala do Pe. Gawień.

¹³¹ A respeito do Pe. Dowgird, cf. Denuncjacja. O Pe. Wójtowicz pertencia oficialmente ao convento em Goźlin, mas desde 1854 trabalhava como capelão em Maciejowice. Convocado pelo superior geral, não quis voltar ao convento. Cf. ADS, VII, A 2, 58. Carta do superior geral de 8/10/1864 ao bispo da diocese de Podlasie; ADS, VII, A 1, R. Wilczyński ao bispo da diocese de Podlasie, 12/10/1864.

¹³² *Constit. Marianorum...*, IX/5.

¹³³ AGM, Prot.Rasn.; ABUV, Doc.Viln., I-II.

renúncia, que no entanto era um documento formal, já que esse superior podia ser confirmado para o ano seguinte ou por um período de tempo mais prolongado¹³⁴. Um decreto proclamado em 1754 sob a influência dos frades reformados restringia claramente o período do exercício da função de presidente a três anos: *praesidentes non possunt durare nisi per triennium, electio aliter facta est nulla et post finitum officium debent vacare uno anno*¹³⁵. Na prática, como se verifica, esse decreto não era estritamente observado, porquanto ocorriam numerosos casos em que os superiores locais exerciam a sua função por um período superior a três anos ininterruptos¹³⁶.

As Constituições reformadas de 1787 estabeleciam que o tempo do exercício do cargo de superior duraria pelo menos três anos, e chamavam também a atenção para o fato de que os religiosos eleitos para esse cargo – sem uma razão importante – não deviam ser transferidos nesse período a um outro convento. Isso correspondia ao novo objetivo das Constituições atualizadas, nas quais haviam sido enfatizadas a necessidade do trabalho pastoral, da educação dos jovens e das crianças, bem como as tarefas missionárias¹³⁷. Dessa forma, a estabilidade e o tempo mais prolongado do exercício da função de superior permitiam um melhor reconhecimento da situação e das necessidades pastorais de determinada paróquia e do decanato, o que por sua vez possibilitava a organização mais eficaz do trabalho pastoral. Na ordem dos padres marianos, muitas vezes eram confiadas às mesma pessoa as tarefas de superior e pároco. Confirmam isso as assinaturas apostas no dia 21 de fevereiro de 1817 em Skórzec: *Ego Stanislaus Pórzycki Praesidens Conventus et Parochus Ecclesiae Skórcensis*. Da mesma forma assinava os documentos em Skórzec o Pe. Naruszewicz, por exemplo no dia 28 de dezembro de 1829: *Ego S. Naruszewicz Parochus et Praesidens Skórcensis*¹³⁸.

O visitador diocesano que visitou Goźlin em 1834 registrou: “O título de cura da paróquia em Goźlin geralmente cabe ao religioso que foi eleito superior do convento”¹³⁹. Encontramos essa mesma fórmula em Mariampol e em

¹³⁴ “In qua invocato Spiritu Sancto relaxatae sunt resignationes Superiorum Localium in manus Venerabili Assessorii. Deinde iuramenta fidelitatis missarum absolutarum juxta Constitutiones nostras. Item PP. Lectorum juxta Innotescientia, testimonia de sibi commissis studiosis sunt exhibita atque perlecta”. A fórmula da renúncia era a seguinte: “Ego... resigno officium Praesidentiae meae in manus Admodum Reverendi Patris Superioris Generalis”. ABUV, Doc. Viln., II contém numerosos documentos desse tipo de renúncias (ff. 286, 290, 296).

¹³⁵ AGM, Prot. Wet., Decreto 1754/12.

¹³⁶ Sydry, *Organizacja...*, nota 643.

¹³⁷ *Constitutiones Marianorum...*, I/1. O cap. VI traz como título: “Sobre a instrução pública e as missões”.

¹³⁸ AZakS. Lib.Bapt.Sk. de 1817 e de 1829.

¹³⁹ ASD, Visit.Goźlin, 1834.

Mirosław¹⁴⁰. Uma exceção é Skórzec, onde às vezes a função de superior era separada da função de pároco; em 1835, por exemplo, o superior era Z. Czerniewski, e o pároco, A. Jastrzębski; e em 1846 o superior era R. Wilczyński, e o pároco, M. Komorowski. Convém acrescentar que alguns religiosos exerceram o cargo de superior por um tempo bastante prolongado.

Um caso interessante é o do Pe. Wołagiewicz, que foi superior de Mariampol por trinta e cinco anos (1779-1814)¹⁴¹. Os sucessivos capítulos, ao elegê-lo para o cargo, expressavam o reconhecimento à sua ampla atividade, especialmente na área dos trabalhos de construção e da organização das bases econômicas do convento em Mariampol. Como resulta das suas cartas, preservadas até hoje, ele não era um “gigante do espírito”, mas um excelente administrador e uma pessoa sinceramente devotada à congregação¹⁴². Depois dele, a função de superior em Mariampol foi exercida nos anos 1814-1835 pelo Pe. Nicolau Petter¹⁴³.

Mariampol era o único convento onde a função de superior era exercida por tão longo tempo pela mesma pessoa. Ocorriam casos de outros religiosos que permaneciam no cargo de superiores por perto de vinte anos, mas nunca no mesmo convento. Podemos aqui citar o exemplo do Pe. Naruszewicz, que quase durante o tempo todo exerceu a função de superior: nos anos 1825-1829 em Puszcza; em 1829-1835 em Skórzec; em 1836-1839 em Mirosław, e nos anos 1859-1864 em Mariampol¹⁴⁴. O Pe. Wilczyński, por sua vez, em 1829 foi nomeado superior em Goźlin com a idade de apenas 27 anos e exerceu essa função até o ano 1845, e nos anos 1846-1853 foi superior em Skórzec¹⁴⁵. Além de Mariampol, apenas em um caso, a saber, em Goźlin, aconteceu que o mesmo sacerdote, o Pe. Nowicki, exerceu num só convento o cargo de superior por mais de vinte anos (1796-1819)¹⁴⁶.

Igualmente longo e ativo foi o tempo de exercício da função de superior pelo Pe. Pórzycki em Skórzec (1814-1829)¹⁴⁷. Como superior local – no perí-

¹⁴⁰ ADŁ, Akta diec. łódz. 1828, Mirosław; ADŁ, Akta wizytacji 1835 – Mariampol; ADŁ, Akta wizytacji 1837 – Mirosław.

¹⁴¹ El.Alph., 61; Totoraitis, *Marianie...*, 20-23.

¹⁴² Wołagiewicz foi superior provincial da província prussiana nos anos 1802-1811. Desse período preservaram-se quatro cartas: AGM, Prot.Skórc., de 21/4/1803, ff. 111-112; de 25/8/1805, f. 113; de 24/4/1810, ff. 114-115, e finalmente de 13/7/1815, quando ele exercia o cargo de vigário-geral.

¹⁴³ Totoraitis, *Marianie...*, 31-34; Arch.Sk., 34, n. 64; 44, n. 88.

¹⁴⁴ Arch.Sk., 30, n. 52 fala a respeito do superior de Puszcza; Lib.Bapt.Sk. 1829-35 registra que naquele período Naruszewicz era superior em Skórzec; os demais dados provêm de El.Alph., R. Wilczyński ao bispo da diocese de Podlasie, de 4/10/1859; Totoraitis, *Zakon...*, 5, 9.

¹⁴⁵ ADS, Lista kondukt dekanatu gawolińskiego de 28/9/1943 – Goźlin. Essa lista contém a biografia e as mais importantes datas da vida do Pe. Wilczyński. Cf. El.Alph., 60; Gach, *Zakon marianów...*, 86, 87, 91.

¹⁴⁶ ASD, Visit.Gen. 1810, Goźlin; Arch.Sk., 51, n. 131.

¹⁴⁷ Vaisnora, *Zakon...*, Lib.Bapt.Sk. 1814-1829.

odo em que em 1815 foi instituído o Reino da Polônia – ele contribuiu significativamente para a organização do noviciado e da casa destinada aos estudos teológicos. Ocupou-se também com o ordenamento dos assuntos econômicos e administrativos da paróquia e da comunidade religiosa. A diligente atividade e a fidelidade à legislação dos marianos muitas vezes o expunham a ameaças da parte das autoridades eclesiásticas e civis, em razão das quais foi obrigado a renunciar ao cargo de superior local (tendo apresentado as razões para isso numa carta)¹⁴⁸.

Às vezes acontecia que a escolha do superior mostrava-se complicada, no sentido de que após a eleição ele tinha de obter a aprovação da parte das autoridades eclesiásticas e civis, e por vezes também do tutor da igreja, como ocorreu em Mirosław e em Iglówka¹⁴⁹. Tendo vindo a Gozlin, o visitador diocesano afirmou que “trata-se de um benefício eclesiástico-religioso, e por isso a ordem dos marianos indica o pároco e o superior, e a diocese apenas o confirma formalmente”¹⁵⁰. Como disso resulta, no que diz respeito à escolha do superior, a situação era mais favorável em Gozlin, em Puszcza, Góra Kalwaria e Skórzec, visto que esses núcleos passavam por bens que constituíam propriedade da congregação.

Na igreja de Mirosław, os tutores tinham influência na escolha do superior, podendo exigir, além disso, o afastamento do cargo daqueles religiosos que tinham pontos de vista diferentes. Assim, em 1835 o tutor da igreja em Mirosław enviou um requerimento à autoridade civil da governadoria para que “em razão do seu caráter conflituoso”, o Pe. Misiukiewicz fosse transferido de Mirosław ao convento menor e mais pobre em Góra Kalwaria¹⁵¹.

Bem pior foi a situação do Pe. Gawień. Ele não somente não foi aceito pelo administrador da diocese de Sejny, B. Butkiewicz, o qual queria que fosse escolhido um outro candidato, J. Dowgird, mas também foi perseguido, excomungado e com dificuldade livrou-se da prisão, salvando-se com a fuga da diocese de Sejny para a diocese de Podlasie¹⁵².

¹⁴⁸ Arch.Sk., 72, n. 157; Vaisnora informa que em 1846 o Pe. Pórzycki renunciou ao cargo de superior local. Cf. *Zakon...*, 102. No entanto, já em 1844 foi eleito para superior em Skórzec o Pe. Wilczyński. Nesse mesmo ano renunciou o Pe. Pórzycki. Cf. ADS, Relação dos religiosos dos anos 1845, 1846.

¹⁴⁹ ADL, Akta konsystorza 317, Mirosław, informa que “Mirosław é da colação perpétua da família Ważyński”. Por sua vez Połujański, *Wędrowki...*, informa que em 1847 a tutora da igreja em Mirosław era a família Skarzyński. Os tutores de Iglówka eram os donos da fazenda Kwieciszki (ADL, Visitatio 1837 – Iglówka).

¹⁵⁰ ADS, Visit.Gozlin, 1834.

¹⁵¹ Arch.Sk., 45, nn. 105, 106, 107; 46, n. 108.

¹⁵² AGM, Denuncjacja.

A partir de 1832, o papel dos superiores dos dois conventos que se encontravam no território da Rússia sofreu maiores restrições ainda¹⁵³. Sobretudo, era ali estritamente observado o decreto que determinava a subordinação dos superiores locais à autoridade diocesana. Além de diversos controles realizados nos conventos pelas autoridades estatais e diocesanas, todos os anos o superior de Raśna recebia do consistório de Vilnius um ofício com o seguinte conteúdo: “Recomendamos ao Senhor Superior de Raśna que envie todas as notícias relacionadas com quaisquer mudanças no convento, a saber: número de almas, de edificações, de bens, total de receitas, etc. etc.; recomendo igualmente que no final do ano as envie ao consistório de Vilnius”¹⁵⁴.

Para se ausentar da paróquia, inclusive com objetivos pastorais, um religioso de Raśna tinha de obter um consentimento por escrito do consistório ou pelo menos das autoridades do convento. Neste caso, bastava somente informar o consistório, como resulta de um documento expedido em 1827 pelo assistente geral, Pe. Hadrawa: “O Reverendo Padre Vicente Niewiarowski, superior do nosso convento em Raśna [...], para tratar de assuntos desse convento viajou a Kozianogrodek, situado na governadoria de Minsk. Ele viajou com o cocheiro Tadeu Bielawski, numa carruagem puxada por três cavalos. E, para que durante a viagem não seja detido ou atacado [...], para maior segurança demos-lhe um atestado com o carimbo do convento munido da nossa assinatura pessoal”¹⁵⁵.

A partir de 1832, o superior em Raśna era escolhido por todos os membros do convento, na presença do delegado diocesano, e a seguir era confirmado pelo bispo¹⁵⁶. Um exemplo típico de tal procedimento foi a eleição para superior em Raśna de Pedro Kryński em 1844. Informa a esse respeito o visitador diocesano: “Por maioria de votos, foi eleito superior do convento em Raśna o Pe. Pedro Kryński, confirmado pelo bispo. Ele terá a obrigação de governar, de acordo com a regra da congregação, com total subordinação à autoridade diocesana”¹⁵⁷.

Dentre os superiores de Raśna, é preciso lembrar o Pe. Hadrawa. No período em análise, ele era o único mariano que havia concluído estudos superiores de teologia em Roma¹⁵⁸. Na casa de Raśna exerceu a função de educador do noviciado e de professor de filosofia e teologia. Eleito em 1817 para o cargo de superior local, foi confirmado pelas autoridades diocesanas como “superior permanente

¹⁵³ A respeito da posição dos superiores na Rússia, cf. Olszamowska-Skowrońska, *Le concordat de 1847...*, 512-513; *Svod zakonov Rossijskoj...*, n. 79.

¹⁵⁴ ABUV, Doc.Viln., I-II. Esses volumes encerram mais de vinte documentos desse tipo.

¹⁵⁵ Ibidem, I, f. 240.

¹⁵⁶ Ibidem, II, f. 201.

¹⁵⁷ ABUV, ACPRus.

¹⁵⁸ ABUV, Doc.Viln., I, f. 225.

desse lugar¹⁵⁹. Mas na realidade, tendo ficado doente, deixou de exercer a função de superior em 1823 e faleceu em 1829.

A respeito do convento de Berezdów, que então pertencia à diocese de Łuck, preservaram-se poucas notícias; delas resulta, no entanto, que a situação quanto ao aspecto moral não era ali muito vantajosa¹⁶⁰.

Na tabela abaixo estão registrados os nomes dos superiores dos dois conventos que continuaram a existir na Rússia após 1815, dentre os cinco que ali funcionavam em 1795.

Superiores do convento em Berezdów	
Nome	Período
Inácio Mekelberg	1791-1797
Emerik Reubau	1797-1801
Vicente Morawek	1801-1803 (afastado do cargo)
Adão Matulewicz	1803-1814
Joaquim Bartoszkiewicz	1817-?
José Szumowski	?-1832
Superiores do convento em Raśna	
Nome	Período
Pedro Grochalewicz	1791-1797
Honório Tytz	1797-1803
Pedro Grochalewicz	1803-1816
Joaquim Bartoszkiewicz	1816-1817 (apenas 5 meses)
Félix Hadrawa	1817-1823
João Dziewulski	1823-1824 (alguns meses)
Vicente Niewiarowski	1824-1833
Silvestre Hankiewicz	1833-1844
Pedro Kryński	1844-1864 ¹⁶¹

Podemos constatar que o cargo de superior local nem sempre era desejado e de bom grado aceito, e nem sempre também devidamente apreciado. Interessante parece ser o fato de que a legislação dos marianos atribuía a religiosos beneméritos o título de *Pater Ordinis*, relacionado com diversos privilégios, entre os quais havia aquele que os dispensava “da obrigação de exercer o cargo

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ ABUV, ACPRus., Relacje, 1831, 1832.

¹⁶¹ A relação dos superiores foi estabelecida com base nos documentos ABUV, Doc.Viln., I-II; AC-PRus.; El.Alph.

de superior do convento”¹⁶². Quando em 1863 o superior geral Pe. Wilczyński quis nomear como superior do convento de Skórzec o Pe. Wojtowicz (na época capelão em Maciejowice), ele recusou categoricamente e, apesar das pressões do superior geral, recorreu ao bispo de Podlasie, porquanto preferia uma modesta capelania ao cargo de superior e pároco num grande centro mariano como era Skórzec¹⁶³.

Vale a pena assinalar que na congregação dos padres marianos existia o sistema do controle do superior, que no entanto nem sempre funcionava. Em cada convento, além do superior local, havia o substituto do superior e dois conselheiros locais, se o convento não era demasiadamente pequeno. Eles formavam a “comissão revisora”, situada acima do superior, que juntamente com ele constituía a administração do convento. Apesar disso ocorriam casos em que o superior abusava da sua autoridade, sem dar atenção aos conselhos e às orientações da comissão, não demonstrando interesse pelas necessidades dos religiosos. A comissão que em 1835 veio de Siedlce a Gozlin observou que o superior do convento de lá exercia um escandaloso comércio – vendia aguardente em grande quantidade, retendo o dinheiro para si¹⁶⁴. Por sua vez o superior de Mariampol, naquele mesmo ano, segundo a opinião dessa mesma comissão, “era a tal ponto egoísta que deveria ser antes chamado comerciante e agiota do que religioso”¹⁶⁵.

No entanto quase todos os superiores locais no século XIX administravam os bens marianos honestamente, cuidando do desenvolvimento da vida comunitária e espiritual dos conventos, preocupando-se igualmente com os assuntos materiais dos religiosos. Entre eles distinguiam-se aqueles que eram os promotores e coordenadores da construção de igrejas: o Pe. Cieniewski dirigiu em Skórzec (1791-1796) a construção da igreja, do convento e das edificações da herdade¹⁶⁶; o Pe. Wołagiewicz organizou a construção do grande convento de Mariampol, enquanto que o Pe. Petter começou em 1818 a reunir material de construção com o propósito de edificar em Mariampol uma igreja de pedra, trabalho que foi concluído em 1824¹⁶⁷. O superior da comunidade em Puszcza, M. Szląskowski, registrou nos anos 1833-1834 que com as economias da ordem e com os donativos

¹⁶² Sydry, *Organizacja...*, 79.

¹⁶³ ADS, VII, A2, 58. Carta do superior geral R. Wilczyński ao bispo diocesano de Podlasie, 8/10/1864.

¹⁶⁴ Arch.Sk., 53. A comissão da voivodia de Siedlce à Comissão das Religiões; Admoestações aplicadas pelos capítulos gerais aos superiores gerais; AGM, Prot.Skórc., f. 26, n. 10; f. 73, n. 13; cf. também a carta do superior geral J. Mraas de 1/5/1791, ff. 69-71; Prot.Wet., Carta de C. Spourmy OIC ao superior geral, Roma, 15/7/1778; Carta do superior geral T. Białowieski de 29/3/1811, AGM, Prot.Skórc., ff. 116-119.

¹⁶⁵ AGM, Denuncjacja.

¹⁶⁶ Cf. cap. I, § 3.

¹⁶⁷ Totoraitis, *Klasztor...*, 11.

dos benfeitores havia construído ali uma igreja de alvenaria¹⁶⁸. Para a construção da igreja em Mirosław contribuíram – nos anos 1838-1845 – os padres Jasiński e Naruszewicz.

As obrigações do superior eram bastante amplas; ele era o principal administrador dos bens materiais, a pessoa responsável por introduzir na prática os decretos dos capítulos e os decretos expedidos pelos superiores gerais. Tinha não só a obrigação de iniciar as devoções, mas também de participar delas pelo menos três vezes por semana, a respeito do que fala o surpreendente decreto seguinte:

“O Venerável Conselho decidiu que os superiores participassem da meditação comum três vezes por semana, para dar o bom exemplo e para o seu próprio proveito, e que, em razão da ausência deles, os outros religiosos não sejam negligentes nessa obrigação”¹⁶⁹.

No século XVIII, entre o superior e os outros religiosos era mantido certo distanciamento. Chama a atenção a isso o capítulo de 1793:

“Percebeu-se que em muitos dos nossos conventos os religiosos não recebem porções iguais de alimentação, mas um recebe mais [...] e outro recebe menos ou nada. Por isso o Venerável Conselho decidiu que rapidamente sejam preparadas as tigelas outrora utilizadas, ou seja, as medidas para a distribuição igual da alimentação”¹⁷⁰.

O mencionado decreto falava também dos superiores e dos outros funcionários da congregação que exploravam o trabalho dos religiosos simples.

Pode-se constatar que no século XIX a situação a esse respeito sofreu uma mudança – o relacionamento entre o superior e os demais religiosos era mais fraternal. Isso foi influenciado por diversos fatores, por exemplo pela falta de sacerdotes em muitas dioceses e pela consequente facilidade de passar da congregação à diocese. Nesse caso os padres que não passavam à diocese eram mais apreciados. Uma outra causa era a falta de irmãos (o último havia falecido em 1848), que eram sempre considerados como religiosos “de categoria inferior”.

¹⁶⁸ Arch.Sk., 13, n. 22.

¹⁶⁹ “Pro maiori tamen et exemplo et proprio fructu neve intuitu Eorum absentiae alii relaxent religiosi, statuit Venerabile Assessorium, ut ter in septimana (Superiores) et sint in communi meditatione”. Prof. Skórc., f. 88. Decreto 1793/14.

¹⁷⁰ “Compertum est in multis conventibus nostris, quod religiosi aequales ferculorum portiones non habent, sed unus plus pro suo sensuali gustu, alter minus vel nihil accipiat, quapropter statuit Venerabile Assessorium, ut antiquis usitatae scutellae sive portiones quantocitius conficiantur pro aequali distributione ferculorum”. Ibidem, ff. 88-89. Decreto 1793/20. A respeito dessa situação falam de maneira clara as cartas do Pe. Spourny, procurador-geral, e do Pe. Niezabitowski. AGM, Prot.Wet. Nessa fonte preservaram-se 15 cartas do Pe. Spourny e 5 do Pe. Niezabitowski, enviadas de Roma nos anos 1777/78, que analisam amplamente a situação da congregação dos marianos.

Aliás é preciso supor que o renascimento da ordem – que teve início após a queda do Levante de Novembro [de 1830] – contribuiu para que os religiosos “subalternos” começassem a ser tratados como coirmãos, não como súditos do superior. Vale a pena chamar a atenção para o fato de que nos anos quarenta todos os superiores foram reconhecidos como dignos desse cargo, razão pela qual eles exerceram essa função por pelos menos seis anos. Aconteciam situações excepcionais, como a detenção do Pe. K. Szwernicki, superior de Mariampol (1844-1846), ou a morte do Pe. J. Korycki, superior de Mirosław (1823-1828).

A respeito da espiritualidade que reinava na congregação dos marianos fala o núncio em Viena, Ludovico Altieri, num relatório feito em 1841: “Convenci-me igualmente de que essa congregação [dos marianos] existe na Polônia para a grande edificação e o proveito espiritual dos católicos de lá, o que se leva tanto mais em conta nessas lamentáveis circunstâncias, e goza ela da especial benevolência e, mais ainda, da maior tolerância da parte do governo, graças ao que pode proporcionar o bem”¹⁷¹.

Visitações das autoridades diocesanas

As autoridades diocesanas não estavam ligadas com a administração religiosa, no entanto no século XIX o seu significado e a sua ingerência na vida religiosa eram tão evidentes e prepotentes que, para melhor compreender a “vida da congregação”, a sua luta pela preservação de certa independência, é preciso falar também das visitas dos diversos funcionários diocesanos.

Os bispos tinham não só o direito, mas também a obrigação de visitar as igrejas paroquiais; além disso, deviam realizar visitas canônicas nas igrejas religiosas, principalmente naquelas que exerciam a assistência pastoral. Visto que no século XIX os marianos trabalhavam em igrejas onde surgiram paróquias, eles também estavam sujeitos a essa norma.

As visitas pastorais dos bispos realizavam-se esporadicamente. Por exemplo, na paróquia de Tuchowicz, perto de Skórzec, na diocese de Podlasie, somente os mais velhos haviam ouvido falar da presença do bispo, mas ninguém se lembrava da data da sua visita¹⁷². Igualmente o bispo da diocese de Sejny, João Gołaszewski, escrevia que na parte lituana da diocese havia numerosos fiéis, até mais velhos de idade, que ainda não tinham recebido o sacramento da crisma e que havia também igrejas não consagradas¹⁷³. No caso da fundação das

¹⁷¹ ASV, Cong. VV. et RR., VII 1841 – *Marianie* (trad. do latim do autor).

¹⁷² ADS, Visitatio, Rubr. 147, VI/1, 236 – Tuchowicz.

¹⁷³ Jemielity, *Diecezja...*, 33.

paróquias em Goźlin e em Skórzec, o bispo havia enviado como visitadores seus representantes. Na instituição dessas paróquias, o bispo levou em conta também os relatos que eles fizeram dessas visitas¹⁷⁴.

A primeira visitação pastoral no século XIX foi realizada na congregação dos padres marianos pelo bispo de Lublin, Adalberto Skarszewski, em Goźlin em 1810. Tratava-se de uma pessoa zelosa no cumprimento das suas obrigações. Aproveitando-se da situação que se ofereceu após a instituição do Ducado de Varsóvia, ele deu início a uma série de visitas pastorais.

Skarszewski veio a Goźlin em companhia do seu secretário no dia 16 de setembro de 1810 e realizou uma visitação detalhada da igreja, do convento e da herdade, familiarizando-se com a descrição muito detalhada dos bens móveis e imóveis, das despesas e das receitas. Acima de tudo, no entanto, administrou o sacramento da crisma a 360 pessoas, familiarizou-se com a vida sacramental dos fiéis e pronunciou uma homilia¹⁷⁵. No *Decretum Reformationis* registrou que o trabalho pastoral dos padres marianos em Goźlin trazia bons frutos, mas observava que eles deviam empenhar-se mais em pregar ao povo as verdades da fé católica nos domingos¹⁷⁶.

A visitação seguinte em Goźlin realizou-se em 1834. Dessa vez, no lugar do bispo, veio o visitador diocesano, monsenhor Teodoro Majewski, que na realidade administrava a diocese¹⁷⁷. Constatou ele no *Decretum Reformationis* que os três religiosos que trabalhavam na paróquia eram bem preparados, mas que, em razão de o governo austríaco ter-se apossado dos bens, o convento se encontrava em sérias dificuldades econômicas. O visitador encerrava o documento com a conclusão de que era preciso restringir o número das Missas obrigatórias, visto que os religiosos não estavam recebendo os juros previstos como pagamento¹⁷⁸. Esse mesmo visitador esteve também no ano seguinte em Skórzec, mas então a visitação teve um caráter mais formal; encontrava-se ali então o superior geral, então o visitador não se imiscuia no âmbito dos seus direitos. Por isso, o ponto mais importante dessa visitação foi a crisma dos fiéis¹⁷⁹.

As autoridades civis promoviam uma política dupla ao procurarem subordinar as congregações religiosas à autoridade diocesana. A partir de 1817, determinaram que as visitas dos conventos seriam realizadas pelos visitadores diocesanos¹⁸⁰. No entanto, após o Levante de Novembro [de 1830], temendo

¹⁷⁴ Cf. cap. I, § 3.

¹⁷⁵ ADS, Visit.Gen., Goźlin, 1810.

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ ADS, Visit.Gen., Goźlin, 1834.

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ ADS, Visit.Gen., Skórzec, 1835.

¹⁸⁰ Gach, *Kasaty...*, 61.

a influência das visitas episcopais – que sempre tinham um caráter mais solene e nobre – sobre os católicos do rito oriental e os ortodoxos residentes na Lituânia e na Polônia oriental, o governo se empenhava para que elas se realizassem de forma mais modesta, e em razão disso ordenava que fossem realizadas pelo menos graduado delegado diocesano.

Às vezes a visitação canônica coincidia com um outro acontecimento. Por exemplo, o bispo de Sejny Inácio Czyżewski, aproveitando a visita realizada em 1822 em Mariampol, relacionou com ela a questão da construção da igreja local, com que estava muito interessado, visto que, na sua opinião, o núcleo pastoral de Mariampol era extremamente importante para a diocese¹⁸¹. Em 1824 o bispo Agostinho Maciejewski aliou a sua breve visita pastoral em Mariampol à solenidade da bênção da recém-construída igreja¹⁸². Igualmente as visitas realizadas em Mariampol nos anos 1822, 1824 e 1837 foram eventos extraordinários. Visto que os bispos da diocese de Sejny até 1837 residiam em Varsóvia, o bispo Czyżewski foi hóspede da diocese por quatro vezes (por cinco meses), ao passo que o bispo Manugiewicz permaneceu em sua diocese apenas por dois meses¹⁸³.

Em 1837 tornou-se ordinário da diocese o bispo Paulo Straszyński, que nela fixou residência e visitou-a toda. No dia 6 de junho de 1837 veio ao convento dos padres marianos em Iglówka, onde administrou o sacramento da crisma a 1.397 pessoas. Como resulta de um relatório dos padres marianos de Iglówka enviado ao consistório, anteriormente não havia estado ali nenhum bispo. A igreja havia sido construída em 1783, e em seu relatório os marianos enfatizavam que “ninguém se lembra de algum dia ter estado aqui algum bispo”¹⁸⁴. Nesse mesmo período o bispo Straszyński visitou também o convento em Mariampol, e no ano seguinte o convento em Mirosław¹⁸⁵. Ele fazia uma visitação muito detalhada: procurava obter amplas informações a respeito dos bens, da vida moral e sacramental dos paroquianos e dos padres. Apesar de as paróquias em Mariampol, Mirosław e Iglówka serem administradas por religiosos, Straszyński, procurando unificar o ministério divino nas dioceses, impôs-lhes uma estrita programação das devoções¹⁸⁶.

¹⁸¹ Arch.Sk., f. 35, n. 68; ADL, Podział dekanatów 1801-1869, f. 76; Jemielity, *Diecezja...*, 178, 181; Totoraitis, *Marianie...*, 13, 14, 16. No século XIX, em Mariampol realizavam-se os exercícios espirituais (o retiro) para os sacerdotes da diocese de Sejny. Eram enviados também para lá os padres que deviam cumprir castigos.

¹⁸² Totoraitis, *Klasztor...*, 11.

¹⁸³ Jemielity, *Diecezja...*, 220-221.

¹⁸⁴ ADL, Odpowiedzi wizytacyjne, Iglówka 1837, f. 7; cf. *Visitatio Ecclesiae Filialis Igloviensis*, 6/6/1837.

¹⁸⁵ Jemielity, *Diecezja...*, 222.

¹⁸⁶ Jemielity, *Porządek nabożeństw niedzielnych. Studia Teologiczne* 1 (1983), 231.

As visitas canônicas de bispos realizavam-se muito raramente. A obrigação de visitar as paróquias – com o objetivo de controlar o clero, o seu trabalho pastoral e todos os assuntos paroquiais – era confiada aos decanos; os seus relatórios eram apresentados ao consistório diocesano.

As igrejas e os conventos dos padres marianos eram também visitados por diversas comissões eclesiásticas. Por exemplo, no dia 3 de janeiro de 1819 veio a Puszcza Korabiewska uma comissão que registrou os bens e as receitas, controlou a situação geral do convento e o trabalho pastoral¹⁸⁷. A comissão, em cuja composição entrava o decano de Latowicz, o pároco de Stoczek e um assessor leigo, elaborou em 1818 um relatório detalhado a respeito dos bens e do trabalho pastoral em Skórzec¹⁸⁸. Como o convento em Góra era muito pobre, não foi até lá nenhuma comissão. Encontrava-se ali unicamente o superior Plácido Starkiewicz, que naquele mesmo ano recebeu a tarefa de elaborar uma descrição detalhada; para isso, ele se utilizou de um formulário especial que lhe havia sido enviado pelo consistório¹⁸⁹.

Essa atividade provocou o pânico em todas as congregações, o que nos anos 1818-1823 contribuiu para a queda do número de religiosos. Esses temores não eram infundados, porquanto em 1819 as autoridades eclesiásticas, com a ajuda da Comissão das Religiões e com a aprovação do primaz de Varsóvia Francisco Malczewski, fecharam quase quarenta conventos, entres os quais se encontravam os mais ricos e os maiores¹⁹⁰.

Desde o início da existência do Reino da Polônia, estava prevista uma redução do número de conventos. Empenhava-se por isso a Comissão das Religiões, e partilhavam o mesmo ponto de vista também alguns bispos¹⁹¹. Em diversos ambientes, conhecida era a posição do membro da Comissão Governamental para Assuntos de Religião Estanislau Staszic: “Além do bispo e do pároco, nada mais é necessário na Igreja”. No entanto, a partir dos anos trinta, as opiniões a respeito do clero começaram a ser mais favoráveis¹⁹².

¹⁸⁷ Arch.Sk., 1-4, n. 5.

¹⁸⁸ Ibidem, 66-69, n. 147.

¹⁸⁹ Ibidem, 98, n. 190.

¹⁹⁰ Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 66-72, 74.

¹⁹¹ Ibidem, 63-64, 65.

¹⁹² Loret, *Watykan a Polska...*, 219.

Capítulo IV

TRABALHO APOSTÓLICO

Trabalho pastoral nas igrejas marianas

A primeira igreja em que os marianos exerceram a *cura animarum* foi a igreja em Mirosław, elevada à categoria de paróquia em 1744¹ pelo bispo de Vilnius Miguel Zienkowicz e entregue aos marianos em 1763². A paróquia de Preny³, em cuja composição entravam Mariampol e Iglówka, envolvia uma área de 2.500 km². Em razão da sua extensão, o futuro bispo de Vilnius Massalski realizou em 1783 uma divisão, instituindo uma nova paróquia em Mariampol⁴ e uma outra, filial, subordinada àquela, em Iglówka⁵. Naquele tempo Mariampol e Iglówka contavam setenta e uma aldeias espalhadas por esse território, além de povoados que se tornaram aldeias no século XIX⁶.

Em 1820 foram incorporadas a Mariampol outras doze aldeias da paróquia em Gizy⁷. As novas paróquias seguintes foram confiadas aos marianos na passagem do século XVIII para o XIX. Em 1798 foi instituída a paróquia em Skórzec⁸, e em 1801 em Gozlin⁹. Em 1798 foram iniciadas as negociações a respeito da

¹ *Relationes status dioecesium in Magno Ducatu Lituaniae*, red. Paulus Rabikauskas, I (Fontes Historiae Lituaniae, 1), Romae, 1971, 160, nota 410.

² AGM, Conventus Mirosławiensis, Actus dismembrationis Paroch. Miros. 9 Ianuarii 1760; ibidem, Approbatio Eppli. Parochiae Mirosłaviensis 31 Ianuarii 1760. A paróquia de Mirosław foi desmembrada de três paróquias anteriores. Em razão das dificuldades provocadas pelas enchentes do rio Niemen, que passava por aquela área, o bispo Zienkowicz concordou que a população se reunisse no dia 9/1/1760 em Mirosław e escolhesse a paróquia a que queria pertencer.

³ *Preny*, Sl.Geog., IX, 34-35; Totoraitis, *Mariampolski klasztor...*, 11; S. Suz(iedelis), *Prienai*, Liet. Enc., XXIV, 26-28.

⁴ ADL, Akta Kons., Mariampol.

⁵ ADL, Visit. Iglówka, 1837: "Ecclesia Igloviensis Decreto Celsissimi Ignatii Princ. Massalski Episc. Vilnensis de data 17 septembris anni 1783 agnita est pro filiali [...] Regularis Mariampolensis, ad quam pertinente memorata Villa. In tota Parochia Igloviensis [...] Personae Catholicae ritus latini numerantur 3.350. Acatolici reperientur in numero 240).

⁶ Ibidem; além disso: ADL, Akta Kons., Mariampole, Iglówka.

⁷ Totoraitis, *Mariampolski...*, 11.

⁸ ADS, Visit. Skórzec, 1835.

⁹ ADS, Visit.Gen., Gozlin, 1810.

instituição da paróquia em Puszcza Korbabiewska¹⁰, as quais, no entanto, não tiveram sucesso em razão do pequeno número de fiéis residentes naquela região. No relatório enviado em 1849 à Santa Sé, fala-se apenas da existência ali de uma paróquia filial¹¹. Alguns autores relatam que em Berezdów – onde os padres marianos se encontravam desde 1756 – já havia sido instituída uma paróquia¹²; no entanto essa notícia não é confirmada por nenhum documento mariano do século XVIII¹³. Em Wołpa a paróquia existia desde o século XVII, e os marianos, que ali atuavam desde 1784, exerciam a *cura animarum* (assistência pastoral), apesar de o pároco oficial ser o fundador do convento, o bispo José Casimiro Kossakowski¹⁴.

Na passagem do século XVIII para o XIX, quase todas as casas da congregação prestavam a assistência pastoral em igrejas paroquiais próprias; constituíam exceções os conventos em Góra (porquanto existiam ali outros seis conventos e a igreja paroquial) e em Raśna (à distância de 4 quilômetros encontravam-se ainda três igrejas em Wysokie)¹⁵. Igualmente o convento em Puszcza fazia parte das exceções, embora os marianos desejassem que na área do seu alcance surgisse uma paróquia. Verifica-se, portanto, que 70% dos conventos marianos desenvolviam o trabalho pastoral em igrejas próprias, ao passo que os 30% restantes estavam dele excluídos, porquanto nessas localidades já existiam paróquias servidas por outros.

O historiador Juliano Ataman afirma que as motivações que levavam os religiosos a assumir as tarefas paroquiais eram: a busca de rendimentos, o cumprimento da vontade do fundador e o exercício da atividade pastoral¹⁶. Como re-

¹⁰ Arch.Sk., 28, 50. Os padres marianos se empenhavam pela possibilidade de instituir a paróquia ainda em 1810 (Arch.Sk., 30, n. 52) e em 1819 (Arch.Sk., 4, n. 5). Dizia-se que em razão da grande distância das aldeias das igrejas paroquiais tornava-se necessária a criação de uma paróquia em Puszcza.

¹¹ Desconhecemos a data da fundação da paróquia filial em Puszcza, embora fale dela o relatório de 1841 (ASV, Nunz. di Vienna, vol. 281-I, f. 840). Informação a respeito da Congregação dos Padres Marianos enviada pelo Pe. João Dziewulski ao núncio apostólico em Viena, 1/3/1841.

¹² E. Elter, *Kościół katolickie obrządku łacińskiego na obszarach Rosji 1772-1914*, Roma, 1955, 6; Stary Konstantynów..., 647, 650; Wołyniak, *Zniesione kościoły...*, 116.

¹³ Preservaram-se detalhadas relações dos padres marianos, juntamente com as suas funções, respectivamente de 1775, 1781 e 1792. Dessa documentação não resulta que em Berezdów existisse uma paróquia; ela provavelmente foi ali fundada após a terceira partilha da Polônia, entre 1795 e 1797, visto que alguns documentos da província russa já mencionam a existência de uma paróquia em Berezdów. O capítulo geral de 1801 designou “Pater Adamus Matulewicz S.T.L. Parochus Berezdoviae”. ABV, ACPRus.

¹⁴ A. Zahorski, *Kossakowski Józef Kazimierz (1738-1794)*, PSB, XXIV, 268-272; Stary Konstantynów..., 647; ABUV, Doc.Viln., II.

¹⁵ Em Wysokie havia: a igreja paroquial, a igreja dos bonifrates e a igreja de S. Bárbara: M. R. Witkowski, *Wysokie Litewskie*, Sł.Geog., vol. XIV, 134-137. Segundo a legislação polonesa, para se poder fundar uma nova paróquia a distância devia ser de cerca de 8 km. *Relationes*, I, 59, 237-238.

¹⁶ Ataman, *Wacław Hieronim Sierakowski i jego rządy w diecezji przemyskiej*, Warszawa, 1936, 88-102; K. Kantak, *Franciszkanie polscy*, v. II, Kraków, 1938, 282-283.

sulta das fontes, os marianos assumiram as paróquias em Mariampol, Mirosław, Iglówka, Skórzec e Gozlin por insistência dos bispos, as paróquias em Wołpa e Berezdów, em resposta à vontade do fundador, e em Skórzec e Mariampol sobretudo por razões pastorais¹⁷, o que estava de acordo com as suas constituições de 1723 e, mais ainda, com as constituições atualizadas em 1787, que claramente conclamavam os padres marianos à obra do ensino das verdades cristãs. Segundo Ewa Jabłońska-Deptuła, em 1824 os religiosos dirigiam no Reino da Polónia trinta e quatro paróquias¹⁸, das quais cinco cabiam aos padres marianos, o que significava 14,7% de todas as paróquias servidas por religiosos. Nos anos quarenta [do século XIX], por sua vez, eles tinham seis paróquias, como se pode deduzir do relatório enviado clandestinamente à Santa Sé, no qual se escrevia que: “No antigo Reino da Polónia [os marianos] têm 8 conventos, em seis dos quais há paróquias, onde dirigem o trabalho pastoral”¹⁹.

Podemos constatar que a ordem e o tipo das devoções nas igrejas marianas eram ditados pelos bispos, que buscavam sistematicamente a unificação da liturgia e a instituição de diversas formas paralitúrgicas. Em parte a liturgia dependia também dos fundadores e dos benfeitores, que definiam diversos tipos de devoções²⁰, mas este fator evidenciava-se pouco no século XIX. Os marianos adaptavam-se às normas detalhadas e às orientações contidas no *Horologium Marianum*²¹. Eis como o visitador diocesano descreve em 1834 a ordem dominical das devoções celebradas em Gozlin:

“Na vigília dos domingos e das festas, são cantadas as vésperas, com acompanhamento do órgão. No domingo pela manhã são cantadas as matinas com acompanhamento de órgão, e a seguir o Pequeno Ofício da Santíssima Virgem Maria. Nesse ínterim o sacerdote celebra a primeira Missa. Depois o sacerdote recita com o povo as orações, esclarece o catecismo, lê o Evangelho em língua polonesa e dirige uma procissão para fora da igreja. Por volta do meio-dia inicia-

¹⁷ Em razão do pequeno número de padres na Lituânia e na Rússia, os bispos se aproveitavam da presença dos religiosos, encaminhando-os ao trabalho pastoral, à administração de paróquias. Por estímulos pastorais, bem como em razão da significativa distância dos fiéis das igrejas das paróquias próprias, os conventos de Skórzec e de Mariampol decidiram dedicar-se inteiramente ao trabalho pastoral.

¹⁸ Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 130.

¹⁹ ASV, Nunziatura di Vienna, vol. 281-I, f. 840, 1/3/1841. Dziewulski não menciona as paróquias nem os conventos, mas provavelmente se trata de Gozlin, Mariampol, Mirosław, Skórzec, Iglówka e Puszcz (as duas últimas como paróquias filiais). Os conventos que não possuíam paróquias, existentes ainda em 1841, eram Góra e Raśna. Na opinião de Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 130, os marianos possuíam naquele período somente três paróquias. F. Rodacki afirma, por sua vez, que os marianos atendiam a quatro paróquias: *Obraz geograficzno-statystyczny...*, tab. IV.

²⁰ Cf. Introdução, I/4.

²¹ *Horologium Marianum seu Ordinarium ceremoniale Ordinis Immac. Conc. B.V.M. Congr. Polonae in cura animarum fidelium et coadiutorum parochorum*, Warszawa, 1732.

-se a santa Missa conventual. À tarde, por volta das três horas, são cantadas as vésperas e são recitadas diversas orações²².

Uma programação semelhante das devoções vigorava já vinte anos antes, ou seja, em 1810²³. A liturgia dominical iniciava-se em todos os conventos com o cântico das vésperas no sábado à noite. Sem dúvida, em Mariampol e em Skórzec elas tinham um caráter mais solene, visto que eram cantadas por cerca de vinte religiosos, com a participação ativa da irmandade e dos fiéis, ao passo que em Góra ou em Goźlin participavam delas no máximo três religiosos. O ponto central do culto divino era a Missa conventual, que devia ser “cantada” e da qual tinham a obrigação de participar todos os religiosos, mesmo que já tivessem celebrado uma Missa²⁴.

Os conventos que se encontravam na área da diocese de Sejny (Mariampol, Mirosław e Iglówka) tinham de observar a programação das devoções estabelecida para toda a diocese pelo bispo Paulo Straszyński, a qual determinava que nas vigílias das festas as vésperas deviam ser cantadas às 15 horas no verão e às 16 horas no inverno, as devoções dominicais deviam iniciar-se pelo cântico *Matutinum* (das matinas) às 7h45, e a seguir os fiéis deviam cantar o rosário ou o Pequeno Ofício da Santíssima Virgem Maria, após o que devia ser celebrada a primeira santa Missa. A aspersão com a água benta realizava-se às 9h30, e o sacerdote acompanhado pelos fiéis recitava as orações, ensinando-lhes também novas orações; um outro sacerdote, nesse mesmo tempo, ouvia as confissões. Após as orações um terceiro sacerdote, adequadamente preparado, proclamava a catequese. A Missa solene com a homilia iniciava-se às 11 horas, e após ela todos recitavam o Ângelus e entoavam cânticos. À tarde, por volta das 14 horas, tinha início a preleção a respeito da doutrina cristã. As devoções dominicais encerravam-se com as vésperas por volta das 16 horas²⁵.

A programação apresentada era realizada pelos marianos com especial dinamismo na diocese de Sejny – em Mariampol, Iglówka e Mirosław. Graças ao número significativo de sacerdotes, ali podia ser dedicado mais tempo ao esclarecimento do catecismo e, sobretudo, à confissão²⁶.

No final do século XVIII e no início do seguinte, o pronunciamento de sermões era considerado pelos bispos como um meio eficaz para a difusão dos fun-

²² ADS, Visit. Goźlin, 1834.

²³ ADS, Visit. Goźlin, 1810.

²⁴ ABUV, Prot. Rasn., Decreto do capítulo 1766/3.

²⁵ Jemielity, Porządek nabożeństw niedzielnych w diecezji wigierskiej. *Studia Teologiczne* 1(1983), 231.

²⁶ ADŁ, Visit. Iglówka, 1837; Totoraitis, *Mariampolski...*, 12; Jemielity, Pierwsza komunია dzieci w diecezji augustowskiej, czyli sejneńskiej. *Studia Teologiczne* 2(1984), 146, 151.

damentos da fé cristã²⁷. A instrução devia ser realizada de acordo com o Catecismo Romano. Os bispos recomendavam a realização de catequeses, ao passo que os sermões dominicais deviam compor-se de duas partes: do esclarecimento do catecismo e da homilia, cujo tema era o Evangelho de determinado domingo²⁸. Em razão dessas obrigações, os pregadores desempenhavam um papel muito importante, a tal ponto que eles gozavam de um prestígio especial e de diversos privilégios.

Já em 1776 o capítulo geral dos padres marianos determinou que um pregador que por dez anos cumprisse bem as suas obrigações receberia o título de *Reverendus*. Caso cumprisse essas obrigações por vinte anos, devia receber o título de *Admodum Venerandus*, e após trinta anos de atividade o pregador devia ser honrado com o título de *Admodum Reverendus*, com a perspectiva de atingir a dignidade de *Pater Conventus* ou *Pater Ordinis*, título que na congregação gozava do maior prestígio e dos maiores privilégios²⁹.

Em 1792, nos conventos dos padres marianos encontravam-se dezessete pregadores nomeados pelo capítulo geral do ano anterior. Os conventos maiores (Mariampol, Skórzec, Mirosław, Raśna, Puszcza, Berezdów, Góra) tinham cada um dois pregadores, ao passo que os menores (Iglówka, Janów e Wołpa) contavam com somente um³⁰. Na congregação dos padres marianos obrigava igualmente a prática de que, em caso de necessidade – além dos pregadores indicados pelo capítulo –, cada sacerdote podia pronunciar sermões. No século XVIII essa função era cumprida também pelos seminaristas³¹.

Com base nos documentos podem ser identificados os pregadores dominicais e festivos³²; a partir de 1793, nos conventos da Lituânia atuavam também os pregadores assinalados com os títulos *concionator lituanus* e *concionator polonus*³³. A presença desses *concionatores* lituanos e poloneses em Mariampol, Mirosław e Iglówka era motivada pelo fato de que havia ali fiéis falantes do polonês e do lituano. Podemos, então, constar que geralmente cada convento tinha pelo me-

²⁷ S. Litak, *Struktura i funkcje parafii w Polsce*, in: *Kościół w Polsce*, AA.VV., red. J. Kłoczowski, vol. II, Séculos XVI-XVIII, Kraków, 1970, 450.

²⁸ I. Subera, *Synody prowincjonalne biskupów gnieźnieńskich*, Warszawa, 1971, 138; Z. A. Kliszko, *Kazania katechizmowe w polskim ustawodawstwie synodalnym*. *Ateneum Kapłańskie* 52 (1950), 67-72.

²⁹ ABUV, Prot.Rasn., Decreto do capítulo 1776/13; Sydry, *Organizacja...*, 79.

³⁰ ABUV, Doc.Viln., II, Tabella Generalis 1797/3.

³¹ ABUV, Prot.Rasn., Decreto do capítulo 1767/3. A legislação mariana proibia o envio de seminaristas a outras igrejas com o objetivo de pregar sermões; eles podiam pregar sermões somente nas igrejas conventuais. No entanto esse decreto nem sempre era observado. Sydry, *Organizacja...*, 90.

³² ASV, Nunz.Vars., vol. 120, f. 32, *Synopsis Domorum ac Religiosorum Ordinis Marianorum* die 19 Decembris 1773; ABUV, Doc.Viln., II, Tabella Generalis 1793.

³³ ABUV, Doc.Viln., II, Tabella Generalis, 1793; Totoraitis, *Marianie...*, 13; ADŁ, *Listy zakonników 1808-1812*, Mirosław i Mariampol; Akta konsystorza sejneńskiego 1864, Mariampol, Mirosław; Totoraitis, *Zakon marianów...*, 5-6.

nos um pregador, ao passo que em Mariampol e Mirosław eles eram pelo menos dois – um pregando em língua lituana, outro em língua polonesa³⁴.

Com relação à idade dos pregadores – muitas vezes condicionada pela situação política – podemos constatar que em geral se tratava de sacerdotes jovens. No período das guerras napoleônicas (1806-1815), a média da idade dos pregadores era 30-40 anos, e três dentre eles tinham mais de 40 anos. No Reino da Polônia, o pregador mais velho (Grancisco Gołaszewski) tinha 36 anos; os demais tinham a idade de 24-31 anos³⁵. Como exceção, em razão das dificuldades políticas e da falta de padres, no ano do levante (1863) o superior geral Pe. Wilczyński nomeou pregador o Pe. Wierzbicki, que tinha 41 anos³⁶.

Os capítulos e os superiores gerais indicavam também a forma de pregar os sermões. Vale a pena nesta ocasião apresentar a instrução do superior geral Pe. Nowicki, que na sua carta circular recomendava aos pregadores que, ao pronunciarem os sermões, não buscassem a própria fama, que falassem aos fiéis da maneira mais simples, não abordassem questões puramente escolásticas e difíceis problemas filosóficos, não se embriagassem com palavras belas mas vazias e que se ativessem ao Catecismo Romano, imitando o método e a maneira de ensinar dos Padres da Igreja. Todo pregador devia levar em conta as observações acima, de maneira que todos os ouvintes pudessem compreendê-lo e que ninguém se afastasse sem ter tirado algum proveito espiritual³⁷.

A instrução dos fiéis fora dos sermões realizava-se também através de catequeses. A esse respeito surgia infelizmente a dificuldade de reunir os adultos e as crianças, porquanto em geral os paroquianos tinham pouco tempo livre, e as igrejas estavam distantes das aldeias. Era por isso que os padres marianos realizavam a instrução das crianças em ocasiões especiais, algumas vezes por ano, sempre por três dias. Eles as reuniam logo depois da Páscoa, após o *Dies rogationum*, depois da solenidade de *Corpus Christi* e da festa em honra de Nossa Senhora do Rosário³⁸.

A instrução dos adultos realizava-se nos domingos e nos dias santificados. Os marianos realizavam o ensino dominical do catecismo em todas as suas igrejas, dando pelo menos uma aula. O visitador de Iglówka³⁹ e de Gozlin⁴⁰ afirma

³⁴ Ibidem.

³⁵ As datas foram estabelecidas com base nos seguintes documentos: ADŁ, Listy zakonników 1808-1812, Mariampol i Morosław; Akta dekanatu łódzkiego 1835, Mirosław; ADS, Wykaz... zakonników, 1837-1864; El.Alph., passim.

³⁶ Totoraitis, *Zakon marianów...*, 7; El.Alph., 59.

³⁷ AGM, Prot.Skórc., Carta de 30/1/1783, ff. 28-38.

³⁸ ADS, Visit.Gozlin, 1810, 1834; ADŁ, Visit.Iglówka, 1837; Totoraitis, *Mariampolski...*, 12; Jemielity, *Pierwsza komunia...*, 151.

³⁹ ADŁ, Visit.Iglówka, 1837.

⁴⁰ Visitatio, ADŁ, 1834.

em seu relatório que o sacerdote ensinava a religião entre as 10 e as 11 horas. Em Mariampol e em Mirosław, além do ensino do catecismo, nessas horas – quando se reunia um número adequado de fiéis – os sacerdotes ensinavam igualmente pela manhã⁴¹.

Em Iglówka e em Gozlin, após as vésperas os padres visitavam os doentes⁴². Essa prática mostrava ser adequada e eficaz; tratava-se não somente de proporcionar a ajuda espiritual aos doentes, mas também de criar uma ocasião para instruir os fiéis, que justamente se reuniam em número significativo na casa do doente.

Desempenhavam um papel importante na atividade pastoral os confessores. Em razão da importância do sacramento da penitência e das consequências que daí podiam resultar, exigia-se que os confessores tivessem uma adequada preparação. Na congregação dos padres marianos eles eram nomeados e destacados para o cumprimento dessa função após prestarem um exame diante do padre capitular. A seguir eram encaminhados à cúria diocesana com o objetivo de obter a aprovação do bispo, visto que dele dependia se eles deviam prestar o exame ou não. Na diocese de Sejny, por exemplo, os marianos prestavam o exame diante de uma comissão antes do encontro com o bispo⁴³. Esses exames deviam ser repetidos todos os anos. Em cada convento havia pelo menos um confessor destacado para confessar tanto os religiosos como os fiéis leigos. No caso dos conventos pequenos, essa função era exercida pela mesma pessoa. Em 1793, em Berezdów e em Gozlin, havia à disposição dos religiosos e dos fiéis leigos um só confessor.

Os confessores tinham a obrigação de aprofundar os seus conhecimentos teológicos, especialmente no âmbito da teologia moral. Com o objetivo de lembrar os fundamentos da teologia moral, nos conventos dos padres marianos era praticada a *resolutio casuum conscientiae*, da qual eles tinham a obrigação de participar duas vezes por semana. No entanto, em razão das dificuldades resultantes da organização das disputas acima, no final do século XVIII foi decidida a diminuição do número desses encontros, limitando-os a quarenta no decorrer do ano, mas também essa recomendação não era respeitada. A *resolutio casuum* realizava-se da seguinte forma: a uma pergunta apresentada pelo

⁴¹ Totoraitis, *Mariampolski...*, 12.

⁴² ADŁ, Visit. Iglówka, 1837; ADS, Visit. Gozlin, 1834.

⁴³ Esse exame tornou-se obrigatório na diocese de Sejny a partir de 1822 (ADŁ, Akta kongregacji i rekolekcji, f. 7; o bispo Maciejewski aos sacerdotes, 17/7/1822). Igualmente os marianos de Iglówka, Mariampol e Mirosław tinham que prestar os exames. Em 1844 o bispo Straszyński não quis concordar que um jovem sacerdote mariano ouvisse confissões. Na opinião do prelado, aquele sacerdote possuía um insuficiente conhecimento teológico, e por isso foi afastado de Mariampol com o objetivo de aprofundá-lo. ADŁ, Akta święceń 1821-1847, f. 244, Straszyński ao superior do convento em Mariampol.

padre indicado, deviam responder todos os demais sacerdotes, a começar pelo mais jovem⁴⁴.

Em geral as igrejas religiosas – graças ao número maior de padres bem preparados – atraíam mais fiéis que participavam das devoções e se confessavam, o que era visível, sobretudo, no período pascal e por ocasião de festas. Na opinião de T. Fręchowicz, “a maior parte do clero diocesano não se entusiasmava com a confissão”⁴⁵. O famoso ativista do Iluminismo polonês Hugo Kołłątaj escrevia que “todas as vezes que havia a necessidade de ouvir um sermão ou de confessar-se, ia-se a uma igreja religiosa; não porque ali tudo funcionasse bem, mas pelo menos era melhor”⁴⁶.

Uma outra categoria de confessores era constituída pelos chamados *confessores a reservatis*. Em 1793 eles eram sete, e dois deles residiam em Mariampol; não os havia nos quatro conventos menores. Em 1862, havia na congregação cinco *confessores a reservatis* e, além disso, um ou dois religiosos dispunham de amplos poderes obtidos da Santa Sé: “possuíam os direitos de conceder a dispensa e a absolvição de uma irregularidade oculta (mudança dos votos simples), de conceder a dispensa dos obstáculos relacionados com a vida matrimonial, contraidos por qualquer motivo; tudo isso no âmbito dos assuntos internos de consciência”⁴⁷.

Constituíam um grupo separado os confessores destacados para confessar as irmãs religiosas. Os marianos cumpriam essa tarefa somente em Góra. Em geral eram destinados a esse papel sacerdotes experientes, maduros sob o ponto de vista intelectual e espiritual.

Dos confessores exigiam-se especiais conhecimentos teológicos, ainda que fossem levados em conta também os seus traços de personalidade e os seus valores morais. Muitas vezes a função de confessor era aliada à função de professor de teologia moral⁴⁸. Analisando-se a idade dos quarenta e cinco confessores cujos dados são conhecidos, ficamos sabendo que sete deles tinham menos de

⁴⁴ Sydry, *Organizacja...*, 71.

⁴⁵ T. Fręchowicz, *Duszpasterska działalność Beniamina Szymańskiego biskupa podlaskiego*, in: *Studia z historii Kościoła w Polsce*, I, Warszawa, 1972, 175-176.

⁴⁶ H. Kołłątaj, *Pamiętnik o stanie Kościoła polskiego katolickiego i o wszystkich innych wyznaniach w Polsce*, red. J. Hulewicz, Wrocław, 1953, 233.

⁴⁷ “[...] facultate dispensandi et absolvendi ab irregularitate oculta, commutandi vota simplicia, dispensandi super impedimentis petendi debiti coniugalis, ex quacunque causa oculta contractis et haec omnia in foro conscientiae”. Arch. S.C. Penitenziaria, Poloni-Mariani, die 13 Augusti 1784.

⁴⁸ P. ex. em 1793 o único confessor em Góra era Clemente Reddig, professor de teologia moral; da mesma forma em Puszcza – B. Wojciechowski T.M.L.; em Raśna – P. Wyrowski T.M.L.. ABUV, Doc. Viln., II, Tabella Generalis. Em 1808-1812, em Mirosław encontrava-se K. Kaliszewski e em Mariampol A. Kowalewski, ambos professores de teologia moral (ADŁ, Listy zakonników 1808-1812, Mariampol i Mirosław).

trinta anos, vinte se encontravam entre os trinta e os quarenta anos de vida e dezoito haviam ultrapassado os quarenta anos⁴⁹.

Ao que parece, na congregação vigorava a prática de que, além dos confesores destacados, em caso de necessidade todos tinham o direito de confessar. Essa constatação resulta das relações de 1828 e 1835 relativas a Mirosław. Tendo examinado todos os religiosos, o consistório diocesano concedeu-lhes tais direitos⁵⁰. Uma prática semelhante era adotada também em Skórzec; por necessidade, confessavam ali todos os sacerdotes. Escrevia a esse respeito o superior geral Pe. Wilczyński ao bispo de Siedlce, lamentando que por ocasião de grandes festas, apesar de todos serem destinados a confessar, vinham multidões tão grandes que às vezes não era possível confessá-las (em razão do pequeno número de padres)⁵¹.

Às igrejas marianas vinham se confessar igualmente fiéis de outras paróquias, porque sabiam que propriamente em cada convento podiam contar com a presença de confesores. Os visitantes de Goźlin (nos anos 1810 e 1834) registraram que “os padres confessam todos os domingos das 9 às 11 horas”⁵². O Padre Wilczyński informava de Skórzec o consistório diocesano de Podlasie que, em razão da situação geográfica e da falta de outros conventos na redondeza, “quatro sacerdotes confessam todos os domingos, e em cada festa de Nossa Senhora e durante a oitava da Festa de Finados todos os dias confessam-se cerca de 500 pessoas. Na solenidade da Santa Cruz, duas vezes por ano, quando há padres suficientes, confessam-se 1.500 fiéis”⁵³.

Além das devoções dominicais e festivas para os fiéis, os marianos tinham também as devoções próprias, específicas da sua congregação, cujo objetivo era a propagação do culto de Nossa Senhora Imaculada e das orações na intenção dos falecidos. Por exemplo, a memória da Imaculada Conceição e a Festa de Finados eram solenemente comemoradas por oito dias. Por força de privilégios obtidos da Santa Sé, os capítulos gerais determinavam que durante a oitava dessas festas houvesse a adoração permanente do Santíssimo Sacramento⁵⁴. Durante essas solenidades – que atraíam multidões de pessoas – nas igrejas marianas os

⁴⁹ Com base nos documentos: ABUV, Doc.Viln., II, Tabella Generalis 1793; ADL, Listy zakonników 1808-1812; Id., Akta dekanatu łódzkiego, 1828, 1835; ADS, Wykaz zakonników 1837-1864; El.Alph.; Totoraitis, *Zakon...*, 6-9.

⁵⁰ ADL, Akta dekanatu łódzkiego, 1828, 1835, Mirosław.

⁵¹ ADS, VII, A 1, 432, Carta de 12/10/1864.

⁵² ADS, Visit.Goźlin, 1810, 1834.

⁵³ ADS, VII, A 1, 432, Wilczyński ao bispo de Siedlce, 12/10/1864.

⁵⁴ Sydry, *Organizacja...*, 67; o breve para a oitava pelos falecidos (per Ottavario dei Defunti) foi proclamado no dia 5/5/1752 por Bento XIV (ASV, Secr. Brev.,Indulg. Perpetue, vol. 31, f. 445). Por força desse breve os marianos obtiveram os seguintes privilégios: solenes comemorações (memória) em honra dos falecidos durante toda a oitava das orações pelas almas que sofrem no purgatório; permissão para a exposição do Santíssimo Sacramento durante toda a oitava e indulgências plenárias.

fiéis podiam alcançar indulgências plenárias e parciais – concedidas pela Santa Sé⁵⁵. Essa circunstância fornecia ocasião para o pronunciamento de homilias durante a Missa e de promover a catequese antes do seu início⁵⁶.

Já o capítulo de 1782 estabeleceu detalhadamente a programação das devoções que devia ser observada durante a oitava festiva. Elas deviam durar das 6 às 17 horas. Cuidava-se também que as Missas fossem celebradas diretamente uma após a outra, a fim de oferecer aos fiéis a possibilidade de participar delas em diferentes horas do dia. Finalmente se lembrava que os padres deviam confessar durante a liturgia celebrada e que a exposição do Santíssimo Sacramento e a procissão, as ladainhas, os cânticos, as vésperas pelos falecidos se realizassem de forma solene⁵⁷. Eram também solenemente comemoradas todas as

⁵⁵ Além da solenidade em honra da Imaculada Conceição e das celebrações na intenção dos falecidos, nas igrejas marianas era solenemente comemorada a memória do Santíssimo Nome de Maria; por ocasião dessa festa a Santa Sé concedeu aos marianos no dia 10/2/1767 indulgências plenárias por ocasião da memória dos patronos da igreja, de todas as festas marianas e do Pentecostes. ASV, S. Congr. Indulg. et SS. Reliq., Rescripta: vol. 40 (s/f), 1767.

⁵⁶ Isso resulta dos documentos das visitas episcopais realizadas nas igrejas marianas, e por isso a programação festiva era semelhante à dominical. ADS, Visit. Gozlin 1834; Totoraitis, *Mariampolski...*, 12, escreve que “aos adultos era exposta a doutrina cristã nos domingos e nos dias festivos”; Jemielity, *Porządek nabożeństw...*, 230, informa que na diocese de Sejny o bispo Manugiewicz ordenou uma programação igual das celebrações nos domingos e nos dias festivos.

⁵⁷ AGM, Prot.Skórc., Capítulo de 1782. Supplementum ad puncta capitularia, 16/10/1782. Seu Modus peragendae devotionis in die Commemorationis Omnium Fidelium Defunctorum ac per totam octavam inviolabiliter in nostris ecclesiis omnino servandus.

1^{mo}. Mane pulsantur campane pro commovendo populo ad praestanda suffragia pro animabus. Tandem celebrantur Missae privatae una post aliam, in duplici de festo, in semiduplici de Requiem, et nulla prorsus in iis fiat Sanctissimi Sacramenti expositio, sed confessiones excipiantur.

2^{do}. Hora 8^{oo} cantetur Officium Defunctorum, quo finito cantetur Missa de Requiem, et finita Missa fiat concio commovens populum ad praestanda suffragia animabus sume necessaria.

3^{to}. Media undecima fiat expositio Sanctissimi Sacramenti, nullo prorsus canto praecedente nisi sola Sanctissimi incensatione, tempore vero expositionis nulla Missa est celebranda in altari majori, nisi ad latus, sed continuo duo Fratres Clerici vel Laici, aut in defectu Juvenes saeculares in superpelliceis flectant ad maius altare usque ad media duodecimam.

4^o. Media duodecima solemnizans in solemnii pluviali cum ministris ad altare maius accedat, et inchoetur aliqua per mediam horam devotio cum populo pro animabus, sive Litaniae de Nomine Iesu, sive horulae pro animabus, aut aliquae peanes. Hora 12^{oo} detur benedictio cum Sanctissimo Sacramento a solemnizante sine ullo cantu aliqua longiori modestia crucem Sanctissimo formando, organo vero lento sonu per sonante cum populo tribus vicibus *Wieczne odpoczywanie racz im dać Panie*, sine omni prorsus strepitu tympanorum.

5^o. Die Dominico nulla prorsus celebrari debent Missa de Requiem sicut compertum est per abusum et contra Decreta Summorum Pontificorum.

Post Meridiem

1^{mo}. Hora 3^{oo} Cantentur Vesperae Defunctorum et per totam octavam nullo prorsus die cantentur Vesperae Festo, nisi die Dominico.

2^{do}. Finitis Vesperis Defunctorum fiat processio consueta semel in die tantum, finita processione solemnizans sicut de mane in solemnii pluviali, faciat expositionem, quae durabit per mediam horam, qua durante inchoetur devotio aliqua cum populo, sive Litaniae de Nomine Iesu, sive Horulae pro animabus, aut aliquae peanes, qua finita detur benedictio cum Sanctissimo Sacramento more sicut de mane omnino servando.

Fr Raimundus Nowicki. Praepositus Generalis mpp.

festas marianas. Gregório XVI concedeu em 1841, a todas as igrejas marianas, indulgências plenárias por ocasião das festas em honra da Santíssima Virgem Maria⁵⁸.

Os padres marianos obtiveram igualmente o privilégio de celebrar em todas as quintas-feiras a devoção e a Missa em honra do Santíssimo Sacramento *sub ritu semiduplici*⁵⁹. Recordemos que os marianos aliavam o culto mariano ao culto da Eucaristia, o que de forma aprofundada é esclarecido pelo superior geral Pe. Wasilewski⁶⁰. Aos marianos foi concedida igualmente “a indulgência plenária, renovada em todas e em cada uma das igrejas acima mencionadas, durante os três dias do Pentecostes”⁶¹.

Em 1785 os marianos obtiveram para todos os seus conventos o privilégio *Altare Maius privilegium perpetuum quotidianum*⁶².

Sem dúvida, o carisma dos marianos, a sua espiritualidade, o sistema de estudos, toda a legislação e a tradição mariana criaram um modelo específico de trabalho pastoral inserido no âmbito da Igreja universal. A atividade pastoral nas igrejas dos padres marianos no século XIX era extensa e distinguiu-se pelo dinamismo, assumindo formas diversas. Cerca de oitenta dias festivos, duas oitavas, a dupla celebração da devoção *quadraginta horarum*, as festas dos padroeiros das paróquias e as festas patronais das irmandades constituíam cerca de cento e vinte dias em que era celebrada a liturgia solene. Não se tratava aqui da simples liturgia ou santa Missa. Em todos esses dias, as devoções em suas diversas formas (santas Missas, rosário, devoções em honra da Santíssima Virgem Maria, sermões, procissões, confissão e cânticos) duravam geralmente das 7 à 16 horas, com uma hora de interrupção ao meio-dia⁶³.

⁵⁸ ASV, S. Congr. Indulg. et SS. Reliq. (s.f.), 15 octobris 1841, Rescripta, Mariani: “[...] Plenarium in qualibet in aliis ut infra iisdem B.V.M. Festivitatibus, Nativitatis nempe, Annuntiationis, Purificationis et Assumptionis incipiendo a primis Vesperis usque ad earum diem solis occasum qui ut supra rite dispositi fuerint, visitaverint et oraverint et pariter plenariam pro unica tantum vice temporis intervallo cujuslibet Expositionis SS.mi Eucharistiae Sacramenti in forma Quadraginta horarum, tamen tempore inter-polarum in dictis Ecclesiis de Ordinario licentia ubi fas existentur peragendae, si, ut supra rite dispositi et orarent ejusmodi Expositioni interfuerint clemente elargitur. Praesenti in perpetuum valituro absque etc. et cum particulare easdem Plenarias Indulgentias in Suffragium etc.”

⁵⁹ ASV, S. Rituum Congregatio, Decreta ab 1778 ad 1789, f. 192.

⁶⁰ ABUV, Prot.Rasn., Carta de 5/6/1765.

⁶¹ ASV, S. Congr. Indulg. et SS. Reliquiarum, Rescripta: vol. 40 (s.d.) 1767, Mariani – Ex Audientia a SSmi. die 10 Februarii 1767.

⁶² ASV, Sec.Brev.Altar.Perp., vol. 71, 1785. Pius VI, II, ff. 214-217.

⁶³ Não é possível estabelecer o número exato dos dias festivos, visto que algumas festas patronais eram comemoradas no domingo; não se sabe também exatamente quantas festas patronais da paróquia e da irmandade havia em determinada igreja. P. ex., na paróquia de Gozlin, em 1834 foram comemoradas nove festas patronais, sendo que algumas delas duravam oito dias, como p. ex. a Festa dos Falecidos ou da Imaculada Conceição; outras duravam três dias, como a do Pentecostes; e seis festas patronais em honra da Santíssima Virgem Maria eram comemoradas por um dia. ADS, Visit.Gozlin, 1834. Quanto à programação das devoções nos dias festivos, cf. *Horologium Marianum*..., passim; AGM, Prot.Skórc.,

J. Kitowicz menciona: “Nas festas solenes a nobreza vinha às suas igrejas paroquiais, e muitas vezes às religiosas, quando as havia por perto. Nelas sempre havia mais orações e diversas devoções, mais do que nas igrejas diocesanas”⁶⁴.

A respeito do bom trabalho pastoral dos marianos testemunham os relatórios das autoridades diocesanas, que em geral não eram muito favoráveis aos religiosos. No dia 11 de abril de 1827, o bispo Czyżewski, dirigindo-se à Comissão Governamental pedindo ajuda material aos marianos, registrava que “os marianos são extremamente úteis. O clero diocesano participa de retiros nos conventos deles”⁶⁵. Um outro bispo dessa mesma diocese, de Sejny, escrevia: “Para mim, o principal motivo do apoio aos marianos é a sua enorme utilidade na assistência pastoral na minha diocese”⁶⁶. Por sua vez o núncio apostólico em Viena, Leopardi, em 1841 pronunciava-se a respeito dos marianos numa correspondência dirigida à Santa Sé: “A congregação dos padres marianos existe na Polônia para a grande edificação e o proveito espiritual dos católicos de lá”⁶⁷. O último testemunho provém do superior geral Pe. Wilczyński, que em 1864 escrevia ao ordinário de Podlasie, o bispo Benjamin Pedro Szymański: “Vossa Excelência deve estar convencido da utilidade da nossa ordem. O trabalho e o serviço pastoral tem sido por nós cumpridos muito dignamente”⁶⁸.

Ajuda aos párocos

Na congregação dos padres marianos – como resulta da formulação encerrada na regra: *parochis in cura animarum suffragantes* – a ajuda aos párocos era uma das principais tarefas⁶⁹. No âmbito dessas tarefas, pode ser destacado o trabalho pastoral em paróquias sujeitas à administração do clero diocesano e outras formas de ajuda ocasional. A segunda forma de ajuda era oferecida por todos os conventos marianos.

f. 27, *Modus peragendae devotionis in die commemorationis omnium fidelium Defunctorum*; Id., ff. 86-89, Decretos dos capítulos.

⁶⁴ Kitowicz, *Opis obyczajów...*, 22.

⁶⁵ Arch.Sk., 35-36, n. 71.

⁶⁶ Ibidem, 44, n. 103, Carta do bispo M. J. Manugiewicz à Comissão Governamental para Assuntos de Religiões, 19/12/1829.

⁶⁷ ASV, Congr. VV. et RR., Sez. Regulari-Mariani, junho de 1841. O núncio de Viena, Ludovico Altieri, ao Prefeito da S. Congr. VV. et RR.

⁶⁸ ADS, VII, A 1, 432, R. Wilczyński ao bispo B. Szymański, 12/10/1864.

⁶⁹ *Regula Ordinis B.M.V. quae Patres Mariani Congregationis Polonae sub tit. Immaculae Conceptionis B.V.M. Defunctis et Parochis in cura animarum suffragantes, profitentur*, Varsaviae, 1723; de maneira um pouco diferente, *Horologium Marianum seu Ordinarium ceremoniale Ordinis Immac. Conc. B.V.M. Congr. Polonae in cura animarum fidelium et coadiutorum parochorum*, Varsaviae, 1732.

Em geral os marianos exerciam a função de vigários nas paróquias diocesanas, e somente alguns exerciam a função de párocos. Por exemplo, em 1821 era pároco em Magnuszew o Pe. Justino Skrzyński, membro da comunidade conventual em Góra Kalwaria⁷⁰. Em Wasiliszki, na Lituânia, exercia a função de pároco o Pe. Onofre Szyrwid, o qual, no entanto, na opinião de alguns autores, *habitu saecularem portabat*⁷¹.

Em razão da falta de párocos, alguns marianos os substituíam temporariamente, como p. ex. o Pe. João Matulewicz, que nos anos 1822-1823 foi o administrador da paróquia em Rumbonys; mais tarde exerceu a mesma função o Pe. Juliano Korycki⁷². Em 1860, o Pe. Joaquim Piotrowicz foi administrador da paróquia em Kamieniec Litewski⁷³, e o Pe. Lourenço Żurakowski exerceu essa mesma função em Dywiny⁷⁴. O exercício da função de pároco ou administrador de uma paróquia subordinada ao clero diocesano ocorria entre os marianos muito raramente.

Os capítulos gerais não se propunham a aceitar de muito bom grado esse tipo de trabalho, que não tinha muito em comum com a vida religiosa. As constituições de 1787, ao estimularem marianos ao trabalho pastoral nas paróquias, ressaltavam que “os religiosos que ajudam nas paróquias diocesanas não podem permanecer ali por mais de três meses, e mesmo os superiores locais não podem prorrogar essa autorização sob pena de suspensão (afastamento da função). Somente o superior geral, por motivos racionais e muito justos, pode autorizar uma permanência mais prolongada na paróquia diocesana”⁷⁵.

Apesar de a legislação proibir aos marianos o exercício da função de capelães, as capelanias eram para eles os cargos mais desejados. Existiam paróquias em que eles exerciam permanentemente a função de vigários, auxiliares do pároco. Temos aqui em mente as estruturas na Lituânia, por exemplo as paróquias que se encontravam nas proximidades dos conventos de Mariampol e Mirosław⁷⁶; por sua vez na Polônia étnica eram as paróquias de: Powsin, Służewiec, Grójec, Pruszyń, Zbuczyn⁷⁷.

Faltam na realidade dados detalhados a respeito dos marianos que ajudavam nas paróquias, no entanto, com base nos documentos acessíveis é possível ela-

⁷⁰ Arch.Sk., 6, n. 8.

⁷¹ El.Alph., 53; Sydry, *Papczyński...*, 287.

⁷² El.Alph., 27, n. 34.

⁷³ Kubicki, *Kaplani bojownicy...*, II/4, 248-249.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ *Constitutiones Marianorum...*, cap. VI/3.

⁷⁶ Totoraitis, *Marianie...*, 15.

⁷⁷ Totoraitis, *Mariampolski...*, 12; Sydry, *Papczyński...*, 279; ADŁ, Listy zakonników 1808-1812, Mariampol i Mirosław; ADS, Visit.Gen. Skórzec, 1835; ADS, Wykaz... zakonników 1835-1864.

borar uma imagem geral desse trabalho específico, definindo aproximadamente o número dos marianos empregados nas paróquias. No período em análise, pelo menos trinta marianos faleceram durante o exercício de capelães⁷⁸, porquanto se verifica que a tal ponto eles se tornaram “trabalhadores permanentes” que, apesar da idade avançada ou da doença, não voltavam ao convento de origem. Por falta de documentos, é desconhecido o destino de cerca de quarenta marianos que trabalharam nas paróquias, não se sabe exatamente onde e quando faleceram, embora fosse conveniente verificar por que – apesar de se encontrarem longe dos conventos – os seus nomes não foram registrados no *Album Mortuorum*⁷⁹.

Dentre os doze padres que se encontravam em 1799 em Mariampol, quatro trabalhavam como vigários, exercendo o ministério pastoral em outras paróquias diocesanas (eles constituíam 33% dos padres do convento). Além disso, sem contar os mencionados quatro, o convento cooperava com as paróquias vizinhas, enviando-lhes padres como auxiliares eventuais. Dentre os onze padres que permaneciam naquele mesmo ano em Mirosław, dois trabalhavam como capelães paroquianos (o que significava 18% deles)⁸⁰. Em 1808, havia em Mariampol doze padres, e três deles (isto é, 25%) exerciam a função de vigários nas paróquias diocesanas, outros trabalhavam ocasionalmente nas paróquias⁸¹. O relatório relacionado com o convento de Skórzec, elaborado em 1818, informa que “há aqui oito sacerdotes, mas quatro deles se dirigiram às paróquias vizinhas [e trabalham nelas] como vigários”⁸².

Nesse mesmo convento, havia em 1835 nove padres, e dentre eles três estavam ocupados nas paróquias⁸³; em 1837 eles também eram nove, e quatro traba-

⁷⁸ A expressão “pelo menos” significa que com certeza havia mais deles, embora fosse possível encontrar os dados de somente 30 marianos, relacionados com o lugar e a data da morte deles. Faleceram: Aloisio Chelstowski em Sieciechów; José Cieniewski em Seroczyn; Lourenço Dobkiewicz em Sunskai; Francisco Dorociński em Samogoszcz; João Dziewulski em Paris; Carlos Filipkowski em Pniewnik; Vicente Gawień em Didvyzizi; Marcos Herald em Piaseczno; Mariano Ignatowski em Pruszyń; Estanislau Jacuński em Varsóvia; Carlos Iwaszewski em Sentezeriai; Mariano Kubicki em Czersk; Aleixo Makarewicz em Radziejowice; Estanislau Michałowski em Kamimelis; José Mraas em Sobotniki; José Ołtuszewski em Biała; Severino Pacht em Siedlce; Estanislau Rudziewicz em Paezierai; Antônio Strzałkowski em Prazmów; Rafael Szafrankowski em Cielądz; Leo Szczepkowski em Varsóvia; José Szląskowski em Jazgarzew; Adão Tarczewski em Siedlce; Isidoro Taudt em Varsóvia; Valentim Wilczyński em Kutno; Miguel Zdanowski em Ryki – com base em Al.Alph.

⁷⁹ Supondo-se que alguns não tenham sido registrados no *Album mortuorum* por esquecimento ou engano provocado pela repetição de sobrenomes iguais – p. ex. no período em análise houve 6 religiosos com o sobrenome Jastrzębski (numa congregação tão pequena) – é preciso levar em conta que, ou eles se afastaram da congregação, ou permaneceram nas capelanias, não querendo voltar aos conventos de origem. Igualmente outros documentos e relações dos marianos não citam os seus nomes.

⁸⁰ Totoraitis, *Marianie...*, 27-28.

⁸¹ ADŁ, Listy zakonników 1808-1812.

⁸² Arch.Sk., 69, n. 147.

⁸³ ADS, Visit.Skórzec, 1835.

lhavam na paróquia diocesana⁸⁴; em 1863 eram oito, dos quais quatro estavam envolvidos nas paróquias⁸⁵. Dos cinco padres presentes em Puszcza em 1862, um trabalhava como vigário em Cielądz, outro em Biała Rawska⁸⁶. No século XIX Goźlin se tornou um convento secundário, no qual havia geralmente três, quatro padres, dos quais um ou dois ajudavam aos párocos como vigários ou simples auxiliares⁸⁷. Não se preservaram muitas informações a respeito dos conventos em Góra e em Puszcza, no entanto, com base no *Album Mortuorum*, pode-se afirmar que também os marianos de lá trabalhavam como capelães paroquianos⁸⁸. Confirma isso também o relatório do governo de 1819, que avalia da seguinte forma o papel do convento em Puszcza: “O convento está em meio a cinco grandes paróquias. Os marianos prestam ajuda aos fiéis, vão às capelânias ajudar aos párocos e em Puszcza exercem o trabalho pastoral”⁸⁹.

Com base nas pesquisas realizadas pode-se determinar que cerca de 30% dos padres trabalhavam (nos anos 1787-1864) em paróquias subordinadas à jurisdição do clero diocesano. Esse é o índice mais elevado, em comparação com as outras congregações religiosas⁹⁰.

Apesar de a legislação mariana procurar restringir o trabalho dos religiosos nas paróquias, eles exerciam esse ministério nos núcleos diocesanos geralmente por alguns anos. Um caso especial foi o Pe. Estanislau Chromiński, que exerceu a função de vigário em Pruszyń de 9 de dezembro de 1814 a 30 de junho de 1832, era ainda pregador na paróquia de Goźlin nos anos 1832-1845, além de proporcionar – ainda que ocasionalmente – o ministério pastoral nas igrejas diocesanas próximas⁹¹. Pelo menos por onze anos exerceu a função de vigário o Pe.

⁸⁴ ADS, Wykaz... zakonników 1836-1864.

⁸⁵ ADS, VII, A 1, 432. Wilczyński ao bispo Szymański, Skórzec, 12/10/1864.

⁸⁶ *Catalogus cleri... Archidioecesis Varsaviensis 1862*, 32.

⁸⁷ Isso resulta de: Visit.Gen. Goźlin, 1810 e 1834; ADS, Wykaz... zakonników 1836-1864; AZakG, Regestra Missarum.

⁸⁸ P. ex., Marcos Herald, de Góra, era capelão em Piaseczno, onde faleceu em 1803, El.Alph., 17. O Pe. Justino Skrzyński, do convento em Góra, era pároco em Magnuszew, Arch.Skórc., 6, n. 8; o Pe. Rafael Szafrankowski, de Cielądz, e o Pe. José Ołtuszewski, de Biała, ambos do convento em Puszcza, *Catalogus cleri... Arch Vars.*, 1862.

⁸⁹ Arch.Sk., 4, n. 5.

⁹⁰ Dados mais exatos provêm de 1773 (questionário Garampi). Naquele ano, 14% dos frades bernardinianos trabalhavam em paróquias diocesanas; os franciscanos constituíam 10%, os dominicanos – 7,6%, os carmelitas descalços – 7%, os trinitários – 10,2%. J. Flaga, *Działalność duszpasterska zakonów w drugiej połowie XVIII wieku*, Lubin, 1986, 121-122; Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 264-266. Segundo l'A., no século XIX os frades capuchinhos procuravam evitar o trabalho em capelânias paroquiais, e envolviam-se em missões populares, em retiros e no ministério em suas próprias igrejas. Somente na diocese de Sejny havia no séc. XIX muitos religiosos que haviam fugido da Rússia e que trabalhavam na diocese sem a autorização dos bispos daquela diocese. Jemielity, *Diecezja sejneńska...*, 135-137.

⁹¹ ADS, Lista kondukt duchowieństwa zakonnego dekanatu garwolińskiego, 28/9/1843. Esse documento contém a biografia do Pe. S. Chromiński. AGM, *Album Mortuorum Skórcensis* (sob a data de 2/2/1860).

Vicente Gawień. O bispo da diocese de Podlasie empenhava-se por prorrogar a permanência dos religiosos que trabalhavam nas paróquias. Era nesse sentido que ele escrevia ao superior geral dos marianos, Pe. Czerniewski: “[...] que os superiores não mudem com frequência os religiosos que são administradores nas paróquias ou vigários, porque isso acontece com prejuízo aos paroquianos. Para a mudança do religioso, os superiores devem obter o consentimento do consistório”⁹². O superior geral Pe. Wilczyński, desejando trazer ao convento o Pe. Wójtowicz, utilizou-se dos seguintes argumentos numa carta dirigida ao bispo Szymański: “Em princípio há uma grande necessidade de o Pe. Wójtowicz voltar ao convento em Skórzec, porque ele oficialmente está há dez anos na ordem dos marianos, mas tem permanecido todo esse tempo numa única paróquia diocesana”⁹³.

À luz dos documentos, podemos responder à pergunta a respeito de quem era encaminhado para o exercício da função de capelão paroquial e como era fundamentada a escolha de determinados padres. Sobretudo seria preciso mencionar os marianos beneméritos e aqueles que em algo se distinguiram. As capelarias, a bem da verdade, eram uma espécie de privilégio; por exemplo, os padres Ignatowski e Mraas, que haviam exercido diversas funções dentro da congregação – inclusive o cargo de superior geral –, dedicaram-se (ambos como ex-superiores gerais) ao trabalho apostólico nas capelarias até o final de sua vida⁹⁴.

Acrescentemos, além disso, que os ex-conselheiros gerais Aloísio Chelstowski, José Ołtuszewski, Nicolau Szląskowski (procurador-geral da congregação) e Valentim Czubernatowicz (também procurador-geral, que em Roma resolveu importantes assuntos da congregação), após o término dos seus mandatos passaram vitaliciamente às capelarias. Um outro grupo de beneméritos marianos foram os *Patres Ordinis*: José Cieniewski, João Matulewicz, Gaspar Kaliszewski, Plácido Starkiewicz e os membros do Conselho Geral: Francisco Dorociński (secretário-geral), Sebastião Ambrożewicz e João Niezabitowski (ambos assistentes gerais da congregação)⁹⁵. Nas paróquias diocesanas não faltaram igualmente alguns ex-superiores de conventos, como: Marcos Herald, Pedro Szumowski, Juliano Korycki, Vicente Niewiarowski e outros⁹⁶.

⁹² ADS, Protokół ogólny od 1836, Carta de 11/3/1837, Janów.

⁹³ ADS, VII, A 1, 432. Carta de 12/10/1864.

⁹⁴ AGM, Prot.Skórc., ff. 78-80. Carta de J. A. Ignatowski, Exprepositus generalis, a respeito da morte de J. Mraas, Skórzec, die prima mensis Junii 1793. A respeito do Pe. Ignatowski, cf. El.Alph., 18.

⁹⁵ Com base em El.Alph. (que apresenta ordem alfabética). A respeito do Pe. João Niezabitowski, cf. AZakS, Testament K. Cieszkowskiego, A.D. 1802; ABUV, Doc.Viln., II, Tabella Generalis 1793, enfatiza a dignidade de todos os religiosos daquele tempo. Os dados estatísticos dos anos 1830-1864 provêm de: ADS, Wykaz... zakonników 1837-1864.

⁹⁶ El.Alph.; as informações provêm de: ABUV, Doc.Viln., I, ff. 246, 257; vol. II, ff. 229, 38-39, 47; ABUV, ACPRus., ff. 22, 24.

Importa mencionar que entre os padres que exerciam o ministério pastoral fora dos conventos havia certa porcentagem de religiosos jovens, que eram enviados às paróquias como capelães logo após os estudos. As causas dessa pressa eram de dois tipos: as necessidades econômicas do convento e a falta de padres nas paróquias tradicionalmente servidas pelos marianos. Aconteceu até que em 1837, do convento de Skórzec, foram enviados às paróquias quatro padres que anteriormente não tinham exercido nenhuma função, e dois deles haviam acabado de ser ordenados naquele ano⁹⁷. Naquele tempo, havia em Skórzec apenas nove padres, ao passo que os marianos deviam prestar ajuda a quatro paróquias (Ceranów, Kopcie, Niwiski e Pruszyń). Os demais cinco padres, de mais idade, não podiam dirigir-se para lá visto que exerciam as funções de superior local, educador do noviciado, superior geral, assistente e professor de teologia⁹⁸.

O Padre Estanislau Chromiński foi encaminhado ao trabalho na paróquia apenas um ano depois de ser ordenado. Para isso, ele se utilizou da sua origem nobre e senhorial. Contava com o apoio dos conselheiros gerais e dos superiores locais, que se originavam da nobreza. Mas, acima de tudo, ele tinha uma adequada preparação intelectual e muitas outras qualidades⁹⁹. Um outro padre que foi enviado à paróquia logo após a ordenação foi o Pe. R. Szafrankowski¹⁰⁰.

Diversas eram as causas que estimulavam a enviar os religiosos às paróquias, sendo às vezes a necessidade de ganhar dinheiro. O superior de Raśna escreve em 1798: “Um sacerdote do convento, isto é, o Pe. Adão Matulewicz, a fim de ajudar financeiramente à ordem, com o consentimento das autoridades religiosas foi enviado à capelania”¹⁰¹.

Ocorria também que os bispos ou o consistório diocesano pediam o envio de sacerdotes a algum convento, e às vezes até recomendavam algum religioso para determinada paróquia. Em 1847 o decano de Brześć escreveu em nome do consistório de Vilnius uma carta ao Pe. Kryński, superior em Raśna, obrigando-o a lhe enviar dois religiosos para que “cumprissem as tarefas pastorais durante a ausência dos párocos”. O decano apontava igualmente quem deviam ser eles,

⁹⁷ Eram eles: João Matulewicz n. 1798; Aloísio Strejch n. 1800, e dois outros, recém-ordenados: João Stankiewicz n. 1807 e Francisco Tarnowski n. 1805. ADS, Wykaz... zakonników 1837.

⁹⁸ ADS, Visit.Skórzec, 1835; ADS, Wykaz... zakonników 1837. Em Skórzec encontrava-se a casa geral e a casa de estudos, e alguns sacerdotes que ali trabalhavam não podiam assumir capelanias. Nessas circunstâncias, a título de exceção, foram enviados às capelanias dois padres logo após a ordenação sacerdotal.

⁹⁹ Chromiński era um dos poucos marianos que antes do ingresso na congregação havia concluído todas as séries do famoso ginásio em Łuków. ADS, Lista kondukt dek. garwolińskiego – Goźlin 1843.

¹⁰⁰ No *Album Mortuorum Skórcensis* lemos que ele nasceu em 1804 e faleceu no dia 18/10/1831, enquanto exercia a função de colaborador na paróquia de Cielądz. Levando-se em conta que os marianos geralmente eram ordenados com a idade de 26 anos, o Pe. Szafrankowski havia ido a essa paróquia no ano da sua ordenação.

¹⁰¹ ABUV, Doc.Viln., I. Relatório relacionado com o convento em Raśna, de 1798.

e o próprio tom da carta era imperativo: “Para Zbirany, no lugar do pároco Godlewski, fica destacado o Pe. Silvestre Hankiewicz; para Dywiny, no lugar do pároco Wierciński, deve ser enviado o Pe. Carlos Osmólski. Estes dois devem ali permanecer até uma outra decisão da autoridade diocesana e manter-se à custa dos párocos locais”¹⁰².

Em 1848, quando o pároco Narbutt foi condenado a seis meses de exercícios espirituais em Raśna por ter batizado duas crianças de uma família ortodoxa, os marianos tiveram de enviar para o seu lugar um religioso seu, “que tivesse condições de dirigir o trabalho pastoral na paróquia e manter em ordem os livros paroquiais”¹⁰³.

Nos anos 1854-1863 a metade dos padres trabalhava em capelanias paroquiais – não sem as persistentes insistências e pressões da parte do bispo de Podlasie B. Szymański. Lamentava isso o superior geral Pe. Wilczyński, que escrevia ao bispo: “O Pe. Żukowski, atendendo a um pedido pessoal de Vossa Excelência, exerce trabalho pastoral na paróquia de Miastków, o Pe. Goławski trabalha na diocese de Lublin, o Pe. Jabłonowski viajou a Stoczek a pedido do pároco local. O Pe. Kosmański foi enviado por Vossa Excelência a Komarówka e atualmente ali se encontra. Todas as decisões de Vossa Excelência foram por mim humildemente aceitas e respeito a autoridade de Vossa Excelência”¹⁰⁴.

Constituíam um grupo especial de religiosos os marianos que falavam em lituano. Eles ajudavam aos párocos que atuavam na zona lituana desconhecendo a língua local: “Em Rumbonaj, era pároco o Pe. J. Żuk, que não conhecia o lituano, de maneira que lhe ajudavam os marianos de Mirosław”¹⁰⁵.

Segundo Totoraitis, “os padres marianos de Mariampol e Mirosław viajavam para ajudar em diversas paróquias, para ali pronunciar sermões em lituano, visto que os párocos não conheciam essa língua”¹⁰⁶. O pároco de Udria escrevia ao seu decano: “Na igreja as devoções realizam-se em língua polonesa, apenas a cada terceiro domingo é pronunciado um sermão em lituano, e então pedimos a ajuda de um mariano de Mirosław”¹⁰⁷. Igualmente o cura da paróquia lituana Seirijusiai, pedindo ao bispo que lhe enviasse um auxiliar, escrevia: “O padre de Mirosław só me ajuda de vez em quando, então peço que me envie um sacerdote lituano”¹⁰⁸.

¹⁰² Ibidem, vol. II, ff. 190-191.

¹⁰³ Ibidem, f. 192.

¹⁰⁴ ADS, VII, A 1, 432. Carta de 12/10/1864.

¹⁰⁵ Totoraitis, *Marianie...*, 15.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem.

Alguns marianos se empenhavam por conta própria junto ao bispo para que lhes arranjasse alguma capelania ou prebenda¹⁰⁹.

Além de proporcionar ajuda constante aos párocos diocesanos, os marianos ocasionalmente também prestavam ajuda ao clero. Essa forma de cooperação, de acordo com a legislação dos marianos, existia principalmente naqueles conventos junto aos quais não haviam surgido paróquias: em Raśna, Góra e Puszcza. Num relatório a respeito da atividade de Raśna podemos ler: “Este convento não dirige uma paróquia, apenas presta ajuda aos párocos da redondeza”¹¹⁰. A respeito do convento em Góra, o superior local escrevia em 1819 que “a utilidade deste convento restringe-se ao cumprimento das obrigações religiosas, e ocasionalmente paroquiais”¹¹¹.

Prestavam ajuda ocasional todos os conventos, sobretudo em períodos do ano litúrgico tão especiais como: Páscoa, Natal, festas dos padroeiros da igreja. Na primeira metade do século XIX, somente uma parte dos padres era capaz de pronunciar homilias. Acontecia às vezes que as devoções dominicais eram celebradas sem o sermão¹¹². No caso da confissão, como afirma Fręchowicz, “a maioria do clero diocesano tentava deixar esse trabalho por conta dos religiosos”¹¹³. Em tais situações, os marianos viajavam dos conventos às paróquias para ouvir confissões e pregar sermões; por exemplo, os marianos de Mariampol ajudavam ocasionalmente cerca de vinte paróquias¹¹⁴. Apreciando o trabalho pastoral dos padres marianos, numa carta de 17 de junho de 1923 a cúria diocesana de Augustów enviava um pedido ao bispo para que ordenasse alguns jovens seminaristas marianos, visto que faltavam sacerdotes, e os sacerdotes recém-ordenados marianos seriam muito úteis¹¹⁵. Em 1859, as autoridades dessa mesma diocese, pedindo ao bispo Wołonczewski que ordenasse alguns seminaristas marianos, afirmavam que esses religiosos eram extremamente úteis aos párocos, sobretudo ouvindo confissões, e por isso eram muito úteis à diocese¹¹⁶.

Da mesma forma também os marianos do convento em Skórzec procuravam ocasionalmente ajudar aos párocos. Em 1864, apesar de que dos oito sacerdotes que ali se encontravam quatro trabalhavam em capelarias paroquiais, o superior

¹⁰⁹ ASV, Congr. VV. et RR. Ppsizioni-Regolari-Luglio 1842, Recursus ad S. Sedem contra Ordinarium Varsaviensem, Chierici Reg. Mariani. Tratava-se dos padres Silvério Marcinkiewicz e Honório Katyl.

¹¹⁰ ABUV, Doc.Viln., I, f. 133.

¹¹¹ Arch.Sk., 98, n. 190.

¹¹² Z. Skielczyński, Jubileusz roku świętego obchodzony w archidiecezji warszawskiej w 1826 r. *Wiadomości Archidiecezji Warszawskiej* (1973) 9, 337-341.

¹¹³ Fręchowicz, *Działalność duszpasterska b-pa Szymańskiego...*, 175.

¹¹⁴ Totoraitis, *Marianie...*, 14-16.

¹¹⁵ Ibidem, 16.

¹¹⁶ ADŁ, Akta święceń 1847-1868, f. 212.

geral informava: “Além de mim, encontram-se aqui mais três religiosos. O Pe. Pestyniuk, leitor, além das aulas tem a obrigação de pregar sermões na redondeza nas festas patronais; o Pe. Mankielun, leitor, além das aulas e dos sermões pregados na região sempre que disso há necessidade, ainda leciona na escola paroquial; o Pe. Pielasiński ocupa-se com a paróquia em Skórzec, controla os livros e os documentos paroquiais, prega sermões, visita os doentes e lhes administra os sacramentos, além de ensinar o latim e o catecismo”¹¹⁷. É preciso lembrar que em Skórzec se encontrava a casa geral e que, além de todas as obrigações mencionadas, era preciso ocupar-se também com outros assuntos, de toda a congregação.

Nos anos 1787-1864 pelo menos cento e dez marianos – em diversos períodos – trabalharam como capelães paroquiais ou senhoriais¹¹⁸. Eram chamados “permanentes”, visto que trabalhavam oficialmente um determinado período de tempo como vigários, administradores ou auxiliares. No entanto, torna-se impossível definir mais precisamente o tipo de ajuda proporcionada pelos marianos.

As funções de capelães “permanentes” constituíam certa ameaça para a vida da ordem. Constata-se, com efeito, que alguns marianos, ao assumirem as tarefas pastorais dentro de uma paróquia, não queriam depois renunciar a elas e “aos poucos se esquivavam das práticas da vida religiosa, e finalmente acontecia que eles rompiam o vínculo com a ordem e nada mais com ela os unia, além do hábito branco mariano que usavam”¹¹⁹. Confirmam isso os requerimentos de onze padres marianos que, não querendo voltar ao convento após o trabalho nas capelanias, dirigiram-se à Santa Sé com o pedido de serem transferidos ao clero diocesano¹²⁰.

¹¹⁷ ADS, VII, A 1, 432. R. Wilczyński ao bispo B. Szymański, 12/10/1864.

¹¹⁸ Não existe uma relação dessas capelanias. O seu número foi estabelecido com base nos seguintes diversos documentos: AGM, Prot.Skórc.; ABUV, Doc.Viln., II, Tabella Generalis 1793; ABUV, ACPRus.; ADŁ, Listy zakonników 1808-1812, Mirosław, Mariampol; ADŁ, Akta dek. łódzkiego, 1828, 1835, Mirosław; ADS, Wykaz... zakonników 1837-1864; ASV, Reg. Regul., vol. 210, f. 66v – die 28 III 1806; ibidem, vol. 211, f. 163; ASV, Congr. VV. et RR. – Posizione-Regolari-Luglio 1842 (A-V) – Mariani; El.Alph.; Totoraitis, *Zakon mianów...*, 5-8, 31-32; Id., *Marianie...*, 27-28; Elenchus cleri... Archidioecesis Varsaviensis, 1857, 1861/2/3.

¹¹⁹ AGM, Prot.Skórc., ff. 86-89. Puncta capitularia 1793/10 (trad. do autor).

¹²⁰ Eram eles: Miguel Francuzewicz, ASV, Reg. Regul., vol. 210, f. 66v, die 28 III 1807; Justino Skrzyński, ibidem, v. 211, f. 163v, die 25 Iulii 1807; Francisco Dąbrowski, ibidem, vol. 225, f. 16r, die 20 Ian. 1826; vol. 231, f. 198v, die 23 agosto 1832; Pedro Czarnocki, ibidem, vol. 206, f. 246r, die 3 ottobre 1802; Silvério Marcinkiewicz e Honório Katyl, ASV, Congr. VV. et RR., Swz. Regolari-Luglio 1842 (A-V) Chierici Regolari mariani; Archivio della S. Penitenziaria Apost., Indici Apostolici dei Regol., vol. I. Michele Borkowski solicita a secularização, 20 de janeiro de 1788, vol. 2. Diogo Tichi – requerimento (dimissione dell’abito e l’abilitazione – dispensa da obrigação de usar o hábito e do cumprimento do ministério), 3/5/1799; vol. 3. Fortunato Arnaldo..., pedido de secularização, 11/1/1786; vol. 4. Candido Spourny... apostata, supplica di essere assoluto, die 15 IX 1790; ibidem, Agostino Szneider, pedido de permanecer na sua paróquia como padre (in abito di Prete), die 10 IX 1796. Foram encontrados somente esses requerimentos; no entanto, deve-se supor que havia mais requerentes, visto que em relação a cerca

O último requerimento provém de 1836; parece, portanto, que o renascimento da vida religiosa nos anos trinta do século XIX e a postura firme do superior geral Pe. Pórzycki em relação a esse problema refrearam a passagem dos religiosos à diocese¹²¹.

Capelaniais senhoriais

As capelaniais senhoriais começaram a surgir em grande número no século XVIII, mas no século seguinte o seu número diminuiu. Elas eram a expressão da sincera piedade ou do orgulho genealógico, da posição social, da distinção e do pertencimento a uma determinada estirpe ou a uma camada privilegiada que podia vangloriar-se de possuir um “padre próprio”, uma igreja ou capela própria¹²² e constituíam um tipo atraente de trabalho pastoral. Ainda que no século XIX as congregações religiosas geralmente recusassem esse tipo de assistência pastoral, tentadas por diversas vantagens, bem como sob a influência de pressões exteriores, muitas vezes concordavam em aceitá-la. Na segunda metade do século XIX os frades franciscanos conseguiram renunciar a todas as capelaniais e chamar os padres capelães de volta aos conventos¹²³.

Os marianos envolviam-se no trabalho pastoral e muitos deles trabalhavam em capelaniais paroquiais, e poucos em capelaniais senhoriais; no período em análise somente dez padres¹²⁴ exerceram esse ministério. Os laços mais longos e mais permanentes existiram entre os marianos e a família dos duques Czartoryski. O primeiro mariano que exerceu a função de capelão no solar de Frederico Miguel Czartoryski, Grão-Chanceler da Lituânia, foi Benedito Hoennig, de origem checa¹²⁵. Ele exerceu ao mesmo tempo a função de teólogo palaciano

de 40 marianos faltam vestígios nos documentos do séc. XIX. É muito provável que pelo menos uma parte deles tenha passado ao trabalho nas paróquias diocesanas.

¹²¹ Ele interveio junto à Santa Sé contra o procedimento dos bispos que haviam atribuído a alguns marianos o “beneficium”, oferecendo-lhes trabalho em suas dioceses sem obter a autorização da congregação dos padres marianos. ASV, Congr. VV. et RR. – Posizione-Regolari-Luglio 1842. Recursus ad S. Sedem contra Ordinarium Varsaviensem – Chierici Reg. Mariani.

¹²² W. Czapliński; J. Długosz, *Życie codzienne magnaterii polskiej w XVII wieku*, Warszawa, 1967, 165; Łoziński, *Życie polskie w dawnych wiekach*, Kraków³, 1798, 32.

¹²³ Kantak, *Bernardyni polscy*, II, Lwów, 1933, 452.

¹²⁴ Esse número é apenas aproximado. Conseguimos estabelecer os nomes de 11 padres marianos, que trabalhavam nos solares: B. Hoennig, I. Taudt, A. Rortunat, W. Wójtowicz, J. Dziwulski, A. Strejch Gonzaga, L. Szczepkowski, J. Mraas, J. Niezabitowski, S. Pachta e um capelão desconhecido dos Czartoryski em Puławy. Às vezes aparece na documentação o nome do capelão, mas não é fornecido o solar ou a paróquia, e por isso se torna impossível fornecer o número exato dos capelães.

¹²⁵ ABUV, Prot.Wet., Actus Congregationis, die 26 Juni 1753; El.Alph., 17. Na realidade, Hoennig foi capelão nos anos 1751-1770, portanto no período com que não nos ocupamos, mas ele foi o primeiro capelão no solar dos Czartoryski e contribuiu para o fortalecimento dos laços entre os marianos e essa família.

e confessor da duquesa Leonor de Waldstein Czartoryski, que era uma pessoa culta, erudita e excepcionalmente piedosa¹²⁶. Por sua vez esse religioso era uma pessoa piedosa, respeitada por muitos magnatas¹²⁷. Em prova de especial reconhecimento, o rei Estanislau Augusto Poniatowski ofereceu-lhe uma rica prepositura em Prużany¹²⁸. Após a sua morte, a função de capelão e teólogo no solar dos Czartoryski foi exercida por um outro mariano de origem checa, o Pe. Isidoro Taudt¹²⁹. Ele trabalhou para a casa Cartoryski desde 1770, onde, segundo o *Album Mortuorum*, foi *Theologus Aulae Czartoryski plus per 20 annos*¹³⁰. Nenhum documento confirma que por vinte anos ele foi capelão na corte do rei Estanislau, como está escrito no livro *A Cloud of Witness*¹³¹. Essa notícia não é verdadeira, visto que naquele tempo ele esteve ocupado no solar dos Czartoryski e, quando faleceu – 23 de novembro de 1791 –, no palácio a eles pertencente em Varsóvia. Ele foi solenemente sepultado à custa dessa família na prestigiosa igreja dos capuchinhos em Varsóvia¹³².

Lembremos que o mencionado M. Czartoryski era cunhado do rei Estanislau Poniatowski e uma importante personagem da facção político-reformista chamada Família. Graças a esse relacionamento, os marianos puderam obter da parte do rei e da Dieta um significativo apoio para a instauração do processo de beatificação do seu fundador, Pe. Papczyński, instituindo a *Instantia ad Curiam Romanam pro canonizatione et beatificatione Stanislai Papczyński*¹³³. Os marianos obtiveram, além disso, o apoio do rei nos empenhos pela independência dos frades reformados. Nessa intenção o duque encaminhou uma carta à Santa Sé, na qual expressava a sua posição, apoiando os empenhos dos marianos para apressar a sua separação dos reformados¹³⁴.

Desejando agradecer aos Czartoryski por todos os benefícios recebidos, durante o capítulo geral de 1775 os marianos votaram o documento da *affiliatio* dessa família nobre aos méritos espirituais da congregação¹³⁵. No entanto é pre-

¹²⁶ W. Konopczyński, *Czartoryski Michał Fryderyk (1696-1775)*, PSB IV, 288-289.

¹²⁷ Sydry, *Papczyński...*, 273-274.

¹²⁸ ABUV, Doc.Viln., I, Antonius Bogoria Wołłowicz, Episcopus Luceoriensis et Brestensis ad Benedicto Hoenig Ord. Immac. Conc. B. V. Mariae, Janovia, die 19 Aprilis, 1769. Sydry, *Papczyński...*, 273-274; Id., *Organizacja...*, 88.

¹²⁹ Positio, Papczyński, 826.

¹³⁰ El.Alph., 56.

¹³¹ *A Cloud of Witnesses. Marians Across The Centuries*, Stockbridge, 1984, 32-34.

¹³² El.Alph., 56.

¹³³ *Volumina Legum*, VII, Petersburg, 1860, 168, n. 105; cf. ASV, Arch.Nunz.Vars., vol. 13, f. 173r.

¹³⁴ H. Gapski, *Mecenat nad marianami w Polsce przedrozbiorowej*, in: *Marianie 1673-1973*, Roma, 1975, 66-67.

¹³⁵ ABUV, Prot.Rasn., Ordinationes A.D. 1775/1: “Ad maiorem comendationem Congregationis Nostrae Marianae in Serenissima Republica Polona promerendam ejusdemque protectionem consequendam, tum Benefactorum Nostrorum expressius captandam benevolentiam, V-bile Assessorium Celsis-

ciso supor que entrava aqui em jogo mais um fator – o estreitamento dos laços com essa eminente família.

Não se sabe quem foi convocado para o cargo de capelão após a morte do Pe. Taudt, mas nesta oportunidade vale lembrar que no final do século XVIII e no início do século XIX o centro principal onde florescia a vida patriótica era Puławy, cujos proprietários (o duque Adão Casimiro Czartoryski e sua esposa Isabel Fleming) promoviam uma atividade patriótica em prol da Polônia¹³⁶. No palácio deles residia como capelão um mariano, mas infelizmente as informações demasiadamente escassas não permitem determinar a data da sua estada nem mesmo o seu nome; a notícia a respeito da sua presença na família baseia-se unicamente nas memórias de uma testemunha¹³⁷.

Isabel e Adão Czartoryski tiveram quatro filhos: Maria, Sofia, Adão Jorge e Constante, que desempenharam um importante papel não somente no palácio dos duques e magnatas polono-lituanos, mas também nas cortes das potências europeias¹³⁸. Sofia Czartoryski casou-se com o rico conde Estanislau Zamoyski, que era proprietário de uma enorme fortuna; era o proprietário, por exemplo, de um conjunto de fazendas em Maciejowice¹³⁹, perto de Goźlin; Maciejowice era o lugar predileto de residência de Maria e Estanislau Zamoyski.

Faltam documentos que permitam obter uma imagem plena da atividade dos marianos em Maciejowice. Pode-se, no entanto, supor que os marianos que vinham de Goźlin exerciam o ministério pastoral no solar dos Zamoyski. Nos anos 1854-1864 já residia ali um capelão permanente, o Pe. Wójtowicz, do convento de Skórzec¹⁴⁰.

A segunda filha do mencionado ilustre casal, Maria, casou-se em 1784 com o duque Luís de Württemberg, aparentado com o rei Frederico II. Infelizmente, o matrimônio dissolveu-se em 1792 e ocorreu o divórcio¹⁴¹; Maria voltou a Puławy e fixou residência com sua família. Igualmente nesse período o capelão do palácio era um mariano, cujo nome desconhecemos. Após a sua morte

simum Principem Czartoryski Supremum Cancellarium M. D. Lithuaniae cum Cels.-ma Principessa ad participationem Omnium Ordinis nostri Meritorum ac suffragiorum spiritualium, et in vita et post sera fata, percipiendorum reverenti animi admittendam decrevit. Interim vero pro recenter praestato beneficio omnibus Ordinis Nostri Sacerdotibus piaie in Sacrificiis missarum memoriae dictos Celsissimos Principes commendat”.

¹³⁶ H. Waniczkówna, *Czartoryski Adam Kazimierz Joachim (1734-1823)*, PSB, IV, 249-257; Id., *Czartoryska Izabela de Fleming (1746-1835)*, PSB, IV, 241-246.

¹³⁷ L. Dembowski, *Moje wspomnienia*, Petersburg, 189?, 103.

¹³⁸ Waniczkówna, *Czartoryski A. K....*, 249-257.

¹³⁹ *Zamoyski Stanisław (1775-1856)*, Enc.Orgelb., XII, 307; Gieysztor, *Storia...*, 317-318; Kukiel, *Dzieje Polski...*, 124, 129; A. Palm, *Maciejowice*, Śl.Geog., V, 884-885.

¹⁴⁰ ADS, VII, A 1, 432. Wójtowicz W. ao bispo de Podlasie, 17/9/1865.

¹⁴¹ *Wirtemberska Maria Anna*, Enc.Orgelb., XII, 305; *Korespondencja Ignacego Krasickiego*, vol. II, red. Tadeusz Mikulski, Wrocław, 1958, 246-250, 254-261.

(em 1823), essa função foi assumida pelo Pe. João Dziewulski. Inicialmente ele a exerceu em Puławy, e a seguir, após a queda do Levante de Novembro [de 1830], fez companhia a ambas as duquesas – a mãe, Isabel Czartoryski, e a filha, Maria, chamada Württemberg.

O Padre Dziewulski foi por trinta anos capelão e confessor pessoal da duquesa Maria de Württemberg-Czartoryski¹⁴². Deixando o território da Polônia, ele lhe fez companhia nas viagens pela Europa, com permanências mais prolongadas em Viena e em cidades italianas, para finalmente se estabelecer em Paris, onde após a queda do levante alguns membros da família Czartoryski – forçados a abandonar a pátria – instituíram um forte núcleo de vida política, patriótica e cultural (*Hotel Lambert*).

Para a congregação dos padres marianos, mostrou ser importante a estada em Viena, onde – graças aos amplos conhecimentos e às numerosas coligações da duquesa Maria – o Pe. Dziewulski conseguiu estabelecer relações amistosas com os mais importantes emigrantes poloneses, bem como com eminentes personalidades estrangeiras. Entre elas encontrava-se também o núncio apostólico em Viena, Altieri, que confirmou isso numa carta à Congregação dos VV. e RR.: “Era-me bem conhecida a pessoa do Reverendo Pe. João Dziewulski, membro da Congregação dos Marianos na Polônia, a quem conheci também pessoalmente”¹⁴³.

Recordemos que no século XIX os contatos do clero com a Santa Sé eram proibidos e estavam sujeitos a penas. Nos anos 1841-1844, servindo-se de pessoas conhecidas do ambiente aristocrático, o Pe. Dziewulski criou uma rede clandestina de informações e contatos; as notícias, os requerimentos e as cartas faziam o seguinte caminho: Polônia – Pe. Dziewulski – núncio apostólico Altieri – Santa Sé. Esse mesmo caminho, na volta, era seguido pelas respostas. O Padre Dziewulski enviava a correspondência à Polônia através de um mensageiro. No decorrer daqueles três anos, ele solucionou muitos assuntos para a congregação dos padres marianos, como por exemplo a aprovação do calendário litúrgico próprio deles. A troca assim organizada de informações e cartas entre o superior geral Pe. Pórzycki e a Santa Sé perdurou até 1844. Foram trocadas então cerca de vinte cartas¹⁴⁴.

¹⁴² Album Mortuorum Mariampolensis, sob a data 10/4: “[...] Pater Joannes Dziewulski [...] missus ex obedientia ad Ducissam Czartoryska – 1823 ibique usque ad mortem officium Cappelani non tantum in Polonia sed Viennae, Italiae et Parisiis laudabiliter exercebat”. A sua estada como capelão no solar da duquesa Czartoryska é confirmada pelas assinaturas apostas aos documentos enviados à Santa Sé, p. ex.: “Datae Vindobonae die 20 Junii 1843. De mandato Rev. Prepo. Generalis. Joannes Dziewulski capellanus Serenissimae Ducissae de Württemberg Mariae”. (ASV, Sancta Rituum Congregatio, Decreta 1843-1844, Mariani).

¹⁴³ ASV, Arch.Nunz. Vienna, vol. 282 B, f. 93r – 21/5/1841.

¹⁴⁴ Com relação ao Calendário Litúrgico, informações podem ser encontradas em: ASV, S. Congr.

A atividade do Pe. Dziewulski em Viena concentrava-se na aprovação de diversas indulgências para as igrejas marianas e de privilégios concedidos às suas igrejas por ocasião das festas marianas; ele se empenhou também por obter a autorização para a distribuição do escapulário da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria.

A atividade desse embaixador dos marianos é conhecida até agora em pequena escala, porque era realizada clandestinamente, em razão do perigo que ameaçava no caso de ser descoberta; as cartas que chegavam à Polônia eram destruídas. Algumas delas contêm abreviaturas ou somente uma letra do alfabeto indicando o destinatário ou a localidade, bem como uma descrição muito sucinta do assunto¹⁴⁵. Exercendo a função de capelão da duquesa Maria de Württemberg, o Pe. Dziewulski era na realidade um embaixador dos marianos junto à Santa Sé. Após a sua morte foi escrito: *In tota vita sua per maxime coluit pietatem, sobrietatem, castitatem, humilitatem, affabilitatem, mortificationem corporis et animi*¹⁴⁶.

Não se sabe por que a sua atividade foi interrompida em 1844. Naquele mesmo ano renunciou seu amigo, o superior geral Pe. Pórzycki. Dziewulski viajou a Paris – ao palácio da duquesa Maria – e a partir de então, infelizmente, não há qualquer notícia a respeito dos seus contatos com a congregação. Talvez tenham sido descobertos os contatos e relacionamentos ilegais, ou talvez o superior geral Pe. Naruszewicz não quisesse arriscar a revelação dos contatos com o Pe. Dziewulski.

A função de capelão no solar de Félix Lubieński (1758-1848), em Wiskitki, foi exercida pelo Pe. Aloísio Strejch¹⁴⁷. No passado Lubieński havia trabalhado na chancelaria do Grão-Chanceler duque Miguel Czartoryski (onde o ministério de capelão havia sido exercido pelos padres Hoennig e Taudt). Ele teve a possibilidade de conhecer aqueles dois diligentes e apreciados sacerdotes marianos¹⁴⁸. Sua esposa (desde 1782), Tecla Bielińska, era oriunda de uma família aristocrá-

Rituum, Decreta 1841-1842, f. 312v, Congregationis Marianae; ibidem, Decreta, 1843-1844, f. 365f, Congr. Marianae; ASV, Arch.Nunz. Vienna, vol. 281, f. 64r, f. 88r, f. 89v; vol. 282 B, f. 159v. Com relação às indulgências, cf.: ASV, Rescripta S.C. Indulgentiarum et SS. Reliquiarum (s.f.) 1841 – Indulgentiae pro Marianis; ASV, Congr. VV. et RR. Regesta Regulari, vol. 236, ff. 139-140, contém um requerimento solicitando que seja solucionada a questão a respeito de como devia ser presidido um capítulo eleitoral. O Santo Padre permitiu que o presidente fosse escolhido pelos membros do capítulo.

¹⁴⁵ O governo russo permitia o envio de cartas à Santa Sé por seu intermédio, proibindo quaisquer contatos diretos. Em 1829 o superior de Raśna recebeu uma repreensão por ter recebido da Santa Sé “por via particular” duas dispensas matrimoniais. Foi ameaçado inclusive de severos castigos caso um incidente semelhante se repetisse. ABUV, Doc.Viln., II, f. 91. A respeito da correspondência clandestina, cf. J. Skarbek, *Kościół katolicki... 1773-1848*, 469.

¹⁴⁶ *Album Mortuorum Mariampolensis*, sob a data 10/4; El.Alph., 12.

¹⁴⁷ El.Alph., 51.

¹⁴⁸ T. Menzel, *Lubieński Feliks Franciszek*, PSB, XVII, 478-480; Gieysztor, *Storia...*, 315, 318.

tica e estava relacionada com o convento em Goźlin¹⁴⁹; deve-se supor que esse fato sugeriu a Lubieński – um grande magnata e ministro da justiça no Ducado de Varsóvia – a ideia de pedir um capelão aos padres marianos. A sede principal de Lubieński, Wiskitki, encontrava-se a apenas dez quilômetros do convento em Puszcza Mariańska.

Um outro mariano, o Pe. Leo Szczepkowski, exerceu a função de capelão *ad Aulam Domini Krasiński Castrorum Metatoris Regni*¹⁵⁰. Casimiro Krasiński (1725-1802), presidente do parlamento e do tribunal (1778-1782), gozava de grande respeito¹⁵¹. Em razão do seu prestígio e da sua influência no Parlamento, o nuncio J. A. Archetti e o papa Pio VI procuravam conquistá-lo para a facção católica e envolvê-lo na política representada por Archetti¹⁵². Nenhum documento fala da atividade do Pe. Szczepkowski no palácio de Krasiński nem dos estímulos com que se guiou este convidando-o para o seu solar. Sem dúvida ele o apreciava muito, porquanto escreveu aos padres marianos uma carta pedindo que fosse conferido ao seu capelão o distintivo título de *Reverendus Pater*, uma honraria que se equiparava à dignidade de secretário-geral da congregação. O capítulo geral de 1785, apesar de ser contrário a isso, atendeu ao pedido de Krasiński e conferiu ao Pe. Szczepkowski o requerido título¹⁵³.

Os padres marianos destinavam para capelães religiosos instruídos, que se distinguiam pelas suas qualidades, mas sempre e acima de tudo davam atenção ao fato da origem nobre. Além dos solares dos duques e dos magnatas, os marianos exerciam a função de capelães também em alguns palácios da nobreza. Por exemplo, o Pe. José Mraas foi capelão na casa do benfeitor de Mariampol, Nicolau Butler¹⁵⁴; o Pe. João Niezabitowski, um famoso pintor mariano, foi capelão no solar do eminente fidalgo Cristóvão Cieszkowski; residindo em sua casa em Sucha, pintou a igreja local, e ao mesmo tempo pintou quadros para muitas igre-

¹⁴⁹ A família Bieliński residia nas proximidades de Goźlin, cf. I. Turowska-Barowa, *Bieliński Franciszek (1740-1809)*, PSB, II, 50-51. A mencionada família proporcionava ajuda econômica ao convento de Goźlin. F. Bieliński, juntamente com a esposa Cristina e a filha Tecla, pertencia à Irmandade da Imaculada Conceição em Goźlin. AZakG, Liber Confraternitatis Immac. Conc.

¹⁵⁰ El.Alph., 53.

¹⁵¹ W. Szczygielski, *Krasiński Kazimierz (1725-1802)*, PSB, XV, 184-186; *Korespondencja I. Krasińskiego...*, 54-55.

¹⁵² Szczygielski, *Krasiński K.*..., 185.

¹⁵³ AGM, Prot.Skórc., ff. 45-50. Puncta sancita... Capituli Generalis, 1785/18. Todos os religiosos que se distinguiam recebiam, por exemplo, uma recompensa material ou a dispensa de alguma obrigação religiosa. No entanto os capítulos gerais procuravam não distinguir um número exagerado de religiosos.

¹⁵⁴ Totoraitis, *Marianie...*, 19. De acordo com l'A., Mraas foi nos anos 1771-1782 capelão no solar dos Butler em Königsberg, o que já era a sua segunda experiência. Na primeira vez, também esteve no solar dos Butler, embora não saibamos em que período. Permaneceu pela terceira vez no solar de Sofia Szczyt Butler em Zemyslovor, onde faleceu em 1793. AGM, Prot.Skórc., ff. 78-79.

jas¹⁵⁵. Em agradecimento, antes da sua morte, em 1803, Cieszkowski deixou-lhe uma significativa herança¹⁵⁶.

Os marianos prestavam a assistência pastoral não somente em capelanias permanentes dos magnatas e dos solares, mas também nas capelas, às quais nos domingos viajavam dos seus conventos. Em 1834 o visitador geral escrevia de Goźlin que na aldeia de Siedzów havia uma capelinha, onde a pedido da dona da fazenda nos domingos um mariano celebrava a Missa¹⁵⁷.

Igualmente a pedido de Inácio Cieciszowski, proprietário de Ozorów e de outras aldeias situadas na vizinhança de Skórzec, os marianos decidiram – *ex Conventu Skorcensi pro diebus dominicis et Festis* – enviar um sacerdote seu; eles prestaram esse serviço até a morte de I. Cieciszowski em 1803¹⁵⁸.

Da revisão acima das capelanias resulta que oito marianos estiveram ocupados no trabalho pastoral nos solares dos duques-magnatas, e quatro em solares da nobreza. O trabalho nas capelanias senhoriais, como se verificou, acarretou para os próprios religiosos consequências piores do que no caso das capelanias paroquiais; basta levar em conta que dentre os acima mencionados oito padres oito não voltaram aos conventos de origem, tendo falecido nas capelanias.

O Padre Severino Pacht, que desde 1790 era capelão no palácio da duquesa Alexandra Ogińska em Siedlce, não somente deu uma resposta negativa ao pedido do enérgico superior geral Pe. Białowieski, que o estimulava a voltar a Skórzec, mas buscou também a possibilidade de se tornar um religioso secular. A duquesa Alexandra, que desejava retê-lo em seu palácio, interveio nessa questão não somente na nunciatura em Varsóvia, mas até junto à Santa Sé. Ela conseguiu vencer todos os obstáculos, e o Pe. Pacht permaneceu no seu solar com um “benefício” equivalente ao que era devido aos padres seculares¹⁵⁹.

Já nas primeiras duas décadas do século XIX, quando a congregação saía da crise, o superior geral Pe. Białowieski fechou todas as capelanias senhoriais com a exceção da capelania dos Czartoryski em Puławy, onde desde 1823 se encontrava o Pe. Dziewulski¹⁶⁰.

O superior geral Pe. Wilczyński decidiu fechar as capelanias paroquiais; numa carta ao bispo Szymański ele escreve que, logo que um capelão obtém

¹⁵⁵ I. Galicka; H. Sygietyńska, Niezabitowski Jan (1744-1804), PSB, vol. XV, 99; AZakS, Testament K. Cieszkowskiego, A.D. 1802; El.Alph., 38.

¹⁵⁶ AZakS., Testament Krzysztofa Cieszkowskiego, 1802.

¹⁵⁷ ADS, Visit.Goźlin, 1834.

¹⁵⁸ ABUV, Prot.Rasn., Decreto do capítulo 1764/7; M. Danilewiczowa, *Cieciszowski Ignacy (+1803)*, PSB, vol. IV, 38. A família Cieciszowski residia na área da paróquia de Skórzec. O irmão de Inácio, Gaspar Casimiro Cieciszowski, foi arcebispo de Mohylew e metropolita de todos os católicos na Rússia.

¹⁵⁹ ASV, Arch.Nunz.Vars., vol. 135, f. 46, Carta de 14/2/1794.

¹⁶⁰ Cf. nota 141.

o apoio da autoridade diocesana ou de algum duque, “deixa de ser fiel à legislação mariana e deixa de ser obediente à autoridade da ordem, tornando-se também difícil atraí-lo para as práticas religiosas, isto é, para os retiros. E, mesmo que seja possível trazê-lo ao convento e impor-lhe alguma obrigação, no convento logo fica doente, não pode participar das orações comuns e encontra milhares de motivos e escusas apenas para não residir no convento”¹⁶¹.

Mais ou menos do mesmo período provém a opinião do bispo de Cracóvia, Luís Łętowski: “Estou vendo isso há quarenta anos [...]. Haveria muitos casos a relatar e observações a fazer, mas de que serviria isso? Farei apenas uma observação [...]. Não permitir que os religiosos permaneçam nas paróquias e não permitir que os esmoleiros perambularem pelas aldeias, visto que naqueles o espírito esmorece, e nestes surge o espaço para o indecoroso mal. Tendo experimentado a vida laica, servindo a troco de qualquer coisa ao cura da paróquia, não se dispõe depois a voltar ao coro. Tal religioso, se não ganha a secularização, nela fica pensando, e isso dá no mesmo”¹⁶².

Como consequência dessas reflexões surge a pergunta: por que os padres marianos assumiam a função de capelães? Pode-se responder a isso dizendo que eles tinham dívidas de gratidão em relação aos fundadores e benfeitores. Não era fácil renunciar à ajuda deles, especialmente quando se tratava de um benfeitor tão poderoso como a família dos duques Czartoryski ou a rica família nobre Cieszkowski, juntamente com todos os seus membros ligados com os marianos de Skórzec desde o momento da fundação do convento até o seu fechamento¹⁶³. Podemos, como resposta, apresentar também uma outra motivação – a de natureza econômica¹⁶⁴. É preciso levar em conta que os vínculos entre os marianos e as famílias acima mencionadas criaram uma nova forma de protetorado sobre a congregação dos marianos. Não se tratava tanto do apoio econômico, mas – em razão do significativo prestígio e da função exercida – esses protetores (Czartoryski, Łubieński, Krasiński) estendiam sobre a congregação a sua proteção¹⁶⁵.

Não cabe aqui avaliar as dimensões e o significado do mecenato daquelas famílias servidas pelos sacerdotes marianos (Czartoryski, Matuszewicz, Cieszko-

¹⁶¹ ADS, VII, A 1, 432, Carta de 12/10/1864.

¹⁶² L. Łętowski, *Wspomnienia pamiętnikarskie*, Wrocław, 1956², 205.

¹⁶³ Graças à ajuda obtida da família Cieszkowski foi possível, mesmo em tempos de uma crise político-econômica, construir em Skórzec – nos anos 1797-1810 – uma nova igreja, o convento, as casas do convento, bem como adquirir um novo terreno (cf. Introdução n. 4 – Base econômica). A ajuda da família Czartoryski tinha um caráter mais protetor do que econômico. Cf. também: Flaga, *Działalność duszpasterska...*, 136-137. Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 256-263.

¹⁶⁴ Um exemplo típico foi Raśna nos anos 1797-1801. Desse convento o Pe. A. Matulewicz foi enviado à capelanía a fim de ganhar dinheiro e ajudar o convento. ABUV, ACPRus.

¹⁶⁵ AGM, Prot.Skórc., f.63. Decreta capitularia 1788/16; ibidem, f. 75; Decreta..., 1791/27; ABUV, Prot.Rasn., Decreta Capitularia 1775/1; Matuszewicz, *Diariusz*, II, 537, 545, 623.

wski, Zamoyski), mas vale a pena chamar a atenção para o fato de que desde o início do século até 1864 os marianos eram a única congregação na qual o número de conventos não sofreu redução, e eles até conseguiram um novo, em Iglówka; além disso, em meados do século deram início à fundação de um novo núcleo em Sosnowiec¹⁶⁶. Também como a única congregação no Reino da Polônia, até 1864 não somente foram capazes de refrear a tendência declinante do número de religiosos, mas incessantemente visavam ao seu incremento e, apesar da severa legislação antirreligiosa russa, no decorrer de apenas trinta anos foram capazes de aumentar o seu número de quarenta (1810) para oitenta e seis (1841) religiosos, incluindo os seminaristas e os noviços¹⁶⁷.

Importa acrescentar que a congregação não perdeu os seus bens; pelo contrário, desenvolveu significativamente a sua base econômica, tornando-se cada vez mais independente dos seus benfeitores. Gozava, além disso, de uma boa fama e do respeito e por isso, como afirmou o núncio Altieri – pôde fazer mais que as outras congregações¹⁶⁸.

Missões populares e retiros

Em comparação com o ministério das capelanias, mais adequada aos padres marianos *parochis in cura animarum suffragantes*¹⁶⁹, apropriada ao seu estilo de vida religiosa, era a atividade dos retiros. Na segunda metade do século XVIII a Polônia começou a sair da situação de impotência política, intelectual e cultural. Dessas mudanças participou ativamente também a Igreja católica, e para a cooperação no renascimento da pátria foram convocadas igualmente as congregações religiosas¹⁷⁰.

O Padre Nowicki, superior geral nos anos 1776-1788, empenhou na sua atividade muita energia e zelo apostólico a fim de estimular a congregação a esse tipo especial de trabalho pastoral – até então desconhecido dos marianos – que

¹⁶⁶ Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 76-79. Segundo l'A., somente entre os carmelitas descalços, os capuchinhos e os marianos não diminuiu nos anos 1809-1830 o número de religiosos. A estatística relativa a 1808/9 encontra-se em: Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 502-503. No que diz respeito a 1861, cf. a estatística correspondente em Jabłońska-Deptuła; J. Gawrysiakowa, *Zaangażowanie patriotyczne...*, 193, tab. 13.

¹⁶⁷ ASV, Arch.Nunz. Vienna, vol. 181-I, f. 840. Informação a respeito da Congregação dos Padres Marianos (an. 1841).

¹⁶⁸ ASV, Arch.Nunz. Vienna, vol. 282 B, f. 93r.

¹⁶⁹ Cf. Introdução, n. 2 – A concepção da congregação e a sua realização.

¹⁷⁰ L. Bieńkowski, *L'Illuminismo...*, 256; 282-286; S. Litak, Kościół w Polsce w okresie Oświecenia, in: *Historia Kościoła 1715-1848*, v. IV, Warszawa, 1987, 424-426.

eram as missões e os retiros¹⁷¹. Isso não era fácil, sobretudo porque a congregação dos padres marianos, que levava uma vida quase que monástica, não estava preparada para o trabalho missionário e apostólico. O superior geral escrevia aos coirmãos: “Somos convocados a promover missões pelos estímulos dos digníssimos magnatas, que muito nos favorecem e desejam o desenvolvimento da nossa ordem”¹⁷². A fim de criar para as missões uma base legal, durante o capítulo de 1782 ele ordenou que fossem promovidas missões nas igrejas marianas e outras¹⁷³. Esse mesmo capítulo, que se realizou sob a sua presidência, escolheu para prefeito das missões no Reino o Pe. Mateus Zielonka, e no Grão-Ducado da Lituânia, o Pe. Tadeu Białowieski¹⁷⁴.

O Padre Nowicki estimulava todos os marianos a que elaborassem para si um ciclo de homilias, de maneira que no momento apropriado pudessem apresentar o programa e tomar parte na luta pelo renascimento moral e religioso do povo. Após enviar o apelo acima, indicou os nomes de vinte e oito dentre os mais experientes padres marianos que, como os primeiros organizadores de grupos missionários, deviam assumir essa tarefa¹⁷⁵. Ele mesmo redigiu também um detalhado programa missionário, lembrando aos marianos que essa atividade seria ineficaz sem o aprofundamento da vida espiritual e a prática das virtudes cristãs pelos missionários, e também sem o aprofundamento, da parte deles, da ciência teológica¹⁷⁶.

O programa que devia ser realizado pelos marianos era o seguinte:

PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES MISSIONÁRIAS durante a Missão Apostólica dos Padres Marianos

Das seis às sete horas: a primeira santa Missa, durante a qual todas as pessoas presentes devem cantar o Pequeno Ofício da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria; após a santa Missa, ladainhas cantadas de Todos os Santos na intenção da Santa Igreja, com súplicas para o afastamento do castigo divino.

¹⁷¹ T. Górski, *Nowicki Rajmund (1735-1806)*, PSB, XXIII, 334-335; J. V(aisnora), *Nowicki (Nowickis) Raymond*, EL, IV, 104; V(aisnora), *Nowicki Raimundas*, Liet.Enc., XX, 468.

¹⁷² “[...] ad quas missiones instituendas persuasionibus dignissimorum magnatorum, nobis bene faventium, progressumque Ordinis nostri ex-optantibus incitatur”. AGM, Prot.Skórc., ff. 28-38. Nowicki ad omnes Marianos die 30 I 1783.

¹⁷³ “Statutum etiam est ut fiant Missiones in suis ac alienis Ecclesiis”. AGM, Prot.Skórc., f. 25. *Puncta Capitularia...*, 1782/5.

¹⁷⁴ “Destinatus est a Venerabili Assessorio Praefectus Missionis in Regno Poloniae, Rev. P. Matheus Zielonka S.T.L. [...] cum adminiculo suorum Religiosorum ad hoc opus sibi eligendorum. In Magno Ducatu Lithuaniae M. Venerandus Pater Thadeus Białowieski”. Ibidem,

¹⁷⁵ AGM, Prot.Skórc., ff. 28-38. Carta de 30/I/1783.

¹⁷⁶ Ibidem.

Das sete às oito: Devoção matutina, isto é: preces e orações; atos missionários, exame de consciência e, caso haja tempo, todos podem entoar o cântico: *Deus, eu Vos amo*, etc.

Das oito às nove: Para as pessoas mais instruídas e mais importantes serão oferecidas meditações à maneira de retiro; e, para as pessoas simples, durante essa hora, num lugar a isso adequado, haverá catequese a respeito dos principais artigos da santa fé, sem cujo conhecimento não se pode alcançar a salvação.

Das nove às dez: instrução missionária, (ordenadamente) a respeito de todas as matérias mais necessárias ao conhecimento de todo cristão.

Das dez até as onze ou doze horas: Missa cantada, sermão, procissão, durante a qual podem ser cantadas as Ladainhas de Jesus Cristo ou alguns cânticos, etc. Após a procissão, devoção em honra do Santíssimo Sacramento em forma de visitação ou de reverência a tão grande mistério. Despedida desse Santíssimo Sacramento; no final, oração pelos falecidos e o Ângelus.

À tarde

Das duas às três horas: Terço da Santíssima Trindade, para o qual, após dado o sinal com o sino meia hora antes, todos os que celebram as missões devem de antemão reunir-se e piedosamente cantá-lo; e, caso sobre tempo, poderão ser entoadas canções missionárias.

Das três às quatro: Meditações, durante as quais será apresentado para as pessoas simples o catecismo, na forma sugerida.

Das quatro às cinco: Instrução missionária.

A partir das cinco: Vésperas, sermão, procissão; após a procissão, Ladainhas da Santíssima Virgem Maria, súplicas, visitação do Santíssimo Sacramento, despedida, exame de consciência, devoção vespertina, oração pelos falecidos e no final o Ângelus.

Advertência

1. A Santa Comunhão, duas vezes por semana, será distribuída com precedentes instruções e atos.

2. Se houver muitas pessoas para a confissão, tanto pela manhã como à tarde os que querem confessar-se poderão chegar à igreja mais cedo.

3. De manhã, às cinco horas, e à tarde às duas, para o que será dado um sinal com a sineta da igreja quinze minutos antes, os sacerdotes estarão sentados no confessionário.

Matérias a respeito das quais o povo deve ser instruído durante as missões:

1. Sobre a essência da missão e das condições para realizá-la com proveito. A respeito dessa matéria a instrução pode ser repetida segundo o tempo e as pessoas.

2. Sobre a intenção necessária em todos os assuntos.
3. Sobre a necessidade de lutar com o mundo, com o diabo e o demônio que perturbam na boa intenção.
4. Sobre a boa preparação para a confissão e como ela deve ser feita.
5. Sobre o ato de contrição e a reparação pelos pecados.
6. Sobre os mais necessários artigos da fé, indispensáveis à salvação.
7. Sobre os mandamentos divinos em geral.
8. Sobre os mandamentos da Igreja.
9. Sobre as virtudes teológicas.
10. Sobre o amor de Deus e a ajuda aos miseráveis.
11. Sobre a restituição das coisas alheias injustamente tomadas ou arrebatadas.
12. Sobre a restituição da fama e da honra.
13. Sobre os libelos, tanto das pessoas religiosas como leigas.
14. Sobre o pecado mortal e os pecados capitais.
15. Sobre as obrigações dos senhores diante dos súditos, dos servos e súditos diante dos senhores, dos pais diante dos filhos, etc.
16. Sobre os sacramentos em geral e em particular.
17. Sobre a nossa fé verdadeira e infalível, e que somente ela assegura a salvação.
18. Sobre a total esperança em Deus, como Deus perdoa aos criminosos as maiores transgressões.
19. Sobre a necessidade de amar a Deus [...], que Ele é nosso Salvador, Redentor e que está pronto a tudo perdoar aos que fazem penitência.
20. Sobre a infeliz segurança dos pecadores que permanecem no mal e nos vícios.
21. Sobre a excessiva confiança dos pecadores na misericórdia divina.
22. Sobre os que não querem adaptar-se à vontade divina e sobre a incompleta submissão à vontade dos religiosos.
23. Sobre a necessidade da devida preparação para conseguir a indulgência, e sobre a devida preparação para a santa Comunhão.
24. Sobre a maneira adequada para bem se justificar diante do sacerdote das transgressões, e sobre o poder sacerdotal de perdoá-las.
25. Sobre o esforço de perseverar no bom propósito de permanecer nas boas virtudes, e sobre a forma de adquiri-las.
26. Sobre a corajosa defesa da honra do Altíssimo, onde a condição e o estado o permitir a alguém.
27. Sobre o diligente empenho pela perfeição do verdadeiro cristão que se encontra no seio da Igreja.

28. Sobre a forma como devemos dominar as paixões, e até a morte permanecer no bem.

29. Sobre a feliz morte do pecador penitente, e sobre a indizível bondade de Deus, que nos sacramentos lhe demonstra, etc. etc. etc.

Ita disposuit.

Fr. Raymundus Nowicki

Praepositus ac Visitor Generalis CC. RR. MM.¹⁷⁷

A missão devia durar duas semanas, e nesse tempo os missionários deviam apresentar as mencionadas questões. Recomendava-se que o esclarecimento dos princípios da fé fosse realizado – na medida do possível – em uma parte da igreja para o povo simples, e numa outra parte para os mais capacitados. O Padre Nowicki estabeleceu a detalhada programação do dia, que devia ser observada durante a missão¹⁷⁸. De acordo com essa programação, o dia missionário iniciava-se às cinco ou às seis horas da manhã e encerrava-se às sete da noite. A distribuição da Comunhão estava prevista duas vezes por semana, ao passo que a confissão podia ser realizada todos os dias, a partir das cinco da manhã. A programação durante a missão envolvia: conferências, catequeses, confissão, cânticos, o Pequeno Ofício da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria, as ladainhas cantadas, a dupla adoração do Santíssimo Sacramento no decorrer do dia, os exames de consciência e as orações pelos falecidos, também duas vezes por dia e, para o encerramento à noite, as vésperas, a homilia, a bênção dos fiéis e o Ângelus¹⁷⁹.

Infelizmente, não se preservaram os relatórios relacionados com a atividade missionária dos marianos; possuímos apenas informações genéricas provenientes das fontes diocesanas¹⁸⁰. Testemunha a respeito deles o historiador Sydry, que teve a possibilidade de recorrer a documentos que hoje já não existem¹⁸¹. A respeito das missões dos marianos, fala claramente o pedido encaminhado a Pio VI para que fossem concedidas indulgências aos missionários e aos que delas participassem: “Os padres marianos, tendo na Polônia o costume de pregar missões em todos os lugares a que são convidados, humildemente pedem a Vossa Santidade que sejam concedidas indulgências aos fiéis que participarem des-

¹⁷⁷ AGM, Prot.Skórc., 40-41, Materye, o których nauki mają być dawane ludowi w czasie misyi.

¹⁷⁸ AGM, Prot.Skórc., ff. 39-40, Porządek nabożeństwa misyjnego.

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ ADL, Akta misji i jubileuszu, ff. 8, 23.

¹⁸¹ Ao escrever o seu trabalho, Sydry utilizou-se de fontes que hoje infelizmente já não existem, visto que foram queimadas durante a II Guerra Mundial. No trabalho *Organizacja...*, 80, ele informa que os marianos frequentemente pregavam missões.

sas missões”¹⁸². No dia 2 de setembro de 1785 o papa informava *ad perpetuam*: “Permitimos conceder por uma vez a indulgência plenária durante cada missão àqueles fiéis que com frequência participam das santas missões pregadas pelos citados irmãos [marianos], desde que demonstrem sincera contrição pelos pecados, façam a confissão e recebam a santa Comunhão, e que, da maneira como os inspirar a piedade, rezem pela exaltação da Santa Madre Igreja, pela unidade dos príncipes cristãos, pela conversão dos infiéis e pela extirpação das heresias”¹⁸³.

O capítulo geral de 1788 unificou a função de prefeito das missões, confiando-a ao assistente geral, Pe. Zielonka, e ao mesmo tempo lembrava num apropriado decreto sobre a obrigação da continuidade das missões da melhor forma possível e de acordo com os temas apontados pelo Pe. Nowicki, bem como pelos capítulos gerais precedentes¹⁸⁴. Desse decreto resulta que na área da realização das missões ocorriam dificuldades concretas, porque provavelmente faltavam voluntários. Nessa situação, veio em auxílio do Pe. Nowicki o bispo Kossakowski, que encaminhou a todos os marianos uma carta: “Pelo amor à vossa vocação, para que possais aceitar o meu presente conselho de vos tornardes aptos e obedientes ao desejo nacional, ao que parece justo, e de bom grado assumais essa dupla obrigação, espiritual e poderosíssima, de ensinar nas escolas paroquiais junto às vossas residências e de enviar às missões para as paróquias, mantendo nas vossas casas os retiros espirituais. O nosso país ainda não está devidamente provido de sacerdotes, a ponto de parecer visível a ingenuidade e a ignorância que pouco se distingue da pagã. O vosso ministério missionário será agradável a Deus e à pátria. Trará glória à vossa ordem, e também os vossos religiosos encontrarão nisso proveito”¹⁸⁵.

Além dos conselhos e das palavras de estímulo dirigidas aos marianos a respeito das missões, o bispo Kossakowski ofertou para esse objetivo a significativa importância de 100.000 zlotis, que foi imediatamente aprovada pela última Dieta

¹⁸² ASV, Sec. Brev., Indulg. Perp., vol. 81, ff. 388-389.

¹⁸³ “Iisdemque Christi fidelibus, qui sacris missionibus a praesentis Fratibus peragendis plerumque interfuerint si vere paenitentes, et confessi ac S. Communione refecti pro Sanctae Matris Ecclesiae exaltatione, Principum Christianorum unione, Infidelium conversione, et haeresum extirpatione, prout unicuique suggeret devotio pias ad Deum preces effuderint, plenariam una vice durante tempore uniuscuiusque concedimus”. Ibidem.

¹⁸⁴ AGM, Prot.Skórc., ff. 62-64, Decreto do capítulo 1788/15: “Missionibus quanto citius incipientis praefecit Praefectum Venerabile Assessorium M.R.P. Matheum Zielonka Assistens Ordinis. In iisque is modus servandus est, qui praescriptus est in aliis punctis”; 1782/5: “Statutum etiam est, ut fiant missions in suis ac alienis ecclesiis, in quem finem destinatus est a Venerabili Assessorio Praefectus Missionis in Regno Poloniae R.P. Matheus Zielonka, S.T.L., Praesidens Conventus Corabieviensis, cum adminiculo suorum religiosorum ad hoc opus sibi eligendorum; in Magno Ducatu Lithuaniae M.V.P. Thadeus Białowieski Residens Janoviensis”.

¹⁸⁵ AGM, Sydry, Odpisy, f. 194.

da República da Polônia em 1793¹⁸⁶. Kossakowski era bispo da Curlândia, onde os católicos constituíam a minoria, e o conhecimento da fé católica era superficial. Por intermédio das escolas paroquiais e das missões populares ele se empenhava por fortalecer a fé católica, integrar a população ali residente e consolidar a consciência nacional¹⁸⁷.

Infelizmente, o trabalho missionário dos marianos nessa área defrontava-se com certas dificuldades. Em 1794 o fundador das missões na Curlândia, Kossakowski, foi enforcado, e em 1795, durante a terceira partilha da Polônia, esse território permaneceu na zona de ocupação russa. Por sua vez os mais importantes conventos marianos permaneceram na zona das ocupações prussiana e austríaca.

Nenhum documento menciona que nos anos 1795-1815 os marianos tenham pregado missões; deve-se supor que as guerras e o caos político reinante impossibilitavam essa forma especial de trabalho apostólico. Por exemplo, com relação à ordem dos dominicanos um historiador escreve que os obstáculos de natureza política e as contínuas guerras fizeram com que tivessem cessado por completo as missões paroquiais nos anos 1794-1817¹⁸⁸. Uma situação semelhante ocorria na ordem dos frades reformados, os quais, apesar de terem missionários preparados, pregavam no máximo sermões festivos, e nos anos 1783-1826 não pregavam missões¹⁸⁹.

No século XIX, as missões populares no Reino da Polônia realizavam-se esporadicamente, tanto mais que uma resolução do czar Alexandre I de 4/16 de março de 1824 – que oficialmente subordinava as missões ao governo e que impunha diversas condições – quase que impossibilitava a sua realização¹⁹⁰. Somente por ocasião do jubilar Ano Santo proclamado um ano antes o czar Nicolau I, que tinha interesse no bom relacionamento com a Santa Sé, permitiu em 1827 a sua solene comemoração, os preparativos para ele e as missões paroquiais, que deviam cumprir o papel de “pacificadoras” da população e unir mais estreitamente a Igreja com o Estado como baluarte da religião¹⁹¹. Realmente, o jubi-

¹⁸⁶ *Volumina Legum...*, vol. X, 338, n. 40.

¹⁸⁷ A fim de estimular os marianos a esse trabalho, Kossakowski enviou também uma carta à Santa Sé, esclarecendo: “Idem Episcopus satagendo pro viribus subvenire inopiae Sacerdotum suae dioecesis erigendis Scholis publicis proponit sibi in votis introducere in Dioecesim, scilicet in Ducatum Curlandiae, Fratres Religiosos Ordinis Marianorum, quod illi sese accepturos perlibenter exhibent”. Arch. Nunz. Vars., vol. 144, ff. 234r-235v; cf. A. Zahorski, *Kossakowski Józef Kazimierz (1738-1794)*, PSB, XXIV, 268-272.

¹⁸⁸ X. S. Ch., *Misje parafialne*, Enc. Kość., XIV, 417.

¹⁸⁹ Ibidem, 422.

¹⁹⁰ AGAD, Arch. KRSW, Odbywanie misjów w Królestwie. AGAD, Arch. Rady Stanu I, Urządzenie misji 1823/58; J. Skarbek, *Kościół katolicki na ziemiach polskich...*, 496.

¹⁹¹ Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 324.

leu se transformou numa ação de caráter catequético-pastoral e desempenhou um importante papel no renascimento da vida religiosa do povo. A maioria das “equipes missionárias” recrutava-se dentre os religiosos, aos quais as motivações políticas das comemorações não interessavam; para eles, o jubileu foi uma grande solenidade eclesial proclamada pelo papa¹⁹².

Sem dúvida, também os marianos estiveram envolvidos nos preparativos da solenidade, no entanto as informações a respeito deles provêm unicamente da diocese de Sejny. O consistório destacou catorze igrejas na diocese nas quais deviam realizar-se missões de cinco dias. Entre as escolhidas encontrava-se também a igreja em Mariampol, onde os padres marianos – segundo o programa enviado pelo consistório, igual para todas as igrejas – por cinco dias pregaram sermões, ouviram confissões e, de acordo com as orientações apresentadas, dirigiram missões para as multidões de fiéis que vieram das paróquias vizinhas¹⁹³.

O jubileu seguinte, proclamado por Pio IX em 1847, foi comemorado de maneira um pouco diferente; o administrador da diocese de Sejny, Nicolau Błocki, destacou apenas cinco igrejas nas quais deviam realizar-se as comemorações. Uma delas era Mariampol. As missões promovidas nessa ocasião pelos marianos duraram sete dias¹⁹⁴.

Além da promoção das missões paroquiais, os padres marianos dedicavam-se também à organização de exercícios espirituais para o clero diocesano. Nos conventos de Skórzec, Mirosław e Goźlin, todos os anos realizava-se pelo menos uma série de retiros¹⁹⁵. Nos conventos maiores, tais como Mariampol e Skórzec, normalmente eles eram organizados duas vezes por ano e participavam deles padres de dois ou três decanatos, como por exemplo em 1843. Em 1844, os exercícios em Mariampol congregaram o clero de quatro decanatos¹⁹⁶, e nos anos 1845, 1850-1852 – de dois decanatos¹⁹⁷. O motivo de tão numerosa participação era a presença, em ambos os conventos de natureza formativa (Skórzec e Mariam-

¹⁹² J. Drzewiecki, *Pamiętniki (1772-1852)*, Kraków, 1891, 284; A. Kozieracki, *Wspomnienia z lat szkolnych 1820-1831*, Wrocław, 1963, 139; Fręchowicz, *Duszpasterska działalność b-pa Szymańskiego...*, 144-151; Na realidade essa obra trata do Jubileu de 1857; a respeito do transcurso dos Jubileus de 1826 e 1857 fala Jemielity em: *Diecezja sejneńska...*, 247-249.

¹⁹³ ADŁ, Akta misji i jubileuszu, 1826, ff. 8, 23.

¹⁹⁴ Jemielity, *Diecezja sejneńska...*, 249.

¹⁹⁵ ADS, Prot. Ogólny, Kursoria dekanalna 1842, 1844, 1855, 1858; ADS, Visit.Skórzec, 1835; ibidem, Visit.Goźlin, 1834; AZakG, Księga protokółów; ADŁ, Akta kongregacji i rekolekcji, f. 182. O bispo Straszyński ao superior em Mariampol, Sejny, 28/6/18??; ADŁ, Rozporządzenie dziekana augustowskiego, f. 48v, 9/8/1822.

¹⁹⁶ P. ex., em 1843 o bispo Straszyński ordenou aos padres de quatro decanatos que viajassem para um retiro em Mariampol. ADŁ, Akta kongregacji i rekolekcji, f. 182, 1843.

¹⁹⁷ ADS, Protokół ogólny, Kursorie dekanalne 1845, 1850/51/52, falam dos retiros em Skórzec, organizados por padres de dois decanatos; com relação a Goźlin, cf.: AZakG, Kursorie dekanalne z 22 VIII 1856, 1858.

pol), de pessoas competentes. Além do educador do noviciado, muitas vezes se encontravam ali dois ou três professores de teologia, pregadores e confessores. Os padres marianos dirigiam os exercícios espirituais ou eram apenas convidados para pregar homilias a respeito de determinados temas¹⁹⁸.

Irmandades

A atividade das irmandades no século XIX não tem sido ainda suficientemente analisada, porquanto não têm sido realizadas pesquisas mais amplas nessa área. A causa disso é a falta de documentação, certo caos existente na nomenclatura, bem como a mistura de diversas irmandades, como por exemplo as do rosário e as do escapulário. Tudo isso faz com que as pesquisas relacionadas com a sua atividade pareçam complicadas¹⁹⁹. Para melhor visualizarmos as dificuldades encontradas nessa área, citaremos como exemplo um acontecimento ocorrido na diocese de Sejny. À pergunta da Comissão Governamental a respeito de quais irmandades existiam naquela diocese, o bispo P. Straszyński respondeu que “não existem”, visto que os grupos de fiéis que rezavam organizavam procissões com velas acesas e cantavam o rosário não podiam ser chamados de irmandades. Na realidade, naquele tempo existiam cerca de quatrocentas irmandades²⁰⁰.

A regra dos marianos *Norma Vitae*, redigida pelo Pe. Estanislau Papczyński por força dos direitos que ele obteve da Santa Sé em 1681, recomendava a fundação de irmandades da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria junto a todas as igrejas da ordem mariana.

O Padre Papczyński esclarecia: “O superior destacará, além disso, promotores da Confraria da Imaculada Conceição – que rezará pelas almas dos fiéis falecidos, com a permissão do Santo Padre Inocêncio XI, concedida no dia 20 de março de 1681, e com a autorização do ordinário –, instituída ou que deverá ser instituída em vossas igrejas. A quem couber cumprir a honrosa obrigação de promotor, este de todas as formas se empenhará por conquistar o maior número possível de servos e devotos da Imaculada Virgem e intercessores dos falecidos, fervorosos e piedosos”²⁰¹.

¹⁹⁸ As homilias, especialmente aquelas sobre temas relacionados com o culto de Maria ou as orações na intenção dos falecidos, eram confiadas aos marianos.

¹⁹⁹ J. Flaga, *Bractwa religijne w archidiecezji lubelskiej do końca XVIII wieku*, ABMK, vol. 42, 295; K. Kuzmak, *Bractwa kościelne*, Enc. Katol., II. col. 1013-1020

²⁰⁰ Jemielity, *Diecezja sejneńska...*, 281. Esses dados se referem ao ano 1888, no entanto, na opinião de l’A., podem ser reconhecidos como fidedignos para todo o século XIX, visto que, em razão da política russa, novas irmandades quase não eram fundadas.

²⁰¹ *Norma Vitae Religiosae Congregationis B. V. Mariae sine labe Conceptae. Eremitarum Marianorum*, Romae, 1960 (adotada de 1694), cap. VII/8: “Assignabit praeterea in singulis domibus Prae-

A confraria, na convicção de muitos marianos, era uma irmandade “própria”, o que significaria que ela estava subordinada à jurisdição dos marianos. A respeito da sua existência, atividade e desenvolvimento até a primeira metade do século XIX, nada sabemos. O estímulo do Pe. Papczyński para a fundação de irmandades da Imaculada Conceição permaneceu sem eco. Isso resulta do fato da convocação dos superiores, pelo capítulo geral dos marianos de 1734, para a fundação da irmandade acima junto às igrejas marianas. Naquele período os marianos possuíam apenas quatro conventos. No decreto do capítulo são mencionados nominalmente os conventos de formação mais importantes naquele tempo: em Puszcza Korabiewska e em Skórzec. Se esses dois principais conventos não possuíam a irmandade, muito menos a possuíam os secundários, isto é, em Gozlin e Nova Jerozolima [Nova Jerusalém], hoje Góra Kalwaria. Verifica-se que o decreto do capítulo não foi plenamente realizado, visto que o capítulo geral de 1739 renovou o apelo para que os marianos, uma ordem da Imaculada Conceição, fundassem junto às suas igrejas irmandades da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria; também nesse caso Skórzec é apontado nominalmente²⁰². Os problemas com a irmandade, em razão da escassa documentação, não podem ser explicados. O conhecido pesquisador da história mariana, Pe. Casimiro Krzyżanowski, sugere que essas dificuldades resultavam de uma errônea interpretação do privilégio de Inocêncio XI de 1681²⁰³.

Encontrando-se em Roma nos anos 1733-1734, o Padre Casimiro Wyszyński regulamentou os problemas legais da irmandade e obteve do superior geral dos teatinos a autorização para a divulgação do Escapulário da Imaculada Conceição. Já no dia 26 de junho de 1734 a irmandade da Imaculada Conceição foi introduzida no convento em Puszcza Korabiewska²⁰⁴, e na segunda metade do século XVIII, pelo menos em quatro outros conventos.

positus promotores Confraternitatis Immaculatae Conceptionis animabus fidelium defunctorum suffragantibus ex concessione Sanctissimi D. N. Innocentii XI. anno 1681. die 20 Martii facta, et Ordinarii admissione, in Vestris Ecclesiis erectae, sive erigendae. Cui munus hoc meriti plenum comittetur, modis omnibus in id incumbet, ut quam plurimos clientes, et cultores Immaculatae Virginis, defunctorumque suffragatores pariat, ferventes, ac devotos”.

²⁰² Prot.Skórc., Cap. 1734/12: “Tandem decisum est, ut Scapulare suae vestis Immaculatae Conceptionis ei distribuatur ab his qui licentiam habent, et promoventur”; Cap. 1739/2: “Decisum est ut deducetur ad effectum punctum Capituli anni 1834” de promovenda Confraternitate Immaculatae Conceptionis B. V. Mariae Skórcii et quam citissime introducatur”.

²⁰³ Em relação à fundação, à existência e a diversas dúvidas relacionadas com essa irmandade, recomenda-se: ASV, Sec. Brev., Indulg. Perp., vol. 5: Innoc. XI. Datum 20 martii 1681; Navikevicius, *Papczyński...*, App., 43-48. Vale a pena confrontar com o trabalho: Positio, Papczyński, 404-409, 425.

²⁰⁴ AGM, Prot.Gosl.,ff. 243-244, Introductio Confr. Immaculatae Conc. ad Ecclesias Corab. die 26. Junii 1734. Provavelmente essa foi a primeira introdução nos conventos marianos, porquanto o convento de Puszcza era naquele tempo o maior, o mais importante e considerado como o berço dos marianos.

O Pe. Sydry²⁰⁵ relata que no século XVIII as Irmandades da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria existiam junto a cada uma das igrejas marianas, no entanto essa informação não é confirmada pelos documentos. Em Goźlin, no livro da Irmandade do Escapulário da Imaculada Conceição, aparece claramente o registro: “O escapulário, que é uma irmandade nossa”²⁰⁶.

As constituições de 1787 estimulavam os marianos a que solicitassem à Santa Sé a possibilidade de fundar a Irmandade da Santíssima Virgem Maria Auxiliadora dos Fiéis, que eles pudessem introduzir nas suas igrejas²⁰⁷. Alguns autores confirmam a existência dessa irmandade junto à congregação dos padres marianos, no entanto não encontramos essa informação nos documentos acessíveis²⁰⁸. Igualmente o requerimento encaminhado em 1841 à Santa Sé, que trata de outras irmandades, nada fala da introdução dessa irmandade nas igrejas marianas, mas apenas cita o trecho das constituições que estimula os marianos a se empenharem por isso²⁰⁹.

Depois das acima mencionadas irmandades marianas, a respeito de cuja existência e atividade pouco sabemos, a “mais antiga” dentre as irmandades existentes naquele período na congregação dos padres marianos era a Irmandade da Providência Divina, em Góra Kalwaria, na igreja do Cenáculo do Senhor²¹⁰. Serviram de inspiração para o surgimento dessa irmandade: a vontade do fundador da congregação dos marianos e a gratidão à Providência Divina pelos benefícios recebidos²¹¹.

²⁰⁵ Sydry, *Organizacja...*, 91. Igualmente o Pe. Dionísio Kisieliński, no processo informativo a respeito do Servo de Deus E. Papczyński, informou em 1769 que essas irmandades “in omnibus Ecclesiis Nostrorum Conventuum vigent”, Positio Papczyński, 478-479. Como resulta dos documentos, as Irmandades da Imaculada Conceição junto à congregação dos marianos existiam em Berezdów – ACPRus., f. 18; Iglówka – ADL, Visit. Iglówka 1837; Mariampol – Jemielity, *Diecezja...*, 281, e também em Puszcz. Essa irmandade existia também em Goźlin – AZakG, Liber Confr. Não podemos confirmar por quem foram fundadas – pelos marianos, pelos jesuítas ou pelos franciscanos.

²⁰⁶ AZakG, Liber Confr. Trata-se da única confirmação da existência da mencionada irmandade nas igrejas marianas na Polónia em que é utilizada a definição “irmandade nossa”.

²⁰⁷ *Constitutiones Apostolicae... Marianorum*, 1787, cap. VIII/2: “Confraternitates [...] sive etiam S. Mariae de Suffragio ubique introducuntur, et eriguntur, facultate prius a S. Sede Apostolica obtenta et loci Ordinario praesentata; ac proinde Promotores pro singulis Ecclesiis deputentur”.

²⁰⁸ M. Pisarzak, Element eschatologiczny, in: *Marianie 1673-1973*, Roma, 334-335. Na opinião de Pisarzak, os padres marianos dirigiam as irmandades: da Imaculada Conceição – que rezava pelas almas do purgatório; da S.V.M. do Sufrágio (pelos falecidos) e do Escapulário da Imaculada Conceição. Na realidade, falta confirmação quanto à existência da Irmandade da S.V.M. do Sufrágio, e as irmandades da Imaculada Conceição e do Escapulário da Imaculada Conceição eram na congregação dos marianos uma só coisa. Apenas conjuntamente com a Irmandade da Imaculada Conceição os marianos propagavam o escapulário, graças a um privilégio obtido dos frades teatinos (ASV, Rescripta S. C. Indulgentiarum et SS. Reliquiarum (s.f.), die 20 febr. 1841 – Mariani).

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ ASV, Sec. Brev., Indulg. Perp., vol. 8 (1735-1758). Indulg. pro Confraternitatibus, f. 176r.

²¹¹ Positio, Wyszyński, 151.

A irmandade seguinte concedida aos marianos foi a Irmandade de S. João Nepomuceno, que na Polônia era fundada principalmente junto a igrejas conventuais²¹². Pode-se afirmar que a motivação para a fundação dessa irmandade era a presença de um significativo número de checos na congregação dos marianos. Por essa razão o Pe. Wilczyński queria que eles tivessem – da mesma forma que toda a congregação – um padroeiro de origem checa, próximo dos seus corações. Uma outra causa podiam ser as considerações pedagógicas. Com efeito, a Irmandade de S. João Nepomuceno havia sido introduzida em dois conventos que naquele tempo desempenhavam um papel importante, porque neles se realizava a formação religiosa e havia cursos para a juventude mariana²¹³: em Skórzec, no dia 9 de janeiro de 1748, e em Puszcza, no dia 8 de março de 1751²¹⁴. Julgava-se que o exemplo de vida desse santo sacerdote, apresentado e proposto pelos moderadores, podia influenciar de forma positiva a formação espiritual dos marianos²¹⁵.

Inspirados pela propagação do culto da Imaculada Conceição, os marianos obtiveram dos frades teatinos o consentimento para a distribuição do escapulário²¹⁶. Atendendo a um pedido do superior geral dos mencionados religiosos, a Santa Sé concedeu-lhes esse privilégio por dez anos, com a possibilidade de ser renovado após a expiração desse prazo²¹⁷. Aqueles que se tornaram os mais zelosos divulgadores e propagadores do escapulário da Imaculada Conceição redigiram um livreto que continha uma “Informação sobre o escapulário da Imaculada Conceição”, que era por eles distribuído aos fiéis – de todas as camadas sociais – “juntamente com indulgências parciais obtidas da Santa Sé e com a anexa Devoção da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria”²¹⁸. Em 1773 esse livreto já teve a sua quarta edição.

Faltam informações a respeito da divulgação do mencionado escapulário na primeira metade do século XIX. Deve-se supor que, em consequência de dificuldades para chegar a um acordo com os frades teatinos quanto à continuidade da autorização, os marianos não podiam mais distribuir o escapulário. Essa circunstância fundamentaria um requerimento dirigido em 1841 pelo Pe. Dziewulski,

²¹² S. Ch., *Bractwa*, Enc.Kośc., II, 573; W.Schenk, *Kult świętych w Polsce. Zarys historyczny. Roczniki Teologiczno-Kanoniczne*, 13/4, 96.

²¹³ ASV, Sec. Brev., Indulg. Perp., vol. 8 – Indulg. pro Confraternitatibus. Pro Marianis (1735-1758).

²¹⁴ Ibidem, sob a data 8/3/1751.

²¹⁵ A atividade da irmandade, a biografia de S. João, a capelinha do cemitério sob a sua invocação, bem como a sua estátua na Igreja – tornavam conhecida a figura desse corajoso e santo sacerdote.

²¹⁶ Positio, Wyszyński, 232.

²¹⁷ ASV, S. Congr. Indulg. et SS. Reliquiarum, Rescripta, vol. 49, Aug.-Dec., 11 Sept. 1779.

²¹⁸ *Uswiadomienie o sukience albo o szkaplerzu Niepokalanego Poczęcia Najświętszej Maryi Panny...*, Berdyczów, 1773⁴.

no qual ele informa a Santa Sé que os fiéis devotos da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria haviam sido privados do consolo espiritual que anteriormente podiam obter da parte dos marianos em razão da permissão que eles haviam recebido dos frades teatinos²¹⁹. Em resposta a esse pedido, a Santa Sé, tendo levado em conta as dificuldades que poderiam no futuro encontrar nos contatos com os marianos, “permitiu que fosse fundado no território da Polônia o Sodalício da Imaculada Conceição – com a autorização dos bispos locais –, que fossem concedidas as indulgências que possuíam os Sodalícios fundados pelos Padres Regulares Teatinos e autorizou provisoriamente os reitores a conceder as bênçãos do rosário e do escapulário”²²⁰.

Após a obtenção desse privilégio, os marianos reiniciaram a distribuição do escapulário, ainda que para a confirmação disso tenhamos apenas uma menção proveniente do convento em Goźlin de 1857²²¹.

Os padres marianos empenhavam-se sobretudo pelas irmandades dedicadas à Santíssima Virgem Maria. Constitui uma exceção o convento de Mariampol, onde em 1758, no dia da solene introdução dos marianos, surgiu igualmente a Irmandade da Santíssima Trindade²²². No convento de Goźlin surgiu, como afirma o visitador diocesano em 1819, a “Irmandade da Consolação da Santíssima Virgem Maria e do cinto de S. Mônica, instituída e aprovada em 1785”²²³. Por sua vez o visitador escrevia em 1834 que “há indícios que apontam para a existência da Irmandade de Nossa Senhora já em 1775”²²⁴. Com certeza nenhum dos mencionados visitantes teve a possibilidade de tomar conhecimento do livro da irmandade, instituído justamente em 1775, porquanto na sua primeira página está escrito: “Segundo livro das irmãs e dos irmãos inscritos na irmandade [...]”²²⁵, o que apontaria para a existência de um primeiro livro, ou seja, para o surgimento da irmandade antes de 1775.

A verdade é que no século XIX os marianos eram zelosos propagadores do escapulário e das irmandades da Imaculada Conceição. Ficamos sabendo disso das numerosas edições, na Polônia e em Portugal, do livreto *Informação sobre*

²¹⁹ ASV, S. C. Indulg. et SS. Reliquiarum. Rescripta (s.f.) – 1841. Indulg. pro Marianis. Die 20 februarii 1841 anno.

²²⁰ “[...] concessit facultatem erigendi per Poloniae ditionem, de Ordinariorum consensu, ubi fas est obtinere, sodalitates Immaculae Conceptionis; Eiusdemque communicandi singulas indulgentias quibus gaudent sodalitates a PP. Cler. Reg. Theat. erectae, facta potestate Rectori pro tempore recipiendi et benedicendi coronas et Scapularia etc.” Ibidem, die 25 sept. 1841.

²²¹ AZakG, Liber Confr. (1857).

²²² Totoraitis, *Marianie...*, 9; AGM, Denuncja..., f. 20.

²²³ ADS, Visit.Gen. Goźlin, 1810.

²²⁴ ADS, Visit.Goźlin, 1834.

²²⁵ AZakG, Liber Confr.

*o escapulário*²²⁶. É preciso também mencionar os dados estatísticos relacionados com o decanato de Mariampol, onde no século XIX eles possuíam três conventos e desenvolviam o trabalho pastoral nas igrejas da região. Em quinze igrejas, que ali existiam já na primeira metade do século XIX, atuavam noventa e nove irmandades. Em cada igreja, além da Irmandade do Rosário, existia também a Irmandade do Escapulário da Imaculada Conceição, a Irmandade de Nossa Senhora das Dores e da Consolação da Santíssima Virgem²²⁷. Para a fundação dessas numerosas irmandades contribuiu o trabalho pastoral dos marianos nesse decanato.

Do século XIX até hoje, preservaram-se os livros das irmandades e relatórios com informações bastante detalhadas a respeito das quatro irmandades existentes nas igrejas marianas, a saber: Irmandade do Escapulário da Imaculada Conceição, Irmandade da Consolação da Santíssima Virgem, Irmandade de S. João Nepomuceno e Irmandade do Escapulário da Santíssima Virgem Maria do Monte Carmelo. Com base na mencionada documentação, pode-se apresentar a forma da sua organização, o recorte social e o alcance da sua atuação. Pode-se supor que elas tivessem uma estrutura semelhante e promovessem uma atividade parecida, como resulta dos poucos documentos relacionados com outras irmandades e do fato de que muitas vezes o mesmo sacerdote era o promotor de duas ou três irmandades diferentes.

A Irmandade de S. João Nepomuceno foi introduzida em Skórzec em 1748. Em consequência da proibição das autoridades austríacas, nos anos 1795-1809 não eram aceitas novas inscrições, e também não houve recrutamento nos anos 1809-1834, mas nesse caso isso era motivado principalmente por dificuldades de natureza política²²⁸. Apesar de ter sido interrompida a aceitação e não terem sido atualizados os registros das irmandades, os seus membros continuaram pagando as contribuições e exercendo o ministério na igreja²²⁹.

O renascimento das irmandades teve início em 1834; nesse período, em Skórzec foi renovada a Irmandade do Escapulário da Santíssima Virgem Maria²³⁰. Também nesse mesmo tempo ocorre o renascimento da Irmandade da Consolação da Santíssima Virgem Maria e do Escapulário da Imaculada Conceição em

²²⁶ *Confraria da Immaculada Conc.*, Lisboa, 1758; *Uwiedomienie o szkaplerzu...*, Berdyczów, 1773⁴.

²²⁷ ADL, Akta bractw. Sprawozdania dziekanów z 1888. O número das irmandades, durante todo o século XIX, permaneceu sendo mais ou menos o mesmo.

²²⁸ ASV, Sec. Brev., Indulg. Perp. 1735-1758, vol. 8 (s.f.). *Indulgentiae pro Marianis in Skórzec. Die 9 januarii 1748.* Esse documento fala da fundação e dos privilégios da Irmandade de S. João.

²²⁹ AZakG, Księga bractwa.

²³⁰ Ibidem. O título completo reza: *Xsiążka Regestrowa Bractwa św. Jana Nepomucena, która w Rⁿ 1834 odnowionem od zapisywania się, a uporządkowanym co do utrzymania światła Brackiego zostało. W Skórcu. Dnia 1 czerwca 1834 r.*

Goźlin²³¹. Sem dúvida contribuiu para isso o renascimento religioso que então ocorria no Reino da Polônia. Provavelmente os maiores méritos na obra desse despertar devem ser atribuídos a três diligentes religiosos, a respeito dos quais falaremos abaixo. Em 1833, como mencionamos, tornou-se sucessor do enfermo Pe. Czubernatowicz, superior geral, o seu vigário, Pe. Pórzycki. Em Skórzec, a função de superior e pároco era exercida pelo Pe. Naruszewicz, ao passo que em Goźlin ambos esses cargos estavam nas mãos do Pe. Wilczyński.

Os mencionados três padres distinguiam-se por uma boa formação intelectual e espiritual, bem como pelo zelo no trabalho apostólico²³². Assim, o Pe. Wilczyński era o promotor de ambas as irmandades em Goźlin, e o Pe. Naruszewicz, da irmandade de Skórzec. O propósito do Pe. Naruszewicz era a animação da atividade das irmandades; já em 1844 era recomendou que fossem publicados livretos e orações adequados²³³.

Quanto ao aspecto numérico, a Irmandade de S. João Nepomuceno em Skórzec não era grande; por exemplo, em 1848 o número dos inscritos chegava a trinta e uma pessoas, em 1849 caiu a vinte e sete novos inscritos, e em 1850 inscreveram-se apenas quatro pessoas²³⁴. A irmandade contava cerca de cento e trinta membros em 1864. Essa era a única irmandade junto à congregação dos marianos em que o número dos homens quase se equiparava ao número de mulheres. Em 1848, por exemplo, dentre todos os inscritos, a partir de 1834, ela contava trinta homens e quarenta e sete mulheres, enquanto que em 1864 os homens eram apenas quarenta e seis, e as mulheres, noventa e uma²³⁵.

A irmandade tinha duas ramificações: a masculina e a feminina. A administração da primeira envolvia: o reitor, auxiliado por dois tesoureiros, quatro conselheiros, dois a cinco esmoleiros, quatro a seis fiéis escolhidos para carregar os estandartes eclesiásticos e dois tamborileiros²³⁶. Ambas as ramificações tinham

²³¹ AZakG, Liber Confr.

²³² Essas três pessoas – oriundas de famílias nobres – obtiveram uma boa educação e em diversos períodos exerceram a função de superiores gerais. Sydry, *Papczyński...*, 274-275; cf. também a respeito de Pórzycki: El.Alph., 44; Arch.Skórc., 38, 71-72; AGM, Denuncja; ADS, VII, A 1, f. 43. A Comissão Governamental ao bispo da diocese de Podlasie, 13-25/5/1859. A respeito do Pe. Naruszewicz, cf.: El.Alph., 37; Arch.Skórc., 46, 48, 52; ADS, Visit.Gen. Skórzec, 1834; Totoraitis, *Zakon...*, 30-32. A respeito do Pe. Wilczyński, cf.: AGM, *Album Mortuorum Conv. Skórcensis*; El.Alph. 60; Arch.Sk. 19, 52, 145; ADS, Lista kondukt dekanatu garwolińskiego, Goźlin-Marianie, 1843. Esse documento, elaborado pelo decano de Garwolin, contém uma biografia bastante detalhada do Pe. Wilczyński; importantes são também as três cartas escritas por Wilczyński ao bispo de Podlasie: 4/10/1864; 12/10/1864; 15/1/1865 (ADS, VII A 1, 432).

²³³ AZakS, Liber Confr.

²³⁴ Ibidem.

²³⁵ Ibidem, inscrições os anos 1848 e 1864.

²³⁶ Ibidem, Instrukcja Bractwa św. Jana Nepomucena.

um promotor comum. A primeira dentre as tarefas exteriores era o cuidado pela solene celebração da liturgia e a organização de procissões.

De acordo com as recomendações, das comemorações das solenidades mais importantes deviam participar todos os coirmãos e coirmãs, o que significava cerca de cem fiéis que levavam velas acesas, além de dois tamborileiros e das pessoas que levavam os estandartes. Os membros da mencionada irmandade distinguiam-se pelo prestígio e pela instrução. Realmente, como resulta dos registros, tratava-se da nobreza local e de pequenos proprietários de terras. Afinal, somente a contribuição – de dois złótis – que devia ser paga no momento da inscrição na irmandade já constituía uma barreira social e financeira para os fiéis mais pobres²³⁷.

Os membros da irmandade encontravam-se por ocasião de diversas festas, mas a principal reunião fora das festas realizava-se na solenidade de S. João Nepomuceno, dia em que era previsto o seguinte programa: na primeira parte eram entoados cânticos, ocorria a devoção em honra de S. João Nepomuceno e era celebrada a Missa; a segunda parte compunha-se de: sermão pronunciado pelo promotor, leitura do protocolo das atividades no ano anterior, novas inscrições, pagamento das contribuições anuais e escolha dos membros para exercer as diversas funções dentro da irmandade. O dia se encerrava com um ágape fraterno²³⁸. O conselho geral empenhava-se por destacar para o cargo de promotor os padres mais bem-preparados e adequados a essa função²³⁹.

Tinha em Skórzec um caráter mais aberto – inclusive em relação a fiéis provenientes de outras paróquias e de diversas camadas sociais – a Irmandade do Escapulário da Santíssima Virgem Maria do Monte Carmelo²⁴⁰, da qual faziam parte sobretudo mulheres. Da crônica dessa irmandade, escrita a partir de 1836, resulta que homens se inscreveram nela pela primeira vez somente em 1852. Em comparação com as mulheres, a participação numérica deles era muito baixa: por exemplo, em 1852 inscreveram-se na irmandade sessenta e três mulheres e apenas quatro homens; em 1858 havia nela sessenta e duas mulheres e apenas

²³⁷ Ibidem, Relatórios das congregações gerais, que se realizavam uma vez por ano. A importância de 2 złótis era bastante elevada, especialmente se levarmos em conta que por um dia de trabalho pesado uma pessoa ganhava 1 złóti. Isso esclarece por que nas irmandades existentes junto aos conventos marianos não se inscreviam os pobres.

²³⁸ Ibidem, relatórios das reuniões anuais.

²³⁹ P. ex., em Skórzec os promotores eram: J. Naruszewicz, posteriormente superior geral; J. Malewski, assistente principal; J. Ołtuszewski, assistente geral, e o Pater Ordinis R. Wilczyński, futuro superior geral; M. Komorowski, superior; A. de Gonzaga Strejch, Pater Ordinis (a mais elevada dignidade na ordem). Não é possível determinar exatamente o período em que cada promotor exerceu essa função.

²⁴⁰ AZakS, Księga Regestrowa Confraternitate Scapularii B.V.M. a Monte Carmelo (cit. Liber Reg. Scap.).

dois homens; em 1859 os homens eram quatro, e tantos eram eles também em 1863²⁴¹.

O número de pessoas inscritas nessa irmandade era bastante significativo: nos anos 1836-1864 chegou a cerca de 1.200 fiéis. Como resulta das pesquisas, os fiéis se inscreviam em maior número na irmandade do escapulário em tempos difíceis (epidemias, guerra, miséria)²⁴², o que se confirma igualmente no caso de Skórzec. Enquanto que em média se inscreviam anualmente quarenta, sessenta fiéis, em 1863, quando eclodiu o levante, inscreveram-se cento e trinta e seis pessoas²⁴³. No entanto, em razão do fato de que a mencionada irmandade não desenvolvia nenhuma atividade pastoral ou caritativa, a sua presença não tem sido registrada na vida da Igreja.

Não conhecemos a data exata em que foi fundada em Skórzec a Irmandade da Sobriedade²⁴⁴, que se propunha como objetivo principal a luta com a praga do alcoolismo. Os primeiros registros a seu respeito surgem em 1863, quando o promotor da Irmandade de S. João Nepomuceno, Pe. Pielasiński, expediu uma disposição dizendo que “se os irmãos e irmãs não se inscreverem na Irmandade da Sobriedade, não podem pertencer à Irmandade de S. João Nepomuceno, e todos os inscritos na Irmandade da Sobriedade, se a partir dessa data consumirem bebida alcoólica, serão imediatamente excluídos da Irmandade de S. João Nepomuceno”²⁴⁵. A admoestação acima atesta que o pertencimento à Irmandade de S. João Nepomuceno era considerado como um privilégio. Infelizmente falta a documentação relacionada com essa irmandade, visto que a sua atividade era bloqueada pelas autoridades russa, o que fez com que não tivesse ficado dela nenhum vestígio significativo²⁴⁶.

Não menos numerosa e mais ativa era a Irmandade da Consolação da Santíssima Virgem Maria existente em Goźlin²⁴⁷. As crônicas preservadas ilustram claramente o seu desenvolvimento e o seu declínio. Nos anos 1805-1811 per-

²⁴¹ Ibidem, inscrições dos anos 1852, 1858, 1859, 1863.

²⁴² Kuźmiak, *Bractwa Matki Boskiej...*, 20.

²⁴³ AZakS, Liber Reg. Scap. (inscrição em 1863).

²⁴⁴ O fundador dessa irmandade (1838) foi o capuchinho Frei Theobald Matheu. O cardeal Dipenbrock, de Wrocław, redigiu os seus Estatutos, que foram aprovados em 1851 por Pio IX. Os membros da irmandade eram obrigados à total abstinência de bebidas alcoólicas. O movimento desenvolveu-se rapidamente. S. G., *Bractwa i stowarzyszenia...*, in: *Enc.Kośc.*, vol. 5-6; W. Urban, *Dzieje Kościoła w zaborze pruskim*, in: *Historia Kościoła*, II/1, 36.

²⁴⁵ AZakS, Liber Reg. Scap. (inscrição em 1863); J. N., *Pielasiński Bernard (1732-1914)*, *Enc. Kośc.*, vol. 43-44, Suplemento I, 59-60.

²⁴⁶ O governo russo procurava reprimir a atividade da mencionada confraria. Por exemplo, no dia 5/9/1857 foi promulgado um decreto que proibia aos padres a aceitação do juramento de abstinência dos fiéis, de pronunciar sermões sobre a sobriedade e a abstinência durante as missões; AZakG, *Kursoria dekanalna*, 5/9/1857; e em 1864 todas as irmandades que se propunham como objetivo a propagação da abstinência foram dissolvidas pelo governador geral Muraviev (Wieszatiel).

²⁴⁷ AZakG, *Księga Regestrowa Bractwa... Matki Boskiej Pocieszenia* (cit. Liber Conf. Cons.).

tenciam a ela cerca de cem pessoas, mas, não se sabe por quais razões, nos anos 1811-1833 a sua atividade foi interrompida²⁴⁸. O novo superior de Goźlin, Pe. Wilczyński, tornou-se em 1833 também o promotor da irmandade, e naquele mesmo ano inscreveram-se nela cento e sete novos membros. Graças ao mencionado religioso, preservaram-se até os nossos tempos informações bastante detalhadas a respeito da profissão dos membros da irmandade, do seu *status* social e da participação percentual dos homens. Nos anos 1833-1864 inscreveram-se na irmandade cerca de seiscentas pessoas, das quais quase 20% eram homens. As inscrições não se realizavam todos os anos. Chama a atenção o fato de que entre os inscritos faltam não apenas camponeses servos – dos quais na realidade havia muitos em cada paróquia –, mas igualmente dos pobres, da população sem terra e que prestava serviços. A estatística de 1833 fornece os seguintes dados: dentre os cento e sete inscritos, quase todos eram proprietários de terras, e ainda havia entre eles: dois administradores de comuna, um nobre – proprietário de terras, um organista, três artesãos e somente um empregado²⁴⁹. Somente em 1837 encontremos pela primeira vez a inscrição de uma mulher pobre (camponesa arrendatária), sem uma casa para morar e sem qualquer patrimônio²⁵⁰.

No que diz respeito à questão da espiritualidade, os membros da irmandade tinham a obrigação e usar um cinto bento e todos os dias deviam recitar 13 pais-nossos, 13 ave-marias e a salve-rainha na intenção do Santo Padre. Após se familiarizar com a atividade da irmandade em 1834, portanto apenas um ano após ela ter reiniciado a sua atividade, o visitador diocesano escreveu: “Essa irmandade cuida da iluminação na igreja e participa da decoração da igreja. Nos domingos os irmãos e as irmãs cantam o rosário e servem na igreja”²⁵¹. Na realidade, a irmandade desenvolvia uma atividade mais ampla; por exemplo, durante a congregação geral eram escolhidas mulheres, chamadas visitadoras, que visitavam os doentes e prestavam assistência aos sofrendores e aos pobres²⁵². No aspecto organizacional, essa irmandade lembrava a Irmandade de S. João Nepomuceno em Skórzec. Por volta de 1840, da ramificação feminina surgiu uma terceira ramificação, a das moças, com uma estrutura organizacional semelhante às duas primeiras. Os três ramos tinham como promotor um único sacerdote, que era o seu moderador espiritual. Ele indicava os candidatos a todos os cargos na

²⁴⁸ Talvez os motivos da interrupção da atividade tenham sido as mesmas que apontamos no caso de Skórzec: a crise na ordem, as guerras napoleônicas, o fechamento, em 1819, de cerca de 40 conventos (não marianos), o que dava margem a receios e à incerteza; e finalmente o Levante de Novembro (1830/31).

²⁴⁹ AZakG, Liber Confr. Cons., inscrições de 1833.

²⁵⁰ Ibidem, inscrições de 1837.

²⁵¹ ADS, Visit. Gen. Goźlin, 1834.

²⁵² AZakG, Liber Confr. Cons., Instruções.

irmandade e, dentre esses candidatos, os membros das irmandades podiam fazer a sua escolha²⁵³.

Em Gozlin existia também a Irmandade do Escapulário da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria²⁵⁴, que congregava um pequeno número de pessoas, mas que provinham da elite local; especialmente nos anos 1776-1810, pertenciam a ela magnatas e nobres. Nesse período, inscreveram-se na irmandade: Francisco Bieliński, marechal da República; João Oborski, general do exército polonês; a duquesa Cristina Sanguszko Bielińska; Jacinto Jezierski, castelão de Łuków, e outras personalidades. Além disso, fazia parte dela um bom número de pessoas em cuja inscrição não foi registrado o estado de que provinham nem com o que se ocupavam, e por isso se torna impossível apresentar uma estatística confiável sob o ponto de vista da análise social. Podemos apenas afirmar que, apesar de a irmandade ser “aberta” a todos, a maioria dos seus membros recrutava-se entre a população abastada.

Essa irmandade se distinguia por um tipo especial de classe social dos seus membros²⁵⁵, e por essa razão as inscrições nela eram poucas e não se realizavam todos os anos. Ela gozava de diversos privilégios e indulgências obtidas da Santa Sé²⁵⁶.

Os membros da Irmandade do Escapulário eram na maioria benfeitores marianos. Como fala o seu estatuto, “a primeira e a principal obrigação, relacionada com uma especial promessa, é cultuar, propagar e defender a honra da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria. Como sinal exterior, devem usar um escapulário de cor branca, adornado de cor azul. Esse escapulário é o sinal, bem como a expressão, da proteção da Santíssima Virgem Maria”²⁵⁷. Nos anos 1810-1833 a irmandade suspendeu a sua atividade, para novamente retomá-la em 1833, embora nesse período já tivesse começado a perder o seu caráter elitista. Talvez a crise da irmandade deva ser relacionada com o declínio do convento em Gozlin, que no século XIX contava às vezes apenas dois ou três religiosos²⁵⁸.

As irmandades existentes junto às igrejas marianas exerciam uma considerável influência sobre a vida religiosa e o culto mariano, tanto nas paróquias próprias como na região. Elas contribuíam para o renascimento moral da nação,

²⁵³ Ibidem.

²⁵⁴ Ibidem, a inscrições e as “Instrucciones” da Irmandade da Imaculada Conceição encontram-se no livro da Irmandade da Consolação da Santíssima Virgem.

²⁵⁵ Distinguiu-se também por um caráter elitista a “Sodalitas Mariana Immaculatae Conceptionis”, que se encontrava sob a jurisdição dos jesuítas: S. Załęski, *Jezuici w Polsce*, vol. 2, 362, vol. 4/2, 841

²⁵⁶ *Confraria da Imaculada Conceição...* (contém as indulgências atribuídas pela Santa Sé), 16-26.

²⁵⁷ AZakG, Liber Confr. Cons., Estatuto da Irmandade da Imaculada Conceição.

²⁵⁸ Os dois incêndios que ocorreram na segunda metade do século XVIII provocaram a destruição do convento e da igreja. Naquele tempo surgiram centros maiores e economicamente melhor equipados: em Raśna, Mariampol e Skórzec.

convocando à sobriedade e à ação caritativa; contribuíam igualmente para a santificação dos seus membros, propagando a confissão frequente por ocasião das festas de Nossa Senhora e dos patronos das irmandades.

Atividade caritativa (abrigos)

Os pobres, os doentes, os sem-teto obtinham ajuda sobretudo da parte da Igreja. As instruções proclamadas pelos bispos na Polônia continham normas que obrigavam o tutor do hospital, bem como todos que nele se encontravam²⁵⁹. Na realidade, a organização do hospital dependia sempre também do seu fundador. Nos séculos XVIII e XIX, dos hospitais e dos abrigos não se utilizavam muitas pessoas; constituíam uma raridade hospitais nos quais houvesse cerca de quinze pacientes. Por exemplo, na diocese de Cracóvia, no final do século XVIII recebiam tratamento no hospital em média seis pessoas. Em Chamsk, na diocese de Płock, era chamado hospital um galpão nas proximidades da igreja, no qual residia um mendigo²⁶⁰.

Algumas edificações hospitalares eram ocupadas por funcionários da Igreja, o que dava margem a dificuldades e mal-entendidos, porque às vezes o prédio hospitalar existia, no entanto era ocupado pelo organista ou pelo clero. Por vezes acontecia também que faltavam alojamentos, e a população pobre e doente era recebida e acomodada pelo pároco ou pela comunidade religiosa em algum outro lugar²⁶¹.

Pela fundação de hospitais, procurava-se resolver um problema social e com isso realizar o ideal cristão do amor ao próximo. A fundação de um hospital nem sempre era ditada por necessidades urgentes: às vezes era uma obra de caridade e expiação, outras vezes se tornava uma necessidade em consequência de uma peste que se alastrava²⁶². Entre os hospitais aos quais prestavam assistência os marianos, encontrava-se o hospital em Raśna – edificado e fundado por Jorge Matuszewicz —, bem organizado e equipado. Matuszewicz, exemplo de um nobre conservador, assinalava no ato de fundação que o hospital era destinado “a cinco homens pobres de origem nobre”²⁶³.

Além de assegurar o abrigo e a alimentação aos pobres do hospital, adicionalmente as filhas do fundador, Inês e Tecla, destinaram 2.000 zlóti, importân-

²⁵⁹ L. J.; A. Z., *Szpital w Polsce*, Enc. Nowod., vol. 28, 5-68.

²⁶⁰ Litak, *Kościół w Polsce...*, 445-446.

²⁶¹ Jemielity, *Diecezja sejneńska...*, 278-280.

²⁶² Z. Podgórska-Klawe, *Od hospicjum do współczesnego szpitala*, Warszawa, 1981, 158-159.

²⁶³ AGM, Conventus Rasnensis. Erectio Fundi. Die 10 Aprilis 1749; Matuszewicz, *Diariusz...*, I, 493.

cia proveniente das propriedades rurais, que todos os anos proporcionavam 7% de lucro, “para que esses pobres do hospital, além da alimentação recebida da herdade de Matuszewicz, todos os anos ganhassem roupa, e a cada três anos ganhassem uma capa de bom tecido. Do restante da soma, cada um devia receber 25 złótis *pro victu et amictu* [para a alimentação e o vestuário]”²⁶⁴. Se levarmos em conta que uma vaca custava naquele tempo 25 złótis, e um carneiro 5 złótis, verifica-se que que as importâncias destinadas aos pobres não eram absolutamente pequenas. Além dessa importância, os padres marianos fizeram uma doação de 2.000 złótis; os juros dessa importância deviam ser destinados à compra de roupa pessoal²⁶⁵.

O fundador Matuszewicz impunha aos pobres certas obrigações, que no caso eram compromissos de natureza espiritual, como fala a esse respeito o documento da doação: “Tendo deixado um para cuidar do prédio do hospital, quatro deles todos os dias, durante a celebração matutina e vespertina, devem postar-se junto à porta da igreja e todos os dias ouvir a santa Missa, e rezar cinco preces diárias pelas almas dos falecidos que não contam com nenhum socorro. E de maneira especial em cada terça-feira [recitar] a Ladainha do Santíssimo Nome de Jesus, e em cada sábado, a Ladainha da Santíssima Virgem Maria. Todos os dias de manhã, durante a celebração eles devem cantar, pedindo a Deus pelos fundadores vivos e falecidos”²⁶⁶. Além disso, era obrigação deles, a cada três dias, fazer a limpeza da igreja e todos os dias varrer a pracinha diante da igreja. O fundador adverte o superior dos marianos para que não os obrigue a nenhum trabalho no convento²⁶⁷ e dirige-se aos futuros superiores em Raśna, para que nenhum deles no futuro mude algumas coisa no contrato acima²⁶⁸.

Em Raśna, a situação dos pobres era muito boa. Na maioria dos hospitais pertencentes a igrejas os pobres eram obrigados a trabalhar. Procurava-se em geral construir os hospitais na proximidade de fábricas, estabelecimentos ou fazendas, para dar aos pobres a possibilidade de emprego nessas empresas²⁶⁹. Em algumas dioceses, os pensionistas dos hospitais tinham de pedir esmolas²⁷⁰. A situação excepcional do hospital em Raśna deve ser analisada à luz da sua destinação à “nobreza pobre”. Matuszewicz fundou o hospital para pessoas do seu estado, ou seja, para os “irmãos” – de acordo com uma expressão popular

²⁶⁴ AGM, Conv. Rasn., Erectio Fundi.

²⁶⁵ Ibidem; com relação aos preços, conf.: Ceny, in: *Encykl.Star.Glogera*, I, 228.

²⁶⁶ Ibidem.

²⁶⁷ Ibidem.

²⁶⁸ Ibidem.

²⁶⁹ K. Dola, Opieka społeczna Kościoła, in: *Hist. Kościoła*, II/1, Poznań-Warszawa, 1979, 699-670.

²⁷⁰ Jemielity, *Diecezja sejneńska...*, 279; L. J.; A. Z., Szpitale w Polsce, in: *Enc.Nowod.*, vol. 28, 5-68.

daqueles tempos: “nós, os irmãos nobres”²⁷¹. Esse gesto foi enfatizado pelo Pe. Kamiński SJ, na homilia pronunciada no sepultamento do fundador: “Encontra-se aqui também um hospital junto à igreja mariana de Raśna, no qual os nobres decadentes obtêm juntos da fundação do falecido senhor o que lhes é necessário para a vida e o vestuário, pelo que ele cumpriu gloriosamente para si e exemplarmente para os outros aquela lei divina, que diz respeito especialmente aos senhores, e é fornecida pelo rei e sábio, pelo próprio Deus: ‘Honora Dominum et rebundabunt’ (‘Honra a Iahweh com a tua riqueza [...], e os teus celeiros estarão cheios de trigo, os teus lagares transbordarão de vinho novo’) (Livro dos Provérbios 3:9-10). Portanto este convento, a igreja, o hospital, com todos os seus adornos e rendimentos, receberá isso em memória do seu fundador, o que vedes aqui com os vossos próprios olhos”²⁷².

As boas condições econômicas dos pensionistas do hospital mantiveram-se até 1815. Foi então que o governo russo outorgou todos os bens da família Matuszewicz à senhora Mariana Ożarowska, viúva do general P. Ożarowski, um russófilo que foi enforcado pelos poloneses em 1794. A senhora Ożarowska reduziu pela metade os recursos destinados à manutenção do hospital. A partir desse momento os marianos sentiram-se na obrigação de conceder ajuda aos pensionistas do hospital²⁷³. Para ter a possibilidade de exercer o controle sobre todas as sociedades caritativas, em 1842 o governo russo incluiu na sua jurisdição todos os institutos de natureza caritativa e os hospitais e a seguir sequestrou todas as fundações e donativos estabelecidos como ajuda para pobres e doentes²⁷⁴.

Os hospitais que surgiram junto a outros conventos marianos eram de natureza diferente. Eles eram mantidos graças à ajuda proveniente de duas fontes: das doações dos padres marianos e das ofertas destinadas a esse objetivo pelos fiéis. Somente em Iglówka o duque Sapieha prometeu em 1783 que construiria um hospital e faria uma doação que seria a base para o sustento dos pobres²⁷⁵. O visitador diocesano confirmou em 1834 que em Iglówka “existe um hospital para os pobres com a área de 15 x 6 m”²⁷⁶. No entanto, por volta de 1803 o legado de Sapieha foi anulado pelo governo prussiano²⁷⁶. Nessa situação, os marianos eram obrigados a sustentar o hospital e os pobres com as suas próprias forças, empregando-os em trabalhos na igreja e nas herdades.

²⁷¹ J. Kowecki, U początków nowoczesnego narodu, in: *Polska w epoce Oświecenia*, Warszawa, 1971, 106-122.

²⁷² Matuszewicz, *Diariusz...*, I, 493.

²⁷³ ABUV, Doc.Viln., II. Relatório redigido em 1823; Z. Zielińska, *Ożarowski Piotr (1730-1794)*, PSB, vol. 24, 673-678.

²⁷⁴ K. Dola, *Opieka społeczna...*, 700.

²⁷⁵ ADL, Visit. Iglówka, 1837, Actus Foundationis, die 20 Aug. 1783.

²⁷⁶ Ibidem.

Junto ao convento de Skórzec, como informa a comissão após a realização da visitação, “existem duas casas destinadas para os pobres empregados, que segundo o costume são hospitais”²⁷⁷. Como daí resulta, os pensionistas dos hospitais eram obrigados a trabalhar na medida do possível. Essa prática protegia-os da desmoralização e correspondia à postura representada pela Igreja no século XIX em relação aos mendigos, pobres e pessoas desprovidas de um teto para morar²⁷⁸.

Diante do grande número dos pobres, o número dos hospitais sempre se mostrava insuficiente. Mencionemos, por exemplo, que na paróquia Wierzbolów, na Lituânia, trinta pessoas viviam da mendicância, em Giza – quinze pessoas, em Olwita – sessenta. Em todo o decanato, trezentas e dezesseis pessoas estavam desprovidas de meios de vida. E nos hospitais e nos abrigos permaneciam apenas quarenta e uma pessoas, visto que o decanato não dispunha de um número maior de vagas²⁷⁹. Nessas deploráveis circunstâncias, todos os conventos marianos compreendiam a necessidade de prestar ajuda caritativa pelos menos aos mais necessitados. A concretização dessa ajuda dependia das possibilidades dos diversos conventos. Em Mirosław, na passagem do século XVIII para o XIX, foi construído com a ajuda da Irmandade do Rosário um prédio bastante grande, no qual dois cômodos foram transformados em hospital. Segundo o “Inventário” elaborado em 1811, as pessoas doentes e pobres quase sempre encontravam alimentação e roupa lavada no hospital²⁸⁰.

Os dois maiores conventos, o de Goźlin e o de Puszcza – em consequência de dois incêndios ocorridos na segunda metade do século XVIII em Goźlin e do sequestro dos legados – dispunham no século XIX de uma modesta base econômica e perderam então o seu significado. Dessa forma, não havia neles hospitais. O visitador que da parte do governo realizou uma visitação do convento em 1819 registrou: “O convento em Puszcza não dispõe de recursos para um hospital, no entanto os pobres, na medida do possível, são ajudados pelo convento”²⁸¹. Dos documentos da congregação ficamos sabendo que o convento ajudava aos pobres eventualmente e, na medida em que isso era possível, proporcionava-lhes abrigo nas edificações da fazenda e sustentava-os até a morte. Em troca, exigia deles, por exemplo, que trabalhassem de vigias à noite, que cuidassem dos animais ou ajudassem na cozinha²⁸².

²⁷⁷ Arch.Sk., 69, n. 147.

²⁷⁸ Dola, *Opieka społeczna...*, 699-702; Podgórska-Klawe, *Od hospicjum do szpitala...*, 159-160.

²⁷⁹ Jemielity, *Diecezja sejneńska...*, 279.

²⁸⁰ ADŁ, Inwentarz-Mirosław 1811.

²⁸¹ Arch.Sk., 4, n. 5.

²⁸² ABUV, Doc.Viln., I.

Junto à igreja de Mariampol existia um hospital construído pelos padres marianos. Segundo o relatório de 1834, ele recebia não somente pessoas desprovidas de um teto para morar, mas também “pobres, deficientes físicos, doentes, mendigos”; era mantido graças à ajuda do convento e a doativos em espécie, dos quais cuidava a comunidade paroquial²⁸³. As pessoas que se encontravam em necessidade ou atingidas por calamidades, os marianos forneciam ajuda eventual também fora dos hospitais.

Na descrição dos bens de Puszcza, encontramos a menção a dois agricultores cujas propriedades haviam sido consumidas por incêndios. Eles obtiveram do convento uma ajuda econômica para a reconstrução delas, além de animais domésticos. Por suas vez outros que se encontravam numa situação difícil eram dispensados dos impostos devidos ao convento²⁸⁴.

As operações de guerra contribuíam para a ruína das casas e das propriedades dos paroquianos, inclusive dos assistidos pelos conventos. Documentos dos anos 1812-1814 demonstram a grande miséria dos camponeses nas paróquias marianas. Os marianos procuravam ajudar aos camponeses que sofriam fome, como a esse respeito escreve o superior de Raśna em 1813: “Os nossos súditos em Tokary estão desprovidos de tudo. A população não tem dinheiro. O convento alimenta os serviçais da herdade e os camponeses que não têm nada. Mas também o convento sofreu perdas tão grandes que só pode ajudar porque ele mesmo compra cereais a crédito”²⁸⁵. Informações a respeito da miséria dos camponeses em 1814 e da ajuda a eles prestada pelos conventos são fornecidas pelos superiores de Skórzec, Goźlin e Mariampol²⁸⁶. Levando em conta a pobreza da população, eles intervinham em favor dos pobres junto às autoridades, pedindo o apoio financeiro para eles e abolição dos impostos²⁸⁷.

Acarretaram destruição e miséria maiores ainda as operações de guerra nos anos 1830-1831. Da documentação preservada, relacionada a três aldeias pertencentes à paróquia de Skórzec, encontramos a seguinte informação: “Muitos camponeses encontram-se em estado de total pobreza, não têm nada para comer, não têm casas. Eles não têm o que plantar ou semear na primavera, e não têm mesmo com que fazê-lo, porque faltam ferramentas para o cultivo da terra”²⁸⁸. Vinte

²⁸³ Arch.Sk., f. 41, nn. 86, 88.

²⁸⁴ ABUV, Doc.Viln., I (descrição dos bens em Puszcza em 1788): “A casa de Estanislau Dudas é nova, visto que foi queimada. Por isso ele ganhou do convento uma vaca, um cavalo e dois bois. Igualmente a casa do velho Bednorz foi consumida pelo incêndio, por isso ele não paga os impostos ao convento”.

²⁸⁵ Ibidem. Pedido de ajuda para os assistidos do convento em Raśna.

²⁸⁶ AZakS, Konsygnacja szkód w Skórcu, 19 XII 1814; ibidem, Konsygnacja szkód w Goźlinie, an. 1814; Totoraitis, *Marianie...*, 29-30; Id., *Mariampolski klasztor...*, 16-17.

²⁸⁷ Cf. nota 282 e 283.

²⁸⁸ AZakS, Protokół lustracji, 8 IV 1832, Skórzec.

e três edificações (casas ou estrebarias) pertencentes a dezenove proprietários foram destruídas, em razão do que o convento enviou um requerimento às autoridades estatais pedindo que fosse concedida ajuda aos camponeses, para que eles pudessem reconstruir as casas, semear os cereais e adquirir as ferramentas de trabalho²⁸⁹. Tratava-se aqui não apenas de uma ajuda eventual aos necessitados, mas também da defesa legal da população pobre, simples, que nem sequer sabia escrever. Em 1857 esse mesmo convento, em nome dos habitantes da aldeia, instaurou um procedimento legal contra o proprietário de terras Rybicki, exigindo dele a devolução da terra injustamente tomada aos camponeses²⁹⁰.

Escolas

O período correspondente ao mandato de superior geral exercido pelo Pe. Nowicki foi para os marianos significativo no que diz respeito à atividade deles na área da instrução. Inicialmente eles não tinham autorização para cuidar da educação e não podiam também organizar escolas próprias para os leigos. O capítulo de 1750 concedeu-lhes autorização apenas para instruir os filhos dos fundadores. A proibição de dedicar-se do ensino era fundamentada pelo fato de que a atividade exterior contribui para o enfraquecimento das práticas religiosas e da observância da regra religiosa²⁹¹.

A Comissão de Educação Nacional (CEN), instituída em 1773, desde o início dedicou muita atenção às escolas comunais²⁹², o que resultava do grande êxito de que gozavam então as teorias fisiocráticas, que viam na educação um fator significativo para intensificar as possibilidades produtivas da população aldeã. Uma outra motivação estimulante era a necessidade de unificar o país, que era habitado por diversas nacionalidades – de diferentes religiões e culturas –, que se utilizavam de diversas línguas. Buscava-se inculcar em todos o conhecimento

²⁸⁹ Ibidem, Relação dos moradores de Skórzec pertencentes ao convento dos marianos, a qual demonstra os prejuízos sofridos e as edificações aptas para a reconstrução.

²⁹⁰ AZakS, Księgi procesowe marianów w Skórcu. Wyjaśnienie z 25 III 1857. Rubicki era proprietário dos terrenos na localidade de Grala; também os marianos possuíam ali as suas terras, bem como os camponeses de Skórzec pertencentes ao convento. Os marianos sentiam-se na obrigação de defender os “seus” camponeses.

²⁹¹ ABUV, Prot.Rasn., Decreto do capítulo 1750/40: “Quoniam in conventu instructio saecularium studiosorum excitata est per aliquos Patres nostros, quae impedit omni observantiae religiosae, atque Studio Philosophico, ideo per modernum Capitulum omnino prohibetur, exceptis Illustrissimi Fundatoris nostri liberis [i.e. filiis fundatoris in Raśna]”.

²⁹² I. Szybiak, *Szkolnictwo Komisji Edukacji Narodowej w Wielkim Księstwie Litewskim*, Wrocław, 1973, 17-19.

da literatura, da língua e da cultura polonesa, despertando dessa forma o patriotismo da população²⁹³.

A CEN elaborou um programa, mas foi forçada a desistir da organização de um sistema de escolas comunais em escala nacional em razão da falta de recursos. A Comissão atuava em difíceis condições econômicas, para o que contribuía a impossibilidade de fazer uso de uma boa parte dos bens confiscados aos jesuítas, bem como pela falta de recursos humanos – falta de competentes professores – e em razão da situação política: por um lado, a oposição da nobreza conservadora e, por outro, de uma parte do clero²⁹⁴. Nessa situação, a manutenção das escolas elementares permanecia nas mãos do clero, e a CEN exercia principalmente uma função de supervisão. O rei Estanislau, apoiando as intenções da CEN, empenhou-se junto ao Santo Padre para que ele publicasse um breve convocando explicitamente os católicos a se envolverem no ensino, de acordo com o programa elaborado pela CEN. Clemente XIV proclamou um breve, mas que só em parte correspondia aos desejos do rei e da CEN²⁹⁵.

A cooperação dos religiosos com a CEN não funcionava muito bem. No Grão-Ducado da Lituânia, os apelos do presidente da CEN, Inácio Massalski, bispo de Vilnius, dirigidos aos religiosos para que eles organizassem escolas elementares traziam, no entanto, certos resultados. Reagiram positivamente aos estímulos do bispo sobretudo os padres missionários, os marianos, os franciscanos (bernardininos), os escolápios e os capuchinhos²⁹⁶.

A primeira referência à abertura de uma escola paroquial pelos marianos diz respeito à escola em Miroszaw, que foi inaugurada em 1777. Naquele ano a escola foi frequentada apenas por seis alunos; 1781 eles já eram dez, e no ano seguinte, dezenove²⁹⁷. Provavelmente naquele mesmo período foi aberta a escola em Mariampol, o que é confirmado por Totoraitis, o qual supõe que ela podia ter existido já antes de 1777²⁹⁸.

Enquanto na Lituânia a pressão sobre os religiosos e os padres diocesanos era exercida pelo bispo Inácio Massalski, na Polônia fazia a mesma coisa o bis-

²⁹³ Korzon, *Dzieje Polski...*, I, 177; A. Jobert, *La Commission d'Education Nationale en Pologne (1773-1794). Son oeuvre d'instruction publique*, Dijon, 1941, 157.

²⁹⁴ I. Szybiak, *Szkolnictwo Komisji...*, 22, 102-103, 240-242. Na opinião do autor, a insatisfação de uma parte da nobreza era provocada pela existência de escolas ilegais e pelo fato de elas serem apoiadas pela nobreza.

²⁹⁵ Wysocki, *Dzieje Kościoła...*, 45; T. Mizia, *Szkolnictwo parafialne w czasach Komisji Edukacji Narodowej*, Wrocław, 1964, 49-50.

²⁹⁶ I. Szybiak, *Szkolnictwo Komisji...*, 43; Wysocki, *Dzieje Kościoła...*, 45.

²⁹⁷ T. Wierzbowski, *Szkoły parafialne w Polsce i na Litwie za czasów KEN (1773-1794)*, Kraków, 1921, 216.

²⁹⁸ Totoraitis, *Marianie...*, 9.

po Miguel Poniatowski, irmão do rei Estanislau, desde 1776 presidente da CEN e desde 1785 primaz da Polônia²⁹⁹.

Em 1782 o capítulo geral dos padres marianos deliberou que junto a todos os conventos marianos deviam ser abertas escolas paroquiais³⁰⁰. O decreto publicado a esse respeito não apenas sancionava legalmente a promoção do ensino, mas ordenava a abertura de escolas e a instrução das crianças. Dando-se de conta de que seria difícil encontrar entre os marianos religiosos dispostos a assumir o ensino, o capítulo decidiu dispensar os religiosos-professores das obrigações da vida comunitária. No entanto, apesar desses privilégios, muitas vezes havia falta de voluntários³⁰¹.

Os esforços de alguns religiosos e a legislação dos capítulos de 1782, 1785 e 1791 levaram à abertura de escolas paroquiais junto a todos os conventos marianos. Os documentos não informam se existiu alguma escola em Góra e em Gozlin, o que é compreensível se levarmos em conta que a igreja e o convento em Gozlin foram consumidos por um incêndio e de que em 1769 ainda se processava a sua reconstrução³⁰², e de que em Góra existiam as escolas dos escolápios, de modo que não havia necessidade de abrir escolas novas.

Não é possível definir a data exata do surgimento das diversas escolas, mas com certeza em 1777 já existiam as escolas em Mariampol e em Mirosław. O de-

²⁹⁹ Zielińska, *Poniatowski Michał Jerzy (1736-1794)*, PSB, vol. 27, 455-471; L. Kurdybacha, *Kuria Rzymska wobec Komisji Edukacji Narodowej w latach 1773-1783*, Kraków, 1949, 28-29; Wierzbowski, *Szkoły parafialne...*, 21-22.

³⁰⁰ Prot.Skórc., Decreto do capítulo 1782/5: “Decisum est a Venerabile Assessorio, ut ubi com-mode fieri poterit, doceantur a nostri Ordinis professoribus scholae Triviales, saecularium juvenum, instruendi in principiis latinitatis ac gramaticae penes nostrae collegia”. Abordam esse mesmo problema os decretos de 1785/4: “Propositum etiam fuit Venerabili Assessorio de convictoribus saecularibus, qui studiis in conventibus nostris navant operam, sub religioso professore, ne amplius cum religiosis mensae tempore prandii ac caenae assideant, sed secundam mensam privatam sibi habeant. Pari modo etiam ne cum religiosis in cellis cohabitent, sed seorsiva, et diversa a religiosis domicilia et mansiones habeant, ad quod Venerabile Assessorium resposuit affirmative, propter maiorem religiosorum commoditatem. Eadem sessione punctum 4, decisum est”; 1785/17: “Professoribus scholarum recommendatur hoc pium ac meritorium opus ac munus a Venerabile Assessorio, quatenus eos non pudente tempus impendere in erudienda juventute, immo diligentem curam adhibeant, mercedem a Deo recepturi. Eadem sessione punctum 18” e 1791/1: “Quoniam Mariana Ordo specialiori cura et studio erudiendae juventuti vi suarum Constitutionum operam intendere teneatur, id quod omnibus locorum Superioribus consuluit ingenue commendatum, ut pro modulo suarum virium atque diligentiae, Ordinisque decore, nec non sincero animo Serenissimae Reipublicae adictissima praestandi obsequia qugendae Trivialium Scholae satagant, tamen inhibendum voluit iisdem Superioribus, ne saeculares Juvenes una cum religiosis in uno eodemque cubiculo habitare permittant vel collocent ob multa inde emergentia in studiis, reque spirituali incommoda”.

³⁰¹ Prot.Skórc., 1782/7: “Professores scholarum Trivialium ac saecularium juvenum nostri Ordinis dispensantur a choro non tantum diebus Dominicis ac festivis, verum etiam diebus ferialis, non tamen excipiuntur a meditatione matutina, cui adesce quotidie tenebuntur, ita decedit Venerabile Assessorium, ac in tantum cum illis dispensat, in quantum actu sunt scholis occupati”.

³⁰² ASV, Arch.Nunz.Vars., vol. 76, ff. 129-130, Specificatio Monasteriorum Ordinis PP. Marianorum, 12 I 1781; ABUV, Doc.Viln., II, Tabella Generalis 1793.

cano que visitou em 1782 a paróquia de Wołpa constatou que funcionava ali uma escola paroquial administrada pelos marianos³⁰³. O visitador da CEN escrevia em 1783 que “em Janów os marianos abriram uma escola, mas não ensinam segundo as normas do CEN”³⁰⁴. Em 1789 o visitador visitou a escola paroquial em Puszcza, e naquele mesmo ano esteve também em Skórzec, de onde informava a CEN que na escola havia treze alunos e que o programa da Comissão não era realizado. Em Raśna o visitador constatou que a escola contava apenas cinco alunos³⁰⁵.

De acordo com as orientações dos capítulos, os padres marianos lecionavam nas escolas paroquiais as seguintes disciplinas: latim, catecismo e gramática³⁰⁶, o que, no entanto, não estava de acordo com o programa da CEN, que proibia o ensino do latim nas escolas paroquiais e dava ênfase ao ensino da matemática e da língua polonesa, empenhando-se para que os alunos aprendessem a ler e escrever. A CEN exigia a realização do seu programa nas escolas. Os visitantes da Comissão que controlavam as escolas procuram induzir os religiosos a que eles ensinassem de acordo com o programa por ela elaborado³⁰⁷. Os visitantes das escolas paroquiais dirigidas pelos marianos expressavam a sua insatisfação em razão do programa realizado nessas escolas. O visitador que veio em 1789 a Skórzec informava que “os alunos sabem muito pouco; uns estudam o catecismo, outros o alfabeto, outros a gramática, e em tudo falta qualquer ordem”³⁰⁸. O visitador da CEN, estando em Puszcza em 1789, informava que “há uma escola e um padre professor, o qual ensina à moda antiga”³⁰⁹. Dirigia também censuras aos marianos de Janów, “que ensinam em desacordo com o programa da CEN”³¹⁰. Recebeu uma repreensão também o convento em Raśna³¹¹.

Com o objetivo de solucionar esse problema, em 1792 a CEN assumiu a administração da escola em Skórzec e impôs a alguns marianos que ensinassem nela a doutrina cristã, os elementos básicos da escrita e da leitura, os bons costu-

³⁰³ Szybiak, *Szkolnictwo...*, 110.

³⁰⁴ F. Bieńkowski, Raport o szkołach W.Ks.Lit. w wydziale litewskim i żmudzkiem wizytowanych w roku 1783, in: *Raporty generalnych wizytatorów szkół Komisji Edukacji Narodowej w Wielkim Księstwie Litewskim (1782-1792)*, Wrocław, 1974, 112.

³⁰⁵ Wierzbowski, *Szkoły parafialne...*, 175, 181, 216, 221.

³⁰⁶ AGM, Prot.Skórc., Decreto 1782/7.

³⁰⁷ Por recomendação da CEN, o bispo I. Massalski elaborou em 1774 um detalhado programa de ensino nas escolas paroquiais, que devia ser seguido pelos docentes: I. Massalski, Przepis do szkół parafialnych, in: *Pierwiastkowe przepisy pedagogiczne K.E.N. za lata 1773-1776*, red. Z. Zakulski, Lublin, 1923², 24, 27, 28, 30.

³⁰⁸ Wierzbowski, *Szkoły parafialne...*, 175.

³⁰⁹ Ibidem, 181.

³¹⁰ Bieńkowski, *Raport o szkołach...*, 112, 115.

³¹¹ Wierzbowski, *Szkoły parafialne...*, 221.

mes e a matemática, proibindo ao mesmo tempo o ensino do latim e das ciências de nível superior³¹².

As maiores escolas paroquiais funcionaram em Mariampol e em Mirosław. A escola de Mariampol, no final do século XVIII, contava cerca de cem alunos³¹³. Em 1783 o visitador informava a CEN que em ambas as escolas os padres marianos haviam ampliado o programa de ensino e, sem informar a Comissão e sem a sua autorização, tinham dividido a escola em séries, criando inclusive uma série superior de latim³¹⁴. Em 1785 o visitador censurou os marianos, lembrando que lhes era permitido unicamente dirigir escolas paroquiais³¹⁵.

O relatório referente a Mirosław, elaborado em 1789, atesta a existência de uma escola paroquial que já funcionava de acordo com as orientações da CEN. Essa escola obteve autorização para a instituição de duas séries, de maneira que desde 1789 existiam ali as séries *infima* e *grammatica*. Trabalhavam ali dois professores religiosos. Em 1799 o capítulo da província prussiana atribuiu essa função a Juliano Korycki e Inácio Zalewski³¹⁶. Essa escola foi fechada por volta de 1800, sob a ocupação prussiana. O Padre Zalewski foi transferido a Raśna, e em 1802 o capítulo não lhe designou um novo professor, como havia feito no caso da escola em Mariampol³¹⁷. Na realidade, torna-se muito difícil definir o período de funcionamento ou a data do fechamento dessa escola, porque, em razão da ocupação prussiana, muitas coisas ocorriam clandestinamente, uma razão a mais por que restaram poucos vestígios na documentação.

Em 1797 o consistório de Sejny elaborou uma detalhada descrição das igrejas e dos seus bens. O relatório do convento em Mirosław informa que “a escola não existe”, embora duas outras fontes confirmem a sua existência³¹⁸. Provavelmente nos anos 1800-1806 a escola permaneceu fechada. Após a derrota da Prússia em 1806, podia-se novamente organizar o ensino, o que é confirmado pelos docu-

³¹² Ibidem, 181.

³¹³ Totoraitis, *Marianie...*, 9. Deve-se supor que esse número de alunos, que consta do ato de acusação do prefeito da escola, é exagerado. Isso resultaria igualmente do relatório do consistório, elaborado em 1797, no qual lemos: “Em Mariampol existe uma pequena escola paroquial”. ADŁ, Akta Konsystorza, 1797.

³¹⁴ Bieńkowski, *Raport o szkołach...*, 108; J. Jaksa, *Wypisy z protokołu wizyt szkół bialskich, białostockich, grodzieńskich, kowieńskich, dominikańskich, mereckich, wilkomierskich... odbytych 1789 r.*, in: *Raporty generalnych wizytatorów szkół Komisji Edukacji Narodowej w Wielkim Księstwie Litewskim (1782-1792)*, Wrocław, 1974, 425.

³¹⁵ Wierzbowski, *Szkoły parafialne...*, 216.

³¹⁶ Totoraitis, *Marianie...*, 26, 28.

³¹⁷ Ibidem, 26.

³¹⁸ ADŁ, Akta Konsystorza, 1797, Mirosław. No relatório referente ao convento de Mirosław lemos que a escola não existia. Por sua vez, em 1799, o Capítulo da província prussiana nomeou dois professores para a mencionada escola. Totoraitis, *Marianie...*, 26; cf. Wierzbowski, *Szkoły parafialne...*, 216 (afirma que a escola existia).

mentos de 1811³¹⁹. Falta documentação que aponte o funcionamento da escola após esse ano; somente a nomeação, em 1841, do Pe. João Żyliński para o cargo de *magister scholae parochialis Mirosławiae* é que atesta a sua existência³²⁰.

No final do século XVIII, além da escola elementar, existia em Mariampol igualmente uma escola com um programa de ensino ampliado – a “escola superior latina” –, o que repercutia negativamente nas escolas distritais em Merkinė e Virbalis³²¹. O superior geral dos marianos Pe. Mraas, tendo recebido uma admoestação da CEN em razão dessa escola, escreveu no dia 12 de março de 1792 uma carta ao bispo de Vilnius, justificando-se que a escola em Mariampol encontrava-se longe das escolas comunais, que havia sido aberta a pedido da nobreza da região, que servia também ao povo e correspondia às necessidades espirituais da paróquia³²². As dificuldades da escola começaram a intensificar-se em 1793, quando a Dieta de Grodno proclamou um decreto estabelecendo que as ordens religiosas que dirigiam escolas particulares ou públicas tinham de subordinar o seu programa à CEN³²³.

Em 1794 a CEN foi dissolvida, e no ano seguinte ocorreu a terceira partilha da Polônia. As escolas em Mariampol e Mirosław salvaram-se e preservaram também o seu programa. Sob a ocupação prussiana, a escola de Mariampol teve um significativo desenvolvimento. Estava dividida em quatro séries: a ínfima, a gramatical, a escolástica e a teológica. Além do polonês e do latim, os alunos estudavam também o alemão³²⁴. Essa escola persistiu até 1818, mas, como não estava registrada como escola superior – latina – e não correspondia às normas do Ministério da Educação, foi reduzida à categoria de escola elementar³²⁵.

As autoridades russas buscavam o enfraquecimento das escolas, dando-se conta de que elas fortaleciam a consciência nacional polonesa. O senador russo Nicolau Novosiltzov³²⁶, comissário imperial, exercia oficialmente a função de supervisor do governo polonês, era uma eminência parda no Reino da Polônia e envidava todos os esforços para convencer o czar a não confiar na nação polonesa. O seu propósito era levar à abolição definitiva de todas as garantias constitucionais. Durante o governo de Novosiltzov, em 1821 foi instituído o comitê para assuntos de reorganização da educação pública. Ele era da opinião de que

³¹⁹ Totoraitis, *Marianie...*, 10-13, cita documentos e pronunciamentos dirigidos aos alunos dessa escola em 1811.

³²⁰ El.Alph., 64.

³²¹ Bieńkowski, *Raport o szkołach...*, 104; Wierzbowski, *Szkoły parafialne...*, 214-215.

³²² Esse trecho da carta foi publicado por Totoraitis, *Marianie...*, 9.

³²³ Vol. Legum..., X, 170.

³²⁴ Totoraitis, *Marianie...*, 26.

³²⁵ Ibidem, 11-12.

³²⁶ Gieysztor, *Storia...*, 327, 332; Kukiel, *Dzieje Polski...*, 174-176.

o ensino provocava a insatisfação em meio ao povo e prejudicava o relacionamento existente entre as classes sociais³²⁷. O cargo de ministro da educação foi confiado a Estanislau Grabowski, que era chamado ministro do obscurantismo³²⁸.

O comitê que atuava sob a direção de Novosiltzov, em colaboração com o novo ministro, procurava fechar o maior número possível de escolas e diminuir o nível do ensino. Os resultados disso deram-se a conhecer imediatamente. Em 1819 nas escolas paroquiais estudavam 21 mil alunos, e em 1827 eles já eram somente 8 mil³²⁹. Nessa situação, decidiu-se abrir escolas esquivando-se à legislação do governo. Surgiram as escolas “clandestinas”, pagas e organizadas pelos camponeses, clandestinamente dirigidas pelos padres marianos. Por volta de 1820, na paróquia de Mariampol escolas desse tipo surgiram em Adomiszki e em Sosnówa, bem como junto à igreja paroquial dos marianos em Iglówka³³⁰.

Após a queda do Levante de Novembro [de 1830], o governo russo começou a perseguir essas escolas. Em 1834 o czar publicou o seguinte decreto contra elas:

“Mariampol, 6/15 de março de 1837. Departamento Administrativo, Seção de Cultura. O Comissário da Voivodia indicado para o distrito de Mariampol, ao Administrador da Comuna de Kwieciszki. Minha disposição de 5/17 de agosto de 1834, n. 13774, ao Administrador era: as escolas clandestinas aldeãs, mantidas pelos camponeses, sem a autorização do governo, deviam ser imediatamente fechadas, mas essas disposições até agora não têm sido cumpridas e, visto que há denúncias do Tutor da escola de Mariampol de 3/15 do ano corrente, n. 18, de que na comuna de Kwieciszki, nas aldeias Sosnówa e Adamiszki, atuam agora escolas clandestinas, [e] tantas vezes já tem sido notificado a respeito desses abusos, agora definitivamente ordeno ao Senhor Administrador [que sejam respeitadas as ordens]; se [o Senhor] continuar a ignorar as disposições do governo e permitir a existência de escolas clandestinas no seu distrito ou em outros distritos, e se dentro de 10 dias não informar a respeito da existência de tais escolas, nesse caso serei forçado a chamar o Senhor à responsabilidade e a uma severa pena”. O documento foi assinado por: Filipowicz³³¹.

As autoridades do governo ameaçavam com castigos os párocos, os professores e também os pais dos alunos, a respeito do que testemunha a disposição abaixo:

“Disposição para o Administrador de Kwieciszki: N. 518, Kwieciszki, 1 de fevereiro – 20 de março de 1837, ao Administrador da comuna de Kwieciszki,

³²⁷ W. Urban, *Dzieje Kościoła w zaborze rosyjskim*, Poznań-Warszawa, 1979, 463-465.

³²⁸ Gieysztor, *Storia...*, 333.

³²⁹ Ibidem, 464; Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 72.

³³⁰ Totoraitis, *Marianie...*, 11-12; ADL, Visit. Iglówka, 1837.

³³¹ O documento foi publicado por Totoraitis, *Marianie...*, 12.

Padre Łapiński, em Iglówka. Por ordem minha, o prefeito de aldeia Dąbrowski, através de um relatório com a data de hoje informa que o Nowojawski dá aulas aos filhos dos aldeões em Iglówka com o conhecimento do padre pároco. Anexando uma cópia da disposição da Comissão distrital (que já anteriormente tem sido enviada), peço [ao padre pároco] que avise às pessoas que não podem existir quaisquer escolinhas e que todo camponês que se opuser a estas disposições será chamado à responsabilidade: [vai] pagar 30 zlóti poloneses de multa por cada filho. E o padre pároco não se envolva em qualquer intervenção e não se intrometa nesses assuntos, se não quiser ser acusado pelo Tutor da escola, e também por mim, diante da autoridade superior”. Documento assinado por: Sikorski³³².

Em 1837, sob a pressão das autoridades, as escolas foram fechadas³³³. A partir de então o ensino nos conventos dos padres marianos na Lituânia passa à clandestinidade, em razão do que não pode ser objeto de pesquisas.

Tendo em vista a educação da juventude à lealdade em relação ao governo, em 1828 foi fundada uma escola governamental para meninas. Mais ou menos naquele mesmo período foi aberta mais uma escola estatal elementar e uma escola média. Os marianos foram forçados a fechar a sua própria escola paroquial em Mariampol, mas obtiveram pelo menos a autorização para ensinar a religião nas escolas estatais³³⁴.

Dos documentos analisados resulta que no século XIX, quase que por todo esse período, existiram escolas em Skorzec³³⁵ e em Raśna³³⁶. Vale a pena, sobretudo, mencionar a escola em Raśna, na Rússia, onde nos anos 1895-1805 estudavam sete, oito alunos anualmente, e trabalhavam nela dois professores, que lecionavam a doutrina cristã, os bons costumes, a geografia, os fundamentos da leitura e da escrita, a língua alemã e a aritmética³³⁷. A escola era destinada sobretudo a órfãos e tinha a obrigação de instruir pelo menos dois alunos de origem nobre³³⁸. Após 1805 o número dos alunos diminuiu, e a partir de então a escola era frequentada por três, quatro alunos anualmente. Apesar das dificuldades impostas às escolas polonesas pela legislação russa, essa escola perdurou até 1864.

³³² Ibidem.

³³³ Ibidem, 3.

³³⁴ Totoraitis, *Marianie...*, 12-13; Jemielity, *Diecezja sejneńska...*, 267ss.

³³⁵ A respeito da escola de Skorzec falam os seguintes documentos: Wierzbowski, *Szkoły parafialne...*, 175, 181; Arch.Skórc., 69, n. 147; ADS, Visit.Gen. Skorzec, 1835; ADS, VII, A 2, 32, a Comissão Governamental das Religiões ao bispo de Siedlce, 19/1/1864.

³³⁶ A respeito da existência da escola em Raśna e do número de alunos que nela estudavam informa a documentação: ABUV, Doc.Viln., I-II.

³³⁷ ABUV, Doc.Viln., I, ff. 116, 135, 173, 186, 187, 233, 246.

³³⁸ ABUV, Raśna-Fundatio, 1749.

Defendendo-a, os superiores de Raśna afirmavam que “ela não existe, e há [nela] apenas órfãos que aprendem a leitura, a escrita e o catecismo”³³⁹.

Os mais difíceis para as escolas paroquiais foram os anos 1840-1860. No Reino da Polônia progredia a russificação da população e das escolas e tornava-se cada vez mais severa a luta com a língua e a cultura polonesa. Essa situação mudou em 1860, quando foi convocado para membro do governo o margrave Alexandre Wielopolski³⁴⁰, que em breve foi nomeado lugar-tenente no Reino da Polônia (o que significava algo mais que o governador russo em Varsóvia). Ele não somente contribuiu para certa liberalização no Reino, mas também elaborou um excelente programa de educação e ensino³⁴¹.

De acordo com esse programa, todos os cidadãos tinham o direito e a obrigação de estudar; a escola na Polônia devia ser uma escola polonesa, e a língua russa devia ser eliminada das escolas paroquiais. O direito de fundar e controlar escolas elementares cabia ao prefeito e ao pároco³⁴². Naturalmente, as escolas elementares deviam obter a aprovação das autoridades estatais, cujos representantes eram russófilos e refreavam o processo da fundação de novas escolas. Aproveitando a ocasião, já no início de 1863 os marianos buscaram a autorização para a abertura de escolas paroquiais em Goźlin e em Skórzec³⁴³. Dando-se conta da seriedade do momento, por uma carta do dia 13 de janeiro de 1864 o superior geral Pe. Wilczyński dirigiu-se à Comissão Governamental solicitando a abertura de escolas elementares junto a todos os conventos marianos. Infelizmente, a resposta da parte da Comissão para Assuntos das Religiões e da Instrução Pública foi evasiva. A Comissão aprovou apenas as escolas existentes em Goźlin e em Skórzec e mandou que os religiosos professores buscassem junto ao diretor do ginásio distrital a confirmação da função deles, sem responder ao pedido dos padres marianos³⁴⁴.

Próxima estava a hora do fechamento das escolas paroquiais e das congregações religiosas na Polônia. As autoridades russas, que sabiam disso muito bem, buscavam antes refrear o desenvolvimento do ensino em língua polonesa do que ampliá-lo.

Em condições e circunstâncias inteiramente diferentes, guiando-se por estímulos patrióticos, o deportado sacerdote Cristóvão Szvernicky organizou em

³³⁹ ABUV, Doc.Viln., I, f. 246; vol. II, f. 101.

³⁴⁰ Kukiel, *Dzieje Polski...*, 384-394; Gieysztor, *Storia...*, 39, 397-398.

³⁴¹ Urban, *Dzieje Kościoła...*, 465.

³⁴² Ibidem.

³⁴³ ADS, VII, A 2, a Comissão Governamental das Religiões ao bispo da diocese de Podlasie, 19/1/1864.

³⁴⁴ Ibidem.

1858, em Irkutsk, na Sibéria, um orfanato e uma escola³⁴⁵. Já em 1860 essa escola era frequentada por seis crianças. No seu trabalho educacional, o Pe. Szwernicki foi ajudado pelo Pe. Pawłowski e por um cidadão leigo, Francisco Kryński. Essa escola era mantida unicamente com os poucos recursos do seu fundador e com os donativos da população siberiana e polonesa. Visto que em Irkutsk havia mais crianças – filhos e filhas dos deportados – que não possuíam nenhuma instrução ou haviam perdido os pais, Szwernicki com tristeza apelava às pessoas de boa vontade³⁴⁶, pedindo-lhes a ajuda econômica para essas crianças que se encontravam longe da pátria. Lembrava que elas muitas vezes estavam privadas de qualquer contato com a igreja, com o padre, com a escola. Algumas residiam afastadas até milhares de quilômetros de uma igreja e provavelmente jamais teriam a possibilidade de ver uma igreja católica³⁴⁷. Graças à reação benevolente de algumas pessoas e aos donativos coletados, Szwernicki pôde proporcionar abrigo e instrução para cerca de vinte crianças³⁴⁸.

³⁴⁵ (K. Szwernicki), *Wyjątki z dziennika podróży odbytej przez ks. K. Szwernickiego... w prowincji Irkuckiej... od d. 26.III.1859 do 25.I.1860*, Hereford, 1964, 57-59; Czesław Gil, *Raffaele Kalinowski, Dall'esilio siberiano alla gloria degli altari*, Roma, 1983, 41; Czapski, *Pamiętnik sybiraka*, London, 1964, 308.

³⁴⁶ (Szwernicki), *Wyjątki z dziennika...*, 57-59.

³⁴⁷ Ibidem.

³⁴⁸ B. Burdziej, Ksiądz Krzysztof Szwernicki – duszpasterz Sybiru. *Przegląd Powszechny* 1 (1987), 82-83; Józef Kalinowski. *Listy*, red. C. Gil, vol. I (1856-1872), Lublin, 1978, 17, 410-411.

Capítulo V

O PAPEL DA CONGREGAÇÃO NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Participação no Levante de Novembro

No período em análise, alguns marianos participaram ativamente da luta pela independência da pátria e estiveram ligados aos movimentos patrióticos. Já no tempo do Levante de Kościuszko [1794], alguns deles exerceram a função de capelães militares; recordemos que no dia 4 de novembro de 1794, durante a “carnificina de Praga”, os padres capelães Francisco Kuprel e Alexandre Jeloniek foram mortos pelos soldados russos¹. Por sua vez no período das guerras napoleônicas pelos menos quatro seminaristas deixaram o convento em Raśna para lutar contra a Rússia ao lado do exército polonês ou francês².

Da mesma forma que durante a Insurreição de Kościuszko, também mais tarde não faltou a participação dos padres nas batalhas e nas ações clandestinas no século XIX. A ação em prol da liberdade da pátria era por eles reconhecida como uma obrigação não apenas patriótica, mas num certo sentido também religiosa³. Era cada vez mais generalizada a convicção de que a busca da independência era uma causa justa e fundamentada da nação, o que se expressava no lema “fé – liberdade – independência”. Nos lemas da propaganda patriótica procurava-se substituir a expressão “o altar com o trono” pela expressão “o altar com a nação”, e o governo revolucionário proclamava a solene aliança da “religião com a pátria”⁴.

Oficialmente o clero não participava da conspiração, embora os conspiradores que atuavam em prol da pátria pudessem contar com a assistência dos sacerdotes e com o seu apoio moral⁵. Na prática, essa ajuda se concretizava

¹ Sydry, *Papczyński...*, 283; El.Alph., 22, 23.

² ABUV, Doc.Viln., I, ff. 188, 224.

³ Jabłońska-Deptuła, *Kościół-Religia-Patriotyzm*, Warszawa, 1985, 10-17.

⁴ *Kurier Polski* de 7/2/1831.

⁵ J. Skarbek, Kościół katolicki na ziemiach polskich pod zaborami 1773-1848, in: *Historia Kościoła*

nos sermões patrióticos e nas confissões, que em grande medida influenciavam o povo, sendo uma das formas da propaganda patriótica. No entanto, a partir de dezembro de 1830 a imprensa começou cada vez mais a informar o público a respeito do engajamento nessa causa dos padres marianos e de outras congregações religiosas⁶.

A documentação referente à participação do clero no Levante de Novembro [de 1830] é muito modesta, e por isso pouco se sabe a esse respeito. Isso se deve ao fato de que os padres que participavam do levante, querendo evitar perseguições da parte das autoridades russas, apagavam os vestígios da sua atividade patriótica. Pesquisas científicas realizadas nos arquivos demonstram que, por medo diante das pesadas punições, muitos documentos relacionados com a participação do clero no levante foram destruídos ou escondidos em meio a outros papéis⁷. O decreto da Comissão Governamental, ordenando aos padres que lhe enviassem todos os “diários, impressos e todo o tipo de escritos relacionados com esse triste período”, foi um fator adicional que contribuiu para o desaparecimento de uma ampla documentação⁸.

Em 1830, no Reino da Polônia os marianos atuavam sobretudo na diocese de Sejny (em cuja área se encontravam os conventos em Mariampol, Mirosław e Iglówka) e na diocese de Podlasie (os conventos em Skórzec e Goźlin)⁹. O procedimento dos marianos era condicionado em grande medida pela postura dos diversos bispos, que preservavam a cautela, na sua maioria pronunciando-se pelo levante, embora nem sempre estivessem convencidos da justeza da causa pela qual se lutava. O bispo mais velho da diocese de Sejny, M. Manugiewicz, apoiou o levante, e até assinou um documento pedindo a destronização do czar Nicolau I¹⁰. Por sua vez o bispo de Podlasie, Marcelo Gutkowski, era absolutamente contrário ao levante, a tal ponto que proibiu que fossem lidos nas igrejas os manifestos do governo polonês, e até puniu os padres que se envolveram no

la, vol. IV (suplemento à edição polonesa), trad. de *Nouvelle histoire de l'Église*, IV, Warszawa, 1987, 483.

⁶ Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 418.

⁷ J. Skarbek; J. Ziółek, *Duchowieństwo w powstaniu listopadowym (1830-1831)*. *Novum*, 11-12 (1973), 82. A respeito da participação do clero no levante, até hoje ainda não se sabe muitas coisas. A obra acima é uma das poucas a respeito desse tema.

⁸ ADL, Reskrypta ogólne 1834-1836, f. 16. O Decreto de 1834 foi enviado a todos os superiores dos conventos e aos párocos. Cf. Biblioteka Uniwersyteku Warszawskiego, *Pisma konsystorza i rzędu 1833-1840*, o bispo Manugiewicz ao consistório, Warszawa, 31/5/1833.

⁹ Além desses conventos, em 1930 existiam igualmente os conventos em Góra e em Puszcza. O convento em Góra era pequeno, e geralmente residia nele um sacerdote. A Igreja do Cenáculo era pouco frequentada, e o mencionado sacerdote teve poucos contatos com os insurretos. O convento em Puszcza, por sua vez, encontrava-se perto da fronteira prussiana e distante do teatro da guerra russo-polonesa.

¹⁰ M. Żywczyński, *Manugiewicz, Mikołaj Jan 1754-1834*, PSB, XIX, 501-502.

levante¹¹. Por isso os marianos que residiam nos conventos situados na área da diocese de Podlasie tinham de ocultar a sua colaboração com o exército polonês. Não se sabe muito a respeito da participação dos marianos de Skórzec nesse levante, no entanto, para testemunhar a sua atividade, basta lembrar uma descoberta feita nesse convento em 1982. Durante os trabalhos de restauração foi encontrado um escaninho no muro, no qual os ativistas daquele tempo ocultavam as publicações patrióticas polonesas e a imprensa relacionada com os anos 1829-1830 contendo descrições dos mais importantes momentos das lutas contra a Rússia, comentários de natureza patriótica e relatos da atividade política em prol do levante¹².

Em Skórzec, no período das lutas do exército polonês com o russo, por um breve período de tempo funcionou uma enfermaria para soldados feridos, porquanto aquela área era palco de encarniçadas lutas. Finalmente, no dia 14 de fevereiro de 1831, após a derrota sofrida na batalha de Stoczek, os russos foram forçados a uma retirada à sua guarnição em Siedlce, a apenas 10 quilômetros de Skórzec. A vitória do exército polonês alcançada no dia 14 de abril afastou os russos a Iganie, situada a 10 quilômetros de Skórzec. Pela paróquia passavam muitas vezes os exércitos poloneses e russos, e pelo menos por dez vezes estacionaram em Skórzec diversos destacamentos do exército russo. Tal situação do hospital de Skórzec fazia com que a ajuda proporcionada aos soldados poloneses pelos padres marianos fosse realmente discreta¹³. Demonstraram um zelo maior nas ações em prol do levante os conventos na parte lituana da diocese de Sejny, que na Lituânia passavam por “baluartes do espírito polonês” naquelas terras¹⁴.

Na realidade, o Levante de Novembro tinha um caráter eminentemente laico – tratava-se de uma luta pela independência da pátria –, no entanto as autoridades revolucionárias muitas vezes e em diversas ocasiões utilizavam-se dos sentimentos religiosos, pedindo aos padres que conclamassem o povo a uma participação mais numerosa nas lutas, e em razão disso tantas solenidades eram comemoradas nas igrejas.

Dentre os conventos da diocese de Sejny, o papel mais importante foi desempenhado por Mariampol, e justamente ele foi destinado para ser o lugar de concentração da Guarda Nacional, que se realizava tanto no convento como na igreja. Duas semanas após a eclosão do levante (no dia 15 de dezembro de 1830),

¹¹ P. Aleksandrowicz, *Diecezja siedlecka, czyli podlaska*, Siedlce, 1971, 352; W. Urban, *Ostatni etap dziejów Kościoła w Polsce przed nowym tysiącleciem 1815-1966*, Roma, 1966, 143-144; M. Żywczyński, *Gutkowski Jan Marceł*, PSB, IX, 180-181.

¹² Skórzeckie znalezisko. *Za Głosem*, 14-15 (1983), 23.

¹³ Kukiel, *Dzieje...*, 242-247. AZakS, Protokół lustracy z 8 IV 1832 w dobrach Skórzec. ADS, Akta Konsystorza, 1831.

¹⁴ Skarbek, *Kościół katolicki...*, 482.

na igreja de Mariampol realizou-se uma grande manifestação patriótica organizada pelos padres marianos e pelas autoridades insurrecionais. Participaram dela solenemente funcionários do distrito, a nobreza, os destacamentos da infantaria e da cavalaria com os seus estandartes e com uma orquestra. A solenidade se iniciou com uma salva de tiros de canhão e a seguir, durante a manifestação, diante da população reunida discursaram: o major do exército polonês barão Puszet e Adalberto Czapski, funcionário do Estado¹⁵. Naquele mesmo dia ocorreu a solenidade da bênção do estandarte nacional polonês, durante a qual os padres marianos pronunciaram ardentes discursos patrióticos: três deles falaram em língua polonesa, e um em lituano¹⁶.

Daquelas lutas pela independência participou igualmente o exército regular. Visto que não era muito numeroso, foram convocados também voluntários, os quais instituíram a Guarda Nacional. Durante a solenidade da bênção do estandarte – que se realizou em Mariampol e que teve um caráter religioso-patriótico –, os oradores apelavam a que voluntários se apresentassem à Guarda Nacional, e os padres, da sua parte, pronunciavam-se pelo levante e pelo recrutamento. O convento de Mariampol foi escolhido como o ponto de reunião dos voluntários e como o lugar de novos encontros¹⁷. As manifestações que se realizavam nas igrejas tinham por objetivo despertar o povo para a participação na luta e estimular os indiferentes, que estavam desprovidos da consciência nacional e do estímulo para agir em prol de uma pátria livre.

Com o objetivo de alcançar o amplo apoio de todos aqueles que lhes eram favoráveis, as autoridades do país ordenaram que nas igrejas fossem celebradas devoções de quarenta horas – “pela vitória na luta” – e que em cada domingo fosse cantada a cantiga religioso-patriótica “Deus, que a Polônia”. Em Mariampol, a devoção de quarenta horas foi celebrada solenemente no dia 1 de janeiro de 1831¹⁸.

O convento de Mariampol estava situado perto da fronteira russa, numa zona em que se travavam numerosas lutas guerrilheiras. Desde 6 de janeiro de 1831 estacionou em Mariampol um poderoso corpo russo, e por isso a partir de então os religiosos foram forçados a manter a sua atividade na clandestinidade; os seus vestígios tinham de ser cuidadosamente apagados¹⁹.

¹⁵ *Kurier Warszawski* de 27/12/1830.

¹⁶ *Ibidem*; J. Ziólek, *Patriotyczna postawa duchowieństwa w czasie powstania 1830 i 1831 roku. Roczniki Humanistyczne*, 28 (1980), cad. 2., 82.

¹⁷ Arch.BUW, *Protocollum Conventus Mariampolensis*; Jabłonska-Deptuła, *Przystosowanie...*, 439.

¹⁸ Totoraitis, *Marianie...*, 32; ADŁ, *Miscellanea 1829-1831*.

¹⁹ Totoraitis, *Marianie...*, 32-34; No dia 12 de abril o exército revoltoso atacou um destacamento russo em Mariampol e, após uma luta vitoriosa, conquistou a localidade, levando presos alguns soldados russos. No dia 19 de abril voltaram os russos, e os lituanos e os poloneses foram forçados a recuar. No dia 22 de abril o exército polono-lituano novamente atacou os russos, mas estes, dispondo de uma força

Na diocese de Sejny foi onde provavelmente atuou o maior número de padres ligados com o levante no distrito de Mariampol. Apesar de serem perseguidos pelas autoridades russas, muitos padres, tanto diocesanos como marianos, disfarçados de camponeses, iam prestar a assistência pastoral nas aldeias, nas florestas e nos destacamentos guerrilheiros²⁰.

O clero encontrou-se numa situação moral complicada, porquanto a participação na luta era por muitos considerada como uma revolta contra a autoridade legal. Essa situação tornou-se mais difícil ainda de suportar quando Gregório XVI proclamou no dia 15 de fevereiro de 1831 o breve *Impensa charitas*, que praticamente condenava todas as revoltas e advertia os bispos de que não se envolvessem em assuntos laicos, mas apenas nos eclesiásticos²¹. Duas semanas após a publicação do mencionado documento, no dia 4 de março de 1831, por ordem da cúria diocesana de Sejny, todos os padres que tinham funções no distrito de Mariampol tiveram de fazer na igreja local um juramento de fidelidade ao czar²².

Em abril e maio, o distrito de Mariampol esteve sob a administração polono-lituana. Aproveitando essa circunstância, as autoridades insurrecionais apelaram à generosidade dos cidadãos, pedindo o seu apoio na luta contra a Rússia. A igreja também coletava para esse objetivo objetos de prata, dinheiro e diversos objetos que podiam ser úteis ao exército. No entanto a “rebelião” na Lituânia foi sufocada e os destacamentos polono-lituanos, sob o comando do general Antônio Gielgud, enviados para ajudar aos revoltosos, tiveram de render-se na fronteira prussiana²³. Nessa situação, os donativos coletados pelo clero diocesano e pelos padres marianos não puderam ser enviados ao estado-maior, a respeito do que o Bispo Manugiewicz informou o governo nacional em Varsóvia²⁴.

maior, saíram vencedores na luta. O forte exército polono-lituano novamente voltou a Mariampol no dia 2/6/1831, mas a sua vitória foi efêmera. Cf. Kukiel, *Dzieje...*, 246-247; Ochmański, *Historia Litwy...*, 205-207.

²⁰ ADŁ, Miscellanea 1829-1831, f. 209.

²¹ J. Reffon, Restaurazione e crisi liberale 1815-1846, in: *Storia della Chiesa*, fond. A. Fliche-V. Martin, ed. it., red. Carmel Neseli, vol. XX/2, Torino, 844-845; M. Godlewski, Watykan a powstanie listopadowe. *Ateneum Kapłańskie*, 28 (1931), 113-129. Com relação à questão acima, vale a pena familiarizar-se também com: M. Loret, *Watykan a Polska 1815-1832*, Warszawa, 1913; A. Boudou, *Le Saint Siège et la Russie*, I, Paris, 1922. O texto do breve *Impensa charitas* encontra-se em: *Papieżstwo wobec sprawy polskiej*, red. O. Biersdorf, Wrocław, 1960, 89-91. Ao falarmos das relações entre a Santa Sé e a Polônia, não podemos esquecer o importante trabalho crítico, que contém igualmente a correspondente documentação de Żywczyński, Geneza i następstwa encykliki “Cum primum” z 9 VI 1832, in: *Watykan i sprawa polska w latach 1830-1837*, Warszawa, 1937.

²² Totoraitis, *Marianie...*, 33; Arch.BUW, Prot. Conv. Mariamp.; os trabalhos de Totoraitis baseiam-se numa rica base de fontes, da qual ele se utilizou e que se perdeu ou se tornou inacessível após 1945.

²³ Zarembińska, *Gielgud Antoni 1792-1831*, PSB, VII, 438-440. Gielgud foi morto com um tiro de revólver enquanto um oficial desesperado atravessava a fronteira prussiana.

²⁴ AGAD, WC, 351, f. 12; T. Bloch; C. Bloch, Dobrowolne ofiary województw prawobrzeżnych Królestwa Polskiego w powstaniu listopadowym. *Roczniki Humanistyczne*, 22 (1974), cad. 2, 143-160.

Não se sabe muita coisa a respeito dos padres marianos em Mirosław e em Iglówka e da sua participação no levante. Segundo Totoraitis, eles colaboravam com numerosos destacamentos guerrilheiros que atuavam naquela região, e as autoridades russas, derramando o seu ódio contra os marianos, expulsaram alguns deles do Reino e deportaram outros à Rússia²⁵.

As nações polonesa e lituana não somente sofreram uma derrota no campo de batalha, mas adicionalmente foram castigadas pelas autoridades eclesiásticas e civis. Na realidade, após o encerramento do levante, a Santa Sé solenemente o condenou no dia 9 de junho de 1932 na encíclica *Cum primum*, reconhecendo-o como uma rebelião contra a autoridade legalmente instituída²⁶. Além disso, o czar Nicolau I adotou severas repressões diante das nações polonesa e lituana, e mais ainda em relação às congregações religiosas. Em 1832, foram fechados mais de duzentos conventos que estavam situados nas chamadas “governadorias ocidentais”. Encontrou-se entre eles também o convento dos padres marianos em Berezdów²⁷.

Divulgação clandestina da literatura patriótica

Após a queda do levante, o governo russo adotou nas terras orientais da antiga República da Polónia – chamadas “governadorias ocidentais do império russo” – severas repressões: o confisco de terras, a deportação para o interior da Rússia de 45 mil famílias da nobreza e o fechamento de escolas, inclusive da Universidade de Vilnius. As mencionadas áreas perderam a autonomia de que gozavam antes do levante²⁸. O principal ideólogo do império russo proclamava que as mencionadas terras constituíam “a herança natural da Rússia” e que elas haviam aderido ao império “espontaneamente e sem pressão”²⁹.

Em 1840 o czar Nicolau I, ao assinar um documento relacionado com as terras lituanas e bielorrussas, eliminou as palavras “lituano e bielorrusso”, proibindo o seu uso no futuro³⁰. O governador-geral de Vilnius, Fiodor Mirkovitch, sugeria ao czar meios cuja adoção impossibilitaria quaisquer tentativas de rebe-

²⁵ Totoraitis, *Marianie...*, 37. Trata-se do único relatório em que se fala da deportação dos marianos à Sibéria nos anos 1831/1832, mas não parece ser muito confiável.

²⁶ Cf. nota 21.

²⁷ J. Wołyniak (Jan Marek Giżycki), *Zniesione kościoły i klasztory rzymsko-katolickie przez rząd rosyjski w wieku XIX-tym*, in: *Nova Polonia Sacra*, v. I, Kraków, 1928, 116-117; Theiner, *Die neuesten Zustände...*, II, 361-364; *Les confiscations des biens des polonais sous Nicolas I*, Louisa Lubliner, Bruxelles, 1861, 68; Berezdów, *Śl.Geog.*, I, 141.

²⁸ Ochmański, *Historia Litwy...*, 207-208.

²⁹ D. Fajnhauz, *Ruch konspiracyjny na Litwie i Białorusi 1846-1848*, Warszawa, 1965, 16.

³⁰ Ibidem, 25.

lião contra o império. Acrescentava que dessa forma se fortaleceria a fé ortodoxa e a língua russa e que dentro de 25 anos a nacionalidade polonesa deixaria de existir³¹.

Métodos um pouco menos rigorosos foram adotados no Reino da Polônia; para enfraquecer o espírito do polonismo na nação, três mil famílias foram deportadas à Sibéria, e os seus bens – tanto móveis como imóveis – foram doados à população russa ou aos poloneses que permaneceram fiéis ao governo russo³². Em 1833 foi introduzido no Reino o estado de sítio, e a enorme Cidadela, construída em 1834 em Varsóvia, transformou-se numa cruel prisão e numa advertência para a nação³³. A política imperial russa visava a refrear o desenvolvimento da cultura e à diminuição do prestígio da Igreja católica, apoiando a ortodoxa. Dessa forma, a russificação constituía uma verdadeira ameaça para a nacionalidade e a fé, não tanto para o Reino quanto para a Lituânia e a Bielorrússia³⁴. Diante de tal estado de coisas, o despertar do patriotismo polonês e lituano, a defesa da língua e da Igreja católica eram considerados por muitas pessoas como uma questão de primordial importância. Os olhos de muitos poloneses voltaram-se para aquela Paris que se tornou um centro não apenas da vida espiritual, mas também da política nacional desenvolvida pelos emigrados³⁵.

A participação na conspiração era severamente punida. Para nos conscientizarmos disso, será suficiente mencionar como exemplo o caso de Luís Cymer, um rapaz de Vilnius que só por ter declarado a vontade de participar de um levante – no caso de ele eclodir – foi condenado a uma surra de duzentas chicotadas e a vinte anos de serviço no exército³⁶. Segundo o historiador Kukiel, o conhe-

³¹ Ibidem, 19. A proposta dizia respeito à requisição das grandes propriedades e à sua transmissão aos oficiais russos. Dessa forma, em toda localidade maior devia surgir um centro de russificação, de controle dos súditos, bem como da subordinação dos camponeses aos senhores-proprietários russos. Cf. H. Mościcki, *Wysiedlanie szlachty na Litwie i na Rusi przez rząd rosyjski. Pod berłem carów*, Warszawa, 1934, 38-39.

³² Kukiel, *Dzieje...*, 259.

³³ A Cidadela foi construída por prisioneiros de guerra nos anos 1830-1831; ali eles eram submetidos a torturas.

³⁴ Muitos camponeses, inclusive camponeses servos, não tinham ainda o sentimento da própria nacionalidade. Muitas vezes o critério da nacionalidade era a religião: o católico era identificado com o polonês; o ortodoxo, por sua vez, significava um russo. Informa a esse respeito o governador de Mohylew num relatório de 2/1/1855, escrevendo: “Muitos camponeses, interrogados a respeito da sua religião, respondem: ‘a nova; antigamente seguíamos a fé polonesa, mas agora decerto a russa’”. Nessas áreas residiam e interpenetravam-se “elementos” lituanos, poloneses, bielorrussos e também russos; além dos católicos do rito oriental (até 1839), existiam ali as religiões romano-católica, ortodoxa e outras. W. Charkiewicz, *Zmierzch unii kościelnej na Litwie i Białorusi*, Słonim, 1929, 78.

³⁵ Halecki, *Storia...*, 276; o tema acima foi abordado durante o colóquio histórico em Lille e publicado com o título: *Les contacts religieux franco-polonais du Moyen Âge à nos jours, relations, influences, images d'un pays vu par l'autre*, Colóquio internacional..., Lille, 5-7/10/1981, Paris, 1985.

³⁶ Fajnhauz, *Ruch konspiracyjny...*, 359.

cido perseguidor Miguel Paskiewicz castigava com uma surra de mil chicotadas aqueles que se dedicavam ao contrabando da literatura patriótica clandestina³⁷.

Nos anos 1830-1840, desenvolveu uma viva atividade a esquerda radical – Sociedade Democrática – cujos emissários desejavam estendê-la à voivodia de Augustów, e sobretudo à região de Mariampol, que geograficamente estava ligada com as terras situadas justamente entre a fronteira prussiana, russa e o território ainda pertencente ao Reino, graças ao que existia a possibilidade de contatar-se, através da Prússia, com o Ducado de Poznań, com a França e com outros centros emigratórios, e pela fronteira russa, após cruzar o rio Niemen, chegava-se à Lituânia étnica³⁸.

Na voivodia de Augustów surgiu o círculo chamado na historiografia “Conspiração dos irmãos Skarżyński e de Aniceto Renier”³⁹. Os dois irmãos, Dionísio e Onofre, possuíam nas proximidades de Mariampol a fazenda Bedry, que desde 1760 estava ligada com os marianos de Mirosław – os membros dessa família eram benfeitores dos marianos⁴⁰.

Não é possível estabelecer com exatidão em que ano os marianos se envolveram na divulgação da literatura que servia “à preservação do espírito polonês”⁴¹. Em 1840 os irmãos Skarżyński organizaram a primeira aquisição da imprensa patriótica publicada na França e na Prússia. Justamente em razão disso – segundo as acusações da polícia – o superior do convento em Mariampol, Pe. Szwernicki, no início de 1842 envolveu-se muito na obra de divulgação da imprensa proibida. Foi, além disso, reconhecido como o responsável por ter enviado a imprensa, “via rio Niemen”, à Lituânia étnica, que naquele tempo entrava na composição do império russo⁴².

No início dos anos quarenta, o Pe. Szwernicki estabeleceu colaboração com Aniceto Renier, um dos mais ativos líderes da conspiração, com o objetivo de organizar em Vilnius uma biblioteca patriótica clandestina. Por volta de 1843 tornou-se ela um centro de propagação da literatura para a Lituânia – ao qual em janeiro de 1844 ele trouxe um grande número de livros⁴³. A literatura proibida vinha através da Prússia à região de Mariampol e em sua maioria era escondida no convento local⁴⁴, cujo superior, o mencionado Pe. Szwernicki, era

³⁷ Kukiel, *Dzieje...*, 309.

³⁸ Fajnhauz, *Ruch konspiracyjny...*, 115-126; Ochmański, *Historia Litwy...*, 213-215; 229-230.

³⁹ Fajnhauz, *Ruch konspiracyjny...*, 95-178.

⁴⁰ Eles eram os protetores da igreja dos marianos em Mirosław. Na propriedade de Bedry os marianos investiram 15.000 zlotis em 1763. AGM, Conventus Mirosławiensis, Erectio, f. 11.

⁴¹ Fajnhauz, *Ruch konspiracyjny...*, 93-94.

⁴² Ibidem, 94: “[...] o Padre Szwernicki, que organizava o contrabando da literatura proibida através do Niemen”.

⁴³ AGAD, Stała Komisja Śledcza, I/2235.

⁴⁴ Ibidem, 94, 102.

não apenas um dos mais ativos emissários, mas também estimulava os outros marianos à participação na difusão da literatura patriótica, procurando ainda arranjar o dinheiro necessário para a aquisição da imprensa⁴⁵.

Em janeiro de 1845 o Pe. Szwernicki interveio junto a Skarżyński e Kawelmacher na questão do envio de uma nova remessa de livros para a Lituânia, e em maio e junho enviou alguém a Kaliningrado com a recomendação de organizar e enviar mais uma remessa de livros⁴⁶. Nesse trabalho ajudavam-lhe outros marianos de Mariampol. Um dos mais ativos era o Pe. Carlos Matulewicz, na época prefeito da escola local regional (distrital). Ele colaborava na busca de dinheiro para a compra da imprensa patriótica, que clandestinamente transportava da Prússia a Mariampol. A sua atividade nessa área foi revelada durante o processo, no início do qual Matulewicz faleceu⁴⁷. A acusação do processo judicial encerrava, por exemplo, as seguintes palavras: “Seria preciso julgá-lo como seriamente culpado, mas infelizmente faleceu”⁴⁸. Um outro mariano que atuava na clandestinidade e proporcionava a sua ajuda na aquisição da imprensa proibida, divulgando as instruções nela contidas a respeito do levante, foi o Pe. Tiago Malewski, apanhado pela polícia em 1846 e preso⁴⁹.

Nos anos 1844-1846 intensificou-se a atividade propagandística dos emissários dos emigrados poloneses, que pretendiam levar à eclosão de um novo levante na Polônia, que devia envolver também as áreas adjacentes da Lituânia, da Bielorrússia e da Ucrânia. O principal chefe do movimento da resistência na Lituânia era Renier, o qual proclamava que todo homem, especialmente jovem, devia lutar pela liberdade⁵⁰. O levante, que devia iniciar-se simultaneamente em todas as três partes da antiga República da Polônia, apesar dos longos preparativos, não estava suficientemente organizado⁵¹. Em dezembro de 1846 eclodiu um levante na Galícia. Esse acontecimento despertou a vigilância da polícia russa, em razão do que o governo local adotou novamente meios extraordinários de segurança⁵².

A conspiração foi descoberta, e em maio e junho foi detida a maioria dos emissários. Entre eles encontrou-se o Pe. Matulewicz, que faleceu durante o pro-

⁴⁵ AGAD, Stała Komisja Śledcza, n. 1, f. 477; AGAD, Centralne Arch. Floty Wojennej, Akta sądów wojennych. Inv. 1, n. 19, parte 7, mapa 238, 241, 252, encerram os depoimentos de Szwernicki.

⁴⁶ Fajnhauz, *Ruch konspiracyjny...*, 115.

⁴⁷ Ibidem, 351; ADS, Visit. Skórzec, 1835, depois também em 1837, ADS, Wykaz... duchowieństwa zakonnego, AGAD, SKS I/2236.

⁴⁸ AGAD, SKS, I/2236; Fajnhauz, *Ruch konspiracyjny...*, 351.

⁴⁹ Ibidem, *Ruch konspiracyjny...*, 351; AGAD, AKS, I/2237.

⁵⁰ Ibidem, 116.

⁵¹ Halecki, *Storia...*, 277.

⁵² Jabłońska-Deptuła, La primavera dei popoli e l'Insurrezione di Gennaio (1831-1864), in: *Storia del cristianismo in Polonia*, Bologna, 1980, I 339-342.

cesso, e o Pe. Malewski, que – em razão do arrependimento expresso – teve a prisão trocada pela vigilância policial⁵³. Em novembro foi detido e preso na Cidadela de Varsóvia o Pe. Szwernicki⁵⁴. O processo encerrou-se em 1852, e até então alguns dos principais conspiradores permaneciam ainda na prisão. Naquele mesmo ano foram dadas as sentenças relacionadas com os últimos conspiradores. Estava entre eles o Pe. Szwernicki, cuja sentença é confirmada por Paskiewicz. Os irmãos Skarżyński foram condenados a três anos de trabalhos forçados na Rússia, e Szwernicki, ao exílio perpétuo na Sibéria⁵⁵.

Além dos religiosos envolvidos na conspiração em Mariampol – cujos nomes são conhecidos, visto que a sua atividade foi descoberta pela polícia –, também os marianos de outros conventos participaram da conspiração na Sociedade Democrática. Entre aqueles que divulgavam a literatura patriótica e procuravam despertar a consciência nacional no Reino da Polônia, estavam o Pe. Antônio Jastrzębski, do convento em Gozlin, que concluiu os estudos na Universidade de Varsóvia⁵⁶; o Pe. Estanislau Jastrzębski – pároco de Skórzec e o ex-superior geral dos marianos Pe. Estanislau Pórzycki⁵⁷. A atividade deles é quase desconhecida (os autos do processo foram enviados à Rússia), mas devia ser radical e diligente, visto que em 1848 os três padres foram condenados à deportação à Rússia. Por sua vez o seminarista Tomás Kraśnicki, em razão do seu relacionamento com os conspiradores, foi enviado ao exército no batalhão de linha siberiano⁵⁸.

Em consequência da derrota sofrida na Guerra da Crimeia, o tzar Alexandre II proclamou em 1856 a anistia para os poloneses. Em dezembro voltaram – a Gozlin o Pe. Jastrzębski, a Skórzec o Pe. Pórzycki, mas com a condição de que não exerceriam nenhuma função na congregação⁵⁹.

⁵³ Fainhauz, *Ruch konspiracyjny...*, 351; AGAD, SKS I/2237.

⁵⁴ ADŁ, Tajne Towarzystwa, 520, ff. 116-117. Kom. Rząd. Spraw Wewn. do Administratora Diec. Augustów, 12 X 1856; ibidem, Correspondência com os tribunais. O chefe de guerra de Augustów ao bispo Straszyński, Suwałki, 8-20/12/1846, contém informações sobre a detenção e o interrogatório do Pe. K. Szwernicki.

⁵⁵ AGAD, Tajne Towarzystwa, 520, ff. 16-117; Fainhauz, *Ruch konspiracyjny...*, 353; AGAD, SKS I/2235.

⁵⁶ AGAD, Komisja Rząd. Spraw Wewn., 7562; ibidem, Kancelaria Nowosilcowa, nr 550; Biblioteka Uniwersytetu Warszawskiego, manusc. 162.

⁵⁷ ADS, VII A 1, 43, a Comissão Governamental ao bispo de Podlasie, 13-25/5/1859; ADS, VII, A 1, M. Komorowski ao consistório de Podlasie, Skórzec, 4/1/1857. O Pe. Komorowski, superior de Skórzec, informa ao consistório que por força da anistia, no dia 3 de janeiro, às 15 horas, o ex-superior geral S. Pórzycki tinha voltado a Skórzec da deportação à Sibéria.

⁵⁸ Cf. nota 56 e 57, bem como AGAD, SKS I/1816.

⁵⁹ ADS, VII, A 1, 43, a Comissão Governamental ao bispo da diocese de Podlasie, 13-25/5/1859. A Comissão informava ao bispo que o mencionado Pe. Pórzycki não poderia participar do capítulo geral nem exercer qualquer função na congregação dos marianos. AGAD, SKS I/1815.

A participação na conspiração de alguns marianos de Skórzec, membros da Sociedade Democrática, é confirmada pela “literatura proibida” encontrada no escaninho do mencionado centro, que continha livros provenientes de coletas dos emigrados poloneses, divulgados pelos marianos de Mariampol⁶⁰.

A luta com a desnacionalização e pela defesa da fê dos lituanos e dos poloneses nem sempre terminava com a deportação à Sibéria. Um exemplo típico – que já mencionamos – é o Pe. Cristóvão Szwernicki de Mariampol. Após a deportação à Sibéria, ele desenvolveu ali nos anos 1852-1894 uma corajosa atividade patriótico-nacionalista. Quando por força da anistia teve permissão para voltar ao Reino da Polônia, enviou um pedido ao governo russo para poder permanecer com os outros exilados. O douto B. Dybowski, que igualmente foi exilado à Sibéria, disse a seu respeito: “Temos de reconhecer isso como um grande ato de dedicação da sua parte, porque não foi a falta de patriotismo e de apego à terra pátria, mas o ardente amor àqueles infelizes que não tinham o direito de voltar à pátria, e teriam que permanecer sem o consolo religioso em terra estrangeira, que influenciou principalmente os propósitos do Pe. Cristóvão”⁶¹.

Em 1856 foi nomeado pároco da igreja em Irkutsk (que pela sua jurisdição envolvia a metade do território da Sibéria) e capelão dos soldados católicos do exército da Sibéria Oriental⁶². Exercendo essa função, Szwernicki visitava numerosas aldeias e cidades da Sibéria onde residiam os soldados, e sobretudo ia aonde residiam os exilados poloneses e lituanos para lhes proporcionar ajuda material e espiritual⁶³. Ele realizou a sua mais longa viagem para o interior da Sibéria, de cerca de 12 mil quilômetros, de 26 de março de 1859 a 25 de janeiro de 1860. A partir de então ele visitava católicos de diversas nacionalidades, mas sobretudo os deportados poloneses, que residiam nos mais longínquos recantos,

⁶⁰ Skórzeckie znalezisko. *Za Głosem*, 14-15 (1983), 2-3.

⁶¹ B. Burdziej, Książd Krzysztof Szwernicki – duszpasterz Syberii. *Przegląd Powszechny*, 1 (1987), 75.

⁶² ADŁ, Tajne Towarzystwa, 520, ff. 116-117, encerra a nomeação.

⁶³ A atividade patriótica e o trabalho pastoral de Szwernicki na Sibéria são apresentados no artigo de S. Kowal – redigido com base na documentação que se encontra em Irkutsk – *Vostochno-Sibirskaya Pravda*, de 31/5/1968. O artigo, escrito por um professor russo, concentra-se sobretudo na atividade político-patriótica de Szwernicki, como p. ex. a organização da biblioteca e a instituição de um caixa comum; a ajuda proporcionada aos líderes políticos; a fundação da sociedade caritativa. Pode-se fazer também a comparação com outros livros, p. ex.: S. Pietrzak, *O. Krzysztof M. Szwernicki... więzień stanu, misjonarz apostołski na Syberii... wyznawca, męczennik 1812-1894*, Kraków, 1928. Trabalho de natureza excessivamente hagiográfica, não representa um grande valor. O seu título é citado em diversos livros. *Pamiętnik Kijowski*, vol. III, London, 1966, 160-167. Uma biografia mais ampla encontra-se em: H. Wyuczawski, *Szwernicki Krzysztof*, in: *Śl. Teol. P.*, vol. XXX, 249-250; *El. Alph.*, 55. A respeito da atividade do Pe. Szwernicki na Sibéria, foi encontrada uma ampla coleção de documentos, contendo 216 pastas, que se encontra no arquivo de Irkutsk.

aonde – como escreve em seu *Diário* – só era possível chegar num trenó puxado por cães ou renas⁶⁴.

A respeito do ambiente em que se realizavam esses encontros podemos nos informar de alguns dos seus registros. Lemos no *Diário*: “Com a oração e os cânticos – na realidade os olhos de muitos orvalhavam-se de lágrimas, porque, com a lembrança da terra natal, uma tristeza e uma amargura brotavam no coração... porque estávamos tão distantes deles, da nossa pátria. Deus sabe se viveremos até o dia de voltarmos ainda à terra natal e depositarmos nela os nossos ossos”⁶⁵.

Durante as extenuantes viagens, cada parada era para o Pe. Szwernicki uma ocasião adequada para oferecer a assistência sacerdotal e fraterna aos seus compatriotas. Acontecia também que os mais jovens, nascidos na Sibéria, pela primeira vez na vida tinham a ocasião de encontrar um padre católico, de participar da Missa, de receber o batismo. Escrevia ele: “Nesse recanto da terra, certamente pela primeira vez foi celebrado o incruento sacrifício do Filho de Deus, e [...] eu indigno fui escolhido por Deus como o primeiro a levar a esses lugares o consolo aos católicos”⁶⁶.

Na Sibéria ele ensinava as crianças e divulgava a literatura polonesa, utilizando-se da biblioteca organizada na paróquia de Irkutsk⁶⁷, intermediava no envio de cartas das pessoas deportadas na Sibéria e secretamente distribuía o diário coletado em prol dos exilados em diversos países da Europa⁶⁸. Visto que gozava do respeito do governador da Sibéria, Nicolau Muraviev, conseguia alcançar diversos favores para os deportados⁶⁹.

Leão XIII, expressando o reconhecimento para com a sua atividade, enviou-lhe em 1888 uma carta com votos, bem como um cálice de ouro e um missal,

⁶⁴ Essa viagem pastoral foi descrita por Szwernicki em seu *Diário*, que é o único relato escrito de uma viagem missionária pela Sibéria. Cf.: Wyjątki z Dziennika podróży odbytej dla spełnienia posług duchownych katolikom, in: *Pamiętnik Religijno-Moralny*, 1861, vol. 20, 161-189, 281-300, 397-421, 504-531, 643-665.

⁶⁵ Szwernicki, *Dziennik podróży...*, 10-11. Nessa nota é citada a edição plena de todos os 6 trechos publicados em 1964, Hereford, 1964 (ed. ciclost.).

⁶⁶ Ibidem, 15.

⁶⁷ E. Czapski, *Pamiętnik sybiraka*, London, 1964, 309; Gil, *Raffaele Kalinowski. Dall'esilio siberiano alla gloria degli altari*, Roma, 1883, 41. Vale a pena mencionar que o beato Rafael Kalinowski residiu cerca de dois anos na casa de Szwernicki em Irkutsk. Eles eram bons amigos. O Pe. Szwernicki foi também o confessor do beato Rafael.

⁶⁸ Kowal, *Vostochno-Sibirskaya Pravda* de 31/5/1968. A respeito dessa atividade escreve o Pe. Rafael Kalinowski em suas cartas. J. R. Kalinowski, *Listy*, red. C. Gil, Lublin, 1978, vol. I/2, 79, 149, 321.

⁶⁹ Ele pedia favores especialmente para aqueles que se encontravam nas severas prisões da Sibéria como criminosos políticos. O caso mais significativo foi o pedido de perdão para o prisioneiro “número 1”, Josafá Ohryzki, que se encontrava na Sibéria em condições especialmente severas e cruéis. Em consequência da intervenção de Szwernicki, as autoridades libertaram o Ohryzki. Cf. Burdziej, *Ksiądz K. Szwernicki...*, 81-82.

também com encadernação dourada⁷⁰. No entanto, mais eloquente era para ele um presente dos exilados que já haviam voltado da Sibéria – um cálice cercado de espinhos – porquanto ele era “uma pessoa que, na desumana terra do exílio, foi o apóstolo do amor cristão”⁷¹.

Outros meios de resistência

Apesar da sua vitalidade, o movimento de resistência manifestava a fraqueza das forças insurgentes, dando origem à falta de fé no sucesso de uma rebelião armada e ao pressentimento de consequências repressivas em caso de derrota⁷². Na segunda metade do século XIX, além das ações em prol da resistência armada, a Igreja organizou igualmente um sistema de resistência passiva. O trabalho orgânico, a solidariedade social, a preservação das tradições e da cultura tornaram-se a base da vida nacional⁷³.

No final de 1860 o Reino da Polônia começou a ser envolvido por uma onda de fermento revolucionário. Os anos seguintes 1861-1862 são definidos na historiografia polonesa como “revolução moral”⁷⁴. A partir de então, por dois anos a coletividade do Reino manifestava a sua postura durante solenidades de natureza cívico-religiosa, com a ajuda das quais influenciava o moral dos habitantes, lembrando a eles e ao mundo o direito à independência nacional. As notícias a respeito dessas manifestações ultrapassavam a pequena área do Reino e envolviam todas as camadas sociais.

Das manifestações participavam os sacerdotes católicos, pastores e rabinos judeus. Elas congregavam pessoas de diversos estados e religiões⁷⁵. O regime russo não tinha condições de dominar esse movimento, os funcionários da polícia limitavam-se apenas a contemplar as manifestações, observando o seu desenvolvimento e a sua natureza; dos seus relatórios de serviço é que conseguimos

⁷⁰ *Kraj* (1895) 4, 26.

⁷¹ Burdziej, *Ksiądz K. Szvernicky...*, 83.

⁷² Jabłońska-Deptuła, *La primavera dei popoli...*, 337-338, 341-345.

⁷³ Entre os trabalhos em línguas estrangeiras, vale a pena lembrar o trabalho de B. Cywiński, *Il secolo della difficile prova*, vol. I, *Le radici dell'identità*, Bologna, 1983, 55-65, 87-91; D. Olszewski, *Les rapports religieux franco-polonais au déclin du XIXe et au début du XXe siècle, influences, ressemblances, contrastes*, in: *Les contacts religieux franco-polonais*, 369-381. O tema das relações entre a Igreja e o governo russo é abordado por numerosos artigos em língua polonesa: Jabłońska-Deptuła, *Czy może historia popłynąć przeciw prądowi sumień*, Paris, 1987; Jabłońska-Deptuła; C. Deptuła, *Teologia polityczna po polsku. W Drodze*, 9 (1975), 3-13; Jabłońska-Deptuła, *Duchowieństwo polskie a sprawa narodowa. Znak*, 4 (1972), 481-501.

⁷⁴ Kukiel, *Dzieje...*, 384-394.

⁷⁵ Jabłońska-Deptuła, *La primavera...*, 358; R. Bender, *Chrześcijananie w polskich ruchach demokratycznych XIX stulecia*, Warszawa, 1975, 213-226.

informações a respeito dessa forma de resistência. Os governos da ocupação não sabiam dar conta dessas manifestações de massa; multidões reuniam-se nas igrejas nas Missas patrióticas⁷⁶, procissões com emblemas religiosos e nacionais ocorriam em lugares que haviam preservado alguma lembrança da pátria. Os conventos marianos – em Mariampol e em Skórzec – igualmente concentravam manifestantes.

No início de 1862 realizou-se no convento de Skórzec uma manifestação preparada por emissários do Comitê Nacional⁷⁷ em Siedlce⁷⁸. Durante essa numerosa procissão – que chegava a 12 quilômetros – de Siedlce a Skórzec, os seus participantes portavam estandartes eclesiásticos e bandeiras nacionais, entoando cânticos eclesiásticos e religiosos, proibidos desde 1832⁷⁹. Após a chegada ao destino, todos participaram de uma solene Missa celebrada com a participação de padres vindos de outras paróquias, de irmandades e de uma multidão dos fiéis locais⁸⁰. Além dessa manifestação religiosa, para o fortalecimento do patriotismo dos fiéis e para despertar na população camponesa o anseio pela independência contribuía canções adequadas, sermões e a exposição de símbolos nacionais durante a Missa (o que era severamente proibido pelas autoridades russas nos anos da “revolução moral”)⁸¹.

Distinguia-se por uma atividade especial o convento em Mariampol, onde – segundo relatos da polícia – realizavam-se numerosas solenidades organizadas pelos marianos. Também ali a polícia não intervinha; os mais ativos participantes da manifestação eram apenas observados pelos funcionários. Após a queda do Levante de Janeiro (1863-1864), foram pronunciadas as sentenças condenatórias contra seis marianos de Mariampol. Por organizarem manifestações e despertarem posturas patrióticas, os padres: Bernardo Pielasiński, José Wierzbicki,

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ T. Fręchowicz, *Duszpasterstwo...*, 84. Em cada cidade maior existia uma seção do Comitê Central, que tinha por tarefa preparar o levante na área a ela confiada, bem como a organização do poder civil. Uma seção dessas existia em Siedlce.

⁷⁸ Um mariano, o Pe. M. Komorowski, era membro da administração civil da voivódia de Siedlce e colaborava com as autoridades insurrecionais daquele território; ficamos sabendo disso de uma acusação formulada em 1864. Kubicki, I/1, 214.

⁷⁹ AZakS, o Consistório da diocese de Podlasie ao superior de Skórzec, Janów, 16/8/1834. Essa carta lembra a proibição de cânticos religiosos e a ordem de remover das igrejas os brasões e outras decorações com as cores nacionais.

⁸⁰ Fręchowicz, *Duszpasterstwo...*, 84.

⁸¹ O Pe. Stanisław Brzóska, comandante militar de um destacamento guerrilheiro que atuava na área de Skórzec, Łuków e Siedlce, tinha em seu destacamento – um caso excepcional – cerca de 1,8% de camponeses. Graças à postura favorável dos camponeses da redondeza – apesar das severas punições que lhes eram impostas – Brzóska foi o comandante que por mais tempo lutou com os russos – até 1865. Detido no dia 29/4/1865, foi enforcado no dia 23 de maio do ano seguinte. Os seus contatos com os marianos perduravam desde a juventude, desde que veio a Skórzec para estudar na escola elementar. Igualmente como guerrilheiro ele proporcionou ajuda aos marianos. Aleksandrowicz, *Diecezja siedlecka...*, 358-361; H. Maliszewska, Ks. Stanisław Brzóska. *Pamiętnik Lubelski*, 1930, 184-212.

Vicente Sękowski, Vicente Żemiński, Simão Szałaszewicz e Vicente Gawień foram submetidos a uma severa vigilância policial⁸².

As mencionadas manifestações eram protegidas pelo direito canônico, mas o governo russo não o respeitava. Proibidos eram, por exemplo, todos os cânticos que continham as palavras “pátria”, bem como as orações pela pátria. As autoridades proibiram expor nas igrejas o brasão da antiga República e quaisquer decorações que lembrassem as cores nacionais⁸³.

Essas solenidades exerciam sobre a população uma grande influência. Os fiéis, que havia quase trinta anos estavam proibidos de cantar as populares canções religiosas, e muitas vezes também não podiam ouvir sermões (chegavam até eles unicamente os sermões publicados pelas autoridades ou escritos pelo pároco, mas submetidos à censura do funcionário do Estado), que não podiam participar de procissões – permaneciam sob a forte impressão dessa nova forma de culto, dessas práticas de piedade cristã, que despertavam neles o patriotismo, que inspiravam à defesa da pátria e do catolicismo, das tradições nacionais⁸⁴.

Os frutos dessas manifestações em Mariampol e em Skórzec podiam ser observados durante o Levante de Janeiro. Quando ocorreu a luta armada contra os russos, ela durou mais tempo na região de Mariampol e Skórzec, onde os marianos desenvolviam a sua atividade. Justamente nessas áreas os destacamentos guerrilheiros contavam com uma significativa porcentagem de camponeses esclarecidos, em oposição a outras regiões, onde muitas vezes os camponeses lutavam ao lado do exército russo contra o levante “provocado pelos senhores”⁸⁵.

O governo russo viu-se então obrigado a tomar diversas medidas com o objetivo de enfraquecer o patriotismo lituano e polonês dentro da nação. Uma delas era o fechamento do número maior possível de escolas, sobretudo nas “áreas incorporadas”. Os padres procuravam refrear o processo de russificação das crianças através do ensino clandestino. Como resulta do documento de acusação elaborado pelo governador de Suwałki, o Pe. Eliseu Milewski, mariano que residia no convento de Mariampol, “conhecido como ferrenho fanático,

⁸² Kubicki, I/3, 714-715.

⁸³ AZakS, Carta do consistório de Janów, de 16/7/1834. Ordenava a remoção das igrejas dos emblemas com as cores nacionais. Por sua vez a carta de 12/2/1835 ordenava a eliminação de todos os cânticos religiosos que contivessem pensamentos patrióticos; *ibidem*.

⁸⁴ Jabłońska-Deptuła, *La primavera...*, 357.

⁸⁵ Na opinião de Kukiel, *Dzieje...*, 410, somente na Lituânia mais de 80% dos guerrilheiros eram constituídos de camponeses; por sua vez na Ucrânia e na Bielorrússia eles ainda lutavam contra os insurretos; Ochmański, *Historia Litwy...*, 218-223. Um dos principais comandantes militares na Lituânia foi o sacerdote Antônio Mackiewicz, apoiado pelos marianos de Mariampol; foi também por eles ajudado ainda quando jovem estudante. O seu destacamento compunha-se principalmente de camponeses. Cf. E. Kozłowski, *Mackiewicz Antoni 1827-1863*, PSB, XIX, 84-85.

ensinava clandestinamente as crianças polonesas, pelo que foi punido com uma multa”⁸⁶.

A respeito de outras formas de resistência ficamos sabendo do documento de acusação do Pe. Simão Mankielun, que era acusado de exercer influência prejudicial em toda a região (distrito) de Sokołów. A sua corajosa postura patriótica despertou à resistência outros poloneses. Ele foi também acusado de não permitir que em sua casa paroquial um empregado do pároco ortodoxo falasse em russo. Por requerimento do governador russo, Mankielun recebeu uma repreensão e foi transferido disciplinarmente a uma paróquia onde não residiam russos nem católicos do rito oriental⁸⁷.

Por sua vez o Pe. Matias Wasilewski repreendeu severamente uma mulher católica porque juntamente com seus filhos ela se dirigiu a uma igreja ortodoxa. Esse mesmo sacerdote adotou sanções mais severas ainda, negando-se a dar a santa Comunhão a uma empregada que lhe confessou ter acompanhado crianças da religião ortodoxa a uma igreja onde o sacerdote celebrava a liturgia no rito oriental. O governador ordenou que o Padre Matias – como insubordinado – fosse encerrado no convento-prisão na diocese de Płock⁸⁸.

Às vezes os meios empreendidos pelas autoridades russas com o objetivo de enfraquecer o espírito polonês encerravam um elemento humorístico. Por exemplo, o Pe. Estanislau Nosiński foi multado em 10 rublos por ter batizado uma criança à qual deu os nomes poloneses Estanislau João⁸⁹; a criança era oriunda de uma família do rito oriental. O nome Estanislau era relacionado com o místico simbolismo ao qual era atribuído o seguinte significado: a Polônia, apesar de dividida, une-se, da mesma forma que – segundo a lenda – reuniu-se num todo o corpo desmembrado de S. Estanislau (bispo)⁹⁰.

Já por um decreto de 1830, o governo russo proibia que fossem aceitas para trabalhar no convento nas “áreas incorporadas” pessoas da religião ortodoxa. Dessa forma buscava-se refrear a influência dos católicos sobre os adeptos do rito oriental, bem como sobre os adeptos da religião ortodoxa⁹¹. Na realidade, os marianos em Raśna continuaram empregando pessoas da religião ortodoxa enquanto esse fato não foi descoberto. Em consequência disso, por exemplo,

⁸⁶ Kubicki, I/3, 713; Totoraitis, *Marianie...*, 42.

⁸⁷ Kubicki, I/2, 145, 410.

⁸⁸ Id., I/3, 290.

⁸⁹ Id., I/2, 161.

⁹⁰ Jabłońska-Deptuła, Le culte de Saint Stanislas, évêque et martyr en Pologne, de la fin du XVIII siècle à nos jours, in: *Les contacts religieux franco-polonais...*, 391-401.

⁹¹ ABUV, Doc.Viln., II, f.107. O consistório de Vilnius ao superior de Raśna, Vilnius, 19/6/1830.

o Pe. Carlos Osmólski, acusado de aceitar para trabalhar um homem de religião ortodoxa, foi castigado com uma multa na importância de 35 rublos⁹².

No império russo, bem como no Reino da Polônia, o governo exigia dos padres que por ocasião das solenidades imperiais eles celebrassem as chamadas “Missas de gala”, cujo número chegava a 30-40 no decorrer do ano⁹³. Essa obrigação não era apenas um ônus, mas, ainda, lembrava aos padres a sua dependência da autoridade russa; por isso, sempre que possível, os padres evitavam a celebração dessas Missas, ou procuravam celebrá-las às pressas. Tendo percebido esse expediente, a polícia imperial começou secretamente a observar as devoções celebradas. Como resulta de diversos relatórios, o Pe. Casimiro Żukowski celebrava a Missa na intenção do tzar de forma inadequada e demonstrava aversão aos paroquianos que encomendavam a Missa pelo tzar. Teve então de pagar uma multa de 25 rublos⁹⁴. Citamos apenas alguns dos casos descobertos pela polícia, que no entanto demonstram as diversas formas de resistência e defesa da Igreja, da pátria e da congregação dos padres marianos.

Dentre as outras formas de defesa adotadas pela congregação, é preciso também lembrar a inobservância do decreto de 1817, que proibia a aceitação na congregação de rapazes abaixo dos vinte e quatro anos de idade. Ainda em 1837 o convento de Skórzec recebeu em razão disso uma severa advertência; no entanto, apesar disso – como resulta dos documentos – até 1864 nessa questão da idade os marianos se esquivavam da lei⁹⁵.

Um outro decreto muitas vezes ignorado pelos marianos era aquele que proibia completamente os contatos com a Santa Sé. Para continuar a ter a possibilidade de obter a aprovação de diversos documentos legais, dispensas, absolvições, indulgências e de tudo que era indispensável para o funcionamento normal da vida religiosa da congregação, os marianos organizaram diversos caminhos clandestinos de comunicação com a Santa Sé⁹⁶.

Evidentemente, nem todos os marianos se envolviam na atividade patriótica ou na política de resistência diante da russificação e das aspirações de enfraquecimento da Igreja católica da parte do governo (o que diz respeito também a outros membros do clero no Reino). Ocorriam também casos de cooperação com

⁹² Kubicki, I/2, 145.

⁹³ *Ordo divini officii ad usum archidioecesis Varsaviensis*, a. 1859, 5; *Ordo divini officii ad usum dioecesis Vladislaviensis seu Calisiensis*, a. 1859, 5.

⁹⁴ Kubicki, I/3, 337-338, 340.

⁹⁵ Cf. cap. II/1 a respeito do noviciado dos marianos.

⁹⁶ Por exemplo, de Raśna os marianos enviaram à Santa Sé um requerimento a respeito da secularização de dois marianos, bem como dois pedidos relacionados com o matrimônio de duas pessoas leigas. *Doc.Viln.*, II, f. 91. Por volta de 1835, o superior geral Estanislau Pórzycki enviou clandestinamente cinco pedidos diferentes. Nos anos 1839-1844, por intermédio de canais não oficiais, foram enviadas cerca de 20 cartas. Cf. cap. IV/3: Capelaniais senhoriais (atividade de Jan Dziewulski).

as autoridades russas, inclusive nos conventos de Mariampol e Skórzec, onde a atividade patriótica era a mais intensiva⁹⁷.

Participação no Levante de Janeiro

As manifestações patriótico-religiosas eram em grande parte inspiradas e dirigidas pelos agrupamentos políticos que visavam a um levante armado; além disso, o objetivo das suas ações era despertar da letargia aquela parte da sociedade que havia concordado com a perda da liberdade⁹⁸.

Em setembro de 1862 o Comitê Central transformou-se em Governo Nacional⁹⁹. Com o objetivo de enfraquecer e sufocar o previsto levante, o governo oficial resolveu dar início ao recrutamento de milhares de jovens, registrados nos prontuários policiais, para o exército russo. Em resposta a esse ato, na noite de 22 para 23 de janeiro de 1863 eclodiu o levante: juntamente com a Polônia, juntou-se a ele a Lituânia. O clero, na sua grande maioria, apoiou o levante; na diocese de Podlasie, por exemplo, no dia 13 de novembro de 1862, os padres reunidos em Kłoczew aceitaram o programa do Comitê Central¹⁰⁰.

O clero não apenas proporcionava apoio à organização do levante; alguns padres envolviam-se também ativamente no movimento, aceitando funções no Governo Nacional. Um exemplo disso foi o mariano Pe. Mateus Komorowski, superior em Skórzec, que, como funcionário do Governo Nacional, trabalhava na administração da voivódia de Siedlce (em Podlasie), colaborando ali com o comandante local Ladislau Rawicz¹⁰¹, que foi detido no dia 27 de setembro de 1863; ele foi torturado, mas não denunciou os outros insurretos; foi enforcado no dia 21 de novembro.

⁹⁷ AGM, Acusação; segundo essa documentação, o Pe. João Dowgird, de Mariampol, era “amigo” de diversos oficiais (funcionários) russos, não queria subordinar-se ao superior geral Pe. Pórzycki e, além disso, nos anos 1836-1837, colocou-se contra ele, acusando-o diante das autoridades russas. Dowgird provavelmente deixou o convento; o seu nome não aparece no *Album Mortuorum* nem nas relações dos marianos. Os padres Wójtowicz, de Skórzec, e Jastrzębski, de Gozlin, gozavam da boa opinião do governo russo. Como resulta das cartas, eles não se interessavam muito pelo destino da congregação. Como “leais”, eles foram os primeiros marianos que obtiveram a autorização do governo para trabalhar nas capelarias após a cassação das ordens religiosas. Cf. ADS, VII, A 1, 443, o Consistório da diocese de Podlasie ao Pe. Wójtowicz, Janów, setembro de 1865; ibidem, VII, A 1, 91. Jastrzębski ao bispo da diocese de Podlasie, 9/1/1865, Mariampol; VII, A 1, 45, o Consistório ao decano de Garwolin, 23/12/1864, Janów.

⁹⁸ Jabłońska-Deptuła, *La primavera...*, 358; J. Kozłowska, *Wojna rządu rosyjskiego z Matką Boską w powstaniu styczniowym. Przegląd Powszechny*, 143-144 (1919), 234-245.

⁹⁹ Kukiel, *Dzieje...*, 392.

¹⁰⁰ W. Przyborowski, *Historia sześciu miesięcy*, Warszawa, 1904, 246-255. Contém um relatório da mencionada reunião. Além disso, realizaram-se ainda diversas outras, em diversas dioceses; Kubicki, I/1, 214-215.

¹⁰¹ Kubicki, I/1, 216; F. Ramotowska, *Rawicz Władysław (1823-1863)*, PSB, vol. 30, 665-667.

O Pe. Komorowski colaborou também com o padre diocesano Estanislau Brzóska, que comandava um destacamento guerrilheiro em Podlasie¹⁰² e apoiava o levante, pronunciando sermões patrióticos e envolvendo-se na administração clandestina. Cuidava também de guerrilheiros feridos e atraía para o levante os camponeses, encaminhando-os aos destacamentos do Pe. Brzóska¹⁰³. O Pe. Komorowski foi detido no dia 2 de fevereiro de 1864 e, após três meses de interrogatórios, “pela participação nos crimes de Rawicz” – como o define o documento de acusação – foi condenado ao exílio na Sibéria. Apesar das longas investigações, o tribunal de guerra não foi capaz de descobrir toda a atividade do Pe. Komorowski, o que o livrou da pena de morte¹⁰⁴.

No território da antiga República havia também um grupo de padres que, opondo-se às normas do direito canônico, lutaram à mão armada, não raro como comandantes autônomos de agrupamentos guerrilheiros ou como simples guerrilheiros. Dos documentos resulta que somente um mariano, Jorge Kolesiński, participou diretamente das lutas revolucionárias¹⁰⁵. Por cinco meses ele exerceu a função de capelão num destacamento guerrilheiro na atuava nas florestas de Puńsk, no final de 1863 foi apanhado por soldados russos, mas livrou-se do enforcamento graças a documentos falsos subtraídos ao guerrilheiro morto João Piotrowicz¹⁰⁶. O tribunal de guerra não conseguiu descobrir o seu verdadeiro nome e também não foi provado que ele era padre; por isso, com o sobrenome adotado – Piotrowicz –, após três meses de detenção na prisão em Suwałki, foi deportado à Sibéria. Ele podia voltar dali após 25 anos, em 1888, com a condição de não exercer o ministério pastoral no território pertencente ao império russo. Em razão dessas restrições, em 1890 viajou aos Estados Unidos¹⁰⁷.

Estiveram diretamente envolvidos no levante também os capelães permanentes dos destacamentos guerrilheiros. Exerceram essa função, por exemplo,

¹⁰² Aleksandrowicz, *Diecezja siedlecka...*, 360; H. Maliszewska, *Brzóska Stanisław*, PSB, III, 69-70; K. Groniowski, Oddział ks. Brzóska. *Przegląd Historyczny*, 4 (1959), 831-840.

¹⁰³ Aleksandrowicz, *Diecezja...*, 360.

¹⁰⁴ Com relação à participação do Pe. Komorowski no levante, além da modesta documentação policial (Kubicki, I/2, 410; I/3, 713; I;1, 216), podem ser obtidas notícias da literatura memorialista existente; (Przyborowski), *Ostanie chwile powstania styczniowego. Na podstawie autentycznych źródeł opowiedział Z.L.S.*, vol. 3, Poznań, 1887, 287; W. Rawicz, in: *Polska w walce*, vol. 2, Kraków, 1916, 21, 35, 55-58, 532.

Algumas informações podem ser encontradas em documentos eclesiásticos: ADS, VII, A 2, 31. O padre decano de Siedlce ao consistório, Siedlce, 20/2/1864; ADS, A 1, 432, Wilczyński ao bispo de Podlasie, Skórzec, 12/10/1864; B. PAN-Kraków: 2159, t. 16.

¹⁰⁵ Totoraitis, *Marianie...*, 39; Id., *Mariampolski...*, 20, cf. nota 22.

¹⁰⁶ Por ocasião do jubileu dos 50 anos de sacerdócio, os jornais de Chicago dedicaram ao Pe. Kolesiński alguns artigos rememorativos: *Dziennik Chicagoski*, 15/2/1909, 17/2/1909. Após a morte, informações relacionadas com a sua vida foram publicadas em: *Dziennik Chicagoski* de 6/3/1912, 7 e 8/3/1912; J. V(aisnora), *Kolesinskis Jurgis*, *Liet.Enc.*, XII, 220-221.

¹⁰⁷ Ibidem.

os marianos: José Giegużyński¹⁰⁸, João Żyliński¹⁰⁹ e o já mencionado Jorge Kolesiński. O Padre Żyliński, no começo do levante, fez o juramento e permaneceu com os guerrilheiros, exercendo a função de capelão; no dia 23 de setembro de 1863 ele foi preso e exilado à Sibéria¹¹⁰. Igualmente o Pe. Giegużyński exerceu desde o início do levante a função de capelão no destacamento guerrilheiro comandado por Paulo Suzin. Foi acusado pelo tribunal de guerra de difundir a propaganda cujo objetivo era o recrutamento de camponeses para os destacamentos insurretos, de ler no púlpito os decretos do Governo Nacional, de benzer armas e de confessar os guerrilheiros. Detido no dia 10 de outubro, no início de 1864 foi condenado, privado da dignidade sacerdotal, dos bens materiais, dos direitos pessoais e exilado à Sibéria¹¹¹.

Além do ministério dos chamados “capelães permanentes”, que acompanhavam os destacamentos insurrecionais, existiam outras formas de cumprir as obrigações sacerdotais, que envolviam sobretudo: a administração dos sacramentos, a confissão antes das batalhas, a assistência aos feridos, a busca de abrigo para os perseguidos, o fornecimento de alimentação e a celebração de devoções para os guerrilheiros. Considerando os terríveis castigos impostos aos padres que de alguma forma se ligassem com alguma “revolta”, é de se enfatizar não apenas a sua coragem e dedicação, mas também o seu grande envolvimento na causa do renascimento da pátria.

Os guerrilheiros da região de Brześć Litewski pediram ao pároco em Wysokie que celebrasse para eles uma Missa, mas este, por medo, negou-se a fazê-lo. A partir de então – como relata uma testemunha ocular – os guerrilheiros passaram a apresentar tais pedidos aos marianos de Raśna. Valentim Jabłonowski, Pedro Kryński e Miguel Świącki mais de uma vez celebraram Missas clandestinas nas florestas, com a participação dos guerrilheiros, do clero e dos fiéis¹¹².

Ocorreu uma reunião semelhante, mas manifesta e especialmente importante, no cemitério adjacente à igreja, com a participação de muitas pessoas. Após a celebração da Missa, junto a uma mesa provisoriamente instalada, e o pronunciamento de um candente sermão, o padre apelou aos presentes pedindo dona-

¹⁰⁸ Kubicki, I/3, 308; Id., II/3, 669-671; Totoraitis, *Marianie...*, 38-39. El.Alph., 14.

¹⁰⁹ Kubicki, II/3, 521-522; Id., I/3, 338, 715; El.Alph., 64; J. V(aisnora), *Jonas Jilinskas*, Liet.Enc., vol. 35, 345; Totoraitis, *Marianie...*, 38.

¹¹⁰ Kubicki, I/3, 715.

¹¹¹ Id., 669-670.

¹¹² AGM, Domus Rasnensis, 10, Depoimento de Joaquim Szostek de 12/4/1929; ibidem, 6, Depoimento do padre N. Lubowicki de 26/1/1929. Ambas as testemunhas residiam em Raśna no ano do fechamento do convento. O padre Lubowicki, diácono mariano em Raśna, foi depois forçado pelas autoridades russas a deixar o convento e dirigir-se ao seminário em Vilnius. Cf. J. Jarzębowski, *Pamiętniki 1924-1927*, Lublin, 1986, 25-26.

tivos em prol da libertação da pátria. Como resulta de alguns testemunhos, os donativos foram generosos¹¹³.

O mais ativo dentre os sacerdotes em Raśna foi o Pe. Jabłonowski, o qual, segundo acusações da polícia, confessava os guerrilheiros, abençoava-os e visitava os destacamentos nas florestas, fornecendo-lhes o pleno apoio moral e econômico¹¹⁴. Ele foi apanhado no dia 11 de maio de 1863, e todos os seus bens pessoais foram confiscados. Um tribunal de guerra privou-o dos direitos relacionados com o seu estado e da dignidade sacerdotal, enviando-o aos mais longínquos rincões da Sibéria¹¹⁵.

No que diz respeito ao convento em Mirosław, em caso de necessidade exercia o ministério sacerdotal entre os guerrilheiros o Pe. Hryniewicz¹¹⁶, e no convento de Skórzec esse papel era cumprido pelo Pe. Komorowski¹¹⁷. Segundo o historiador S. Pietrzak, o Pe. Jorge Kolesiński, juntamente com o seminarista mariano Valentim Czyżewski, organizaram no convento de Skórzec um “pequeno hospital”, no qual recebiam cuidados os guerrilheiros feridos na luta com o exército russo travada em Sokołów no dia 10 de junho de 1863¹¹⁸. Ambos os marianos envidavam todos os esforços para assegurar aos guerrilheiros não somente o abrigo, mas também a indispensável assistência médica¹¹⁹, porém essa informação não é confirmada por nenhuma fonte. O superior em Góra Kalwaria, Pe. Tomáš Wierzbicki, organizou para os insurretos um dia de recolhimento, buscando prepará-los para o que poderia acontecer durante a luta iminente¹²⁰.

Percebe-se, então, claramente o papel que desempenhou o clero na guerra nacional em 1863. Competia a ele a tarefa do convencimento e da difusão da propaganda em prol do levante. Os padres divulgavam do púlpito o Manifesto Nacional, que falava da libertação dos camponeses servos, e conclamavam os cidadãos à luta pela liberdade da pátria¹²¹.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Kubicki, II/3, 671-674.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ Totoraitis, *Marianie...*, 38; Kubicki, I/3, 712, 713; Jabłońska-Deptuła; Gawrysiakowa, *Zaangażowanie patriotyczne zakonów...*, 156.

¹¹⁷ Kubicki, i/2, 410; (Przyborowski), *Ostatnie chwile...*, 3, 287.

¹¹⁸ Pietrzak, *Księga powstańcy...*, 60-63. Trata-se do único relatório que fala da assistência médica proporcionada pelos marianos. Difícil se torna confirmar a sua fidedignidade. Como se sabe, os padres procuravam não deixar os vestígios da sua atividade, razão por que a documentação é muito modesta. Por outro lado, sabe-se também que Pietrzak, em seus livros, embeleza as suas histórias.

¹¹⁹ Ibidem; Jabłońska-Deptuła; Gawrysiakowa, *Zaangażowanie patriotyczne...*, 158.

¹²⁰ Jabłońska-Deptuła; Gawrysiakowa, *Zaangażowanie patriotyczne...*, 158.

¹²¹ O Manifesto Nacional foi proclamado no dia 22/1/1863 pelo Governo Nacional; continha disposições a respeito de reformas políticas e sociais, conclamando ao mesmo tempo a população às armas. Esse manifesto devia ser lido nas igrejas, no entanto a decisão dependia de cada pároco; Kukiel, *Dzieje...*, 395.

O governo russo, dando-se conta de quão importante era a atividade dos padres, impunha-lhes as mais pesadas punições, condenando-os geralmente a longos anos de trabalhos forçados na Sibéria¹²². Pelos mesmas transgressões, os padres eram castigados com mais rigor que os leigos. Por exemplo, o sacerdote Estanislau Siemaszko, de oitenta anos de idade, por ter confessado um guerrilheiro foi condenado à morte por Muraviev (Wieszatiel), tendo sido enterrado vivo¹²³.

O governo russo vingava-se dos padres sobretudo pelo apoio moral que eles proporcionavam aos guerrilheiros. Nesse contexto não é difícil compreender por que eram tão severamente punidos os padres que abençoavam os guerrilheiros ou liam o Manifesto Nacional nas igrejas. Geralmente estavam sujeitos a penas mais severas do que aqueles que trabalhavam no Reino da Polônia os padres que atuavam nas “terras incorporadas”, o que é compreensível se levarmos em conta que aquelas terras eram consideradas pelos russos como genuinamente russas. Por isso o levante nessas áreas foi reconhecido como uma rebelião dos cidadãos do império contra o czar. Uma outra causa das perseguições extremamente cruéis era o plano de Muraviev, que previa a intimidação do povo, a sua russificação mais rápida possível, a destruição dos centros que favoreciam o levante e a eliminação das posturas patrióticas daquelas terras.

O mariano Onofre Syrwid, cura de uma paróquia nas proximidades de Vilnius, foi detido apenas vinte dias após a eclosão do levante, no dia 15 de fevereiro de 1863¹²⁴. Ele foi o primeiro dentre os marianos detidos durante a revolta, e a sua “culpa” foi ter lido na igreja o Manifesto Nacional. O tribunal de guerra sentenciou que “pela sua culpa deveria ser condenado à morte, mas, levando em conta [no decreto faltam algumas palavras], o tribunal priva-o da dignidade sacerdotal e de todos os direitos desse estado e condena-o a vinte anos de exílio na Sibéria e a doze anos de trabalhos forçados numa mina”¹²⁵. Na realidade, Surwid nunca foi liberto dos trabalhos forçados, apesar dos seus requerimentos e da anistia proclamada pelo czar no dia 15 de maio de 1863 para os insurretos

¹²² Cerca de 420 padres, apenas do Reino, e 10 bispos foram deportados, emigraram ou foram afastados em razão da sua participação nos movimentos patrióticos. No território do Grão-Ducado da Lituânia, o seu número foi maior ainda. Urban, *Dzieje Kościoła na ziemiach polskich pod zaborami*, in: *Historia Kościoła*, II/1, red. B. Kumor e Z. Obertyński, Poznań-Warszawa, 1979, 462.

¹²³ Urban, *Dzieje Kościoła w zaborze rosyjskim*, in: *Historia Kościoła*, II/1, 456.

¹²⁴ Kubicki, III/4, 112-113, 121.

¹²⁵ Ibidem. Kubicki cita o documento apenas em parte. E. Tabeńska, *Z doli i niedoli. Wspomnienia wygnanki*, Kraków, 1897, 27, 60, 73-75, 121; *Józef Kalinowski, Listy*, red. C. Gil, vol. I.1, 161, 167, 181, 192, 198, 212. O beato Rafael Kalinowski encontrou-se muitas vezes com o Pe. Syrwid na Sibéria; ficamos sabendo disso das suas cartas enviadas à família.

de janeiro. O governador de Vilnius sugeriu ao ministro do interior que Syrwis permanecesse na Sibéria, onde ele faleceu em 1888¹²⁶.

Convém lembrar que os trabalhos forçados nas minas faziam parte das mais severas penas. O frio, a miséria e a grande saudade da pátria constituíam o pão de cada dia dos infelizes deportados¹²⁷.

Entre aqueles que difundiam o Manifesto encontrava-se também o Pe. Miguel Świącki, que o lia na igreja de Raśna. Uma revista realizada no convento, na igreja e em sua cela demonstrou que Świącki guardava um bom número de exemplares do Manifesto. Por isso ele foi imediatamente detido e, após ser interrogado, deportado definitivamente para a Sibéria¹²⁸. Como resulta das acusações, o Manifesto era lido igualmente pelos padres: João Żyliński¹²⁹, Valentim Jabłonowski¹³⁰, Vicente Hryniewicz¹³¹ e José Giegużyński¹³².

Havia mais um mariano envolvido na atividade insurrecional, embora infelizmente não se saiba de que forma. Somente El.Alph. informa brevemente que em março de 1863 foi *emissus a carcere politico Kaunensi*¹³³. Alguns meses mais tarde, naquele mesmo ano, um outro detido, o Pe. Estanislau Rudziewicz, liberto da prisão, faleceu no exercício da função de capelão.

“Transgressões” cometidas pelos marianos e tipo de penas a eles impostas			
“Transgressões”	Réus	Convento	Pena
luta armada	J. Kolesiński	Mariampol	Sibéria
apoio ao Governo Nacional	M. Komorowski	Skórzec	Sibéria
divulgação do Manifesto Nacional	J. Giegużyński M. Świącki S. Syrwid	Igłówka Raśna ?	Sibéria Sibéria-Tobolsk Sibéria-trabalhos forçados
convocação ao levante	M. Komorowski-2 S. Syrwid-2		

¹²⁶ Kubicki, II/3, 249-252.

¹²⁷ Tudo isso tem sido amplamente descrito na literatura memorialista deixada pelos deportados. O destino de 150 padres deportados ao campo de trabalhos forçados em Tunka para trabalharem na mina de sal é descrito por F. Zyskar, *Tunka*, red. F. Ahasfer, Warszawa, 1929; W. Nowakowski, *Wilia w Usolu na Syberii* (s/d ed.).

¹²⁸ Kubicki, II/3, 680-684; Jarzębowski, *Pamiętniki...*, 25-26.

¹²⁹ Kubicki, II/3, 249-252; Id., I/3, 715.

¹³⁰ Id., II/3, 671-674.

¹³¹ Id., I/3, 712-713; El.Alph., 17-18; Totoraitis, *Marianie...*, 3.

¹³² Cf. nota 108.

¹³³ El.Alph., 47.

coleta de dinheiro e outros bens	M. Starkowski-2 W. Jabłonowski P. Kryński M. Święcki-2	Mariampol Raśna Raśna	prisão Sibéria convento penal em Grodno
assistência aos feridos	J. Kolesinski-2 W. Czyzewski	Skórzec	Sibéria
aceitação do juramento dos guerrilheiros	W. Hryniewicz J. Żyliński	Mirosław Mirosław	Sibéria Sibéria
“participação no levante” de forma não definida	S. Rudziewicz H. Rakowski	Mirosław Raśna	prisão convento penal em Grodno
culpa duvidosa	F. Goławski J. Wierzbicki S. Okniński A. Strupiński K. Żukowski	Skórzec Mariampol Puszcza Iglówka Skórzec	prisão vigilância policial punição corporal exílio prisão
bênção dos guerrilheiros	J. Giegużyński-2 W. Jabłonowski-2		
assistência de capelão aos destacamentos	J. Giegużyński-3 J. Żyliński-2 J. Kolesiński-3		
assistência pastoral ocasional aos guerrilheiros	W. Hryniewicz-2 T. Wierzbicki W. Jabłonowski-3 P. Kryński-2 M. Święcki-3	Góra Kalwaria	punição corporal
patriotismo (“fanático”) e deslealdade diante do ocupante	F. Goławski-2 K. Żukowski E. Milewski J. Wierzbicki-2	Skórzec Mariampol	prisão vigilância policial ¹³⁴

As cifras 2 ou 3 indicam quantas vezes aparece o nome de determinado religioso, apesar de ser ele acusado de outro tipo de “transgressão”.

Os dados contidos no presente capítulo – incompletos – baseiam-se nas acusações e na literatura memorialista. Resulta deles, no entanto, que o âmbito da

¹³⁴ A tabela apresenta unicamente os casos “descobertos” e refere-se até o final de 1864. Os marianos que então se encontravam na prisão foram libertos em 1865. Dependendo do tipo de “crime”, eles eram enviados à Sibéria, ao convento penal em Grodno ou deixados livres.

participação dos marianos no levante foi amplo e diversificado. É preciso ter em conta que todas as congregações religiosas, de diversas formas, envolveram-se no Levante de Janeiro. Nas dezoito comunidades masculinas, que contavam 1.680 religiosos no Reino da Polônia, foi comprovada a “culpa” da participação ativa na “rebelião” – de diversas formas – de 540 pessoas (30%). No entanto essa estatística envolve igualmente pessoas acusadas de atos cometidos nos anos 1861-1862. Dentre os 540 religiosos acusados, 107 foram funcionários de diversos níveis no Governo Nacional e capelães de destacamentos¹³⁵.

Da literatura e dos relatórios da polícia resulta que pelo menos vinte marianos participaram do Levante de Janeiro, e oito deles estiveram envolvidos na organização de manifestações patriótico-religiosas no decorrer desse levante.

Execução do decreto sobre a cassação dos conventos

As consequências da participação dos poloneses no Levante de Janeiro [de 1863] mostraram ser mais severas ainda que aquelas ocorridas após a derrota do Levante de Novembro [de 1830]. Milhares de pessoas foram deportadas à Sibéria para trabalhos forçados, centenas foram enforcadas e fuziladas mesmo sem um processo. O Reino foi privado do nome que lembrava a antiga Polônia, que foi substituído pela definição *Provislinskiy Kray* [País do Vístula], e a língua polonesa passou a ser extirpada, sendo reconhecida como um dos numerosos dialetos do império russo¹³⁶.

O idealizador do programa das perseguições e da russificação era o governador geral Muraviev, chamado *Wieszatiel*¹³⁷. Na historiografia sustenta-se que a cassação das ordens religiosas foi uma pena provocada pelos religiosos insurretos que participaram do Levante de 1863. Mas na realidade a eliminação das congregações religiosas¹³⁸ constituía uma parte da política de longo prazo já iniciada pela imperatriz Catarina II, que se evidenciou plenamente durante o reinado do czar Nicolau I – o “gendarme da Europa” e o “guardião da Santa Aliança”.

Em 1825, conspiradores russos – o poderoso movimento dos decabristas – tentaram realizar um golpe de estado, que no entanto fracassou, tendo deixado impressões muito negativas¹³⁹. O czar chegou à conclusão de que a Europa

¹³⁵ Jabłońska-Deptuła; Gawrysiakowa, *Zaangażowanie patriotyczne...*, 196, tab. 16; 197, tab. 18.

¹³⁶ Gieysztor, *Storia...*, 406-423; Kukiel, *Dzieje...*, 424-429.

¹³⁷ Gieysztor, *Storia...*, 408-410; Ochmański, *Historia Litwy...*, 228-229.

¹³⁸ Skarbek, *Kościół katolicki...*, 481; Pobóg-Malinowski, *Najnowsza historia polityczna Polski 1864-1945*, vol. 1, Paris, 8. O autor cita a opinião de Muraviev: “O governo deve conscientizar-se de que o principal inimigo da nação russa é o espírito polonês e, juntamente com ele, o catolicismo”.

¹³⁹ Kukiel, *Dzieje...*, 198-200.

Ocidental se encontrava num estado de crise religiosa e de decadência cívica. Por isso a Rússia devia buscar o apoio da Igreja ortodoxa, considerada como o baluarte do poder dos tzares, que na opinião deles provinha da vontade divina. Por isso era necessário despertar o nacionalismo dos russos e buscar a união das formas políticas e religiosas¹⁴⁰. Eis por que a adesão de um adepto da Igreja ortodoxa à Igreja católica era punida com a pena de prisão, acompanhada do confisco dos bens e, às vezes, também da deportação à Sibéria¹⁴¹.

Um fruto da política acima foi o fechamento, em 1827, de quarenta conventos dos basilianos do rito oriental¹⁴². Em 1832, em razão de disposições contidas num decreto de Nicolau I, foram fechados duzentos e dois conventos católicos que se encontravam nas “terras incorporadas”¹⁴³. O fechamento dos conventos era justificado pela necessidade da reforma e da eliminação da pobreza material neles existente, bem como dos abusos na área do direito eclesiástico¹⁴⁴.

Em 1839 prosseguia a eliminação da Igreja do rito oriental, além do que um decreto de 25 de dezembro de 1841 ordenou o confisco dos bens dos religiosos e do clero superior. Foi justamente nesse período que os marianos de Raśna perderam a sua propriedade em Tokary¹⁴⁵. Importa acrescentar que, após a assinatura da concordata com a Santa Sé em 1847, nos anos 1847-1860 o governo russo fechou outros trinta e seis conventos e confiscou os seus bens¹⁴⁶. Em 1863, existiam no Reino da Polónia 135 casas religiosas, contando 1.635 membros (do quais cerca de um mil era constituído de padres); aos marianos pertenciam sete dessas casas¹⁴⁷. Na área das “terras incorporadas” havia cerca de 80 conventos masculinos e femininos¹⁴⁸.

¹⁴⁰ A. Korye, *La philosophie et le problème national en Russie au début du XIX siècle*, Paris, 1976, 286-303.

¹⁴¹ B. Mucha, Ojciec Włodzimierz Pieczerin (1807-1885). *Przegląd Powszechny*, 6 (1988), 286-303.

¹⁴² Kłoczowski, *Studia nad historią dominikanów w Polsce 1222-1972*, v. I, Warszawa, 1975, 103.

¹⁴³ Theiner, *Die neuesten Zustände...*, vol. II, 361-364; J. M. Wołyniak, *Zniesione kościoły i klasztory rzymsko-katolickie przez rząd rosyjski w wieku XIX w diec. łuckiej, żytomierskiej i kamienieckiej* (Nova Polonia Sacra, 1), 1928, 1-312.

¹⁴⁴ S. Szantyr, *Zbiór wiadomości do dziejów Kościoła i religii katolickiej w krajach panowaniu rosyjskiemu podległych*, vol. II, Poznań, 1843, 91-93, 98.

¹⁴⁵ AGM, Domus Rasnensis II, 1. Causa de bonis pertinentibus ad Domum Rasnensem “praedium Tokary”.

¹⁴⁶ P. P. Gach, *Kasaty zakonów na ziemiach dawnej Rzeczypospolitej i Śląska 1773-1914*, Lublin, 1984, 190-199.

¹⁴⁷ Kubicki, I/1, 213. A comissão russa instituída em 1864 fala de 1.635 religiosos residentes então em 155 conventos. Jabłońska-Deptuła; Gawrysiakowa, *Zaangażowanie patriotyczne...*, 19, fornecem dados de 1861, quando, na opinião delas, havia 160 casas religiosas contando 1.680 religiosos; entre eles havia 1.025 padres, 331 seminaristas, 324 irmãos; cf. também Jabłońska-Deptuła, *La primavera...*, 370-374.

¹⁴⁸ Gach, *Kasaty...*, 192.

Para justificar diante do mundo o decreto da cassação, a comissão russa elaborou um relatório no qual demonstrava a participação dos religiosos nas manifestações nos anos 1861-1862 e em 1830.

Com base nesse relatório, Alexandre II promulgou o decreto de 27 de outubro – 8 de novembro de 1864¹⁴⁹, no qual esclarecia que estava sendo realizada uma reforma das congregações religiosas com o objetivo de castigar os padres revoltosos. O decreto expressa a lástima em razão da “rebelião” que havia eclodido na Polônia e da qual tinha participado uma parte do clero, negligenciando as suas obrigações pastorais e as obrigações diante do czar; por isso os conventos que de qualquer forma participaram da “rebelião” estariam sujeitos ao imediato fechamento¹⁵⁰.

Como lemos no seu artigo XV, o decreto introduzia a divisão dos conventos entre aqueles que contavam menos de oito religiosos (condenados à cassação), aqueles que contavam mais de oito religiosos (provisoriamente não fechados), e os “permanentes”¹⁵¹. O decreto abolia não somente o governo dos superiores gerais e provinciais, mas também os capítulos gerais. Todos os bens móveis e imóveis passavam à administração do governo, que devia pagar aos religiosos um salário mensal. De acordo com o decreto acima, os conventos permanentes deviam receber, de acordo com a classe a eles atribuída, 3.185, 2.220 ou 1.540 rublos anualmente, ao passo que aos conventos não permanentes cabiam apenas 40 rublos por pessoa anualmente. Além disso, o decreto estabelecia que nos conventos permanentes não devia haver mais que catorze religiosos¹⁵².

O decreto complementar, que foi expedido no dia 22 de novembro de 1864, permitia que residissem nos conventos permanentes (em situações excepcionais) não mais que vinte e cinco religiosos¹⁵³. Uma detalhada análise de ambos esses amplos documentos permite concluir que os demais conventos estavam condenados à extinção. No segundo decreto afirmava-se: “proíbe-se terminantemente a aceitação de noviços” e, quando “o número dos religiosos cair para sete, o referido convento deverá ser fechado”¹⁵⁴. O decreto sobre a “cassação”, preparado em grande segredo, foi dado ao conhecimento público somente no dia 31 de de-

¹⁴⁹ O texto oficial (em língua russa e polonesa) de todo o decreto encontra-se no Diário de Leis do Reino da Polônia, vol. 62. Ultimamente esse decreto foi publicado por Z. Olszamowska-Skowrońska, Pius IX et l'insurrection polonaise de 1863-64, in: *Sacrum Poloniae Millennium*, vol. XII, Roma, 1966, 335-340 (em língua italiana); 341-347 (em língua francesa). O decreto contém 26 artigos.

¹⁵⁰ Olszamowska, *Pius IX...*, 336-337.

¹⁵¹ Ibidem, 338.

¹⁵² Ibidem, art. XVI, 338-339; art. XVIII, 339-340.

¹⁵³ O documento todo contém 62 artigos; em tradução para a língua italiana encontra-se no trabalho de Olszamowska, *Pius IX...*, 348-358; cf. H. Wyczawski, *Przygotowanie do studiów w archiwach kościelnych*, Kalwaria Zebrzydowska, 1989, 121.

¹⁵⁴ Ibidem, art. VII, IX, 350.

zembro de 1864¹⁵⁵, e a sua execução realizou-se de acordo com o seguinte cenário: no dia 15 de novembro, por volta das 23 horas, o exército cercou o convento, no qual entraram os soldados, os funcionários, um representante do poder civil e o representante do poder eclesiástico; os soldados imobilizaram os sinos, para impossibilitar que os fiéis soassem o alarme. Quando todos os religiosos foram reunidos, foi-lhes lido o decreto sobre a cassação. A seguir os soldados levaram o dinheiro e os objetos preciosos, registrando os dados pessoais dos religiosos. Então eles foram colocados em carroças previamente preparadas, e os funcionários que permaneceram no convento fizeram uma busca em todas as demais edificações¹⁵⁶.

Para não despertar a irritação em meio à população, os funcionários russos tinham a obrigação de assegurar a continuidade das devoções celebradas nas igrejas, e por isso em cada convento era deixado um religioso. Toda a ação terminou às três horas da manhã do dia 16 de novembro. Dessa forma naquela noite foram fechados cento e oito conventos masculinos, inclusive os conventos marianos em Skórzec, Goźlin, Góra Kalwaria e Puszcza Mariańska¹⁵⁷. Os marianos de Skórzec inicialmente foram alojados em Siedlce, e os de Góra e Goźlin – em Czerniaków (atualmente Varsóvia)¹⁵⁸.

As autoridades russas justificaram o fechamento dos mencionados conventos apelando ao decreto do dia 27 de outubro (§ 1), o qual determinava que os conventos em que residiam menos de oito religiosos deviam ser fechados¹⁵⁹. O convento em Puszcza contava naquele tempo apenas sete religiosos, em Goźlin eles eram cinco, e em Góra – dois. Em 1863, além de alguns seminaristas, o convento em Skórzec contava doze padres, mas naquele mesmo ano três faleceram, e o superior Pe. Komorowski foi exilado à Sibéria¹⁶⁰.

Dentre esse número de religiosos, menos que a metade deles permanecia nos conventos, ao passo que os restantes estavam trabalhando nas capelanias. Por exemplo em Goźlin, no dia do fechamento, em vez de cinco marianos havia somente dois, em Skórzec – quatro, em Góra – um, em Puszcza – faltam dados. As autoridades determinaram que fosse deixado um deles em cada igreja; naturalmente, para cada um dos conventos foram escolhidos dentre os padres os mais leais em relação à autoridade russa. E assim permaneceram: em Skórzec – o Pe.

¹⁵⁵ W. Wójcik, *Tak zwana reforma klasztorów w 1864 na terenie diecezji sandomierskiej*, in: ABMK, vol. 23, 343-360.

¹⁵⁶ Gach, *Kasaty...*, 108.

¹⁵⁷ ADS, VII, A 1, 23. O decano de Siedlce ao bispo de Podlasie, 20/12/1864; ibidem, o decano de Garwolin ao bispo de Podlasie, 30/11/1864; Gach, *Zakon Marianów...*, 88-90.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ Olszamowska, *Pius IX...*, 337.

¹⁶⁰ ADS, VII, A 1, 432. A. Wilczyński ao bispo da diocese de Podlasie, 12/10/1864, Skórzec.

Simão Mankielun, em Goźlin – o Pe. Edmundo Radomyski, em Puszcza – o Pe. Pedro Komorowski¹⁶¹. A igreja do Cenáculo do Senhor em Góra Kalwaria foi fechada, visto que nessa cidadezinha havia outras igrejas.

Por ocasião do fechamento dos conventos, a cada religioso era proposta a mudança a um dos conventos permanentes (que no caso da congregação dos padres marianos era apenas o convento de Mariampol) ou a emigração para o exterior, sem possibilidade de volta. Se escolhesse a emigração, o sacerdote tinha o direito de receber da embaixada russa 150 rublos, em vez dos 40 destinados àqueles que permaneciam no império¹⁶². Decidiram emigrar: o Pe. João Iwarszewski de Goźlin¹⁶³ e o Pe. André Strupiński de Mariampol, mas este somente em 1866, sob pressão¹⁶⁴.

Em relação ao fechamento do convento em Puszcza, vale a pena lembrar um episódio interessante: o superior do convento, deportado a Mariampol, escreveu à Comissão das Religiões que, sendo superior, havia emprestado 1.200 rublos, que devia pagar após a venda de uma parte dos bens. A Comissão lhe respondeu que naquele momento ele não podia reclamar nenhum direito à propriedade do convento, visto que esta havia passado ao Estado, mas que devia pagar a dívida com o seu modesto salário, que era de 40 rublos anuais¹⁶⁵.

Na historiografia mariana, o fechamento dos conventos muitas vezes é descrito como uma ação única, concluída no dia 15 de novembro, quando todos os marianos foram reunidos à força no convento de Mariampol, onde não havia condições de viver¹⁶⁶.

¹⁶¹ As informações a respeito de Skórzec e Goźlin foram extraídas de ADS, Wykaz... zakonników 1864, 1865; e o nome do padre que permaneceu em Puszcza – de *Libri parochiali in Puszcza* (Livros paroquiais em Puszcza).

¹⁶² Urban, *Dzieje Kościoła w zaborze rosyjskim...*, 470.

¹⁶³ ADS, VII, A 1, 432, o decano de Garwolin ao bispo de Podlasie, Garwolin, 30/11/1864; Kubicki, I/3, 586-600.

¹⁶⁴ Totoraitis, *Marianie...*, 39.

¹⁶⁵ Arch.Sk., 13, n. 24. Okniński não pagou essa dívida; a propriedade em Puszcza só podia ser salva com uma grande soma de dinheiro, o que resulta igualmente da análise da sua carta, na qual escreve que havia emprestado o mencionado dinheiro de um religioso mariano de Puszcza. Parece improvável que um religioso pudesse dispor de tamanha importância! No início de 1865 o Pe. Okniński obteve a autorização das autoridades para se mudar a uma paróquia diocesana, o que significa que ele gozava de uma boa opinião diante do governo russo.

¹⁶⁶ Um artigo publicado em *Marianus*, 19 (1965), 26, informa que em 1865 havia em Mariampol 19 religiosos pertencentes àquele convento; a eles devem ser adicionados: de Skórzec – 8; de Góra – 2; de Goźlin – 3; no total – 37 religiosos. Segundo o autor do artigo, em 1866 somaram-se a eles 9 religiosos provenientes de Mirosław. Havia ali também 9 seminaristas, que se mudaram para os seminários de Vilnius e de Sejny. Essa situação é apresentada igualmente por Gach, *Zakon marianów...*, 92-93. Ambas as opiniões baseiam-se no opúsculo de Totoraitis, *Zakon...*, que infelizmente contém muitos erros, sobretudo em relação ao número dos religiosos em Mariampol. Quanto ao papel que esse convento desempenhou na congregação dos marianos, cf. notas 175, 176 e 183.

Em novembro de 1864 nove marianos se encontravam na Sibéria, quatro no convento penal em Grodno, cerca de nove trabalhavam em paróquias como capelães e alguns permaneciam na prisão¹⁶⁷. Até 24 de outubro de 1864 existiu o convento em Raśna, situado nas “terras incorporadas”. Residiam nele treze religiosos, que não foram transferidos a Mariampol¹⁶⁸. Esse convento não podia estar sujeito à cassação, visto que, de acordo com as normas, possuía um número suficiente de religiosos, mas foi fechado por castigo, devido à participação dos marianos de Raśna no levante.

Além de Mariampol, permaneceu não fechado o convento em Iglówka, que em 1863 contava cinco religiosos, porém no ano seguinte os padres José Giegużyński e João Żyliński foram levados à Sibéria, enquanto que o Pe. André Strupiński foi transferido a Mirosław com o objetivo de salvar o convento, que juntamente com ele passou a contar oito religiosos; esse convento foi absorvido pela onda de cassações de 15 de novembro de 1864 – o que provavelmente ocorreu em decorrência da legislação russa, que previa o ministério de um padre para dois mil fiéis. Em Iglówka residiam quase seis mil fiéis, e por isso, em razão da insuficiência dos padres diocesanos, o governo russo, que pelo menos no início queria preservar as aparências, foi forçado a deixar ali os religiosos¹⁶⁹.

O convento em Iglówka foi fechado no dia 20 de setembro de 1865. Permaneceu ali o Pe. Kaczergis, que tinha a obrigação de assegurar a assistência pastoral na paróquia. Mais tarde o governo prometeu enviar-lhe como auxiliar um padre de Mariampol¹⁷⁰.

O convento em Mirosław, que no momento da cassação contava nove religiosos, encontrou-se no grupo dos conventos não permanentes; naquela ocasião conseguiu salvar-se, no entanto, quando o número de padres caiu a sete, e o convento já não podia aceitar noviços nem outros padres, foi fechado por força do decreto de 12/24 de abril de 1866¹⁷¹.

¹⁶⁷ Na opinião de Totoraitis, em 1862 havia no Reino da Polônia 46 marianos; em 1864, mais ou menos o mesmo número; *Zakon...*, 5-7, 31-33. Levando-se em conta todos os marianos ausentes de Mariampol em 1864, vemos que o seu número supera o número de todos os membros da comunidade mariana – segundo esse autor – na Polônia. Assim, em 1864, na Sibéria havia 9 marianos; em Grodno (convento penal) – 4; nas capelanias – 10; na França – 1; na prisão – 5; no convento de Iglówka – 3; em Mirosław – 9; se acrescentarmos a isso os 9 que no final de 1864 foram postos em liberdade após a cassação do convento em Raśna, chegamos ao total de 51 religiosos. Resulta daí que em Mariampol havia cerca de 20 religiosos provenientes dos conventos cassados.

¹⁶⁸ Kubicki, II/4, 248-252.

¹⁶⁹ Totoraitis, *Zakon marianów...*, 36. Geralmente havia em Iglówka 5 padres (desde os anos 40 do século XIX), mas em 1863 os padres José Giegurzyński e João Żyliński foram deportados à Sibéria, e o Pe. André Strupiński foi transferido a Mirosław. No convento ficaram, então, apenas W. Kaczergis e E. Milewski. No final de 1864, veio a Iglówka um terceiro mariano, o Pe. Jorge Naruszewicz. Cf. Totoraitis, *Zakon marianów...*, 6, 31; ADL, Akta konsystorza sejneńskiego, 150, f. 81, Iglówka.

¹⁷⁰ Totoraitis, *Zakon marianów...*, 36.

¹⁷¹ Ibidem.

No dia do fechamento do convento em Mariampol, havia nele seis religiosos, e não dezenove, como afirma Totoraitis¹⁷². Nos papéis apareciam mais deles, mas alguns havia anos trabalhavam como capelães e dois, desde 1864, estudavam na Academia em Varsóvia. Em dezembro, em diversas datas, os marianos pertencentes aos conventos fechados foram transferidos a Mariampol. Como demonstramos, eles não eram muitos; por exemplo, do grande convento em Skórzec foram transferidos três padres e três seminaristas; de Gozlin – dois padres.

No dia 2/14 de fevereiro de 1865, foi enviada à Comissão Governamental em Varsóvia uma relação dos marianos congregados em Mariampol e em Miroslaw. Segundo Sydry, que teve acesso a essa relação, o número dos marianos chegava a vinte e sete¹⁷³; no entanto, na opinião de Totoraitis, havia ali trinta e uma pessoas, entre as quais quatro noviços e três seminaristas sem votos religiosos de Skórzec¹⁷⁴. Na realidade, no dia 2/14 de fevereiro de 1865, no convento mariano não podia haver mais que vinte e duas pessoas: seis padres pertencentes ao mencionado convento, nove transferidos dos conventos fechados, quatro noviços de Mariampol e três seminaristas de Skórzec¹⁷⁵, que em breve tiveram que deixar Mariampol e transferir-se ao seminário diocesano. Portanto, durante o funcionamento do convento esse número nunca foi ultrapassado¹⁷⁶, mas antes rapidamente ia diminuindo. Na mencionada relação já figurava a menção de que o Pe. Jastrzębski, sacerdote de Samogyszcz, e três seminaristas de Skórzec tinham

¹⁷² No que diz respeito a Mariampol, lembramos que, em relação ao período em análise, preservaram-se relações detalhadas que consideram todas as mudanças de pessoas: ADS, Wykaz... zakonników, 1863, 1864, 1865; ADL, Akta konsystorza sejneńskiego 1864, rubr. 150, f. 81, Mariampol e Iglówka, f. 82 Miroslaw; ADL, Rep. IX, 33, Cassação dos conventos marianos em 1864. Dentre os 19 mencionados por Totoraitis, naquele tempo trabalhavam em Iglówka: J. Naruszewicz, W. Kaczyrgis e J. E. Milewski; W. Gawień – como escreve o mesmo Totoraitis, *Zakon marianów...*, 39 – desde 1854 estava excluído da vida comunitária e residia numa paróquia diocesana. Bartolomeu Starkowski, por sua vez, trabalhava na paróquia de Sudargas; W. Zemiński – mencionado por Totoraitis – encontrava-se em Mariampol (de acordo com *Zakon...*, 31) ou em Miroslaw (de acordo com *Zakon...*, 33); na realidade, ele residia nesta última localidade. Os quatro noviços, que haviam iniciado o noviciado, por não serem ainda religiosos, afastaram-se naquele mesmo ano.

¹⁷³ Sydry, *Papczyński...*, 284.

¹⁷⁴ Totoraitis, *Zakon marianów...*, 31-33. Na realidade, os três seminaristas vindos de Skórzec já haviam professado os votos religiosos. É preciso apenas acrescentar que eles não foram reconhecidos pelo governo russo, visto que os votos não foram professados de acordo com as disposições do decreto, que exigia para isso os 30 anos completos.

¹⁷⁵ Provavelmente foi fornecido um número de religiosos superior ao real e foram mencionados aqueles que se encontravam nas capelanias, para poder conseguir mais dinheiro, porquanto – de acordo com as disposições – o governo devia pagar a importância de 40 rublos por religioso. Nesse contexto torna-se compreensível o pedido de 16 empregados da parte do convento em Mariampol. No entanto o governo aceitou apenas três pessoas dentre os empregados, respondendo à queixa dos religiosos que, visto que eram tão numerosos, eles mesmos podiam executar certas tarefas. Totoraitis, *Zakon marianów...*, 33.

¹⁷⁶ Todas as transferências de ou para Mariampol, da mesma forma que a morte de um religioso, são detalhadamente descritas na correspondência entre o superior de Mariampol e o consistório de Sejny. ADL, Akta kons. sejneńskiego, rubr. 150, ff. 160, 226, 269, 273, 321, 323, 348-349, 353, 394, 398-400, 401-405, 407, 433, 436, 437, 440, 445.

que deixar Mariampol. Desconhecemos a data exata, mas sabe-se que já antes de maio de 1865 o Pe. Jastrzębski voltou à sua capelania em Samogoszcz¹⁷⁷, e os três seminaristas dirigiram-se ao seminário em Janów¹⁷⁸.

De acordo com o decreto, a autoridade dos superiores gerais, dos provinciais e dos capítulos devia cessar no momento da cassação do convento, e o governo das congregações religiosas devia ser assumido pelas autoridades diocesanas. O bispo de Sejny K. Lubieński foi um dos primeiros que pretendiam realizar a disposição do governo. Tendo vindo em fevereiro de 1865 a Mariampol, declarou que havia recebido da Santa Sé os direitos de delegado apostólico extraordinário¹⁷⁹. Por força da mencionada autoridade, no dia 9 de fevereiro de 1865 ele forçou tanto o superior geral Pe. Wilczyński como também o superior local Pe. Jorge Naruszewicz a renunciar a essas funções. Em consequência da intervenção do bispo, foi escolhido superior do convento Jorge Czesnas, chamado por esse bispo de *Praelatus*, ao passo que os marianos o reconheciam como superior geral¹⁸⁰. Da parte da diocese, exercia a autoridade sobre os religiosos o visitador diocesano – destacado pelo bispo e aprovado pelo governo russo. O primeiro visitador foi o pároco de Suwałki, Pe. Pedro Wierzbowski¹⁸¹. Além dele, exercia uma estreita supervisão sobre os moradores do convento a autoridade estatal¹⁸².

Após o fechamento do convento em Mirosław em 1866, o único convento dos padres marianos e a única esperança deles permaneceu sendo o convento de Mariampol, no qual ocorreram numerosas mudanças; das paróquias foram enviados a Mariampol os marianos desleais em relação às autoridades russas, os padres Francisco Goławski e Casimiro Żukowski. Alguns, conscientes da séria deficiência de padres no Reino da Polônia, procuravam sair de Mariampol e ir às paróquias, outros pretendiam voltar ao trabalho nas capelanias de onde tinham

¹⁷⁷ ADS, Wykaz... duchowieństwa 1865, de 12 de maio, informa que o Pe. Jastrzębski já trabalhava em Samogoszcz.

¹⁷⁸ ADL, Akta konsystorza sejneńskiego, 150, f. 359, J. Czesnas ao consistório de Sejny, 6-18/5/1875. Ele informa ao consistório que os seminaristas José Choromiński, Estêvão Szostek e Pedro Ozimiński, provenientes de Skórzec, em 1864 deixaram Mariampol para se dirigirem ao seminário da diocese de Podlasie.

¹⁷⁹ Totoraitis, *Zakon marianów...*, 26-30. No dia 19/1/1865 o bispo Lubieński enviou à Santa Sé um relatório sobre a situação dos religiosos na diocese de Sejny. No entanto, ainda antes de enviá-lo começou a pôr em prática as disposições russas relacionadas com a abolição do poder dos superiores gerais. A Santa Sé, dando-se conta da difícil situação dos religiosos no império russo, somente em 6/4/1864 atribuiu aos bispos a autoridade de delegados apostólicos. Gach, *Zakon marianów...*, 92; Kałowski, Skutki kasaty z 1864 r. dla zakonu marianów. *Prawo Kanoniczne*, 20 (1977), 3-4, 131-138. O bispo era criticado, mas ele fundamentava a sua postura; cf. Évêque Constant I. à sa Cousine, 8/2/1866, in: *Sacrum Poloniae Millennium*, vol. 12, Roma, 1966, 285-288.

¹⁸⁰ Totoraitis, *Zakon marianów...*, 29-30.

¹⁸¹ Ibidem, 37.

¹⁸² Por exemplo, nenhum sacerdote podia se afastar da paróquia por um dia sequer sem a autorização da polícia; nenhum deles podia também, sem essa autorização, proporcionar hospedagem ou pernoite a alguém.

vindo, talvez com a convicção de que ali encontrariam alguma forma de salvar a congregação¹⁸³.

Provavelmente também a situação moral dos marianos vindos a Mariampol dos outros conventos era um tanto complicada. Pode-se concluir isso analisando o trabalho de Totoraitis *A Ordem...* De acordo com o decreto, catorze marianos constituíam um número adequado de religiosos, que tinham direito a 1.700 rublos – importância calculada pela multiplicação de 120 rublos que cabiam a cada um. Todos os demais, por sua vez, recebiam apenas 40 rublos; essa desigualdade provocava disputas. Os marianos vindos dos outros conventos sentiam-se um pouco humilhados, visto que se davam conta de que viveriam – ao menos em parte – por conta daqueles que recebiam os 120 rublos. Era o efeito da metodologia russa, que tinha por objetivo tornar o clero dependente da administração russa e provocar desavenças entre os religiosos¹⁸⁴.

Simultaneamente com o fechamento dos conventos, além dos bens pessoais, eram confiscados também os bens da congregação pertencentes ao convento. Ainda em 1864 foram confiscados todos os bens imóveis em Skórzec, com

¹⁸³ O problema da saída do convento de Mariampol era muito complexo. Trata-se de uma afirmação injusta e no fundo errada – como o faz Totoraitis – que “os religiosos poloneses desejavam deixar o convento. Infelizmente – continua o autor – não parece que eles apreciassem muito a sua vocação e demonstrassem solicitude por ela ou pelo futuro da ordem, que eles consideravam como liquidada. Procuram fugir da casa em ruínas, fogem todos diante da incerteza. Todos fugiram”. *Zakon marianów...*, 40. As acusações são diversas, p. ex. que os marianos “poloneses eram em Mariampol eram supérfluos” (ibidem, 34); que alguns deles não estavam adaptados à vida no convento (ibidem, 43) e fugiam de Mariampol rompendo todos os contatos com o convento (ibidem). Parece que naquele tempo era muito difícil distinguir exatamente quem era polonês e quem era lituano, como o faz Totoraitis, dizendo que em 1862 havia 26 marianos lituanos e 20 poloneses (*Zakon...*, 5). Quem era então K. Szvernicky, considerado por Totoraitis como lituano, por ter nascido em Mariampol? No entanto Szvernicky estudou em Varsóvia, trabalhou em Varsóvia e divulgou a imprensa clandestina polonesa; e após a deportação à Sibéria trabalhou ali entre os exilados poloneses. Igualmente em seu *Diário* ele se identificava com a nação polonesa; cf. *Wyjtki z Dziennika...*, passim. Na opinião do historiador Jorge Kłoczowski, a divisão em províncias e conventos, lituanos ou poloneses, tinha naquele tempo um significado apenas territorial, não nacional. Cf. Kłoczowski, *Zakony męskie w Polsce w XVI-XVIII wieku*, in: *Kościół w Polsce*, II, Kraków, 1970, 635-637, bem como a biografia relacionada com essa questão. Em relação a muitos marianos, torna-se difícil definir se eles eram lituanos ou poloneses. As acusações e os erros de Totoraitis devem naturalmente ser atribuídos ao seu patriotismo local. Assim, pois, na opinião do mencionado autor, os maiores conventos eram Mariampol e Mirosław. *Marianie...*, 7. Ali se realizavam os estudos de filosofia. Ibidem. Já por volta de 1760, no convento de Mariampol havia apenas lituanos, e o seu número superava o número dos religiosos marianos residentes na Polónia “étnica”. Ibidem, 6. “O convento de Mariampol não somente era o maior, mas superava também os demais conventos em relação às virtudes e a instrução dos religiosos”. Ibidem, 16. “Quanto ao número dos religiosos e à fartura, os conventos dos marianos lituanos encontravam-se numa situação melhor que os conventos poloneses. Ocupava o primeiro lugar o convento de Mariampol, onde mais frequentemente que em outros realizavam-se os capítulos”. *Zakon...*, 9. No presente trabalho demonstramos, no entanto, que a realidade era mais complexa e por vezes diversa; p. ex., no que diz respeito aos capítulos ou ao número de religiosos. Até 1864, nos conventos marianos não ocorre uma distinção nítida entre os elementos poloneses e lituanos na congregação.

¹⁸⁴ Totoraitis, *Zakon...*, 37, informa que em 1866, para os oito religiosos não considerados no balanço o governo pagava somente 106 rublos. Cf. também 38-39.

a área total de quase 1.000 hectares¹⁸⁵. Da mesma forma o governo tomou os bens dos conventos em Iglówka, Mirosław, Puszcza e Goźlin. Teve um destino pior o convento em Raśna, visto que a igreja de lá devia ser transformada em ortodoxa; os diversos bens imóveis e móveis foram transferidos em favor dos fiéis dessa profissão religiosa, e uma parte dos bens foi vendida em leilão. Os sinos e os paramentos litúrgicos foram doados às novas igrejas paroquiais no decanato de Wysokie, enquanto que a biblioteca e o arquivo foram enviados a Vilnius¹⁸⁶. O fechamento realizava-se de forma caótica e estendeu-se até 1865. Uma parte das coleções da biblioteca de Skórzec foi enviada a Lublin, e a respeito do destino das demais nada se sabe. No entanto a biblioteca de Puszcza permaneceu no convento.

Existem hipóteses de que uma pequena parte dos bens e dos arquivos – especialmente de Skórzec e de Mariampol – tenha sido escondida antes da cassação¹⁸⁷.

¹⁸⁵ ADS, VII, A 1, Wilczyński ao bispo da diocese de Podlasie, 12/10/1864. O Pe. Wilczyński informa ao bispo Szymański que o convento possuía então 1.600 “morgas”, ou seja, cerca de 1.000 hectares. A respeito do confisco de todos os bens de Skórzec informa o Pe. Simão Mankielun, que permaneceu no convento. ADS, VII, A 1, 188. Mankielun ao consistório da diocese de Podlasie, Skórzec, 23/2/1865.

¹⁸⁶ Kubicki, II/4, 248-252; AGM, Domus Rasnensis, N-1. Elenchus rerum ecclesiae Rasnensis quae an. 1865 aliis ecclesiis decanatus Brescensis traditae sunt.

¹⁸⁷ Totoraitis, *Mariampolski...*, 21: “Na atual paróquia de Skórzec, as pessoas mais velhas contam que os marianos entregaram a alguns paroquianos diversas coisas (as pessoas nem se lembram do que se tratava), temendo a sua provável detenção, com a ressalva de que elas seriam devolvidas após a libertação deles”.

CONCLUSÃO

Na Introdução ao presente trabalho não ocultamos as dificuldades com que nos defrontamos na busca dos documentos indispensáveis para a elaboração de uma imagem plena, que queríamos apresentar em *Os marianos nos anos 1787-1864*. Apesar disso, procuramos concretizar o nosso propósito na medida em que o permitiram os materiais existentes à nossa disposição. Trata-se, com efeito, de um período que – pelo menos sob o aspecto político – apresenta-se como difícil e complexo, visto que a Polônia se encontrava na sua maior parte sob a ocupação russa.

A postura dos marianos – da mesma forma que de outras comunidades religiosas – conduzia a um inevitável conflito com as autoridades estatais, o que provocou numerosas detenções, exílios e o estrito controle dos conventos, impossibilitando os contatos dos religiosos com a Santa Sé. Com essas repressões buscava-se enfraquecer a Igreja, especialmente as congregações religiosas, consideradas pelo governo russo como “bastiões do espírito polonês”, e essa campanha envolvia também os marianos.

Procuramos mostrar de que forma a congregação se defrontou com todas essas dificuldades, como conseguiu encontrar um *modus vivendi*, levando em consideração – por um lado – a sua organização e – por outro – o fato de que as autoridades russas não poupavam leis e decretos que não favoreciam a vida religiosa, ameaçando até a existência da Igreja católica.

A essas e outras questões procuramos fornecer respostas nos diversos capítulos.

Na modesta historiografia relacionada com os marianos, o século XVIII é considerado como o “século de ouro” da congregação, ao passo que o século seguinte se apresenta como o período do seu declínio e da sua queda¹. Somente um autor – proveniente do século XIX – apresenta o seu desenvolvimento relativamente favorável na segunda metade daquele século².

¹ J. (Vaisnora), *Złoty wiek rozwoju księży marianów*, dat.; o mencionando trabalho, contando 72 páginas, encontra-se no AGM em Roma. Em relação com essa questão, cf. Sydry, *Papczyński...*, 273, 283-284; J. Kałowski; K. Krzyżanowski, Mariani, in: *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, V, col. 979.

² A. W(adowski), *Marianie...*, Enc.Nowod., XIII, 536-542. Expressa a mesma opinião Totoraitis,

Em 1792 a congregação dos padres marianos (sem contar aqueles que se encontravam nos conventos portugueses) contava cento e quinze religiosos³. No entanto, levemos em conta que o século XVIII foi na Polônia o período de um intenso desenvolvimento das congregações religiosas, de um ininterrupto crescimento do número dos conventos, dos próprios religiosos e das províncias. Apesar de as guerras e as epidemias terem provocado a morte de pelo menos cinco mil religiosos⁴, o seu número cresceu de 10.000 (1700) a 14.500 (1773) e conservou-se mais ou menos estável até o ano 1787⁵, a partir do qual se inicia o nosso estudo. Resulta daí que então, naquele “século de ouro”, os padres marianos constituíam mais ou menos 1% de todos os religiosos no país.

O relatório do núncio apostólico em Varsóvia Saluzzo referente ao ano 1790 registra: “Faltam na congregação pessoas adequadas que possam exercer a função de educador dos noviços e de leitor (professor) para os estudantes”⁶. Pode-se, portanto, perceber que na segunda metade do século XVIII o desenvolvimento da congregação dos padres marianos não era “deslumbrante” e que até, em comparação com as outras congregações, ele foi naquele período insignificante.

O século XIX é chamado – na historiografia relacionada com todas as congregações religiosas – o “período de luta para sair da crise e pelo desenvolvimento”, e até “período de luta pela existência e pela sobrevivência”⁷. À luz dos documentos históricos de que atualmente dispomos, em relação aos anos 1863-1864, ou seja, ao período que cronologicamente encerra o período das nossas pesquisas, podemos constatar que – por exemplo – em 1863, na mesma área de 1787, havia cerca de setenta religiosos marianos, sem contar os noviços⁸; em

afirmando que o desenvolvimento dos marianos no século XIX despertava esperanças para o futuro: *Mariampolski...*, 19.

³ ABUV, Doc.Viln., II, ff. 351-353. *Tabella Generalis* 1792/3.

⁴ Kłoczowski, *Zakony męskie...*, in: *Kościół w Polsce*, II, 597, 651.

⁵ *Ibidem*, 595.

⁶ ASV, Congr. VV. et RR., Sezione Regolari-Mariani-luglio 1792. *Fundatio Novitiatus* em Korbiew e Mariampol.

⁷ Kłoczowski, *Przedmowa*, in: *Marianie 1673-1973*, red. Jan Bukowicz e Tadeusz Górski, Roma, 1975, 14: “Para os marianos – da mesma forma como quase para todas as outras congregações religiosas da Igreja católica – o século XIX devia ser sobretudo o período de uma grande luta pela sobrevivência”. A esse respeito vale a penas familiarizar-se com o livro de Jabłońska-Deptuła, *Przystosowanie i opór. Zakony męskie w Królestwie Kongresowym*, Warszawa, 1983.

⁸ Com relação a Skórzec: ADS, Wykaz zakonników... w 1863 (styczeń). Segundo esse documento, havia 12 padres e 5 seminaristas, e não se fala nele de noviços. Com relação a Mariampol, Mirosław e Iglówka: ADŁ, Akta konsystorza sejneńskiego, 1864 (20 XII 1863); naquele tempo havia em Iglówka 5 padres: em Mirosław – 8, em Mariampol – 12, além de quatro seminaristas que haviam professado os votos perpétuos. Em Goźlin: ADS, Carta do decano de Garwolin ao bispo da diocese de Podlasie de 30/11/1864, havia 5 padres. Ao convento em Puszcza pertenciam 7 padres: Arch.Sk., 31, n. 55. Ao convento em Raśna – 13 padres: Kubicki, II/3, 671-675. Além deles, dois padres – K. Szwernicki e O. Szyrwid – encontravam-se na Sibéria.

relação aos cerca de 1.650 religiosos residentes nesse território, eles constituíam 5%.

Apesar da severa e hostil legislação russa, os padres marianos contavam com cursos bem organizados – em Mariampol e em Skórzec –, dirigidos por um grupo de professores que haviam concluído estudos de especialização na Universidade de Varsóvia⁹.

Outro fato positivo que testemunha a excepcional e vantajosa situação dos padres marianos é que no período em análise, no território do Reino da Polônia, eles não somente não perderam nenhum convento, mas conseguiram mais um – em Iglówka –, e até estavam se preparando para a abertura de uma nova casa religiosa em Sosnówa¹⁰.

Surpreende-nos como foi possível sair de uma crise tão profunda como aquela em que a congregação se encontrou nos primeiros anos do século XIX – e que constituía uma séria ameaça para a sua existência – e atingir um bom desenvolvimento quantitativo e qualitativo, que se manifestou nos anos 1863-1864, durante o Levante de Janeiro – em defesa da Igreja, da nação e dos valores por elas representados. Participaram dela pelo menos trinta marianos, desde a “revolução moral” de 1861-1862 até – infelizmente – o exílio à Sibéria, onde se encontravam alguns padres, como Szvernicky Syrwid, Jabłonowski e Komorowski, dando – segundo testemunhos dos “deportados” – um especial exemplo de bondade e de vida evangélica¹¹.

Certamente essa renovação se deve especialmente aos superiores gerais T. Białowieski e S. Pórzycki; ambos eram pessoas repletas de entusiasmo, corajosas, de grande cultura, que levavam uma vida evangélica. Faleceram com fama de santidade (cf. cap. I/1). Quase que por todo o período em análise o poder na congregação repousou em suas mãos ou pelos menos eles o influenciaram, buscando o desenvolvimento. Białowieski foi superior geral de 1793 a 1829, e Pórzycki, de 1835 a 1844, ano em que abdicou e foi exilado à Rússia. Quando em 1856 ele voltou do exílio na Rússia, gozava de grande respeito, tendo exercido uma influência significativa e decisiva na atividade subsequente da congregação.

Outro fator positivo que influenciou o renascimento da congregação foi o seu afastamento do caráter “eremítico” e a passagem à plena atuação pastoral. Essa passagem “qualitativa” realizou-se após a superação de certas dificuldades, diante das quais se viram aqueles marianos que não queriam participar do novo estilo

⁹ Totoraitis, *Marianie...*, 36; Id., *Mariampolski...*, 19.

¹⁰ Totoraitis, *Mariampolski...*, 4.

¹¹ Com relação a testemunhos dos mencionados quatro padres, cf. Kubicki, III/1, 466, 467; III/4, 112-113, 121, 148, 151, 176. Tabeńska, *Z doli i niewoli...*, 60, 73, 74, 121, 131.

de vida ativa e apostólica em diversas áreas, de acordo com as necessidades da sociedade.

Apesar das nossas detalhadas pesquisas, ficaram ainda “lacunas”, principalmente em relação ao noviciado, aos estudos, às capelanias senhoriais, à atividade dos padres marianos nos anos 1815-1831, bem como à pessoa do superior geral S. Pórzycki. Isso se deve à falta de materiais relacionados com aqueles anos e à difícil solução dos problemas acima. Independentemente dessas incógnitas, das presentes pesquisas resulta que, apesar das difíceis condições políticas criadas pelos ocupantes, apesar das perseguições e das punições aplicadas aos mais ativos e mais zelosos religiosos – os vitoriosos no “campo de batalha” foram os marianos.

Nessas circunstâncias, o governo russo, que promovia a sua política direcionada contra as congregações religiosas, viu-se obrigado a adotar uma postura categórica, publicando o decreto sobre a reforma das ordens religiosas, que na realidade era um estatuto que visava à sua eliminação. Em consequência disso os padres marianos, oficialmente “reformados” em 1864, em 1909 encontraram-se numa situação em que no convento de Mariampol residia apenas um religioso, detentor de todos os direitos. No entanto, naquele mesmo ano o padre lituano Jurgis Matulaitis – Matulewicz (hoje incluído no rol dos beatos) realizou clandestinamente uma reforma da congregação, com o que a salvou da morte natural. A sua atividade constitui o sinal mais evidente de que na luta entre a congregação e a potência russa coube ao espírito a vitória sobre a força física e as perseguições.

BIBLIOGRAFIA

FONTES – MANUSCRITOS

1. Goźlin

Arquivo paroquial dos padres marianos

Liber confraternitatis Consolationis B.V. Mariae, sive cincturatorum s. Monicae (1775-1864). Registra comparata anno 1799 mense octobri in conventu Gozlinensi missarum absolutarum (1799-1850).

Wypominki od r. 1861 – tj. wykaz zmarłych, za których są odprawiane modły.

Księgi parafialne (Mortuorum, Baptizatorum, Copulatorum) od 1802 r.

2. Irkutsk

Gosudarstviennyi Arkiv Irkutskoy Oblasti. Fond 297. Contém 216 pastas relacionadas com a atividade do Pe. K. Szwernicki na Sibéria.

3. Cracóvia

Biblioteka Czartoryski

5250/IV: Wykaz wszelkich klasztorów znajdujących się w kraju nowowcielonym do Księstwa Warszawskiego i ich rocznych dochodów sporządzony w 1809, ff. 61-67.

Biblioteka PAN

138: Materiały dotyczące duchowieństwa w Księstwie Warszawskim, ff. 10, 87-91.

4. Lublin

Arquivo diocesano

60/133: Actus visitationis gen. dec. Garvolinensis, Livensis 1810-1811. (Goźlin).

60/IX 33: Kasata klasztorów mariańskich.

235: Protocollon Ordinis (Gozlinensis), 1731-1782.

5. Łomża

Arquivo diocesano

Akta bractw.

Akta dekanatu łódzkiego (klasztor i kościół w Mirosławiu).

Akta dekanatu łódzkiego. Mirosław, marianie w 1828. Lista imienna duchowieństwa zakonnego w 1835, marianie.

Akta dekanatu mariampolskiego (Iglówka, Mariampole).

Akta dziekana łódzkiego (1827-1835, Mirosław).

Akta dziekana mariampolskiego (Iglówka, Mariampole).

Akta egzaminatorów diecezjalnych.

Akta instytucji dobroczynnych.

Akta konduitu od 1830.

Akta konduity duchowieństwa świeckiego i zakonnego zaczęte od dnia 11 sierpnia 1826.

Akta kongregacji dekanalnych i rekolekcji.

Akta Konsystorza Jeneralnego Dyecezji Augustowskiej tyczące się opisu historycznego kościołów parafialnych. 1797-1798 (Iglówka, Mariampole, Mirosław, w porządku alfabetycznym).

Akta konsystorza jeneralnego sejneńskiego tyczące się zgromadzeń zakonnych w roku 1863/4; Iglówka, Mariampole, Mirosław.

Akta konsystorza. Statystyka duchowieństwa w 7 dekanatach litewskich (Iglówka, Mirosław, Mariampole), Seyny 18 I 1814.

Akta przyjmowania do seminarium tak świeckiego jak zakonnego od dnia 14 VII 1818 do 23 I 1878.

Akta rekolekcji 1827-1847.

Akta reparacji kościołów 1818-1829.

Akta szpitalów przy kościołach parafialnych.

Akta święceń 1847-1868.

Akta wizytatora zgromadzeń zakonnych (1864-1877).

Akta wizyty jeneralnej kościołów całej diecezji.

Akta wykazu uposażenia kościołów w repartycji litewskiej. 1819-1838.

Akta wykazu zabranych przez rząd majętności duchownej.

Akta zakonników przybyłych z Rosji.

Akta... święceń 1821--1847.

Listy zakonników. Tabela osób znajdujących się w klasztorze w Mirosławiu w roku 1808, 1809, 1810, 1811, 1812.

Listy zakonników. Tabela osób znajdujących się w klasztorze w Mariampolu, rok 1808, 1809, 1810, 1811, 1812.

Wykaz dochodów każdego beneficjum w diecezji augustowskiej do użytku kancelarii w roku 1828.

Wykaz statystyczny stanu kościołów i parafii w dekanacie łódzieskim 1837, Mirosław.

Paróquias

Akta parafii mariańskich.

- Iglówka.

- Mariampol.

- Mirosław.

Akta wizyty jeneralnej kościołów całej diecezji.

- *Visitatio Ecclesiae Filialis Igloviensis, an. 1837.*

- *Visitatio Ecclesiae Parochialis Mariapolensis, an. 1838.*

Inwentarz kościoła, klasztoru i funduszu J.J. XX. Marianów w Mirosławiu dnia 5 sierpnia 1811 roku sporządzony.

6. Puszcza Mariańska

Arquivo paroquial dos marianos

Księga pokwitowań z odebranych expedycji, tak rządowych jako też Duchownych niemniej z opłaconych podatków i listów, w Puszczy Korabiewskiej w powiecie rawskim (1808-1811, 1853-1858).

Wykaz ludności każdej wsi parafii Mszczonów w roku 1835/Puszcza.

7. Płock

Arquivo diocesano

34: *Korespondencja Kurii Biskupiej w sprawie zakonów 1797-1863.*

Spis zakonów obojej płci w Królestwie Polskim w 1817 r.

8. Roma

I. Arquivo Secreto Vaticano

A) Arquivo da Nunciatura em Varsóvia

120; 127; 130; 131; 135. Os mencionados volumes contém numerosos documentos relacionados com a história dos marianos do séc. XVIII e início do séc. XIX.

B) Arquivo da Nunciatura em Viena

281, P: *Calendario dei Mariani, an. 1843, ff. 64r., 88r.*

281-I: *Calendario dei Mariani. Prośba o kardynała protektora, ff. 835, 837-838, 839, 840, 841.*

282, B: *Calendario liturgico dei Mariani, an. 1841, ff. 93r., 159v.*

281-I: *Informazione sull'Ordine Mariano (verso il 1841), f. 840.*

C) Congr. Indulgentiarum et SS. Reliquiarum, Rescripta

40: *Indulgentiae pro Marianis (s. f.), 1767, 1785.*

49: *Privilegio di distribuire lo scapolare dell'Immac. Conc. B.V. Mariae (Aug. Dec.) 1770. Scapolare Immac. Concept. pro Marianis (s. f.), 1841.*

D) S. Congr. dei Riti Decreta ab 1778 ad 1844

Decreta ab 1778 ad 1780 Calendarium Marianorum-Missae-Breviario, ff. 191v., 192.

Decreta ab 1841 ad 1842. Congregationis Marianae. Approbatio del proprio calendario, f. 312r.

Decreta, ann. 1843-1844. Calendarium, Officia, Marianis concessa, f. 365.

E) Penitenziaria. Indici alfabetici dei Regolari

1: *Mariano – F. Michele Borkowski – domanda la secolarizzazione, il 20 gen. 1786.*

1: *Mariano – Giovanni Battista Scarselli – domanda la secolarizzazione, li 2 Febr. 1787.*

1: *Mariano – Agostino Sneider – domanda di poter godere la sua parrocchia in abito di prete secolare, il 10 luglio 1796.*

2: *Chierico Mariano Domenico Scaravelli avendo attenuto nel 1786 la secolarizzazione, chiede la conferma del Patrimonio, 11 Marzo 1803.*

2: *Mariano – Diogo Tichi domanda la dimissione dell'abito, 3 Mag. 1799.*

3: *Mariano – Fortunato Arnoldo, Laico Professo aplica per la secolarizzazione, l'11 gen. 1786.*

4: *Chierico Regolare – Candido Spurny sac.te professo apostata supplica di esser assolto, die 15 sett. 1790.*

F) S. Congr. Dei Vescovi e Regolari – Sez. Regolari

Gennaio-marzo 1787 Mariani (contém documentos relacionados a mudanças nas constituições marianas e à separação dos observantes).

Maggio-agosto 1792 Mariani. *Fundatio Novitiatus in Korabiew et Mariampole* (contém 13 documentos).

Martius 1795 Mariani. *Vita religiosa marianorum – Carceri – Rationes dispensandi*. Sett., Novembre 1823; *ibid.*, Dicembre 1829; *ibid.*, Luglio 1841 – Mariani. *Electio Sup. Generalis sine Delegati*.

Maggio 1842 Mariani. *Convento mariano di S. Vito in Roma dopo la soppressione* (ff. 1-31). Gennaio 1826 A-V. VV. RR. della Concezione. (Professo di secularizzazione di padre F. Dabrowski OIC).

Luglio 1842 A-V, Chierici Regolari Mariani. *Recursus ad S. Sedem contra Ordinarium Varsaviensem – Sup. Gen. S. Pórzycki*.

Regestra Regularium

206: Mariani – Petrus Czarnocki (chiede beneficio secolare), il 3 X an. 1802), f. 246r.

210: Mariani – Michael Francuzewicz, die 28 Martii 1804, f. 66v. (Supplica di secularizzazione).

211: Mariani – Giustino Skrzyński, die 25 VII 1807, f. 163v. (Supplica di secularizzazione).

212: Mariani – *Decretum Deputationis in Praesidem Capitulo Generalis pro electione Praepositi Generalis Patrum Eremitarum Marianorum in Polonia*, die 30 maggio 1823, f. 148r.

225: Chierici Regolari – Franciscus Dąbrowski, die 20 Jan. 1826, ff. 9, 16r (Supplica di secularizzazione).

231: *ut supra*, f. 198v.

228: Mariani – *Patres Capitulares in Polonia*, die 22 ott. 1829, f. 7r-v.

236: Mariani – (Il permesso di eleggere il preside del capitolo generale degli stessi padri capitolari), die 9 Junii 1837, ff. 139-140.

G) Segr. Dei Brevi – Indulgentiae Perpetuae

8: *Indulgentiae pro Marianis. Pro Confraternitates sub invocatione S. Joannis Nepomuceni*, in Skórzec die 9. Januar. 1748; in Korabiew, die 8 Martii 1751 (s. f.).

8: *Indulg. pro Confraternitate in Góra*, die 13 IX 1744.

31: *Pro parte Religiosorum Marianorum Ord. Immac. Conceptionis B.V. Mariae*, ff. 433r, 435v, 436r-v, 445r, 446r, 447v.

71: *Altar. Perp. an. 1785. Pius VI. pars II. Indulgentiae pro Marianis*, ff. 214r, 215r, 217r.

81/III: *Indulgentiae pro Marianis, 1785. Indulgentia plenaria occasione Missionum ab ipsis peragendarum est perpetua*, ff. 389, 388, 391v, 392v, 406r, 407r-v, 408v, 591v.

H) Segr. dei Memoriali

205: *Mariani italiani – Antonio Talpa*, f. 512 (1788).

242: *Mariani italiani – Barnaba d'Ancona*, ff. 257r-v, 258v.

244: *ut supra*, ff. 103v, 110, 111r (1790).

288: *Facultas pro Missionariis Marianis in Polonia* (1796), ff. 97r, 98r, 99v.

292: *Duo novitiatus, pro proviancia Russiae et Austriae eriguntur a Marianis in Polonia* (1796), ff. 68r, 69v.

II. Arquivo da igreja polonesa de S. Estanislau em Roma

- *Liber Nomina et Cognomina Polonorum ad Almam Domum Lauretanam Devotionis causa confluentium continuens. Ab anno Dni 1773, die 3 Aug. (Mariani pellegrini in Loreto). 26/161: Palegrini dal 1763 al 1791.*

III. Arquivo geral dos Padres Marianos em Roma

Acta Conventus Mirosłaviensis a prima sua erectione, 1759-1799, ff. 1-23.

Album Mortuorum, 1700-1934 (Mariampolensis).

Album Patrum ad Fratrum Marianorum... Defunctorum ab anno 1700 usque ad annum 1864 (Skórcensis).

Denuncja. Korespondencja w sprawie oskarżenia ks. J. Dowgirda OIC. i innych kurialistów diec. Sejneńskiej. Od 30 I 1837 do 6 III 1837, karta 1-25 (em língua russa e polonesa).

Odpisy dokumentów związanych z życiem i czynami... Stanisława Papczyńskiego... Kazimierza Wyszyńskiego oraz z historią Zgromadzenia XX. Marianów, a cura di padre S. Sydry, Raśna 1933, dat., vol. I, pp. 94-102; 114-122; 191-201.

Protocollum Conventus Skórcensis (copia) (na realidade, trata-se do protocolo do convento de Korabiew), an. 1779-1823, ff. 1-134.

Domus Rasnensis. Causa de Bonis olim ad Domum Rasnensem pertinentibus, II, 1-14 (an. 1842; 1863-1866).

Documenta historiam Congregationis CC. RR. Marianorum illustrantia, XI, Mariani et Lubiński Const. Iren., Eppus.

(Sydry Stefan, MIC). *Akta z Archiwum Skarbowego.* Dat. Contém numerosas cópias de documentos marianos do Arquivo do Tesouro em Varsóvia que se queimaram durante a II Guerra Mundial em Varsóvia, red. J. Bukowicz, Warszawa, 1965.

9. Siedlce

Arquivo diocesano

Decreta reformationis pro ecclesiis parochialibus dioec. Podlachiensis lata tempore visitationis generalis a Th. Majewski, 146/IV.

Erectio Ecclesiae Regularis in Goźlin in Parochialem, Die. 11 Dec. 1801 per Józef Olechowski, Episc. Cracov., 146/III, 10.

Inwentarze 1850-1859, N-10, Inwentarz Goźlina, a. 1850.

Korespondencja dotycząca zakonników (1864-1866), 432/VIII, A 1.

Korespondencja z rządem, Sygn. 408, ff. 224, 236 (an. 1865); Sygn. 407, f. 221.

Kuria biskupia. Dekrety. Sygn. 470, ff. 23-24 (1 X 1857).

Lista kondukt dekanatu garwolińskiego, 23 IX 1843. Nr. 488.

Ogólne. Dotyczące kościołów klasztornych i księży zakonnych (1832-1864), 435/VII, A 1.

Ogólne. Dotyczące kościołów poklasztornych (1866), 445/VII, A 2.

Ogólne. Korespondencji dotyczące kościołów klasztornych i księży zakonnych, 436/VII (1857-1861).

Statystyka (1856-1866), Nr. 525/I.

Statystyka (an. 1852, 1853, 1854, 1855).

Statystyka an. 1845, 522/39.

Statystyka, an. 1837. Lista imienna duchowieństwa zakonnego diec. Podlaskiej, 521/41.

Visitatio gen. Eccl. Parochialis Skurzcensis per Illustr. Rev. Theodorum Majewski, Mensis maji 1835, 146/IV, 24.

Visitatio gen. Ecclesiae Parochialis ac Monasterij Gozlinensis Marianorum per Illustr. Excell. et Rev. Dominum Adalbertum Leszczyc Skarszewski Episcopum Lublinensem. Die 16 Sept. a.d. 1810, 146/III, 10.

Visitatio gen. in Goźlin, 146/III, 10.

10. Skórzec

Arquivo paroquial dos marianos

(Neste arquivo encontram-se centenas de documentos relacionados com os bens, o patrimônio, as doações, as vendas, as compras, os processos. Arquivo não ordenado. Aqui citamos os documentos mais importantes.)

Akty i dokumenty dotyczące procesu z właścicielem dóbr Grala (1788-1862).

Katalog Biblioteki Parafii Skórzeckiej w Bractwie S. J. Nepomucena, dla ludu wiejskiego (1862?).

Konsygnacja wszelkich szkód... klasztoru goźlińskiego, Goźlin 1814.

Konsygnacja wszelkich szkód, poczynionych przez różne wojska, klasztoru skórzeckiego. Skórzec 19 XII 1814.

Księgi parafialne, 1798-1864 (baptizatorum, mortuorum, copulatorum).

Liber Confraternitatis Scapularis B.V. Mariae a Monte Carmelo.

Protocollum Conv. Skórcensis (1711-1867), ff. 1-94.

Protokół lustracyj dóbr Skórca, Skórzec 8 IV 1832.

Protokół ogólny zawierający rozporządzenia władzy kościelnej i cywilnej (1836-1864).

Summaryusz dokumentów złożonych Prokuratury przez Maryanów skórzeckich, 24 VI 1806.

Testament Krzysztofa Cieszkowskiego, Sucha 22 XI 1802.

Xiążka Regestrowa Bractwa S. Jana Nepomucena w Skórcu, vol. I-II.

Inwentarz gruntów - lasów i łąk na wsiach Skórcu, Ługu, y Wólce Jagodzińskiej rozłożonych..., do klasztoru skórzeckiego XX. Maryanów należących. (1803?).

Wykaz imienny włościan dóbr Skórca - będących własnością Instytutu Duchownego SS. Maryanów - obejmujący wiadomości jakie budynki zostały zniszczone lub spalone (1830/31) i potrzeba na nie zapomogi. Skórzec, 6 IV 183.

11. Vilnius

Archivio della già Biblioteca dell'Università di Vilna, oggi chiamata V. Kapsukas

F4-A4545: Acta Capituli Provincialis Congregationis Marianae sub titulo Immaculae Conceptionis B.V. Mariae CC. Regularium Marianorum in Imperio Rossigno existentes, 1797-1844.

F4-A194: Documenta Vilnensia, vol. I-II. (A coleção contém centenas de documentos relacionados com todos os conventos, na maioria documentos avulsos de Raśna.)

F4-A390: Protocollum Conventus Rasnensis Patrum Marianorum Inchoatum ab introductione celebrata anno 1749 die 8 Junij sub Praesidentia R.ndi P. Isidori Thaut. (A coleção contém documentos oficiais da ordem, cartas dos superiores gerais, decretos dos capítulos.)

F4-A4559: Protocollum triennale Admodum Reverendi Patris Cajetani Wetycky, 1750-1778. (Entre os numerosos documentos do protocolo, encontra-se a coleção de 23 cartas es-

critas pelos marianos de Roma, relacionadas com a reforma da ordem, a aquisição do convento e da igreja de S. Vito e o desmembramento dos Frades Observantes).

F4-A2152: Wizyta klasztoru XX. Maryanów Raśniańskich 1818.

12. Varsóvia

Arquivo Geral de Documentos Antigos

a) Centralne Władze Wyznaniowe (CWW) [*Autoridades Confessionais Centrais*]

225: *Przepisy o sposobie utrzymywania i zarządzie klasztorów w Królestwie Polskim*, 8/20 XII 1864; 20 III/1 IV 1865.

226: *Przepisy...* (ut supra), 5-17 IV 1865; 25 IX/7 X 1865.

227: *Przepisy o wypełnianiu ukazu o reformie klasztorów od 2/14 XII 1864 do 22 VII/3 VIII 1865.*

232-236: *Zamknięcie klasztorów w Królestwie Polskim (1864-1867).*

234: *Zakonnicy i zakonnice usunięci za granice (6/18 II 1864-1/13 I 1866).*

b) Secretaria de Estado do Reino da Polónia

567: *Zamknięcie klasztorów w 1832 r.*

1: *Zeznania uczestników konspiracji 1846 przed sądem wojennym.*

c) Coleção de Conjuntos residuais do período do Levante de Janeiro

B6, 2, 3, 4: *Relações alfabéticas dos criminosos políticos.*

B7, 2, 3, 4: *Índice dos nomes dos insurretos exilados à Sibéria.*

d) Chancelaria do Lugar-Tenente no Reino da Polónia

9/1: *Sprawozdanie Namiestnika w Królestwie Polskim o klasztorach, 1864-1865.*

e) Comissão Investigadora Permanente

I/1815/2235, 2237, 3591.

FONTES IMPRESSAS

(KOSSAKOWSKI, Józef, bispo). *Pamiętniki J. Kossakowskiego, biskupa inflanckiego 1738-1788*, Warszawa, 1891.

(SZWERNICKI, Krzysztof, OIC). Wyjątki z dziennika podróży odbytej przez... w krajach amurskich w Prowincji Irkuckiej... dla spełnienia posług duchownych katolików od dnia 16 III 1859 do 25 I 1860. In: *Pamiętnik Religijno-Moralny*, 1961, 161-189, 281-300, 397-421, 505-531, 643-665.

(THEINER, Augustin). *Die neuesten Zustände der Katholischen Kirche beider Ritus in Polen und Russland seit Katharina II, bis auf unsere Tage, I-II*, Augsburg, 1841.

Głos Kapłana Polskiego, 11 (1863).

Kraj, 4 (1895).

Kurier Warszawski, 52 (1826); 183 (1826); 347 (1830).

Przegląd Katolicki, 10 (1870).

Wiadomości z pola bitwy, 6(1863).

BEIERSDORF, Otton. *Papiestwo wobec sprawy polskiej w latach 1772-1864. Wybór źródeł*. Wrocław, 1960.

- BIENKOWSKI, Franciszek. Raport o szkołach W. Ks. Lit. w Wydziale litewskim i żmudzkim wizytowanych w roku 1783. In: *Raporty generalnych wizytatorów szkół Komisji Edukacji Narodowej w Wielkim Księstwie Litewskim 1782-1792*, Wrocław-Warszawa, 1974, 97-117.
- BIENKOWSKI, Ludomir. Ankieta zakonna Garampiego z 1773 roku. Podstawa źródłowa do tabel 1-69. In: *Zakony Męskie w Polsce w 1772 roku*, Lublin, 1972, 115-161.
- BÓBR-TYLINGO, Stanisław. La Russie, l'Église et la Pologne 1860-1866 (Rapports des consuls français). *Antemurale*, 13, 49-306.
- Confraria da Imaculada Conceição do Escapulário, e das dez virtudes de Maria Santíssima*, Lisboa, 1758.
- Constitutiones Ordinis Immaculatae Conceptionis Beatae Virginis Mariae Clericorum Regularium Marianorum*, Roma, 1787.
- Elenchus Alphabeticus Marianorum ab initio Congregationis usque ad renovationem*, Romae, 1961.
- Horologium Marianorum seu Ordinarium Ceremoniale*, Varsaviae, 1732.
- Le concordat de 1847 avec la Russie d'après les documents authentiques. In: *Sacrum Poloniae Millennium*, VIII-IX, Roma, 1962, 447-877.
- MATUSZEWICZ, Marcin. *Diariusz mego życia*, vol. I-II, Warszawa², 1986.
- OLSZAMOWSKA-SKOWROŃSKA, Sophie. Pie IX et l'insurrection polonaise de 1863-1864. Dans la correspondance avec les évêques du Royaume de Pologne 1862-1966. In: *Sacrum Poloniae Millennium*, XII, Roma, 1966, 13-469.
- Ramelhete. Manual de diversas orações, ou diário espirital*, Lisboa, 1757.
- Regula imitationis decem beneplacitorum seu decem virtutum B. Virginis Mariae Congregationis sub titulo eiusdem Immaculatae Conceptionis*, Romae, 1778.
- Relationes status dioecesium im Magno Ducatu Lituaniae*, red. Paulus Rabikauskas, I (*Fontes Historiae Lituaniae*, 1), Romae, 1971, 13, 160, 218, 219; vol. II, Romae, 1978, 175, 282, 283, 464, 467, 486, 487, 488-489, 507.
- Svod zakonov Rossijskoy Imperii*, I, Sankpeterburg, 1857.
- Uwiedomienie o sukience albo o szkaplerzu Niepokalanego Poczęcia Najświętszej Marii Panny*, Berezdów⁴, 1773.
- Volumina legum. Prawa, konstytucje i przywileje Królestwa Polskiego, Wielkiego Księstwa Litewskiego i wszystkich prowincji należących na walnych sejmikach uchwalone*, I-VIII, S. Petersburg, 1859-1869; Kraków, 1889; X, Poznań, 1952.

LITERATURA

- (GIŻYCKI, Jan Marek). *Spis ważniejszych miejscowości w powiecie starokonstantynowskim*, Stary Konstantynów, 1910, 287-289, 337-341, 636-652.
- (JAKIMOWICZ, Bolesław). *A Cloud of Witnesses. Marians Across The Centuries*. Stockbridge, 1984.
- (LUBIEŃSKI, R.). *Konstanty, Ireneusz Pomian hrabia Lubieński, biskup sejneński*. Kraków, 1898, 263.
- A. W. Marianie. In: *Enc. Nowod.*, XIII, 536-642.
- ALEKSANDROWICZ, Piotr. *Diecezja siedlecka czyli podlaska 1818-1968*. Siedlce, 1971.
- AUGUSTAJTYS, Franciszek. Augustowska diecezja. In: *Enc. Kośc.*, I-II, 420-423.

- BARTECKI, Feliks, MIC. *Rozwój prawa partykularnego Zakonu OO. Marianów w latach 1670-1910*, Warszawa, 1967.
- BARTEL, W.; KOASIM, J.; ROSTOCKI, W. *Ustawodawstwo Księstwa Warszawskiego, Akty normatywne władzy najwyższej*, III. Warszawa, 1967.
- BUKOWICZ, J.; GÓRSKI, T. (red.). *Marianie 1673-1973*. Roma, 1975.
- BURDZIEJ, Bogdan. Ksiądz Krzysztof Szvernicky, duszpasterz Sybiru. *Przegląd Powszechny*, 1 (1987), 72-85.
- CHROŚCIENIOWSKI, Julian. *De spiritualitate CC. RR. Marianorum aliquae considerationes*, I-II. Romae, 1963.
- Czyż może historia popłynąć przeciw prądowi sumień. Kościół – Religia – Patriotyzm (1764-1864)*, Paris, 1987.
- Duszpasterska działalność Beniamina Szymańskiego biskupa podlaskiego. In: *Studia z Historii Kościoła w Polsce*, I. Warszawa: ATK, 1972, 103-238.
- FAINHAUZ, Dawid. *Ruch konspiracyjny na Litwie i Białorusi 1847-1848*. Warszawa, 1965.
- FALKOWSKI, Czesław. *O jubileuszu na Litwie i Rusi w 1826 roku*. Wilno, 1925.
- FERRAND, Antoine François. *Histoire des trois démembrements de la Pologne pour faire suite à l'histoire de l'anarchie de Pologne par Rulhiere*, I-III, Paris, 1920, vol. I, XLIX, 494; II, 472; III 602.
- FLAGA, Jerzy. *Działalność duszpasterska zakonów w XVIII w.* Lublin, 1986.
- FOGARTY, William. Summus Pontifex in vita nostrae Congregationis. *Marianus*, 31 (1962), 10-14.
- FRECHOWICZ, Tadeusz. *Cerkiew greko-katolicka na terenie diecezji podlaskiej za rządów biskupa Beniamina Szymańskiego*. Roma, 1981, 6, 9, 130, 132, 133, 138.
- GABSKI, Henryk. Mecenat nad marianami w Polsce przedrozbiorowej. In: *Marianie 1673-1973*, Roma, 1975, 63-69.
- GACH, Piotr. *Geografia strat zakonów polskich w końcu XVIII i w XIX wieku*. Roma, 1980.
- _____. *Kasaty zakonów na ziemiach dawnej Rzeczypospolitej i na Śląsku 1773-1914*. Lublin, 1984.
- GAJEWSKI, Stanisław. Ukaz o klasztorach z 8 XI 1864 i jego realizacja w diecezji lubelskiej. *Summarius, Sprawozdania Towarzystwa Naukowego KUL* 1 (1972) 3, 83-89.
- GALICKA, Izabella; SYGIETYŃSKA, Maria; Niezabitowski, Jan, OIC. In: *PSB*, XXIII, 99.
- GÓRSKI, Karol. *Od religijności do mistyki. Zarys dziejów życia wewnętrznego w Polsce*. Lublin, 1962.
- GÓRSKI, Ludwik. Krótka wiadomość historyczna o założeniu Zakonu Ks. Marianów w Polsce i o życiu ks. Stanisława Papczyńskiego. In: *Pamiętnik Religijno-Moralny*, t. IV, 1843, 293-315.
- GÓRSKI, Tadeusz. Nowicki Rajmund, OIC. In: *PSB*, t. 23, 335.H
- HEIMBUCHER, Max. *Die Orden und Kongregationen der katholischen Kirche*, I-II, Paderborn², 1933-1944.
- HOLSCHKE, August Karl. *Geographie und Statistik von West-Süd und Neu-Ostpreussen*, II, Berlin, 1804.
- JABŁOŃSKA-DEPTUŁA, Ewa. Duchowieństwo zakonne a sprawa narodowa w połowie XIX wieku. *Znak*, 214 (1972), 481-504.

- JABŁOŃSKA-DEPTUŁA, Ewa; GAWRYŚIAKOWA, Janina. Materiały do zaangażowania patriotycznego zakonów męskich w Królestwie Polskim w latach 1861-1964. In: *Materiały do historii Zgromadzeń Zakonnych na ziemiach polskich w XIX i w początkach XX wieku*. Lublin, 1976.
- JEMIELITY, Witold. *Diecezja augustowska czyli sejneńska w latach 1818-1872*. Lublin, 1972.
- KAŁOWSKI, Julian; KRZYŻANOWSKI, Kazimierz. Mariani (Chierici Regolari Mariani). In: *Dizionario degli Istituti di perfezione*, vol. V, 978-981.
- KAŁOWSKI, Julian. *Działalność zakonodawcza księdza Józefa Turczynowicza*. Warszawa, 1982.
- KŁOCZOWSKI, Jerzy. Papiestwo a Polska. *Więź*, 3 (1980), 3-11.
- KOŁŁATAJ, Hugo. *Pamiętnik o stanie Kościoła polskiego katolickiego i o wszystkich innych wyznaniach w Polsce*, red. J. HULEWICZ. Wrocław, 1953.
- KUMOR, Bolesław; OBERTYŃSKI, Zdzisław (red.). *Historia Kościoła w Polsce*, t. II, cz. 1. Poznań-Warszawa, 1979.
- KURCZEWSKI, Jan. *Biskupstwo wileńskie*. Wilno, 1912.
- KVIKLYS, Bronius. *Lietuvos Baznycios*, vol. II. *Vilkaviskio vyskupija*. Chicago, 1982, 152-154, 213-226, 232-234, 276-278.
- LESCOEUR, Louis. *L'Église catholique en Pologne sous le gouvernement russe depuis le premier partage jusqu'à nos jours 1772-1885*, vol. I-II. Paris, 1876.
- LIPIŃSKI, Tymoteusz. Miasto Góra Kalwaria, Opis historyczny. *Biblioteka Warszawska*, 4 (1842), 548-559.
- ŁUKASZEWICZ, Józef. *Krótki opis historyczny kościołów parochialnych w dawnej diecezji poznańskiej*, I. Poznań, 1858.
- M. B. Maryanie. In: *Enc. Kośc.*, XXV-XXVI, 249-250.
- Marijampoles kunigu marijonu vienuolynas*. Mariampole, 1924. Trad. pol.: *Klasztor mariampolskich Księży Marianów*. Lower Bullingham, 1964.
- MAUERSBERGER, Jan. Zakon OO. Marianów dawniej i dzisiaj. *Wiadomości Archidiecezjalne Warszawskie*, 5-6 (1918).
- MRÓWCZYŃSKI, Bolesław. Kapelan śnieżnego znaku (K. Szvernicki). *Caritas*, 7-8 (1961), 23-36.
- N(IEDZIELSKI), J. Pielasiński Bernard, OIC. In: *Enc. Kośc.*, 43-44 *Suplement*, LIX-LX.
- N. S. Popytka vozvzeti vo sviatych dvuch r. katolicheskikh monakov. *Viestnik zapadnoy Rossii*, 2 (1868), 51-80, 156-195.
- NAGRODZKI, Zygmunt. *Rola duchowieństwa katolickiego w godzinie prób na Litwie i Białorusi 1863-1888*, Wilno, 1935.
- NAVIKEVICIUS, Jurgis. Immaculata Conceptio B.V.M. in historia Congregationis CC. RR. Marianorum. *Marianus*, 8 (1954), 16-24.
- NIECIECKI, Witold. *Główne cechy duchowości Zgromadzenia Księży Marianów w świetle Konstytucji mariańskich z 1930 r.* Roma, 1965.
- NIEC, Julian. Chojcecki Franciszek Kazimierz (Fundator konwentu Sameczyki). In: *PSB*, III, 393.
- Novickis Rajmundas. In: *Liet. Enc.*, XX, 468.

- O. Krzysztof Maria Szvernicki. Kraków, 1928.
- O. Stanisław Papczyński i jego dzieło w świetle dokumentów. Warszawa, 1937.
- OLSZAMOWSKA, Zofia. U źródeł rusyfikacji Kościoła na Litwie po r. 1863. *Przegląd Powszechny*, 189 (1931), 211-224, 346-363; 190 (1931), 87-94.
- Organizacja Zgromadzenia Księża Marianów w XVIII wieku. Stockbridge, 1965.
- Pamiętnik Kijowski, t. III. London, 1966, 160-167.
- Pierwsza komunია dzieci w diecezji augustowskiej czyli sejneńskiej. *Studia Teologiczne*, 2 (1984), 143-155.
- PIETRZAK, Józef. *Księża powstańcy 1863*. Kraków², 1913.
- PISARZAK, Marian. Element eschatologiczny. In: *Marianie*. Roma, 1975, 331-337.
- PIWARSKI, Kazimierz. *Kuria rzymska a polski ruch narodowo-wyzwoleńczy 1794-1963*. Warszawa, 1955.
- Polskie odrodzenie religijne w XIX wieku. *Więź*, 5 (1960), 53-70.
- POLUJAŃSKI, Aleksander. *Wędrówki po guberni augustowskiej w celu naukowym odbyte*. Warszawa, 1859.
- Porządek nabożeństw niedzielnych w diecezji wigierskiej i augustowskiej czyli sejneńskiej. *Studia Teologiczne*, 1 (1983), 221-239.
- PROCZEK, Zygmunt. Kult Niepokalanego Poczęcia Najświętszej Marii Panny. In: *Marianie*. Roma, 1975, 319-330.
- Prystosowanie i opór. Zakony męskie w Królestwie Kongresowym*. Warszawa, 1983.
- RAVENS, Jürgens Peter. *Staat und Kirche in Preussens polnischen Teilungsgebieten 1772-1807*. Wiesbaden, 1963.
- Recueil des traits, conventions et actes diplomatiques concernant la Pologne 1762-1862 par la compte d'Angerberg (Leonard Chodźko et Emmanuel Henri Noailles)*. Paris, 1862.
- Rok Jubileuszowy w XIX w. w Królestwie Polskim diec. Sejneńskiej. *Rozporządzenia Urzędowe Łomżyńskiej Kurii Diecezjalnej*, 6/7 (1973), 26-39.
- SAK(EVICIUS), J.; M(ATULIS), S. Marijonai. In: *Liet Enc.*, XVII, 359-361.
- SKARBEEK, Jan; ZIÓŁEK, Jan. Duchowieństwo w powstaniu listopadowym. *Novum*, 11-12 (1973), 33-123.
- SKUTANS, Stanislaus. *Nu Marijanu 300 godu vestures, 1673-1973*, (s. 1), 1973.
- Skutki kasaty z 1864 dla zakonu marianów. *Prawo Kanoniczne*, 3-4 (1977), 121-140.
- Suduvos Suvalkijos istorija*. Kaunas, 1938. (Nas pp. 423-458 informa a respeito dos marianos). Trad. pol.: *Marianie na Suwalszczyźnie*. Stockbridge, 1966.
- Swirmickas Kristupas. In: *EEL*, V. 347.
- Svirmickas Kristupas. In: *Liet. Enc.*, XXX, 249-250.
- Sydry Stefan, Białowieski Tadeusz, OIC. In: *PSB*, I, 19.
- TARNAWSKA, Maria. Trzysta lat istnienia Kongregacji OO. Marianów. *Marianus w Służbie*, 5 (1973), 65-80.
- The Marians in Portugal. *Antemurale*, 22 (1978), 55-89.
- TOTORAITIS, Jonas, MIC. Marijonu vienuolija nuo 1864 m. iki atgaivinimo. In: *Tiesos Keilias*. Kaunas, 1936, 457-469, 425-542, 605-619. Trad. pol.: *Zakon Marianów 1864-1909*. Stockbridge, 1962.
- TRIPLIN, Ludwik. *Góra Kalwaria czyli Nowy Jeruzalem*. Warszawa, 1854.

- TYSZKIEWICZ, Edmund. Wiadomość historyczna o zgromadzeniach i fundacjach męskich i żeńskich rzymsko-katolickich klasztorów w diecezji wileńskiej. *Teka Wileńska*, 3 (1938), 14-269.
- USSAS, Józef. Z dziejów grabieży i niszczenia polskiego mienia kościelnego przez Rosjan w świetle świadectw rosyjskich. *Przegląd Powszechny*, 210 (1936), 45-67, 185-203.
- V(AISNORA), J. Kolesinskis Jurgis. In: *Liet. Enc.*, XII, 220-221.
- VAISNORA, Juozas, MIC. Mariani Romae saeculis XVII-XVIII. *Marianus*, 21 (1962), 19-27; 23 (1963), 25-33.
- VARGAS DE SÁ, António. *Memória acerca de Balsamão*. Bragança, 1859.
- WĄSICKI, Jan. *Pruskie opisy miast polskich z końca XVIII wieku*. Departament Białostocki. Poznań, 1963, 113-114, 132, passim.
- WIERZBOWSKI, T. *Szkoły parafialne w Polsce i na Litwie za czasów KEN (1773-1794)*. Kraków, 1921.
- WIETZ, J. K; BOCHAM, Piotr, *Abbildungen sämtlicher Giestlicher Orden männlichen und weiblichen Geschlechts in der katolischen Kirche*. Prag, 1821. Trad. pol. amplia para as ordens polonesas: *Rys historyczny zgromadzeń zakonnych obojej płci wraz z rycerskimi zakonami i orderami państw*, t. 1. Warszawa, 1948, 245-247.
- WILKANOWICZ, Stefan. Zakonu Marianów dzieje symboliczne. *Tygodnik Powszechny*, 26 (1973), 1, 4-5.
- WYCZAŃSKI, Hieronim. Szwernicki Krzysztof, OIC. In: *Słownik Polskich Teologów Katolickich*, III, 287.
- Zakon marianów w XIX wieku. *Sprawozdania Towarzystwa Naukowego KUL*, 22 (1973) 1, Lublin, 1975, 100-105.
- Zakon marianów w XIX wieku. In: *Marianie 1673-1973*. Roma, 1975, 70-94.
- Zakony męskie Królestwa wobec rzeczywistości zaborczej 1815-1964. *Roczniki Humanistyczne*, 22 (1974), 101-132.
- Zakony męskie w Polsce w XVI-XVIII wieku. In: *Kościół w Polsce*, AA. VV., t. II. Kraków, 1970, 581-585.
- Zależność marianów od braci mniejszych obserwantów. *Prawo Kanoniczne*, 1-2 (1984), 119-144.
- Zniesione kościoły i klasztory rzymsko-katolickie przez rząd rosyjski w wieku XIX-tym. *Nova Polonia Sacra*, 1 (1928), 116-117.